CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA
uniarq

estudos &
memórias 16



Terra e Sal

Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos

ESTUDOS OFERECIDOS A CARLOS TAVARES DA SILVA

Victor S. Gonçalves (ed.)

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Terra e Sal

Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos

ESTUDOS OFERECIDOS A CARLOS TAVARES DA SILVA

CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA
uniarq

Terra e Sal

Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos

ESTUDOS OFERECIDOS A CARLOS TAVARES DA SILVA

Victor S. Gonçalves (ed.)

estudos & memórias

Série de publicações da UNIARQ
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)
Direcção: Ana Catarina Sousa
Série fundada por Victor S. Gonçalves (1985)

16.
GONÇALVES, V. S.., ed. (2021) – *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. estudos & memórias 16. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. Workgroup on Ancient Peasant Societies (WAPS). 448 p.

Capa: Victor S. Gonçalves e TVM designers. Garvão, detalhe de Deusa do século 3.º a.n.e. Foto: Rosa Nunes. Contracapa: 2013. Carlos Tavares da Silva em Monsaraz. Foto Joaquina Soares.

Paginação e artes finais: TVM designers

Impressão: AGIR, Produções Gráficas
300 exemplares
ISBN: 978-989-53453-1-1 / Depósito Legal: 493591/21
DOI: https://doi.org/10.51427/10451/50508

Copyright textos e imagens ©, 2021, os autores.

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi livre opção de cada autor. Os autores são responsáveis pelos seus originais, respeitando a UNIARQ a sua autoria e não sendo responsável por quaisquer elementos que, de alguma forma, possam prejudicar terceiros.

Lisboa, 2021.

Volumes anteriores de esta série:

LEISNER, G. e LEISNER, V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. (estudos & memórias 1) Lisboa: Uniarch/ INIC. 321 p.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 Volumes. (estudos & memórias 2). Lisboa: CAH/Uniarch/INIC. 566+333 p.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. (estudos & memórias 3). Lisboa: UNIARQ. 670 p. 978-989-95653-4-0open

QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano.* Terra sigillata *e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. (estudos & memórias, 4). Lisboa: UNIARQ. 488 p. 978-989-95653-7-1

ARRUDA, A. M., ed. (2013) – F*enícios e púnicos, por terra e mar, 1. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos* (estudos & memórias 5). Lisboa: UNIARQ. 506 p. 978-989-95653-9-5

ARRUDA, A. M., ed. (2014) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. (estudos & memórias 6). Lisboa: UNIARQ. 698 p. 978-989-95653-9-5

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. (estudos & memórias 7). Lisboa: UNIARQ. 449 p. 978-989-99146-0-5

GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. (estudos & memórias, 8). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 661 p. 978-989-99146-1-2

SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. (estudos & memórias 9). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 623 p. 978-989-99146-2-9

GONÇALVES, V. S., ed. (2017) – *Sinos e Taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. (estudos & memórias 10). Lisboa: UNIARQ / FL-UL. 370 p. 978-989-99146-5-0

GONÇALVES, V. S., SOUSA, A. C. (2018) – *Casas Novas, numa curva do Sorraia (no 6.º milénio a.n.e. e a seguir)* (estudos & memórias, 11). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, 280 p. 978-989-99146-6-7

MORÁN HERNÁNDEZ, M. E. (2018) – *El Asentamiento Prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal). La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el Tercer Milenio A.N.E* (estudos & memórias, 12 UNIARQ). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, 312 p. 978-989-99146-7-4

ARRUDA, A. M.; FERREIRA, D.; SOUSA, E. (2020) – *Cerâmicas Gregas do Castelo de Castro Marim*. (estudos & memórias, 13 UNIARQ). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, 113 p.

SOUSA, A. C.; BRAGANÇA, F.; TORQUATO, F.; KUNST, M. (2020) – *Georg e Vera Leisner e o estudo do Megalitismo no Ocidente da Península Ibérica. Contributos para a história da investigação arqueológica luso-alemã através do Arquivo Leisner (1909-1972). / Georg und Vera Leisner und die Megalithgräberforschung im Westen der Iberischen Halbinsel. Beiträge zur portugiesisch-deutschen Forschungsgeschichte der Archäologie im Spiegel des Leisner-Archivs (1909-1972)* (estudos & memórias, 14 UNIARQ). Lisboa: UNIARQ/ IAA / DGPC, 704 p.

PEREIRA, Carlos; ALBUQUERQUE, Pedro; MORILLO, Angel; FABIÃO, Carlos; CHAVES, Francisca, eds. (2021) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. estudos & memórias, 15. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 338 p.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

ÍNDICE

A TORRADA E O PIRES. ALGUMAS COISAS QUE EU SEI E OUTRAS QUE NÃO POSSO CONTAR (E, POR ISSO, NÃO CONTO) 9
VICTOR S. GONÇALVES

PARA A HISTÓRIA DE UM PERCURSO 15
ANA CATARINA SOUSA

Carlos Tavares da Silva conversa com Ana Catarina Sousa 15
Bibliografia 25
Algumas imagens de um percurso 41

LISTA DE CONTRIBUTOS

UM PRELÚDIO

O Vale de Muge no contexto do Mesolítico atlântico da Península Ibérica 59
NUNO BICHO · CÉLIA GONÇALVES · JOÃO CASCALHEIRA
CLÁUDIA UMBELINO, RICARDO MIGUEL GODINHO · CLÁUDIA COSTA

AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS

E depois da Revolução...(Neolítica)? Materialismo e materiais do Ocidente Peninsular, em debate 75
MARIANA DINIZ

Fossas rituais, não funerárias, em aldeia do V milénio A. C. (Castelo Belinho, Portimão, Algarve) 89
MÁRIO VARELA GOMES

Economia Agro-Marítima em tempos neolíticos na fachada atlântica Portuguesa. Breve Balanço 107
JOAQUINA SOARES

NEOLÍTICO MÉDIO?

O Neolítico Médio no Maciço Calcário Estremenho. Cronoestratigrafia e povoamento 133
ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO

O conjunto artefactual do Neolítico médio da Sala do Ricardo, Lapa da Bugalheira (Almonda, Torres Novas) 153
FILIPA RODRIGUES · JOÃO ZILHÃO

O 3.º MILÉNIO E O QUE VEM IMEDIATAMENTE ANTES

A propósito de algumas placas votivas da Anta Grande da Comenda da Igreja (Montemor-o-Novo, Alentejo médio): breves leituras, esperando outras, mais extensas e sistemáticas 167
VICTOR S. GONÇALVES · MARCO ANDRADE

Cloak and Dagger: a problemática das grandes pontas bifaciais no Maciço Calcário Estremenho 199
DANIEL VAN CALKER

A morte à espreita: a possível estrutura funerária calcolítica da Ota (Alenquer) 207
ANDRÉ TEXUGO

O lingote de cobre calcolítico da Folha do Ouro 1 (Serpa) – análise química, microestrutural e isotópica 219
ANTÓNIO M. MONGE SOARES · PEDRO VALÉRIO
ANTÓNIO CARLOS VALERA

Um bom Tipo: questões em torno às tipologias das formas cerâmicas do 3.º milénio a.n.e. do Sul de Portugal: 233
CATARINA COSTEIRA · RUI MATALOTO

Coleccionadores de fósseis: os dentes de tubarão miocénicos das estações pré-históricas portuguesas 249
JOÃO LUÍS CARDOSO

OS FENÍCIOS E A IDADE DO FERRO EM PORTUGAL

Alcácer do Sal e os fenícios no baixo Sado 273
ANA MARGARIDA ARRUDA

Algumas notas sobre as ânforas da Idade do Ferro no estuário do Sado 287
ELISA SOUSA

A mão, o fuso e o tear: notas sobre o contexto e a organização da produção têxtil na Idade do Ferro do Sul de Portugal 301
FRANCISCO B. GOMES

Uma conta vidrada proto-histórica da Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal) 313
JOÃO ZILHÃO · ANTÓNIO P. GONÇALVES · LUÍS C. ALVES
ANTÓNIO M. MONGE SOARES

Em torno da estela do Telhado (Fundão): um ensaio de arqueologia micro-regional 325
RAQUEL VILAÇA

A OCUPAÇÃO ROMANA E A ROMANIZAÇÃO DO SUL DO TERRITÓRIO HOJE PORTUGUÊS

De Chibanes a Monte dos Castelinhos: uma leitura sobre os primórdios da produção anfórica na Lusitânia 345
JOÃO PIMENTA

Contributos de Carlos Tavares da Silva sobre a ocupação romana-republicana da foz do Sado 359
CARLOS PEREIRA

O monumento epigráfico de Palmares (Lagos) 371
AMÍLCAR GUERRA · TIAGO NUNES

A ocupação romana e Zooarqueologia na região de Setúbal: cinco séculos de restos de animais 381
CLEIA DETRY

Revisitando as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim. Velhos e novos dados sobre a primeira publicação de ânforas da Lusitânia 391
RUI ROBERTO DE ALMEIDA · CATARINA VIEGAS · ANTÓNIO CARVALHO

NOS TEMPOS MEDIEVAIS E MODERNOS

Pesca sazonal, no século XII, na costa ocidental do Algarve – O caso da Ponta do Castelo (Carrapateira, Aljezur) 425
ROSA VARELA GOMES

A Península de Setúbal na Idade Moderna. Identidade, Comércio e Globalização (1495-1809) 437
TÂNIA MANUEL CASIMIRO

A TORRADA E O PIRES. ALGUMAS COISAS QUE EU SEI E OUTRAS QUE NÃO POSSO CONTAR (E, POR ISSO, NÃO CONTO)

VICTOR S. GONÇALVES[1]

74 ib-ri dḫum-ba-[ba . . . . .]
75 ib-ri iš-t.n iš-[t.n-ma ši-na ši-na-ma]

My friend, Ḫumbaba [. . . . . ,]
one friend is one alone, but [two are two!][2]

Rien n'est précaire comme vivre
Rien comme être n'est passager
C'est un peu fondre comme le givre
Et pour le vent être léger
J'arrive où je suis étranger[3]

Costumava ver, com o meu filho António Sérgio, ainda pequeno, um filme série B- em *cassette*, sobre um detective rock (*Ford Fairlane rock'roll detective*). Divertíamo-nos imenso e vimo-lo várias vezes. Expliquei ao António o sentido de uma frase que ele não percebia. Alguém perguntava no filme a uma pessoa se gostava de Bach e Brahms e a criatura respondia que não, do que realmente gostava era de Smith & Wesson...

Com Carlos Tavares da Silva a resposta seria diferente, uma vez que o seu gosto pelas armas foi sempre nulo, apesar de termos disparado ambos, dentro de casa, uma espingarda Mauser da primeira Guerra Mundial (havia uma bala na câmara, o estrondo foi grande, o que nos assustou bastante). Bach e Brahms, então.

1 Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras. Professor Emérito da Universidade de Lisboa
2 Al-Rawi and A. R. George (SOAS, University of London) (2014) – Back to the Cedar Forest: The beginning and end of Tablet V of the standard Babylonian epic of Gilgameš, American Schools of Oriental Research, JCS 66, p. 69-90.
3 Poème intitulé ENFER V (1945). Recueil : LE VOYAGE DE HOLLANDE (Louis Aragon).

A história com que abro esta nota, ainda que rigorosa e verdadeira, também é uma metáfora. Estávamos no então Café Esperança, na Avda. Luísa Tódi, em Setúbal, hoje um McDonalds, e mandámos vir um lanche sumário. Ele pediu uma torrada e, quando ela chegou, pegou nela com uma mão e com a outra no pires, que mordeu com estrondo. O pires e a torrada é assim uma boa metáfora da visão holística que o mais distraído dos meus amigos tem do mundo, tão atento a tudo que troca a torrada pelo pires, sendo ambos, afinal, importantes.

Tinha 11 anos quando o conheci, no Liceu de Setúbal e quando passou para o Colégio Frei Agostinho da Cruz não quebrámos a relação de amizade, bem pelo contrário, e continuámos a discutir Darwin e Lamarck, a Ilíada (que, para mim, era uma obsessão, e ainda hoje é) e todos os autores que caçávamos na livraria do beato Sr. Silva, na Rua dos Ourives. Sabendo disto, o Pai dele, Jacques Tavares da Silva, passou a perguntar-me que livro lhe devia oferecer pelos anos e as trocas de ideias corriam ainda melhor. Um dos livros que nos marcou era de Érico Veríssimo, *Viagem à Aurora do Mundo*, com dinossauros e outras histórias. Depois, por outras razões, Jorge Amado.

A Tertúlia *Cultura, Ciência e Saber*, que fundámos, e que criou uma página cultural no jornal *O Setubalense*, reunia uma fauna bizarra para uma cidade de província como Setúbal, então tão perto e tão longe de Lisboa. Literatura, poesia e História... e política. O Carlos estava próximo dos vermelhos, eu focava a minha admiração em sociedades como a sueca e a dinamarquesa, para mim um modelo de democracia. Escrevia eu sobre a Guerra do Peloponeso, Atenas contra Esparta, a liberdade e a inteligência contra a dureza militar... A mitologia grega, o cavalo Xantos, Heitor, que sabe que vai morrer ao enfrentar o anax Aquiles, mas que o faz pela sua cidade, a Tróia de Príamo e pelos seus concidadãos.

Parti em 1963 para a Faculdade de Letras de Lisboa, a minha segunda casa ainda ao fim de estes anos todos, e passei a ver menos o Carlos. Quando o D. Fernando de Almeida e o Veiga Ferreira se zangaram, poderia esperar-se que o mesmo aconteceria connosco. Erro crasso. Mesmo pensando de maneira diferente, nunca nos zangámos e ainda hoje respeitamos cuidadosamente as fronteiras. Discordamos em muitas coisas, mas continuamos a respeitar a maneira de pensar do outro. Quando se reorganizou o Mestrado em Pré-História e Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa, chamei-o para ensinar recursos marinhos e malaco-faunas, um dos seus gostos antigos. Fomos das raríssimas Faculdades europeias em que tal acontecia. Graças a ele, à sua paixão por ensinar e ao gosto que tinha em transmitir aos outros o que sabia. Dos alunos, nunca ouvi uma crítica a seu respeito. Sou dos que pensam que unanimidade só nos cemitérios, mas neste caso, felizmente, estamos todos (ainda) vivos!!

Como caracterizar o pensamento, em Arqueologia, de Carlos Tavares da Silva?

Às vezes, quando se quer fugir a questões espinhosas, alguns dizem «...ainda é cedo para...». Hipocrisia e cobardia. É sempre tempo para comentar, criticar ou aplaudir. As ruas das cidades estão cheias de nomes de gente que nunca pensou lá estar. Mais vale tarde que nunca, diz o povo, no seu conservadorismo nato. Claro que é bom recordar os antepassados, mas melhor é dizer enquanto eles estão vivos o quanto os apreciamos. E as contribuições do Carlos são grandes e diversificadas.

Em primeiro lugar, a sua leitura dos monumentos e sítios. Nunca os isolou dos seus contextos e problemáticas. Procurou sempre ver através deles e para eles. As múltiplas realidades existentes estão lá. É preciso olhar e registá-las. O estudo sobre os Chãos de Sines, com a Joaquina Soares, é um exemplo. A Ilha do Pessegueiro, outro. Os projectos territoriais não são muito comuns em Portugal. A investigação com Françoise Mayet é outra prova de um modelo tão holístico quanto possível.

Em segundo, vem a importância dos artefactos. Sendo eles o que os documentos escritos ou gravados são para os historiadores. E aqui a formação em ciências exactas ajudou. A sintetização traduzida na classificação das cerâmicas constitui uma contribuição inestimável. Contrariamente a quem parte de palavras para palavras e daí para outras palavras, por vezes numa aparentemente

deliciosa superficialidade, estudar materiais arqueológicos e estruturas, e justificar as escolhas dos seus atributos significantes, é mesmo indispensável. Fiz isso toda a minha vida com as placas de xisto gravadas (também com as cerâmicas, menos com o sílex). O Carlos baseou-se em critérios matemáticos para separar os pratos calcolíticos das taças carenadas e este é só um exemplo. A nossa geração seguiu Santos Rocha no uso do teodolito e a nossa própria cabeça no uso do Código Munsell. Mas não eram usos tópicos, era a convicção da importância da normalização. Gosto muito de cactos, mas não esterilizaria o jardim para que eles crescessem mais que outras plantas.

Em terceiro lugar, bem, Economias, Sociedades, Civilizações. Enquanto aluno do Liceu, um livro mudou a minha vida, *A economia dos Descobrimentos Henriquinos*, de Vitorino Magalhães Godinho. Na Faculdade, como aluno de Borges de Macedo, aprendi a estimar a exactidão das palavras. Com Joaquim Veríssimo Serrão, aprendi a ler a escola dos *Annales* e apaixonei-me pela escrita de Lucien Febvre. Como colega de Joaquim Barradas de Carvalho, a importância da multiplicidade dos olhares. Como professor de muitos alunos, que o mundo muda muito mais depressa do que julgamos. Para quem só acredita numa Deusa, princípio primordial da Vida, está tudo dito. Ensinei aos meus alunos André Leroi-Gourhan, um autor marxista que nunca citava Marx. E recomendo sempre que leiam Carlos Tavares da Silva, cujo pensamento organizado tem subjacente as principais estruturas das sociedades, das economias e das civilizações.

Lisboa, 2021-08-05

▶

O Jornal *O Setubalense*, ainda hoje existente, misturava notícias pró Estado Novo com uma considerável liberdade atribuída aos seus colaboradores. Apesar do rigoroso controlo exercido pela censura da época, acolheu, atribuindo-lhe uma página por inteiro, a tertúlia *Cultura, Ciência e Saber*, sem o exercício de qualquer censura do jornal. Recorda-se com saudade o seu director, Guilherme Faria e o excelente acolhimento que sempre nos prestou, ao Carlos e a mim.

SETUBAL, Ano 31.º-N.º 2830-Preço $50 — Quarta-Feira, 13 de Setembro de 1961

o SETUBALENSE

ORGÃO INFORMATIVO E DEFENSOR DOS INTERESSES DO DISTRITO DE SETUBAL

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: DINIZ BORDALLO-PINHEIRO - DIRECTOR ADJUNTO: GUILHERME FARIA - EDITOR: DOMINGOS TAVARES ROQUE - REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DE "O SETUBALENSE", 21-1.º E PRAÇA DE BOCAGE, 12 E 13 - TELEG. "JORNAL SETUBALENSE" - TEL. 22565

O MALOGRO DA SOCIEDADE COMUNISTA

Um espírito atento e bem esclarecido fàcilmente se apercebe de que os antagonismos internacionais tendem a condensar-se em torno de dois grandes blocos. As divergências de opinião das potências ocidentais, motivadas por considerações de ordem político-económica, têm constituído obstáculo insuperável à formação de uma comunidade de defesa susceptível de garantir o equilíbrio entre forças opostas na sua origem, estrutura, e objectivos. Paira sobre a humanidade o espectro da guerra.

A recente evolução dos acontecimentos internacionais, para além dos aspectos políticos que revelam, traduz a completa bancarrota das valorações filosóficas em que se fundamenta a utopia comunista. A unidade ideológica do mundo socialista foi quebrada nos seus alicerces pelo radicalismo chinês, inimigo potencial da própria Rússia, a quem não tolera a crescente hierarquização dos grupos sociais. As nações escravizadas ao jugo moscovita começam a sentir os efeitos contraditórios da teoria que coactivamente lhes foi imposta, respiram os ventos dum nacionalismo latente que desabrocha, cresce, penetra em todas as camadas sociais.

O direito e moral social, considerados em si mesmos ou nas suas relações de normatividade, têm por fim assegurar o equilíbrio entre a vida e o espírito. Chamamos vida, «bios» ao complexo de impulsos biológicos do homem, onde impera a lei da conservação, o egoísmo individual ou colectivo. Chamamos espírito ao conjunto de valores espirituais, sobretudo éticos, que temos de reconhecer com existência autónoma, independentemente de interpretação metafísica. Qualquer fórmula jurídica que se adopte não pode, sob pena de destruição, ignorar o dualismo de naturezas de que o homem participa. A verdadeira nobreza de ser humano reside no elemento ético e nenhum direito é legítimo, nem mesmo praticável, quando eivado de valoração materialista agnóstica aos valores do espírito. A sociedade comunista quando considerada no plano teorítico, embora pensável no ponto de vista lógico, é impraticável porque de modo algum se conforma com a natureza e essência do ser humano. Eis o argumento que a História, mestra da vida, oferece àqueles que por ignorância ou medo se habituaram a respirar com prazer os ventos que sopram das estepes moscovitas, outrora impetuosos, hoje apenas uma brisa que tende a desaparecer.

E' certo que o homem, já o dizia Aristóteles, é indivíduo e sociedade. O ser do homem é «com os outros». Mas nesta transcendentalização, no superar-se a si mesmo, a parte principal é o indivíduo.

Já o dizia Hegel: a sociedade é uma «abandonada de Deus». Só o indivíduo, o «dasein» na formulação de Hedegger, são susceptíveis de verdadeira existência. A sociedade empírica é elemento secundário, como qualquer outro «sendo», mas de modo nenhum, veículo natural do espírito.

A sociedade é mera condição, meio protoplasmático capaz de possibilitar a germinação e formação do núcleo luminoso que é o indivíduo.

A sociedade comunista, pelo contrário, partindo dum pressuposto oposto procurou apagar a concepção tradicional da autonomia individual, transformar o ser humano em produto social, com menosprezo pelas ideias e valores. Os condicionalismos económicos favoreceram, em certa medida, a larga difusão duma doutrina utópica, lançaram a confusão nos espíritos e muitos aderiram inconscientemente levados pela ilusão de melhores dias, que não chegaram.

Nos tempos que correm, ainda que o panorama internacional se apresente sombrio e incerto, os povos livres parecem compreender o verdadeiro alcance e sentido dessa utopia que por certo constituirá uma página negra nos anais da História.

JOSÉ ANÍBAL DE FREITAS

EM POUCAS LINHAS

DO PAÍS

AO INAUGURAR a reunião da Confederação Internacional do Linho e do Cânhamo, o ministro da Economia afirmou que Portugal poderá seguir o exemplo da Inglaterra: aderir ao «Mercado Comum». Sendo assim — disse o sr. eng Ferreira Dias — é forçoso que as indústrias se organizem numa base que exceda o quadro nacional.

FOI FEITO convite aos tenentes milicianos de todas as Armas e Serviços, em qualquer situação, para prestarem serviço no Ultramar como capitães no comando efectivo de companhias, baterias ou esquadrões. Este convite é extensivo aos capitães milicianos.

DE AVIÃO regressou ontem ao México o artista Mário Moreno, o popularíssimo «Cantinflas» que veio a Lisboa tomar parte num festival a favor da criação de um Banco de Olhos. O sr. Presidente da República conferiu-lhe o oficialato da Ordem de Benemerência.

O PROVEDOR da Misericórdia de Lisboa, dr. José Guilherme de Mello e Castro realiza amanhã uma conferência de imprensa para informação acerca do serviço de Apostas Mútuas Desportivas (Totobola).

DO ESTRANGEIRO

NÃO ACREDITO na guerra, mas se o Ocidente não faz, sem demora, um grande esforço de coesão a fim de estabelecer uma política positiva com o fim de negociar com a Rússia, encaminha-se para um grande desastre diplomático — declarou Paul-Henri Spaak, ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.

NUMA DEMONSTRAÇÃO de força que toma o aspecto de chantagem com o Ocidente, a Rússia fez explodir ontem, no Ártico, mais uma bomba nuclear. E' a 58ima em doze dias.

O FURACÃO «Carla», que assolou a América do Norte, com rajadas de 240 quilómetros à hora, matou 17 pessoas e causou prejuízos de mais de 5 milhões de contos. O tufão «Pamela», que atingiu a Ilha Formosa (China nacionalista), destruiu mais de 4 000 casas e edifícios e causou 27 mortos, 175 feridos e 19 desaparecidos.

Balanço e Relatório

Estamos a um passo do fim do Verão. O Turismo em grande escala vai, portanto, repousar. Os estrangeiros, assim como chegaram num repente e em número avassalador, assim, também, e como por encanto, se evaporaram. Contam-se agora, em relação à maré viva da sua presença, pelos dedos de uma só mão. Lá longe, em Paris, em Bruxelas, em Madrid, na Dinamarca ou Grã-Bretanha, há negócios por tratar, secretárias desocupadas, oficinas reclamando o pessoal. E eles foram, que a vida também é trabalho. Sentimos todos, e por motivos vários, a sua falta. Mas a verdade, e embora custe aceitá-la, é só uma: para os seres humanos, as férias do ano findaram, é a vez do Turismo as gozar.

Supomos ser neste período calmo que os dirigentes da nóvel e próspera Indústria, por maiores ou menores que sejam as suas responsabilidades e o seu campo de acção, efectuam o *balanço* da actividade realizada nos sectores por que respondem. Esse balanço servirá, fundamentalmente, como crítica ao passado, exame do presente e base orientadora do futuro, factores sem os quais, por mais esforços que se dispendam, nenhuma obra singra capazmente. Cremos bem que, mais interessada, menos interessadamente, não há um só órgão responsável que fuja ao balanço do seu labor. Mais que não seja por descargo de consciência...

A esse balanço deveria corresponder (e nalguns casos corresponde) um *relatório* público dessa mesma actividade. Relatório que fosse minucioso, franco, aberto à crítica, sem mal-disfarçadas desculpas, que não escondesse fosse o que fosse, um documento explicativo das diversas contrariedades surgidas no decorrer do ano turístico, que gritasse bem alto aquilo que se houvesse feito, aquilo que se tivesse projectado, aquilo que não se tivesse podido erguer e o porquê da impotência. Seria uma forma útil de trabalho junto da massa anónima — aquela que também sente os problemas intensamente e à sua maneira, que se interroga, requer e protesta contra a inacção, sem desta conhecer os motivos.

Pela parte que nos diz respeito, esse relatório, quando mais não valesse, esclareceria as origens do nosso *marcar-passo*, verdade sobre a qual, em boa consciência, todos navegamos. Ficaríamos inteirados (vamos admiti-lo) acerca dos, certamente, múltiplos e irremovíveis obstáculos que se levantam na frente da Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida, impedindo-a de nos oferecer, de nos confortar com a realização de um plano de actividades tão constantemente desejado. Ser-nos-ia, assim, possível saber por que extraordinária fatalidade, ano após ano, Verão após Verão, o nosso Turismo permanece, fica, está, não anda coisa que se veja, não fala coisa que se ouça. Tornando conhecidas as prováveis razões impeditivas, a Comissão Regional de Turismo prestaria a si mesma um bom serviço. Caso contrário, não faltará quem a acuse de ser a única culpada da situação actual. Setúbal, Sesimbra e Palmela precisam de que se lhes incremente o Turismo. E esperam, de quem deve orientá-lo, um gesto ou uma palavra. Esta a verdade.

ARMANDO TRINDADE

Recorda-se Bocage nascido há 196 anos

Numa modesta casa da Rua Bartissol (antiga de S. Domingos) viu a luz do dia em 15 de Setembro de 1765 — faz, portanto, na próxima sexta-feira 196 anos — Manuel Maria Barbosa du Bocage, descendente de ilustres famílias. Foi crescendo à vista da beleza ímpar que a Natureza semeou em redor do velho burgo setubalense, regando-o com o precioso Sado, de águas mansas e tranquilas.

Se o germe da poesia assinalava já o ser predestinado de Bocage, por atavismo dos seus antepassados, decerto, também, que a circunstância do meio e a exuberância mimosa da paisagem que se lhe deparou no dealbar da sua existência não foram estranhas à expansão e valorização do seu estro.

E, pela vida fora, mesmo errante, nunca se esqueceu da sua terra natal, fazendo-lhe alusão em alguns poemas escritos mesmo longe dela.

Como tem a sua terra reconhecido o valor e a projecção do seu filho ilustre? Nem sempre com o carinho devido. Porém, ele está na alma do Povo, que já o vai compreendendo na sua verdadeira faceta de poeta construtivo, em vez do suposto criador de anedotas, na sua maioria apócrifas, especialmente as mais grosseiras.

A realização de conferências tem sido, sem dúvida, um meio de elucidação acerca da verdadeira personalidade de Bocage. Mas seria necessária uma maior e mais acessível divulgação dos traços principais da vida e obra do egrégio Poeta.

(Continua na 2.ª página)

ESPOSAS DE CONGRESSISTAS VISITARAM A ARRÁBIDA

As esposas dos congressistas que tomam parte na reunião da Mesa Redonda do Instituto Internacional das Ciências Administrativas, anteontem oficialmente inaugurada em Lisboa, visitaram ontem, a convite do S. N. I., a Serra de Arrábida.

PENSA-SE NO ARRANJO URBANÍSTICO da Avenida Todi

De há muito que a Câmara pensa na remodelação da nossa principal avenida, tendo em atenção os múltiplos factores que podem concorrer para o seu melhoramento e também as condições em que o pode realizar.

Em última análise e numa primeira fase, o assunto foi considerado no sentido de se manter o seu traçado tal como está — àparte melhorias de pormenor — desde o Quartel ao Mercado, conservando-lhe as características de passeio público.

Porém, a partir daquele ponto até ao fim da grande avenida, e onde ela é mais pobre de edifícios e de outros adornos, o seu traçado será, em linhas gerais, alterado da seguinte forma: A faixa de rolagem da largura aproximada de 12 metros será aberta ao centro. Onde florescem hoje as duas áleas de árvores de cada lado, se estabelecerão pequenos passeios que separarão esta faixa de rolagem das outras hoje existentes, que serão diminuídas, pelo acréscimo dos respectivos passeios e darão serventia, de um modo particular, aos prédios que lhes estão contíguos.

Com vista a este plano está sendo feito o levantamento topográfico desta zona da avenida e a execução dos respectivos trabalhos supõe-se poder ter início no próximo ano. Está igualmente previsto o arranjo artístico do muro da Saboaria.

4 O SETUBALENSE 13-9-1961

UNIVERSO C.C.S.

PÁGINA DA TERTÚLIA CULTURA, CIÊNCIA, SABER

Coisas desta Setúbal

I

UMA VISITA AO PARQUE DO BONFIM

Ao iniciar-se qualquer série de artigos, sobre isto ou aquilo, é absolutamente indispensável uma prévia introdução, uma espécie de cartão de visita, em que se fala do assunto a tratar. Pois bem: vereis nestas despretensiosas crónicas uma breve crítica às diversas facetas da vida da nossa cidade. Por estas linhas perpassarão os inauditos e insondáveis mistérios do assassínio premeditado das inofensivas rãs do Parque do Bonfim, do cruel atrofiamento e mutilação da árvore do "Largo da Ribeira Velha" além dos decorativos aspectos do histórico monumento megalítico, de alto valor turístico, da entrada da dita ribeira. E porque diremos só, apenas, e nada mais que a verdade, há-de chegar o dia (nem que ele se situe nos séculos XXI, XXII ou XXIII) em que seremos ouvidos e em que essas coisas se farão precisamente quando já não precisarem serem feitas. Assim será.

E, porque a nossa tarefa não será só criticar, queremos aqui enaltecer três habitantes da nossa cidade que, sacrificando-se para proporcionar ao nosso bom povo alguns momentos de boa música, lutaram incansàvelmente contra a inércia depravante e malfazeja de alguns.

Citar seus nomes seria ofender sua modéstia mas todos os setubalenses sabem decerto de quem se trata e eles poderão estar seguros da imensa gratidão que lhes votamos.

O alvo do bombardeio de hoje será o nosso Parque do Bonfim. Sim, esse Parque do Bonfim que a Câmara, prosseguindo na louvável e digna obra do engrandecimento da cidade, semeou de graciosos cestos destinados a papéis e outros objectos, que anteriormente *ornavam* as áleas frescas, ensombradas pelas copadas e frondosas árvores que as ladeiam.

Mas entremos pela rua que principia (ou acaba) no lado da Escola Comercial e Industrial que se situa perto ao café «Académica». Passamos sob os galhos de uma enorme árvore e continuamos pelo caminho embebidos na contemplação de uma relva fresca e de recantos graciosos.

Mas eis que, depois de termos aspirado os ares puríssimos e admirado a beleza do cenário, se nos depara uma pequena surpresa. Junto a uma fila de bancos vemos um espaço vazio de relva ou com esta seca e definhada. Defeito de irrigação?

Impossível: podemos orgulhar-nos de o Parque possuir um dos mais modernos sistemas de rega do País.

Que será então?

E' que — e custa-nos dizê-lo — um grupo de desajuizados comodistas decidiu «encurtar» o caminho para os bancos e numa injustificável pressa destroem aquilo que tanto trabalho deu à municipalidade.

Abanamos tristemente a cabeça e seguimos em frente, deleitando-nos com o maravilhoso panorama do lago em que só não ficariam bem alguns cisnes, quais macios flocos de espuma, dado que certos indivíduos, de duvidosa reputação, ràpidamente lhes dariam outro fim que o previsto.

Com efeito, quem se entretém com uma crueldade monstruosa a observar as entranhas das infelizes rãs não poderia, de maneira alguma, deixar de efectuar gastronómicas experiências com os decorativos cisnes.

Seguimos agora o estreito carreiro rodeado de árvores em que mãos de vândalo gravaram nomes com uma sem-cerimónia que nos pasma e nos lembra o estado dos pouco abundantes bancos, riscados de maneira brutal.

Mas o Destino pode muito e é assim que verificamos que graças aos atropelos e desvarios de um grupo incivilizado de «meninos-bem» teve de desaparecer um banco com o seu respectivo carreiro.

E para esquecer que os decorativos cones luminosos do Parque Infantil estão sempre apagados, lamentando-se da sua triste sorte, vamos abrir os cordões à bolsa e tomar um refresco, que só não nos refresca muito pelo seu preço, no belo e próspero «Restaurante do Parque».

Apenso:

Há já bastantes anos que os infelizes habitantes do troço da Avenida Luísa Todi, que vai desde a esquadra até perto do largo da forca, como vulgarmente lhe chamam, dão frequentes saltos de surpresa.

Mas apesar dos sustos sucessivos mostram uma verdadeira resignação em suportá-los, lembrando-se que o mal é hereditário. Provàvelmente dele já padeciam seus pais e os pais de seus pais.

Acontece então que, quando o habitante da referida zona se está embalando nas asas de Morfeu, esperando um sono repousante, justo ou injusto lenitivo de um dia ocupado a trabalhar, ou a não fazer nada, ouve de súbito uma chinfrindeira infernal.

A princípio, ainda ensonado, pergunta a si próprio se não será um novo instrumento de tortura, inventado com todos os requintes pela Câmara, para que os setubalenses não se esqueçam de pôr as suas contribuições em dia. Mas de repente solta um grito de terror: «Maldição! E' de novo aquela diabólica sereia». Depois o desgraçado mete a cabeça debaixo do travesseiro, tapa-a com pilhas de cobertores e, vendo que todos seus esforços são baldados, resmunga qualquer coisa pouco lisonjeira para a sereia e vai pôr em dia a sua colecção de selos ou moedas ou ainda ruminar inconfessáveis desejos de espatifar a malfadada sereia.

De facto, mal ela emite o seu inconfundível, angustioso e arrepiante som, um pobre indivíduo pacato e sem culpa vê assim estragada boa parte da sua noite, irremediàvelmente perdida.

Pergunta-se: Não será possível remediar este flagelo?

Estamos certos, que, com um pouco de boa vontade, tudo se fará.

VÍTOR MANUEL GONÇALVES

O TRANSFORMISMO

— uma grande Verdade que luta pela Verdade

Desde que o sábio naturalista Georges Cuvier (1769 1832) penetrou nas brumas do passado e dele conseguiu colher aquilo que constitui a verdadeira ou, pelo menos, a mais directa génese do homem e dos seres vivos; que com afincado estudo e amor pela História Natural conseguiu arquitectar o ramo da Paleontologia (ciência que se ocupa do estudo dos fósseis), se ficou mais ou menos conhecendo toda a história da Terra e, portanto, estabelecida a verdadeira origem do homem e da vida (?).

Seguiram-se então, algumas revisões, outras descobertas que vieram juntar-se às primitivas, e a obra encontra-se nos tempos presentes bastante completada—àparte algumas lacunas ainda por decifrar—, o que nos autoriza desde já a crermos o mais convictamente possível na génesis que a Ciência nos tem dado.

O homem nasceu de uma cadeia evolucionista; de seres já preexistentes e que se transformaram depois; de leis físicas conjugadas lindamente com leis biológicas e químicas. Isto está provado e mais que provado!

Porém, não quer dizer que a origem de toda essa formidável engrenagem da evolução, desde que a *nebulosa* de Laplace originou a Terra, não tivesse sido produzida por uma força divina, por um ser superior a que chamamos Deus! Já dissemos há tempo (v. «O Transformismo perante a Igreja», página «Universo» n.º 3 de 31/5/61) que a própria Igreja Católica aceita, de certo modo, as teorias transformistas (lamarkistas, darwinistas, etc.).

Pois não obstante, é grande o número de descrentes, de pessoas que teimam em não aceitar a verdade dos factos.

Quando os homens de espírito vulgar se debruçam sobre qualquer assunto melindroso, que convida e obriga ao lanceamento duma ideia funda, esses mesmos homens preferem contentar-se com um jogo de quimeras que, não obstante os lançarem em concepções erradas, lhes oferece requintado prazer, ilusões mirabolantes, mas que, pelo menos, lhes ocultam verdades daquelas que não gostariam de ouvir.

Este é um desses casos.

Apresentou-se a origem do homem descrita subjectivamente (o escrito na Bíblia).

Poucos alcançaram, então, a ausência dessas descrições do *Livro de Deus*.

A maioria, a mole imensa de ignorantes, contentou-se em deglutir sòmente as partes que não a obrigou a pensar. E, deste modo, ficou fazendo idelas fantasiosas do aparecimento do Homem.

Veio a Ciência. Profundou as frases divinas. Recolheu provas materiais e demonstrou sapientíssimamente essa origem. Disse que o homem é o último elo, por ora, da monstruosa cadeia da evolução dos seres; que teria vindo provàvelmente do macaco e, como essa multidão de mentes atrofiadas e *vulgarissimas de Lineu* lhe

(Continua na 3.ª página)

Carlos Tavares da Silva

PASSEIO NO INVERNO

Floresta negra de caminhos verdes
regada com lágrimas de neve...

Lago vazio, de água límpida
transformada em gelo de dor,
sem sangue.

Árvores de braços pendentes
e frios,
à espera de abrigo.

Anda a luz fugidia do Sol,
a sorrir,
na escuridão fantasmagórica
da floresta...

Adélia Rapaz

UNIVERSO
PAGINA DA TERTULIA
CULTURA • CIENCIA • SABER
número 6

Súplica

Avezinhas, que, pelos céus, voais,
Esvoaçando em ledos devaneios,
Parai por um instante, ouvi meus ais,
Que tudo vos direi, eu, sem rodeios!...

Segui, agora; as dores, de mim levais,
A' volta não vos tenham os peitos cheios.
Trazei-me antes saudades, tudo o mais,
Para o trazerdes, faltam-vos os meios...

Correi, correi, não vos detenha a viagem,
Nem vossos olhos topem a miragem
Dum coração, vos queira cativar!

Agora, vós, sois minhas mensageiras!
Oh, voai, se vossas penas são ligeiras,
As minhas, são difíceis de arrostar!...

Luis Mendonça Teixeira

ESCLARECIMENTO

Não Vendemos Pedestais

Há muitas religiões no mundo. Temos até a liberdade de criar uma religião nova para nosso uso pessoal. Mas, é melhor não nos preocuparmos com a criação de novos deuses, novos dogmas, novos ritos.

A maior religião do mundo, a mais antiga, a única verdadeiramente universal, já está criada, nasceu com o primeiro homem ou com o primeiro macaco..., humanóide. Tem regras simples, não precisa de catequização, e cada um é sacerdote, deus e santuário. Creio que já compreenderam que se trata da Egolatria, ou adoração de nós próprios.

Disse que a Egolatria tinha regras simples, mas a fundamental é esta: que cada um se adore a si próprio sem incomodar o seu semelhante. Porque, Santo Ego, se cada um de nós vai procurar, ou forçar adeptos para a sua religião, tenho a impressão que muita gente tornaria a fazer Cruzadas, por conta própria...

Constantemente temos oportunidade de ver indivíduos muito afadigados a construírem o seu pedestalzinho na praça pública, para se empoleirarem lá depois, com grande gáudio da assistência. Outros, um pouco mais argutos, pedem ou obrigam a terceiros que lhes construam um pedestal, mesmo modesto, por amor de deus (neste caso o seu deus são eles próprios, o seu Ego, compreenda-se...).

No meio desta confusão, a Egolatria debate-se numa luta de morte. Se nos começamos a adorar uns aos outros, ou a obrigar os outros a adorarem-nos, esta formidável religião há-de fatalmente entrar numa terrível agonia que todos nós tememos. Por isso, e a bem do amor-próprio de cada um, nós esclarecemos que não vendemos pedestais nas nossas praças, e só os cedemos gratuitamente, a quem muito bem entendemos que os merece.

Não estamos dispostos a fornecer pedestais de argila, porque quando vem a luz do Sol logo seca e se desmorona. Não alimentamos as vaidadezinhas de cada um, simplesmente porque não as compreendemos ou as desprezamos.

Adorai-vos em paz a vós próprios, mas não nos incomodeis com a vossa propaganda, pois nós também não impomos a nossa estátua ao culto de ninguém. E' bom que todos saibam que a nossa Tertúlia é um grupo literário-científico e nenhum dos seus membros tem qualquer tendência para a indústria das escovas e pomadas...

Por isso, com grande desgosto (daqueles a quem me dirijo) e muitos apoiados (da nossa consciência), me compete informar que na nossa página «Universo» não se vendem pedestais para exposição de vaidades próprias ou alheias.

José Viriato S. Ramos

PARA A HISTÓRIA DE UM PERCURSO

ANA CATARINA SOUSA[1]

CARLOS TAVARES DA SILVA CONVERSA COM ANA CATARINA SOUSA

MAEDS, SETÚBAL, 2021.06.

ANA CATARINA SOUSA (ACS)
Começamos pelo princípio! Perguntava-lhe qual foi a razão inicial do seu interesse em Arqueologia. É talvez difícil responder...

CARLOS TAVARES DA SILVA (CTS)
Não é muito difícil! Eu e o professor Victor Gonçalves eramos uns jovens, uns jovens com 11, 12 anos, para quem o ensino oficial, o liceu, não satisfazia inteiramente. Ambos tínhamos interesses bastante diversos e sobretudo focados, no caso do Professor Victor Gonçalves, na História e na literatura Clássica, e eu nas ciências da natureza e muito particularmente na paleontologia. E decidimos fundar uma tertúlia cultural onde nós e outros colegas com interesses específicos na poesia, na pintura, enfim com interesses bastante particulares e extra-curriculares discutíamos os assuntos mais diversos que nós próprios apresentávamos. Isso confesso que foi para nós uma escola importantíssima.

ACS
Como se chamava a tertúlia?

CTS
Tinha um nome um tanto pomposo: Tertúlia Cultura, Ciência e Saber. [risos]. Era o título. Bom, e no âmbito dessa tertúlia, que tinha uma página em *O Setubalense*, o jornal local, e sobretudo no âmbito das relações de amizade que eu mantinha com o Victor Gonçalves, embora eu continuasse a interessar-me mais pela paleontologia, a verdade é que, por influência dele, comecei também a interessar-me por Arqueologia. Portanto, esse foi o início da minha ligação à Arqueologia. Claro que a Paleontologia ajudava pois, como sabe, a Paleontologia está muito ligada à Arqueologia Pré-Histórica. Não é por acaso que a Arqueologia pré-histórica em Portugal nasceu precisamente com geólogos e paleontólogos, com o Carlos Ribeiro, Nery Delgado e Pereira da Costa e, portanto, não foi difícil, a partir da influência do Professor Victor Gonçalves caminhar por aí. Depois, embora eu tenha na Faculdade seguido o curso de Geologia e depois de Biologia, a verdade é que comecei a frequentar de forma muito assídua os Serviços Geológicos, porque a Faculdade de Ciências ficava muito próxima dos Serviços Geológicos de Portugal, e aí, com o Veiga Ferreira e o Zbyszweski, esse meu interesse foi-se consolidando.

ACS
E o que trouxe da Biologia, da Geologia, para a Arqueologia? Como moldou a sua forma de ver a Arqueologia?

CTS
Bom, talvez falar sobre isso não sei se não será um pouco pretensioso, mas trouxe-me uma preocupação grande ao nível da precisão...

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. sousa@campus.ul.pt.

ACS
Eu que estou de fora, vejo que cedo a sua leitura foi de ecossistema, não só estuda a cultura material, mas talvez tenha sido dos primeiros arqueólogos na década de 70 a usar a interdisciplinaridade. A maneira como vê os sítios e as problemáticas de forma ecossistémica...

CTS
Pois sim. E a interdisciplinaridade preocupou-me sempre desde o início. Digamos que a minha primeira publicação científica, foi sobre um tema que, sendo do domínio da Biologia fazia uma transição para a Arqueologia, era já uma forma de arqueozoologia, foi a fauna malacológica do Castro da Rotura, com prefácio do Veiga Ferreira. Olhe! é uma coisa que não é referida aqui (aponta para lista de produção bibliográfica em fase de trabalho). Não é bem um artigo, é um opúsculo. Não é nem um artigo nem um livro! De modo que esse foi o primeiro trabalho. Depois tanto o Victor Gonçalves como eu começámos a trabalhar na Rotura e aí acho que foram as primeiras contribuições que nós demos para a Arqueologia. Demos a conhecer pela primeira vez, é verdade, uma sequência estratigráfica para o Calcolítico da Estremadura, que não existia na bibliografia.

ACS
E que é, ainda hoje, uma referência!

CTS
O Savory em VNSP tinha feito uma tentativa. Mas nós, creio que, ao nível da publicação, fomos pioneiros, mesmo em relação ao Savory.

ACS
Foram antes...

CTS
Exactamente! E a sequência que o Savory apresenta não corresponde, quanto a mim e acho que quanto ao Professor Victor Gonçalves também, precisamente àquilo que ocorreu, porque o Savory colocava, salvo erro (eu já li isto há dezenas de anos...), a folha de acácia acima do campaniforme, não era? Pois, pois. Essa foi, em termos de contribuições, a primeira para o avanço do conhecimento do Calcolítico, tanto eu como o Victor estávamos de acordo.

ACS
E se falamos do que trouxe da sua formação na área das ciências da terra e da vida, também há algo que marca muito, que é a sua perspectiva do materialismo dialéctico. De que forma é que a sua matriz política se reflecte na sua forma de fazer Arqueologia?

CTS
Cada individuo é um todo, portanto em mim convergiram influências das mais diversas origens e sem dúvida que foi decisivo o conhecimento da evolução. Isso foi muito importante. A tomada de conhecimento sobre a evolução da vida, a evolução do homem e a origem animal do Homem. Portanto, logo aí abriram-se-me horizontes de carácter materialista, evidentemente. E depois a própria tertúlia derivou e evoluiu para formas de discussão que começaram a integrar a própria sociedade onde vivíamos. Não nos podemos esquecer que o Círculo Cultural de Setúbal, que surgiu na sequência da tertúlia, foi uma associação claramente de oposição ao regime. sem dúvida nenhuma. As nossas sessões eram acompanhadas sempre por um agente da PIDE encartado. Sim, sim. [risos]. Quando saíamos, no fim das sessões, eramos abordados e ameaçados etc.
Comecei na tertúlia, e foi a partir daí que se criou um grupo que era o Centro de Estudos Humanísticos, também um nome altamente pomposo. E foi a partir daí que fundámos o Círculo Cultural, portanto está a ver o percurso também ideológico. Porque o Círculo Cultural e já este Centro, foi aqui que o José Afonso pela primeira vez se apresentou em Setúbal. Sim, sim, era muito interessante. Debatíamos temas escaldantes para a época.

ACS
E depois do 25 de Abril é outra fase, não é?

CTS
Sim, claro. Eu tive os primeiros contactos com o Partido Comunista Português em 1969. Depois entrei para o MDP/CDE, que era um apêndice do PCP, e tornei-me mesmo militante do PCP a seguir ao 25 de Abril. Portanto, foi este o meu percurso político.

ACS
E também podemos dizer de alguma forma que terá sido o primeiro arqueólogo profissional em Portugal, No Gabinete da Área de Sines, corporizou a profissionalização da actividade arqueológica em Portugal.

CTS
E eu não hesitei minimamente, quando fui convidado para o Gabinete da Área de Sines, para o Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines, não pensei duas vezes. Eu era professor na Escola Comercial e Industrial de Setúbal e também no Colégio Liceal Frei Agostinho da Cruz e deixei tudo. Em 1972. Era o Farinha dos Santos, eu e a Joaquina. Depois do 25 de Abril fui nomeado director do grupo e tínhamos funcionários e foi realmente uma experiência excelente porque, para já, o Gabinete da Área de Sines era uma experiência piloto do neo-capitalismo em Portugal.
Preocupavam-se então com o conhecimento científico das diversas realidades do território que se propunham industrializar.
Da realidade geográfica, sociológica. Por exemplo quem estava à frente da Geografia era o Jorge Gaspar. Também a Biologia...
Enfim, também a Arqueologia. Até porque partiam do princípio de que as jazidas arqueológicas podiam vir a ser afectadas pelo desenvolvimento urbano-industrial que o Gabinete tencionava implementar. Bom, para já, nós estávamos integrados num contexto interessante e de diversos domínios do conhecimento. Para além disso, podíamos, no que se refere à prospecção, ter uma acção bastante livre, e isto porquê? Porque o Gabinete da Área de Sines acabou por acabar praticamente com a propriedade privada da terra em toda aquela área. E a área era todo o concelho de Sines e uma grande parte do concelho de Santiago do Cacém. Tudo aquilo foi nacionalizado, expropriado. Não havia vedações, não havia nada disso que hoje em dia para fazer uma prospecção é uma coisa diabólica. Não tínhamos que pedir autorização ao dono desta ou de outra courela. Tínhamos o território por nossa conta. Depois a política era: todo o sítio arqueológico que pudesse ser afectado pelas obras do complexo urbano-industrial seria escavado o mais integralmente possível e das duas uma, ou se fazia, como se faz agora, através do levantamento arqueológico...

ACS
...o registo...

CTS
O registo, portanto, e o sítio ficava destruído, mas ficava o registo. Ou, se se justificasse pelo valor patrimonial posto a descoberto, então era a própria obra prevista para o sítio que seria deslocada. E isto aconteceu! Posso dar-lhe dois exemplos. A central termoeléctrica, veja bem, uma central, estava projectada de tal modo que abrangia a área da necrópole da Provença. Como nós havíamos posto a descoberto a necrópole da Provença, com estruturas da Idade do Bronze relativamente bem conservadas, entendeu-se que a central termoeléctrica devia ser deslocada. E foi deslocada. Agora veja o que isso representou! Hoje em dia não sei se se faria uma coisa dessas. A mesma coisa relativamente ao sítio mesolítico de Vale Marim 1. Pusémos a descoberto o sítio, tinha estruturas, que desapareceram com a própria escavação, mas foram escavadas. Havia o sítio, que aliás era mais vasto que a área escavada, evidentemente, era um sítio bastante vasto, e a linha férrea que iria ligar o porto de Sines

precisamente à central termoeléctrica, e que levava o carvão para a central passava mesmo por cima do sítio arqueológico. A linha férrea foi completamente desviada.

ACS
Isso em que ano? Depois do 25 de Abril?

CTS
Sim, depois. Continuou sempre a mesma estratégia até ao fim do Gabinete da Área de Sines.

ACS
E depois do Gabinete da Área de Sines?

CTS
Com a extinção do Gabinete da Área de Sines, passámos para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, constituindo a unidade de arqueologia do Parque Natural. Claro que a área agora a estudar era muito mais vasta: começava no concelho de Sines e ía até Vila do Bispo. Mas isto permitiu-nos escavar sítios com imenso interesse e em condições invejáveis para a época.

ACS
E a tempo inteiro!

CTS
Sim, nós trabalhávamos exclusivamente em Arqueologia. Por exemplo, foi isso que nos permitiu, pela primeira vez ao nível peninsular, identificar um povoado do chamado Bronze médio do Sudoeste, na herdade do Pessegueiro, em frente à ilha do Pessegueiro. Na escavação que realizámos e que passámos a realizar por sistema em extensão, devido não só a questões teóricas mas também práticas. Escavámos mais de um hectare, veja bem, completamente.
O sítio foi identificado através de uma pessoa, quando estávamos na Provença, que apareceu a dizer: ah!, em tal sítio aparecem umas espadas , é o cemitério dos mouros. Bom, nós fomos ao sítio e o que encontrávamos à superfície: pequenos fragmentos de xisto, muito pequenos. Não havia uma cerâmica! Eram areias e fragmentos de xisto. Eu, e aí a Geologia foi importante, vi no talude que dava para a estrada, porque o sítio tinha sido atravessado pela estrada que vai de Porto Côvo para o Forte do Pessegueiro, no talude eu verifiquei que não existia uma formação geológica de base constituída por xistos, xistos do Carbónico, que é o que existe naquela zona. Portanto, aqueles fragmentos de xisto só podiam corresponder em princípio à destruição de estruturas enterradas, formadas por xisto. Por conseguinte, tínhamos mesmo que escavar em extensão porque não sabíamos onde é que estavam as estruturas. Hoje em dia usaríamos a geofísica, mas naquela altura (estávamos em 1975), não se usava correntemente. Portanto foi uma escavação em extensão e isso permitiu não só pôr a descoberto os diversos monumentos funerários da Idade do Bronze, como um núcleo do Neolítico, talvez médio, proto-megalítico por hipótese, e o povoado correspondente às necrópoles de cistas do Bronze médio do Sudoeste. E nunca tinham sido encontrados povoados do Bronze médio...

ACS
E que ainda hoje é tão mal conhecido...

CTS
Ao nível dos povoados, sim. Bom, imagine que sobre o nível de habitat desse povoado identificámos uma necrópole da Idade do Ferro, talvez correspondendo à ocupação sidérica e romano-republicana da Ilha do Pessegueiro. É um sítio fantástico, que infelizmente foi afectado depois da extinção do núcleo de Arqueologia do Parque Natural... A marca antrópica está em todo o lado.
A Arqueologia fazia sentido no Parque Natural. Quando eu fui professor na Faculdade de Letras... Também foi na visita guiada?

ACS
Fui, fui...





i- photos 8+ de Victor S. Gonçalves

CTS
Eu organizava no fim do curso uma visita à Costa Sudoeste. Hoje em dia já não faria isso, porque o abandono dos sítios arqueológicos é total. Total. E este sítio da herdade do Pessegueiro estava vedado e limpo. Tínhamos trabalhadores que todos os meses percorriam todos os sítios a limpar, a desenvolver actividades de conservação e os sítios mantinham-se visitáveis. Neste momento, o núcleo do Neolítico ou proto-megalítico foi destruído completamente porque a direcção do Parque Natural ou vendeu ou cedeu essa zona do sítio arqueológico para a Herdade do Pessegueiro criar um pasto para bois e vacas. E, para criarem o pasto, fizeram uma agricultura mecanizada que destruiu completamente a necrópole neolítica e um monumento da Idade do Bronze.

ACS
Para além das descobertas da Idade do Bronze, foram também revolucionários os vossos achados ao nível do Neolítico antigo, que foram alterar completamente o panorama e que é uma realidade que ainda hoje não é discutida. Marcou o entendimento do processo de Neolitização da Península Ibérica!

CTS
Pois cá está! Em resultado das excelentes condições de trabalho que o Gabinete da Área de Sines nos proporcionou, nós pudemos desenvolver uma actividade bastante vasta e abrangendo períodos compreendidos entre o Mesolítico e a época Romana. Talvez com algumas contribuições interessantes, a começar no Mesolítico e no Neolítico antigo, precisamente, em que realmente contribuímos para um melhor conhecimento desse período...

ACS
No fundo, foram os primeiros povoados neolíticos escavados em extensão!

CTS
Sim, sim. Essa fase de neolitização, com Mesolítico e Neolítico antigo. Porque só se pode compreender essa fase da neolitização, trabalhando no Neolítico antigo como no Mesolítico final. Isso foi possível, com efeito, escavando sítios como, no Mesolítico, Vale Marim 1, Samouqueira e sítios do Neolítico antigo como Vale Pincel 1, escavado em grande extensão, e muitos outros sítios como a Salema ou Vale Vistoso... E isso permitiu-nos tirar ilações interessantes sobre o Neolítico antigo e o Mesolítico, compreender a estratégia de povoamento e de exploração de recursos, que era de carácter logístico, com estabelecimentos de base e estabelecimentos de curta duração, normalmente com níveis conquíferos de origem antrópica, com concheiros portanto. Cito, por exemplo, para o Mesolítico, como estabelecimento de base, a Samouqueira, em que há uma economia de largo espectro, onde nós encontramos, ao nível da fauna, não só restos de invertebrados marinhos, mas também ossos de mamíferos, de aves, de peixes, etc. Em compensação, temos por exemplo um concheiro como o da Praia do Castelejo, que é apenas constituído por restos de invertebrados marinhos! É verdade! Nós escavávamos toneladas de conchas e, numa tonelada, encontrávamos um único artefacto... Porque a ocupação era de curtíssima duração. Só que ocorria, sucessivamente, se não todos os anos, mas por períodos bastante curtos. As estadas eram curtas, mas os períodos entre as várias ocupações eram também curtas. No Neolítico antigo, temos, por exemplo, como estabelecimento de base Vale Pincel I, e, como sítio especializado na recolecção de marisco, o Medo Tojeiro, em Almograve.

ACS
Antes do vosso trabalho aqui em Sines, praticamente só se conhecia Neolítico antigo em grutas. Havia a Cabranosa e a Figueira da Foz, mas não eram escavações em extensão. E talvez tenha sido o facto de terem a sequência Mesolítico-Neolítico que vos levou ao vosso modelo de interpretação do Neolítico antigo.

CTS
Precisamente. Foram as observações, como acabou de salientar, quer no Mesolítico final regional quer no Neolítico antigo que nos levou à teoria da percolação, da osmose cultural que defendemos hoje em dia. Portanto, defendemos que houve no processo de neolitização um papel muito importante desenvolvido pelas populações autóctones do Mesolítico.

ACS
Não obstante alguns elementos serem exógenos...

CTS
Naturalmente, a agricultura é exógena, os cereais... A própria pedra polida é exógena... Só que as populações do Mesolítico final podiam receber essas contribuições de carácter económico e tecnológico, não através de vagas de migrantes mas através de contactos, como o Jean Guilaine defendeu em dada altura, «de proche em proche», e por um processo de percolação. E sempre que as populações mesolíticas tinham real necessidade de assimilar essas contribuições, fossem tecnológicas fossem económicas. No vale do Sado, eu estou convencido que o Mesolítico foi até uma fase tão tardia porque aquela população tinha recursos naturais que, enfim, não justificavam a adopção da agricultura. Porque agricultar como sabe, não é uma coisa fácil...

ACS
Provavelmente houve vários tempos do aparecimento do Neolítico no território português...
Mas depois a partir de um determinado momento parece que também dedicaram interesse ao Megalitismo, sobretudo do início. Como surge esse interesse pelo Megalitismo?

CTS
Escavamos a Palhota, o monumento megalítico da Palhota, de uma forma que também não era muito usual para a época, com a escavação integral do monumento, considerando não só a Câmara e o Corredor, mas também toda a estrutura tumular. Em boa verdade, considero-me um privilegiado, porque foram-nos proporcionadas condições objectivas de trabalho.

ACS
Será talvez por isso que se dedica a vários períodos cronológicos, porque está a estudar um território... Vai até ao período Romano..

CTS
Quanto ao período romano, escavámos na Ilha do Pessegueiro, por exemplo, que era um sítio que estava a ser ameaçado sobretudo pela abrasão marinha e que nos levou a um sítio muito interessante. Porque, durante o Alto Império, comportou-se como um estabelecimento de carácter comercial, era uma espécie de placa giratória que recebia produtos vindos sobretudo do Mediterrâneo e, por outro lado, exportava ferro, que vinha do continente. Muito provavelmente, pelas análises químicas que foram feitas a partir das escórias, vinha da Serra do Cercal. Portanto, recebia o ferro que exportava e importava produtos como, por exemplo, ânforas. Porque a ilha do Pessegueiro não tinha condições para as produzir. E as ânforas que nós temos são do século III, de facto são ou algarvias ou béticas, é a chamada Almagro 50. E que eram repletas de salgas e molhos de peixe produzidos na própria ilha e, depois, evidentemente, exportadas quer para o continente quer para outros pontos do Império.

ACS
Essa experiência da ilha do Pessegueiro, também marca uma colaboração com uma equipa francesa, com Françoise Mayet, que marca uma parte do seu trajecto.

CTS
Sem dúvida, isso já no Sado. Precisamente com a Françoise Mayet e com o Robert Etiénne, mas principalmente com a Françoise. Criámos um projecto para o Sado, tendo em vista o conhecimento dos fornos de produção de ânforas, das ânforas que eram utilizadas no transporte dos preparados de peixe. E isso leva-nos a escavar em Abul e, depois, na Herdade do Pinheiro. E conseguimos apreender toda a evolução da produção anfórica entre o século I da nossa Era e o século V, nesta região do Baixo Sado.

ACS
Foi uma sequência de escavações que fizeram por muitos anos de trabalho... por exemplo em Abul.

CTS
Porque tivemos a sorte de encontrar e escavar fornos de produção anfórica, cada um deles da sua época. Uns do Alto Império, século I e II da nossa Era, outros a funcionar já no século III, outros no século IV e outros no século V! E todos eles com tipos anfóricos específicos. E foi possível assim conhecer a diacronia de todo este material anfórico.
Por outro lado, ao procuramos os fornos em Abul damos com uma feitoria ou com um estabelecimento de fundação fenícia. Que é escavado também em extensão, pondo-se a descoberto praticamente toda a arquitectura fenícia do sítio, cronologicamente dos séculos VII e VI antes de Cristo; a partir daí relacioná--la com Alcácer do Sal, onde já tínhamos escavado, e isso também foi uma contribuição interessante. Porque ao escavarmos no povoado da já bem conhecida necrópole do Senhor dos Mártires, orientalizante e não só, ao escavarmos no Castelo (portanto, no povoado) conseguimos estabelecer também toda a evolução da ocupação sidérica do sítio, desde a primeira ocupação, que é do Bronze final, mas depois há um interregno, a ocupação do período orientalizante está separada estratigraficamente da ocupação

do Bronze final. Mas a partir de finais do século VII a.n.e. até ao Romano, passando pelo Romano republicano, até ao século II da nossa Era, já Romano imperial, a ocupação é ininterrupta. O castelo de Alcácer do Sal é um verdadeiro *tell*, também com ocupação islâmica e medieval cristã. São seis metros de potência estratigráfica.

ACS
Alcácer do Sal foi aliás uma das suas primeiras escavações, estive a ver na lista de trabalhos arqueológicos.

CTS
Não, não. É já depois do 25 de Abril. Nós vamos para o Castelo de Alcácer do Sal porque uma das câmaras (não sei se a primeira após o 25 de Abril), resolve abrir no castelo uma cratera gigantesca para a construção de um depósito de água. E com essa obra camarária é exumado imenso espólio de todas estas épocas que eu referi. Portanto do Bronze final, do Ferro orientalizante, de um Ferro pós orientalizante, mas de carácter marcadamente mediterrâneo e da época romana. E isso é já trabalho do MAEDS, já não tem nada a ver com o Gabinete da Área de Sines. É trabalho do Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS onde estava o João Viegas. O João Viegas é que se ocupava sobretudo da época romana. Só depois da saída do João Viegas e da sua morte é que tive de me dedicar também à época romana por questões de trabalho. Mas era ele que tinha a época romana a seu cargo e portanto foi para Alcácer do Sal crivar. Crivar aquelas terras que tinham vindo das obras de construção do depósito. E com essa crivagem é obtido material que nós vamos identificar como sendo um da Idade do Ferro, outro da época romana, outro do período islâmico... Portanto, verificamos que havia ali diacronia. Porque não se conhecia! Conhecia-se a necrópole do Senhor dos Mártires, mas quanto à acrópole não se conheciam as diversas fases de ocupação. E foi isso que nos permitiu depois criar um projecto para a escavação do Castelo de Alcácer do Sal. Isso já foi... Quando é que se realizou o encontro luso-espanhol sobre a pré e proto-história em Palmela? Portanto, em 79, 78-79, 80 talvez.

ACS
Falou sobre o Museu e sobre o Centro de Estudos Arqueológicos, no fundo também, a par do Gabinete da Área de Sines, a fundação do MAEDS marca também o seu percurso...

CTS
Efectivamente. A fundação do MAEDS deveu-se ao facto de eu ter sido, através do PCP [risos], colocado na Junta Distrital de Setúbal, como director. E isso permitiu a criação do MAEDS, em 1974. Em finais de 74. E o MAEDS, bom, durante todo esse período e até aos anos 80 teve uma actividade notável. O Professor Victor Gonçalves acompanhou essa actividade e até colaborou nela.

ACS
Não só de Arqueologia, não é?

CTS
Sim, mas sobretudo de Arqueologia. Quando em 80 criámos aquele curso de Antropologia Pré-Histórica, de 3 anos. Foi um curso livre, mas de carácter superior. Bom, desenvolvemos numerosas escavações, foi nessa altura também que surgiu o projecto dos povoados fortificados calcolíticos do Baixo Alentejo. Quando criámos o Museu, criámos o Centro de Estudos Arqueológicos, porque o nosso conceito de Museu, e isso está expresso num opúsculo que na altura foi publicado, da minha autoria, aquando da realização do segundo encontro de Arqueologia de Setúbal que teve lugar na Casa Bocage. Um verdadeiro Museu, tem de ter sempre um sector de investigação, um pilar de descobertas, de avanço no conhecimento, neste caso arqueológico, um pilar de conservação, evidentemente, das colecções que resultam neste caso concreto das escavações e um outro pilar virado para a divulgação através

de palestras, conferências, seminários, enfim, cursos diversos. E o MAEDS fez tudo isso. Esta é a minha perspectiva de Museu. Quando não é assim, é um núcleo expositivo.

ACS
Mas o MAEDS foi sempre do Distrito todo e até de fora dele. Praticamente todos os materiais do Museu são das vossas escavações, não é?

CTS
Sim, o que está ali exposto é tudo identificado e escavado pelo MAEDS. Tirando o Paleolítico. Do Paleolítico, temos ali peças que foram cedidas pelo João Cardoso, vieram do Montijo, de onde agora tencionam construir o aeroporto. Nós nunca trabalhámos no Paleolítico... Trabalhámos uma vez no Paleolítico, aqui na Mitrena, num sítio que se revelou do Paleolítico médio, cujo material está à espera de quem o estude. Contactámos o João Cardoso, tem tido muita coisa e não pode. Falámos também com o Raposo, que se mostrou muito interessado, mas, por enquanto, não fez nada, mas a verdade é que temos o material para quem o queira estudar. Assim como na Ponta da Passadeira, também foi uma intervenção do MAEDS, no Barreiro, e que deu aquele conjunto de vestígios ligados à extracção de sal, encontramos sob o extracto do Neolítico final/ Calcolítico encontrámos Paleolítico médio, como encontrámos também em Palmela. A escavação do sítio do Neolítico antigo do Casal da Cerca assenta sobre um estrato do Paleolítico Médio.

ACS
E no projecto do MAEDS surge também a Setúbal Arqueológica...

CTS
A revista é uma produção do MAEDS e também a *Musa* é coordenada pelo MAEDS, mas não é edição do MAEDS. A Musa é edição do FIDS, que é o Forum Intermuseus do Distrito de Setúbal. Foi uma coisa criada pelo MAEDS.

ACS
E nós falamos num território da sua investigação que é a Península de Setúbal e a Costa Sudoeste, mas tem também um ciclo de investigação no Alentejo e no Algarve. O que traz das outras regiões?

CTS
A nossa intervenção no Alentejo teve a ver com o Alqueva.

ACS
Em Reguengos de Monsaraz, em Mourão...

CTS
Exactamente. Isso surgiu no âmbito de um trabalho no qual o MAEDS estave presente. Nas prospecções, no estudo do material, tudo foi feito no âmbito da actividade do MAEDS. E, é claro, esse trabalho permitiu identificar sítios interessantes. Um dele foi o Porto das Carretas ou a Fábrica da Celulose...

ACS
E o Algarve?

CTS
Na Costa Sudoeste, Alcalar de certo modo, nas Pontes de Marchil, no concheiro da praia do Castelejo, Armação Nova, e já no limite, em Montes de Baixo.

ACS
Foi até ao Algarve e voltamos aqui a Setúbal. A própria cidade de Setúbal também é um tema da sua pesquisa. As chamadas préexistências são também um tema que continua sempre a estudar, não é?

CTS
Esse foi outro campo de actuação. É realmente Setúbal e as préexistências de Setúbal. O MAEDS criou um projecto intitulado "Pré-existências de Setúbal". E foi aqui que eu mais trabalhei no Romano, nas intervenções que temos realizado e que precedem sempre a realização das construções

de obras diversas, privadas ou públicas. Por exemplo, na Praça do Bocage pusemos a descoberto uma oficina de preparados de peixe. E na chamada Casa dos Mosaicos, em que temos uma sequência interessante, que começa no período orientalizante, ah! também identificamos em Setúbal uma ocupação do período orientalizante. E não só. Conseguimos reconstituir a paleogeografia desde a Idade do Bronze até ao Período Islâmico.

ACS
Como vê a cidade de Setúbal, hoje?

CTS
É claro que neste momento há algumas empresas de Arqueologia que têm desenvolvido intervenções no Centro Histórico de Setúbal. Mas, com êxitos fracos e isso devido a uma norma absurda, que é não permitir que se vá abaixo da cota de afectação. Resultado: normalmente não vão abaixo dos 50 cm, e portanto ficam-se pelos níveis revolvidos, da Idade Moderna; os níveis da época romana e da Idade do Ferro não são escavados. As empresas até, normalmente, contactam connosco e eu tenho sempre muita curiosidade, e vou às escavações e fico frustradíssimo. Procuro incentivá-los a irem mais fundo, mas não podem! Dizem: não podemos porque temos de obedecer a estas normas. De modo que eu acho que é dinheiro deitado à rua, porque a parte mais interessante fica por escavar. Eu não aceitava uma situação deste tipo. Sem ir ao substracto... Fomos agora, realizámos uma intervenção, que foi publicada na OPHIUSSA, precisamente, e pudémos ir até ao substracto e porquê? Porque o dono da obra queria fazer uma cave. Agora, fora disso, não vale a pena. Mas o certo é que neste momento, graças às intervenções do MAEDS, conhecemos a sequência das diversas ocupações humanas que aconteceram em Setúbal, desde o Bronze final e Ferro inicial até ao período islâmico.

ACS
E, para terminar, e porque a conversa já vai longa, como sua antiga aluna, que memórias guarda da sua experiência como professor da Faculdade de Letras?

CTS
É verdade. Guardo as melhores recordações! Bom digo-lhe que o seu curso foi o melhor.

ACS
Foi o primeiro!

CTS
Deu gente, como é o seu caso (e não estou a fazer favor nenhum), o Valera, o Faustino Carvalho, Leonor Rocha, a Teresa Simões. Foi muito interessante, porque foi um curso que permitia que os participantes efectivamente... participassem.

ACS
E com isto terminamos, por agora, a nossa conversa!

CARLOS TAVARES DA SILVA

(n. Setúbal, 1 de Dezembro de 1944)

BIBLIOGRAFIA

1963

TAVARES DA SILVA, C. (com prefácio de O. da Veiga Ferreira) (1963) – *Fauna Malacológica do Castro da Rotura*. Setúbal.

1964

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M.G. (1964) – Estações romanas da região de Setúbal. *Revista Cetóbriga*„ 1 e 2, p. 39-54 e 61-77.

1965

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M.G. (1965) – *Estação Arqueológica do Pedrão (Setúbal)*. Lisboa: Centro de Estudos Científicos da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa.

1966

GONÇALVES, V. S.; TAVARES DA SILVA, C. (1966) – Lucernas romanas e paleo-cristãs do Museu de Setúbal. *Lucerna,* 5, p. 617-624.

TAVARES DA SILVA, C. (1966) – Necrópole luso-romana de S. Sebastião (Setúbal). *Lucerna,* 5, p. 572-577.

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M.G. (1966) – Novo motivo ornamental nas taças tipo Palmela. *Lucerna,* 5, p. 461-465.

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M.G. (1966) – Três instrumentos pré-históricos de fibrolite de Aljezur (Algarve). *Lucerna,* 5, p. 466-468.

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M.G. (1966) – O problema da destruição da povoação romana de Tróia de Setúbal. *Revista de Guimarães,* 76 (1-2), p. 147-156.

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M.G. (1966) – A utilização dos moluscos durante o Eneolitíco português. *Revista de Guimarães,* 76 (2-3), p. 307-338.

1967

TAVARES DA SILVA, C. (1966-67) – O povoado pré-histórico da Rotura (nova contribuição para o seu estudo). *Arquivo de Beja,* 23-24, p. 164-172.

1968

FERREIRA, O. DA VEIGA; TAVARES DA SILVA, C. (1968-69) – Uma jóia romana encontrada em Setúbal. *Estudos Italianos* em *Portugal*), 31-32, p.71-74.

1969

TAVARES DA SILVA, C. (1969) – O vocabulário descritivo das indústrias pré-históricas portuguesas. *Revista de Guimarães,* 79, p. 63-66.

1970

TAVARES DA SILVA, C. (1968-70) – O povoado pré-histórico da Rotura: vestígios de estratigrafia. *Arquivo de Beja*, 25-27, p. 31-44.

FERREIRA, O. DA VEIGA; TAVARES DA SILVA, C. (1970) – A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 201-225.

FERREIRA, O. DA VEIGA; TAVARES DA SILVA, C. (1970) – Colher votiva lusitano-romana (?) do Museu de Setúbal. *Revista de Guimarães*, 80 (3-4), p. 387-390.

FERREIRA, O. DA VEIGA; TAVARES DA SILVA, C. (1970) – Estatueta lusitana (?) de bronze, de Alferrar (Setúbal). *Revista de Guimarães*, 80, (1-2), p. 99-104.

1971

TAVARES DA SILVA, C. (1971) – O povoado pré-histórico da Rotura: notas sobre a cerâmica. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970),* 1. Lisboa: Junta Nacional de Educação, p. 175-192.

1972

SANTOS, M. F.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1972) – Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão – Vale do Sado). O *Arqueólogo Português*, 6, S. 3., p. 163-192.

SOARES, J.; BARBIERI, N.; TAVARES DA SILVA, C. (1972) – O Povoado calcolítico do Moinho da Fonte do Sol (Quinta do Anjo, Palmela). *Arqueologia* e *História,* 4, S. 9, p. 235-268.

TAVARES DA SILVA, C. (1972) – A estação pré-histórica de Galapos (Setúbal). Sua destruição e sondagens de emergência. *Arqueologia e História*, 4, S. 9, p. 141-156.

1973

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1973) – Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das 1I Jornadas Arqueológicas*, I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 245-305.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; SANTOS, M.F. (1973) – Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 7-13.

1974

SANTOS, M.F.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1974) – Necrópole da Provença (Sines): campanha de escavações de 1972. *Arqueologia* e *História*, 5, S. 9, p. 69-99.

SANTOS, M.F.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1974) – O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do gado): primeira noticia. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973).* Lisboa: Junta Nacional de Educação, p. 173-190.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1974) – La poterie préhistorique. *Les Dossiers de l'Archéologie,* 4, p. 35-45.

1975

SANTOS, M.F.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1975) – A necrópole da Idade do Bronze da Provença (Sines): nota preliminar. *Actas do XIII Congreso Nacional de Arqueologia (Huelva, 1973)*. Zaragoza: Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, p. 417-432.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, 1, p. 53-154.

1977

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1974-77) – O grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. O *Arqueólogo Português*, 7-9, S. 3, p. 101-112.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1976-77) – O monumento megalítico da Palhota (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 2-3, p. 109-150.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1976-77) – Cerâmica campaniforme de Vale Vistoso (Porto Covo, Sines). *Setúbal Arqueológica*, 2-3, p. 179-272.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*, 2-3, p. 179-272.

TAVARES DA SILVA, C. (1977) – *As grutas artificiais da Quinta do Anjo (Palmela)*. Setúbal.

TAVARES DA SILVA, C.; NEUSTUPNY, J. (1977) – *Arqueologia: Que Função Social?* Setúbal: MAEDS/JDS.

1978

BEIRÃO, C. M.;TAVARES DA SILVA, C. (1978) – O monumento megalítico II de Fernão Vaz (Ourique): *Setúbal Arqueológica*, 4, p. 29-46.

COELHO-SOARES, A.; TAVARES DA SILVA, C. (1978) – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, 4, p. 171-201.

TAVARES DA SILVA, C. (1978) – Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 4, p. 117-132.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1978) – Uma jazida do Bronze Final na Cerradinha (Lagoa de Santo André). *Setúbal Arqueológica,* 4, p. 71-115.

1979

COELHO-SOARES, A.; TAVARES DA SILVA, C. (1979) – Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal). *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 205-221.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1979) – Alguns aspectos do Neolítico antigo do Alentejo Litoral. *Actas da I Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*. Porto: GEAP, p. 9-52.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1979) – Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 159-184.

SOARES, J.;TAVARES DA SILVA, C.; BARROS, L. (1979) – Identificação de uma jazida neolítica em Fontes de Sesimbra. *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 47-65.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1979) – O monumento I da necrópole do Bronze do Sudoeste do Pessegueiro (Sines). *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 121-153.

1980

TAVARES DA SILVA, C. (1980) – *Escavações arqueológicas na praça de Bocage: 2000 anos de História*. Setúbal: MAEDS.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1980) – Cemitérios de cistas da Idade do Bronze da Área de Sines. *Arqueologia*, 1, p. 24-28.

TAVARES DA SILVA, C.; GONÇALVES, V.S.; MONTEIRO, J.P.; SOARES, J.; DIAS, L.F. (1980) – *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Setúbal/Lisboa: MAEDS.

1981

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A. (1980-81)– A praça de Bocage na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 249-294.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; DIAS, L.F. (1980-81) – Trabalhos arqueológicos na ilha do Pessegueiro (1980). *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 219-247.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; BEIRÃO, C.M.; DIAS, L.F.; COELHO-SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 149-218.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1981) – *Pré-história da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; DIAS, L.F.; COELHO-SOARES, A. (1981) – Escavações arqueológicas na ilha do Pessegueiro (Sines): 2.ª campanha (1981). *Arquivo de Beja*, 1, S. 2, p. 11-45.

1982

TAVARES DA SILVA, C. (1982) – Defesa do património arqueológico na área de Sines. *Al-Madan*, 0, S.1, p. 11-14.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1982) – Des structures d'habitat du Néolithique ancien au Portugal. *Le Neolithique ancien mediterraneen. Actes du Colloque International de Prehistoire (Montpellier, 1981)* (Archeologie en Languedoc, n.º special). Montpellier: Fédération archéologique de l'Hérault, p. 17-28.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1982) – Escavações arqueológicas na ilha do Pessegueiro (3.ª campanha,1982). *Clio*, 4, p. 165-183.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; GOMES, F. (1982) – Identificação de um povoado fortificado calcolítico no Torrão do Alentejo. *Arqueologia*, 5, p. 44-51.

1983

CARDOSO, J.L.; SOARES, J., TAVARES DA SILVA, C. (1983) – O povoado calcolítico de Leceia, Oeiras (1.ª e 2.ª campanha de escavações, 1982-83). *Clio/Arqueologia*, 1, p. 41-68.

TAVARES DA SILVA, C. (1983) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal: 5000 anos de História. *Al-Madan*, 1, S. 1, p. 1-3.

TAVARES DA SILVA, C. (1983) – As primeiras comunidades neolíticas. In J.H. Saraiva (ed.), *História de Portugal*, 1. Lisboa: Edições Alfa, p. 73-81.

TAVARES DA SILVA, C. (1983) – O megalitismo e os primeiros metalurgistas. In J.H. Saraiva (ed.), *História de Portugal*, 1. Lisboa: Edições Alfa, p. 83-89.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1983) – *Património Construído de Setúbal: Época dos Descobrimentos*. Setúbal: MAEDS.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral: a sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). O *Arqueólogo Português*, 1, S. 4, p. 63-88.

1984

TAVARES DA SILVA, C. (1983-84) – Escavações arqueológicas na ilha do Pessegueiro. *Al-Madan*, 2, S.1, p. 20-22.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1984) – Le group de Palmela dans le cadre de la céramique campaniforme au Portugal. In J. Guilaine (ed.), *L 'Age du Cuivre Européen: civilisations* a *vases campaniformes.* Touluse: CNRS, p. 209-220.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1984) – Na procura das origens de Setúbal. *Al-Madan,* 3, p. 2-6.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1984) – A estratégia do povoamento dos Chãos de Sines durante a Pré-história. *Volume d'Hommage au Géologue G. Zbyszewski*. Paris: Ed. Recherche sur les Civilisations, p. 393-410.

1985

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1985) – *Quintas de Setúbal. Valores Culturais*. Setúbal: Centro de Estudos e Defesa do Património Histórico de Setúbal.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1985) – Monte da Tumba (Torrão). Eine Befastigte Siedlung der Kupferzeit in Baixo Alentejo (Portugal). *Madrider Mitteilungen*, 26, p. 1-21.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; PENALVA, C. (1985) – Para o estudo das comunidades neolíticas do Alentejo Litoral: o concheiro do Medo Tojeiro. *Arqueologia*, 11, p. 5-15.

TAVARES DA SILVA, C.; BEIRÃO, C.M; SOARES, J.; GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (1985) – Depósito votivo da II Idade do ferro de Garvão. Noticia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*, 3, S. 4, p. 45-136.

1986

MASCARENHAS, J.M.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1986) – O património histórico-cultural e os estudos de impacte ambiental: proposta de metodologia para a avaliação do impacte da barragens. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, p. 7-16.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Trabalhos de Arqueologia, 3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 87-101.

TAVARES DA SILVA, C. (1986) – Estudo da malacofauna. In A *necrópole da Vinha do* casão *(Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular* (Trabalhos de Arqueologia, 2). Lisboa: Departamento de Arqueologia do I.P.P.C.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: S.N.P.R.C.N.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1986) – Intervenção arqueológica na Vila do Torrão: ocupação calcolítica. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Trabalhos de Arqueologia, 3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 103-114.

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1986) – Fábrica de salga da Época Romana na Travessa de Frei Gaspar (Setúbal). *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Trabalhos de Arqueologia, 3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 115-160.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; CARDOSO, J.L.; CRUZ, C.S.; REIS, C.A.S. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia*, 14, p. 59-82.

1987

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V.; TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; GOMES, R.V. (1987) – Um depósito votivo da II Idade do Ferro no Sul de Portugal e as suas relações com as culturas da Meseta. *Studia Paleohispanica. Actas deI IV Coloquio* sobre *Lenguas* y *Culturas Paleohispánicas.* Vitoria: p. 207-221.

CARDOSO, J.L.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1987) – *Oeiras há 5000 anos.* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

TAVARES DA SILVA, C. (1987) – Megalitismo do Alentejo Ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Portugal). In *El Megalitismo en Ia Península Ibérica.* Madrid, p. 85-93.

TAVARES DA SILVA, C. (1987) – Calcolítico do Sul de Portugal: uma introdução. *El Origen de la Metalurgia en la Peninsula Iberica.* Seminario organizado por la Fundación José Ortega y Gasset. Madrid: Instituto Universitario José Ortega y Gasset, p. 65-83.

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A. (1987) – Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987. *Setúbal Arqueológica*, 8, p. 221-237.

TaVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1987) – Les communautés du Néolithique ancien dans le Sud du Portugal. *Premières* Communautés *Paysannes en Méditerranée Occidentale. Actes du Colloque International du C.N.R.S., (Montpellier, 1983).* Paris: C.N.R.S., p. 663-671.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal* Arqueológica, 8, p. 29-79.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1987) – Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*, 8, p. 203-219.

1988

TAVARES DA SILVA, C. (1988) – O povoado fortificado da Idade do Cobre do Monte da Tumba (Torrão): cinco anos de escavações arqueológicas. *Movimento Cultural*, 4, p. 16-31.

1989

TAVARES DA SILVA, C. (1989) – O largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: uma abordagem arqueológica. In *Convento de Jesus: 500 anos, Arqueologia e História.* Setúbal, p. 5-21.

TAVARES DA SILVA, C. (1989) – Novos dados sobre o Neolítico antigo do Sul de Portugal. *Arqueologia,* 20, p. 24-32.

1990

TAVARES DA SILVA, C. (1990) – Arqueologia de Setúbal. Para o conhecimento das origens da Cidade. In *Setúbal na História.* Setúbal: LASA, p. 105-122.

TAVARES DA SILVA, C. (1990) – Influências orientalizantes no Calcolítico do centro e sul de Portugal. Notas para um debate. *Estudos Orientais*, 1, p. 45-52.

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A.; CORREIA, V.H. (1990) – Produção de ânforas romanas no Martinhal (Sagres). *As Ânforas Lusitanas, Tipologia, Produção, Comércio. Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard., p. 225-246.

1991

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1991) – Le Sado, fleuve phénicien. *De facto: Magazine d'Histoire de l'Art* et *d'Archéologie*, 3, p. 22-24.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1991) – Ilha do Pessegueiro: estabelecimento romano da Costa Sudoeste. *Correio da Natureza*, 11, p. 10-16.

1992

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1992) – Abul: um estabelecimento orientalizante do século VII a.C. no baixo vale do Sado. *Setúbal Arqueológica*, 9-10, p. 315-333.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*, 9-10, p. 37-88.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de produção de salga da Época Romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*, 9-10, p. 335-374.

1993

FERREIRA, C.J; TAVARES DA SILVA C.; LOURENÇO, F.S.; SOUSA, P. (1993) – *Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma Carta Arqueológica.* Setúbal: Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1993) – Presença fenícia no Baixo Sado. *Estudos Orientais*, 4, p. 127-142.

SILVA, A.C.F.; RAPOSO, L., TAVARES DA SILVA, C. (1993) – *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1993) – Na transição Plistocénico-Holocénico: marisqueio na Pedra do Patacho. *Al. Madan*, 2 (II S.), p. 21-29.

TAVARES DA SILVA, C. (1993) – *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.

CARDOSO, J. L.; NORTON, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1993-94) – Ânforas da villa romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo). Conimbiga, 32-33, p. 181-190.

1994

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1994) – L'établissement phénicien d'Abul (Portugal). *Comptes Rendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris, p. 171-188.

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1994) – L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). Les *Dossiers d'Archéologie*, 198, p. 22-25.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1994) – L'ille de Pessegueiro dans l'Antiquité. *Les Dossiers d›Archéologie*, 198, p. 74-77.

1995

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1995) – O Alentejo Litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. In *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 136-139.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; CARDOSO, J.L. (1995) – Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia. Elementos para um estudo comparado. In M. Kunst (ed.), *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica* (Trabalhos de Arqueologia, 7). Lisboa: IPPAR, p. 159-168.

1996

CARDOSO, J.L.; SOARES, J. ; TAVARES DA SILVA, C. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 47-89.

MAYET, F.; SCHMITT, A.; TAVARES DA SILVA, C. (1996) – *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

TAVARES DA SILVA, C. (1996) – Malacofauna e Arqueologia. *Al-madan,* S. II, 5, p. 89-95.

1997

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1997) – Exploração arqueológica do Sado. *Al-madan,* S. II, 6, p. 14-18.

TAVARES DA SILVA, C. (1997) – O neolítico antigo e a origem do megalitismo no sul de Portugal. In A. Rodríguez Casal (ed.), *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo. Actas do Coloquio Internacional*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 575-585.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*, 6, p. 33-66.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1997) – De Miróbriga a Santo André pelos domínios da Arqueologia. In *Da Arqueologia à História. Pelo caminho das pedras*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal de Santiago do Cacém, p. 15-18.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1997) – A Ilha do Pessegueiro na Época Romana. In *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 62-64.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1997) – Economias Costeiras na Pré-História do Sudoeste Português. O concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica*, 11-12, p. 69-108.

1998

SOARES J.; TAVARES DA SILVA, C. (1998) – From the collapse of the Chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of iberian Peninsula. In S.O. Jorge (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (Trabalhos de Arqueologia, 10). Lisboa: IPA, p. 231-245.

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1998a) – Os recursos marinhos nas estratégias de subsistência da Pré-história do Sul de Portugal. *Al-madan*, S. II, 7, p. 71-82.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1998b) – Para uma Arqueologia do Castelo de Sines. In *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 20-45.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1998c) – Le Portugal. In J. Guilaine e M. Otte (eds.), *Atlas du Néolithique Europeen,* vol. 2B. Liège: Études et Recherche Archéologique de l'Université de Liège, p. 997-1049.

1999

TAVARES DA SILVA, C. (1999) – Um século de investigação arqueológica. Os serviços geológicos e o estudo do Neolítico Antigo em Portugal. *Al-madan,* S. II, 8, p. 161-168.

2000

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (2000) – La place de Tróia dans l'économie de l'Hispanie romaine. *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida* (Trabalhos de Arqueologia, 14). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 85-99.

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (2000) – Abul et la présence phénicienne sur l'Atlantique. Colab. Yasmine Makaroun. *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, 2. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 849-857.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2000) – Capturar a mudança na Pré-história recente do Sul de Portugal. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 4. Porto: ADECAP, p. 213-224.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2000) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In V. Gonçalves (ed.), *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Trabalhos de Arqueologia, 16). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 117-134.

2001

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (2001) – Abul e a arquitectura orientalizante na costa portuguesa. In D. Ruiz Mata e S. Celestino Pérez (eds.), *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Centro de Estudios del Próximo Oriente, p. 249-260.

2002

TAVARES DA SILVA, C.; MAYET, F. (2002) – *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2002) – Porto das Carretas. Um povoado fortificado do vale do Guadiana. *Al-madan*, S. 2, 11, p. 176- 180.

2003

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2003) – A transição para o Neolítico na costa sudoeste portuguesa. In V. S. Gonçalves (ed.), *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Trabalhos de Arqueologia, 25). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 45-56.

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A. (2003) – Novas oficinas de produção de preparados piscícolas na área urbana de Sines. Intervenção arqueológica na Rua Ramos da Costa Um projecto museológico para Sines. *MUSA - Museus, Arqueologia* e *Outros Patrimónios,* 1, p. 111-122.

2004

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2004) – Alterações Ambientais e Povoamento na Transição Mesolítico-Neolítico Na Costa Sudoeste. In *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 397-423.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. ; GONZALEZ, A. (2004) – Gaio: um sítio do Neolítico antigo do estuário do Tejo. *Actas das I Jornadas de História e Património Local*. Moita: Câmara Municipal da Moita, p. 37-59.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2004) – Intervenção arqueológica no sítio neolítico de Brejo Redondo (Sines). *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 1, p. 83-110.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; DUARTE, S. (2004) – Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85-87. *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 1, p. 137-152.

2005

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (2005) – *Abul. Fenicios e Romanos no Vale do Sado/Phéniciens et Romains dans la Vallée du Sado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

TAVARES DA SILVA, C. (2005) – A presença fenícia e o processo de orientalização nos estuários do Tejo e Sado. In S. Celestino Pérez, J. Jiménez Ávila (eds.), *El Period Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida* (Anejos de AEspA, 35). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, CSIC, p. 749-765.

2006

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A. (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. *Setúbal Arqueológica*, 13, p. 101-122.

TAVARES DA SILVA, C.; GOMES, M.V. (2006) – O Santuário Proto-Histórico de Garvão. *Cadernos Culturais d' Ourique*, 1, p. 43-53.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2006) – *Territórios da Pré-história em Portugal. Setúbal e Alentejo Litoral* (ARKEOS, 19). Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-história do Alto Ribatejo.

2007

SOARES, J.; DUARTE, S.; TAVARES DA SILVA, C. (2005-07) – Sismos e arqueologia urbana. Intervenção arqueológica na Rua Augusto Cardoso, n.º 69, Setúbal. *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 2, p. 83-102.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; CANILHO, H. (2005-07) – Matérias-primas minerais e mobilidade logística no Mesolítico da Costa Sudoeste. Os sítios de Samouqueira I e Armação Nova. *MUSA – Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 2, p. 47-62.

SOARES, A.M.M; SOARES, J. ; TAVARES DA SILVA, C. (2007) – A datação pelo radiocarbono das fases de ocupação do Porto das Carretas: algumas reflexões sobre a cronologia do Campaniforme. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10 (2), p. 127-134.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2007) – Osmose cultural e neolitização na Pré-história europeia. A propósito da transição Mesolítico-Neolítico no Sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, p. 37-46.

VALÉRIO, P.; SOARES, A.M.M; ARAÚJO, M.F.; TAVARES DA SILVA, C ; SOARES, J. (2007) – Vestígios arqueometalúrgicos do povoado calcolítico fortificado do Porto das Carretas (Mourão). *O Arqueólogo Português*, 25, S. 4, p. 177-194.

2008

CARDOSO, J.L.; TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2008) – A ocupação do Neolítico antigo do povoado do Carrascal (Leceia, Oeiras). In *Octávio da Veiga Ferreira, homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor* (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 16), p. 247-267.

TAVARES DA SILVA, C. (2008) – Octávio da Veiga Ferreira e o estudo do megalitismo da Serra de Monchique e do Baixo Alentejo. In *Octávio da Veiga Ferreira, homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor* (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 16), p. 301-315.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2008) – A ocupação da Idade do Bronze da Quinta da Fidalga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (2), p. 87-106.

2009

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (2009) – *Olaria Romana do Pinheiro/L'atelier d'amphores de Pinheiro*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2009) – Práticas funerárias no Bronze Pleno do Litoral Alentejano: Monumento II do Pessegueiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, p. 389-420.

2010

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (2010) – Production d'amphores et production de salaisons de poisson: rythmes chronologiques sur l'estuaire du Sado. *Conimbriga*, 49, p. 119-132.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2010) – Campaniforme do Porto das Carretas (médio Guadiana). A procura de novos quadros de referência. In V.S. Gonçalves, A.C. Sousa (eds.), *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Lisboa: UNIARQ,* p. 225-261.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2010) – Anta Grande do Zambujeiro - arquitectura e poder. Intervenção arqueológica do MAEDS, 1985-87. *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 3, p. 83-129.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A.; (2010) – Arqueologia de Chãos de Sines. Novos elementos sobre o povoamento pré-histórico. *Actas do II Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: Centro Cultural Emmérico Nunes, p. 10-33.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; WRENCH, L.N.C. (2010) – Os primeiros mosaicos romanos descobertos em Caetobriga. *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 3, p. 149-164.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A.; DUARTE, S.; GODINHO, R.M. (2010) – Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.os. 10-12. *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 3, p. 165-178.

2011

CARDOSO, J.L.; TAVARES DA SILVA, C; MARTINS, F.; ANDRÉ, C. (2010-2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18, p. 75-102.

TAVARES DA SILVA, C (2011) – No Baixo Sado: da presença Fenícia à *Imperatoria Salacia*. In J.L. Cardoso, M. Almagro-Gorbea (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade de Prata da literatura latina. Colóquio Internacional de Tróia*. Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa da História, Real Academia de la Historia, p. 57-71.

TAVARES da Silva, C.; SOARES, J.; WRENCH, L.N.C. (2011) – Les premières mosaïques romaines découvertes à Caetobriga (Setúbal, Portugal). *11th International Colloquium on Ancient Mosaics (October 16th-20th, 2009. Bursa, Turkey)*, p. 295-308.

2012

CARDOSO, J.L.; TAVARES DA SILVA, C. (2012) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). O Arqueólogo Português, 2, S. 5, p. 355-400.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2012) – Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao séc. I a.C. In I.C. Fernandes, M.T. Santos (coords.), *Palmela arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 67-87.

2013

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2013) – Economia agro-marítima na Pré-história do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. In J. Soares (ed.), *Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: MAEDS, p. 145-170.

2014

DUARTE, S.; TAVARES DA SILVA, C. (2014) – Faianças Portuguesas em Contexto de Lixeira da Setúbal Moderna. *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 4, p. 215-228.

DUARTE, S.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2014) – Intervenção Arqueológica na Rua Álvaro Castelões, nos 38 e 40 (Setúbal) e sismo de 1755. *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa* (Setúbal Arqueológica, 15). Setúbal: MAEDS, p. 341-372.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2014) – O Projecto de Investigação Arqueológica "CIB" e a campanha de escavações Chibanes/2012. *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 4, p. 75-98.

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A. (2014) – Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, nos. 4-4B. *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa* (Setúbal Arqueológica, 15). Setúbal: MAEDS, p. 305-338.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2014) – O habitat do Neolítico antigo do Casal da Cerca (Palmela). *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa* (Setúbal Arqueológica, 15). Setúbal: MAEDS, p. 61-104.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2014) – O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura. *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa* (Setúbal Arqueológica, 15). Setúbal: MAEDS, p. 105- 172.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A.; DUARTE, S.; GODINHO, R. (2014) – Preexistencias de Setúbal. 2.ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.os 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 4, p. 161-214.

2015

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2015) – Neolitização da costa sudoeste portuguesa. A cronologia de Vale Pincel I. *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 645-659.

2016

COELHO-SOARES, A.; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Creiro (Arrábida): um estabelecimento de produção de preparados de peixe da Época Romana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19, p. 211-234.

DETRY, C.; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Estudo zooarqueológico dos restos recuperados no estabelecimento industrial romano do Creiro (Arrábida, Setúbal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19, p. 235-248.

GABRIEL, S.; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Fish Bones and Amphorae: New Evidence for the Production and Trade of Fish Products in Setúbal (Portugal). In I.V. Pinto, R.R. Almeida, A. Martin (eds.), *Lusitanian Amphorae: production and distribution* (Roman and late antique mediterranean pottery, 10). Lisboa, p. 111-116.

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Roman Amphora Production in the Lower Sado Region. In I.V. Pinto, R.R. Almeida, A. Martin (eds.), *Lusitanian Amphorae: production and distribution* (Roman and late antique mediterranean pottery, 10). Lisboa, p. 59-71.

ODRIOZOLA, C.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; FONSECA, P.E. (2016) – Iberian Southwest Middle Bronze Age Reading social complexity in greenstone beads from the cist necropolis of Sines. In J. Soares (ed.), *Social complexity in a long term perspective* (Setúbal Arqueológica, 16). Setúbal: MAEDS, p. 21-40.

SILVA, A.M.; GIL, P.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Short report: Evidence of Trepanation on a Female Individual from the Middle Bronze Age Necropolis of Casas Velhas (Melides, Portugal). *International Journal of Osteoarchaeology*, 27 (3), p. 515-521.

SILVA, A.M.; GIL, P.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Short report: Evidence of non-masticatory dental use in Bronze Age individuals exhumed from the Necropolis of Casas Velhas (Portugal). *Bull Int Assoc. Paleodont.,* 10 (1), p. 31-38.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Bronze Médio do Sudoeste. Indicadores de Complexidade Social. In A.C. Sousa, A. Carvalho, C. Viegas (eds.), *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves* (Estudos e Memórias, 9). Lisboa: UNIARQ, p. 359-384.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2016) – The Pleistocene-Holocene transition on the Portuguese southwest coast. A zero stage of social complexity? In J. Soares (ed.), *Social complexity in a long term perspective* (Setúbal Arqueológica, 16). Setúbal: MAEDS, p. 131-152.

2017

DETRY, C.; TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2017) – Estudo zooarqueológico da ocupação romano-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20, p. 113-127.

MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (2017) – Olarias Romanas do Sado. In C. Fabião, J. Raposo, A. Guerra, F. Silva (coords.), *Olaria Romana: seminário internacional e ateliê de Arqueologia experimental*. Lisboa: UNIARQ, CMS, CAA, p. 221-238.

PEREIRA, V.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2017) – Understanding the First Chalcolithic Communities of Estremadura: Zooarchaeology of Castro de Chibanes, Portugal. Preliminary Results. *Papers from the Institute of Archaeology* (University College of London), 27 (1), Art. 6, p.1-11.

SOARES, J.; MAZZUCCO, N.; TAVARES DA SILVA, C. (2017) – Marine adaptations in the Late Mesolithic of the Portuguese southwest coast: use-wear analysis of the lithic industry of Vale Marim I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20, p. 31-44.

TAVARES DA SILVA, C. (2017) – Entre os Estuários do Tejo e do Sado na 2.ª Metade Do III Milénio Bc: O Fenómeno Campaniforme. In V. Gonçalves (ed.), *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica* (Estudos e Memórias, 10). Lisboa. UNIARQ, p. 142-157.

2018

COELHO-SOARES, A.; TAVARES DA SILVA, C. (2018) - Cerâmica comum romana. In C. Tavares da Silva (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17), p. 143-160.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2018a) – Enquadramento paleogeográfico. In C. Tavares da Silva (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17), p. 43-54.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2018b) – Introdução. *Caetobriga:* uma cidade fabril e polinucleada na foz do Sado. In C. Tavares da Silva (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17), p. 11-42.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2018c) – Living in the southwest Portuguese coast during the Late Mesolithic: The case study of Vale Marim I. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 18, p.1011-1025.

SOARES, J.; DUARTE, S.; TAVARES DA SILVA, C. (2018) – Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luisa Todi, 170-178, Setúbal. *Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios,* 5, p. 79-100.

TAVARES DA SILVA, C. (2018a) - Ânforas romanas. In C. Tavares da Silva (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17), p. 161-174.

TAVARES DA SILVA, C. (coord.) (2018b) – *Caetobriga. O sítio arqueológico da "Casa dos Mosaicos"* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: MAEDS/AMRS.

TAVARES DA SILVA, C. (2018c) – Intervenção arqueológica e sequências estratigráficas. In C. Tavares da Silva (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17), p. 55-64.

TAVARES DA SILVA, C. (2018d) – Ocupação da Idade do Ferro. In C. Tavares da Silva (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17), p. 65-79.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2018a) - Ocupação da Época Romana. Estruturas arquitectónicas. In C. Tavares da Silva (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17), p. 81-98.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2018b) – Génese do Conceito "Cultura do Bronze do Sudoeste". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 24, p. 375-396.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2018c) – Para o estudo do Neolítico Médio: o sítio da Fábrica de Celulose (Mourão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21, p. 5-23.

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A.; DUARTE, S. (2018) – Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arroches Junqueiro, 32-34. *Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios,* 5, p. 17-38.

Valério, P.; Soares, J.; Araújo, M.F.; Alves, L.C.; Tavares Da Silva, C. (2018) – The Composition of the São Brás Copper Hoard in Relation to the Bell Beaker Metallurgy in the South-western Iberian Peninsula. *Archaeometry*, 61 (2), p. 392-405.

2019

PIMENTA, J.; TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; PEREIRA, T.R. (2019) – Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*, 3, p. 45-79.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2019) – Vestígios de Domus na Setúbal Romana. In A. C. Bento, I. G. Pinho, M.J. P. Coutinho (coords.), *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: LASA, p. 11-21.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; DUARTE, S.; PEREIRA, T.R.; SORIA, V. (2019) – Aspectos da presença militar romano-republicana no Castro de Chibanes (Palmela). Revista Portuguesa de Arqueologia, 22, p. 79-93.

SOARES, J.; FERNANDES, L.; TAVARES DA SILVA, C.; PEREIRA, T.R.; DUARTE, S.; COELHO-SOARES, A. (2019) – Preexistências de Setúbal: intervenção arqueológica na Rua Vasco Soveral 8-12. *Ophiussa*, 3, p. 164-174.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; DUARTE, S.; PEREIRA, T.R.; COELHO-SOARES, A.; SORIA, V. (2019) – Castro de Chibanes (Palmela). Trabalhos arqueológicos de 2012 a 2017. In J. Soares, I.V. Pinto, C. Tavares da Silva (coords.), *Do Paleolitico ao Período Romano Republicano. Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Setúbal Arqueológica, 18). Setúbal: MAEDS/AMRS, p. 215-246.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; PIMENTA, J.; DUARTE, S.; COELHO-SOARES, A.; PEREIRA, T. R. (2019) – Ocupação do Período Romano Republicano dos sectores ocidentais do Castro de Chibanes (Palmela): um balanço. In G. Cardoso e C. Nozes (coords.), *Lisboa Romana. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 135-149.

VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M.F.; SOARES, A.M.M.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2019) – Os metais das necrópoles de cistas de Casas Velhas (Melides) e da Provença (Sines). O encontro de antigas e novas tecnologias no Bronze Pleno do Sudoeste. In J. Soares, I.V. Pinto, C. Tavares da Silva (coords.), *Do Paleolitico ao Período Romano Republicano. Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Setúbal Arqueológica, 18). Setúbal: MAEDS/AMRS, p. 89-96.

2020

CLEMENTE-CONTE, I.; MAZZUCCO, N.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; RAMOS MUÑOZ, J.; VIJANDE VILA, E.; JESUS CANTILLO, J.; MONTAÑÉS, M. (2020) – Fish Resource Exploitation in the Southern Atlantic Coast of the Iberian Peninsula: A View From the Traceological Analysis of Flaked Stone Tools (Sixth-Fourth mill. cal BCE). *Quaternary International*, 541, p. 141-151.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2020) – Ocupação mesolítica da Gaspeia. In C. Tavares da Silva e J. Soares (coords.), *O sítio arqueológico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade-Sado* (Setúbal Arqueológica, 19), p. 75-102.

TAVARES DA SILVA, C. (2020) – Intervenções arqueológicas no sítio da Gaspeia. In C. Tavares da Silva e J. Soares (coords.), *O sítio arqueológico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade-Sado* (Setúbal Arqueológica, 19), p. 33-71.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2020a) – Caetobriga (Setúbal, Portugal). In A. Pizzo (ed.), *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana* (Mytra 6), Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 165-176.

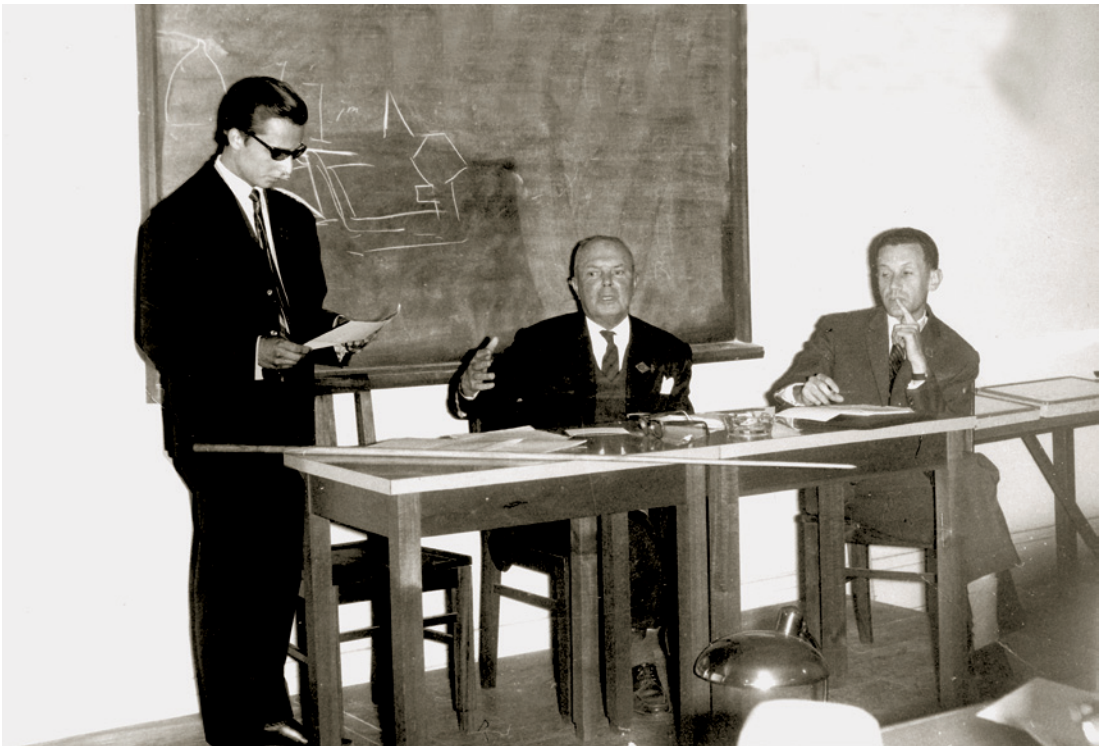
TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2020b) – Ocupação Neolítica da Gaspeia. In C. Tavares da Silva e J. Soares (coords.), *O sítio arqueológico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade-Sado* (Setúbal Arqueológica, 19), p. 115-162.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (coords.) (2020c) – *O sítio arqueológico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade-Sado* (Setúbal Arqueológica, 19). Setúbal: MAEDS/AMRS, 326 pp.

2021

Soares, J.; Tavares da Silva, C. (2021) - O sítio arqueológico da Gaspeia e o território neolítico de Alvalade. In M. de Deus, *Memórias da Terra, das Águas e dos Povos.* Câmara Municipal de Santiago do Cacém, p. 37-51.

ALGUMAS IMAGENS DE UM PERCURSO



1. 1965. Carlos Tavares da Silva durante a apresentação da sua comunicação em sessão presidida por Afonso do Paço. IV Colóquio Portuense de Arqueologia.



2. 1973. I Colóquio Arqueológico de Setúbal. Carlos Tavares da Silva ladeado por Joaquina Soares e Jorge Pinho Monteiro. No uso da palavra, Georges Zbyszewski.



3. 1975. Com o director do Museu de Torres Vedras, Leonel Trindade.



4. 1979. Apresentação de comunicação na Mesa Redonda Luso-Espanhola sobre a Pré e a Proto-história do Sudoeste Peninsular (Palmela). Na mesa, José Clemente Martin de la Cruz.



5. 1985. Carlos Tavares da Silva com Joaquina Soares, Victor S. Gonçalves, Ana Margarida Arruda, António Sérgio Gonçalves e Sprocket. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.



6. 1996. No santuário do século V a.C. de Abul B, com Juan Pedro Garrido, Elena Maria Orta e Miguel Angel Fano. Foto de Joaquina Soares.



7. 2001.Em trabalho de gabinete no Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS.



8. 2005. Visita guiada ao estabelecimento fenício de Abul, durante o VI Congresso Internacional de Estudos Fenício e Púnicos.



9. 2005. Leceia. Com Joaquina Soares e Rui Boaventura.



10. 2005. Escavação arqueológica do sítio mesolítico e do Neolítico antigo da Gaspeia (Alvalade do Sado). Descrevendo estruturas no final do dia.



11. 2006. Em Chibanes. Foto de Rosa Nunes.
12. 2006. Com Françoise Mayet, em Chibanes. Foto de Rosa Nunes.





13. 2009. Carlos Tavares da Silva em trabalho de gabinete no Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS. Foto de Rosa Nunes.



14. 2011. Apresentação de comunicação na Conferência Internacional sobre Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal. Na mesa, João L. Cardoso e Sónia Gabriel. Foto de José Alex Gandum.



15. 2012. Escavação do *tumulus* do monumento megalítico da Pedra Branca (Melides). Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva.


Ribat da Arrifana



16. 2012. Conferencistas e secretariado da Conferência Internacional «Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal». Foto Alex Gandum.



17. 2012. Com Victor S. Gonçalves, analisando cerâmicas do sítio do Neolítico Antigo de Casas Novas. Coruche.



18. 2012. No Museu Arqueológico de Badajoz. Foto de Joaquina Soares.



19. 2013. Conferência sobre os «Fenícios no Sado», durante as comemorações do Dia Mundial do Ambiente. Administração do Porto de Setúbal.



20. 2013. Carlos Tavares da Silva em Monsaraz, visitando a nova paisagem induzida pelo grande lago artificial de Alqueva.



21. 2015. Universidade Autónoma de Madrid. Mesa Redonda «La Recepción de la Nueva Arqueología en Espanã». Carlos Tavares da Silva com Joaquina Soares, Victor M. Fernandez e Miguel Rivera.



22. 2015. Belgrado. 9.ª Conferência Internacional sobre Mesolítico na Europa.



23. 2016. No Castelo Velho de Freixo de Numão. Com a Ruffy, uma muito amigável Irish Wolfhound.



24. 2016. Escavações arqueológicas no Castro de Chibanes. Com Susana Duarte.



25. Universidade De Berna. Congresso da Associação de Arqueólogos Europeus.



26. Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal.



27. 2018. Jean Guilaine e Carlos Tavares da Silva. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foto de Ana Catarina Sousa.

Um prelúdio

O VALE DE MUGE NO CONTEXTO DO MESOLÍTICO ATLÂNTICO DA PENÍNSULA IBÉRICA

NUNO BICHO[1]
CÉLIA GONÇALVES[1]
JOÃO CASCALHEIRA[1]
CLÁUDIA UMBELINO[1]
RICARDO MIGUEL GODINHO[1]
CLÁUDIA COSTA[1]

RESUMO

O presente trabalho apresenta um breve resumo das investigações dos últimos 150 anos, bem como uma resenha dos atuais conhecimentos relativos ao complexo mesolítico do Vale to Tejo. Nas conclusões apresenta-se um pequeno conjunto dos principais modelos que servirão de base para a investigação da região nos próximos anos.

ABSTRACT

This article we present a short view on the history of research during the last 150 years in the Mesolithic of the Tagus Valley. This section is followed by a summary of the present knowledge of the Muge hunter-gatherers. In the conclusions, we discuss a series of main models that need to be investigated in the next few years.

[1] ICArEHB, Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 Faro

INTRODUÇÃO: O CONTEXTO HISTÓRICO DA INVESTIGAÇÃO DOS CONCHEIROS MESOLÍTICOS DE MUGE

A história da investigação dos concheiros de Muge teve início exatamente há 158 anos. De acordo com as notas de campo de Carlos Ribeiro, foi nos dias 13 e 14 de abril de 1863 que as primeiras evidências dos concheiros foram identificadas no local conhecido por Arneiro do Roquete no Paul de Magos (Cardoso 2015). Dez dias depois, a 24 de abril, foi identificado, na margem sul da ribeira de Muge, um outro concheiro no local denominado por Fonte da Burra e internacionalmente conhecido por Moita do Sebastião. No mesmo dia, na margem norte (Cardoso 2015), foi sinalizado o concheiro do Cabeço da Arruda (Cardoso e Rolão 2000; Ribeiro 1884; Rolão 1999) e no ano seguinte o concheiro do Cabeço da Amoreira (Cardoso e Rolão 2000; Gonçalves 2014). Com as primeiras descobertas e trabalhos iniciais (Costa 1865), antecedendo o IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em Lisboa em 1880 (Gonçalves 1980; Ribeiro 1884), ficou patente que a importância dos concheiros de Muge não era apenas regional, mas claramente internacional.

Após os trabalhos iniciais, ainda no século XIX, da responsabilidade de Carlos Ribeiro e da Comissão Geológica, Muge viu o desenrolar de várias campanhas por diversos investigadores. Talvez os mais relevantes tenham sido Mendes Corrêa nas décadas de 1920 e 30 (Corrêa 1933, 1937), com extensos trabalhos nos concheiros do Cabeço da Arruda e Cabeço da Amoreira, Jean Roche e Veiga Ferreira vinte anos depois (Roche 1952, 1954, 1957, 1966, 1967, 1972, 1989) com trabalhos fundamentais na Moita do Sebastião, Cabeço da Arruda e Cabeço da Amoreira, e depois José Rolão já no virar do milénio (Rolão 1999; Rolão *et al.* 2006).

É a partir de 2006 que os autores do presente trabalho iniciam a investigação em Muge, primeiro com Bicho como responsável e depois, a partir de 2016, com Gonçalves à frente dos trabalhos. É com esta equipa que se dá também a implementação de um novo paradigma da estrutura teórica do Mesolítico de Muge (Bicho 2009; Bicho *et al.* 2010, 2011) que resulta do financiamento de três projetos sequenciais pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, bem como de um projeto em colaboração com o Earthwatch Institute. Naturalmente, a aplicação deste quadro teórico assenta numa metodologia claramente interdisciplinar e marcada pela inovação metodológica de que se pode salientar a zooarqueologia (Detry 2007), os Sistemas de Informação Geográfica (Gonçalves 2009, 2014), a antracologia (Monteiro 2018; Monteiro *et al.* 2011), a análise isotópica (Umbelino 2006; Umbelino *et al.* 2007), a geoarqueologia (Aldeias e Bicho 2016), e a esclerocronologia (Dias *et al.* 2019), entre outros aspetos, e que resultaram até ao momento em quatro teses de mestrado e cinco teses de doutoramento, bem como algumas dezenas de artigos em publicações internacionais.

O presente artigo divide-se em duas secções: a primeira inclui um resumo geral dos conhecimentos atuais sobre o Mesolítico de Muge; a segunda parte dedica-se a uma reflexão sobre as lacunas de conhecimento existentes, bem como sobre a forma de os responder ou resolver.

OS CONCHEIROS DE MUGE

A emergência, consolidação e desenvolvimento dos caçadores-pescadores-recolectores mesolíticos da margem sul do rio Tejo está sem dúvida ligada à diversidade ecológica da região, que em determinado período, a partir de há cerca de 8200 anos, se transformou num grande estuário com uma produtividade de biomassa aquática ímpar, provavelmente só comparável à das rias de Aveiro e Formosa nos nossos dias. Essa transformação ecológica do Vale do Tejo terá sido resultado de altera-

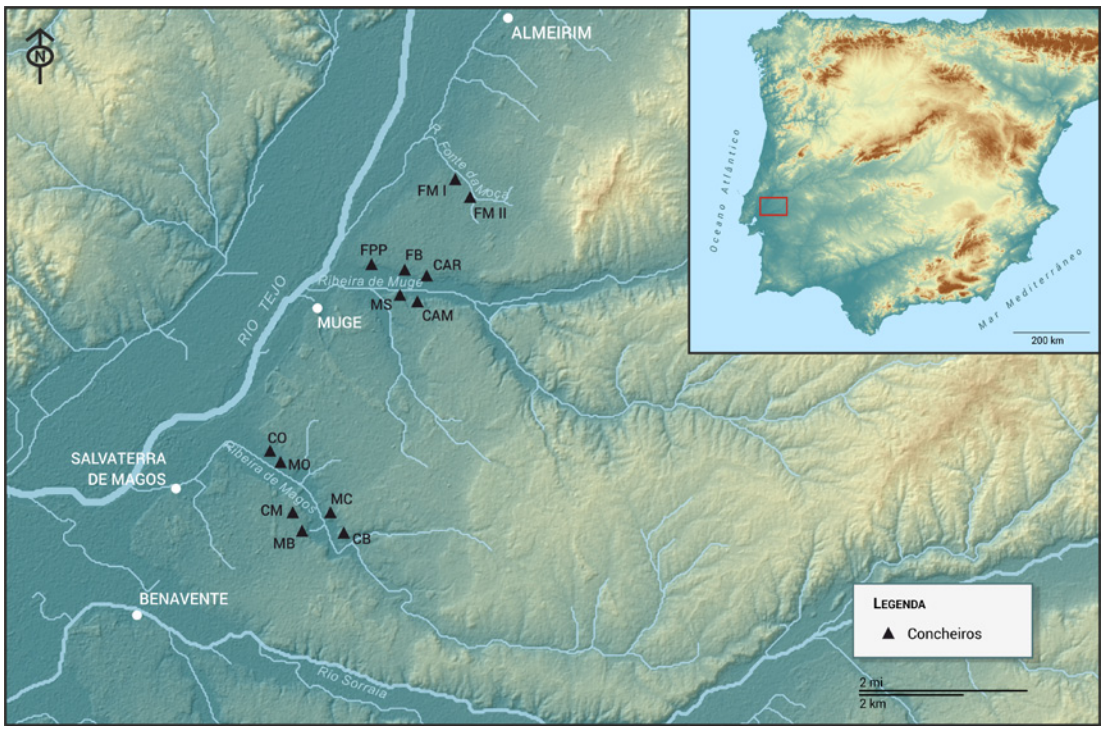


FIG. 1. Mapa das jazidas mesolíticas do Vale do Tejo. Ribeira de Magos: CO – Cova da Onça; MO – Monte dos Ossos; MC – Magos de Cima; CB – Cabeço da Barragem; CM – Cabeço dos Morros; MB – Magos de Baixo. Ribeira de Muge: FPP – Fonte do Padre Pedro; FB – Flor da Beira; CAR – Cabeço da Arruda; MS – Moita do Sebastião; CAM – Cabeço da Amoreira. Ribeira Fonte da Moça: FMI – Fonte da Moça I; FMII – Fonte da Moça II.

ções climáticas a nível global cíclico de um dos eventos Bond (Bond *et al.* 1997), especificamente o 5, também conhecido por *8.2 cold event* diretamente relacionado com o fenómeno do desmantelamento dos glaciares pleistocénicos do lago Agassiz, na baía do rio Hudson (Barber *et al.* 1999; Bauer *et al.* 2004). Este fenómeno, que ocorreu num período muito curto de tempo, inferior a 200 anos, com a descarga de inúmeras toneladas de gelo diretamente para o Atlântico norte, resultou numa diminuição da temperatura da água, num potencial aumento de c. 50 cm no nível médio do mar, num aumento de grandes ondas gravitacionais e, muito provavelmente, na ocorrência de frequentes cheias costeiras. Atendendo ao facto de que antes dessa data, a tendência de implantação populacional e de exploração dos recursos naturais era principalmente a costa Atlântica (Araújo 2012; Bicho 1994; Bicho *et al.* 2010), o efeito disruptivo daquele evento frio terá causado um alteração fundamental no povoamento dos caçadores-recolectores costeiros, que após a destruição dos seus territórios naturais de exploração económica fez com que essas populações se estabelecessem no novo ecótono do estuário do Tejo (Figura 1). Resta saber se este fenómeno teve implicações diretas na nova estrutura de implantação humana do mesolítico do vale do Sado, uma vez que a cronologia inicial desses concheiros é semelhante à de Muge, isto é, com início posterior a 8200 cal BP (Duarte *et al.* 2019; López-Dóriga *et al.* 2019).

A informação proveniente das jazidas escavadas durante o último século e meio de investigações, particularmente dos concheiros do Cabeço da Arruda, Cabeço da Amoreira e Moita do Sebastião, parece convergir para um modelo em que o povoamento do vale assentava em grandes acampamentos, organizados espacialmente com áreas de necrópole (Figura 2) e de atividades diárias marcadas por uma diversidade importante de estruturas de habitat, como é o caso de lareiras e fossas, bem como de buracos de poste de várias morfologias (Bicho 2012; Corrêa 1933; Roche 1972, 1974, 1989), que potencialmente representam construções efêmeras de curta duração e erodidas do



FIG. 2. Enterramentos humanos do Cabeço da Amoreira, escavados entre 2011 e 2019.

registo arqueológico. Apesar dos vários problemas referentes à proveniência dos materiais das escavações antigas e das respetivas datações, é inequívoca a presença de enterramentos humanos na base dos três concheiros referidos, geralmente separados das estruturas de habitat. As datações dos restos humanos, bem como de materiais provenientes das estruturas negativas encontradas na base das sequências indicam um início da ocupação entre 8100 e 8000 cal BP. Apesar de haver evidências claras que indicam que durante esta primeira fase a economia de subsistência era baseada nos recursos terrestres e marinhos, nomeadamente através de alguns restos de conchas e peixe encontrados nas fossas e lareiras, mas também pela informação isotópica dos esqueletos humanos (Umbelino 2006; Umbelino *et al.* 2007), a verdade é que estas jazidas não eram ainda concheiros. Contudo, a tecnologia lítica é já tipicamente mesolítica, sendo que o fóssil-diretor de Muge, o chamado triângulo de Muge, era já produzido, pelo menos no Cabeço da Amoreira.

A implantação destas jazidas parece ter sido, logo de início, ponderada não só do ponto de vista das características locais de cada assentamento, mas também da organização da paisagem a nível regional. Por um lado, a localização destes concheiros parece ter sido escolhida tendo em conta a proeminência do local, uns metros acima do aluvião da ribeira, mas com fácil acesso ao mesmo e próximo de enseadas naturais protegidas, perfeitas para fundeadouros de embarcações (Gonçalves 2014), provavelmente canoas monóxilas, que suportavam a recolha de elementos sociais importantes (André e Bicho 2016) e a pesca, atlântica e de profundidade, no seio do imenso estuário do Tejo de espécies de grandes dimensões, como é o caso da corvina legítima (Dias *et al.* 2019); por outro lado, a sua localização na paisagem teria sido escolhida com grande cuidado de forma a dividir equitativamente o território pelos vários grupos que viviam na área (Gonçalves 2009, 2014) mas tam-

bém a sinalizar à distância, a partir do espelho de água da ribeira de Muge, cada um desses locais (Gonçalves *et al.* 2014).

No caso do Cabeço da Amoreira, e com base quer no modelo bayesiano dos resultados do radiocarbono (Bicho 2012), quer em estudos microestratigráficos (Aldeias e Bicho 2016), parece ter havido um curto intervalo entre a ocupação basal e a deposição dos estratos conquíferos, talvez de uma a duas gerações, por volta dos 7700 cal BP. Não há ainda dados cronológicos das outras jazidas que possam confirmar este hiato ao nível regional, pelo que, por enquanto, é possível pensar-se ainda na mobilidade do povoamento inter-sítio aquando do abandono momentâneo do Cabeço da Amoreira.

A fase seguinte é da deposição dos níveis de conchas, com um máximo de 200 anos, entre 7700 e 7600 cal BP, provavelmente de forma intencionalmente construtiva uma vez que não há evidência clara de estruturas de habitat em número suficiente para sugerir a utilização dessas jazidas como local de acampamento, seja ele residencial ou logístico. A zona escavada recentemente no Cabeço da Amoreira, bem como os trabalhos de limpeza de cortes no Cabeço da Arruda confirmam esta perspetiva. Os trabalhos de micromorfologia indicam que a deposição dos níveis de concheiro resulta de uma diversidade de atividades, que inclui a deposição de pequenos montículos de conchas, provavelmente trazidos em cestos que aí eram despejados; a movimentação lateral desses depósitos, possivelmente para alterar a configuração superior do concheiro e preparar a deposição de mais conchas; a alteração desses depósitos através do pisoteamento antrópico e, ainda, a deposição de finas lentículas de sedimentos argilo-siltosos durante fases de não utilização dos concheiros (Aldeias e Bicho 2016). No final desta fase de mobilização em altura dos concheiros, deu-se um novo abandono com cerca de 100 anos a que se seguiu uma nova fase de uso do espaço como necrópole, com cronologias por volta dos 7500 cal BP. Esta ideia é claramente confirmada no Cabeço da Amoreira pelas recentes escavações, e parece provável no Cabeço da Arruda e até na Moita do Sebastião, apesar da sua destruição antes da intervenção no início da década de 50 do século passado, atendendo às datações de alguns dos esqueletos aí encontrados (Meiklejohn *et al.* 2009). Este nível de necrópole foi rapidamente coberto por uma estrutura pétrea, com materiais diversos incluindo conchas, inequívoca no Cabeço da Amoreira e possivelmente também presente no Cabeço da Arruda e que corresponde em termos gerais ao abandono dos concheiros. A deposição da estrutura pétrea no Cabeço da Amoreira parece ter sido acompanhada por um conjunto de pequenos acampamentos em redor dos limites do concheiro, possivelmente correspondendo à ocupação dos grupos que ali ficaram durante a deposição (construção?) do cairn (Bicho 2012) até, no máximo, há 7400 anos.

Após o abandono do concheiro, que terá durado cerca de um século, e já em período neolítico, houve nova utilização do concheiro, mais uma vez para enterramentos humanos que perfuraram a camada pétrea para a sua deposição. Presentemente, parece confirmada a ideia de que estes últimos enterramentos foram resultado de atividades de grupos neolíticos: para além da cronologia ser muito mais recente, também a análise isotópica dos esqueletos humanos indica uma diversidade muito maior do que anteriormente, sendo que há exemplos, pela primeira vez, de esqueletos com dieta exclusivamente terrestre (Bicho *et al.* 2017), ao que se junta o facto de que esses esqueletos pertencerem a indivíduos que não são locais (Price 2015).

Estudos recentes populacionais (McLaughlin *et al.* 2021) indicam que houve um boom demográfico no território atlântico da Península Ibérica, mas que isso foi particularmente importante no Vale do Tejo, possivelmente superior ao que se verificou no resto da Península Ibérica (de Pablo *et al.* 2019). A evolução demográfica vista em Muge representa o aumento progressivo das comunidades regionais de caçadores-recolectores desde o final do Paleolítico, com ligações diretas regionais, como parece ser corroborado pela informação genética de um indivíduo da Moita do Sebastião que partilha uma parte significativa do seu código genético com a população paleolítica ibérica (Villalba-Mouco *et al.* 2019).

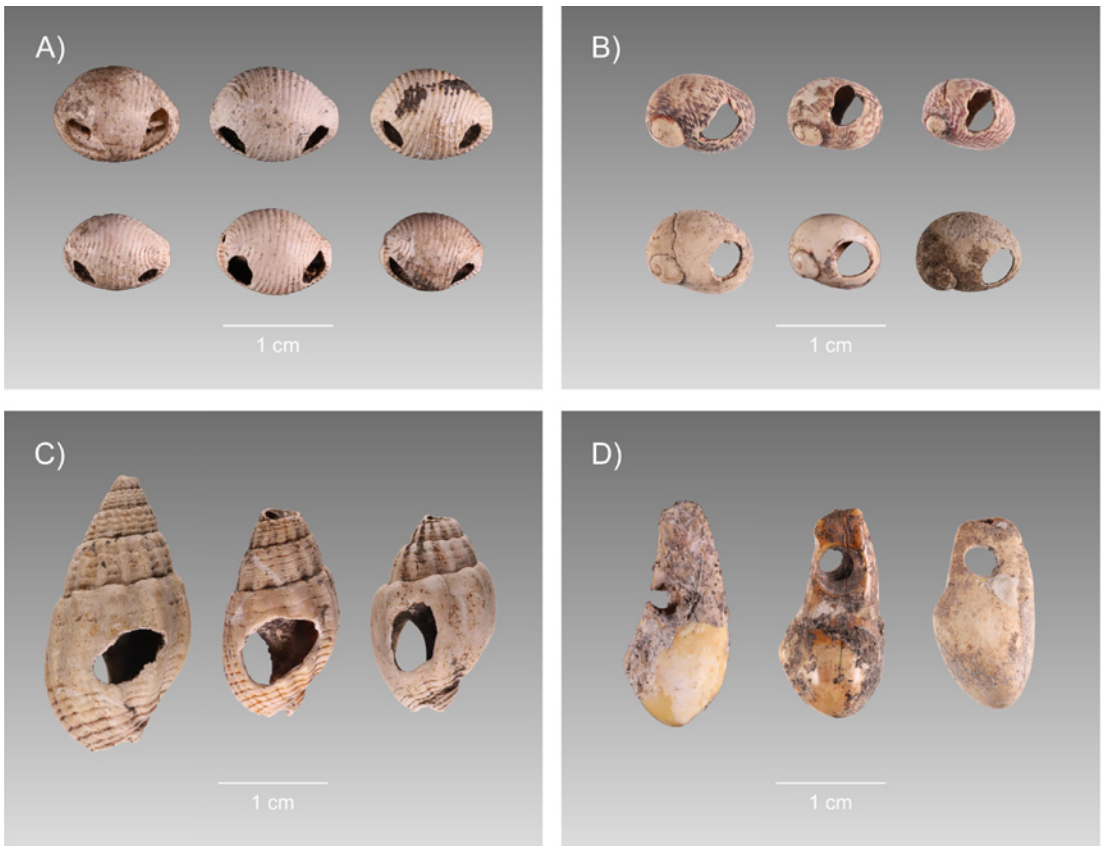


FIG. 3. Adornos do Cabeço da Amoreira. Legenda: A – *Theodoxus fluviatilis*; B – *Trivia* sp.; C – *Nassarius reticulatus*; D – pendentes sobre dentes.

Parece não haver grandes diferenças cronológicas ou inter-sítio no que respeita à exploração dos recursos naturais. Os recursos cinegéticos principais eram compostos principalmente por coelho, veado e javali, ainda que outras espécies como é o caso do cavalo e auroque fossem também objeto de exploração frequente (Detry 2007; Dias *et al.* 2016). Deve notar-se aqui a presença assinalada nos trabalhos recentes no Cabeço da Amoreira da deposição, por vezes em continuidade anatómica, de grandes fragmentos de veado, associados a outros materiais arqueológicos, nomeadamente a clastos e seixos calcinados de várias dimensões, bem como a conjuntos de materiais em pedra talhada (Gonçalves *et al.* 2018). A análise estatística e espacial de um dos casos, claramente demonstram que este tipo de deposição terá ocorrido rapidamente, e terá sido coberta de imediato, impedindo assim a sua destruição. Duas hipóteses podem explicar este tipo de eventos: uma económica, correspondendo a um evento curto de preparação da carcaça, potencialmente para extração do tutano; a outra de carácter social, correspondendo este episódio a um processo rápido de enterramento propositado, semelhante ao que se conhece nas inumações humanas naquela e em outras jazidas mesolíticas da região.

Espécies carnívoras estão também presentes nos concheiros, nomeadamente o lobo, a raposa e o gato selvagem, mas em números muito modestos. Provavelmente a exploração destas espécies reflete outras necessidades que não a da alimentação, nomeadamente o uso de peles para vestuário e para preparação de estruturas de habitação.

Os recursos aquáticos são muito diversos e incluem uma variedade importante de peixes de vários tipos (Dias *et al.* 2019) e com habitats muito diferentes, provavelmente pescados quer à rede, quer com anzol, em águas com pouca profundidade, junto às margens das ribeiras de Muge, Magos

e Fonte da Moça, bem como em águas mais profundas necessariamente na parte final do estuário do Tejo, ou mesmo já no Atlântico. No caso das corvinas de grande dimensão, cujas vértebras são encontradas frequentemente nos concheiros, parecem ter sido pescadas entre a primavera e o início do outono. A diversidade de moluscos é também marcante nestes concheiros, sendo que as espécies principais alimentares são a lambujinha, o berbigão, a amêijoa e a ostra, provavelmente apanhadas na maré vazia perto dos locais onde os concheiros estão localizados. Outro conjunto artefactual particularmente importante é marcado pelos moluscos utilizados para a fabricação de adornos, de que se destaca a *Theodoxus fluviatilis*, espécie de água doce (André e Bicho 2016), e as espécies marinhas *Trivia monacha/arctica*, *Littorina obtusata/fabalis*, e *Antalis* sp., seguindo a tendência conhecida desde o Paleolítico Superior no território português (Tátá *et al.* 2014). O aspeto importante para além da identificação social e territorial é que a maior parte dessas espécies marinhas só poderiam ter sido apanhadas na costa atlântica ou, na melhor das hipóteses, nas praias ou rochedos na interface entre o Tejo e o Atlântico. Assim, a presença destes espécimenes indica um vasto território de exploração dos recursos, de 70 a 80 km, de Muge às praias do Atlântico. Necessariamente, estes dados sugerem, por sua vez, e com base no tipo de habitat e na pesca de espécies como vários tipos de tubarão e grandes corvinas, que o uso de embarcações seria já frequente neste período, como as observadas no mesmo período do Mar Báltico (e.g., Christensen *et al.* 1997; Grøn e Skaarup 1991; Klooss e Lübke 2006), ainda que, até ao momento, não tenham sido encontradas evidências semelhantes em Portugal.

A produção dos adornos, que para além das conchas perfuradas, inclui também a perfuração de alguns ossos e dentes (Figura 3), particularmente dentes de canino de veado, e contas em cerâmica (André e Bicho 2016, 2021), parece seguir os mesmos aspetos tecnológicos já descritos para o Paleolítico Superior português (Tátá *et al.* 2014).

Os materiais em pedra lascada são uma parte substancial das coleções arqueológicas exumadas nestas jazidas (Figura 4). Com base principalmente nos estudos feitos em dois contextos do Cabeço da Amoreira (concheiro e vala), é evidente que a produção da utensilagem lítica não foi feita no espaço da jazida (Cascalheira *et al.* 2013; Marreiros *et al.* 2015; Paixão *et al.* 2019). A informação proveniente de outras coleções (Joaquinito 2011), nomeadamente as que estão depositadas no Museu Geológico, parece revelar o mesmo padrão, em que o número de restos de debitagem e de núcleos é claramente insuficiente quando comparado com o número de utensílios retocados e, par-

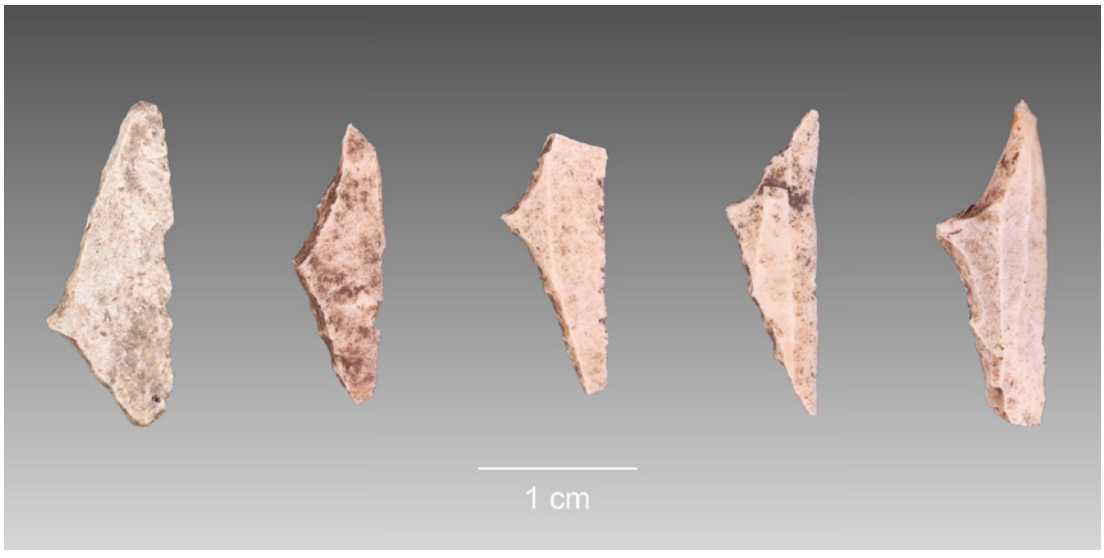


FIG. 4. Triângulos provenientes do Cabeço da Amoreira.

ticularmente, com o número de micrólitos geométricos. A este facto acresce ainda o baixo número de esquírolas presentes nestas jazidas (Cascalheira *et al.*, 2021), sendo que os aspetos naturais de formação do sítio arqueológico não serão responsáveis por uma possível triagem dos artefactos por dimensão. Este contexto é sim resultante do facto da cadeia operatória não estar presente nos concheiros, mas apenas as suas últimas fases, isto é, a utilização dos utensílios e abandono dos materiais líticos nessas jazidas. Ainda no que concerne às indústrias líticas, deve notar-se a clara diferença inter-sítio no que à tipologia dos geométricos diz respeito. Enquanto no Cabeço da Amoreira e Cova da Onça os triângulos dominam as coleções, com mais de 80% da frequência dos geométricos, em Moita do Sebastião e no Cabeço dos Morros são os trapézios os mais preponderantes. O concheiro do vale da Fonte da Moça I é marcado quase exclusivamente por segmentos (Paixão *et al.* 2019) e as indústrias do Cabeço da Arruda e Fonte da Moça II são marcadas por dois tipos de geométricos, respetivamente, trapézios/triângulos e segmentos/triângulos. Esta diversidade tipológica foi interpretada de duas formas distintas: resultando de uma cronologia diferente dos vários concheiros, sendo por isso uma evolução na adaptação tecnológica na região (Marchand 2001, 2005); e refletindo funcionalidades diferentes de cada jazida, dependendo não só das atividades que aí decorreram e dos grupos humanos que as habitaram (Joaquinito 2011), mas também da dimensão do concheiro e duração da sua ocupação (Rolão 1999). Os dados disponíveis neste momento contrariam a noção de uma evolução cronológica entre concheiros, uma vez que as datações existentes são essencialmente idênticas para todos os concheiros. Parece claro que terá havido alguma diversidade funcional entre os vários concheiros, mas é também agora evidente que cada concheiro teve várias funções ao longo da sua formação, não havendo evidências neste momento de qualquer alteração cronológica na tipologia dos geométricos em cada jazida. A terceira interpretação (Bicho 2009; Marreiros *et al.* 2015), e a mais parcimoniosa, é a de que essas diferenças residem em aspetos sociais ao nível da divisão territorial, possivelmente assente num esquema exogâmico regional.

Esta interpretação, juntamente com os dados da localização das jazidas com equidistância entre si na paisagem (Gonçalves 2009, 2014), localização privilegiada de visão a partir do espelho de água, no caso de Muge (Gonçalves *et al.* 2014), a organização espacial dos enterramentos (Bicho 2009), bem como as diferenças já conhecidas ao nível da preparação e deposição das inumações humanas (Umbelino *et al.* 2015, 2016) sugerem que as comunidades mesolíticas de Muge são um bom exemplo de caçadores-recolectores de tipo complexo.

O FUTURO DOS CONCHEIROS DE MUGE

A última década e meia de investigação em Muge comprova a ideia de que investigação sistemática e continuada, com uma base de financiamento estável (de cerca de um milhão de euros ao longo de 12 anos), permite dar um salto qualitativo fundamental na investigação, alterando profundamente os paradigmas anteriores do conhecimento científico sobre o Mesolítico do Vale do Tejo. Devido à estrutura inerente ao processo evolutivo da ciência, houve questões que se radicaram nos novos dados, adicionando-se a outras já existentes.

Pode-se afirmar-se que, no início da segunda década do presente milénio, os desafios que se colocam aos investigadores são de dois tipos. Por um lado, há agora questões que não se levantavam anteriormente e que são atualmente fundamentais ao nível societal – é premente que a investigação que se faça sobre o Mesolítico de Muge (e em qualquer outro local ou sobre qualquer outro tema de arqueologia) chegue diretamente ao público e à sociedade não especialista. É assim absolutamente fundamental que se desenvolva um plano de disseminação de resultados e promoção do conhecimento e divulgação científica, preferencialmente, e se possível, com a presença de um

plano de transferência do conhecimento, nomeadamente através do desenvolvimento de mecanismos de aplicação metodológica que possam servir as comunidades (como é o caso de alunos ou profissionais da área patrimonial) ou ainda através de estruturas museológicas, que permitam à sociedade usufruir diretamente do seu património e compreendê-lo melhor, tornando-o assim «seu». Naturalmente, o segundo tipo de problemas é inerente ao conhecimento atual dos dados arqueológicos – quais os temas principais que estão neste momento em cima da mesa e que devem ser objeto de investigação arqueológica? Na nossa opinião existem três grandes questões que devem ser respondidas na próxima década:

1. Se os concheiros de grandes dimensões, como Moita do Sebastião, Cabeço da Arruda ou Cabeço da Amoreira não são acampamentos residenciais e funcionaram principalmente como estruturas visuais de divisão e marcação territorial, então onde se encontram os acampamentos de grandes dimensões, quais são as características e duração? Esta questão só poderá ser respondida com um programa intensivo e sistemático de prospeção e sondagens na região.
2. É verdade que os concheiros do vale do Tejo resultam de uma sociedade exogâmica que dividiu a paisagem em parcelas territoriais, possivelmente correspondendo a áreas de extração e exploração dos recursos naturais? São vários os caminhos possíveis para a confirmação/infirmação desta hipótese mas os dois principais são o estudo bioarqueológico dos restos humanos, através não só das características morfológicas dos ocupantes de cada concheiro, mas também da análise do seu ADN antigo; e o estudo zooarqueológico e artefactual dos geométricos, dos adornos e das respetivas tecnologias, assentes em proveniência dos materiais de alta resolução resultado de metodologias de escavação atuais que devem necessariamente incluir a micromorfologia dos sedimentos.
3. Qual a relação tecnológica, social e cultural entre as populações do Tejo e do Sado? Este tema foi já parcialmente investigado por um de nós (Gonçalves) na sua tese de doutoramento focando os padrões de assentamento, resultando em distinções significativas que são confirmadas através das grandes diferenças na morfologia dos concheiros de ambas as regiões. Contudo, essas diferenças poderão resultar das condições e características físicas diferenciadas das duas regiões. É, portanto, necessário um programa de investigação comparativo e sistemático que foque não só os aspetos da cultura material dos dois núcleos, mas também de datação absoluta, sazonalidade, mobilidade com base em estudos isotópicos e, finalmente, de ADN para confrontar as possíveis relações filogenéticas entre as duas regiões.

AGRADECIMENTOS

À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pelo financiamento dos seguintes projetos: «Concheiros de Muge: Um novo portal para os últimos caçadores-recolectores do vale do Tejo, Portugal (Muge-Portal)» (ALG-01-0145-FEDER-29680/PTDC/HAR-ARQ/29680/2017), «Os últimos caçadores-recolectores de Muge (Portugal): as origens da complexidade social» (PTDC/HIS-ARQ/112156/2009) e «Os últimos caçadores-recolectores do vale do Tejo – os concheiros de Muge» (PTDC/HAH/64185/2006). Célia Gonçalves, João Cascalheira e Cláudia Costa têm financiamento da FCT através dos contratos DL 57/2016/CP1361/CT0026, DL 57/2016/CP1361/CT0029 e DL 57/2016/CP1361/CT0029. O contrato de Ricardo Miguel Godinho é financiado pelo FEDER através do Programa Operacional CRESC Algarve 2020 (projecto ALG-01-0145-FEDER-29680/PTDC/HAR-ARQ/29680/2017).

Agradece-se ainda o apoio prestado pela Casa Cadaval, em particular a Teresa Schönborn-Wiesentheid, e ainda ao município de Salvaterra de Magos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEIAS, V.; BICHO, N. (2016). Embedded Behavior: human activities and the construction of the Mesolithic shellmound of Cabeço da Amoreira (Muge, Portugal). *Geoarchaeology* 31: 530-549.

ANDRÉ, L.; BICHO, N. (2016). Perforation techniques and traces of use on the Mesolithic adornments of the Trench Area at Cabeço da Amoreira Shellmidden (Muge, central Portugal). *Comptes Rendus Palevol* 15(5): 569-580.

ANDRÉ, L.; BICHO, N. (2021). Visual information in Cabeço da Amoreira, Muge (Portugal): Shell adornment technology. In D. Borić, D. Antonović, B. Mihailović (eds.), *Foraging Assemblages*. Belgrade: Serbian Archaeological Society. pp. 567-573.

ARAÚJO, A. C. (2012). *Une histoire des premières communautés mésolithiques au Portugal*, BAR International Series 2782.

BARBER, D. C.; DYKE, A.; HILLAIRE-MARCEL, C.; JENNINGS, A. E.; ANDREWS, J. T.; KERWIN, M. W.; BILODEAU, G.; MCNEELY, R. ; SOUTHON, J.; MOREHEAD, M. D.; GAGNON, J.-M. (1999). Forcing of the cold event of 8,200 years ago by catastrophic drainage of Laurentide lakes. *Nature* 400(6742): 344-348.

BAUER, E.; GANOPOLSKI, A.; MONTOYA, M. (2004). Simulation of the cold climate event 8200 years ago by meltwater outburst from Lake Agassiz. *Paleoceanography* 19(3): n/a-n/a.

BICHO, N. (1994). The end of the Paleolithic and the Mesolithic in Portugal. *Current Anthropology* 35(5): 664-674.

BICHO, N. (2009). Sistemas de povoamento, subsistência e relações sociais do últimos caçadores--recolectores do Vale do Tejo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 17: 133-156.

BICHO, N. (2012). Chronology of the Mesolithic occupation of the Muge valley, central Portugal: The case of Cabeço da Amoreira. *Quaternary International* 308-309: 130-139.

BICHO, N.; CASCALHEIRA, J.; GONÇALVES, C.; UMBELINO, C.; RIVERO, D. G.; ANDRÉ, L. (2017). Resilience, replacement and acculturation in the Mesolithic/ Neolithic transition: The case of Muge, central Portugal. *Quaternary International* 446: 31-42.

BICHO, N.; CASCALHEIRA, J.; MARREIROS, J.; PEREIRA, T. (2011). The 2008-2010 excavations of Cabeço da Amoreira, Muge, Portugal. *Mesolithic Miscelanny* 21(2): 3-13.

BICHO, N.; UMBELINO, C.; DETRY, C.; PEREIRA, T. (2010). The Emergence of Muge Mesolithic Shell Middens in Central Portugal and the 8200 cal yr BP Cold Event. *The Journal of Island and Coastal Archaeology* 5(1): 86-104.

BOND, G.; SHOWERS, W.; CHESEBY, M.; LOTTI, R.; ALMASI, P.; deMENOCAL, P.; PRIORE, P.; CULLEN, H.; HAJDAS, I.; BONANI, G. (1997). A pervasive millennial-scale cycle in North Atlantic Holocene and glacial climates. *Science* 278(5341): 1257-1266.

CARDOSO, J. (2015). Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shell middens of Muge (Salvaterra de Magos). In N. Bicho, C. Detry, T. D.Price, E. Cunha (eds.), *The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens, Muge*, Volume 1. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. pp. 1-18.

CARDOSO, J.; ROLÃO, J. (2000). Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. E*studos Arqueológicos de Oeiras* 8: 83-240.

CASCALHEIRA, J.; BICHO, N.; GONÇALVES, C.; GARCÍA RIVERO, D.; HORTA, P. (2021). Of space and time: The non-midden components of the Cabeço da Amoreira Mesolithic shell mound (Muge, central Portugal). In D. Borić, D. Antonović e B. Mihailović (eds.), *Foraging Assemblages*. Belgrade: Serbian Archaeological Society. pp. 162-168.

CASCALHEIRA, J.; PAIXÃO E.; MARREIROS, J.; PEREIRA, T.; BICHO, N. (2013). Preliminary Techno-Typological Analysis of the Lithic Materials from the Trench Area of Cabeço da Amoreira (Muge, Central Portugal). In N. Bicho, C. Detry, T. D. Price, E. Cunha (eds.), *The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens, Muge*, Volume 1. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. pp. 119-133.

Corrêa, A. M. (1933). *Les nouvelles fouilles à Muge, Portugal*. XVe Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique, Paris.

Corrêa, A.M. (1937). A propósito do Homo Taganus Africanos em Portugal. *Separata do Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, 43.

COSTA, F. P. da (1865). *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Primeiro opusculo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Imprensa Nacional.

de PABLO, J.; GUTIÉRREZ-ROIG, M.; GÓMEZ-PUCHE, M.; MCLAUGHLIN, R.; SILVA, F.; LOZANO, S. (2019). Palaeodemographic modelling supports a population bottleneck during the Pleistocene-Holocene transition in Iberia. *Nature Communications* 10(1): 1-13.

DETRY, C. (2007). *Paleoecologia e Paleoeconomia do Baixo Tejo no Mesolítico Final: O contributo do estudo dos mamíferos dos concheiros de Muge*. Tese de doutoramento. Salamanca: Universidad de Salamanca.

DIAS, R.; DETRY, C.; BICHO, N. (2016). Changes in the exploitation dynamics of small terrestrial vertebrates and fish during the Pleistocene--Holocene transition in the SW Iberian Peninsula: A review. *The Holocene* 26(6): 964-984.

DIAS, R.; ESTRELLA-MARTÍNEZ, J.; BUTLER, P.; NEDERBRAGT, A.; HALL, I. R.; BARRULAS, P.; MAURER, A.; CARDEIRA, A.; MIRÃO, J.; DETRY, C.; BICHO, N. (2019). Mesolithic human occupation and seasonality: sclerochronology, δ 18 O isotope geochemistry, and diagenesis verification by Raman and LA-ICP-MS analysis of Argyrosomus regius (meagre) sagittae otoliths from layer 1 of Cabeço da Amoreira Mesolithic shell midden (Muge, Portugal). *Archaeological and Anthropological Sciences* 11(2): 409-432.

DUARTE, C.; IRIARTE, E.; DINIZ, M.; ARIAS, P. (2019). The microstratigraphic record of human activities and formation processes at the Mesolithic shell midden of Poças de São Bento (Sado Valley, Portugal). *Archaeological and Anthropological Sciences* 11(2): 483-509.

Gonçalves, C. (2009). *Modelos prediticos em SIG na localização de sítios arqueológicos de cronologia mesólitica no vale do Tejo*. Tese de mestrado. Faro: Universidade do Algarve.

Gonçalves, C. (2014). *Modelos preditivos de ocupação do território no Mesolítico entre os vales do Tejo e Sado*. Tese de doutoramento. Faro: Universidade do Algarve.

GONÇALVES, C.; CASCALHEIRA, J.; BICHO, N. (2014). Shellmiddens as landmarks: Visibility studies on the Mesolithic of the Muge valley (Central Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology* 36: 130-139.

Gonçalves, C.; Cascalheira, J.; Costa, C.; Bárbara, S.; Matias, R.; Bicho, N. (2018). Detecting single events in large shell mounds: A GIS approach to Cabeço da Amoreira, Muge, Central Portugal. *Journal of Archaeological Science: Reports* 18: 1000-1010.

Gonçalves, V. (1980). *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da» crónica» de Bordalo Pinheíro*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

GRØN, O.; SKAARUP, J. (1991). Møllegabet II – A Submerged Mesolithic Site and a «Boat Burial» from Ærø. *Journal of Danish Archaeology* 10(1): 38-50.

JOAQUINITO, A. (2011). Caracterização tecnológica da indústria lítica em sílex das comunidades dos concheiros de Muge. *Estrat critic* 5(2): 163-169.

KLOOSS, S.; LÜBKE, H. (2006). The terminal Mesolithic and Early Neolithic logboats of Stralsund--mischwasserspeicher: Evidence of early waterborne transport on the German Southern Baltic Coast. In R. Bockius (ed.), Between the seas: Transfer and exchange in nautical technology. *Proceedings of the 11th International Symposium on Boat and Ship Archaeology in Mainz 2006*: 97-105. Mainz: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums.

LÓPEZ-DÓRIGA, I.; DINIZ, M.; ARIAS, P. (2019). Macrobotanical remains and shell-midden formation processes, are they related? The case of Poças de São Bento (Portugal). *Archaeological and Anthropological Sciences* 11(2): 469-481.

MARCHAND, G. (2001). Les traditions techniques du Mésolithique final dans le sud du Portugal: les industries lithiques des amas coquilliers de Várzea da Mó et de Cabeço do Rebolador (fouilles M. Heleno). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4(2): 47-110.

MARCHAND, G. (2005). Contacts, blocages et filiations entre les aires culturelles mésolithiques et néolithiques en Europe atlantique. *L'Anthropologie* 109(3): 541-556.

MARREIROS, J.; GIBAJA, J.; PAIXÃO, E.; PEREIRA, T.; CASCALHEIRA, J.; BICHO, N. (2015). New functional evidences for human settlement organization from the Mesolithic site of Cabeço da Amoreira (Muge): preliminary lithic use-wear analysis. In N. Bicho, C. Detry, T. D. Price, E. Cunha (eds.), *The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens, Muge*, Volume 1. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. pp. 119-133.

McLAUGHLIN, T. R.; GÓMEZ-PUCHE, M.; CASCALHEIRA, J.; BICHO, N.; FERNÁNDEZ-LÓPEZ DE PABLO, J. (2021). Late Glacial and Early Holocene human demographic responses to climatic and environmental change in Atlantic Iberia. *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 376(1816): 20190724.

MEIKLEJOHN, C.; ROKSANDIC, M.; JACKES, M.; LUBELL, D. (2009). Radiocarbon Dating of Mesolithic human remains in Portugal. *Mesolithic Miscelanny* 20(1): 4-16.

MONTEIRO, P., 2018. *Economia de recoleção da madeira para combustível dos últimos caçadores-recolectores de Muge: estudo antracológico dos concheiros mesolíticos do Cabeço da Amoreira e Cabeço da Arruda (Santarém, Portugal)*. Tese de doutoramento. Faro: Universidade do Algarve.

MONTEIRO, P.; ZAPATA PEÑA, L.; BICHO, N. (2011). New samples of wood charcoal from Cabeço da Amoreira (Muge, Portugal). *SAGVNTVM Extra* 11: 127-128.

PAIXÃO, E.; MARREIROS, J.; PEREIRA, T.; GIBAJA, J.; CASCALHEIRA, J.; BICHO, N. (2019). Technology, use-wear and raw material sourcing analysis of a c. 7500 cal BP lithic assemblage from Cabeço da Amoreira shellmidden (Muge, Portugal). *Archaeological and Anthropological Sciences* 11(2): 433-453.

PRICE, T. D. (2015). Tracing Past Human Movement: An Example from the Muge Middens. In N. Bicho, C. Detry, T. D. Price, E. Cunha (eds.), *The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens, Muge*, Volume 1: 225-234. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

RIBEIRO, C. (1884). *Les kioekkenmoddings de la valée du Tage*. IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas (Lisboa, 1880): 279-289. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

ROCHE, J. (1952). Les fouilles des amas coquiliers mesolíthique de Muge. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*: 145-152.

ROCHE, J. (1954). Résultats des derniéres campagnes de fouilles exécuteés a Moita de Sebastião (Muge). *Revista da Faculdade de Ciências* 4: 179-186.

ROCHE, J. (1957). Les collections mésolithiques du Musée des Services Géologiques du Portugal. Moita do Sebastião (Muge). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 38(1): 305-327.

ROCHE, J. (1966). Balance de un siglo de excavaciones en los cocheros mesolíticos de Muge. *Empúries: Revista de món clàssic i antiguitat tardana* (28): 13-48.

ROCHE, J. (1967). Note sur la stratigraphie de l'amas coquilier mésolithique de Cabeço de Amoreira (Muge). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 52: 79-94.

ROCHE, J. (1972). *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião: Muge, Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

ROCHE, J. (1974). Sépultures de l'amas coquillier mésolithique de Cabeço da Arruda (Muge). *Actas do Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto: 25-36. Porto: Ministério da Educação Nacional.

ROCHE, J. (1989). Spatial organization in the Mesolithic sites of Muge, Portugal. In C. Bonsall (ed.), The Mesolithic in Europe. *International Symposium* 3: 607-613.

ROLÃO, J. (1999). *Del Wurm final al Holocénico en el Bajo Valle del Tajo (Complejo Arqueológico Mesolítico de Muge)*. Tese de doutoramento. Salamanca: Universidad de Salamanca.

ROLÃO, J.; JOAQUINITO, A.; GONZAGA, M. (2006). O complexo mesolítico de Muge: Novos resultados sobre a ocupação do Cabeço da Amoreira. In N. Bicho e A. F. Carvalho (eds.), *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*: 27-42. Faro: Universidade do Algarve Faro.

TÁTÁ, F.; CASCALHEIRA, J.; MARREIROS, J.; PEREIRA, T.; BICHO, N. (2014). Shell bead production in the Upper Paleolithic of Vale Boi (SW Portugal): an experimental perspective. *Journal of Archaeological Science* 42: 29-41.

UMBELINO, C. (2006). *Outros sabores do passado: as análises de oligoelementos e de isótopos estáveis na reconstituição da dieta das comunidades humanas do Mesolitico Final e do Neolitico Final-Calcolítico do território português*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.

UMBELINO, C.; GONÇALVES, C.; FIGUEIREDO, O.; PEREIRA, T.; CASCALHEIRA, J.; MARREIROS, J.; BICHO, N. (2016). Human burials in the Mesolithic of Muge and the origins of social differentiation: the case of Cabeço da Amoreira, Portugal. In J. M. Grünberg, B. Gramsch, L. Larsson, J. Orschiedt e H. Meller (eds.), *Mesolithic burials – Rites, symbols and social organisation of early postglacial communities*: 683-692. Halle: Tagungen des Landesmuseums für Vorgeschichte.

UMBELINO, C.; GONÇALVES, C.; FIGUEIREDO, O.; PEREIRA, T.; CASCALHEIRA, J.; MARREIROS, J.; ÉVORA, M.; CUNHA, E.; BICHO, N. (2015). Life in the Muge Shell Middens: Inferences from the New Skeletons Recovered from Cabeço da Amoreira. In N. Bicho, C. Detry, T. D.Price, E. Cunha (eds.), *The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens, Muge*, Volume 1: 209-223. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

UMBELINO, C.; PÉREZ-PÉREZ, A.; CUNHA, E.; HIPÓLITO, C.; FREITAS, M. C.; CABRAL, J. P., 2007. Outros sabores do passado: um novo olhar sobre as comunidades humanas mesolíticas de Muge e do Sado através de análises químicas dos ossos. *Promontoria* 5: 45-90.

VILLALBA-MOUCO, V.; van de LOOSDRECHT, M. S.; POSTH, C.; MORA, R.; MARTÍNEZ-MORENO, J.; ROJO-GUERRA, M.; SALAZAR-GARCÍA, D.; ROYO-GUILLÉN, J.; KUNST, M.; ROUGIER, H.; CREVECOEUR, I.; ARCUSA-MAGALLÓN, H.; TEJEDOR-RODRÍGUEZ, C.; GARCÍA-MARTÍNEZ DE LAGRÁN, I.; GARRIDO-PENA, R.; ALT, K.; JEONG, C.; SCHIFFELS, S.; UTRILLA, P., KRAUSE, J.; HAAK, W. (2019). Survival of Late Pleistocene hunter-gatherer ancestry in the Iberian Peninsula. *Current Biology* 29(7): 1169-1177.e7.

As antigas sociedades camponesas

E DEPOIS DA REVOLUÇÃO...(NEOLÍTICA)? MATERIALISMO E MATERIAIS DO OCIDENTE PENINSULAR, EM DEBATE

MARIANA DINIZ[1]

RESUMO

Este é um texto oferecido a um arqueólogo marxista. Ao longo deste texto, cruzam-se dados arqueológicos, uma Grande Narrativa, como é o Materialismo dialéctico e o trabalho do homenageado que procurou, e procura, no registo arqueográfica os sinais concretos do permanente devir das sociedades humanas.

Neste texto, as palavras de Karl Marx e de F. Engels e as leituras de Carlos Tavares da Silva têm como conceito e personagem intermédia fundamental, a Revolução Neolítica e Gordon Childe.

São observados, como é próprio das análises materialistas da História, componentes tecno-económicos e discutidos os cenários sociais que a partir destes se desenham. E depois da Revolução...(Neolítica)?, aborda as consequências, por razões que se discutem muitas vezes subvalorizadas, deste fenómeno revolucionário, no Ocidente peninsular, de meados do 6.º a meados do 5.º milénios AC.

Indicadores directos, como são plantas e animais domésticos, ou indirectos como crescimento demográfico, redes de circulação de matérias-primas, meios de produção fundamentais e mecanismos de acumulação primitiva são inventariados como manifestações empíricas de um processo de mudança em curso. Este arranque, identificado nos sítios do Neolítico antigo, não tão discreto como tem sido referido, não aparenta continuidade imediata na etapa seguinte sugerindo que, e apesar da irreversibilidade das práticas produtivas, a História, como em outras paisagens europeias, não é, e não foi, um processo linear.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Neolítica; Arqueologia marxista; Neolítico antigo; Portugal; meios de produção.

ABSTRACT

This is a text offered to a Marxist archaeologist. Throughout this text, archaeological data, a Great Narrative, as is the dialectical Materialism and the work of Carlos Tavares da Silva who sought and seeks in the archaeographic record for the empiric signs of the human societies permanent developing will be entangled.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. m.diniz@letras.ulisboa.pt.

In this text, the words of Karl Marx and F. Engels and the readings of Carlos Tavares da Silva will have as a fundamental intermediate character, the Neolithic Revolution and Gordon Childe. As is typical of the materialistic analyses, techno-economic components are observed and the social scenarios that are drawn from them are discussed.
Direct indicators, such as domestic plants and animals, or indirect indicators such as population growth, raw materials circulation, means of production and mechanisms of primitive accumulation are inventoried as empirical manifestations of this ongoing process of change. And after the Revolution...(Neolithic)? addresses the consequences, often undervalued, of this revolutionary phenomenon in the Western Iberia from the middle of the 6th to the middle of the 5th millennium BC.
The dawn of food production economy, identified in Early Neolithic sites, not so obscure as often mentioned, does not appear to follow the same paths during Middle Neolithic showing how, despite the irreversibility of productive practices, History is, and was, not a linear process.
KEYWORDS: Neolithic Revolution; Marxist archaeology; Early Neolithic; Portugal; means of production.

PRÊAMBULO

> «A acumulação primitiva representa
> na economia política quase o mesmo
> que o pecado original em teologia.»
> (Marx, *O Capital*, p. 441)

De entre as Revoluções que têm, nos últimos duzentos e cinquenta anos, marcado o Presente e o Passado do Ocidente, a Revolução Neolítica constitui, à luz de uma leitura materialista da História, o mais disruptivo de todos os processos revolucionários. Reconhecido já por Lubbock o imenso impacto da Nova Era, nos níveis de produção e nas novas formas de domínio da Natureza, a Revolução Neolítica, como Childe conceptualiza esse momento de mudança, termina com o mais longo ciclo económico até agora conhecido – o da caça-recolecção, induz mutações abruptas nas práticas económicas e sociais fundamentais à reprodução dos grupos e expulsa, primeiro um pequeno segmento, – depois quase toda a Humanidade de um longo, e inegavelmente edénico, comunismo primitivo.

A produção de alimentos abre um ciclo de *crescimento económico* que, apesar de quebras e retrocessos pontuais, ainda não cessou, assente numa desflorestação progressiva, que cria sempre novas áreas de campos e pastos, assente num número crescente de braços envolvidos, causa-consequência do infindável disparo demográfico, assente numa acumulação progressiva de excedentes, portanto numa construção inigualável de riqueza, que gerará, em concordância, *os famélicos da Terra*.

Esta primeira revolução económica (Childe, p. 52 e ss.), «gave man control over his own food supply», e vai gerar a partir do crescimento demográfico sem precedentes, a existência de emigrantes, por terra ou mar, e a multiplicação de aldeias neolíticas onde eram raros ou inexistentes os acampamentos de caçadores. O crescimento dos agricultores exige sempre novos espaços e a conquista das terras antes ocupadas por caçadores tornar-se-á inevitável.

Se as leituras materialistas de Gordon Childe farão parte integrante do discurso arqueológico ocidental, da segunda metade do século XX, os mecanismos que este autor concebe para expansão

do Neolítico para áreas distantes do epicentro revolucionário vão ser, fortemente rejeitados por todos os herdeiros de Lewis Morgan, sejam estes Processuais ou Marxistas. A difusão e a colonização como mecanismos explicativos da História serão recusadas como justificações burguesas que apagam a marcha de cada povo. Nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo que os movimentos de auto-determinação dos povos se multiplicam à escala planetária, os indígenas, do Passado, surgem como actores principais. «chaque peuple possede son prope passe ilustre» (Gorshenina e Rapin, 2001), e a Revolução, ou a Mudança, ainda que de inspiração ou estímulo longínquo, deve ser, sempre, local, traduzindo a maturação, e as aspirações, de cada povo e de cada grupo, fundada por isso, «na dinâmica de um desenvolvimento interno das populações autóctones «(Tavares da Silva e Soares, 1981, p. 184), Como a Revolução Russa, de Outubro de 1917, que se reinventa em outras latitudes e outras línguas, a Neolitização opera-se a escalas regionais, quando, como e porquê as dinâmicas locais o exigem, em processos independentes e multifocais.

À Arqueologia, e aos arqueológos marxistas, competia, num trabalho politicamente empenhado demonstrar a «transformação constante das sociedades humanas que atingem no processo de desenvolvimento formas cada vez mais complexas», no trajecto longo que o materialismo dialéctico pressupõe entre o comunitarismo primitivo original e a sociedade sem classes do futuro (Tavares da Silva, 1977).

REVOLUÇÃO NEOLÍTICA E REGISTO ARQUEOGRÁFICO, NO EXTREMO OCIDENTE PENINSULAR

No extremo Ocidente da Península Ibérica, no espaço do actual território português, os testemunhos orgânicos da, primeiramente designada, Revolução Neolítica e depois, mais tarde, processo de Neolitização, são, por razões que se discutem abaixo, pouco óbvios e esta invisibilidade arqueográfica justificou a classificação desta primeira etapa neolítica como fundamentalmente predadora, o que aqui se questiona.

Este é um território onde, com excepção das áreas/orlas litorais onde afloram calcários ou no interior algumas áreas de caliços, os substratos geológicos dominantes – xistos, granitos, areias, etc, são pouco, ou muito pouco propícios à conservação de matéria orgânica, em particular de origem vegetal, excepção feita ao carvão.

À acidez dos terrenos que lixivia restos botânicos e faunísticos acresce a, ainda, pouco frequente recolha e flutuação de sedimentos de contextos arqueológicos, prática fundamental para detecção de macro-restos vegetais, neste caso domésticos, como indicadores directos de uma nova estratégia económica.

Às circunstâncias naturais e às questões metodológicas, acresce-se o fracionamento espacial da cadeia operatória agrícola que torna ainda mais imperceptível a efectiva intensidade do processo produtivo, dada a dispersão das áreas funcionais e dos artefactos para além dos sítios de habitat. No entanto, é hoje claro que o Neolítico antigo não é uma etapa eminentemente recolectora e os indicadores de produção estão presentes, no registo arqueológico, como abaixo se inventaria.

TESTEMUNHOS DIRECTOS - FAUNA E FLORA DE UMA REVOLUÇÃO

Para o Ocidente peninsular, não é nunca, inclusivamente nas décadas de 70/80 do passado século, quando o Indigenismo atinge o seu peso máximo, avançada uma hipótese de domesticação autónoma de animais ou plantas.

O carácter exógeno dos componentes neolíticos é sempre admitido, avançando-se para a chegada de animais e cereais domésticos, para as tecnologias de polimento e cerâmica, as redes, que põe em contacto sociedades exogâmicas, por onde circulam não apenas indivíduos, mas outros produtos. A presença diminuta destes elementos no registo arqueológico sustentava também esta introdução faseada, ditada pelos ritmos e necessidades dos caçadores-recolectores locais.

Mais que faseada esta introdução dos elementos produtivos parece, pelo contrário, bipolar. À já referida, em outros contextos (e.g. Diniz *et al*., 2021), total ausência de espécies domésticas em contextos do Mesolítico final, opõe-se a presença de animais domésticos, em contextos domésticos e funerários, desde as primeiras etapas do Neolítico antigo, a partir de c. 5400 cal AC.

O quarteto neolítico – *Bos taurus*, *Ovis aries*, *Capra hircus* e *Sus domesticus*, ainda que com diferentes pesos em distintos ambientes, e quase sempre de difícil contabilização dada a extrema fragmentação dos restos ósseos, estará presente como pacote completo, na totalidade do território português sempre que a acidez do terreno permite a conservação deste material ou quando em estado de intensa carbonização, como acontece na Valada do Mato (Diniz, 2007, p. 145), as esquírolas de osso já não são afectadas pela acidez dos solos.

TABELA 1. FAUNA DOMÉSTICA EM CONTEXTOS DO NEOLÍTICO ANTIGO, EM PORTUGAL

	OVIS ARIES	*CAPRA HIRCUS*	*SUS DOMESTICUS*	*BOS TAURUS*	*BOS SP. / SUS SP.*		REFERÊNCIA
Prazo	x	x				x	Monteiro-Rodrigues 2008
Forno da Cal	x	x	–	–			Vilaça 1988
Carrascal	x	x	–	x		x	Cardoso 2015
Gruta do Caldeirão	x	x		x		x	Rowley-Conwy, P. 1992
Lameiras	x	x	x	x		x	Davis *et al.* 2018
Pena d'Água		x			x	x	Carvalho 2008
Valada do Mato	x	x				x	Valentim Diniz 2007

Ainda assim, a robustez mais óbvia destes testemunhos estará na base da vocacção pastoril que se atribui ao Neolítico antigo, em Portugal, que aliás acompanhava o Neolítico de caçadores-pastores do Mediterrâneo Ocidental, onde as aldeias e as economias agricolas pareciam um fenómeno muito tardio.

Fragiliza ainda uma definição clara da natureza produtora destes grupos, a complexa identificação do estatuto doméstico ou selvagem de *Bos* e *Sus* que acabarão por integrar as listas num apartado próprio, significativo para o peso da proteínas animal e dos alimentos terrestres na dieta, mas não utilizável para efeitos de cálculo do peso das práticas produtivas na economia dos grupos.

Na incerteza, a opção por um registo de continuidadde – caça ao auroque, caça ao javali, - parece dominante. Ao mesmo tempo, o estatuto inquestionavelmente doméstico do taxon Caprino sublinha a imagem de uma pastoricia *ligeira*, de animais móveis e pouco exigentes, adaptáveis a existências de grande mobilidade.

A Tabela 1, no entanto permite outras interpretações. Apesar de todas as fragilidades, tafonómicas e metodológicas (Valente, 2016), os animais domésticos disseminam-se rapidamente por um território não muito vasto, mas muito diversificado ambientalmente, como é o actual território português, demonstrando a sua omnipresença nos quotidianos, e nas economias, neoliticas, de litoral e de interior, de planície e de serra, mas não estarão presentes nos concheiros mesolíticos ocupados ainda ao longo da segunda metade do 6.º milénio AC.

Mais ainda que estes conjuntos domésticos, pouco expressivo na sua dimensão quantitativa, e por isso, interpretados fundamentalmente como «prova da ausência», os dados directos, ou a sua ausência, sobre as práticas agrícolas constituíam um dos pilares fundamentais da definição deste como um Neolítico de caçadores e pastores.

As espécies vegetais permaneceram no registo arqueográfico como um dos grandes ausentes do processo de Neolitização em curso – os cereais do Buraco da Pala (Mirandela), podiam ter uma origem cronológica mais recente – e por isso, o lustre de cereal reconhecido em produtos alongados na Valada do Mato (Gibaja *et al*., 2002), nos Cortiçóis (Carvalho *et al*., 2013), ou em Vale Pincel I (Soares *et al*., 2016), aqui correspondendo a cerca de 24% da amostra analisada e num contexto onde a pedra polida é quase inexistente, constituem indicadores indirectos, mas cruciais das antigas práticas agrícolas, sobretudo em contextos onde a preservação de macro-restos não foi possível.

Outros indícios, como a impressão de grãos de cereal nas pastas cerâmicas, reconhecida na Gaspeia e em Casas Novas (Stika, 2018), densificam o cenário, mas são os dados, ainda únicos, dos sítios das Lameiras e de São Pedro de Canaferrim que revolucionam o quadro geral (López-Dóriga e Simões, 2015, López-Dóriga, 2015).

Nestes contextos da baixa Estremadura, são, pela primeira vez identificados cereais e leguminosas domésticas, provenientes de fossas escavadas, na rocha de base.

A abundância de macro-restos, em particular nas Lameiras, as datações absolutas obtidas sobre estes cereais, a diversidade de espécies e variantes cultivadas – em ambientes calcários – no caso das Lameiras, e em ambientes graníticos de Serra, no caso de São Pedro de Canaferrim, associados aos contextos de armazenamento de onde provêm, permite afirmar, de forma inquestionável, o carácter plenamente produtor do Neolítico antigo do Ocidente peninsular, ainda que possa ser variável o peso das práticas agrícolas na economia dos diferentes grupos.

TABELA 2. CEREAIS E LEGUMINOSAS DOMÉSTICAS, EM CONTEXTOS DO NEOLÍTICO ANTIGO EM PORTUGAL

	TRITICUM MONOCOCCUM	*TRITICUM DICOCCUM*	*TRITICUM «NUDUM»*	*HORDEUM VULGARE*	*HORDEUM VULGARE VAR. NUDUM*	*PISUM SATIVUM*	*VICIA FAVA*	*LENS CULINARIA*
Lapiás das Lameiras	x	x	x	x	x	x	x	x
São Pedro de Canaferrim	x	x	x	x	x	x	x	

(a partir de López-Dóriga e Simões 2015, López-Dóriga 2015)

As datações absolutas obtidas sobre estes cereais, idênticas aos intervalos de tempo obtidos para os mais antigos animais domésticos no Ocidente peninsular demonstra a entrada, em simultâneo, não apenas das componentes técnicas do Neolítico – pedra polida e cerâmica – mas também dos elementos estruturantes desta revolução.

Ampliar este quadro implica outras políticas de recolhas de amostras no processo de escavação de contextos neolíticos, bem como processos sistemáticos de flutuação de sedimentos que podem, inclusivamente em contextos menos favoráveis, como se verificou em São Pedro de Canaferrim fornecer testemunhos directos de diferentes etapas do ciclo agrícola como a da torrefação do grão – estado em que surgem os macro-restos preservados - e do seu armazenamento – prática indissociável da actividade quer pela necessidade de grão para novas sementeiras – este não torrado – quer pela quantidade de produto recolhido no período da ceifa – actividade concentrada em momentos precisos do ciclo anual.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO – MALHAS DE POVOAMENTO

De entre as causas e as consequências da Revolução Neolítica, o crescimento demográfico apresenta-se como um dos tópicos de maior potencial económico e de mais difícil aferição directa. Um antropologicamente admitido crescimento zero, entre os caçadores-recolectores como exemplarmente demonstrou N. Cohen, em *Food crises in Prehistory* (1979), é historicamente contrariado pela paulatina, mas efectiva colonização das diferentes áreas do planeta a partir de pequenos contingentes na origem, longínqua, africanos. A escala de crescimento é ténue, mas não nula, e a expansão geográfica dilui os seus efeitos.

No Ocidente peninsular, foi reconhecida uma taxa de crescimento, inesperada, entre os caçadores-recolectores do Mesolítico final, na Moita do Sebastião e em particular no Cabeço da Arruda, em Muge (Jackes e Meiklejohn, 2004). Ao mesmo tempo, alguns contextos, demonstram que para além da linha de costa e dos paleo-estuários, o interior é, mesmo ao longo do Mesolítico final, explorado e pontualmente ocupado. No Prazo, (Vila Nova de Foz Côa) (Monteiro-Rodrigues, 2012), ou no Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo), (Reis *et al*., 2019), na Baixa do Xerez (Gonçalves *et al*., 2013), são intersectados contextos do Mesolítico final, sem componente marinha/estuarina, e a cronologia de alguns fornos-silos amplia, entre outras questões a debater, os territórios explorados ao longo do 7.º e dos inícios do 6.º milénio AC (Diniz, 2017).

Mas esta malha de povoamento, que hoje está em reconstrução, será rapidamente coberta por uma outra rede, de maior densidade em territórios chave como a Estremadura, o Alentejo central, ou o baixo Mondego – territórios onde a presença de grupos do Mesolítico final não está, por regra, documentada. Em simultâneo, a dispersão e sobretudo a densificação de sítios demonstra, mesmo que discreto e disperso, um crescimento da população, elemento que foi para Lubbock, e voltará a ser para Childe um dos efeitos mais revolucionários do Neolítico, porque agora todos os braços contam e mesmo as crianças, que são para os caçadores um fardo, possuem nas sociedades agrícolas valor económico (Childe, 1951, p. 55).

REDES DE TROCA E DE CIRCULAÇÃO

> «Al principio, el cambio se hizo de tribu a tribu,
> por mediación de los jefes de las gens; pero quando
> los rebanos empezaron poco a poco a ser propriedad
> particular el cambio entre individuos fue predominando...».
> (Engels, 1976, p. 159-160)

A identificação das redes de troca e de circulação das sociedades neolíticas tem constituído, nas últimas décadas e maioritariamente no quadro de projectos interdisciplinares, um dos elementos chave na definição dos níveis de complexidade social, assumindo-se, no ponto de partida, a auto-subsistência do grupo e no outro extremo do trajecto, a economia ou sistema-mundo, interdependente em todas as etapas do processo produtivo.

Nos contextos do Neolítico antigo, do Ocidente peninsular, alguns elementos apontam para o estabelecimento de economias em rede, desde a primeira fase do processo, em contraste com a prática atestada no Mesolítico final que tende a restringir a exploração, de bens fundamentais, em particular matérias-primas líticas, aos territórios circundantes aos espaços de habitat, como verificado nos concheiros do vale do Sado (Pimentel *et al*., 2015), ampliada, pontualmente, a uma área regional ampla, como os moluscos de costa rochosa em Muge, (Bicho *et al*., 2010), ou a plaqueta de

xisto da Moita do Sebastião, de origem provável na região de Montemor-o-Novo, indiciam (Roche, 1960, p. 51).

No Neolítico antigo, e partindo do caso da Valada do Mato (Évora), identifica-se um quadro onde os consumos supra-regionais – denunciando uma economia em rede – são fundamentais à manutenção e reprodução do sistema social (Diniz, 2006; 2012). Neste povoado, a indústria de pedra lascada, documentada no sítio em todas as fases da cadeia operatória, depende quase monoliticamente do sílex – rocha não-local, e cujas mais próximas áreas fonte distariam cerca de 100 km do sítio.

O número de quilómetros percorridos não é aqui a questão central. A plaqueta de xisto recolhida na Moita do Sebastião percorreu uma distância de cerca de 60 km, sobre os mesmos territórios que terão sido cruzados no Neolítico antigo e onde não existem obstáculo de maior à marcha. Não é, portanto, a distância, ou o rumo, mas a intensidade da circulação de matérias-primas que afasta estes dois contextos históricos.

Na Valada do Mato, a selecção criteriosa e sistemática de rochas siliciosas com grande aptidão para o talhe significa fazer depender todo o sistema tecnológico para obtenção de utensílios chave – produtos alongados e armaduras – sobre uma matéria-prima não local e não-regional.

Por estes corredores circulam também, a partir da segunda metade do 6.º milénio, o anfibolito e a fibrolite dos machados recolhidos nos povoados da Figueira da Foz (Vilaça, 1988), o anfibolito dos machados da Gruta do Caldeirão (Tomar) (Zilhão, 1992), um número muito significativo de outras peças polidas, recolhidas em diferentes contextos da Estremadura e de difícil adscrição cronológica (Carvalho, 2007), indicando que estão já abertos os circuitos litoral-interior, nucleares depois, ao longo do Neolítico e Calcolítico.

Os moldes sociais em que acontece esta circulação de produtos não é de fácil definição e diferentes estratégias podem ter, em simultâneo, sido empregues. Se o aprovisionamento directo, no quadro de mobilidades logísticas, representa uma circulação livre numa paisagem ampla, sem impedimentos ou constrangimentos, a existência de redes de troca que sistematicamente abastecem lugares distantes da área fonte, desenha, num cenário mais complexo, uma teia de contactos sobre territórios complementares que se tornará, em etapas, mais tardias, fundamental na troca de sílex e cherte da orla litoral por rochas duras, do soco antigo.

MEIOS DE PRODUÇÃO

«Afinal a quem pertence a tua enxada?»

> «The archaeologist's divisions of the prehistoric period into Stone, Bronze, and Iron Ages are not altogether arbitrary. They are based upon the materials used for cutting implements, especially axes, and such implements are among the most important tools of production.»
> (Childe, *Man makes himself*, p.14)

Machados, enxós, moventes e dormentes, regra geral escassos, ou mesmo ausentes, em muitos contextos de habitat do Neolítico antigo do Ocidente peninsular constituem, com toda a probabilidade um dos elementos cuja contabilidade é mais afectada pelo fraccionamento espacial da cadeia operatória da actividade agrícola, uma vez que o seu, regra geral, baixo número reflecte também a diversidade de espaços de uso, e de abandono, destes materiais.

Estes instrumentos, nucleares na Revolução, mais do que o seu símbolo são também elementos fundamentais na produção, como tão bem demonstrou o diálogo em torno da posse de uma enxada, que se cita na epígrafe, filmado por Thomas Harlan, na *Torre Bela*.

No entanto, a sua escassez nos lugares de habitat, apontada como indicador do baixo peso das actividades agrícolas, pode ser corrigida com a abundância de peças descontextualizadas que, apesar da escassa precisão cronológica, demonstram a frequência assinalável destes utensílios ao longo do Neolítico e Calcolítico.

O inventário em habitat é, por regra, efectivamente diminuto, mas esta contabilidade nem sempre é óbvia, atendendo à presença de fragmentos de peças, ou de peças excessivamente fragmentadas nos contextos habitacionais. Neste trabalho, mais que referir a presença de machados/enxós utiliza-se a designação elemento polido uma vez que em muitos casos estão conservados apenas talões/áreas mesiais, em outros o gume muito desgastado impossibilita uma classificação exacta da peça, ao mesmo tempo que em alguns exemplares o critério de perfil simétrico/assimétrico que distinguem machados/enxós são pouco óbvios.

Como referido, a contagem não é entusiasmante. Sem pretensão de exaustividade refiram-se os dos três exemplares da Cabranosa (Zbyszewski *et al.*, 1981), dois da ocupação neolítica da Gaspeia (Silva e Soares, 2020), os instrumentos de pedra polida, de Vale Pincel I, NMI – 2 e da Salema, NMI – 2 (Tavares da Silva e Soares, 1981), o conjunto muito numeroso da Valada do Mato com sete elementos polidos, aos quais se junta o número muito significativo de lascas de anfibolito polido, resultantes por certo da perda de massa, por impacto, de machados ou enxós (Diniz e Vieira, 2007), os quatro exemplares do Carrascal (Cardoso *et al.*, 2008), um elemento em São Pedro de Canaferrim (Simões, 1999), quatro elementos polidos nos Cortiçóis (Cardoso *et al.*, 2013), 26 elementos nas recolhas/escavação na Junqueira e Várzea do Lírio (Jorge, 1979), e 17 elementos na Senhora da Alegria (Valera *et al.*, 2020).

TABELA 3. INSTRUMENTOS POLIDOS (MACHADOS, ENXÓS, SACHOS), EM CONTEXTOS DE HABITAT DO NEOLÍTICO ANTIGO, DO OCIDENTE PENINSULAR

	CABRANOSA	VALE PINCEL NMI	SALEMA NMI	VALADA DO MATO	CARRASCAL	SÃO PEDRO DE CANAFERRIM	CORTIÇÓIS	JUNQUEIRA/ VÁRZEA DO LÍRIO	SENHORA DA ALEGRIA
El. Polidos	3	2	2	7 + 1 lascas anfibolito polido	3	1	4 + 2 Sup.	26	2 enxós + 15 fragmentos

Referências bibliográficas no texto.

Estes números, com pontuais excepções muito reduzidos, não são, no entanto, um indicador fiável do baixo peso, ou mesmo ausência, de práticas agrícolas. Em Vale Pincel I, a já referida importante percentagem de lamelas com lustre de cereal (Soares *et al.*, 2016), num contexto onde é tão escassa a pedra polida, o número de elementos de foice identificados nos Cortiçóis superior ao dos instrumentos polidos, e a mesma raridade em São Pedro de Canaferrim, onde os cereais domésticos estão efectivamente presentes, armazenados em estruturas negativas escavadas na rocha de base, são disso uma clara demonstração.

Em simultâneo, a estes números há que acrescentar, numa contabilidade imprecisa pela difícil classificação cronológica destes materiais, uma parte dos muito numerosos instrumentos de pedra polida recolhidos sem contexto.

No inventário, como todos provisório, realizado para a região entre o Almonda e o Zêzere (Pereira, 1999, p. 91), os instrumentos polidos *sem contexto* representam o segundo maior conjunto da amostra estudada, com 65 exemplares, constituindo uma colecção menor que a recuperada nos Povoados – 193 peças, mas maior que a recuperada em Grutas – 45 instrumentos.

Este mesmo cenário foi recentemente sublinhado no trabalho de Tavares da Silva e Soares (2020), sobre a Gaspeia e o seu território. Ao número muito reduzido de elementos polidos, provenientes do sítio da Gaspeia – apenas dois – devem somar-se alguns dos 66 instrumentos polidos recolhidos na região de Alvalade.

Ao papel fundamental dos instrumentos polidos, em diferentes fases do ciclo agrícola, acresce, nas etapas finais da cadeia, o dos utensílios bojardados/afeiçoados destinados à farinação do grão, classificados como moventes e dormentes.

Estes meios de produção, à semelhança de machados, enxós, sachos, são, na bibliografia fundamentalmente referidos pela sua escassez, pequenas dimensões, estado fragmentado, sendo, raras vezes, apresentada uma contabilidade detalhada destes materiais, nem sempre de óbvia classificação dada a complexa biografia de uso de algumas destas peças que se transformam em percutores, bigornas etc.

Ainda assim, o registo de moventes é frequente, ao contrário do que sucede com os muito escassos, ou mesmo ausentes em muitos contextos, dormentes. A título de exemplo pode citar-se o conjunto da Valada do Mato, onde a 22 moventes (inteiros ou fragmentados) não corresponde nenhum dormente.

Como foi avançado as justificações podem ser várias – farinação em outras áreas do povoado, ou mesmo fora do povoado, o que explicaria o grande número de dormentes «isolados» detectados em prospecção; farinação utilizando superfície rochosas, como atestado no registo etnográfico (Diniz, 2007, p. 179). Outras possibilidades não devem ser descartadas, e o consumo de cereal não farinado e, portanto, dispensando dormentes no seu processamento, podem ser admitidas. Ainda são mal conhecidas as práticas culinárias neolíticas, mas o consumo do cereal cozido – em variantes do actual bulgur – prática enraizada em diferentes culinárias mediterrâneas deve ser considerada (Fuller e Gonzalez Carretero, 2018).

Numa leitura global, a escassez dos meios de produção que estão dispersos pelo território ocupado pelas comunidades neolíticas parece em também um reflexo das modalidades de uso *off-site* destas ferramentas, mal representadas nos inventários domésticos, mas abundantes nas recolhas de superfície.

Ao contrário do cuidadoso proprietário da enxada, na Torre Bela, as *enxadas* neolíticas, usadas, sobretudo nos campos é aí que se esquecem e abandonam.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

> Na casa do sábio há comida e azeite
> armazenados, mas o tolo devora tudo
> o que pode.
> (Livro dos Provérbios 21:20)

> «O mestre-escola:
> Donde veio a fortuna do teu pai?
> «O aluno: Do avô.
> «E ao teu avô?
> «Do bisavô.
> «E ao teu bisavô?
> «Agarrou-a.»
> (Goethe in K. Marx, *O Capital*, 1975)

Como prática, atestada no mundo animal e vegetal, consciente ou inconscientemente, voluntária ou inata, o armazenamento é anterior à Revolução Neolítica e, não sendo sequer um comportamento exclusivamente humano, nas economias de produção de alimentos, o acto de armazenar, e depois acumular, é indissociável do processo que se repete a cada ano.

Para o Ocidente peninsular, as práticas de armazenagem, ou mais especificamente, estruturas domésticas que podem ter tido esse fim, são reconhecidas no registo arqueológico dos últimos caçadores-recolectores, nomeadamente na Moita do Sebastião (Muge) (Roche, 1960, p. 93), 2 fossas, preenchidas por *scrobicularia plana* ainda fechada, «des silos à coquilles» – cujas dimensões 2,50 m x 1 m x 0,36 m e 2,50 m x 1,15 m x 0,27 m, os aproxima-se mais de leitos de conchas do que de efectivas estruturas de armazenamento.

Mais recentemente, a identificação no concheiro das Poças de São Bento (Alcácer do Sal) de estruturas negativas abertas nas areias de base (Duarte *et al*., 2019) – preenchidas com concha de bivalves consumidos - aproxima-as das estruturas culinárias, ou fossas profundas que Jean Roche descreve também para a Moita do Sebastião.

Apesar de documentado etnograficamente, a existência e o papel do armazenamento nestas economias predadoras não é claro, dada a natureza perecível da carne de molusco. Ao contrário, esta prática está plenamente atestada desde as primeiras etapas do Neolítico antigo, no actual território português, através de artefactos e estruturas, como são os grandes recipientes cerâmicos e as fossas-silo escavadas no substrato geológico.

No campo dos recipientes cerâmicos, é a dimensão de alguns vasos que os associa às práticas de armazenamento e a sua frequência num sítio, é, por regra, lida como sinal da intensidade/frequência dessa estratégia económica.

Definir com precisão a dimensão dos vasos e a sua capacidade não é, no entanto, uma tarefa simples. Porque em estado, regra geral, muito fragmentado torna-se difícil reconstituir os perfis e as volumetrias destes contentores pelo que outros indicadores, nomeadamente a espessura dos fragmentos, têm sido usados para identificar a presença destes vasos, nos conjuntos cerâmicos.

No Ocidente peninsular, alguns destes grandes vasos, muitas vezes encontrados em estado quase intacto possuem, no entanto, morfologias mais adequadas para conter líquidos, o que parece afastar estes vasos-garrafa, de colo alto e estrangulado, do armazenamento de produtos cerealíferos. Nesta categoria, pode incluir-se uma lista extensa, quase sempre sem contexto arqueológico conhecido: Casével, Santarém, Cartaxo, Alto da Toupeira, Monte da Vinha, Pego da Mangra, Barranco das Mós (Carvalho, 2011) e Retorta (Gonçalves e Sousa, 2017).

Estes grandes contentores – considerando a escala de medidas do Neolítico antigo – podem atingir os 30l de capacidade estão presumivelmente associados a outras práticas e funções, mas têm, neste contexto, a imensa utilidade de demonstrar a capacidade técnica dxs oleirxs neolíticos, na produção efectiva de grandes recipientes, raramente identificáveis, em escavações de contextos de habitat.

A partir das áreas habitacionais, selecionam-se outras morfologias de contentores, em forma de saco, vasos de paredes quase rectas, como na Ponte da Azambuja (Martins *et al*., 2009), vasos de fundo cónico, ou de paredes rectas, colo estrangulado e curto como na Cabranosa (Zbyszewski, 1981), que permitem identificar volumes e capacidades em torno dos 30-40l, compatíveis com práticas domésticas de armazenamento, para consumo corrente.

A expecionalidade destes contentores é sobretudo a do seu estado de conservação que permite, sem dúvidas reconhecer as suas dimensões reais. Em outros contextos, como na Valada do Mato ou em São Pedro de Canaferrim, a presença de alguns fragmentos cerâmicos de grande dimensão, com pouca curvatura e de paredes muito espessas ainda que não permita a reconstituição da

forma original do vaso não deixa dúvidas quanto à sua volumetria, ensaiada, por T. Simões, nas magnificas reconstituições da bateria cerâmica de São Pedro de Canaferrim.

A este armazenamento, a avaliar por paralelos etnográficos, para consumo quotidiano, e que, no essencial, não permitiria acumulações primitivas, ou outras, junta-se o produto agrícola conservado em estruturas negativas, escavadas na rocha.

Tal como com os recipientes cerâmicos, a dimensão e a frequência destas estruturas são indicadores da intensidade das estratégias de armazenamento e, portanto, das práticas produtivas.

Os sítios das Lameiras, São Pedro de Canaferrim e Valada do Mato são, mais uma vez, paradigmáticos. Nos dois primeiros casos, as medidas e o número das estruturas negativas – estão documentadas apenas duas na Valada do Mato – reflectem a prática reiterada de armazenar cereal, em estruturas com capacidade média em torno dos 1000 l, com casos mais raros como os da na fossa 58, de São Pedro, com cerca de 1300 l (Simões, 2003, p.125).

Este valor, identificado em outros contextos peninsulares contemporâneos (Prats *et al*., 2020), corresponde a um modo de produção eminentemente doméstico, ainda que a proximidade destes silos, e.g. em São Pedro de Canaferrim, onde por regra não se sobrepõem, sugere uma intensa dinâmica de armazenamento, que pode ser comunitária ou familiar.

A transformação destes valores em capacidade alimentar, utilizando os valores da farinação tradicional em moinho – 10 kg de cereal para 8 kg de farinha – e apesar das imensas oscilações na quantidade de alimentos consumidos que estão registadas, em função da latitude e do enquadramento cultural dos indivíduos – pode fornecer uma imagem mais nítida do papel destas estruturas nas economias neolíticas.

Admitindo que um adulto pode, em média, consumir 1 kg de alimentos por dia, sendo que este valor não se atinge apenas com produtos de origem vegetal, os cerca de 800kg de farinha que uma de estas estruturas negativas pode preservar sob a forma de grão, adquirem um alcance efectivo nas economias domésticas.

A concentração espacial destas estruturas, cujo conteúdo e cronologia, atendendo também aos escassos casos de sobreposição, aponta para um uso simultâneo destes silos e reflecem bem a intensidade das práticas de armazenamento desta primeira agricultura, no Ocidente peninsular.

Este grão armazenado, nos últimos séculos do 6.º milénio AC, não só denuncia a entrada em cena de economias de tempo deferido, como parece demonstrar que se ultrapassa também o patamar da subsistência imediata, mesmo que à escala familiar, ou do pequeno grupo.

A quase invisibilidade, ou pequeno impacto, das práticas produtivas na literatura arqueológica deve-se, sobretudo, a questões tafonómicas que afectam os restos orgânicos, deve-se à difícil classificação do estatuto de algumas espécies animais, deve-se à prática ainda pouco comum de recolha e flutuação de sedimentos, mas deve-se também à efectiva segmentação espacial da cadeia operatória agrícola, demonstrada nos lugares onde a presença de cereais domésticos armazenados não é acompanhada pela presença dos instrumentos polidos e bojardados fundamentais à sua produção e transformação.

UM NOVO PREÂMBULO, PARA CONCLUIR

A presença e a capacidade destas práticas agrícolas primitivas gerarem acumulação está inequivocamente demonstrada. Em diferentes ambientes geológicos, nos calcários das Lameiras, nos granitos de São Pedro de Canaferrim ou da Valada do Mato, estas estruturas, discretas, escavadas na rocha, mostram bem, seguindo a analogia de Karl Marx, que já foi dada a primeira dentada na maça...e que a *pureza original* dos caçadores-recolectores está irremediavelmente maculada.

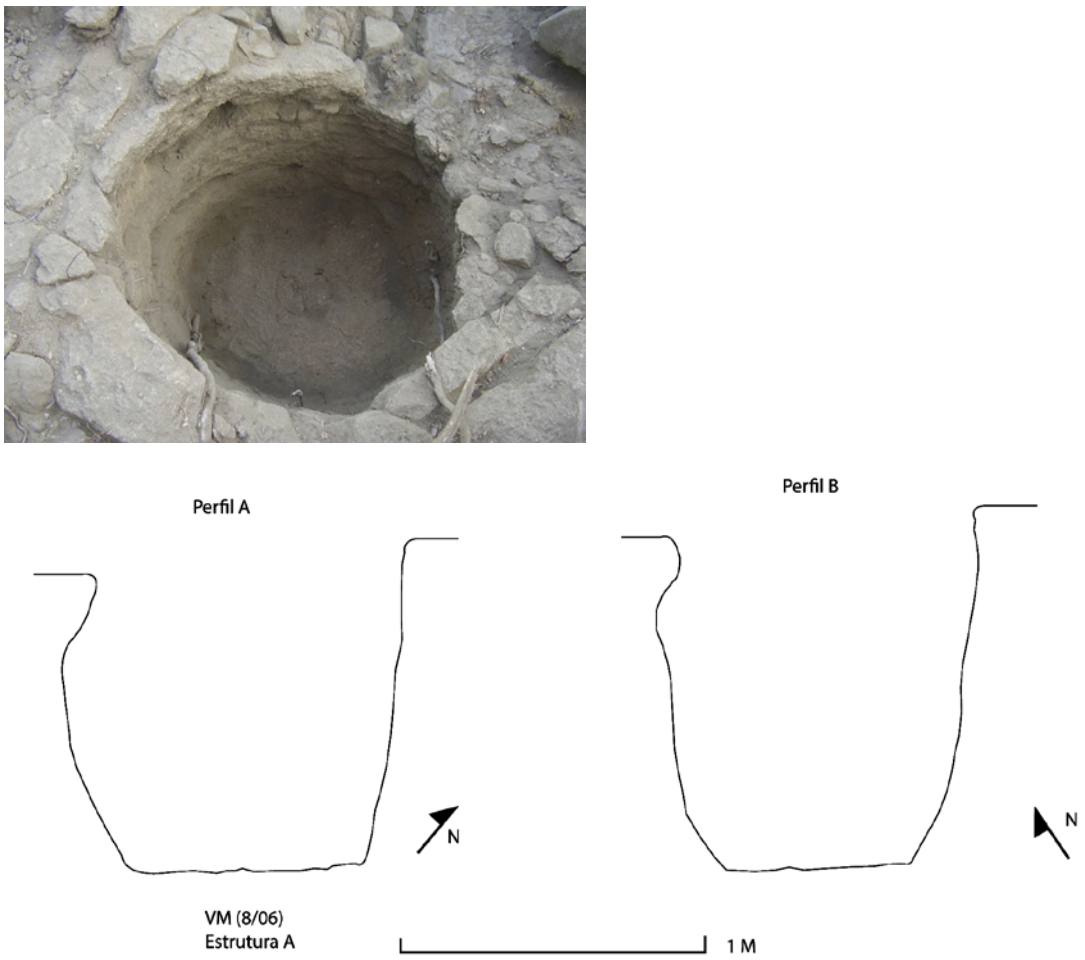


FIG.1 Estrutura negativa escavada na rocha de base – Valada do Mato 8(2006).

O significado ideológico do estudo da Pré-História, em particular da Revolução Neolítica e das suas consequências – onde o princípio acontece – quando ainda não é, ou não seria, tarde demais para construir outro caminho para a História, é, por isso, evidente.

Aqui, o relógio social, ainda parece perto do zero, o pecado original não se fez sentir na sua plenitude, mas os indicadores disparam com a produção de alimentos que se introduz, no Ocidente peninsular, com os primeiros grupos do Neolítico antigo. Definitivamente o arranque desta etapa não é tão discreto como pareceu, e será a sua falta de continuidade imediata para um Neolítico médio – menos produtor ?– que justifica também o retrato original feito para o Neolítico antigo.

Iniciou-se aqui um longo trajecto, sem fim imediato. Produção, acumulação, crescimento demográfico, entre outras, são ainda as variáveis do discurso contemporâneo e não se vislumbram sinais de que esteja próxima a sociedade sem classes.

Mas a utopia que, guiou a escrita de muitos autores marxistas, não permite alterar o Passado pode, ainda, criar um outro Futuro que «Será uma reviviscencia de la libertad, la igualdad y la fraternidade de las antíguas gens, pero bajo una forma superior.» (Morgan, La Sociedad Antigua, p. 552 in Engels 1976, p. 179).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICHO, N.; UMBELINO, C.; DETRY, C.; PEREIRA, T. (2010) – 'The Emergence of Muge Mesolithic Shell Middens in Central Portugal and the 8200 cal yr BP Cold Event', *The Journal of Island and Coastal Archaeology*, 5: 1, 86-104.

CARDOSO, J. L.; CARVALHO, A. F.; GIBAJA BAO, J. F. (2013) – O sítio do Neolítico antigo de Cortiçóis – Almeirim, Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16, p. 27-61.

CARDOSO, J. L (2015) – A Estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). In: GONÇALVES, V.S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Actas: 159-168. UNIARQ, Lisboa.

CARVALHO, A. F. (2008) – *A Neolitizacão do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve ocidental*. Faro: Universidade do Algarve.

CARVALHO, A. F. (2011) – Produção cerâmica no início do neolítico de Portugal. In BERNABEU AUBÁN, J.; ROJO GUERRA, M.; MOLINA BALAGUER, L. (coords.) – *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal aC en la Península Ibérica.* Valencia: Universidad de Valencia, p. 237-252. (Sagvntvm. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia; extra-12).

CARVALHO, A. F.; GIBAJA, J. F.; CARDOSO, J. L. (2013) – Insights into the earliest agriculture of Central Portugal: sickle implements from the Early Neolithic site of Cortiçóis (Santarém). *Comptes Rendus Palevol* 12 (1), 31-43.

CHILDE, V. G. (1951) – *Man makes himself*. New York: New American Library.

COHEN, N. (1977) – *The Food Crisis in Prehistory: Overpopulation and the Origins of Agriculture*. Yale University Press.

DAVIS, S. J. M.; GABRIEL, S.; SIMÕES, T. (2018) – Animal remains from Neolithic Lameiras, Sintra: the earliest domesticated sheep, goat, cattle and pigs in Portugal and some notes on their evolution. *Archaeofauna* 27: 93-172.

DINIZ, M. (2017) – Estratégias de povoamento, transições culturais e registo arqueológico (ou a irónica contingência da ciência). Uma datação absoluta para o sítio da Defesa de Cima 2 (Évora). *SCIENTIA ANTIQUITATIS*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 65-82. http://hdl.handle.net/10451/31085.

DINIZ, M.; PABLO, A. C.; ARAÚJO, A. C.; PEYROTEO STJERNA, R. (2021) – 108. Debating Neolithization from a Mesolithic point of view: The Sado Valley (Portugal) experience. In D. BORIĆ, D. ANTONOVIĆ; B. MIHAILOVIĆ (eds.) – *Foraging Assemblages* (Vol. 2, pp. 713-719). Belgrado/Nova Iorque: Serbian Archaeological Society/The Italian Academy for Advanced Studies in America, Columbia University.

DINIZ, M.; VIEIRA, T. (2007) – Instrumentos de Pedra Polida e Afeiçoada do Povoado do Neolítico antigo da Valada do Mato (Évora): estratégias de produção e modelos de uso. *Vipasca*. 2:2, p. 81-94.

DUARTE, C.; IRIARTE, E.; DINIZ, M.; ARIAS, P. (2019) – The microstratigraphic record of human activities and formation processes at the Mesolithic shell midden of Poças de São Bento (Sado Valley, Portugal). *Journal of Archaeological and Anthropological Sciences* 11: 483-509. doi: 10.1007/s12520-017-0519-0.

ENGELS, F. (1974) – *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. Moscovo: Editorial Progreso.

FULLER, D.; GONZALEZ CARRETERO, L. (2018) – The Archaeology of Neolithic Cooking Traditions: Archaeobotanical Approaches to Baking, Boiling and Fermenting. *Archaeology International*, 21 (1), pp. 109–121, DOI: https://doi.org/10.5334/ai-391.

GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F.; DINIZ, M. (2002) – Traceologia de peças líticas do Neolítico antigo do Centro e Sul de Portugal: primeiro ensaio. In *Actas do 1.º Congreso de Análisis Funcional de España y Portugal*. Barcelona, 2001. Oxford: BAR, p. 215- 226.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2017) – Serra e Mar. As Antigas Sociedades Camponesas em Loulé (Algarve). In CARVALHO, A.; PAULO, D.; ALMEIDA, R. R. D. (eds.) – *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades.* Catálogo da Exposição [Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa] (pp. 60-196). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Museu Municipal de Loulé/Imprensa Nacional.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A.C.; MARCHAND, G. (2013) – *Na Margem do Grande Rio. Os últimos grupos de caçadores -recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana Médio*. Estudos Arqueológicos do Alqueva,12 EDIA/DRCALEN

GORSHENINA, S.; RAPIN, C. (2001) – *De Kaboul à Samarcande. Les archéologues en Asie centrale.* Gallimard. Paris.

JACKES, M.; MEIKLEJOHN, C. (2004) – Building a method for the study of the Mesolithic Neolithic transition in Portugal. *Documenta Praehistorica*, *31*, 88–111.

LÓPEZ-DÓRIGA, I. (2015) – *La utilizacion de los recursos vegetales durante el Mesolitico y Neolitico en la costa atlantica de la peninsula ibérica.* Tesis doctoral. Universidad de Cantabria, Instituto International de Investigaciones Prehistóricas de Cantabria.

LÓPEZ-DÓRIGA, I. L.; SIMÕES, T. (2015) – Los cultivos del Neolítico Antiguo de Sintra: Lapiás das Lameiras y São Pedro de Canaferrim: resultados preliminares. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A.C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular:* Actas: 98-107. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 7-9 abril 2011. UNIARQ, Lisboa.

LUBBOCK, J. (1865) – *Pre-historic times as illustrated by ancient remains, and the manners and customs of modern savages*. London/Edinburgh: Williams and Norgate.

MARTINS, A.; NEVES, C.; CARDOSO, M. (2009) – Fragmentos da paisagem: o pote isolado da Ponte da Azambuja 3. En IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular: 249-257. Universidad de Huelva.

MARX, K. (1975) – *O Capital*. Lisboa: Delfos.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2012) – Novas datações pelo carbono-14 para as ocupações holocénicas do Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Norte de Portugal). *Estudos Do Quaternário/Quaternary Studies*, (8), 22–37. https://doi.org/10.30893/EQ.V0I8.96

MONTEIRO-RODRIGUES, S.; FIGUEIRAL, I.; LÓPEZ SÁEZ, J. (2008) – Indicadores paleoambientais e estratégias de subsistência no sítio pré-histórico do Prazo (Freixo de Numão Vila Nova de Foz Côa Norte de Portugal). In *Actas do III Congresso de arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Pré-História. Gestos Intemporais.* Vol. 1. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, p. 96-119.

PEREIRA, J. (1999) – *Os artefactos de pedra polida do Almonda ao Zêzere. (Marcas do Povoamento da Região).* Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.

PRATS, G.; ANTOLÍN, F.; ALONSO, N. (2020) – Household storage, surplus and supra-household storage in prehistoric and protohistoric societies of the Western Mediterranean, *PLoS ONE* 15-9, 30 p.

REIS, H.; GONÇALVES, C.; SANTOS, C.; VALERA, A. (2019) – «Monte do Carrascal 2 (southern Portugal): Insights into lithic technology and intra-site spatial analysis of a Late Mesolithic hunting camp». *Journal of Archaeological Science: Reports* 23, p. 674-686.

ROCHE, J. (1960) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião. Muge, Portugal.* Vol. I. Instituto de Alta Cultura, Lisboa.

ROWLEY-CONWY, P. (1992) – The Early Neolithic animal bones from Gruta do Caldeirão. In ZILHÃO, J. (ed.) – *Gruta do Caldeirão. O Neolitico Antigo*: 231-237. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.

SIMÕES, T. (1999) – *O sítio neolitico de S. Pedro de Canaferrim, Sintra. Contribuições para o estudo da neolitização da Península de Lisboa.* (Trabalhos de Arqueologia, 12). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

SIMÕES, T. (2003) – *A ocupação do Neolítico antigo de São Pedro de Canaferrim: novos dados em perspectiva*. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Trabalhos de Arqueologia, 25). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 115-134.

SOARES, J.; MAZZUCCO, N.; CLEMENTE-CONTE, I. (2016) – The First Farming Communities in the Southwest European Coast: A Traceological Approach to the Lithic Assemblage of Vale Pincel I. *Journal of Anthropological Archaeology,* 41: p. 246-262.

STIKA, H.-P. (2018) – 7.4. Plant imprints in daub fragments from the early Neolithic site of Casas Novas (Coruche, Portugal). In GONCALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (eds.) – *Casas Novas, numa curva do Sorraia (no 6.º milénio a.n.e. e a seguir).* (Estudos & memórias, 11). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, p. 266-267.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (eds.) (2020) – *O sítio arqueológico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade – Sado.* (Setúbal Arqueológica, 19). Setúbal: MAEDS/AMRS.

TAVARES DA SILVA, C. (1977) – *Arqueologia: que função social?* Setúbal: Museu de Arqueologia de Setúbal.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1981) – Pré-história da Área de Sines. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

VALENTE, M.ª J. (2016) – «Zooarqueologia do Neolítico do Sul de portugal: passado, presente e futuros». In *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*, Lisboa, Portugal: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 87-108.

VALERA, A.; REIS, H.; DO PEREIRO, T.; RAMOS, R. (2020) – O povoado do Neolítico Antigo da Senhora da Alegria e a problemática da contextualização da cerâmica impressa no centro litoral de Portugal. In PARDO-GORDÓ, S.; GÓMEZ-BACH, A; MOLIST MONTAÑA, M.; BERNABEU AUBÁN, J. (eds.) – *Contextualizando la cerámica impressa: Horizontes culturales en la península Ibérica.* Universitat Autònoma de Barcelona: Servei de Publicacions Bellaterra, 183-200.

VILAÇA, R. (1988) – *Subsídios para o estudo da Pré-História Recente do Baixo Mondego.* Trabalhos de Arqueologia, 1, IPPC, Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J. (1981) – Nouvelles données sur le Néolithique Ancien de la station à céramique cardiale de Sagres (Algarve). Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 67:2, p. 301-311.

ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolitico Antigo.* Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.

FOSSAS RITUAIS, NÃO FUNERÁRIAS, EM ALDEIA DO V MILÉNIO A. C. (CASTELO BELINHO, PORTIMÃO, ALGARVE)

MÁRIO VARELA GOMES[1]

Ao Carlos Tavares da Silva, companheiro na aventura que é o conhecimento do passado humano, para quem «*A sabedoria não pode admitir um espírito perverso e a ciência sem consciência não é senão a ruína da alma*», como escreveu François Rabelais.

(*La Vie de Gargantua et Pantagruel*, 1532)

RESUMO

Escavações arqueológicas no sítio do Castelo Belinho (Portimão), conduziram à identificação da mais antiga aldeia do Sudoeste Peninsular. Trata-se de local situado entre a Serra de Monchique e a costa, com algumas defesas naturais, rodeado por duas ribeiras e terrenos agrícolas férteis, onde se instalou comunidade humana durante a segunda metade do V milénio A.C., conforme indica o espólio e série de datações radiométricas.

Sucessões de buracos de poste permitiram identificar casas com planta rectangular, associadas a espólio lítico e cerâmico, assim como estruturas de combustão, empedrados, fossas de armazenamento em meio anaeróbico ou silos, fossas de carácter ritual e sepulturas de inumação, com acentuado polimorfismo e variedade no que respeita ao espólio ritual.

Quarenta e sete fossas, com perímetro de forma circular, oval ou de embrião humano, seladas por blocos de pedra, ou já desprovidas de tal protecção, foram interpretadas como tendo função de carácter ritual e continham espólio diversificado. Entre este contam-se blocos de pedra, dormentes e moventes de mós manuais ou os seus fragmentos, porções de recipientes de cerâmica, um grande machado e uma enxó de pedra picotada/polida, pequenos artefactos de sílex ou restos de talhe da mesma rocha e, em alguns casos, ossos de mamíferos terrestres, ou conchas de moluscos marinhos.

O elevado número de fossas rituais, não funerárias, a maioria escavada no espaço aberto e central da aldeia, indica mundo simbólico decorrente de intensa actividade sócio-religiosa. Esta importava à consolidação dos laços de solidariedade existentes entre os seus membros e à manutenção da identidade cultural da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Aldeia; Neolítico Médio; fossa ritual não funerária; solidariedade social.

ABSTRACT

Archaeological excavations at the Castelo Belinho site (Portimão), led to the identification of the earliest village of the Western Iberian Peninsula. It is located between the Monchique Mountain and the coastal line, with some natural defences, surrounded by

[1] IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa. mv.gomes@fcsh.unl.pt

two streams and fertile agricultural land, where human community settled in the second half of the fifth millennium B.C., as indicated by the artefact remains and series of radiometric datings.
Sequences of postholes allowed to identify rectangular-shaped houses, alongside lithic and ceramic remains, fireplaces, stone floors, anaerobic storage pits or silos, ritual pits, and inhumation graves, with accentuated polymorphism and a wide range of ritual items.
Forty-seven pits, with circular, oval or human embryo-shaped outlines, sealed with stone blocks, or that otherwise have lost such protection, were interpreted as having ritual functions and contained a variety of artefacts. Amongst those are stone blocks, upper and lower grinding stones, or their fragments, portions of ceramic vessels, one large axe and an adze, both of pecked/polished stone, small flint artefacts or flake remains and, in some cases, the bones of land mammals or seashells.
The high number of non-funerary ritual pits, most of which dug in the open space in the middle of the village, indicates a symbolic world supported by strong social-religious activity. This was important for tightening their members' social bonds and preserving the community's cultural identity.
KEYWORDS: village; Middle Neolithic; non-funerary ritual pit; social solidarity.

1. UM SÍTIO COM ALGUMA HISTÓRIA

O Castelo do Ninho, depois do Linho, Lindo e Belinho, encontra-se mencionado, em 1275, nas Chancelarias de D. Afonso III (Livro 1, fl.131, v.133), em documento onde o monarca reserva para a Coroa os morgados do Castelo do Ninho, Arge e Boina (Botão, 1992: 60). Dois séculos depois (1474), o reguengo do Castelo do Ninho foi doado a João Pereira, existindo igualmente referência àquela propriedade, em auto de demarcação de 1552. Mais duzentos anos decorridos e foi citado, em documento de 1763, como Castelo do Linho (Fonseca, 1988: 6), alteração toponímica que se manteria até ao século XIX. Todavia, Estácio da Veiga (1910) chamou-lhe Castelo Lindo, embora, em 1894, Leite de Vasconcellos (1917: 130) recolhesse localmente ditado popular que o denomina de Castelo Ventoso. E terá sido já no século XX que o topónimo foi deturpado para Castelo Belinho.

Outra incorrecção, que acompanha tais denominações, respeita à classificação de castelo dada à estrutura islâmica ali existente e que as escavações por nós ali dirigidas com Rosa Varela Gomes, em 2004 e 2005, demonstraram tratar-se de edificação, não concluída, correspondendo a casa senhorial, de aspecto fortificado, integrada em latifúndio islâmico, ou *al-munya*, que deu origem ao reguengo ainda existente. Para além da muito significativa importância de pela primeira vez, no actual território nacional, ter sido possível identificar aquele tipo de edificação e o domínio a que pertencia, a grande surpresa seria o surgimento, sob delgado estrato medieval, de estruturas aéreas e sobretudo subterrâneas, do que constituiu a, por ora, mais antiga aldeia neolítica do Sudoeste Peninsular.

Diversos artigos deram já a conhecer muitos dos resultados obtidos naquele sítio excepcional, que graças ao apoio da Imoreguengo, foi possível escavar em extensão, nomeadamente aspectos gerais e relacionados com o reconhecimento da aldeia (Gomes, 2008a; 2008-2009; 2021), com a ritualização funerária (Gomes, 2010a; 2012), as suas relações simbólicas com o mar (Gomes, 2013) ou a génese da urbanização (Gomes, 2021), tendo-se ainda dedicado texto à presença islâmica (Gomes e Gomes, 2013). Dada a existência desta informação, escusamo-nos de a repetir, cingindo-nos, agora, a apresentar breve síntese daquela e a tratar o sujeito enunciado no título.

2. A ALDEIA

A população instalada na aldeia do Castelo Belinho, durante a segunda metade do V milénio A.C., encontrava-se completamente neolitizada, era sedentária e praticava, com sucesso, economia de produção de alimentos, assente na agricultura cerealífera e no pastoreio, principalmente de ovino-caprinos, mas também de bovídeos, beneficiando de vida social estável. Testemunhos de armas, mesmo de caça, são quase inexistentes (três armaduras trapezoidais, talvez usadas em flechas), mas em contrapartida os utensílios, ou parte deles, ligados à agricultura dominam o espectro artefactual, nomeadamente grandes machados e enxós de pedra picotada/polida, pequenas lâminas, lamelas e lascas, sobretudo de sílex, usadas em *tribuli* ou foices, grande número de elementos dormentes e moventes de mós manuais, grandes recipientes, para armazenamento, de cerâmica, tal como estruturas subterrâneas para a conservação, em meio anaeróbico, a médio ou a longo termo, de cereais. Grande silo cilíndrico tinha capacidade para armazenar cerca de 2000 kg de cereais, quantidade capaz de alimentar dez pessoa durante um ano. Outros apresentavam menores dimensões.

As casas longas, com planta rectangular, denunciadas por buracos de poste, são próprias das primeiras comunidades de agricultores europeus, dada a possibilidade de crescerem através da adição de novos espaços em ambas extremidades (Childe, 1949; Coudart, 1998; Bradley, 2001).

Significativas diferenças sociais e hierarquias podem ser detectadas através das dimensões das casas e das sepulturas, ou através dos espólios que acompanham os mortos. Catorze sepulturas, doze das quais individuais, em fossas e silos, revelam claro polimorfismo. Nove dos corpos inumados correspondem a adultos e apenas três a crianças, com idades compreendidas entre cinco e oito anos. Algumas sepulturas continham artefactos de pedra lascada ou picotada/polida, de cerâmica ou de concha, podendo indicar diferenças de género ou de estatuto social. Constitui caso excepcional as vinte e duas braceletes de concha de *Glycymeris bimaculata* (Poli, 1795), encontradas nos antebraços de um dos inumados, exemplo incontestável de posição social, política e/ou religiosa diferenciada (Est. 4).

O tratamento dado aos mortos, ou pelo menos a alguns deles, corresponde a período onde o sepultamento não corresponderia a prática excepcional, mas a sua visibilidade ainda não constituía uma necessidade social, mesmo para aqueles detentores de reconhecido alto estatuto social. O seu simbolismo ainda teria marcado carácter privado, possivelmente circunscrito à família e à comunidade, sem necropolização, mas evidenciando fortes laços de solidariedade, dada a proximidade das sepulturas às casas e a espaço aberto, a praça central da aldeia.

Importa recordar que tal espaço, como todos os vazios, atraia ou prendia o olhar e irradiava. Conforme R. Arnheim (1984: 82) escreveu: «*A posição central foi usada através dos tempos, e na maioria das culturas para dar expressão ao divino ou a alguma outra alta autoridade*». O espaço aberto é próprio para a conceptualização do sobrenatural, do encontro com o transcendente ou com a divindade, como acontece ainda hoje em algumas religiões.

3. O CONCEITO DE FOSSA RITUAL, NÃO FUNERÁRIA

Entendemos atribuir esta denominação funcional a abertura no solo, natural ou artificial que, quando resultante da acção humana, integra o grupo das estruturas negativas, sendo objecto da deposição de artefactos, ecofactos ou de libações, destituída de funções económicas directas e, portanto, com existência decorrente da actividade sócio-religiosa.

Constitui excelente exemplo de fossa ritual, não funerária, aquela que Homero (*Odisseia* XI, 24-28) regista em cerimónia protagonizada por Ulisses, em honra dos amigos mortos, não deixando

testemunhos físicos, e que ele teria descrito nos seguintes termos: «*(...) e eu, com a minha espada, escavei uma cova com um cúbito de largura e profundidade e nela fiz três libações por todos os mortos, primeiramente leite e mel, depois vinho doce e em terceiro lugar água, lançando em seguida cevada branca*».

As fossas rituais, não funerárias, do Castelo Belinho são todas artificiais, mostrando formas, desde o contorno da boca, à posição das paredes e tipo do fundo, tal como dimensões, muito variáveis.

Conforme adiante referiremos, as fossas de carácter ritual, não funerárias, podem ou não conter espólio arqueológico, tal dependendo do tipo de matérias-primas usadas nos itens depositados, perecíveis ou não perecíveis, de materiais orgânicos, sólidos ou líquidos, que o solo facilmente absorve e elimina, dificultando ou impossibilitando a análise paleoetnológica e, portanto, o conhecimento dos conteúdos e gestos rituais.

Na aldeia do Castelo Belinho, algumas fossas, seladas por pequenos amontoados de pedras imbricadas, resultaram ficar assinaladas acima do nível do solo, visibilidade que sugere maior importância, tal pequenos *tumuli* que, por vezes, ali assinalavam sepulturas.

Não excluímos a hipótese de certas fossas rituais poderem constituir cenotáfios, estruturas concebidas para receberem parte anatómica de alguém falecido longe daquele lugar ou algo que lhe pertenceu, realizadas em sua memória. Esta prática foi largamente usada na Antiguidade, como ilustram o túmulo e cenotáfio do poeta trágico Eurípedes (480-406 A.C.) ou os dezassete túmulos de Júpiter, espalhados pela Grécia (Mauss,1972: 243). Bem mais recentemente, em 1490, o pintor Giotto teve túmulo no Duomo de Florença e na igreja de Santa Reparata, na mesma cidade.

4. INFORMAÇÃO EMPÍRICA

LOCALIZAÇÃO

A distribuição das fossas rituais no espaço da aldeia do Castelo Belinho evidencia maior concentração na sua zona central, ou praça, espaço aberto, talvez de uso colectivo, medindo cerca de 100 m^2, desprovido de estruturas aéreas e que seria delimitado por casas, com planta de forma rectangular e orientadas segundo as direcções cardiais. Não obstante, número reduzido de outras fossas encontram-se dispersas em zonas marginais da aldeia e algumas até sob casas.

Naquela zona, *non aedificandi*, uma área central não possuía qualquer estrutura, aérea ou subterrânea, encontrando-se, possivelmente, reservada para certas actividades económicas, como a debulha de cereais, dado ali termos encontrado cerca de duas dezenas de pequenas lascas, lâminas e lamelas, de foices ou de *tribula*, a par de ouros artefactos lascados, mas também para acções de carácter ritual, de que as deposições em pequenas fossas, por certo com função votiva, dão testemunho.

A praça constituiu, a diferentes níveis o centro da aldeia, com as sepulturas de inumação dos adultos no seu lado poente e as das crianças no lado sul. A conotação do poente onde diariamente o Sol desaparece, com a morte dos humanos constitui tradição muito antiga, mas ainda hoje seguida para a localização das necrópoles de muitas aldeias e cidades em diferentes partes do Mundo.

Além das actividades económicas que se desenrolaram no espaço vazio da aldeia do Castelo Belinho, algumas das quais estariam seguramente ligadas a mitos e crenças, aquele seria, por excelência, um espaço performativo, cenário de importantes manifestações sócio-religiosas, em particular de ordem ritual, evidenciado pelas fossas destituídas de função económica ou funerária. Estas encontram-se sobretudo nos lados norte e poente daquele espaço, embora as fossas com forma de embrião humano ocupem principalmente o lado nascente da praça, voltadas para o nascer do Sol.

A organização espacial da aldeia, em torno de área central contendo importância ritual, social e económica, indica conceito ligado a sistema concêntrico ou hierárquico, de acordo com a primazia dos graus de importância e significado, num espaço urbano previamente planeado. Esta organização que contraria o que muitas vezes foi considerado como crescimento orgânico de alguns aglomerados, mais aparente que real, possuiu conotação cósmica, conforme ocorre com a larga maioria das representações circulares.

AS FORMAS

A morfologia das fossas rituais, não funerárias, permitiu identificar dois grandes tipos. Um deles integra os exemplares que oferecem a boca circular ou oval, assumindo-se que a última forma é decorrente da primeira, não sendo propositada. O outro tipo apresenta o contorno em forma de oito, de viola ou, melhor, de embrião humano, dada a sua implícita conotação antropomórfica. Esta designação foi atribuída por G. Van der Leeuw (1938) a sepulturas do Antigo Egipto com a mesma forma. De facto, aquelas mostram forma vagamente antropomórfica, oferecendo corpo ovóide e cabeça esférica, que em 2/3 dos casos a possuem dirigida para noroeste. Apenas uma das estruturas negativas deste tipo continha restos antropológicos e, portanto, foi utilizada como sepultura (Est. 21).

Nas quarenta e sete fossas a que atribuímos função ritual, vinte e três delas, ou seja 49%, possuíam boca de contorno circular, existindo catorze com aquele elemento de forma oval (30%) e uma dezena em forma de oito ou de embrião humano (21%).

Os diâmetros das fossas providas de contorno circular variava entre 0,40 m 1,00 m e as profundidades entre 0,10 m e 0,40 m. No que concerne às fossas com boca oval, as menores dimensões obtidas foram 0,40 m por 0,35 m e as maiores 0,90 m por 0,80 m, segundo dois eixos ortogonais. As profundidades oscilavam entre 0,10 m e 0,85 m.

Quanto às fossas em forma de embrião humano, elas apresentavam maiores dimensões que as demais mencionadas, mostrando comprimentos situados entre 0,75 m e 1,20 m, com larguras de 0,55 m a 1,04 m, com um caso excepcional de 2,70 m de comprimento por 2,30 m de largura. As profundidades variavam de 0,15 m a 0,45 m.

Apenas treze fossas conservavam cobertura, constituída por pequenas pedras imbricadas, podendo algumas nunca terem tido tal dispositivo ou aquele ter desaparecido com as ocupações ulteriores do local. Todavia, reconhecemos algumas de tais coberturas enformando pequeníssimos *tumuli*.

OS CONTEÚDOS

Conforme seria de esperar, a totalidade das fossas continham terra da aldeia, pois embalava esquírolas de sílex ou de grauvaque, assim como pequeníssimos fragmentos de recipientes de cerâmica, com aspecto rolado. Constitui excepção fossa em cujo fundo encontrámos leito de areia (Est. 42) e, em casos raros, restos de pigmento com cor vermelha.

Numerosas fossas, além de se encontrarem ainda cobertas por aglomerados, mais ou menos densos, de pequenos blocos pétreos, também continham tais elementos, nomeadamente sobre o fundo, em algumas ali surgindo bloco maior.

Os testemunhos da cultura material contidos nas fossas eram maioritariamente constituídos por elementos dormentes e moventes de mós manuais, ou os seus fragmentos, depositados no fundo daquelas, tendo-se detectado diversos dormentes com a superfície de trabalho contra o solo da fossa e, em um caso, sobre o movente, particularidade com paralelo no depósito votivo de Padrão 9 (Vila do Bispo) (Gomes, 1997: 167, 168, 185; 2007: 149, 150, 155; 2008b).

Os dormentes apresentaram diversas dimensões, embora não atinjam as medidas dos grandes exemplares do Neolítico Final e do Calcolítico, ou mais tardios. Um deles contém duas superfícies de trabalho, em faces opostas (Est. 3), sendo variáveis as dimensões das concavidades decorrentes do trabalho a que foram submetidos. Parte considerável dos dormentes correspondem a porções resultantes de acidente ou de acção intencional, assim evitando o seu uso, mas proporcionando utilização secundária como oferendas rituais. Os moventes e percutores-moventes mostraram sobretudo formas sub-paralelepipédicas.

Uma fossa (Est. 26) continha, junta à parede, grande machado de grauvaque, picotado e polido, principalmente no gume, mostrando sinais de uso, enquanto outra, em parte revestida por pequenas lajes de calcário, guardava grande enxó, também de grauvaque e fragmento de dormente (Est. 27).

Cerca de 40% das fossas entregaram fragmentos de recipientes de cerâmica, rolados e não rolados, ou seja, sendo, estes últimos, resultantes de deposição intencional. Todavia, não foi exumado um único exemplar completo. Apenas um fragmento (Est. 3) está decorado através de conjunto de linhas incisas, formando ângulos agudos paralelos, embora outros exibam cordões, como bem ilustra ocorrência da estrutura 33, grande porção, contendo parte do bordo, de vaso em forma de saco, cuja parede mostra dois cordões horizontais a que se ligam outros verticais e que era pintado, pelo menos parcialmente, de cor vermelha. A estrutura 13 continha pequeno fragmento de vaso com cordão e dois outros que pertenceram a taças, com forma hemisférica e paredes lisas.

A presença de artefactos lascados, nas fossas rituais, é mais escassa, registando-se lâminas (Ests 12 e 33), raspadores, um furador e lascas de sílex. Também provém de fossa ritual, fragmento de alfinete de concha.

5. COMENTÁRIO

As fossas em forma de oito ou de embrião humano podem corresponder a espécie de *eídolon*, ou seja, a duplo fantasmático de imagem antropomórfica, representação terrena de ser sobrenatural, a uma divindade ou à ideia de antepassado humano ancestral, talvez mesmo primordial, dada a sua parcial indefinição anatómica. Recordemos que todas as civilizações conferiram, e ainda hoje atribuem, grande importância simbólica à figura humana, podendo ser tida como metáfora da sociedade, por, entre outros atributos, corresponder a sistema orgânico complexo. O corpo humano importa à criação do conhecimento simbólico e estruturado, ou ontológico (Kohring, 2014: 248) e as suas representações constituem inesgotável variedade (Focillon, 1983: 10).

O antropomorfismo traduz humanidade, isto é, condição social diferente da animalidade, sendo referência para todos os seres da natureza, onde a essência do homem é verdadeiramente a sua humanidade (Durkheim e Mauss, 1963: 26; Descola, 1986: 120).

Representações de forma vagamente antropomórfica, de género não reconhecível, constituem, em muitas culturas, personificações de entidades transcendentes, espíritos ou divindades, na sua forma material, que estariam presentes, na sua ausência (Godelier, 2015: 162, 176). Por outro lado, o antropomorfismo de entidades sagradas encontra-se comummente relacionado com a morte e embora somente uma das fossas em forma de embrião contivesse restos de inumação humana, não podemos deixar de colocar a hipótese de as restantes poderem ter tido funções ligadas àquela.

A cabeça, que permite sobretudo individualizar as fossas de tipo embrião das possuindo contorno circular ou oval, e das quais aquelas podem derivar, é tida como símbolo de valor universal (Talalay, 2004: 156) e elemento discursivo do corpo humano, no entendimento da parte pelo todo, sendo indispensável à existência humana. Nela reside o cérebro, centro de decisão dos comporta-

mentos, nomeadamente das actividades física e cognitiva, sector significativo dos sistemas respiratório e digestivo, os órgãos da fala e os principais sentidos, a visão, o ouvido, o sabor e o olfacto, mas ainda parte do tacto. Muitas sociedades humanas que acreditam na existência de alma, ou essência espiritual, situam-na na cabeça.

O denominado ídolo de Relvas (Arganil), esculpido em granito e medindo 0,23 m de altura, mostrando três alinhamentos verticais de pequenas covinhas, possui o mesmo tipo de morfologia das fossas em forma de embrião humano, com corpo ovóide e cabeça esférica (Nunes, 1956). Durante os finais no Neolítico e no Calcolítico do Sudoeste Peninsular surgiram, em contextos funerários, os denominados ídolos de tipo El Garcel, recortados em finas placas de xisto ou de calcário, mostrando contorno oval e duas escotaduras laterais, por vezes possuindo uma das metades menores, sugerindo cabeça e conferindo-lhes forma vagamente antropomórfica, com alturas situadas entre 0,035 m e 0,140 m (Almagro Gorbea, 1973: 28-30).

Monólito de forma ovóide, medindo aproximadamente 1,00 m de altura, existente no santuário de Delphos, perto da estátua de Apolo e era considerado o *omphalos*, ou seja, o umbigo ou centro do mundo. Também identificámos, no complexo rupestre do Vale do Tejo, algumas gravuras idoliformes, com corpo ovóide e cabeça semicircular destacada (SS64.34; SS5.4; F37.3) (Gomes, 2010b: 227). Imagens afins encontram-se pintadas nos abrigos com arte esquemática do sul da Península Ibérica, e ilustram, a par dos exemplos mencionados, matriz conceptual ligada ao simbolismo do renascimento.

As numerosas fossas rituais, não funerárias, do Castelo Belinho, a maioria das quais localizadas no espaço aberto e central da aldeia, indicam intensa actividade sócio-religiosa, conotada com a regeneração humana, que importava à manutenção e consolidação dos laços de solidariedade entre os seus membros, como à conservação da identidade cultural da comunidade. Émile Durkheim (2002: 241) escreveu que «*a vida social, em todos os aspectos, e através de cada período da História, é apenas possível graças a vasto simbolismo*», afirmação seguida por Maurice Godelier (2015: 237) ao postular: «*Tudo o que é pensado, criado e construído pelos humanos não pode ser concebido sem suporte simbólico, e o simbolismo encontra-se presente em tudo aquilo que é acreditado, produzido intervencionado pelos humanos*».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMAGRO GORBEA, m. J. (1973) – *Los Ídolos del Bronce 1 Hispano*, Biblioteca Praehistorica Hispana. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Ministerio de Cultura.

ARNHEIM, R. (1984) – *El Poder del Centro*. Madrid: Alianza Editorial, S.A.

BOTÃO, M. de F. (1992) – *Silves, Capital de um Reino Medievo*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

BRADLEY, R. (2001) – Orientations and origins: a symbolic dimension to the long house in Neolithic Europe. London: *Antiquity*, vol. 75 (287), pp. 50-56.

CHILDE, V. G. (1949) – The origin of Neolithic culture in Northern Europe. London: *Antiquity*, vol. 32, pp. 129-135

COUDART, A. (1998) – *Architecture et Société Néolithique, L'Unité et Variance de la Maison Danubienne*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

FOCILLON, H. (1983) – *Vida das Formas, Seguido do Elogio da Mão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FONSECA, H. A. T. D. (1988) – *História do Reguengo do Alvor*, texto policopiado.

DESCOLA, Ph. (1986) – *La Nature Domestique: Symbolisme et Praxis dans l'Écologie des Achuar*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.

DURKHEIM, É. (2002) – *As Formas Elementares da Vida Religiosa. O Sistema Totémico na Austrália*. Oeiras: Celta Editora.

DURKHEIM, É.; MAUSS, m. (1963) – *Primitive Classification*. Chicago: The University of Chicago Press.

ESTÁCIO DA VEIGA, S. P. m. (1910) – Antiguidades Monumentais do Algarve, Capítulo V, Tempos Históricos. Lisboa: *O Archeologo Português*, vol. XV, pp. 209-233.

GODELIER, M. (2015) – *L'Imaginé, l'Imaginaire & le Symbolique*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique Éditions.

GOMES, M. V. (1997) – Megalitismo do Barlavento Algarvio- Breve síntese. Setúbal: *Setúbal Arqueológica*, vols 11, 12, pp. 147-190.

GOMES, M. V. (2007) – Nés à l'extrême sud-ouest de l'Europe: les menhirs de l'Algarve et l'avènement de l'idéologie mégalithique, *Les Expressions Intellectuelles et Spirituelles des Peuples sans Ecriture*, pp. 147-157. Paris: Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Commission Internationale Scientifique.

GOMES, M. V. (2008a) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the first Southwest Iberian Villages, *The Early Neolithic in the Iberian Peninsula. Regional and Transregional Components*, pp. 71-78, British Archaeological Reports, International Series 1857. Oxford: Archaeopress.

GOMES, M. V. (2008b) – Padrão 9 (Vila do Bispo). Um monumento singular do Barlavento Algarvio. Silves: *Xelb*, vol. 8(1), pp. 75-102.

GOMES, M. V. (2008-2009) – Castelo Belinho (Portimão, Algarve) – a mais antiga aldeia do Sudoeste Peninsular (V milénio A.C.). Lisboa: *Arqueologia & História*, vols 60, 61, pp. 119-141.

GOMES, M. V. (2010a) – Castelo Belinho (Algarve): a ritualização funerária em meados do V milénio A.C., *Os Últimos Caçadores-Recolectores e as Primeiras Comunidades Produtoras do Sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*, pp. 69-79. Promontória Monográfica 15. Faro: Universidade do Algarve.

GOMES, M. V. (2010b) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico*, 3 vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

GOMES, M. V. (2012) – Early Neolithic funerary practices in Castelo Belinho's village (Western Algarve, Portugal), *Funerary Practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*, pp. 113-123, British Archaeological Reports, International Series 2417. Oxford: Archaeopress.

GOMES, M. V. (2013) – Castelo Belinho's village (Portimão, Algarve) and the sea – Landscape, resources and symbols. Setúbal: *Setúbal Arqueológica*, vol. 14, pp. 69-84.

GOMES, M. V. (2021) – Castelo Belinho. A pristine Neolithic village in Southwestern Iberian Peninsula. Spaces, structures, functions and symbols in the origins of Urbanization. Capo di Ponte: *Expression*, vol. 30.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2013) – Castelo Belinho – Uma residência fortificada almóada, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, vol. I, pp. 141-152. Lisboa: Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola.

KOHRING, S. (2014) – Body practices and concepts in Later Prehistoric Europe. London: *European Journal of Archaeology*, vol. 18(2), pp. 248-263.

MAUSS, M. (1972) – *Manual de Etnografia*. Lisboa: Editorial Pórtico.

NUNES, J. de C. (1956) – O ídolo pré-histórico de Relvas. Guimarães: *Revista de Guimarães*, vol. LXVI (3, 4), pp. 503-507.

TALALAY, L. E. (2004) – Heady business: Skulls, heads and decapitation in Neolithic Anatolia and Greece. London: *Journal of Mediterranean Archaeology*, vol. 17(2), pp. 139-163.

VAN DER LEEUW, G. (1938) – Das sogenannte hockerbergräbniss und der Ägyptische tjknw. Roma: *Studie Materiali di Storia delle Religioni*, vol. 14, pp. 151-167.

VASCONCELLOS, J. L. de (1917) – Coisa Velhas. Lisboa: *O Archeologo Português*, vol. XXII, pp. 107-169

nº de ordem	local/iz.	forma da boca	cobertura	forma do fundo	art. de pedra lascada	art. de pedra picotada/polida	art. de cerâmica	outros	dimensões comp./larg./alt. (m)
Est. 3	Q30		—	plano	—	1 movente, 2. dormentes	3 fragmentos	moluscos mar.; ossos	1,10x0,90x0,22
Est. 6	Q40/41		bloco de pedras	côncavo	raspadeira sobre lâmina de furador s/ lex	1 movente, 3 dormentes	fragmento	moluscos	1,20x0,65x0,25
Est. 7	Q28		—	côncavo	—	—	—	—	0,70x0,70x0,30
Est. 10	Q91		—	plano	—	—	—	—	0,40x0,40x0,15
Est. 11	Q55		—	côncavo	—	dormente	—	pedras	0,81x0,67x0,22
Est. 12	Q107/108		—	plano	—	—	—	bloco de calcário	0,45x0,40x0,22
Est. 14	Q121		—	côncavo	—	dormente	fragmento	frag. osso pedras	1,00x0,85x0,35
Est. 15	Q134		—	plano	resíduos de sílex	bola de funda	fragmento	pedras	1,20x0,70x0,40
Est. 16	Q134		—	plano	resíduos de talhe	—	fragmentos	bloco de calcário	0,80x0,52x0,23
Est. 17	Q134		blocos de pedra	côncavo	resíduos de talhe	[illegible]	fragmentos	bloco de calcário	0,60x0,60x0,25
Est. 19	Q107		blocos de pedra	côncavo	—	—	—	—	0,60x0,60x0,20
Est. 20	Q147		—	plano	—	—	—	—	0,40x0,35x0,15
Est. 21	Q104 (sep.)		—	plano	denticulado; resíd. talhe	—	fragmentos	pedras; inumação	0,85x0,76x0,35
Est. 22	Q117		—	plano	—	—	—	—	0,70x0,50x0,25
Est. 23	Q117		—	côncavo	—	—	fragm. c/ cordões	pedras	0,75x0,55x0,30
Est. 24	Q130		—	plano	—	—	—	—	0,65x0,50x0,35
Est. 25	Q105		—	plano	—	—	—	—	0,40x0,40x0,15
Est. 26	Q113		blocos de pedra	plano	—	grande machado	fragmentos	pedras	0,60x0,60x0,40
Est. 27	Q126		blocos de pedra	côncavo	lamela	cinzel; 3 mov.; 4 dorm.; polidor	2 fragm. decorados	pedras	0,90x0,80x0,85
Est. 28	Q152		—	côncavo	—	—	—	—	0,60x0,60x0,15
Est. 29	Q151		[illegible]	côncavo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0,50x0,50x0,20
Est. 30	Q151		[illegible]	côncavo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0,55x0,55x0,10
Est. 31	Q149/150/163/163		—	plano	—	—	—	—	0,52x0,40x0,10
Est. 32	Q149/150/161/162		[illegible]	plano	lamela	[illegible]	[illegible]	carvões; pedras	0,70x0,70x0,25
Est. 33	Q137/150		—	plano	lamela; lascas de sílex	—	frags de vaso c/ cordões	pedras	0,70x0,70x0,35
Est. 35	Q75/79		blocos de pedra	côncavo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	alfinete pedras	1,05x0,75x0,37
Est. 36	Q186		blocos de pedra	côncavo	[illegible]	[illegible]	taça	pedras	0,50x0,40x0,20
Est. 37	Q65		—	côncavo	—	—	—	—	0,50x0,50x0,30
Est. 39	Q5		blocos de pedra	plano	—	—	—	—	0,80x0,80x0,30
Est. 40	Q82		—	plano	—	—	—	—	0,65x0,50x0,18
Est. 41	Q49		blocos de pedra	plano	—	—	—	—	0,40x0,40x0,30
Est. 42	Q92/93/105		blocos de pedra	plano	[illegible]	[illegible]	[illegible]	areia	0,80x0,80x0,10
Est. 44	Q96/106		[illegible]	côncavo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	pedras; pedra maior	0,75x0,75x0,30
Est. 46	Q93/106		—	côncavo	—	—	—	—	1,00x1,00x0,20
Est. 47	Q53/73		blocos de pedra	côncavo	lâmina de sílex	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0,80x0,80x0,30
Est. 48	Q73/74		—	plano	lasca retocada	—	—	—	0,60x0,40x0,40
Est. 49	Q117		[illegible]	côncavo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0,50x0,50x0,30
Est. 50	Q74		[illegible]	plano	lascas de sílex	[illegible]	fragmento	[illegible]	0,55x0,55x0,30
Est. 51	Q84/85		blocos de pedra	plano	esquírolas e lascas de sílex	percutor/movente; dormente	fragmento	—	0,65x0,60x0,10
Est. 54	Q187		[illegible]	côncavo	[illegible]	dormente	fragmento	[illegible]	0,60x0,60x0,20
Est. 55	Q136/186		[illegible]	plano	[illegible]	dormente	[illegible]	pedras; polidor	0,70x0,70x0,30
Est. 56	Q79		blocos de pedra	côncavo	—	dormente	fragmento	—	0,60x0,50x0,30
Est. 57	Q157/158		[illegible]	plano	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0,40x0,40x0,30
Est. 60	Q96/97/53/73		—	côncavo	esquírolas	—	fragmento	—	2,70x2,30x0,45
Est. 63	Q107/119/120		—	plano	—	—	—	—	1,20x1,04x0,15
Est. 64	Q109		[illegible]	côncavo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	1,12x0,80x0,25
Est. 67	Q160		[illegible]	côncavo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0,50x0,40x0,20

QUADRO 1. Castelo Belinho. Fossas rituais não funerárias e espólio.

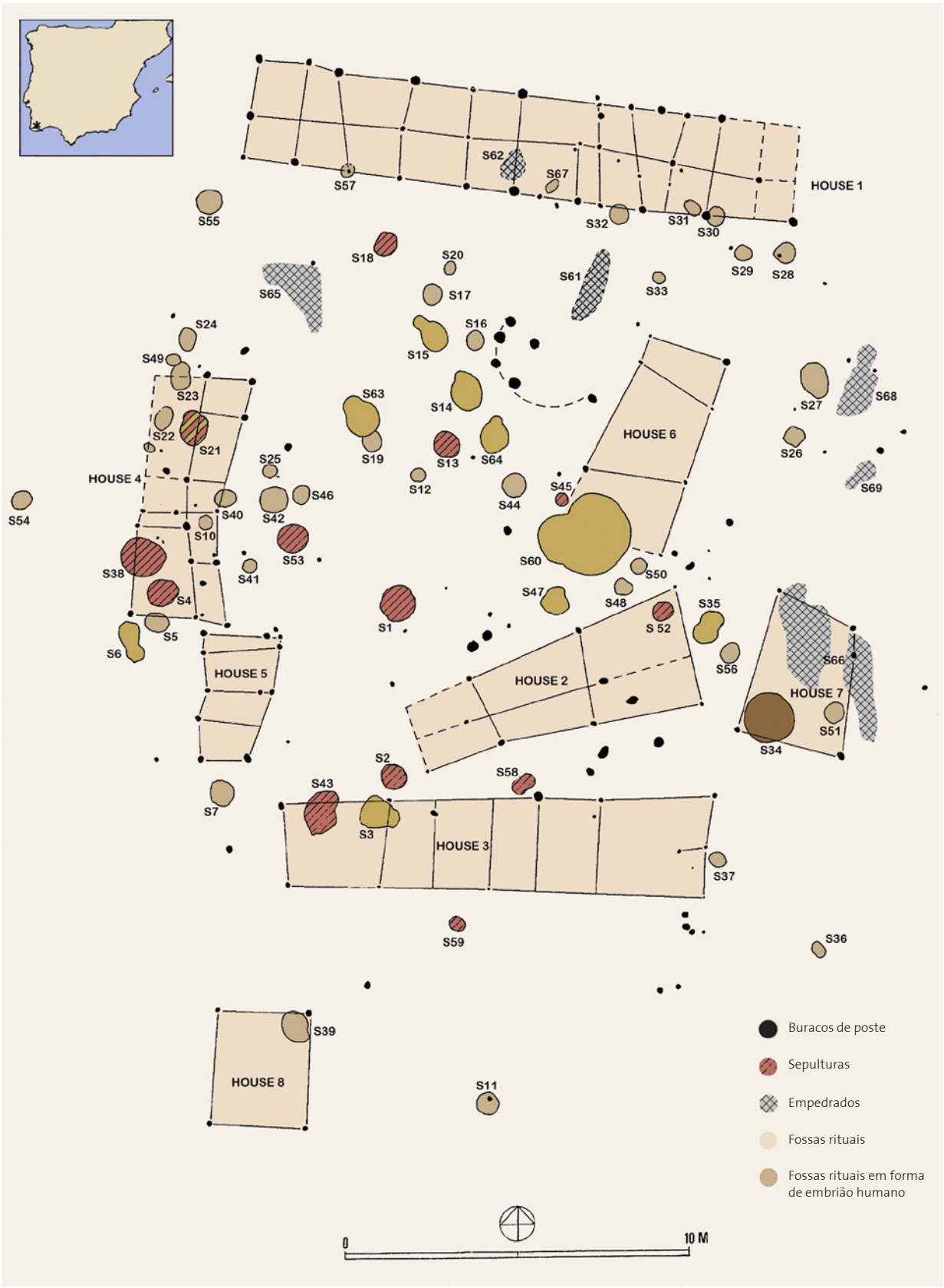


FIG. 1. Localização e planta da Aldeia do Castelo Belinho, com a restituição possível da área das casas e diferentes estruturas.

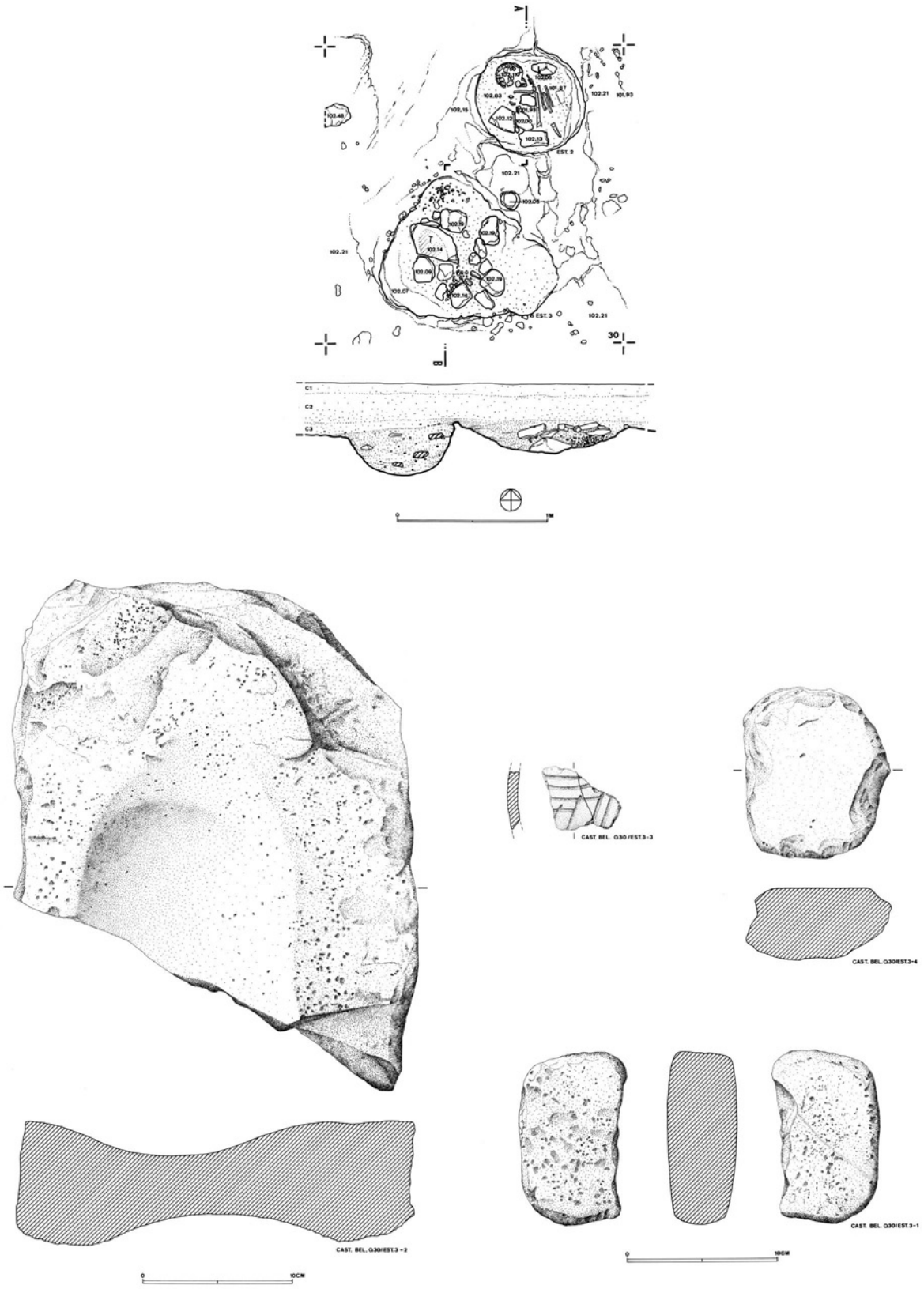


FIG. 2. Castelo Belinho. Estruturas 2 (sepultura) e 3 (fossa ritual). Planta e espólio da última (des. C. Gaspar e A. Machado).

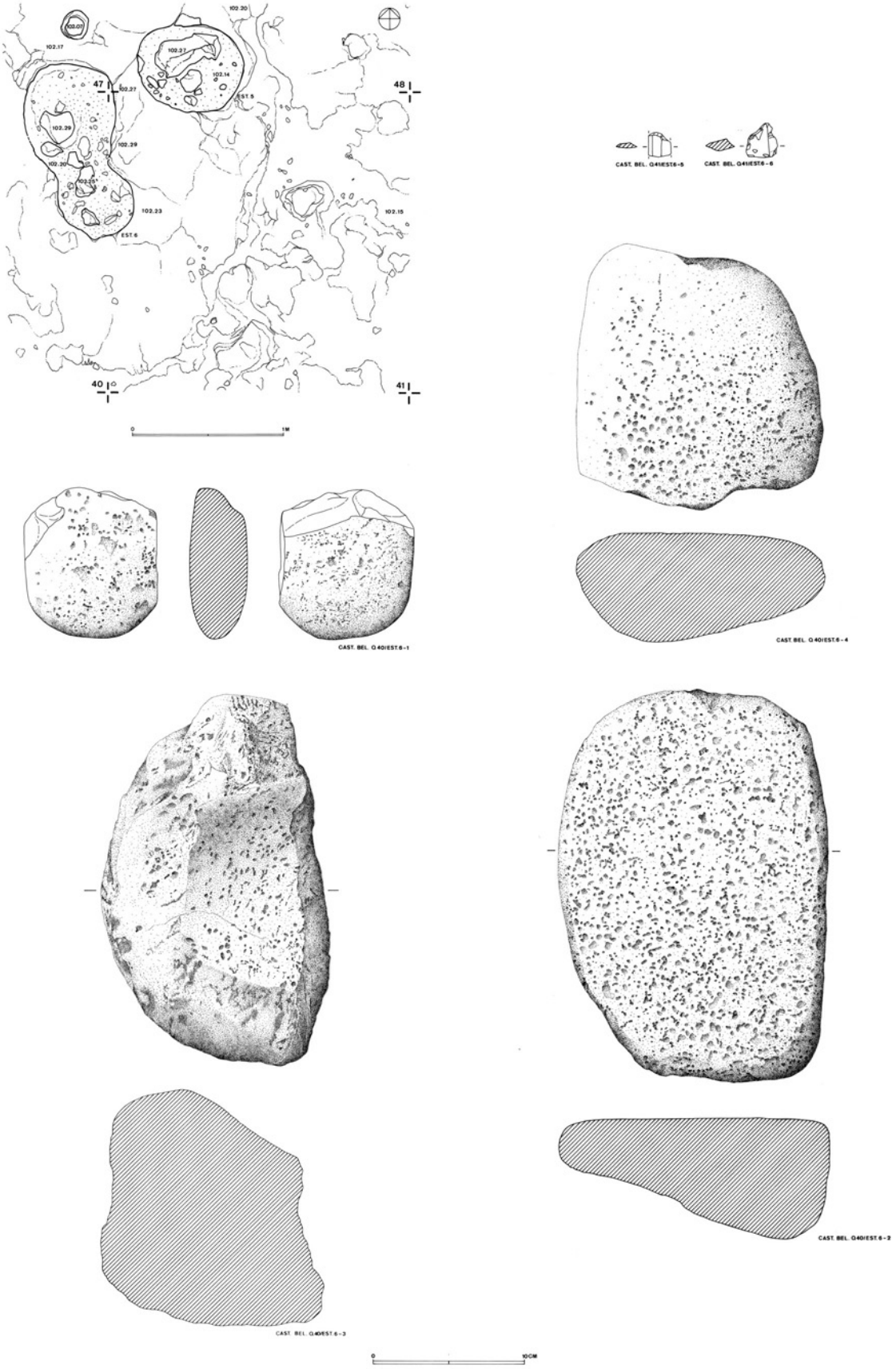


FIG. 3. Castelo Belinho. Estruturas 5 e 6. Plantas e espólio daquela última. (des. C. Gaspar e J. Gonçalves).

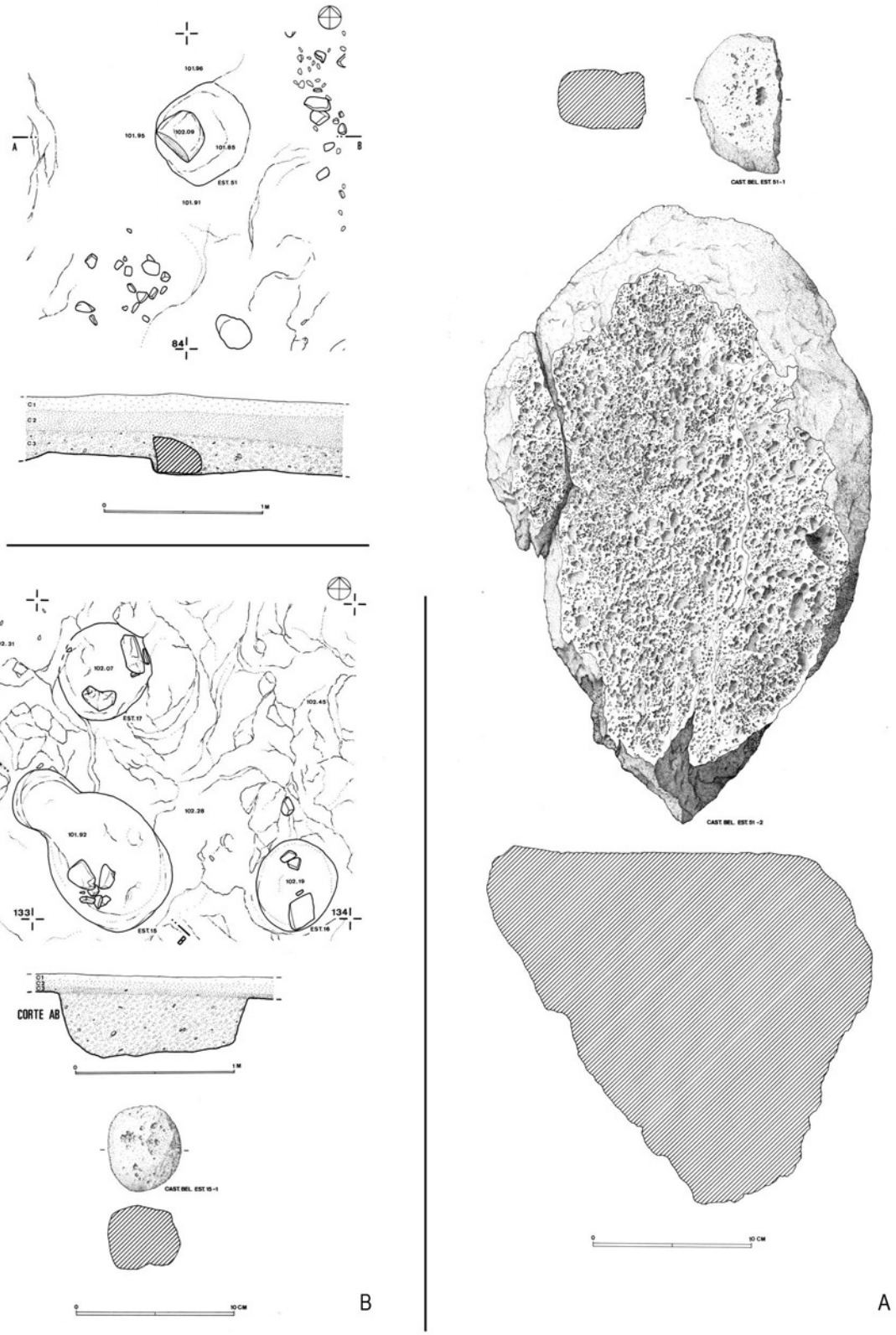


FIG. 4. Castelo Belinho. A. Estrutura 51. Planta, corte e espólio; B. Estrutura 15. Planta, corte e espólio (des. J. Gonçalves).

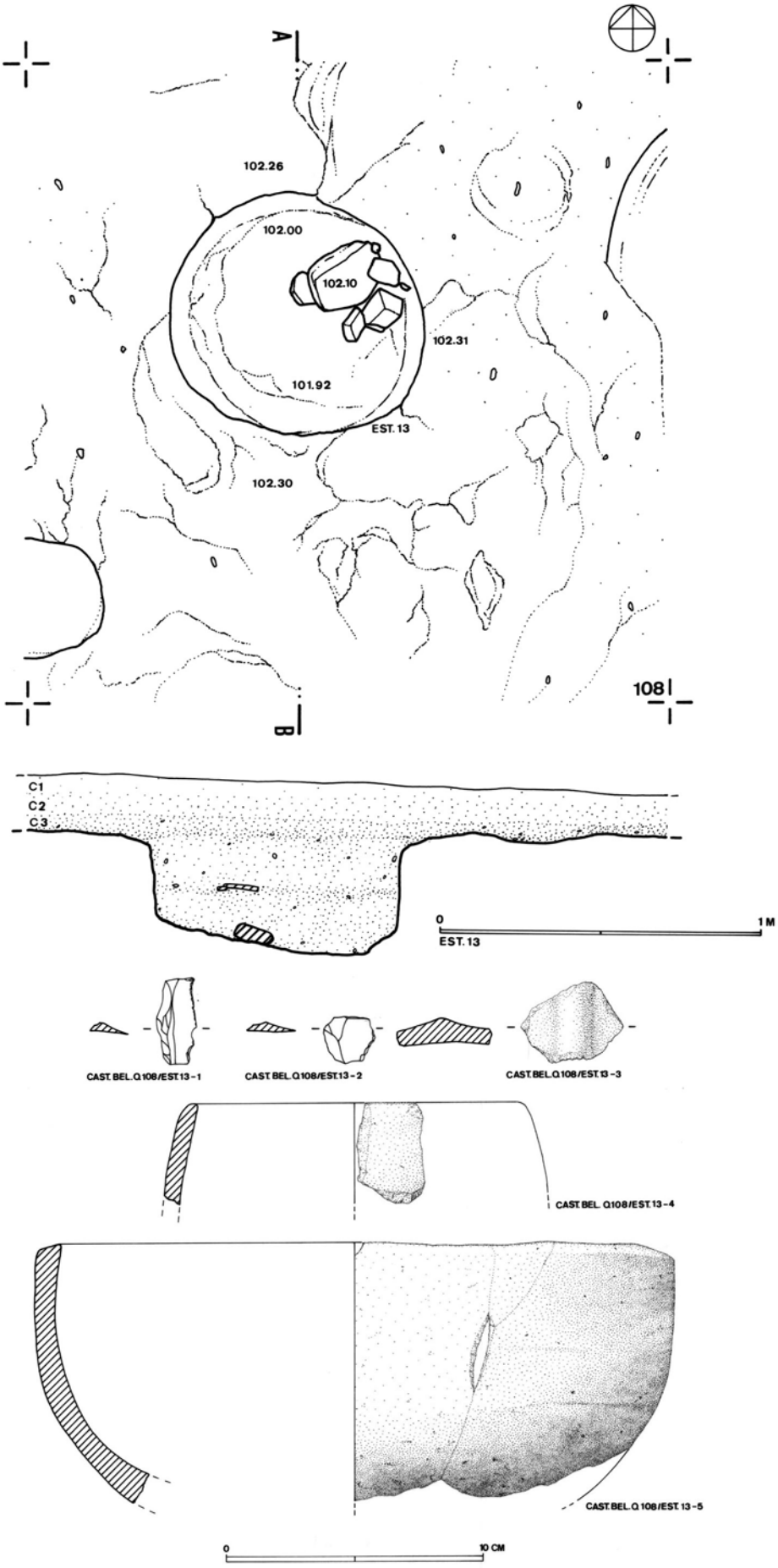


FIG. 5. Castelo Belinho. Estrutura 13. Planta, corte e espólio (des. C. Gaspar e J. Gonçalves).

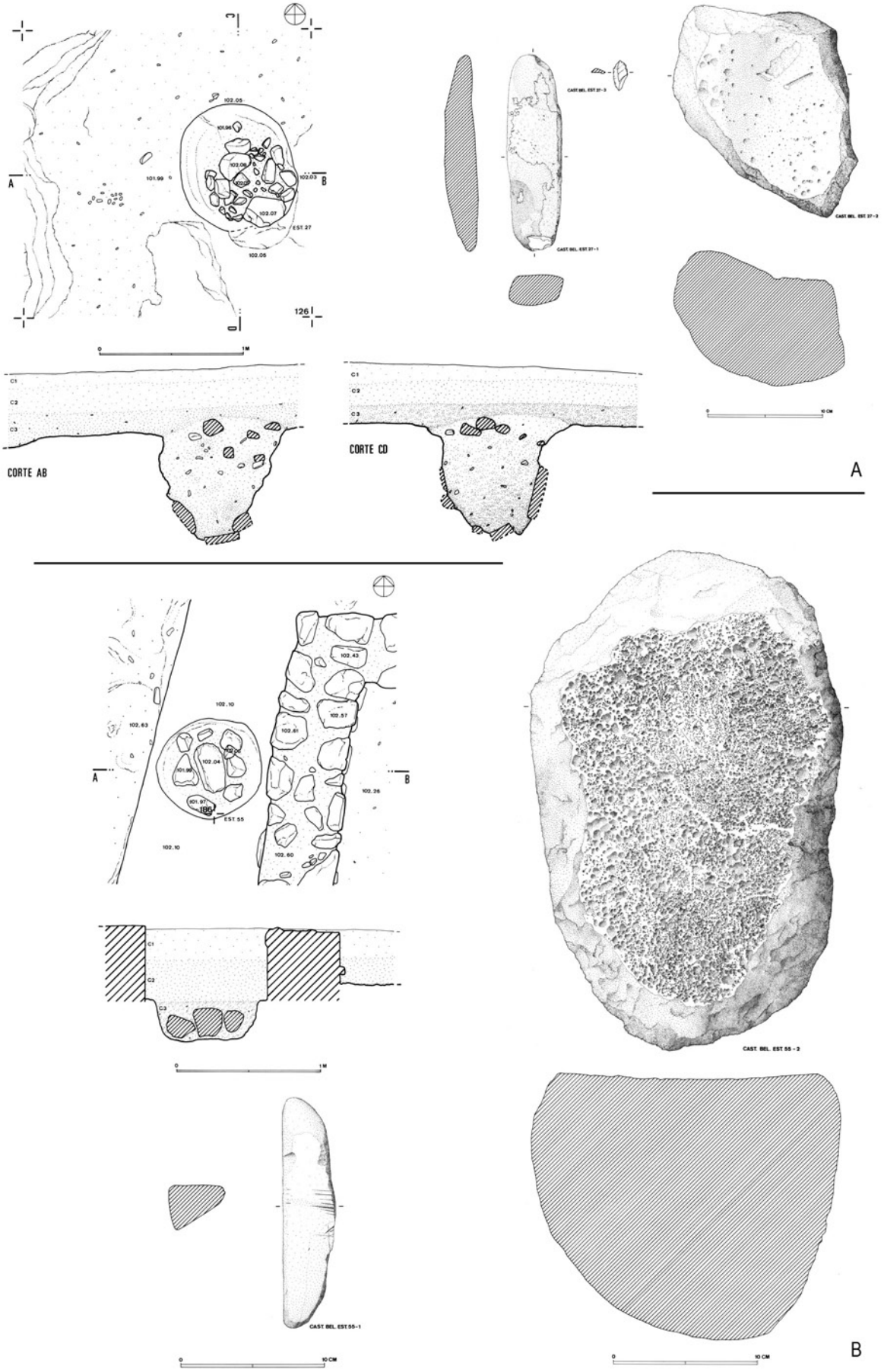


FIG. 6. Castelo Belinho. A. Estrutura 27. Planta, cortes e espólio; B. Estrutura 35. Planta, corte e espólio (des. J. Gonçalves).

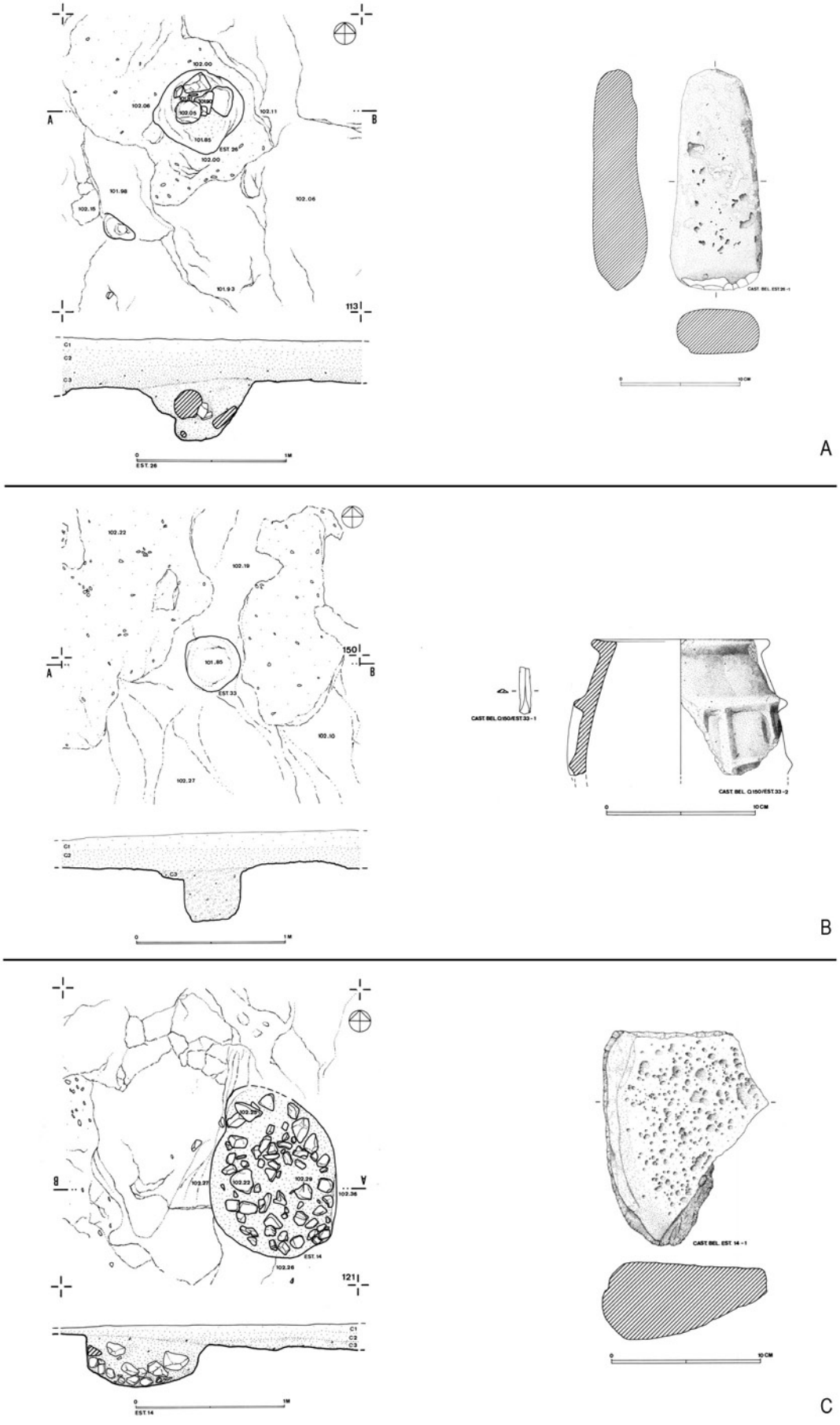


FIG. 7. Castelo Belinho. Estruturas 26 (A), 33 (B) e 14 (C). Plantas, cortes e espólios (des. C. Gaspar (C) e J. Gonçalves (A e B).

ECONOMIA AGRO-MARÍTIMA EM TEMPOS NEOLÍTICOS NA FACHADA ATLÂNTICA PORTUGUESA. BREVE BALANÇO

JOAQUINA SOARES[1]

RESUMO

Procede-se a uma visão de conjunto sobre a exploração e consumo de recursos marino-estuarinos dos alvores do Holocénico à afirmação das sociedades produtoras de alimentos no litoral centro-sul de Portugal, sublinhando a organização social e territorial dos grupos humanos que mais persistentemente mantiveram estreita relação com paisagens oceânicas.

PALAVRAS CHAVE: recursos marino-estuarinos; neolíticos-recolectores; economia agro-marítima; litoral centro-sul português.

ABSTRACT

An overall approach is made on the exploitation and consumption of marine-estuarine resources from the early Holocene to the establishment of a farming lifestyle at the Southern-center of the Portuguese coast, underlining the social and territorial organization of the human groups that most persistently maintained a close relationship with the seascape.

KEYWORDS: marine-estuarine resources; Neolithic foragers; agro-maritime economy; Portuguese south-central coast.

[1] MAEDS/AMRS – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Associação de Municípios da Região de Setúbal. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. joaquinasoares1@gmail.com

INTRODUÇÃO

Foi propósito do presente texto rever os mais expressivos dados arqueológicos relativos a modos de vida marítimos desde os alvores do Holocénico até à plena afirmação das sociedades camponesas saídas da primeira revolução neolítica. A partir da adopção da economia de produção de alimentos, os biótopos estuarinos foram explorados quer de forma complementar à prática da agro-pastorícia, quer como principal suporte da subsistência de grupos que poderíamos designar por neolíticos--recolectores, de tradição mesolítica, bem adaptados a esses ecossistemas. Estes grupos litorais de economia agro-marítima, irão, no decurso do Neolítico final e Calcolítico, desenvolver a extracção de sal das águas estuarinas por via ígnea, complexificando a sua estrutura económica, como foi observado nos sítios de Ponta da Passadeira (Soares, 2013b), Monte da Quinta 2 (Valera, Tereso e Rebuje, 2006), Possanco (Soares e Tavares da Silva, 2013), Praia do Forte Novo (Rocha, 2013). Porém, a este tema voltaremos em outra oportunidade.

Com mais dúvidas que certezas, questionamos a substituição da dieta diversificada própria da economia recolectora pela dieta homogeneizada da economia agrícola e a subsequente periferização da fímbria costeira. Voluntariamente ou não, terá a integração periférica do modo de produção agro-marítimo nas formações sociais de economia agro-pastoril, dotadas de crescente formatação ideológica, desigualdade e hierarquização social, constituído estratégia de preservação das liberdades individuais e de resistência ao exercício do poder?

A escolha do tema e a controversa abordagem proposta constituem em si mesmas uma singela homenagem a Carlos Tavares da Silva, que conheci no início da década de 70 do século passado, quando a sua formação em biologia claramente influenciava os estudos desenvolvidos no domínio da arqueologia, sendo de destacar a pioneira publicação *Fauna Malacológica do Castro da Rotura*, em 1963. O interesse pela arqueologia do litoral tem sido, aliás, uma constante do seu percurso, bem expresso na *Pré-história da Área de Sines*, no artigo seminal *Economias Costeiras na Pré-história do Sudoeste Português. O Concheiro de Montes de Baixo*, no projecto *Ilha do Pessegueiro – Porto Romano da Costa Alentejana*, na coautoria da série de publicações luso-francesas relativas à ocupação humana no estuário do Sado durante a Proto-história (feitoria fenícia de Abul) e Período Romano. A Carlos Tavares da Silva se deve justamente a introdução da malacologia no ensino da arqueologia.

De uma perspectiva positivista/neopositivista inicial, a sua investigação foi sendo progressivamente orientada pela teoria marxista, em consonância com a prática de uma cidadania socialmente empenhada contra a desigualdade social e todas as formas de inibição dos direitos e liberdades individuais. A ele devo a partilha do doce gosto da liberdade e também da inesgotável curiosidade que impulsiona a investigação em qualquer domínio do Saber.

MARISCADORES E PESCADORES MESOLÍTICOS

O marisqueio intensivo praticado sazonalmente por caçadores-recolectores do Epipaleolítico/Mesolítico antigo do Sul de Portugal remonta ao Dryas recente há cerca de 10700/10500 BP, ou seja, a cerca de 12000 cal BP (Quadro 1) (Soares e Tavares da Silva, 1993, 2004; Tavares da Silva e Soares, 1998, 2016) e prolonga-se, sem aparentes descontinuidades, atingindo o Calcolítico (C.1A do concheiro de Montes de Baixo, foz da Rib.ª de Seixe, datada sobre conchas de 4550±50BP, a que corresponde o intervalo de 2900-2507 cal BC a 2 sigma, após correcção do efeito de reservatório oceânico – Tavares da Silva e Soares, 1997). Esta forma de marisqueio, na sua versão mais simples, de componente económica de curto espectro (Quadro 2), associada a padrão de mobilidade logística (Soares 1995, 1996, 1997,

2020; Soares, Tavares da Silva e Canilho, 2005-2007; Tavares da Silva e Soares, 1998) parece, pois, ser transversal a diferentes formações sociais e a bem distintos modos de produção.

As jazidas de fundação mais antiga e expressivas dessa realidade arqueológica são, na Costa Sudoeste: Pedra do Patacho, foz do Mira; Fonte Santa, Aljezur; Castelejo e Barranco das Quebradas 1 e 3, no concelho de Vila do Bispo; Montes de Baixo, foz da Ribeira de Seixe e, na Estremadura, Magoito e S. Julião (Sousa e Soares, 2016). O sítio do Castelejo oferece por agora a mais ampla diacronia desta economia de marisqueio de carácter sazonal, espacialmente dissociada da prática económica de largo espectro, muito embora sua componente. Como hipótese de trabalho, é admissível que o aumento de vegetais na alimentação holocénica associado a maior diversidade de recursos de origem animal de baixas calorias e baixo rendimento, como os invertebrados marino-estuarinos, constituísse alternativa sazonal e/ou conjuntural à economia de caça, ou pelo menos seu complemento. A longa persistência da frequentação cíclica do Castelejo não desmente a hipótese anterior e afirma a sua inscrição no mapa mental das comunidades mesolíticas regionais, aconselhando a valorização do conceito de território mesmo no quadro de acentuada mobilidade (Soares e Tavares da Silva, no prelo). Em posição periférica relativamente aos grandes rios e estuários interiores, bebedouros naturais de caça grossa (Araújo e Almeida, 2013), o litoral parece mostrar-se fronteira mais atractiva a partir desta fase do processo histórico (Soares e Tavares da Silva, 2004). No entanto, importa ter presente a mal nutrida base empírica disponível e algum enviesamento resultante da maior atenção dispensada ao litoral pela investigação arqueológica.

A partir do Mesolítico final, na fase de máxima expansão interior dos estuários dos grandes rios, nomeadamente nos paleoestuários do Tejo e Sado, desenham-se territórios mesolíticos que irão persistir até ao Neolítico antigo evolucionado, primeira metade do 5.º milénio cal BC (Peyroteo-Stjerna, 2020; Soares, 2013a, 2016), suportados por economia de largo espectro, onde os recursos aquáticos detêm papel muito significativo na dieta das comunidades mesolíticas (Umbelino *et al.,* 2007), especialmente nas localizadas no sector mais a jusante do paleoestuário (Guiry, Hillier e Richards, 2015).

Na Costa Sudoeste, é por agora mais visível a coexistência de acampamentos temporários economicamente especializados no marisqueio como Castelejo, Montes de Baixo ou Armação Nova e acampamentos de base, supostamente ocupados ao longo de todo o ano, em atenção ao largo espectro de recursos aí consumidos, como foi observado em Samouqueira I, Vale Marim I (Sines), Fiais ou mesmo Vidigal. Estes últimos arqueossítios incluem, tal como nos estuários do Tejo e Sado, a função funerária. Nos mencionados acampamentos de base litorais, a fauna ictiológica detém significativa frequência (LeGall, Altuna, Straus, 1994; LeGall *et al.,* 1992; Marques-Gabriel, 2015; Soares, 1996; Soares e Tavares da Silva, 2018). No Vidigal, os peixes abrangem *c.* 15% da totalidade dos restos faunísticos (escavação da signatária e Carlos Tavares da Silva em publicação), mau grado o seu maior índice de desgaste e destruição comparativamente aos ossos de mamíferos. Tanto em Samouqueira I, C.3 (c. 63%) (Soares e Tavares da Silva, 2018) como no Vidigal (c. 88%) dominam os restos de peixes cartilagíneos (C. Chondrichthyes), especialmente de cação, designação vulgar que agrega várias espécies da família Triakidae (Quadro 3, Fig. 1). Em Vale Marim I, face à acidez do terreno, os únicos restos faunísticos conservados foram dentes de *Sparus aurata*, facto que destaca a importância da pesca, também documentada através da traceologia aplicada à indústria em sílex (Soares, Mazzucco e Tavares da Silva, 2017, 2021).

A prática da pesca exigia equipamentos mais complexos, maiores investimentos que o simples marisqueio, e formas de habitar mais estáveis, articulando-se com a caça desenvolvida no final do Outono e Inverno. A conservação do pescado e sua possível armazenagem, seco ou fumado, garantiam a possibilidade de um consumo diferido. É neste quadro de diversificação de recursos e intensificação económica (Testart, 1982), crescente sedentarização e consequente crescimento

	Sítio	Contexto	Ref. Lab.	Material	Data ^{14}C (BP)	Datas calibradas (cal BC) (1σ)	(2σ)	
EPIPALEOLÍTICO/ MESOLÍTICO ANTIGO	Pedra do Patacho	Concheiro C. 2B	ICEN - 748	Conchas marinhas *Littorina littorea*	10760±80	10389-10091	10591-9959	
		Concheiro	ICEN - 207	Conchas marinhas	10740±60	10320-10078	10561-9975	
		Concheiro	ICEN - 267	Conchas marinhas	10450±60	9738-9430	9909-9333	
		Concheiro	ICEN - 266	Conchas marinhas	10380±100	9682-9294	9909-9241	
	Medo da Fonte Santa	Concheiro C. 2B	Beta-191458	Conchas marinhas *Littorina littorea*	10510±70	9944-9469	10008-9381	
		Limite Sudeste do concheiro C. 2B	Beta-433478	Conchas marinhas *Patella* sp.	10490±30	9788-9464	9910-9439	
	Castelejo	Q. H11, C. 11 1985	Beta - 165943	Carvão *Olea* sp.	8720±40	7786-7614	7938-7602	
		Q. N13, C. 5 1987	ICEN - 211	Carvão	7970±60	7036-6781	7051-6691	
MESOLÍTICO MÉDIO E FINAL	Castelejo	Q. N13, C. 4 B 1987	ICEN - 213	Carvão	7900±40	6821-6660	7027-6646	
		Q. N13, C. 4 B 1987	ICEN - 215	Carvão	7880±40	6798-6649	7024-6636	
		C. 4; 1987	ICEN - 218	Conchas marinhas *Mytilus* sp.	8200±60	6697-6522	6815-6456	
		Q. N15, C. 4 1987	ICEN - 222	Conchas marinhas *Patella* sp.	8190±45	6666-6536	6746-6471	
		Q. N14, C. 4 1987	ICEN - 220	Conchas marinhas *Patella* sp.	8160±45	6626-6507	6684-6450	
		Q. N15, C. 4 1987	ICEN - 216	Conchas marinhas *Thais haemastoma*	8140±70	6624-6466	6743-6407	
		Q. N14, C. 4 1987	ICEN - 214	Conchas marinhas *Thais haemastoma*	8140±110	6682-6426	6916-6346	
		Q. N14, C. 2; 1987	ICEN - 745	Conchas marinhas *Patella* sp.	7910±60	6396-6261	6446-6206	
		C. 2B; 1985	Beta - 2908	Carvão	7450±90	6407-6239	6461-6099	
		Q. G12 (metade ocidental), C. 2A 1985	Beta - 499904	Carvão (*Olea*?)	7300±30	6217-6105	6226-6079	8.2 KyBP
		Q. I 11, C. 1C 1985	Beta - 499903	Carvão (*Olea sylvestris*)	7170±30	6056-6015	6076-5992	
		Q. N14, C.1B1 1987	ICEN - 743	Conchas marinhas *Patella* sp.	7530±60	6008-5882	6071-5801	
		Q. J12, C.1B 1985	Beta - 496360	Carvão (*Pistacia lentiscus; Olea europaea*)	7020±30	5980-5881	5986-5843	
NEOLÍTICO ANTIGO	Castelejo	Q.J12, C.1A, 1985	Beta - 598981	Carvão *Pistacia lentiscus* (?)	6450±30	5447-5467	5479-5361	
		Q. K12, C. SB Lareira 7 1985	Beta - 168461	Conchas marinhas *Stramonita haemastoma, Mytilus* sp., *Patella* sp., *Phorcus lineatus*	6830±60	5380-5243	5451-5201	

QUADRO 1. Datações radiocarbónicas de concheiros da Costa Sudoeste portuguesa que remontam ao Epipaleolítico/ Mesolítico antigo: Pedra do Patacho, Medo da Fonte Santa e Castelejo. Seg. Tavares da Silva e Soares, 2016 e Soares e Tavares da Silva, no prelo.

IINVERTEBRADOS MARINO-ESTUARINOS	DRYAS RECENTE	HOLOCÉNICO ANTIGO			HOLOCÉNICO MÉDIO A												HOLOCÉNICO MÉDIO B	
	Pedra do Patacho	Medo da Fonte Santa	B. das Quebradas 3	B. das Quebradas 1	Armação Nova	Montes de Baixo	Castelejo II						Medo Tojeiro	Rocha das Gaivotas		Castelejo III	Vale Santo I	Montes de Baixo 3
		C. 2B		Nível inf.	C. 4b	C. 4B	C. 9	C. 8	C. 7	C. 6	C. 4	C. 2		Sector I	Sector II	C. 1A		C. 1A
	ICEN- 748 10760±80 BP*	Beta-191458 10510±70 BP*	Wk-8950 8640±70 BP*	Wk-8951 8400±60 BP*	ICEN-1228 8120±60 BP*	ICEN-720 7910±60 BP*	ICEN-213 e Beta-499904 7900±40 BP e 7300±30 BP						BM-2275R 6820±140 BP*	Wk-17029 6801±39 BP*		Beta-598981 6450±30 BP	Wk-12139 6245±60 BP*	ICEN-716 4170±60 BP*
CRUSTACEA																		
Pollicipes pollicipes			+	+	FF						RR	F	R	FF	F	F	FF	R
Decapoda						RR		RR										
MOLLUSCA																		
Patella sp.	F	FF	FF	F	FF	R	F	F	FF	FF	FF	FF	F	FF	F	FF	F	F
Phorcus lineatus			FF	FF		F	R	R	RR	RR		RR	RR	RR	RR	R	R	F
Littorina littorea	FF	F																
Nucella lapilus		FF												RR	RR			
Stramonita haemastoma			F	F	F	RR	F	F	F	F	F	R	R	RR	RR	F	F	R
Mytillus sp.	F	F	FF	FF	F	FF	FF	FF	FF	FF	FF	F	FF	F	F		FF	FF
Ostreidae	F					FF												F
Cerastoderma edule	RR					RR					RR	RR		RR				RR
Ruditapes decussatus	RR					R												F
Scrobicularia plana	F					FF												F
Solenidae																		RR
ECHINODERMATA																		
Paracentrotus lividus						RR							RR					RR

* Data obtida a partir de conchas marinhas. Simbologia: + = Presença não quantificada ; RR = <1% ; R = >1%<3% ; F = >3% <23%; FF = >23%.

QUADRO 2. Contextos arqueológicos da Costa Sudoeste datados dos alvores do Holocénico até à primeira metade do 3.º milénio cal BC, com economia de curto espectro, cuja fauna é exclusivamente constituída por invertebrados marino-estuarinos. Informação faunística recolhida em Carvalho, Valente e Dean, 2010; Soares e Tavares da Silva, 2004; Soares, Tavares da Silva e Canilho, 2005/07; Stiner, 2003; Tavares da Silva e Soares 1997, 2016. Faseamento climático adaptado de Queiroz, 1999.

demográfico que radicamos a integração das externalidades neolíticas quer tecnológicas, quer económicas (Soares, 1997). As primeiras, sobretudo a cerâmica, foram adoptadas em economias recolectoras como nos paleoestuários do Tejo e Sado[2]. A assimilação da cerâmica em contexto mesolítico é um fenómeno de convergência, comum a diferentes geografias onde comunidades mesolíticas desenvolveram a armazenagem e incrementaram a semi-sedentarização (Aikens, 1981; Andersen e Johansen, 1986; Grier, Kim e Uchiyama, 2006).

Análises de resíduos orgânicos em pastas de recipientes cerâmicos têm destacado a importância da tecnologia cerâmica ao serviço da culinária e do armazenamento quer em contextos pré-agrícolas, nomeadamente na cultura de Ertebølle (Heron *et al*., 2007), quer em contextos neolíticos onde a componente agropecuária é minoritária face à actividade piscatória, os chamados «*early Neolithic hunter-gatherers*», do longínquo sítio de Rakushechny Yar na Europa de Leste (Rússia), Baixo Don (Bondetti *et al*., 2021).

2 A coexistência durante o Neolítico antigo de formas de vida assentes na recolecção e na agro-pastorícia, que temos vindo a propor para o sul de Portugal, foi igualmente observada em outras regiões, nomeadamente na Europa central (Bollongino *et al*., 2013).

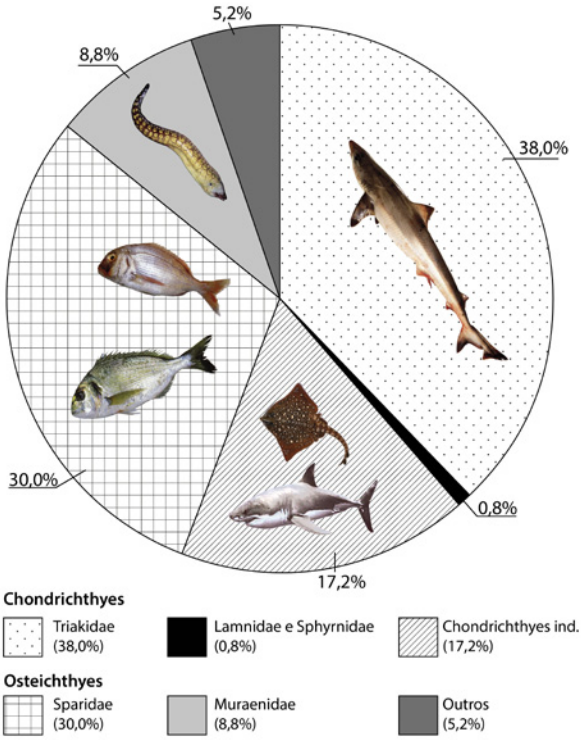


FIG. 1. Fauna ictiológica do sítio do Mesolítico final de Samouqueira I (Sines), C.3.

TAXA	Camada 3	
	N	%
Chondrichthyes	**140**	**56,0**
Família Lamnidae	**2**	**0,8**
Tubarão-anequim(*Isurus oxyrinchus)*	1	0,4
Tubarão-anequim *(Isurus oxyrinchus)*/ Tubarão-sardo (*Lamna nasus)*	1	0,4
Triakidae	**95**	**38,0**
Cação (*Galeorhinus galeus*)	62	24,8
Cação-liso *(Mustelus mustelus)*	1	0,4
Triakidae indeterminados	32	12,8
Sphyrnidae	**0**	**0,0**
Tubarão Martelo (*Sphyrna zygaena*)	0	0,0
Outros Chondrichthyes	**43**	**17,2**
Osteichthyes	**110**	**44,0**
Muraenidae	**22**	**8,8**
Moreia (*Muraena helena*)	22	8,8
Serranidae	**3**	**1,2**
Mero (*Epinephelus sp.*)	1	0,4
Serranidae indeterminados	2	0,8
Moronidae	**1**	**0,4**
Robalo (*Dicentrarchus labrax*)	1	0,4
Sciaenidae	**2**	**0,8**
Corvina (*Argyrosomus regius*)	2	0,8
Sparidae	**75**	**30,0**
Capatão (*Dentex sp.*)	7	2,8
Sargo (*Diplodus sp.*)	7	2,8
Pargo (*Pagrus* spp.)	18	7,2
Salema (*Sarpa salpa*)	1	0,4
Dourada (*Sparus aurata*)	23	9,2
Choupa (*Spondilosoma cantharus*)	0	0,0
Sparidae indeterminados	19	7,6
Scombridae	**4**	**1,6**
Cavala (*Scomber scombrus*)	4	1,6
Mugilidae	**1**	**0,4**
Tainha (*Chelon labrosus*)	1	0,4
Pleuronectidae	**1**	**0,4**
Solha *(Platichthys flesus)*	1	0,4
Soleidae	**1**	**0,4**
Linguado (*Solea sp.*)	1	0,4
Total	**250**	**100,0**

QUADRO 3. Fauna piscícola do sítio do Mesolítico final da Samouqueira I (Sines), C.3. Classificação de Marques-Gabriel, 2015.

AGRICULTURA E RECURSOS MARINHOS: INTEGRAÇÃO E/OU RUPTURA?

AS ECONOMIAS MISTAS DO NEOLÍTICO ANTIGO

Muitos dos povoados neolíticos não conservam restos orgânicos, tornando-se difícil uma abordagem de carácter económico. A traceologia aplicada à indústria lítica pode ser, nestas ocorrências, um precioso auxiliar. No povoado de Vale Pincel I, Sines, datado a partir do segundo quartel/meados do 6.º milénio cal BC (Tavares da Silva e Soares, 2015), ficou patente através dessa metodologia (Clemente *et al*., 2020; Mazzucco *et al.,* 2018; Soares, Mazzucco e Clemente-Conte, 2016) a existência de uma economia mista, com integração da agricultura no sistema de subsistência recolector preexistente. A agricultura, caça e pesca possuem, respectivamente, 24%, 13,2% e 6,2% das zonas de uso identificadas na utensilagem lascada de sílex.

No povoado do Neolítico antigo de Padrão (Vila do Bispo), mau grado a pequenez da amostra de fauna disponível, foi igualmente possível documentar a integração da produção de alimentos em economia mista, onde a caça e recolecção continuaram a ser praticadas: gado ovino e/ou caprino (*Ovis aries* e/ou *Capra hircus*), o mais frequente, seguido pelo veado (*Cervus elaphus*), boi doméstico (?)(*Bos taurus*) e variado conjunto de conchas de moluscos marino-estuarinos: *Patella* sp., *Murex trunculus*, *Cerastoderma edule*, *Ruditapes decussatus, Mytilus* sp., *Ostrea edulis* / *Crassostrea gigas* e crustáceos (*Cancer pagurus*) (Carvalho, 2008).

No que concerne à componente vegetal da dieta desta fase de charneira, a informação é ainda mais escassa, embora alguns estudos de conjunto para outras regiões europeias (Dietsch-Sellami, 2007) e mesmo para a Península Ibérica (López-Doriga, 2015) venham mostrando a relevância das espécies silvestres (não só na alimentação) e a sua articulação com os cereais do «pacote» neolítico.

No Neolítico antigo, a par da economia de largo espectro bem representada, quer indirectamente em Vale Pincel I, ou directamente no Padrão, o marisqueio especializado continuou a ser praticado na Costa Sudoeste em acampamentos de curta duração, como por exemplo em Medo Tojeiro, Almograve (Tavares da Silva, Soares, Penalva, 1985) e na Rocha das Gaivotas (Vila do Bispo) (Carvalho, Valente e Dean, 2010). O marisqueio sazonal especializado teve na Costa Sudoeste uma extraordinária longevidade, como observado no Calcolítico de Montes de Baixo (C. 1A) e no acampamento da Idade do Bronze da Praia da Oliveirinha, dedicado sobretudo à recolha de *Patella* spp. (c. 95%). Este foi datado por amostra de conchas da referida espécie (ICEN-727 = 3460±50 BP, a que corresponde o intervalo de 1510- 1224 cal BC, 2 sigma, após correcção do efeito de reservatório oceânico (Tavares da Silva e Soares, 1997, p. 101). Na Praia da Galé, concelho de Odemira, foi identificado um concheiro islâmico, que comprova claramente a longa persistência do marisqueio especializado na região.

Na Península de Lisboa, a extensa diacronia desta prática de marisqueio foi observada no concheiro de Magoito (Sintra) e nos núcleos A-D de S. Julião (Mafra): remonta ao último quartel do 10º-primeira metade do 9.º milénios cal BC em Magoito e atinge o 3.º quartel do 3.º milénio cal BC no núcleo D de S. Julião (Soares, 2003; Sousa e Soares, 2016; Sousa, Miranda e Soares, 2016). Mais recentemente, o concheiro neolítico do Lisandro (Mafra) datado, quer cultural (cerâmica decorada) quer radiocarbonicamente, do 3.º quartel do 5.º milénio cal BC (Sousa *et al*., no prelo), veio reforçar a imagem de continuidade do marisqueio especializado (invertebrados marino-estuarinos) na Pré-história da Estremadura portuguesa.

ENCLAVES DE ECONOMIA AGRO-MARÍTIMA: DO NEOLÍTICO ANTIGO EVOLUCIONADO AO PLENO NEOLÍTICO MÉDIO

Na fachada atlântica ibérica, evidências de economia de pesca e recoleção, com contribuições secundárias da componente agro-pastoril têm sustentado o conceito de economia agro-marítima

e respectivo modo de produção, que temos vindo a defender (Soares e Tavares da Silva, 2013). Esses grupos de neolíticos-recolectores parecem enraizar-se no Mesolítico final, como foi observado na baía gaditana, particularmente em Retamar ou na área estuarina da Comporta.

Em Retamar, cuja data mais antiga remonta aos inícios do 6.º milénio cal BC (Sac-1525, 7280±60 BP, 5937-5913 cal BC) e a mais recente, ao Neolítico antigo evolucionado, de finais do 6º/inícios do 5.º milénios cal BC (Beta 90122, 6780±80 BP, 5225-4810 cal BC), a pesca foi intensamente praticada, dirigida sobretudo à dourada (*Sparus aurata*), embora com grande diversidade de espécies capturadas em menores quantidades (*Galeorhynus galeus*, *Thunnus thynnus*, *Argyrosomus regius*, *Dentex* sp., *Diplodus* sp., *Lithognathus mormyrus*), tal como a recolecção de invertebrados marinhos, com predomínio de *Solen marginatus* e *Ruditapes decussatus*, cabendo um papel residual à fauna doméstica (Cantillo *et al*., 2010; Ramos Muñoz, 2013; Soriguer, Zabala e Hernando, 2002).

No golfo de Cádiz, outros arqueossítios com ocupações do Neolítico médio, datadas do final do 5.º e 4.º milénios cal BC (Campo de Hockey, El Estanquillo, La Esparragosa, e SET Parralejos) revelaram conjuntos faunísticos ricos em recursos marinhos (Clemente-Conte *et al*., 2020; Ramos *et al*., 2013), configurando um provável e extenso enclave de economia agro-marítima.

O território neolítico da Comporta, muito provavelmente sucedâneo do do Mesolítico do paleo-estuário, encontra-se por agora datado por radiocarbono no intervalo de 3900 a 2680 cal BC, a 2 sigma (Soares e Tavares da Silva, 2013; Tavares da Silva *et al.,* 1986). A C. 4 (Fase I) do sítio da Barrosinha, do Neolítico médio, ilustra bem o peso económico da pesca da dourada, realizada da Primavera ao Outono (49,2% de peixes na totalidade de restos da fauna vertebrada) (Quadro 4). Espécies da família Sparidae e em particular a *Sparus aurata* teriam sido objecto de processamento no povoado não só para consumo imediato, mas também diferido (Marques-Gabriel, 2015). Seguem-se os restos de mamíferos, maioritariamente indeterminados (Lentacker, 1991); os *taxa* domésticos (0,7%) estão representados por ovicaprinos e cão. As aves encontram-se relativamente bem representadas. Porém, os níveis de concheiro da Barrosinha são constituídos maioritariamente por volumosas massas de invertebrados marino-estuarinos (Quadro 5), com domínio da espécie *Ruditapes decussatus* (96,87%), seguida a distância pelo *Mytilus* sp. (2,91%); com frequências relativas inferiores a 1%, ou seja residuais, surgem os *taxa*: *Cerastoderma edule*, *Solen marginatus*, *Stramonita haemastoma*, *Rissoa* sp.; *Cerithium vulgatum* e *Phorcus* sp. (Tavares da Silva *et al.,* 1986).

Fauna de vertebrados	
Taxa	**Fase I C. 4**
Peixes	**65**
Dentex dentex	2
Sparus aurata	16
Sparus pagrus	1
Sparidae	27
Não identificados	19
Aves	**8**
Sula bassana	4
Não Identificados	4
Mamíferos selvagens	**11**
Oryctolagus cuniculus	8
Vulpes vulpes	3
Mamíferos domésticos	**5**
Canis lupus f. familiaris	2
Ovis ammon f. aries/Capra aegagrus f. hircus	3
Mamíferos não identificados	**43**
Total	**132**

QUADRO 4. Barrosinha (Comporta). Fase I (C. 4). Fauna de vertebrados (número de restos). Adaptado de Lentacker, 1991, in Soares e Tavares da Silva, 2013.

Na margem esquerda do estuário do Tejo, o povoado do Neolítico antigo evolucionado do Gaio (Moita) (Soares, Tavares da Silva e Gonzalez, 2004), datado do final do 6º/1.º quartel do 5.º milénio cal BC (Beta-440788; 6480±30BP; 5050-4775 cal BC , 2 σ) (Soares, 2020), com cerâmica impressa, incisa e plástica, lamelas com lustre de cereal e rara pedra polida, mostrou também testemunhos de economia agro-marítima em raro *locus* de lixeira doméstica com fauna preservada. A localização do sítio, directamente sobre a margem direita do esteiro da Moita, é aliás compatível com o seu sistema de subsistência. Surgiram, na referida lixeira, abundantes restos faunísticos dos quais datámos amostra de conchas de *Ruditapes decussatus.* Dominam

Invertebrados marinhos		
Taxa	**Fase I C. 4 (Q.H5)***	
	grs.	**%**
Mytilus sp. (mexilhão)	267,5	2,91
Cerastoderma edule (berbigão)	5,4	0,06
Ruditapes decussatus (amêijoa)	8916,2	96,87
Solen marginatus (navalha)	2,7	0,03
Stramonita haemastoma (púrpura)	9	0,10
Rissoa sp. (búzio)	0,4	0,004
Outros gasterópodes	3,3	0,04 (1)
Total	**9204,5**	**100,00**

* Amostra de 20 litros
(1) *Cerithium vulgatum* e *Phorcus* sp.

QUADRO 5. Barrosinha (Comporta). Fase I (C. 4). Invertebrados marinhos. Adaptado de Tavares da Silva, *et. al.*, 1986. In Soares e Tavares da Silva, 2013.

largamente os ostreídeos, próprios de fundos vasosos (*Ostrea edulis* e *Ostrea stentina*) e estão ainda presentes *Cerastodema edule*, *Scobicularia plana*, *Murex brandaris*, *Ensis siliqua*, *Solen marginatus*, vértebras de peixe e raros ossos de lagomorfos.

Da transição do Neolítico antigo evolucionado para o Neolítico médio (entre 4715 e 4340 cal BC, 2 σ – Figs. 2 e 3), o sítio da Ramalha[3], localizado no mesmo ambiente estuarino, sobre a margem esquerda do esteiro da Margueira, em Almada, possuía verdadeiros níveis de concheiro (Cs. 3 e 5) (Fig. 4) reveladores de economia de largo espectro, onde os bivalves marino-estuarinos detêm c.78% dos restos faunísticos (Quadro 6). A cerâmica decorada apresenta padrões decorativos impressos e incisos, sobretudo na parte superior dos recipientes, claramente em fim de ciclo (Figs. 5 e 6); regista-se a presença do tão característico sulco perimetral abaixo do bordo, considerado um bom fóssil-director do Neolítico médio inicial, muito embora surja, ainda que timidamente, no Neolítico antigo.

A norte de Lisboa, na actual planície aluvial da várzea da Nazaré, antiga área lagunar da Pederneira, sobre areias dunares, no troço de contacto entre o ambiente estuarino interior e o Atlântico, foi identificado o concheiro Meu Jardim (Goufa, Valera, Carvalho, 2017; Valera e Santos, 2010). O seu enquadramento biogeográfico oferece muitas similitudes com o dos sítios neolíticos do enclave estuarino da Comporta, tal como o seu registo faunístico, sendo por agora o contexto neolítico de economia agro-marítima mais setentrional assinalado na nossa costa. A fase III deste arqueossítio foi datada por radiocarbono (Valera, em preparação) da transição para o 4.º milénio cal BC (5599±31 BP, 4026 a 3821 cal BC, 2 σ, ΔR=95±15 anos). Culturalmente afim do sítio da Ramalha no Tejo e do Pontal no Sado-Comporta, ainda com cerâmica impressa, incisa e plástica na tradição da olaria do Neolítico antigo evolucionado, revelou uma economia agro-marítima, onde a pesca da dourada e espécies afins (família Sparidae) se encontra bem representada, tal como a recolecção de invertebrados marinhos, enquanto a fauna doméstica se mostrou pouco frequente, aparentemente um recurso complementar (gado bovino, suíno e ovicaprino).

Se durante o Neolítico antigo parece dominar um tipo de economia mista onde a integração de recursos agropecuários e silvestres garante, segundo modalidades variáveis, a subsistência dos grupos, no Neolítico médio, a afirmação da coexistência de dois modos de produção distintos localizados em diferentes espaços geográficos adquire agora maior evidência: o modo de produção doméstico, essencialmente agro-pastoril, no interior, e o agro-marítimo, assente sobretudo na pesca e recolecção, nos enclaves estuarinos ou lagunares do Sudoeste peninsular. Neste último, a função funerária continua inclusa no espaço doméstico, com sepulturas individuais em fossa e enterramentos em posição flectida, como no Campo de Hockey, Castelo Belinho e em Malhada Alta (Comporta) (Quadro 7, Fig. 7). No modo de produção agro-pastoril emerge um novo ritual funerário, dissociado do espaço habitacional e na sua primeira fase de carácter protomegalítico (Soares e Tavares da Silva, 2000; Tavares da Silva, 1997).

3 Intervenção arqueológica de salvamento realizada pelo MAEDS de colaboração com o Centro de Arqueologia de Almada, em Agosto de 1977.

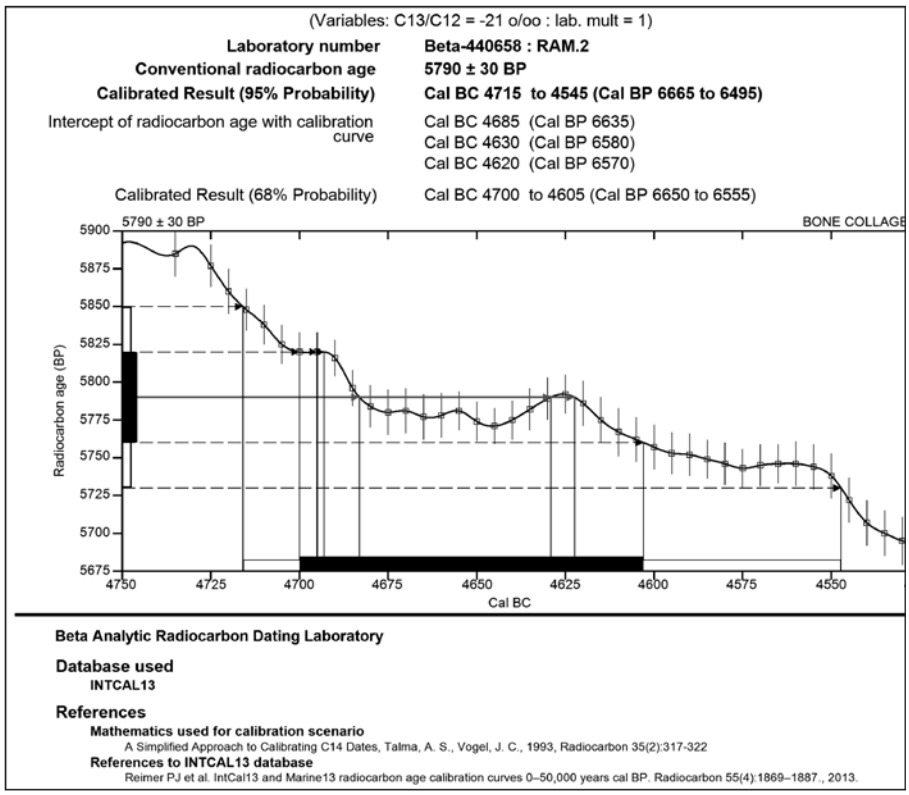


FIG. 2. Ramalha (Almada). Datação radiocarbónica e calibração da amostra Beta-440658 obtida a partir de osso de *Bos taurus* (Q.T9, C. 5).

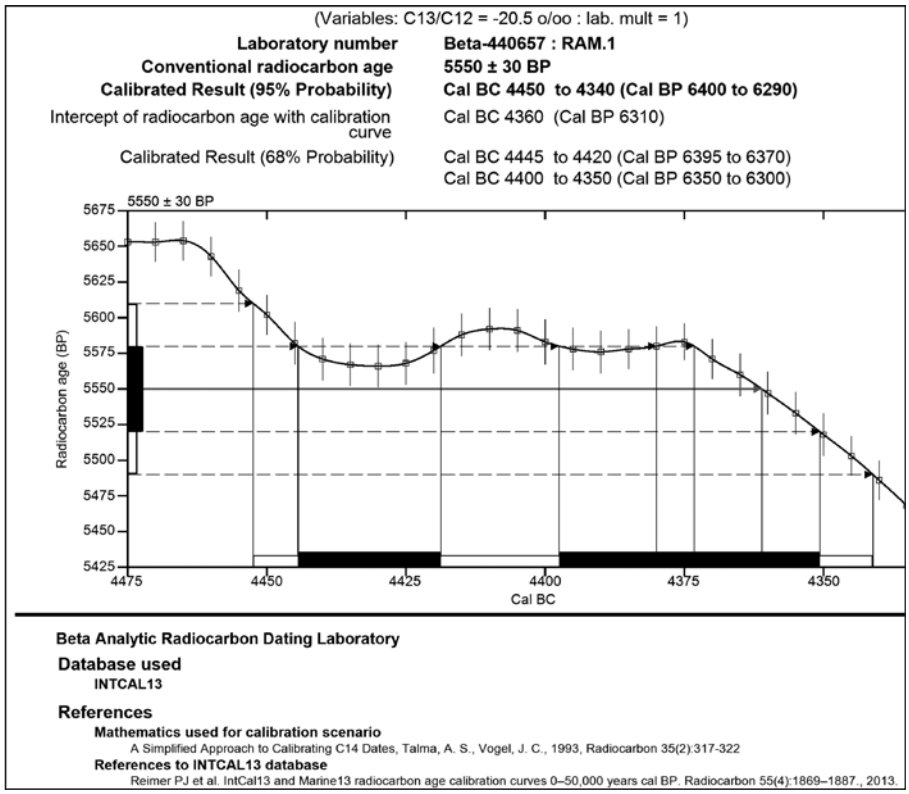
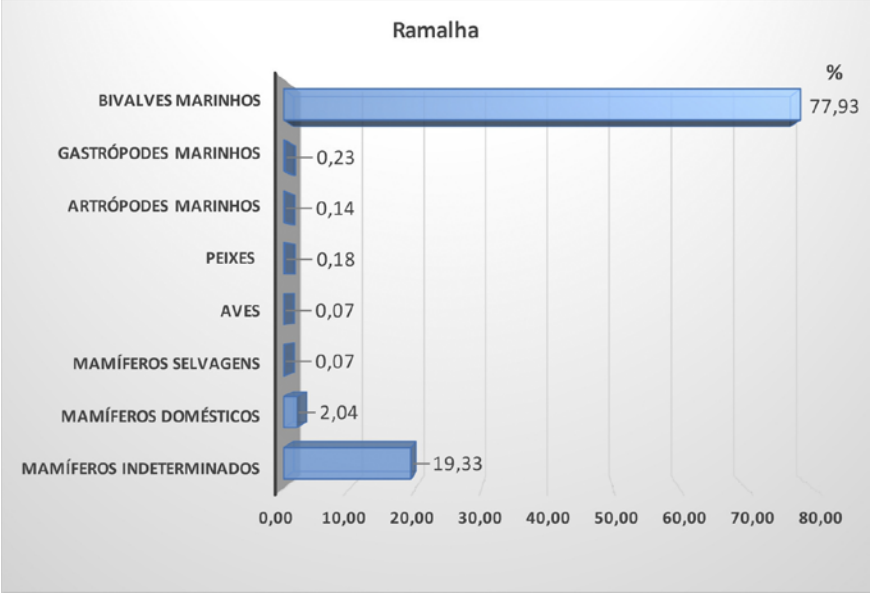


FIG. 3. Ramalha (Almada). Datação radiocarbónica e calibração da amostra Beta-440657 obtida a partir de dente de *Bos taurus* (Q.R6, C.3).

FAUNA DA RAMALHA	CAMADAS						Total	
Nº de restos	1	2	3	4	5	6	N	%
Bivalves marinhos							**4386**	**77,93**
Mytilus edulis	2	2	371	56	161	35	627	11,14
Pecten maximus	-	-	4	-		-	4	0,07
Ostrea edule	2	5	480	215	36	37	775	13,77
Ostrea angulata	1	-	1	1	1	-	4	0,07
Ostrea sp.	16	78	1410	113	15	18	1650	29,32
Cardium edule	2	2	32	1		1	38	0,68
Venus verrucosa	-	-	3	-		-	3	0,05
Venerupis decussata	4	74	1051	69	23	8	1229	21,84
Solen sp.	-	2	47	5	2	-	56	1,00
Gastrópodes marinhos							**13**	**0,23**
Patella intermédia	2	-	-	-		-	2	0,04
Haliotis sp.	-	-	1	-		-	1	0,02
Gibulla sp.	-	-	1	-		-	1	0,02
Bittium sp.	-	-	8	-	1	-	9	0,16
Artrópodes marinhos							**8**	**0,14**
Anatife sp.	-	-	-	-	1	-	1	0,02
Balanus sp.	-	-	-	-	7	-	7	0,12
Peixes							**10**	**0,18**
Dente de tubarão	-	1	1	-	1	-	3	0,05
Sparus aurata	-	6	-	-		-	6	0,11
Sparidae	-	1	-	-		-	1	0,02
Aves							**4**	**0,07**
Tadorna tadorna	-	-	-	-	1	-	1	0,02
Galliformes	2	-	-	-		-	2	0,04
Indeterminados	-	-	-	-	1	-	1	0,02
Mamíferos selvagens							**4**	**0,07**
Oryctolagus cuniculus	-	-	2	1	1	-	4	0,07
Mamíferos domésticos							**115**	**2,04**
Canis familiaris	-	-	2	-	-	-	2	0,04
Sus scrofa / Sus domesticus	4	10	3	7	1	-	25	0,44
Bos taurus	2	6	24	18	6	-	56	1,00
Ovis aries / Capra hircus	3	7	9	10	3	-	32	0,57
Mamíferos indeterminados	24	523	317	119	77	28	**1088**	**19,33**
Total	**64**	**717**	**3767**	**615**	**338**	**127**	**5628**	**100**
	1,1	12,7	66,9	10,9	6,0	2,3	100	



QUADRO 6. Ramalha (Almada). Inventário faunístico. Classificação de Achiles Gautier, 1984.

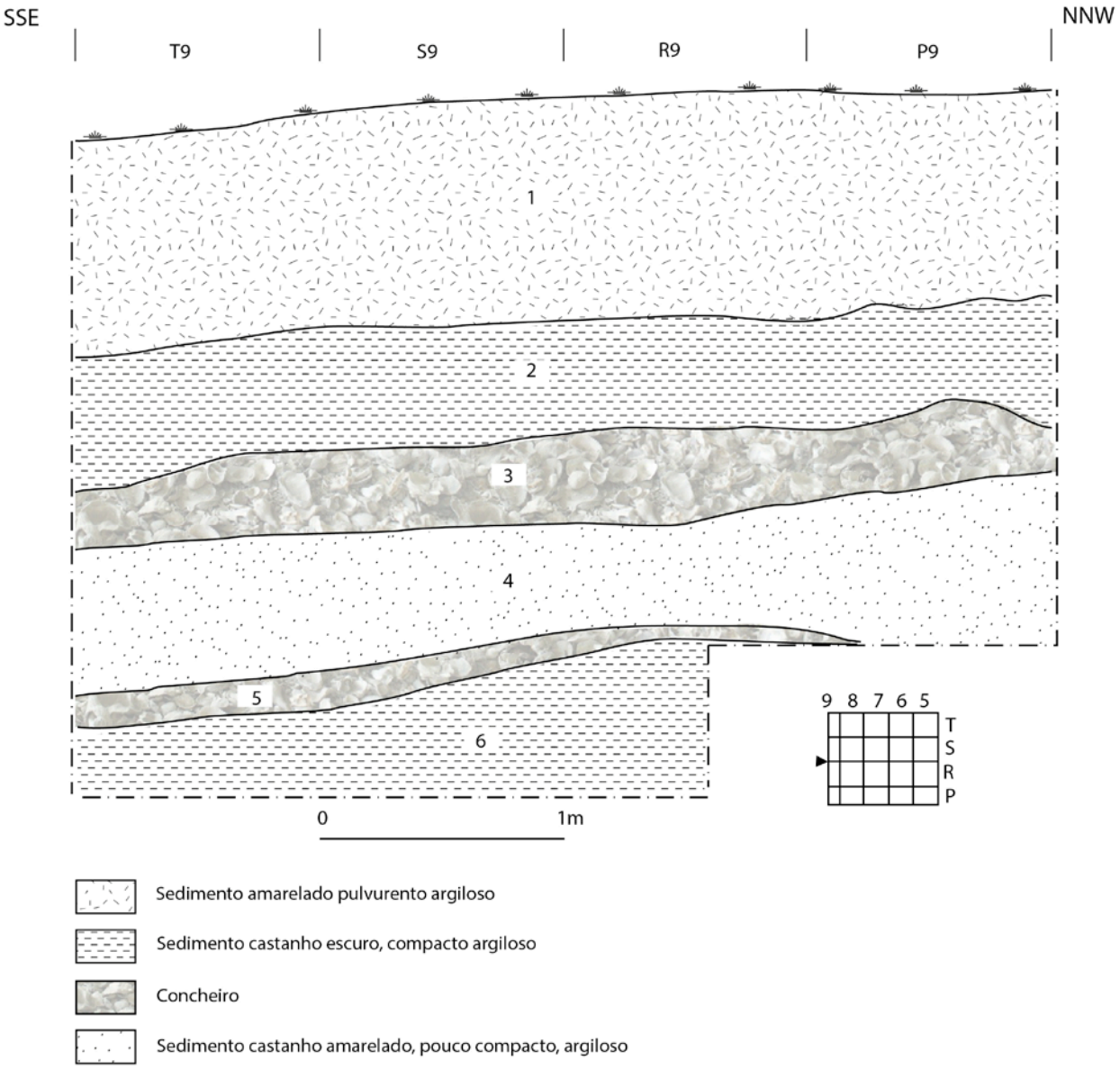


FIG. 4. Perfil estratigráfico de lixeira doméstica do povoado neolítico da Ramalha (Almada). De acordo com as datas radiocarbónicas obtidas, a formação deste depósito deverá ter sido rápida, mas revelando diferentes intensidades de uso. Os níveis de concheiro documentam economia de largo espectro.

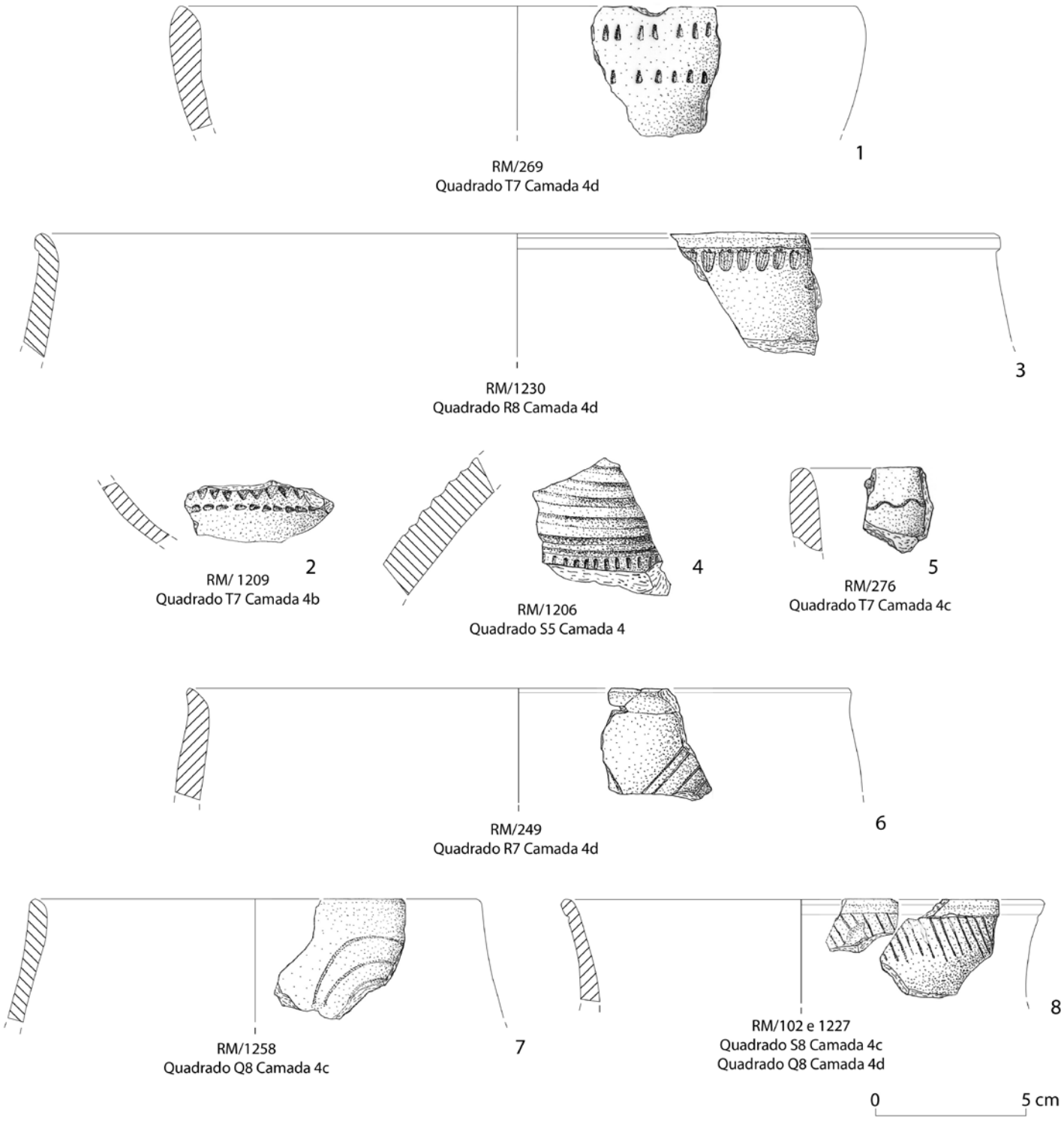


FIG. 5. Ramalha (Almada). C.4. Cerâmica decorada por impressões (1-3), por impressões e caneluras (4) e por incisões (5-8). Desenhos de Teresa Rita Pereira.

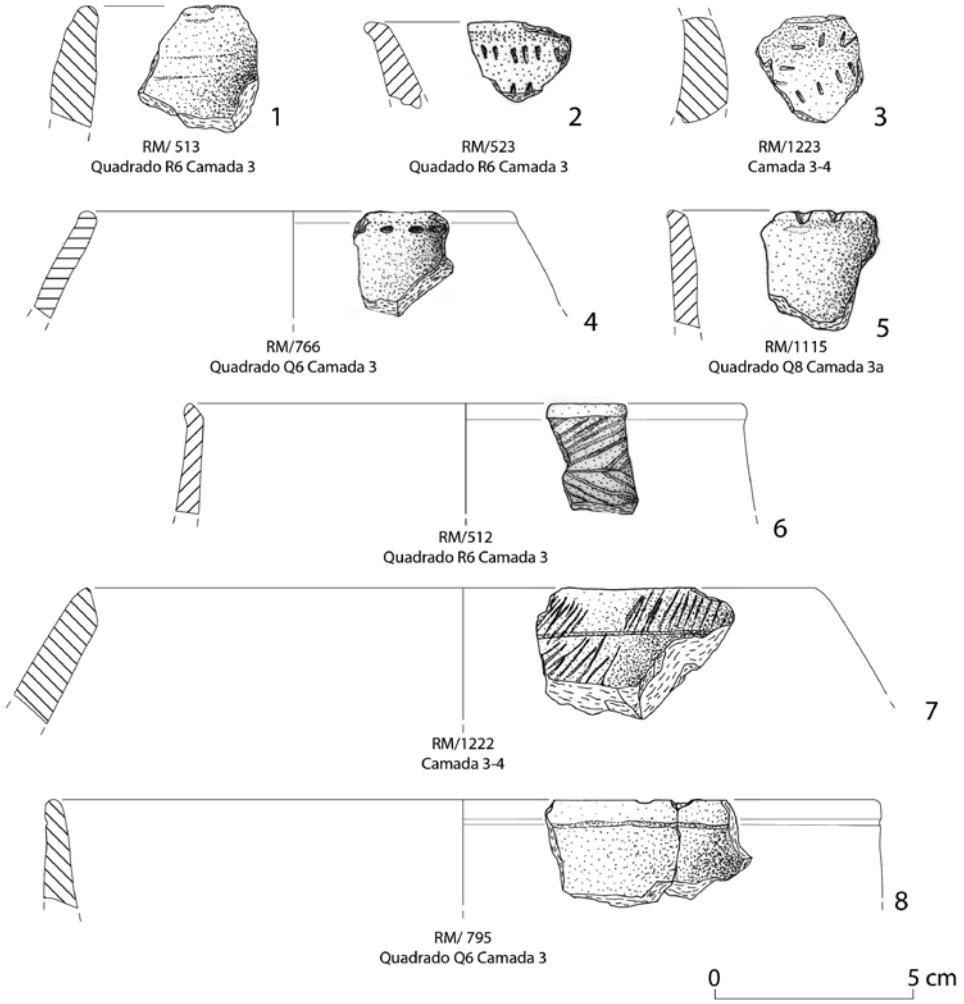


FIG. 6. Ramalha (Almada). Cs. 3 e 3-4. Cerâmica lisa (1) e decorada por impressões (2-5), incisões (6 e 7) e sulco abaixo do bordo (8). Desenhos de Teresa Rita Pereira.

Embora mais invisível arqueologicamente, essa realidade social periférica à agro-pastorícia, localizada em meios estuarinos/lagunares, cujo quotidiano se pautaria mais pelo ritmo diário das marés do que pelo ciclo solar orientador do *continuum* agrícola, tem vindo a ser paulatinamente revelada. Agricultura e pesca comportam ambas a capacidade de armazenagem e consequentemente de consumo diferido, mas os modos de vida associados não são exactamente compatíveis. Atenda-se, com as devidas reservas impostas pelo anacronismo, à subactual comunidade varina, que nos curtos interregnos da pesca apenas lhe sobrava tempo para cuidar das gafanhas, pequenas hortas abertas nas areias dunares, fertilizadas com algas da ria, e de alguma(s) cabeça(s) de gado (cf. Sampaio, 1979; Veiga de Oliveira, Galhano e Pereira, 1990).

PALEODIETAS. INFORMAÇÃO ISOTÓPICA DE $\delta^{13}C$ E $\delta^{15}N$

Durante o Neolítico antigo e antigo evolucionado, a partir do segundo quartel do 6.º milénio cal BC e até meados do seguinte, a agro-pastorícia generaliza-se na Península ibérica e tendencialmente os alimentos aquáticos, nomeadamente marino-estuarinos, perdem importância na dieta das populações de acordo com os valores dos isótopos estáveis de carbono ($\delta^{13}C$) e azoto ($\delta^{15}N$)

Sociedades do Neolítico Médio do Sul de Portugal	
Modo de produção doméstico agro-pastoril	**Modo de produção agro-marítimo piscatório e recolector**
Economia agro-pastoril	Economia agro-marítima
Meios de produção comunitários	Meios de produção comunitários
Relações de produção com exploração intragrupal de acordo com o grau de hierarquização dos segmentos do grupo	Relações de produção sem exploração à escala intragrupal. Acentuada mobilidade
Superstrutura ideológica megalítica: culto dos antepassados	Superstrutura ideológica não megalítica. Sepulturas em fossa
Sociedade tribal em processo de crescente complexidade, com poder político disperso por diversos *loci*, associado a rituais funerário-religiosos	Sociedade não hierarquizada. Com poder político mal expresso, tendencialmente acéfala

QUADRO 7. A partir do Neolítico médio inicial (c. 4700/4500-4000 cal BC) e durante o pleno Neolítico médio (c. 4000 – 3300/3200 cal BC) assiste-se à afirmação e diferenciação territorial de dois modos de produção distintos, um agro-pastoril, em que o pastoreio pode estar mais ou menos desenvolvido, e outro agro-marítimo, de forte componente recolectora e piscatória, localizado em enclaves estuarinos e lagunares. Adaptado de Soares e Tavares da Silva, 2013.

(Carvalho e Petchey, 2013; Cubas *et al.,* 2018; Dupont, Schulting e Tresset, 2007; Guiry *et al.,* 2016; Richards, Schulting e Hedges, 2003). O número crescente de análises dos isótopos estáveis $\delta^{13}C$ e $\delta^{15}N$ tem vindo a permitir uma discussão cada vez mais aprofundada, mas também controversa, sobre a chamada *Neolithic food transition*, havendo, no entanto, algum consenso no genérico reconhecimento dessa mudança.

Em uma análise de tempo longo para as regiões atlântica e mediterrânea da Península ibérica, Miriam Cubas e colaboradores concluem que em ambas as regiões «significant decrease in variability happened with the Neolithisation, culminating with the establishment of farming economies and reliance on terrestrial resources in the Late Neolithic» (Cubas *et al.,* 2018, p. 3825). Outros autores (Salazar-García *et al.,* 2018) não encontram na fachada mediterrânea o contraste que admitem para a região atlântica, na transição Meso-Neolítico (Richards, Schulting e Hedges, 2003). Em estudo isotópico para a fachada atlântica portuguesa, Eric J. Guiry e colaboradores sustentam a ideia de mudança de dieta na transição para o Neolítico. Focando a análise no consumo de alimentos marinhos e aquáticos, chegam a resultados que fornecem «firm evidence for a pervasive and fundamental dietary shift from varied, partly marine-oriented Mesolithic subsistence practices to a more homogeneous Neolithic diet based on terrestrial C_3-derived foods» (Guiry *et al.,* 2016, p. 611). Anomalia a esta tendência genérica havia sido observada no esqueleto do Neolítico antigo da C.2 de Samouqueira 1 (Carvalho e Petchey, 2013; Soares, 1995) e mais recentemente foi observada em Lisboa-Alfama, no esqueleto do Neolítico antigo evolucionado (Wk- 45573, 6315±24 BP, 5200-4890 cal BC , 2σ; $\delta^{15}N$=13,60‰ e $\delta^{13}C$= -15,19‰), do lote dos Armazéns Sommer, de localização ribeirinha (Cardoso *et al.*, 2018). No sítio de Castelo Belinho – Portimão, Algarve, datado entre c. 4800 e 4000 cal BC, 2σ (Quadro 8), 45% dos 11 esqueletos analisados apresentam valores isotópicos conducentes com uma alimentação dotada de componente aquática/marinha (c. 20% de proteína marinha) (Gomes,

2013, quadro III). Na gruta funerária do Lagar-Melides do pleno Neolítico médio, dois indivíduos (TO-2091, 5340±70BP, 3910-3660 cal BC, 1σ e EIL-107881[4]) entre os 14 identificados revelaram uma alimentação rica na componente marinha (*c.* 65 e 60%); também na vizinha gruta da Cerca do Zambujal-Melides, abrangendo uma mais ampla diacronia (Neolítico médio e final) 8 dos 33 indi-

Sítio	Ref. Lab.	Contexto	Material	$\delta^{13}C$ ‰	$\delta^{15}N$ ‰	Data ^{14}C (BP)	Datas calibradas (cal BC) (1σ)	(2σ)	Referências
Castelo Belinho (Portimão)	Sac-2030	Estrutura 3	Concha marinha	-	-	6260±45	4672-4424	4772-4311	Gomes, 2013
	Sac-2031	Estrutura 1	Concha marinha	-	-	5790±70	4202-3926	4308-3770	Gomes, 2013
	Wk-27998	Estrutura 4	Osso humano	-18.60	+10.70	5720±40	4525-4341	4651-4173	Gomes, 2013
	Wk-28000	Estrutura 53	Osso humano	-17.82	+11.03	5662±32	4450-4173	4496-4036	Gomes, 2013
	Wk-28002	Estrutura 59	Osso humano	-18.02	+10.86	5536±32	4310-4051	4362-3947	Gomes, 2013
	Wk-28636	Estrutura 43	Osso humano	- 18.90	+10.40	5529±35	4340-4072	4363-3975	Gomes, 2013
	Beta-199912	Estrutura 2	Osso humano	-18.80	-	5500±40	4321-4053	4352-3963	Gomes, 2013
	Wk-28637	Estrutura 58	Osso humano	-19.40	+10.10	5485±35	4326-4066	4347-3982	Gomes, 2013
	Wk-27999	Estrutura 52	Osso humano	-19.30	+10.30	5444±30	4303-4044	4337-3956	Gomes, 2013
	Wk-28635	Estrutura 38	Osso humano	-19.20	+9.60	5441±34	4310-4041	4337-3943	Gomes, 2013
	Wk-28001	Estrutura 59	Osso humano	-18.90	+9.50	5436±32	4251-3997	4336-3844	Gomes, 2013
	Wk-28634	Estrutura 1	Osso humano	-18.90	+9.20	5267±34	4038-3798	4222-3662	Gomes, 2013
Ramalha (Almada)	**Beta - 440658**	**Q. T9 C. 5**	**Osso de *Bos tauros***	**-21.0**	**+7**	**5790±30**	**4700-4605**	**4715-4545**	**Este artigo**
	Beta - 440657	**Q. R6 C. 3**	**Dente de *Bos tauros***	**-20.5**	**+7.3**	**5550±30**	**4445-4350**	**4450-4340**	**Este artigo**
Campo de Hockey (Cádis)	CNA664	Sepultura dupla em fossa coberta por túmulus	Osso humano	-	-	5650±40	4166-4036	4221-3990	Vijande, 2009
	CNA360	Sepultura dupla em fossa simples	Osso humano	-	-	5020±50	3938-3860	3948-3708	Vijande, 2009
Algarão da Goldra (Faro)	Wk-31388	Concheiro	Osso humano	-19.60	+8.41	5642±34	4525-4449	4545-4368	Carvalho e Strauss, 2013
	Wk-31386	Concheiro	Osso humano	-18.97	+9.80	5336±55	4246-4055	4328-4004	Carvalho e Strauss, 2013
	Wk-31387	Concheiro	Osso humano	-18.78	+6.68	5323±48	4234-4056	4322-4001	Carvalho e Strauss, 2013
Gruta do Lagar (Melides)	TO-2091	Lagar I	Osso humano (costela)	-14.90	+13.10	5340±70	3910-3660	-	Jackes e Lubell, 2016
	EIL-107881	Lagar I	Osso humano (costela)	-14.80	+13.40	-	-	-	Carvalho *et al.*, 2019

[4] Subsistem dúvidas sobre a eventual atribuição das duas amostras ao mesmo indivíduo. Tenha-se presente que estamos perante escavação antiga com registo precário (Nogueira, 1927) e que as colecções têm estado sujeitas a manipulações pouco controladas.

Sítio	Ref. Lab.	Contexto	Material	$\delta^{13}C$ ‰	$\delta^{15}N$ ‰	Data ^{14}C (BP)	Datas calibradas (cal BC) (1σ)	(2σ)	Referências
Bom Santo (Alenquer)	Wk-27996	Compart. B, B3	Dente humano (molar)	-19.39	+11.81	4993±30	3795-3710	3940-3695	Carvalho *et al.*, 2015
	Wk-27988	Compart. B, C3	Dente humano (pré-molar)	-19.60	+10.8	4960±31	3775-3700	3800-3655	Carvalho *et al.*, 2015
	Wk-25161	Compart. do caçador	Osso humano (costela)	-19.19	+10.22	4960±30	3775-3700	3795-3655	Carvalho *et al.*, 2015
	Wk-27984	Compart. B, C3	Dente humano (pré-molar)	-19.10	+11.00	4949±32	3770-3665	3790-3655	Carvalho *et al.*, 2015
	Wk-27986	Compart. B, B5	Dente humano (molar)	-19.00	+10.1	4929±30	3715-3655	3775-3650	Carvalho *et al.*, 2015
	Wk-27985	Compart. B, B4	Dente humano (molar)	-18.90	+11.5	4887±30	3695-3645	3715-3635	Carvalho *et al.*, 2015
	Wk-27994	Compart. B, B5	Dente humano (pré-molar)	-19.85	+10.12	4756±30	3635-3520	3640-3380	Carvalho *et al.*, 2015
	Wk-27995	Compart. A, B4	Dente humano (incisivo)	-19.60	+10.6	4739±35	3635-3385	3640-3375	Carvalho *et al.*, 2015
	Wk-27989	Compart. B, B4	Dente humano (molar)	-19.50	+10.3	4732±31	3635-3380	3635-3375	Carvalho *et al.*, 2015
Cerca do Zambujal (Melides)	Wk-40067	-	Dente humano (2º molar)	-15.12	+14.82	4934±22	-	3520-3190	Carvalho *et al.*, 2019
	Wk-40065	-	Dente humano (3º molar)	-19.28	+11.32	4782±20	-	3640-3530	Carvalho *et al.*, 2019
	Wk-40069	-	Dente humano (3º molar)	-19.60	+9.29	4779±22	-	3640-3530	Carvalho *et al.*, 2019
	Wk-40068	-	Dente humano (3º molar)	-19.19	+9.24	4765±24	-	3640-3520	Carvalho *et al.*, 2019
Pontal (Comporta)	CSIC-648	-	Conchas *Ostrea* sp.	-	-	4930±50	3761-3654	3904-3638	Soares e Tavares da Silva, 2013
Barrosinha (Comporta)	Beta-221719	C. 4	Conchas (*Ruditapes decussatus*)	-	-	5240±50	3629-3509	3686-3383	Soares e Tavares da Silva, 2013
	CSIC-652	C. 4	Conchas (*Ruditapes decussatus*)	-	-	4720±50	3630-3378	3635-3373	Soares e Tavares da Silva, 2013
Porto Covo (Cascais)	Beta-245134	-	Osso humano (fémur direito)	-18.90	+9.30	4870±40	3660-3640	3710-3630	Gonçalves, 2008; Carvalho *et al.*, 2019
	Beta-245136	-	Osso humano (fémur direito)	-18.90	+10.20	4790±40	3640-3530	3650-3510	Gonçalves, 2008; Carvalho *et al.*, 2019
	Beta-244819	-	Osso humano (fémur direito)	-18.00	+9.10	4660±40	3510-3370	3620-3360	Gonçalves, 2008; Carvalho *et al.*, 2019
	Beta-245133	-	Osso humano (húmero esquerdo)	-18.80	+8.80	4650±40	3510-3360	3610-3360	Gonçalves, 2008; Carvalho *et al.*, 2019
	Beta-244818	-	Osso humano (húmero esquerdo)	-19.50	+7.80	4580±40	3370-3340	3490-3120	Gonçalves, 2008; Carvalho *et al.*, 2019
Dólmen da Cabeceira 4 (Mora)	Wk-41089	-	Osso humano (fémur)	-19.42	+10.89	4780±40	-	3640-3530	Carvalho *et al.*, 2019
	Wk-17084	-	Osso humano (longo)	-19.11	+10.06	4759±41	-	3630-3520	Carvalho *et al.*, 2019
	Wk-41086	-	Osso humano (crâneo)	-19.38	+10.10	4742±20	-	3630-3520	Carvalho *et al.*, 2019

QUADRO 8. Datações radiocarbónicas de contextos do Neolítico médio referidos no texto. Para a gruta de Bom Santo apresentam-se apenas as datas de amostras a que correspondem proteína aquática > 20%. Sítios e datas foram ordenados por antiguidade decrescente.

víduos ali sepultados revelaram alimentação com significativa contribuição aquática/marinha (Carvalho, Gonçalves, Diaz-Zorita, Valente, 2019, p. 6151, quadro 5; Guiry *et al*., 2016). Também no Neolítico médio da Estremadura, cujo padrão dietético é constituído maioritariamente por alimentos terrestres (agricultura), se observaram desvios a essa tendência geral, por exemplo na gruta de Porto Covo, em Cascais: 2 em 5 indivíduos analisados possuíam dieta com significativa contribuição de alimentos aquáticos/marinhos (Carvalho, Gonçalves, Diaz-Zorita, Valente, 2019, quadros 3 e 5; Gonçalves, 2008); na gruta sepulcral de Bom Santo (Alenquer), onde a contribuição de proteína aquática é > 20% na dieta de 19 dos 35 indivíduos analisados, a relativa proximidade da área lagunar do Tejo e seus afluentes poderá explicar esses resultados, tal como no dólmen de Cabeceira 4, Mora (Carvalho, Gonçalves, Diaz-Zorita, Valente, 2019; Rocha e Duarte, 2009). Na gruta do Bom Santo, do pleno Neolítico médio, datada entre cerca de 3800 e 3400 cal BC, a dieta com significativa contribuição de alimentos selvagens de carácter ribeirinho é compatível com o seu diversificado espectro faunístico, de que fazem parte não só mamíferos domésticos (*Ovis aries* e *Capra* cf. *hircus*) e selvagens (*Capra pyrenaica* e *Cervus elaphus*), como também aves e moluscos (Carvalho *et al.,* 2015).

Cruzar e discutir a informação isotópica de $\delta^{13}C$ e $\delta^{15}N$ com a totalidade do contexto arqueológico, nomeadamente com o registo faunístico, é deveras necessário, embora nem sempre, ou raramente, fazível.

O caso do Algarão da Goldra (Carvalho e Straus, 2013) ilustra bem a necessidade do cruzamento da informação antes referido. Este concheiro do Neolítico médio (Quadro 8) incluía restos de 7 indivíduos misturados com restos faunísticos, pólen de cereal e cultura material tipologicamente pertinente (bons indicadores de economia agro-pastoril). Da fauna, maioritariamente doméstica (*Bos taurus, Ovis aries/Capra hircus, Sus* sp. *Canis familiaris*), faziam parte raros restos de *Oryctolagus cuniculus,* aves das espécies *Alectoris rufa* e *Columba* sp., bem como de moluscos marino-estuarinos (*Scrobicularia plana*, *Solen marginatus, Pecten maximus*). Os valores dos isótopos estáveis obtidos para 3 indivíduos (#5: -18,97‰ ($\delta^{13}C$) e 9,80‰ ($\delta^{15}N$); #6: -18,78‰ ($\delta^{13}C$) e 6,68‰ ($\delta^{15}N$); #7: -19,60‰ ($\delta^{13}C$) e 8,41‰ ($\delta^{15}N$) são compatíveis com dieta terrestre. Não teriam os indivíduos ali depositados entre o lixo ou como lixo acesso ao consumo de moluscos estuarinos? Seriam os alimentos marinhos insuficientes para deixar registada a sua presença na assinatura isotópica dos indivíduos analisados?

O número de amostras analisadas para o território português é ainda reduzido e muito concentrado geograficamente. De um modo geral, a dieta rica em recursos marinhos e aquáticos vai estando presente (como o fio de Ariadne), sem que seja possível para pequenas escalas territoriais, locais/regionais, interpretar holisticamente os resultados. Expressão de comportamentos individuais ou societais? De padrões de mobilidade/territorialidade ou de estatuto/hierarquia social?

Recordemos a dualidade (dieta terrestre/dieta marinha) observada nos concheiros mesolíticos dos alto e baixo sectores do paleoestuário do Sado (Guiry, Hillier e Richards, 2015, Fig. 2), a qual não comprova a existência de correlação entre dieta e cronologia; talvez seja mais plausível, para sociedades pré-históricas igualitárias defender uma correlação positiva entre dieta e biótopo, mesmo assim, com reservas, para não cairmos em elementar e perigoso determinismo geográfico.

CONCLUINDO...

As duas grandes armadilhas que com o processo de neolitização os humanos se passaram a confrontar – descontrolo demográfico e dieta de curto espectro, de base cerealífera – talvez possam ainda ser desarmadas, não sendo para tal de somenos aprofundar o conhecimento sobre as franjas de vida selvagem e espaços intersticiais avessos à domesticação e/ou por ela esquecidos. Esta postura pode ser



FIG. 7. Localização dos principais sítios arqueológicos com ocupações neolíticas e calcolítica (Montes de Baixo), referidos no texto.

uma acção de recusa, mesmo se ingénua, ao desempenho do papel de «(des)afortunados herdeiros [do Neolítico] em mimetismo de auto-absolvição» (Diniz, Neves e Martins, 2015, p. 150).

Explicitamente, discordamos da desvalorização das sociedades recolectoras do Passado ou do Presente (cf. Sponsel, 1989), indevidamente consideradas sobreviventes passivas de estádios primitivos de desenvolvimento cultural. Pelo contrário, admiramos a sua resiliência face às apertadas malhas das sociedades camponesas e suas sucessoras industrializadas, pois, habitando embora áreas recônditas, trouxeram para a agenda global questões reconhecidamente comuns e prementes como a conservação do planeta, o direito à diferença e os contraditórios medo e desejo de liberdade.

AGRADECIMENTOS

Realizado no âmbito do Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS/AMRS o presente artigo, que apenas responsabiliza a signatária, contou com o apoio da equipa daquele centro de investigação a quem agradecemos, e muito particularmente a Ana Castela e a Ana Paula Covas pela sua colaboração na elaboração dos quadros que o ilustram. Agradecemos a António Gonzalez o acompanhamento e informação na observação da fauna do Gaio depositada nas Reservas Arqueológicas da Câmara Municipal da Moita e a António Monge Soares a calibração das datas do Quadro 1 realizadas no ICEN, sob a sua direcção. Um agradecimento muito especial é devido a António Carlos Valera pela pronta informação sobre a data que obteve para a jazida de Meu Jardim e a Ana Catarina Sousa, pela informação sobre o concheiro do Lisandro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIKENS, C. M. (1981) – The last 10,000 years in Japan and Eastern North America: parallels in environment, economic adaptation, growth of societal complexity, and the adoption of agriculture. In KOYAMA, S.; THOMAS, D. H. (eds.) – *Afluent foragers. Pacific Coasts East and West*. Osaka: Museu Nacional de Etnologia (Senri Ethnological Studies, 9), p. 261-237.

ANDERSEN, S. H.; JOHANSEN, E. (1986) – Ertebølle Revisited. *Journal of Danish Archaeology*, 5, p. 31-61.

ARAÚJO, A. C.; ALMEIDA, F. (2013) – *Barca do Xerez de Baixo. Um testemunho invulgar das últimas comunidades de caçadores-recolectores do Alentejo interior*. Beja: EDIA.

BOLLONGINO, R.; NEHLICH, O.; RICHARDS, M. P.; ORSCHIEDT, J.; THOMAS, M.G.; SELL, C.; FAJKOŠOVÁ, Z.; POWELL, A.; BURGER, J. (2013) – 2000 years of parallel societies in Stone Age central Europe. *Science* 342: 479–81. http://dx.doi.org/10.1126/science.1245049

BONDETTI, M.; GONZÁLEZ CARRETERO, L.; DOLBUNOVA, E.; MCGRATH, K.; PRESSLEE, S.; LUCQUIN, A.; TSYBRI, V.; MAZURKEVICH, A.; TSYBRIY, A.; JORDAN, P.; HERON, C.; MEADOWS, J.; OLIVER, E.; CRAIG, O. E. (2021) – Neolithic farmers or Neolithic foragers? Organic residue analysis of early pottery from Rakushechny Yar on the Lower Don (Russia). *Archaeological and Anthropological Sciences*, 13, p. 141-157. https://doi.org/10.1007/s12520-021-01412-2

CANTILLO, J. J.; RAMOS, J.; SORIGUER, M.; PÉREZ, M., VIJANDE, E.; BERNAL, D.; DOMÍNGUEZ- BELLA, S.; ZABALA, C.; HERNANDO, J.; CLEMENTE-CONTE, I. (2010) – La explotación de los recursos marinos por sociedades cazadoras-recolectoras-mariscadoras y tribales comunitarias en la región histórica del Estrecho de Gibraltar. *Férvedes* 6, p. 105–113.

CARDOSO, J. L.; REBELO, P.; NETO, N.; RIBEIRO, R. A. (2018) – Enterramento do Neolítico Antigo em fossa na zona ribeirinha de Lisboa (antigos Armazéns Sommer). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 23, p. 125-140.

CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal Meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental* (Promontória Monográfica, 12). Universidade do Algarve.

CARVALHO, A. F.; PETCHEY, F. (2013) – Stable isotope evidence of Neolithic palaeodiets in the coastal regions of southern Portugal. *Journal of Island and Coastal Archaeology*, 8, p. 361-63.

CARVALHO, A. F.; STRAUS, L. G. (2013) – New Radiocarbon dates for Algarão da Goldra (Faro, Portugal): a contribution to the Neolithic of the Algarve. *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Badajoz, p. 194-205.

CARVALHO, A. F.; VALENTE, M. J.; DEAN, R. M. (2010) – O Mesolítico e o Neolítico antigo do concheiro da Rocha das Gaivotas (Sagres, Vila do Bispo). *Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Xelb), p. 39-53.

CARVALHO, A. F.; GONÇALVES, D.; DIAZ-ZORITA, M. B.; VALENTE, M.J. (2019) – Multi-isotope approaches to the Neolithic cemetery-cave of Bom Santo (Lisbon): new data and comparisons with fourth millennium BC populations from central–southern Portugal. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 11, p. 6141-6159 https://doi.org/10.1007/s12520-019-00908-2

CARVALHO, A. F.; ALVES-CARDOSO, F.; GONÇALVES, D.; GRANJA, R.; CARDOSO, J. L.; DEAN, R. M.; GIBAJA, J. F.; MASUCCI, M. A.; ARROYO-PARDO, E.; FERNÁNDEZ--DOMÍNGUEZ, E.; PETCHEY, F.; PRICE, T. D; MATEUS, J. E.; QUEIROZ, P. F.; CALLAPEZ, P.; PIMENTA, C.; REGALA, F. (2015) – The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): Catchment, Diet, and Patterns of Mobility of a Middle Neolithic Population. *European Journal of Archaeology*, 18: 2, p. 1-28.

CLEMENTE-CONTE, I. (2010) – La explotación de los recursos marinos por sociedades cazadoras--recolectoras-mariscadoras y tribales comunitarias en la región histórica del Estrecho de Gibraltar. *Férvedes*, 6, p. 105-113.

CLEMENTE-CONTE, I.; MAZZUCCO, N.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; RAMOS MUÑOZ, J.; VIJANDE VILA, E.; JESUS CANTILLO, J.; MONTAÑÉS, M. (2020) – Fish Resource Exploitation in the Southern Atlantic Coast of the Iberian Peninsula: A View from the Traceological Analysis of Flaked Stone Tools (Sixth-Fourth mill. cal BCE). *Quaternary International*, 541, p. 141-151.

CUBAS, M.; PEYROTEO-STJERNA, R.; FONTANALS-COLL, M.; LLORENTE-RODRÍGUEZ, L.; LUCQUIN, A.; CRAIG, O. E.; COLONESE, A. C. (2018) – Long-term dietary change in Atlantic and Mediterranean Iberia with the introduction of agriculture: a stable isotope perspective. *Archaeological and Anthropological Sciences*. https://doi.org/10.1007/s12520-018-0752-1

DIETSCH-SELLAMI, M.-F. (2007) – L'utilisation des plantes sauvages au Néolithique dans le nord-ouest de la France: témoignages carpologiques. In BESSE, M. (dir.) – *Sociétés néolithiques, des faits archéologiques aux fonctionnements socio*-économiques (Colloque interrégional sur le Néolithique 27, 1- 2 octobre 2005, Neuchâtel). Lausanne: Cahiers d'archéologie romande, p. 127-136.

DINIZ, M.; NEVES, C.; MARTINS, A. (2015) – Sociedades neolíticas e comunidades científicas: questões aos trajectos da História. In DINIZ, M.; NEVES, C.; MARTINS, A. (eds.) – *O Neolítico em Portugal antes do horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 131-153.

DUPONT, C.; SCHULTING, R.; TRESSET, A. (2007) – Prehistoric shell middens along the French Atlantic façade: the use of marine and terrestrial resources in the diets of coastal human populations. In MILNER, N.; CRAIG, O.; BAILEY, G. (eds.) – *Shell Middens of Atlantic Europe*. Oxford: Oxbow Books, p. 123- 135.

GOMES, M. V. (2013) – Castelo Belinho's village (Portimão Algarve) and the sea landscape, resources and symbols. In SOARES, J. (ed.) – *Pré-história das Zonas húmidas. Paisagens de sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: MAEDS, p. 69-84.

GONÇALVES V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

GOUFA, E.; VALERA, A. C.; CARVALHO, A. F. (2017) – O concheiro do Meu Jardim (Nazaré) no contexto das estratégias de produção e circulação de suportes lâmino-lamelares no Neolítico Médio da Estremadura Portuguesa. *Journal of Lithic Studies*, 4: 3, p. 79-102, doi:10.2218/jls.v4i3.2533.

GRIER, C.; KIM, J.; UCHIYAMA, J. (eds.) (2006) – *Beyond afluent foragers. Rethinking hunter-gatherer complexity*. Oxford: Oxbow Books.

GUIRY, E.J., M. HILLIER; M. P. RICHARDS (2015) – Mesolithic dietary heterogeneity on the European Atlantic façade: stable isotope insights into hunter-gatherer foodways in the Sado valley, Portugal. *Current Anthropology* 56, p. 460–70. http://dx.doi.org/10.1086/680854.

GUIRY, E. J.; HILLIER, M.; BOAVENTURA, R.; SILVA, A. M.; OOSTERBEEK, L.; TOMÉ, T.; VALERA, A.; CARDOSO, L. J.; HEPBURN, J. C.; RICHARDS, M. P. (2016) – The transition to agriculture in southwestern Europe: new isotopic insights from Portugal's Atlantic coast. *Antiquity*, 90: 351, p. 604-616.

HERON, C.; CRAIG, O.; MARCUS FORSTER, M.; BEN STERN, B.; E ANDERSEN, S. H. (2007) – Residue analysis of ceramics from prehistoric shell middens. In MILNER, N.; CRAIG, O.; BAILEY, G. (eds.) – *Shell Middens of Atlantic Europe*. Oxford: Oxbow Books, p. 78-85.

JACKES, M.; LUBELL, D. (2016) – New information on Melides stable isotopes. *Antiquity*, 90, p. 617–619. https://doi.org/10.15184/aqy.2016.37

LEGALL, O.; ALTUNA, J.; STRAUS, L. (1994) – Les faunes mésolithique et néolithique de Vidigal. *Archaeozoologia*, 7: 1, p. 59-72.

LEGALL, O.; STRAUS, L. G.; VIERRA, B.; ALTUNA, J. (1992) – Ichtyofaunas and seasonality at Vidigal. *Mesolithic Miscellany*, 13: 2, p. 13-18.

LENTACKER, A. (1991) - *Archeozoölogisch onderzoek van laat-prehistorische vindplaatsen uit Portugal*. PhD Thesis. Rijksuniversiteit Gent, Belgium.

LÓPEZ-DORIGA, I. L. (2015) – *La utilización de los recursos vegetales durante el Mesolítico y Neolítico en la costa atlántica de la península ibérica*. PhD Dissertation. Universidade de Cantábria.

MARQUES-GABRIEL, S. (2015) – La ictiofauna del Holoceno Inicial y Médio de Portugal. Tese de doutoramento não publicada. Facultad de Ciencias, Universidad Autónoma de Madrid.

MAZZUCCO, N.; CLEMENTE-CONTE, I.; GARCÍA DÍAZ, V.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; RAMOS MUÑOZ, J.; VIJANDE VILA, E. (2018) – Insights into fish resources exploitation from the use-wear analysis of lithic tools, case-studies from the Iberian Peninsula between the 6th-3rd millennia cal BC. In *Subsistence strategies in the Stone age, direct and indirect evidence of fishing and gathering*. St. Petersburg: Russian Academy of Science, Institute for the History of Material Culture, State Hermitage Museum, State University of Social Sciences and Education, Sergiev Posad State History and Art Museum Preserve, St. Petersburg, p. 165– 169.

NOGUEIRA, A.M. (1927) – Estação neolítica de Melides. Grutas sepulcrais. *Com. Serviços Geológicos* de *Portugal*, 16, p. 41-54.

PEYROTEO-STJERNA, R. (2020) – Chronology of the burial activity of the last hunter-gatherers in the Southwestern Iberian Peninsula, Portugal. *Radiocarbon*. DOI:10.1017/RDC.2020.100

RAMOS MUÑOZ, J. (2013) – Las sociedades tribales neolíticas en la zona litoral e interior de Cádiz. Continuidad poblacional y processo histórico. *Menga*, 4, p. 79-101.

RAMOS MUÑOZ, J.; DOMÍNGUEZ-BELLA, S.; JESUS CANTILLO, J.; VIJANDE VILA, E.; PÉREZ, M (2013) – Novedades en el conocimiento de las sociedades tribales neolíticas en la banda atlántica de Cádiz. Explotación de recursos marinos e hipótesis del uso de la sal. In SOARES J. (ed.) – *Pré-História das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: MAEDS, p. 85-112.

REIMER, P. J.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J. W.; BLACKWELL, P. G.; RAMSEY, C. B.; BUCK, C. E.; CHENG, H.; EDWARDS, R. L.; FRIE- DRICH, M.; GROOTES, P. M; GUILDERSON, T. P.; HAFLIDASON, H.; HAJDAS, I.; HATTÉ, C.; HEATON, T. J.; HOFFMANN, D. L.; HOGG, A. G.; HUGHEN, K. A.; KAISER, K. F.; KROMER, B.; MANNING, S. W.; NIU, M.; REIMER, R. W.; RICHARDS, D. A.; SCOTT, E. M.; SOUTHON, J. R.; STAFF, R. A.; TURNEY, C. S. M.; PLICHT, J. VAN DER (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0–50,000 Years cal BP. *Radiocarbon*, 5 (4), p. 1869-1887.

RICHARDS, M. P.; SCHULTING, R. J.; HEDGES, R. E. M. (2003) – Sharp shift in diet at onset of Neolithic. *Nature*, 425, p. 366.

ROCHA, L. (2013) – A Praia do Forte Novo. Um sítio de produção de sal na costa algarvia? In SOARES, J. (ed.) – *Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: MAEDS, p. 225-232.

ROCHA, L.; DUARTE, C. (2009) – Megalitismo funerário no Alentejo central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno. In POLO, M.; GARCÍA-PRÓSPER, E. (eds) – *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermidad en el Pasado*. Valencià: Sociedad Española de Paleopatología, p. 763-781.

SALAZAR-GARCÍA, D. C.; FONTANALS-COLL, M.; GOUDE, G.; SUBIRÀ, M. E. (2018) – To «seafood» or not to «seafood»? An isotopic perspective on dietary preferences at the Mesolithic-Neolithic transition in the Western Mediterranean. *Quaternary International*, 470, p. 497-510.

SAMPAIO, A. (1979) (orig. 1923) – As póvoas marítimas. *Estudos históricos e económicos*, 2. Lisboa: Vega.

SOARES, A. M. (2003) – A duna de Magoito revisitada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (1), p. 83-100.

SOARES, J. (1995) – Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, VI* (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35: 2), p. 27-45.

SOARES, J. (1996) – Padrões de povoamento e subsistência no Mesolítico da Costa Sudoeste portuguesa. *Zephyrus*, 49, p. 109-124.

SOARES, J. (1997) – A transição para as formações sociais neolíticas na Costa Sudoeste portuguesa. In RODRÍGUEZ CASAL, A. (ed.) – *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo: Actas do Colóquio Internacional.* Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Universidad de Santiago de Compostela e Unión Internacional das Ciências Prehistóricas e Protohistóricas, p. 587-608.

SOARES, J. (2013a) – Caçadores-recolectores semi-sedentários do Mesolítico do paleoestuário do Sado (Portugal). In SOARES J. (ed.) – *Pré-História das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: MAEDS, p. 13-56.

SOARES, J. (2013b) – Sal e conchas na Pré-história portuguesa. O povoado da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). In SOARES, J.(ed.) – *Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: MAEDS, p. 171-196.

SOARES, J. (2016) – Rethinking the Mesolithic of the Sado Paleo-estuary, Portugal: semi-sedentary Hunter-gatherers. In BJERK, H.; BREIVIK, H.; FRETHEIM, S.; PIANA, E.; TIVOLI, A.; ZANGRANDO, A.; SKAR, B. (eds.) – *Marine Ventures – Archaeological Perspectives on Human-Sea Relations*. Sheffield: Equinox Publishings, p. 241-260.

SOARES, J. (2020) – Neolitização do Sudoeste Português: preexistências e inovação. In TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (eds.) – *O sítio arqueológico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade-Sado* (Setúbal Arqueológica, 19). Setúbal: MAEDS/AMRS, p. 299-324.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1993) – Na transição Plistocénico-Holocénico: marisqueio na Pedra do Patacho. *Al-madan*, Série 2, 2, p. 21-29.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2000) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In GONÇALVES, V.S.; SOUSA, A. C., *Muitas Antas, pouca Gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Trabalhos de Arqueologia, 16). Lisboa: IPA, p. 117-134.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2004) – Alterações ambientais e povoamento na transição Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste. *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 397-423.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2013) – Economia agro-marítima na Pré-história do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. In SOARES, J. (ed.) – *Pré-História das Zonas Húmidas. Paisagens de sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: MAEDS, p. 145-170.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2018) – Living in the southwest Portuguese coast during the Late Mesolithic: The case study of Vale Marim I. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 18, p. 1011-1025.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (no prelo) – Meso-Neolithic mobility on the Southwest portuguese coast: the case study of Castelejo shell midden.

SOARES, J.; MAZZUCCO, N.; CLEMENTE-CONTE, I. (2016) – The first farming communities in the Southwest European Coast: A traceological approach to the lithic assemblage of Vale Pincel I. *Journal of Antropological Archaeology,* 41, p. 246-262.

SOARES, J.; MAZZUCCO, N.; TAVARES DA SILVA, C. (2017) – Marine adaptations in the Late Mesolithic of the Portuguese southwest coast. Micro-use wear analysis of the lithic industry of Vale Marim I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20, p. 31-44.

SOARES, J.; MAZZUCCO, N.; TAVARES DA SILVA, C. (2021) – The lithic industry of Vale Marim I in focus. In BORIĆ, D.; ANTONOVIĆ, D.; MIHAILOVIĆ, B. (eds.) – *Foraging Assemblages*, 1. Belgrade: Serbian Archaeological Society; New York: The Italian Academy for Advanced Studies in America, Columbia.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; CANILHO, M. H. (2005-07) – Matérias-primas minerais e mobilidade logística no Mesolítico da Costa Sudoeste. Os sítios de Samouqueira I e Armação Nova. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios.* 2, p. 47-62.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; GONZALEZ, A. (2004) – Gaio: um sítio do Neolítico antigo do estuário do Tejo. *I Jornadas de História e Património Local*. Moita: Câmara Municipal da Moita, p. 37-59.

SORIGUER, M.; ZABALA, C.; HERNANDO, J. (2002) – Características biológicas de la fauna Marima del yacimiento de 'El Retamar'. In RAMOS, J.; LAZARICH, M. (eds.) – *El asentamiento de 'El Retamar' (Puerto Real, Cádiz). Contribución al estudio de la formación social tribal y a los inicios de la economía de producción en la Bahía de Cádiz*. Cádiz: Universidad de Cádiz y Ayuntamiento de Puerto Real, p. 193-204.

SOUSA, A. C.; SOARES, A. M. (2016) – Continuity or discontinuity? Aquatic exploitation in the Portuguese Estremadura during the Atlantic period: São Julião and Magoito shell middens as case studies. *Sea people 2014 – Colloque Rennes.* Societé Pré-historique Française, p. 191-212.

SOUSA, A. C.; MIRANDA, M.; SOARES, A. M. (2016) – O concheiro de S. Julião (Carvoeira, Mafra): as intervenções de 2007 e 2014, novos dados e novas leituras. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 19, p. 11-26.

SOUSA, A. C.; MIRANDA, M.; COSTA, A. M.; TERESO, J.; VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. (em publicação na revista SPAL) – O concheiro do Lisandro (Mafra, Lisboa, Portugal): novos dados sobre a exploração de recursos aquáticos no Neolítico da Península de Lisboa.

SPONSEL, L. E. (1989) – Farming and foraging: a necessary complementary in Amazonia? In KENT, S. (ed.) – *Farmers as hunters. The implications of sedentism*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 37-45.

STINER, M. C. (2003) – Zooarchaeological evidence for resource intensification in Algarve, Southern Portugal. *Promontoria*, 1, 27–71.

TALMA, A. S.; VOGEL, J. C. (1993) – A simplified approach to calibrating C14 dates. *Radiocarbon*, 35 (2), p. 317-322.

TAVARES DA SILVA, C. (1997) – O Neolítico Antigo e as origens do megalitismo no Sul de Portugal. In RODRÍGUEZ CASAL, A. (ed.) – *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo: Actas do Colóquio Internacional.* Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Universidad de Santiago de Compostela e Unión Internacional das Ciências Prehistóricas e Protohistóricas, p. 575-585.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1997) – Economias costeiras na Pré-história do Sudoeste Português. O concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica,* 11-12. Setúbal: MAEDS, p. 69-108.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1998) – Os recursos marinhos nas estratégias de subsistência da Pré-história do Sul de Portugal. *Al-madan,* Série 2, 7, p. 71-82.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2015) – Neolitização da Costa Sudoeste Portuguesa. A cronologia de Vale Pincel I. In GONÇALVES, V.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular* (Estudos & Memórias, 8). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa-UNIARQ, p. 645-659.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2016) – The Pleistocene-Holocene transition on the Portuguese southwest coast: a zero stage of social complexity? In SOARES, J. (ed.) – *Social Complexity in a Long Term Perspective* (Setúbal Arqueológica, 16). Setúbal: MAEDS/AMRS, p. 21-40.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; PENALVA, C. (1985) – Para o estudo das comunidades neolíticas do Alentejo litoral: o concheiro do Medo Tojeiro. *Arqueologia*, 11. Porto: GEAP, p. 5-15.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; CARDOSO, J. L.; CRUZ, C. S.; REIS, C. A. S. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia*, 14, p. 59-82.

TESTART, A. (1982) – The Significance of Food Storage among Hunter-Gatherers: Residence Patterns, Population Densities, and Social Inequalities. *Current Anthropology*, 23: 5, p 523-537.

UMBELINO, C.; PÉREZ-PÉREZ, A.; CUNHA, E.; HIPÓLITO, C.; FREITAS, M. C.; CABRAL, J. P. (2007) – Outros sabores do Passado: um novo olhar sobre as comunidades humanas mesolíticas de Muge e do Sado através de análises químicas dos ossos. *Promontoria*, 5: 5, p. 45-90.

VALERA, A.C. (em preparação) – A componente cerâmica do concheiro neolítico do «Meu Jardim».

VALERA, A. C.; SANTOS, H. (2010) – O concheiro do Neolítico Antigo do «Meu Jardim» (Nazaré): informação preliminar. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6, p. 21-27.

VALERA, A. C.; TERESO, J. P.; REBUGE, J. (2006) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/Calcolítico inicial do estuário do Tejo. In *Actas do 4.ºCongresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve, p. 291-305.

VEIGA DE OLIVEIRA, E.; GALHANO, F.; PEREIRA, B. (1990) – *Actividades agro-marítimas em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.

VIJANDE, E. (2009) – El poblado de Campo de Hockey (San Fernando, Cádiz): resultados preliminares y líneas de investigación futuras para el conocimiento de las formaciones sociales tribales en la Bahía de Cádiz (tránsito V-IV milenios a.n.e.). *Revista Atlántica Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social,* 11, p. 265-284.

Neolítico médio?

O NEOLÍTICO MÉDIO NO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO. CRONOESTRATIGRAFIA E POVOAMENTO

ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO[1]

RESUMO

A sequência cronoestratigráfica do Neolítico no Maciço Calcário Estremenho foi esboçada há um quarto de século com base na estratigrafia do Abrigo da Pena d'Água e numa primeira série de datações absolutas. Foi então possível definir a sua fase média em termos culturais e cronométricos (ca. 4300-3100 a.C.), cuja existência se deduzia já das diversas grutas-necrópole que se conhecem na região desde inícios do século XX. A investigação levada a cabo subsequentemente haveria de resultar na descoberta e estudo de diversos contextos de ar livre que aportam dados sobre culturas materiais (cerâmicas sobretudo lisas, armaduras trapezoidais), mobilidade humana (ocupações temporárias, por vezes repetidas nos mesmos locais), práticas económicas (uso preferencial de rochas locais, caça de cervídeos e pastoreio de ovinos e caprinos) e mesmo sobre as práticas funerárias (descoberta de um enterramento infantil em contexto habitacional na Costa do Pereiro). Como noutras regiões do centro-sul português, estes sítios localizam-se em áreas aplanadas junto a cursos/nascentes de água e solos leves, mas aqui na zona de ecótono entre o maciço calcário e os terrenos arenosos da bacia do Tejo.

ABSTRACT

The chronostratigraphic sequence of the Neolithic in the Limestone Massif of Estremadura was sketched a quarter of a century ago based on the stratigraphy of the Pena d'Água Rock-shelter and in a first batch of absolute dates. It was then possible to define its middle phase in cultural and chronological terms (ca. 4300-3100 BC), whose existence was already deduced from the various cemetery-caves known in the region since the beginning of the 20th century. Subsequent research would result in the discovery and study of various open-air contexts which provided data on material cultures (mainly plain potteries, trapezoidal armatures), human mobility (temporary occupations, sometimes repeated in the same locations), economic practices (preferential use of local raw materials, hunting of red deer alongside the grazing of sheep and goats) and even on the funerary practices (discovery of an infant burial in a habitation context at Costa do Pereiro). As in other regions of central-southern Portugal, these sites are located in flat areas near spring or water lines and light soils, but here in the ecotone zone between the limestone massif and the sandy terrains of the Tagus basin.

[1] CEAACP – Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património | Polo UAlg. F.C.H.S., Campus de Gambelas, 8000-117 Faro, Portugal. E-mail: afcarva@ualg.pt

1. INTRODUÇÃO: A IDENTIFICAÇÃO DE UMA FASE «MÉDIA» NO NEOLÍTICO DO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO

Faz exatamente um quarto de século que se publicou um esquema cronoestratigráfico detalhado para o Neolítico do Maciço Calcário Estremenho – doravante, MCE (Fig. 1); para descrição da região, ver a tese de Martins (1949) – o qual se alicerçou na sequência estratigráfica então recém-descoberta no Abrigo da Pena d'Água e em cerca de uma vintena de datações absolutas para diversos sítios da região (Zilhão e Carvalho 1996). Entre outros desenvolvimentos proporcionados por este esquema, saliente-se o reconhecimento em bases firmes da existência de uma fase «média» do Neolítico, uma espécie de «entidade fantasma» cuja materialização só se tornou possível após a identificação de um tramo da estratigrafia neolítica daquele abrigo em que predominam produções cerâmicas lisas (Carvalho 1998). A esta observação estratigráfica juntavam-se algumas datações de radiocarbono que indicavam ter esta fase decorrido ao longo do IV milénio a.C. À época, os seus principais paralelos encontravam-se em diversas grutas-necrópole da própria região (Lugar do Canto, Carrascos, Galinha, Barrão...) e, muito em particular, em monumentos atribuíveis às fases iniciais do megalitismo, afinal de contas o fenómeno cultural tradicionalmente definidor do Neolítico Médio no território português.

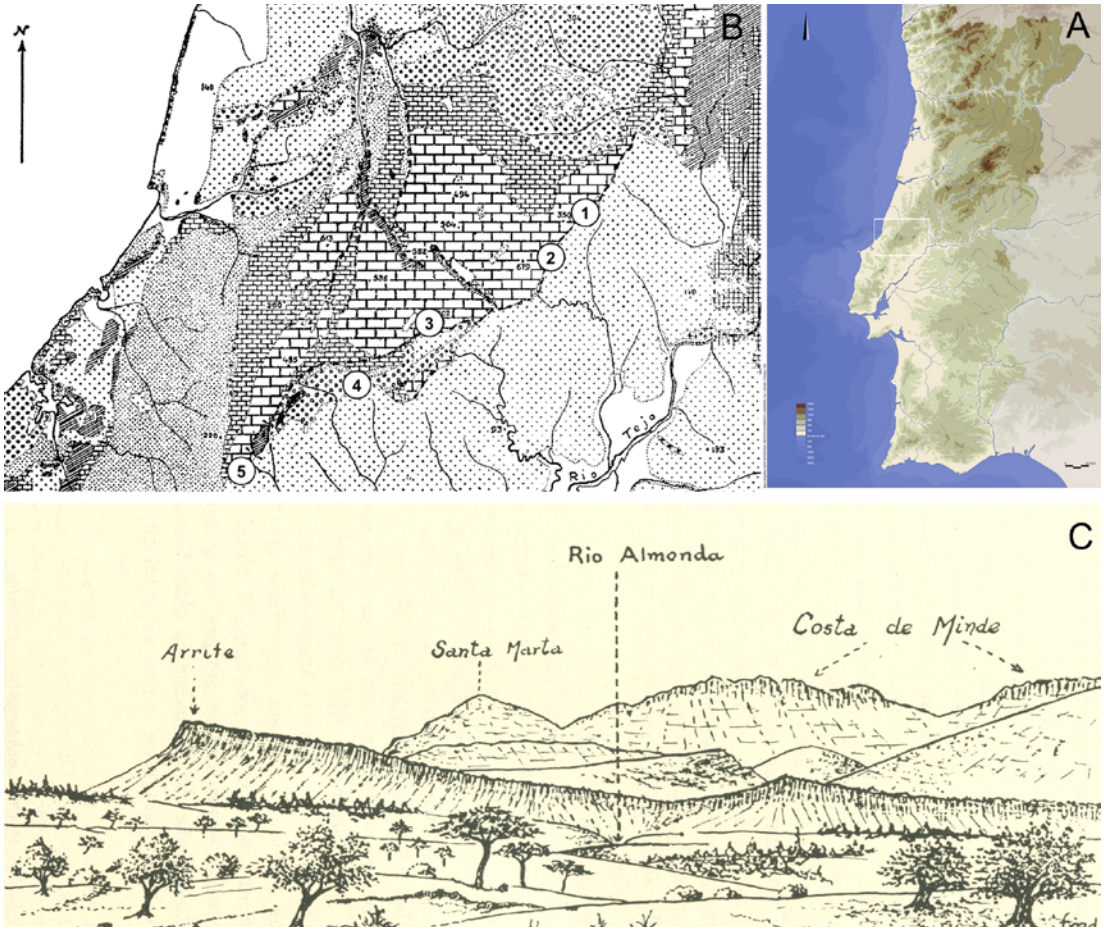


FIG. 1. A – Localização do Maciço Calcário Estremenho no território português. B – Esboço geológico do Maciço Calcário Estremenho (Martins 1949: fig. 3) com localização dos contextos habitacionais do Neolítico Médio: 1 – Costa do Pereiro e Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas); 2 – Cerradinho do Ginete (Torres Novas); 3 – Pena dos Corvos (Alcanena); 4 – Casal do Sá 2 e Mosteiros 3 (Santarém); 5 – Cabeço de Porto Marinho (Rio Maior). C – Desenho do Arrife no sector da Serra d'Aire, por Martins (1949: fig. 15), notando-se o contraste entre os relevos suaves da bacia do Tejo e «uma paisagem de escarpas de falha» no maciço.

Não foi pois por acaso que, na construção daquele quadro cronoestratigráfico para o MCE, se recorrera também à então mais recente síntese sobre o megalitismo alentejano, o «Megalitismo do Alentejo ocidental e do sul do Baixo Alentejo», publicado em 1987 por Carlos Tavares da Silva. Com efeito, os numerosos trabalhos em que participava este autor nas décadas de 1980 e 1990 – principalmente, a prospeção da área da futura albufeira da Barragem de Alqueva (Soares e Silva 1992), as sondagens no complexo de concheiros da Comporta (Silva *et al.* 1986) e a escavação do monumento do Marco Branco em Santiago do Cacém (Silva e Soares 1983) – resultaram num volume muito considerável de dados empíricos de diversa ordem para cuja estruturação e inteligibilidade contribuíram enormemente as suas reflexões (Silva 1983, 1987, 1993, 1997).

O quadro-síntese publicado para o MCE em 1996 refletia assim, não só as observações recém-obtidas nesta região, mas também o estado dos conhecimentos então disponíveis para o centro-sul português, especialmente para o Alentejo. Entre outros aspetos (arquiteturas e rituais megalíticos, práticas de subsistência, etc.), a definição das culturas materiais e suas transformações na diacronia assumia um papel relevante para a própria caracterização do período. Tudo apontava já para a razoabilidade de uma subdivisão interna do Neolítico Médio entre uma fase «inicial» e a uma fase «plena», subdivisão que continua hoje operacional e que será retomada nas conclusões. Como então referido (Zilhão e Carvalho 1996: 664-665):

> «Este 'Neolítico médio inicial' encontra paralelos em povoados inseríveis numa fase de transição entre o Neolítico antigo e médio do litoral alentejano (por exemplo, o sítio da Salema), e também em antas atribuídas às fases iniciais do Megalitismo, como a Anta 1 do Poço da Gateira, em Reguengos de Monsaraz, ou a 'sepultura protomegalítica' do Marco Branco, em Santiago do Cacém» (Silva 1987).

> «A fase plena do Neolítico médio está representada na região do Maciço sobretudo por grutas-necrópole, conhecendo-se também uma anta-capela, a das Alcobertas, de cronologia incerta (Santos 1992). Os povoados resumem-se apenas à possível segunda ocupação do Forno do Terreirinho, e ao Abrigo da Pena d'Água (camadas C e D).»

A segunda ocupação do sítio de ar livre do Forno do Terreirinho, que se julgou inicialmente poder estar testemunhada através de uma «estratigrafia horizontal», acabou por ser rejeitada na continuação do estudo deste sítio (Carvalho 2008). Porém, ter-se equacionado explicitamente essa possibilidade acabaria por salientar a necessidade do estudo de contextos de ar livre desta época, o que resultou na escavação de dois sítios cujos resultados se mantêm no essencial inéditos – Costa do Pereiro e Cerradinho do Ginete – e na identificação de ocupações coevas em quatro outros locais (Fig. 1: B).

Assim, o objetivo principal desta contribuição é a apresentação daqueles sítios no que respeita a estruturas, culturas materiais, dados de subsistência e práticas funerárias. Como referido no título, que aproveita o do exercício «fundador» acima referido (Zilhão e Carvalho 1996), aborda-se aqui a questão da divisão do Neolítico Médio em duas fases e, sobretudo, aspetos de povoamento. Não serão analisadas as numerosas grutas-necrópole deste período – para inventários descritivos, ver Araújo e Zilhão (1991) e van Calker (2020) – e não se retoma a descrição dos dados da Pena d'Água, que conta com uma recente síntese (Carvalho 2016).

2. OS CONTEXTOS DE AR LIVRE, UM REGISTO DE QUALIDADE MUITO DESIGUAL

2.1. COSTA DO PEREIRO (TORRES NOVAS)

A Costa do Pereiro é uma pequena plataforma de meia encosta (de onde deriva topónimo) junto à base do Arrife da Serra d'Aire (Fig. 1: B, n.º 1), cujo interesse científico remonta ao levantamento arqueológico do Parque Natural das Serras de Aire e dos Candeeiros, onde está designada por Povoado da Rexaldia (Araújo e Zilhão 1991: 59-60). O alargamento de um caminho rural nas proximidades motivou a sondagem do sítio em 1995 e a realização de diversas campanhas de escavação entre 1997 e 2000 que atingiram uma área total de 26 m^2. A sequência estratigráfica observada revelou ocupações epipaleolíticas (Carvalho *et al.* 2016), mesolíticas (Carvalho 2008: 51-56), neolíticas (Carvalho *et al.* s.d.), campaniformes (Carvalho 2019: 163-167) e da Idade do Ferro (inéditas).

O Neolítico encontra-se no topo da camada 1b e, apesar de apresentar condições de conservação orgânica, a dificuldade na sua análise advém da pequena espessura do estrato, de ca. 20-35 cm (Fig. 2). Porém, isso não impediu a preservação de contextos particulares e uma sucessão temporal latente – isto é, sem diferenciação estratigráfica – que se infere da datação direta de uma lareira e de um enterramento infantil, que se podem descrever do seguinte modo:

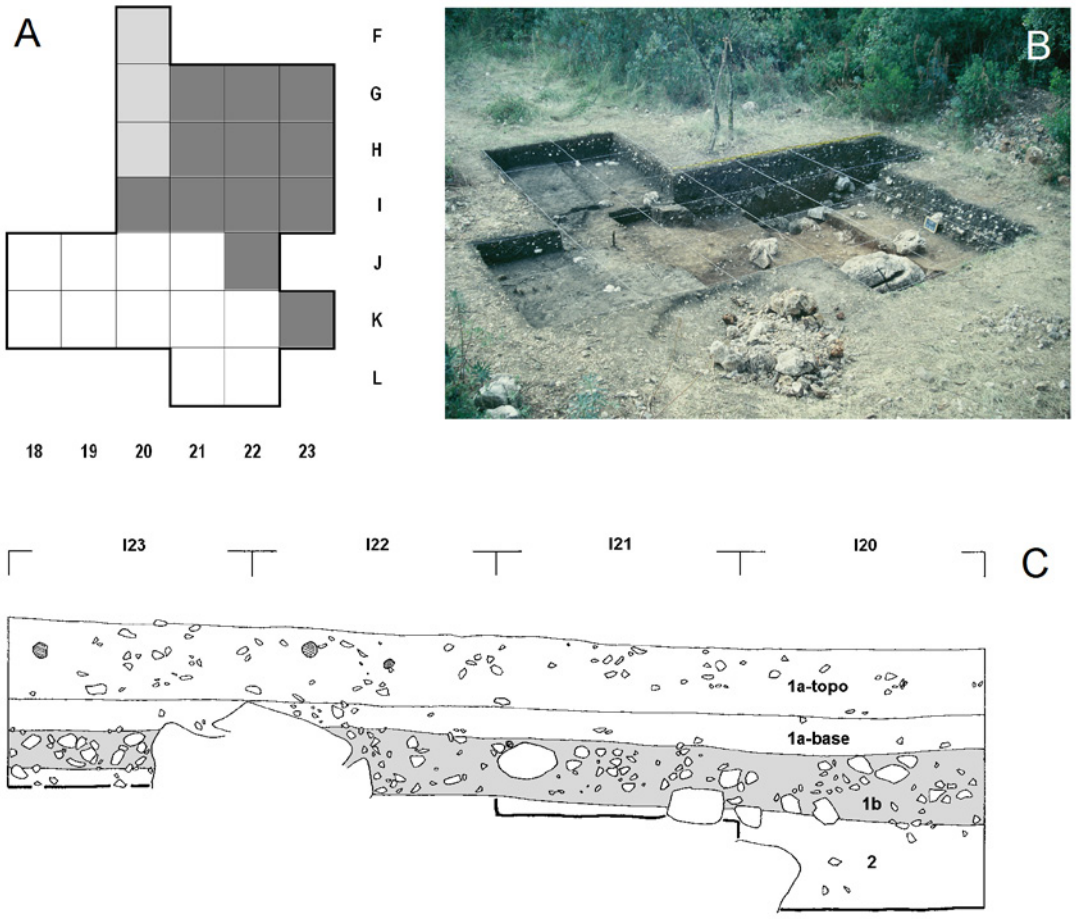


FIG. 2. Costa do Pereiro. A – planta geral da escavação, com indicação dos quadrados escavados no horizonte neolítico (cinza escuro: camada 1b individualizada; cinza claro: camadas 1b e 1a não individualizadas; branco: camada 1b não escavada); B – fotografia geral da escavação após a campanha de 1999; C – perfil estratigráfico I20-23 com camada 1b destacada.

Enterramento infantil

Trata-se de um indivíduo de idade inferior a 6 meses enterrado no topo da camada 2, num covacho sem estruturas ou oferendas associadas. Embora o esqueleto esteja muito incompleto, a presença de ossos frágeis (p. ex., costelas) indica a intencionalidade do enterramento. A sua cronologia neolítica foi confirmada através de datação direta de 3900 cal BC (Quadro 1). Assinale-se que na camada 1b há ainda restos humanos dispersos (três dentes e uma falange de mão) compatíveis com um adulto, cujo local de enterramento não foi identificado.

QUADRO 1. DATAÇÕES DE RADIOCARBONO PARA OS SÍTIOS DESCRITOS EM TEXTO

SÍTIO E CONTEXTO	AMOSTRA	CÓDIGO DE LABORATÓRIO	$\delta^{13}C$ (‰)	%C	C:N	DATAÇÃO BP	CALIBRAÇÃO (CAL BC)*
Pena d'Água, camada Db	Carvões (de *Olea* sp.?)	ICEN-1147	?	–	–	5180 ± 240	4536-4516 (0,4%) 4506-3514 (94,6%) 3424-3410 (0,3%) 3395-3384 (0,2%) mediana: 4002
Costa do Pereiro, enterramento infantil	Ossos de *Homo*	Wk-13682	-19,57	38,4	3,22	5133 ± 45	4043-4013 (7,5%) 3998-3892 (48,6%) 3883-3797 (39,3%) mediana: 3932
Costa do Pereiro, lareira 2	Carvões de *Quercus* sp.	Sac-1744	-26,07	–	–	4410 ± 60	3335-3213 (22,6%) 3191-3146 (6,6%) 3141-2907 (66,2%) mediana: 3065
Lapa dos Namorados, base	Ossos de *Homo*	ICEN-735	?	–	–	5460 ± 110	4536-4517 (1,0%) 4506-4043 (93,7%) 4013-3998 (0,8%) mediana: 4291

* Intervalos de probabilidade segundo a curva de calibração IntCal20 e o software OxCal 4.4.2.

Lareira 2

Identificada na camada 1b, trata-se de uma pequena fogueira (60 cm de diâmetro) delimitada por blocos calcários e preenchida com terras carbonosas e carvões de *Arbutus unedo* (medronheiro; n=2 carvões) e *Quercus* sp. (talvez sobreiro; n=178 carvões) (Fig. 3). Uma amostra foi datada de 3140 cal BC (Quadro 1). No interior da lareira encontravam-se ainda fragmentos de cerâmica dispostos na vertical, pertencentes a um pote hemisférico liso e com sinais de exposição ao fogo.

O exercício de distribuição vertical dos elementos constituintes da camada 1b permitiu perceber que o Neolítico está representado nos níveis artificiais 1 e 2; o nível artificial 3, considerado mesolítico em trabalho anterior (Carvalho, 2008), é mais apropriadamente classificável como palimpsesto, reunindo material de ambos os períodos em proporções talvez aproximadas. Deste modo, podem-se extrair as

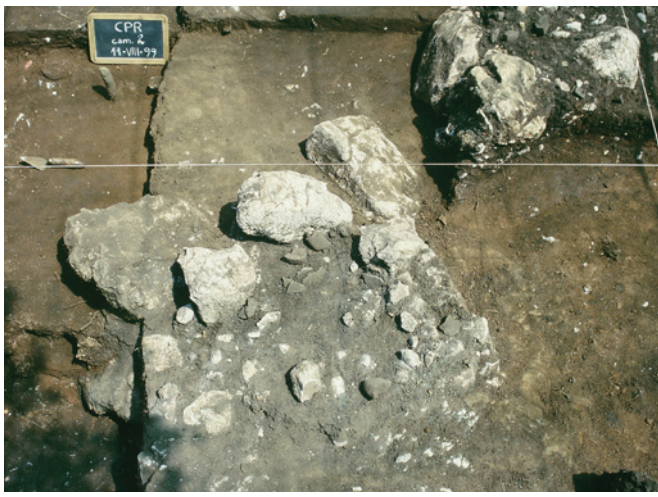


FIG. 3. Costa do Pereiro. Fotografia da Lareira 2 no momento da sua escavação (quadrados I20 e I21), definida por blocos de calcário em semicírculo. Note-se os diversos fragmentos de cerâmica dispostos na vertical no interior da estrutura.

seguintes conclusões quanto a diversos aspetos do registo neolítico desta jazida, tanto artefactuais como zooarqueológicos (Carvalho *et al.* s.d.):

Pedra lascada

Estes artefactos, que permitem a distinção entre a componente mesolítica e neolítica, foram analisados quanto aos núcleos e micrólitos. As movimentações verticais que terão ocorrido no processo de formação desta camada limitam uma análise de elementos de menor carácter de diagnóstico (resíduos de talhe, utensilagens de «fundo comum»). Assim, só no sílex, que tem maior número de núcleos (n=38), foi possível rastrear tendências significantes (Quadro 2): enquanto as peças informes e prismáticas para lamelas têm uma distribuição uniforme, os núcleos bipolares predominam nos níveis artificiais 1 a 3, de onde provêm 10 dos 11 exemplares. Do mesmo modo, o tratamento térmico – procedimento tecnológico que surge no Neolítico – é também dominante nos níveis artificiais 1 a 3, com 17 núcleos face a quatro nos subjacentes. Nas utensilagens geométricas, nota-se um equilíbrio entre segmentos e trapézios (seis de cada tipo) nos níveis 1 e 2 enquanto do nível 3 para baixo dominam os segundos (acompanhados de microburis), que portanto pertencerão na sua maioria à ocupação mesolítica.

QUADRO 2. COSTA DO PEREIRO. DISTRIBUIÇÃO VERTICAL DOS NÚCLEOS, POR MATÉRIA-PRIMA E NÍVEL ARTIFICIAL (n.a.)

	n.a. 1	n.a. 2	n.a. 3	n.a. 4	DEC.*	TOTAL
SÍLEX						
Sobre seixo				1		1
Informes	2	3	2	1	2	10
Bipolares	2	3	5	1		11
Prismáticos c/ 1 plataforma		1	1	2	1	5
Prismáticos c/ 1 plataforma	2	1				3
Prismáticos c/ plataformas alternas	1					1
Prismáticos c/ plataformas cruzadas			1			1
Prismáticos c/ plataformas múltiplas				1		1
Fragmentos de núcleo	3	1		1		5
QUARTZITO						
Sobre lasca	1			1		2
Informes	1			1		2
Discoides	1		1			2
Prismáticos c/ 1 plataforma	1			2		3
Fragmentos de núcleo				1		1
QUARTZO						
Informes				1		1
Prismáticos c/ 1 plataforma		1				1
TOTAIS	14	10	10	13	3	50

* Decapagem do contacto entre a camada 1b (n.a. 5 a 7) e a camada 2.

Cerâmica

Os fragmentos de cerâmica da camada 1b não apresentam uma distribuição vertical uniforme; pelo contrário, concentram-se nos níveis artificiais 1 e 2 e decrescem a partir daí, tanto em número como na dimensão média de cada fragmento (Carvalho *et al.* s.d.: quadro 2), o que concorda com a presença do nível neolítico no topo da camada. Esta componente artefactual é formada por 2450 fragmentos (147 bordos e 1881 bojos), cuja esmagadora maioria corresponde a peças lisas (n=2372; 97,6%), havendo apenas 60 com decoração (10 bordos e 50 bojos). Registam-se ainda quatro pegas mamilares, quatro fragmentos de asa e seis fragmentos de cordões (três fragmentos de carenas e um fragmento de uma base plana serão intrusões da camada 1a sobrejacente). O estudo do conjunto (Martins 2009) permitiu determinar um número mínimo de recipientes (NMR) igual a 73 (depois

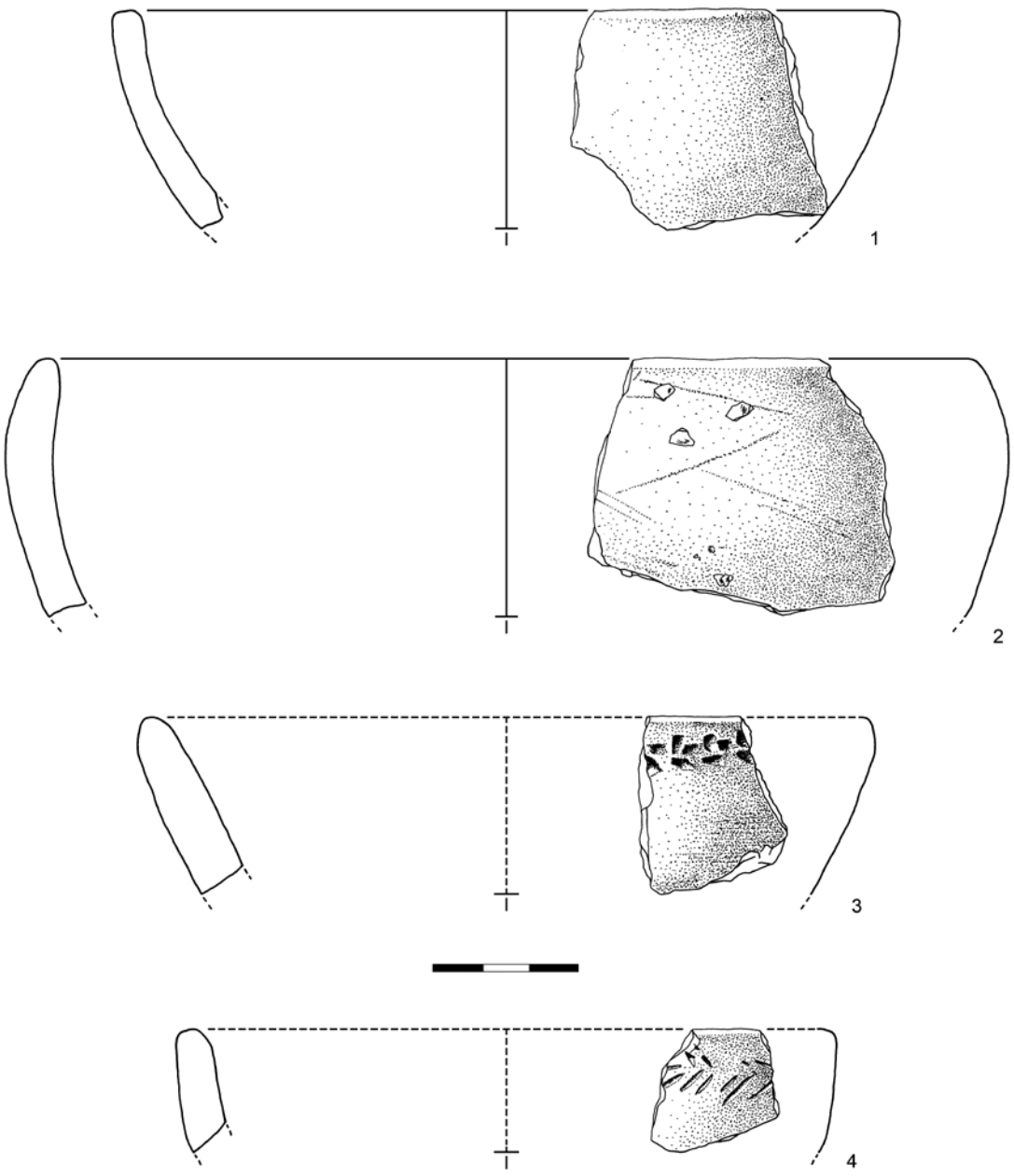


FIG. 4. Costa do Pereiro. Vasos de cerâmica.

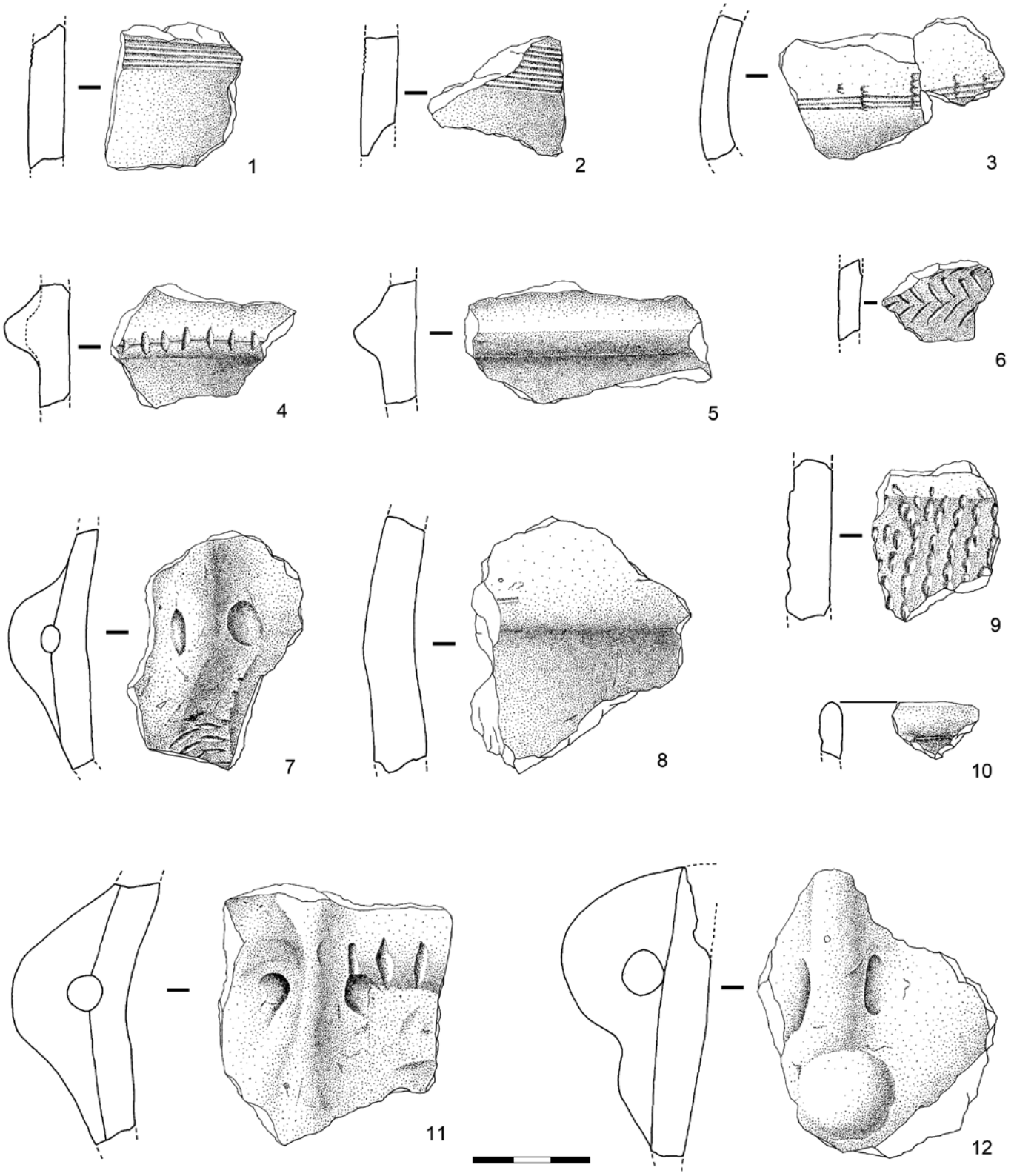


FIG. 5. Costa do Pereiro. Fragmentos de vasos decorados com incisões, impressões e cordões plásticos.

de realizadas remontagens e rejeitados fragmentos de bordo de pequenas dimensões), os quais se podem classificar como taças hemisféricas (n=35) e esféricos (n=3), sendo os restantes de forma indeterminada (n=35). Predominam assim as formas abertas (Fig. 4). Há que notar que esta reduzida variabilidade formal resulta da elevada fragmentação geral do conjunto. Este mesmo fator resulta também numa imagem de recipientes de pequena volumetria, embora se observe a existência de fragmentos de bojos espessos que deverão corresponder a vasos de maiores dimensões, provavelmente de armazenamento. Em termos decorativos, domina a técnica da incisão (31 fragmentos, dos quais 12 bordos), representada por linhas e traços variados e, sobretudo, por penteados (Fig. 5: 1-3). Não se registam sulcos sob o bordo. A impressão está presente em 26 fragmentos (dos quais sete bordos) que incluem ungulações, temas espinhados e/ou em «falsa folha de acácia» (Fig. 4: 4; Fig. 5: 6-7) e o recurso a matrizes diversas. Há um fragmento de bojo decorado com «boquique» (Fig. 5: 9).

Zooarqueologia. A distribuição vertical dos restos faunísticos indica também um conjunto de tendências significativas. Embora uma primeira abordagem se tivesse baseado em análises ainda preliminares (Carvalho, 2008: quadro 17), os resultados finais permitem chegar às mesmas conclusões gerais (Quadro 3): os cervídeos e os suídeos têm uma distribuição relativamente uniforme, ou seja, indiferente ao período cultural predominante em cada nível artificial; ovinos e caprinos são sempre minoritários mas estão representados sobretudo no topo da camada, o que se constitui como um forte argumento no sentido da maior componente neolítica nestes níveis superiores; e os bovinos são exclusivos dos níveis artificiais 1 e 2, portanto coincidentes com os níveis tendencialmente neolíticos.

QUADRO 3. COSTA DO PEREIRO. RESTOS FAUNÍSTICOS: NÚMERO DE RESTOS DETERMINADOS, POR TÁXON E NÍVEL ARTIFICIAL (n.a.)

	n.a. 1	n.a. 2	n.a. 3	n.a. 4	DEC.*	TOTAL
Cabra (*Capra hircus*)			2			2
Ovelha/cabra (*Ovis aries / C. hircus*)	10	7	2	5	1	25
Veado (*Cervus elaphus*)	57	12	14	12	1	96
Corço (*Capreolus capreolus*)		1				1
Bovino (*Bos* sp.)	2	1				3
Suíno (*Sus* sp.)	10	4	2	6	6	28
Lagomorfos	27	17	9	8	14	75
Canídeos				2		2
Felídeos					1	1
Aves	2		1	2	5	10
TOTAIS	108	42	30	35	28	243

* Decapagem do contacto entre a camada 1b (n.a. 5 a 7) e a camada 2.

Em síntese, a camada 1b da Costa do Pereiro é um palimpsesto que reúne, não só ocupações mesolíticas na sua base, como também uma possível sucessão de ocupações neolíticas no topo que tiveram lugar no IV milénio a.C., numa etapa posterior à moda da decoração das taças de cerâmica com sulco sob o bordo. Está presente uma economia de produção testemunhada pela pastorícia de ovelhas e cabras, e talvez bovinos, mas domina claramente a caça de cervídeos. O estatuto dos suídeos é indeterminável neste contexto. A análise traceológica de instrumentos líticos, por seu lado,

não resultou na identificação de elementos de foice (Carvalho *et al.* s.d.). O traço inesperado deste contexto é a presença de restos humanos, designadamente do enterramento infantil, o que remete para facetas talvez inesperadas dos comportamentos funerários nesta época (que deverão merecer atenção no futuro).

2.2. CERRADINHO DO GINETE (TORRES NOVAS)

Todo o sopé da Serra d'Aire junto ao Arrife do Pedrógão está coberto por um mato denso que limita a realização de prospeções de superfície. Porém, o achado de cerâmica pré-histórica em terras lavradas num pequeno terreno murado, de onde resulta o topónimo (Fig. 1: B, n.º 2), suscitou a sondagem de diversos sectores do local em 1993 e 1994, o que acabaria por motivar a escavação do designado Sector IV em 2001, 2009, 2012 e 2014 no âmbito de distintos projetos. O interesse por este sector advém de uma estratigrafia mais bem conservada que engloba dois níveis principais: um, do Cardial, preservado entre a camada lavrada superficial e a *terra rossa* de base, até ao momento apenas publicado parcelarmente (Carvalho 2008: 62-66; Carvalho e Pereira 2017; Masucci e Carvalho 2016); outro, do Neolítico Médio (Nunes 2014; Nunes e Carvalho 2013). Este último, muito afetado pelo amanho das terras, é um nível de 30-40 cm de espessura que não revelou estruturas antrópicas (que deveriam ter existido, como se deduz da presença de termoclastados) mas apenas um conjunto artefactual monótono, sem material orgânico associado. Esta limitação impediu a obtenção de ecofactos e datações absolutas. Distribui-se apenas pela área dos quadrados B'-E/1-9, não tendo sido identificado no Sector IV nascente do sítio (Fig. 6). A sua cronologia estabeleceu-se assim através dos paralelos permitidos pela sua cultura material, em particular com a vizinha gruta-necrópole da Lapa dos Namorados (Carvalho *et al.* 2000), da qual dista 300 m e com que partilha componentes artefactuais semelhantes (Fig. 7). Esta questão será retomada nas conclusões.

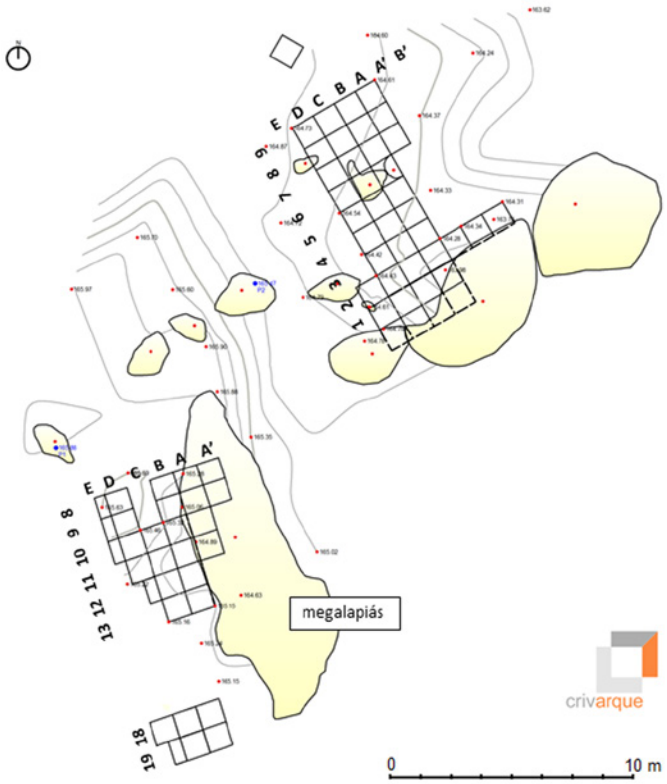


FIG. 6. Cerradinho do Ginete. Planta geral da escavação do Sector IV. O Neolítico Médio está representado somente no subsector nascente (quadrados B'-E/1-9). Levantamento topográfico por Crivarque Lda.

A componente cerâmica é formada por um total de 980 fragmentos (79 bordos e 898 bojos) quase exclusivamente lisos (n=955; 98%), havendo apenas cinco bordos e 17 bojos decorados, uma pega e dois fragmentos de asa. O cálculo do NMR resultou em 46 vasos, predominantemente de formas abertas (25 vasos; 52%) face às fechadas (18 vasos; 38%). Em termos de formas específicas, puderam-se apenas reconhecer peças de tendência hemisférica (46%) devido à fragmentação do conjunto. Merecem destaque dois recipientes com elementos de preensão: uma pega mamilar e uma asa de rolo. Apenas em 14 recipientes se puderam calcular medidas, ainda assim restritas à determinação do diâmetro da boca. Pode dizer-se que os seus valores variam muito – entre exemplares com 5,0 cm e outros com mais de 32 cm – mas têm um diâmetro médio de 11,6 cm. As decorações, incisas e impressas (18% e 7% do NMR, respetivamente), organizam-se em estreitas bandas junto ao bordo. As primeiras são formadas por linhas, traços e sulcos sob o bordo, e as segundas por impressões semicirculares. Um fragmento canelado e outro com impressões de concha serão provenientes da camada cardial subjacente, onde estas decorações estão bem representadas.

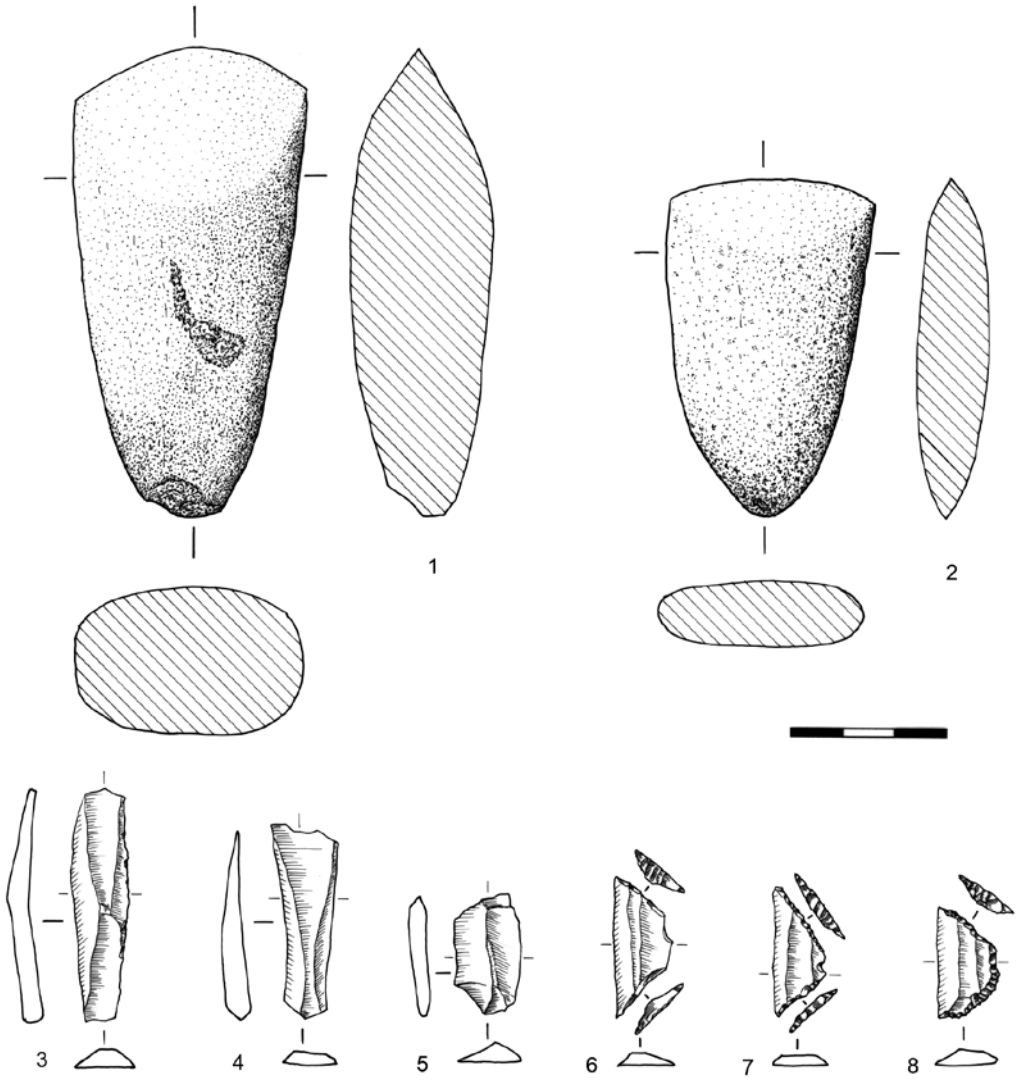


FIG. 7. Lapa dos Namorados. Materiais acompanhantes do contexto funerário do Neolítico Médio: 1-2 – enxós em rocha anfibólica polida; 3-5 – lamelas em sílex; 6-8 – geométricos trapezoidais em sílex (Carvalho *et al*. 2000: fig. 2).

A pedra polida está representada por um único machado, fabricado em anfibolito, com diversas marcas de impactos e lascamentos. O achado de lascas desta rocha corresponde a estas observações (Quadro 4). Por seu lado, o talhe da pedra recorreu sobretudo ao sílex, quartzito e quartzo, que perfazem respetivamente 46,3%, 29,0% e 23,6% do total, relação que não se altera mesmo se descontadas as esquírolas. Outro material talhado (xisto, granito, anfibolito) é residual (representa 1,1% daquele inventário) mas demonstra ainda assim o acesso direto a jazidas destas rochas no Alto Alentejo ou no Vale do Zêzere ou a sua obtenção através de redes de trocas. Os núcleos, utilizados maioritariamente para a extração de lascas, estão representados principalmente por peças bipolares (sobretudo em quartzo) ou sobre seixo (em quartzo e quartzito), o que indica o domínio de estratégias de talhe expeditas. O sílex, por seu lado, é a rocha mais usada na produção de produtos alongados, como se pode ver pela presença de núcleos prismáticos (um dos quais ainda com negativos lamelares) e pela componente alongada presente entre os suportes brutos e transformada em utensílios. A análise destas lâminas e lamelas (n=39, das quais 10 retocadas) verificou que apresentam índices de fragmentação muito elevados e alguma heterogeneidade morfológica geral, predomi-

nando peças de formatos irregulares, perfis longitudinais direitos e secções transversais triangulares, talões sobretudo lisos, e raro tratamento térmico, o que leva a crer num talhe não especializado. Os utensílios retocados somam 49 exemplares, dos quais 33 em sílex. O grupo tipológico mais frequente é o das armaduras, com 13 exemplares (26,5% do total das utensilagens), todas em sílex, e onde dominam os trapézios (n=10) face aos restantes tipos (2 segmentos e 1 triângulo).

QUADRO 4. CERRADINHO DO GINETE. INVENTÁRIO DA INDÚSTRIA DE PEDRA LASCADA

		SÍLEX	QUARTZITO	QUARTZO	XISTO	GRANITO	ANFIBOLITO	TOTAL
DEBITAGEM	Lascas corticais	32	52	33				117
	Lascas não corticais	145	91	48			1	285
	Lâminas	10						10
	Lamelas	19	1	2				22
NÚCLEOS	Sobre seixo		3	4				7
	Poliédricos			1				1
	Discoides		1					1
	Bipolares	1		7				8
	Prismáticos c/ 1 plataforma	2		1				3
	Fragmentos de núcleos			1				1
RESÍDUOS	Esquírolas	82	44	66				192
	Fragmentos inclassificáveis	16	9	6	3	1	3	38
UTENSÍLIOS	Lâminas/lamelas de retoque marginal	7						7
	Lascas de retoque marginal	1	5	4				10
	Entalhes e denticulados sobre lâmina/lamela	3						3
	Entalhes e denticulados sobre lasca	4						4
	Segmentos	2						2
	Trapézios	10						10
	Lamelas de dorso	1						1
	Truncaturas	1						1
	Furadores	1						1
	Raspadeiras		2					2
	Raspadores	1	1					2
	Seixos retocados		2					2
	Fragmentos de utensílios	2	2					4
TOTAIS		340	213	173	3	1	4	734

2.3. PENA DOS CORVOS (ALCANENA)

Este é um sítio inédito localizado numa plataforma calcária que se estende entre o sopé da Serra do Cheirinho e o topo do Arrife de Monsanto, descoberto no final da década de 1990 (Fig. 1: B, n.º 3). Nas suas imediações localiza-se a nascente de um dos mais importantes afluentes a montante da nascente do Rio Alviela. A algumas dezenas de metros do local lavrava há vinte anos uma pedreira. A prospeção revelou um pequeno conjunto cerâmico pré-histórico, sem decoração, associado a lascas de sílex e quartzito. As formas cerâmicas deduzíveis são de morfologia simples. Entre o material talhado, encontra-se ainda um trapézio em sílex. Estes dados conjugados sugerem o Neolítico Médio para o conjunto.

2.4. CASAL DO SÁ 2 (SANTARÉM)

Descoberto e primeiramente descrito por Santos (1992; Carvalho 2018), este sítio define-se por uma dispersão de materiais de superfície no topo e na vertente, suave, de uma pequena elevação sobre o Rio Mourual (Fig. 1: B, n.º 4). Os vestígios surgiram após o plantio de um eucaliptal no final da década de 1980. Nos terrenos incultos que então ainda subsistiam no topo da elevação encontravam-se materiais em pequeno número, o que sugeria a presença de uma área preservada. A cerâmica inclui uma peça decorada com penteados incisos, o que de acordo com os dados da Pena d'Água (Carvalho 1998) e da Costa do Pereiro (ver acima) aponta para o Neolítico Médio, proposta corroborada pelo achado de dois geométricos trapezoidais.

2.5. MOSTEIROS 3 (SANTARÉM)

Este sítio localiza-se nas proximidades do anterior e, portanto, nas mesmas condições gerais de implantação (Fig. 1: B, n.º 4), tendo sido descoberto na mesma ocasião (Santos 1992; Carvalho 2018). Revelou um conjunto lítico incaracterístico (resíduos de talhe em sílex) encontrado conjuntamente com um bordo de uma taça hemisférica ornamentada com uma linha incisa sob o bordo, decoração que sugere o Neolítico Médio.

2.6. CABEÇO DE PORTO MARINHO (RIO MAIOR)

O Cabeço de Porto Marinho (doravante, CPM) está localizado na base de uma elevação arenosa na extremidade meridional do MCE (Fig. 1: B, n.º 5), tendo sido objeto de intervenções sucessivas entre 1987 e 1994 motivadas pelas suas importantes ocupações paleolíticas (Marks *et al.* 1994),

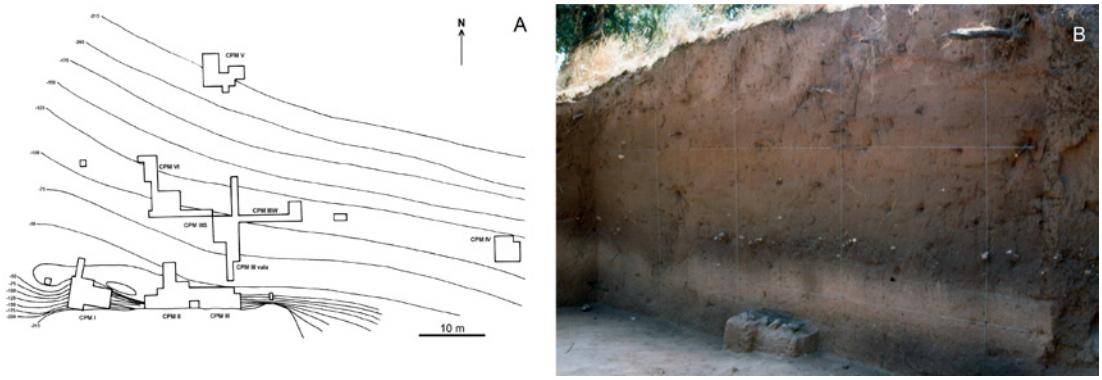


FIG. 8. Cabeço de Porto Marinho. A – planta geral dos sectores escavados. B – perfil estratigráfico do Sector I (foto cedida por Nuno Bicho).

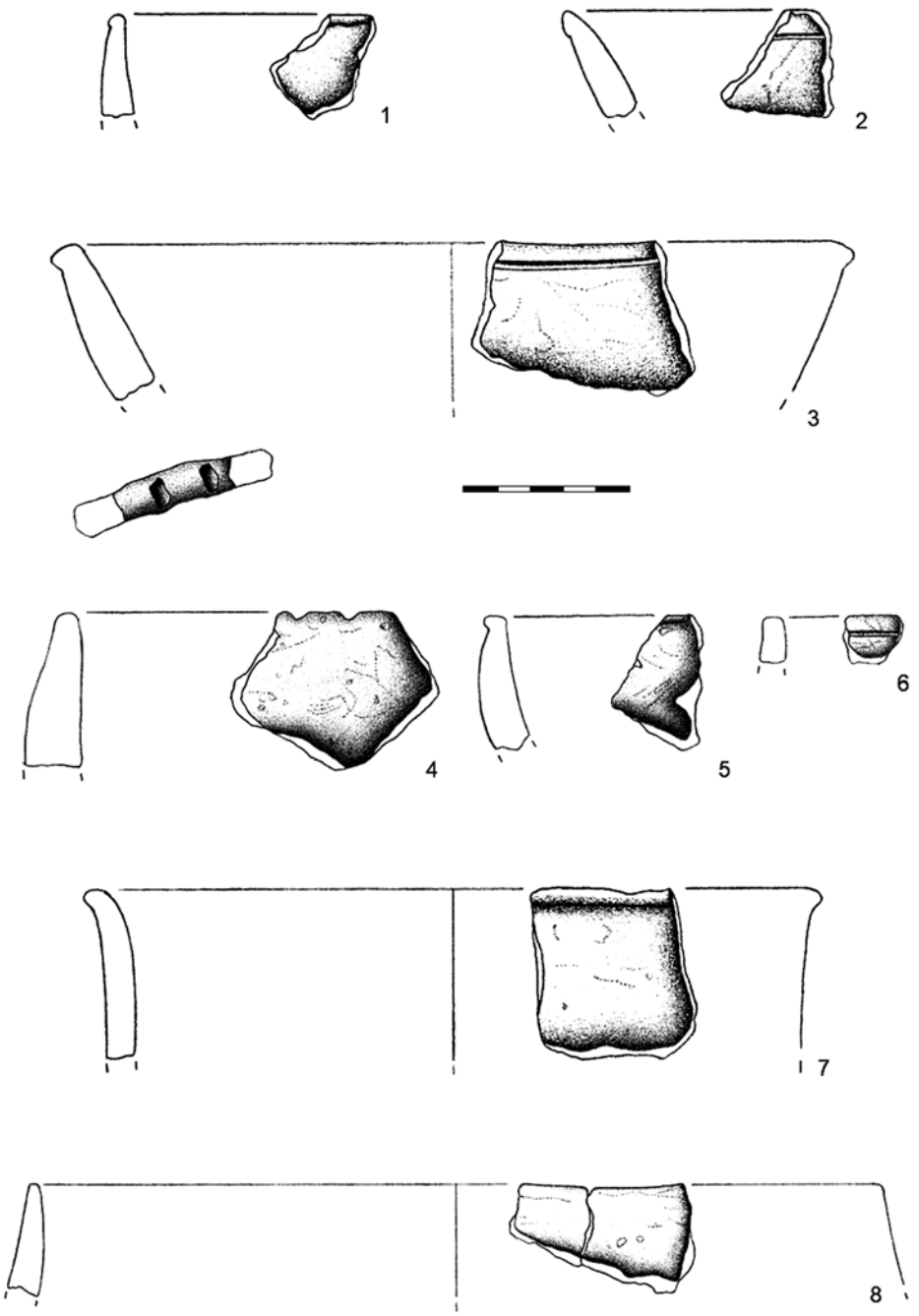


FIG. 9. Cabeço de Porto Marinho. Vasos de cerâmica (Lopes 2015: figs. 153-155, adaptadas).

que resultaram na escavação de diversos sectores do sítio (Fig. 8: A). A julgar pelas observações obtidas no estudo do sector IIIS, onde há ocupações do Neolítico Antigo, pôde concluir-se que, pelo menos no caso dos depósitos holocénicos, houve importantes movimentos pós-deposicionais verticais de artefactos líticos e de carvões que impedem a obtenção de conjuntos fechados e de datações de radiocarbono fidedignas (Carvalho 2008: 87-90). Este facto derivará da natureza arenosa do depósito, como se pode observar eloquentemente no corte estratigráfico do sector I (Fig. 8: B). Por esta razão, não há também preservação óssea que permita aceder a estratégias de exploração animal.

Devido às referidas limitações, as ocupações neolíticas só se puderam estabelecer com base em paralelos cerâmicos estabelecidos para os 7961 fragmentos contabilizados nos níveis holocénicos, os quais indicaram ocupações compreendidas entre o Neolítico Antigo e a Idade do Bronze (Lopes 2015). De acordo com a análise dos mesmos, o Neolítico Médio estará presente nos sectores I, IIIS, IIIT, IIISW e VI. Neste último sector, por exemplo, pôde-se observar a presença, entre outras decorações que pelo menos em parte poderão pertencer a ocupações do Neolítico Antigo, de sulcos sob o bordo e de peças de lábio arredondado saliente (Fig. 9), morfologia particular que se observa também noutros locais do MCE acima referidos.

3. FASEAMENTO E POVOAMENTO: NOVOS DADOS E INTEGRAÇÃO SUPRARREGIONAL

O modelo de um Neolítico Médio em duas etapas, tal como definido por Zilhão e Carvalho (1996) para o MCE com base na sequência da Pena d'Água e em paralelos alentejanos, mantém-se hoje perfeitamente operacional para a região. Em particular, a estratigrafia do referido abrigo indica-o sem margem para dúvidas (Carvalho 1998, 2016). O estudo dos novos contextos de ar livre, esboçado na secção anterior, porém, não fornece uma imagem cronoestratigráfica mais clara que a obtida na década de 1990, o que se deve sobretudo a limitações do registo arqueológico, muitas vezes superficial e sujeito a repetidos processos de reocupação neolítica e posterior. Note-se, a título ilustrativo desta imagem ainda pouco nítida, que a componente geométrica não mostra padrões inequívocos, seja a nível comparativo entre sítios, seja na diacronia. De acordo com os dados disponíveis parece antes haver uma composição equilibrada entre segmentos e trapézios enquanto tipos prevalecentes. Uma indefinição semelhante ocorre no que respeita às produções cerâmicas. Apesar do caráter percentualmente esmagador que as produções lisas detêm sempre que há elementos quantitativos, algumas decorações particulares parecem pontuar na fase «inicial» e outras na fase «plena» do período. Entre as primeiras destacam-se naturalmente os sulcos sob o bordo, presentes na camada Db da Pena d'Água, no Cerradinho do Ginete, Mosteiros 3 e CPM. Entre as segundas, salientam-se os penteados incisos (camada Da da Pena d'Água, Costa do Pereiro, Casal do Sá 2). Outras decorações (traços e linhas incisas, «boquique», «falsa folha de acácia» e temas espinhados), assim como os elementos plásticos (cordões, mamilos), parecem percorrer ambas as fases.

A cronologia absoluta disponível para estes contextos habitacionais é também ainda muito lacunar (Quadro 1): as datações são em muito pequeno número e padecem de desvios-padrão muito dilatados, dificuldades a que acresce a muito baixa fiabilidade da datação ICEN-1147 da Pena d'Água dado o tipo de amostra em que foi obtida (carvões dispersos de espécie arbórea). Ainda assim, parece haver uma tendência, em que se poderão colocar no Neolítico Médio Inicial a camada Db da Pena d'Água, o enterramento infantil da Costa do Pereiro e o contexto funerário da Lapa dos Namorados, que no seu conjunto se colocam *grosso modo* entre 4300 e talvez 3800 cal BC, data convencional correspondente ao início das deposições coletivas nas grandes grutas-necrópole da região (Carvalho e Cardoso 2015). A fase seguinte desenvolve-se ao longo do IV milénio a.C. e culminará na datação da Lareira 2 da Costa do Pereiro, de cerca de 3100 cal BC, que coincide aproximadamente com o final da utilização dessas grutas, representado na região pelo Algar do Barrão (Carvalho *et al.* 2003, 2019).

No que respeita à distribuição no território, estes sítios de ar livre concentram-se no rebordo do MCE virado ao Tejo, ao longo do Arrife (isto é, a escarpa de falha que o separa da bacia daquele rio), repetindo no essencial um padrão, que vem desde o Neolítico Antigo (Carvalho 2008), de concentração na zona de ecótono definida pelo contacto entre ambos os ecossistemas. Nesta conclusão, há que salientar que este padrão estará fortemente condicionado por uma história da investigação que incidiu preferencialmente neste sector do maciço (Araújo e Zilhão 1991; Santos 1992).

Porém, trabalhos realizados tanto ao longo dos numerosos afluentes do Tejo que aqui nascem – p. ex., no concelho de Santarém (Carvalho 2018) – como no interior do próprio MCE – p. ex., no território da *Collipo* romana (Bernardes 2007) – não resultaram em descobertas equiparáveis, pelo que, a haver sítios de ar livre deste período nesses outros sectores da região, como com certeza haverá, não representarão no entanto um tipo de povoamento semelhante ao verificado no Arrife.

Aqui, com efeito, distribuem-se por altitudes variáveis mas sempre baixas, seja nos patamares intermédios do maciço, seja já nos terrenos da Bacia do Tejo, mas nunca nos seus planaltos ou setores próximos dos cumes (note-se que a Serra d'Aire atinge 678 m de altitude e a dos Candeeiros 610 m). A Costa do Pereiro e a Pena d'Água estão literalmente encostados à base do Arrife (a 130 m e 125 m, respetivamente), e os Mosteiros 3, Casal do Sá 2 e CPM encontram-se em pequenas elevações junto a cabeceiras de cursos de água da Bacia do Tejo, respetivamente a 117 m, 100 m e 85 m. Apenas o Cerradinho do Ginete e a Pena dos Corvos se implantam sobre calcários do MCE, conquanto a altitudes moderadas (163 m e 208 m, respetivamente) e junto de acessos naturais às terras baixas. Sem prejuízo de outras explicações, este padrão dever-se-á à proximidade de solos leves, aptos para a agricultura que seria praticada nesta época, e a fontes de água, tanto exsurgências na base da escarpa, como linhas de água. Esta relativa uniformidade quanto à localização geral dos sítios tem correspondência na inexistência de sítios em pontos destacados na paisagem ou de estruturas sugestivas de hierarquizações no interior deste sistema de povoamento. Como se tem vindo a referir, as únicas estruturas conhecidas até ao momento são de combustão, de tipologias variadas, mas de conceção muito simples ou mesmo expedita: fogueiras estruturadas com blocos (Costa do Pereiro) e lareiras, entretanto desmanteladas, constituídas por acumulações de seixos (Pena d'Água, Cerradinho do Ginete e CPM).

Da mesma forma, quase todos estes sítios de ar livre se situam nas imediações de grutas com utilizações funerárias da mesma época. É o caso da Pena dos Corvos, que se localiza imediatamente a sudoeste da necrópole do Algar do Barrão (Carvalho *et al.* 2003), tendo ainda nas proximidades o Algar dos Casais da Mureta (Carvalho *et al.* 2019) e a Gruta dos Carrascos (Gonçalves e Pereira 1974/77), na Serra do Cheirinho, que lhe fica sobrejacente. Se é complexo estabelecer nexos de relação entre realidades funerárias e habitacionais, sobretudo quando o local de habitação não foi sequer escavado, como neste caso, a situação do Cerradinho do Ginete parece mais sugestiva dada a sua muito maior proximidade com a Lapa dos Namorados (Carvalho *et al.* 2000). Com efeito, esta gruta-necrópole, que é formada apenas por uma pequena sala, dista somente 300 m. Os trabalhos de desobstrução espeleológica não puderam progredir devido a blocos colapsados do teto da cavidade, mas identificaram, sob sedimentos com materiais mais recentes (proto-históricos e históricos), um pequeno contexto formado por restos humanos (pertencentes a dois indivíduos adultos) associados a duas enxós em pedra polida, três lamelas e três geométricos trapezoidais em sílex (Fig. 7). A datação de uma amostra desses ossos resultou em 4290 cal BC (Quadro 1), o que aponta para uma fase inicial do Neolítico Médio, e está em consonância com os conjuntos artefactuais tradicionalmente atribuídos ao protomegalitismo alentejano.

A confirmar-se no futuro da investigação esta estreita relação habitat-necrópole, estaremos perante um traço cultural que mostra um certo arreigamento ao território que alguns elementos de natureza económica e de mobilidade humana parecem também sugerir. É certo que o registo arqueológico providenciado pelos contextos habitacionais indica ocupações de duração relativamente curta (mas para as quais faltam dados que permitam aferir a sua duração efetiva, se sazonal, anual ou superior), levadas a cabo por pequenos grupos (talvez formados por uma família extensa, mas os dados para esta quantificação são também nulos). Estes grupos terão explorado sobretudo recursos locais (como se observa no caso das matérias-primas líticas) e parecem ter-se especializado numa pastorícia itinerante de ovinos e caprinos (Valente e Carvalho 2019). Como observado pelo menos na Costa do Pereiro e no CPM, estas estratégias resultaram por vezes na reocupação dos mes-

mos locais. Porém, o facto é que a investigação mais recente tem vindo a sugerir que esta mobilidade de grupo teria tido lugar dentro de territórios relativamente circunscritos.

Com efeito, as análises paleodietéticas ($\delta^{13}C$ e $\delta^{14}N$) e de mobilidade (rácio Sr^{86}/Sr^{87}) que têm vindo a ser realizadas sobre restos humanos de três grutas-necrópole do Neolítico Médio da região – Lugar do Canto, Algar do Barrão e Algar dos Casais da Mureta – permitiram observar duas grandes tendências (Carvalho *et al.* 2019):

1. Que estes grupos detinham estratégias de subsistência assentes unicamente em recursos de origem terrestre. É o caso de sete indivíduos do Lugar do Canto, seis do Barrão, dois dos Casais da Mureta, e do indivíduo infantil da Costa do Pereiro, acima referido. A única exceção é o indivíduo #01 do Barrão, cuja dieta compreendia 21% de recursos aquáticos. Este domínio das dietas terrestres contrasta em parte com o panorama que se tem vindo a estabelecer para os setores mais a jusante do Vale do Tejo, onde os grupos neolíticos coevos aí instalados optaram por um aproveitamento dos recursos aquáticos espontâneos oferecidos pelo então vasto estuário deste rio e seus afluentes (sobretudo o Ota e o Sorraia), aproveitamento que nalguns indivíduos atingiu valores em torno de 40%.

2. Que a maioria dos indivíduos era de origem local. Com efeito, a *baseline* do rácio de estrôncio obtida a partir de restos faunísticos dos Casais da Mureta (que estabeleceu o intervalo de 0,71155-0,70833) indica que apenas dois indivíduos do Barrão seriam não locais – indivíduos #06 (0,711648) e #07 (0,711998) – mas ainda assim oriundos de outros territórios de geologia calcária da Estremadura, dada a compatibilidade dos seus valores de estrôncio com outras *baselines* obtidas na região. Os restantes indivíduos analisados – cinco daquela gruta e três dos Casais da Mureta – mostram valores dentro daquele intervalo, pelo que devem ser classificados como locais. Apesar da pequena representatividade das amostras humanas já analisadas (n=10), os resultados disponíveis sugerem escalas geográficas de mobilidade relativamente reduzidas. Por exemplo, os dados obtidos no Algar do Bom Santo indicam que alguns dos indivíduos aqui depositados seriam originários do Alto Alentejo (Carvalho *et al.* 2016, 2019), o que parece não acontecer no MCE.

Em suma, no MCE desenha-se um padrão de ocupação do território que, no seus aspetos estruturais, repete o observado no baixo vale do Tejo (Carvalho *et al.* 2016; Neves 2018), no Alentejo interior (Soares e Silva 1992) ou ao longo da costa alentejana (Silva *et al.* 1986, 2010; Soares e Silva 2013), embora com adaptações particulares às características ecológicas de cada uma das regiões (sobressaindo no registo arqueológico as que derivam do acesso ao litoral ou a grandes estuários, como o Tejo ou Sado). Nota-se ainda que, na estrita esfera do povoamento e das práticas económicas, há fortes traços de continuidade em relação aos Neolíticos Antigos daquelas regiões. Porém, como sintetizava Carlos Tavares da Silva nas suas reflexões sobre a questão, as relações de parentesco constituíam a base da organização social nestas fases do período, e essas relações parecem agora reforçadas no Neolítico Médio: "A sepultura coletiva exprime esse reforço das relações de parentesco, a consolidação da unidade familiar e, sobretudo, o desenvolvimento do conceito de antepassado que tende a confundir-se com o próprio monumento funerário e espaço circundante" (1993: 182). Ora, é precisamente este fator, o da relação com os antepassados, que parece marcar de facto uma diferença assinalável entre estas fases do Neolítico, e que encontramos de forma conspícua (e de algum modo inesperado) na prática de enterramentos infantis em contexto habitacional na Costa do Pereiro e na proximidade física entre estes e necrópoles formais, de que a relação entre o Cerradinho do Ginete e a Lapa dos Namorados é um caso de estudo a merecer aprofundamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. C.; ZILHÃO, J. (1991) – *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e dos Candeeiros*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Colecção Estudos; 8).

BERNARDES, J. P. (2007) – *A ocupação romana na região de Leiria*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 06).

CARVALHO, A. F. (1998) – Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados das campanhas de sondagem (1992-1997). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:2. p. 39-72.

CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 12).

CARVALHO, A. F. (2016) – The Pena d'Água Rock-shelter (Torres Novas, Portugal): two distinct life ways within a Neolithic sequence. *Del Neolític a l'Edad del Bronze en el Mediterrani occidental. Estudis en homenatge a Bernat Martí Oliver*. Valencia: Servicio de Investigació Prehistòrica (Trabajos Varios; 119), p. 211-223.

CARVALHO, A. F. (2018) – A Pré-História recente. In MATIAS, A., coord. – *Santarém. Carta arqueológica municipal*. Santarém: Município de Santarém, p. 104-111.

CARVALHO, A. F. (2019) – Ambiente regional e integração alargada: estudo de uma população campaniforme. In CARVALHO, A. F., coord. – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas). Torres Novas*: Município de Torres Novas (Coleção Estudos e Documentos; 12), p. 157-186.

CARVALHO, A. F.; ALVES-CARDOSO, F.; GONÇALVES, D.; GRANJA, R.; CARDOSO, J. L.; DEAN, R. M.; GIBAJA, J. F.; MASUCCI, M. A.; ARROYO-PARDO, E.; FERNÁNDEZ, E.; PETCHEY, F.; PRICE, T. D.; MATEUS, J. E.; QUEIROZ, P. F.; CALLAPEZ, P. M.; PIMENTA, C.; REGALA, F. T. (2016) – The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): catchment, diet and patterns of mobility of a Middle Neolithic population. *European Journal of Archaeology*. 19:2, p. 187-214.

CARVALHO, A. F.; ANTUNES-FERREIRA, N.; VALENTE, M. J. (2003) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6:1, p. 101-119.

CARVALHO, A. F.; CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto Cave (Santarém). *Spal*. 24, p. 35-53.

CARVALHO, A. F.; GONÇALVES, D.; DÍAZ-ZORITA, M.; VALENTE, M. J. (2019) – Multi-isotope approaches to the Neolithic cemetery-cave of Bom Santo (Lisbon): new data and comparisons with fourth millennium BC populations from central-southern Portugal. *Archaeological and Anthropological Sciences*. 11, p. 6141-6159.

CARVALHO, A. F.; JACINTO, M. J.; DUARTE, C.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (2000) – Lapa dos Namorados (Pedrógão, Torres Novas): estudo dos materiais arqueológicos. *Nova Augusta*. 12, p. 151-172.

CARVALHO, A. F.; PEREIRA, T. (2017) – Flint variability in a Cardial context. A preliminary evaluation by portable X-ray fluorescence of artefacts from Cerradinho do Ginete (Portuguese Estremadura). In PEREIRA, T.; TERRADAS, X.; BICHO, N. F., eds. – *The exploitation of raw materials in Prehistory: sourcing, processing and distribution*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 265-283.

GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A. R. (1974/77) – Considerações sobre o espólio neolítico da Gruta dos Carrascos (Monsanto, Alcanena). *O Arqueólogo Português*. Série III. VII-IX, p. 49-87.

LOPES, S. (2015) – *Produções cerâmicas do Cabeço de Porto Marinho (Rio Maior): análise tecnológica, tipológica e estilística no contexto da Pré-História recente da Estremadura*. Faro: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve (dissertação de mestrado; policopiada).

MARKS, A. E.; BICHO, N. F.; ZILHÃO, J.; FERRING, C. R. (1994) – Upper Pleistocene Prehistory in Portuguese Estremadura: results of preliminary research. *Journal of Field Archaeology*. 21:1, p. 53-68.

MARTINS, A. F. (1949) – *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo de Geografia Física*. Universidade de Coimbra, Coimbra.

MARTINS, S. (2009) – *Camada 1b da Costa do Pereiro (Torres Novas): contribuição para o conhecimento da cerâmica do Neolítico Médio e Final do Maciço Calcário Estremenho*. Faro: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve (trabalho de seminário de licenciatura; policopiado).

MASUCCI, M. A.; CARVALHO, A. F. (2016) – Ceramic technology and resource use during the Neolithic in central-southern Portugal. *Archaeometry*. 58:2, p. 201-221.

NEVES, C. (2018) – *O Neolítico Médio no Ocidente peninsular: o sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5.º e 4.º milénio AC*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento; policopiada).

NUNES, A. (2014) – *Estudo dos materiais provenientes do Cerradinho do Ginete (Torres Novas, Santarém): contribuição para o estudo do Neolítico Médio português*. Faro: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve (dissertação de mestrado; policopiada).

NUNES, A.; CARVALHO, A. F. (2013) – O Neolítico Médio no Maciço Calcário Estremenho: estado atual dos conhecimentos e perspetivas de investigação futura. *I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 329-334.

SANTOS, N. C. (1992) – Diversidade, diversificação e diferenciação. Aspectos da dinâmica do povoamento calcolítico na fachada atlântica da Península Ibérica. In MOURE-ROMANILLO, A., ed. – *Elefantes, ciervos y ovicaprinos. Economía y aprovechamiento del medio en la Prehistoria de España y Portugal*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 253-274.

SILVA, C. T. (1983) – O megalitismo e os primeiros metalurgistas. In SARAIVA, J. H., dir. – *História de Portugal*, I. Lisboa: Alfa, p. 83-98.

SILVA, C. T. (1987) – Megalitismo do Alentejo ocidental e do sul do Baixo Alentejo (Portugal). *El Megalitismo en la Peninsula Ibérica*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 85-93.

SILVA, C. T. (1993) – Neolítico Médio e Final. O megalitismo. In SILVA, A. C. F. – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 169-194.

SILVA, C. T. (1997) – O Neolítico Antigo e a origem do megalitismo no sul de Portugal. In RODRÍGUEZ--CASAL, A., ed. – *O Neolítico atlántico e as orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 575-585.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo litoral. A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*. Série IV. 1, p. 63-88.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; CARDOSO, J. L.; CRUZ, C. S.; REIS, C. S. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas ^{14}C) e paleoambientais. *Arqueologia*. 14, p. 59-82.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. IX-X, p. 37-88.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (2013) – Economia agro-marítima na Pré-História do Estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. In SOARES, J., ed. – *Pré-História das zonas húmidas. Paisagens de sal*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (Setúbal Arqueológica; 14), p. 145-170.

VALENTE, M. J.; CARVALHO, A. F. (2019) – Southern Portugal animal exploitation systems: trends and changes from Neolithic to Bronze Age. A follow-up overview. *Environmental Archaeology*; disponível online.

VAN CALKER, D. (2020) – *Revisitar a Lapa da Galinha (Alcanena, Santarém): as práticas funerárias no Maciço Calcário Estremenho (4.º e 3.º milénios a.n.e.)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado; policopiada).

ZAMBUJO, G. (2010) – *O sítio pré-histórico do Cerradinho do Ginete (Pedrógão, Torres Novas): Uma abordagem geoarqueológica*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado; policopiada).

ZILHÃO, J.; CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: crono-estratigrafia e povoamento. *I Congrés del Neolític a la Península Ibèrica*, 2. Gavà: Museo de Gavà (Rubricatum; 1), p. 659-672.

O CONJUNTO ARTEFACTUAL DO NEOLÍTICO MÉDIO DA SALA DO RICARDO, LAPA DA BUGALHEIRA (ALMONDA, TORRES NOVAS)

FILIPA RODRIGUES[1]
JOÃO ZILHÃO[2]

RESUMO

Apresenta-se o espólio votivo recolhido na necrópole superficial identificada na Sala do Ricardo, Lapa da Bugalheira, composto sobretudo por pedra polida, um vaso «tipo Montbolo», pedra lascada e braceletes em *Glycymeris* sp. Conjugadas com um conjunto de datações absolutas, estas características artefactuais atestam a utilização do espaço funerário entre 4037 e 3528 cal BC, com paralelos em grutas-necrópole coevas da região central do Maciço Calcário Estremenho.

PALAVRAS-CHAVE: Montbolo, Radiocarbono, Maciço Calcário Estremenho.

ABSTRACT

This paper presents the votive artefacts from the surficial burial context identified at Sala do Ricardo, Lapa da Bugalheira, mostly composed of polished stone tools, a «Montbolo» vessel, knapped stone tools, and *Glycymeris* sp. bracelets. Coupled with the radiocarbon ages obtained on the associated human bone remains, this composition is consistent with funerary useage of the space during the 4037-3528 cal BC interval. Comparable, coeval burial contexts exist in the caves of the Central Limestone Massif of Estremadura.

KEYWORDS: Montbolo, Radiocarbon, Central Limestone Massif.

[1] Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. afrodrigues@letras.ulisboa.pt

[2] Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal; Institució Catalana de Recerca i Estudis Avançats (ICREA), Passeig Lluís Companys 23, 08010 Barcelona, Spain; Universitat de Barcelona, Departament d'Història i Arqueologia, Facultat de Geografia i Història, c/ Montalegre 6, 08001 Barcelona, Spain. joao.zilhao@ub.edu.

1. INTRODUÇÃO

A Lapa da Bugalheira (Zibreira, Torres Novas) localiza-se no limite Sul do Maciço Calcário Estremenho, mais concretamente numa escarpa de falha com cerca de 75 m de altura, localmente conhecida como «Arrife do Almonda».

Afonso do Paço dirigiu o primeiros trabalhos arqueológicos nesta cavidade, na década de '40 do século XX, onde reconheceu ocupações do período «Eneolítico» (Paço, 1941; Paço *et al.*, 1971).

A Sala do Ricardo foi identificada na sequência de uma desobstrução espeleológica realizada pela Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia (STEA), com o objectivo de descobrir o acesso às chamadas «Galerias Oeste» do sistema cársico associado à nascente do Rio Almonda.

A remoção dos blocos expostos na base da escavação de Afonso do Paço, junto à parede da gruta, revelou uma passagem estreita que permitiu aceder a outra área da cavidade, na qual se observavam restos humanos associados a um amplo conjunto artefactual, distribuídos por uma superfície com cerca de 40 m^2. Esta nova área da Lapa da Bugalheira foi designada por Sala do Ricardo, em tributo ao membro da equipa que fez a primeira exploração (Maurício, 1987; Zilhão, 1987).

Se uma primeira leitura da cavidade sugere a existência de dois espaços distintos – a sala escavada por Afonso do Paço e a Sala do Ricardo – a topografia da gruta aliada aos trabalhos de escavação arqueológica que se realizam no local desde 2019 permitem afirmar que, do ponto de vista da espeleogénese, ambos os espaços correspondem a uma só galeria (ver figura 1). A aparente divisão deve-se a um episódio de queda de blocos e à formação de espeleotemas (mantos e lâminas de calcite) que estrangularam a galeria numa zona de meandro e, consequentemente, provocaram a sua colmatação por sedimentos.

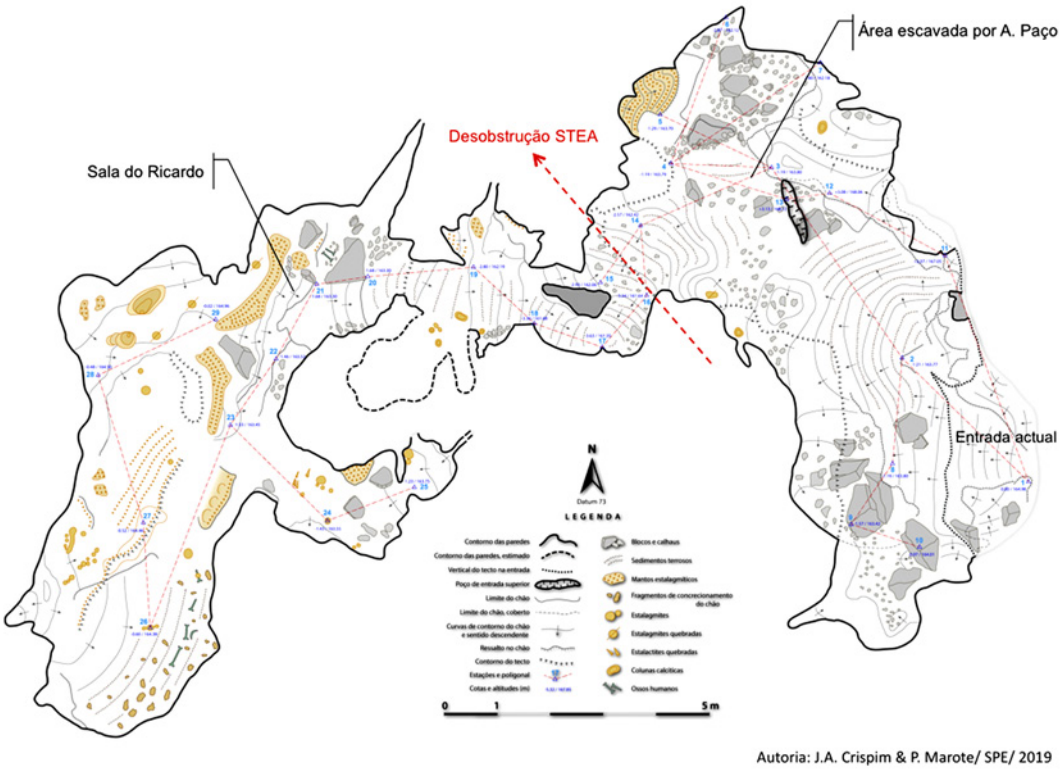


FIG. 1. Lapa da Bugalheira: planta com a indicação da área escavada por Afonso do Paço, a área desobstruída pela STEA e a Sala do Ricardo (Planta: J. A. Crispim e P. Marote, SPE)

Os dados obtidos até ao momento indicam que a Sala do Ricardo está fechada desde o Neolítico Médio, não havendo elementos que apontem para ocupações mais recentes naquela área da cavidade. Até à data, não foram realizadas escavações arqueológicas na Sala do Ricardo, esperando-se executar essa tarefa no âmbito do projeto *ARQEVO – Arqueologia e Evolução dos primeiros humanos na fachada atlântica da Península Ibérica*.

2. DATAÇÕES ABSOLUTAS

A uma primeira datação absoluta, publicada em meados da década de '90 do século XX, juntam-se agora três novas datações, obtidas a partir de restos humanos recolhidos à superfície da galeria, em três áreas bem diferenciadas.

TABELA 1. DATAÇÕES DE RADICARBONO

CÓDIGO DO LABORATÓRIO	AMOSTRA	CONTEXTO	DATAÇÃO BP	CAL BC (2σ)
ICEN-739*	Osso *Homo*	Recolha Superfície	5090 ± 60	4037 - 3711
VERA-7231**	LpBug_SR2 Fémur humano	Recolha Superfície	4910 ± 40	3775 - 3637
VERA-7232**	LpBug_SR3 Fémur humano	Recolha Superfície	4767 ± 35	3638 - 3382
VERA-7233**	LpBug_SR3 Fémur humano	Recolha Superfície	4857 ± 41	3710 - 3528

* Zilhão e Carvalho, 1996; ** Inédita. Calibração com a curva IntCal20 e o programa Calib 8.1.0 (Reimer *et al.*, 2020; Stuiver e Reimer, 1993)

3. CULTURA MATERIAL

Durante o processo de desobstrução da Sala do Ricardo, a STEA recolheu vários artefactos que apontam para a utilização da cavidade em diferentes momentos dentro da diacronia neolítica e calcolítica, conforme tinha sido já atestado pela intervenção de Afonso do Paço. Algumas dessas peças – tais como o ídolo almeriense, o lagomorfo, ou o conjunto de lâminas em sílex de grandes dimensões – deverão estar relacionadas com os contextos escavados na década de '40 do século XX (Maurício, 1987).[3]

Os artefactos abaixo analisados correspondem aos que foram seguramente recolhidos no interior da Sala do Ricardo, estando, assim, associados aos restos humanos datados.

Este conjunto artefactual foi subdividido em quatro categorias de acordo com as suas características tecnológicas: *i*) cerâmica; *ii*) pedra lascada; *iii*) pedra polida e *iv*) adornos.

[3] Por lapso, um trabalho realizado no âmbito da formação académica do autor, considerou que o espólio recolhido pela STEA provinha todo do interior da Sala do Ricardo (Nunes, 2011). O inventário correcto é o que se oferece no presente trabalho.

3.1. CERÂMICA

A componente cerâmica da Sala do Ricardo resume-se a um vaso inteiro, recolhido num nicho da galeria com c. de 5 m^2 de área.

Trata-se de um exemplar «tipo Montbolo», de forma globular e boca elíptica, com duas asas de perfuração vertical; os elementos de preensão são uma das características definidoras deste grupo tipológico. As superfícies do vaso não têm qualquer decoração e observa-se a aplicação de almagre na superfície externa.

No bordo, o comprimento é de 114,20 mm e a largura é de 95,06 mm. A profundidade não ultrapassa os 140,64 mm.



FIG. 2. 1) Vaso «tipo Montbolo»; 2) Lâminas; 3) Braceletes em *Glycymeris* sp. (Fotos: Pedro Souto, STEA)

3.2. PEDRA LASCADA

Foram recolhidas três lâminas em sílex, duas inteiras e outra sem a parte distal, fracturada por flexão.

As lâminas são de pequenas dimensões, com uma largura média de 11,88 mm e comprimento de 84,82 mm.

A largura dos talões (inferior à largura média do corpo), os bolbos salientes com ondulações visíveis, e os bordos e nervuras regulares, parecem atestar a utilização da percussão indirecta como método de debitagem. A ausência de córtex, assim como as secções trapezoidais, indica extracção na fase plena de debitagem.

Apenas um exemplar apresenta retoque invasor, observando-se no bordo direito um brilho intenso comummente designado como «lustre de cereal». Não foi ainda possível averiguar se a peça foi utilizada como elemento de foice ou se esta característica tem outra causa.

O tratamento térmico está ausente.

3.3. PEDRA POLIDA

O conjunto artefactual da pedra polida é composto por 31 elementos, distribuídos por três categorias tecno-tipológicas: machados (17), enxós (11) e goiva (uma). Incluídas neste conjunto estão duas peças com as superfícies polidas, de tipologia «indeterminada».

3.3.1. Machados

A análise macroscópica da matéria-prima utilizada na elaboração dos machados permite a sua integração no grupo das rochas anfibolíticas.

À excepção de um machado fracturado no gume, todos os exemplares recolhidos na Sala do Ricardo estão inteiros e não apresentam qualquer marca de utilização ou de fixação.

O polimento total dos machados foi aplicado apenas a duas peças, estando presente, na maioria dos casos (10), apenas no gume. Reconhecem-se outras variantes de polimento das superfícies, que incluem, além do gume, os bordos e os flancos (5).

Do ponto de vista tipológico, verifica-se o predomínio das secções transversais rectangulares ou sub-rectangulares (12). No que respeita às secções longitudinais, oito machados são convergentes no gume, sendo os restantes nove biconvexos. Em termos de dimensões e considerando apenas os comprimentos, verifica-se que grande parte do conjunto não ultrapassa os 15 cm (13), dois exemplares situam-se nos 15-20 cm, havendo dois machados longos com mais de 20 cm. As larguras variam entre os 4 cm e os 7 cm.

4.3.2. Enxós

As enxós presentes neste conjunto foram executadas com recurso a rochas anfibolíticas e xistos esverdeados.

Todos os exemplares estão inteiros e nenhum apresenta marcas de fixação.

O polimento total foi registado em cinco casos. Três estão polidas apenas no gume; as restantes, no gume e flancos (duas), e no gume, flanco e bordos (uma).

Tipologicamente, oito apresentam secção transversal retangular, observando-se ainda secções trapezoidais (uma), quadrangulares (uma), e elípticas (uma). No que concerne às secções longitudinais, predominam as peças convergentes no gume (cinco), estando ainda presentes secções convergentes no talão (três), biconvexas (duas), e com flancos paralelos (uma). As dimensões destas peças não ultrapassam os 15 cm de comprimento, havendo quatro peças com menos de 10 cm, entre as quais se inclui uma pequena enxó com ca. de 5 cm. As larguras estão compreendidas entre os 3 cm e os 6 cm.

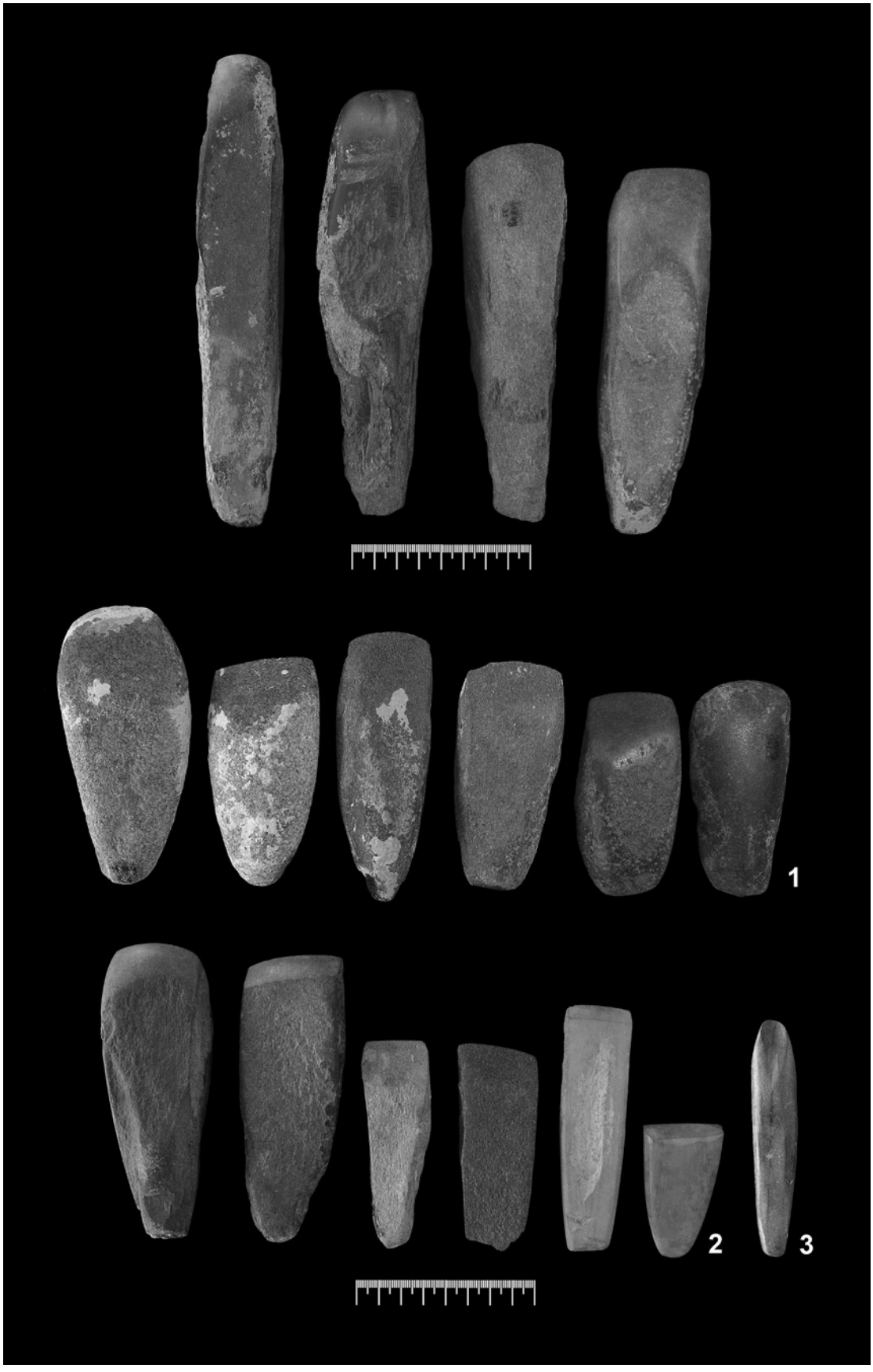


FIG. 3. Pedra Polida: 1. Machados; 2. Enxós; 3. Goiva (Fotos: Pedro Souto, STEA)

4.4.3. Goiva

O polimento total do único exemplar desta categoria não permitiu, através da observação macroscópica, a correcta identificação da matéria-prima utilizada na sua elaboração.

Esta peça encontra-se intacta, tendo 114, 60 mm de comprimento.

Não se observam marcas de uso.

3.4. ADORNOS

Na categoria dos adornos, integram-se duas braceletes em *Glycymeris* sp., uma inteira e outra fragmentada pela metade.

Não obstante, foi possível determinar os diâmetros internos e externos do exemplar fracturado: 76,27 mm e 86,55 mm, respetivamente. Este exemplar apresenta uma espessura máxima de 4,61 mm e uma largura máxima de 9,16 mm. As suas superfícies são irregulares, observando-se pontualmente marcas de abrasão e polimento quer no bordo externo quer no bordo interno.

Situação contraria é a do exemplar inteiro, cujas superfícies estão bem regularizadas por abrasão e polimento. Este exemplar tem diâmetro interno de 43,72 mm e externo de 56,84 mm. A sua espessura máxima é de 5,23 mm e a largura máxima de 7,65 mm.

4. PRIMEIRA LEITURAS

As quatro datações absolutas disponíveis para a Sala do Ricardo asseguram a utilização daquele espaço como necrópole na primeira metade do quarto milénio (4000-3500) cal BC, ou seja, durante o Neolítico Médio.

Este intervalo de tempo é compatível com as características do espólio em análise, confirmando que aquela área da cavidade não foi reutilizada durante o Neolítico Final e o Calcolítico. Aceitando que as inumações escavadas por Afonso do Paço ocorreram no final do 4.º/ início do 3.º milénio cal BC, como indica o espólio publicado, o episódio de queda de blocos que cerrou o meandro que antecede a Sala do Ricardo pode ter acontecido durante a segunda metade do 4.º milénio cal BC.

O quadro cronométrico agora existente sugere duas fases de uso da Sala do Ricardo: o primeiro está representado pelas amostras ICEN-739 e VERA-7231, (4037 - 3637 cal BC); o segundo está representado pela amostra VERA-7232 (3638-3382 cal BC).

Esta divisão reflecte-se na cultura material exumada, designadamente na componente cerâmica. Com efeito, a presença do vaso de «tipo Montbolo» ajusta-se bem à datação ICEN-739, uma vez que, na Catalunha, esta tipologia está documentada até ao primeiro quartel do 4.º milénio cal BC (Edo *et al.*, 2003).

A aceitação desta leitura implica admitir a inexistência da deposição de cerâmicas na segunda fase de utilização da Sala do Ricardo. Por oposição, a pedra polida dominaria de forma maciça o espólio votivo desta época.

Este padrão – ausência/ raridade do aparelho cerâmico *vs* abundância de pedra polida – foi já registado para a fase plena do Neolítico Médio, na região central do Maciço Calcário Estremenho. Embora se admita que o conjunto artefactual em análise possa estar truncado devido à natureza da recolha (refira-se, por exemplo, a ausência de micrólitos geométricos e de contas de colar), a colecção apresenta, no cômputo geral, características comuns às grutas-necrópole coevas, localizadas na área regional em apreço, a saber: camada D da Gruta do Cadaval, Tomar (Oosterbeek, 1995); Algar do Barrão, Alcanena (Carvalho *et al.*, 2003; Carvalho e Cardoso, 2015); Gruta do Lugar do Canto,

Alcanede (Leitão *et al.*, 1987; Cardoso e Carvalho, 2008); Gruta das Alcobertas, Rio Maior (Cardoso, 2020); camada 3 da Gruta da Feteira, Lourinhã (Zilhão, 1984,1995); Algar do Bom Santo, Alenquer (Carvalho, 2014) (ver Tabela 2).

TABELA 2. QUADRO SÍNTESE DO ESPÓLIO RECOLHIDO NAS GRUTAS-NECRÓPOLE DO NEOLÍTICO MÉDIO, DA ÁREA CENTRAL DO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO (PRINCIPAIS CATEGORIAS ARTEFACTUAIS COMUNS)

ARTEFACTOS			SÍTIOS: SALA DO RICARDO 3990-3510 CAL BC	CADAVAL (CAMADA D) 4350-3340 CAL BC	BARRÃO 3782-3102 CAL BC	LUGAR DO CANTO 3948-3370 CAL BC	ALCOBERTAS 3770-3510 CAL BC	FETEIRA (CAMADA 3) 3510-3042 CAL BC	BOM SANTO 3800-2918 CAL BC
CERÂMICA		Lisa	1	10	2	–	1	3	3
		Decorada	–	3	–	–	–	–	1
PEDRA LASCADA		Núcleos	–	–	–	4	–	–	–
	PRODUTOS ALONGADOS	Lâmina	3	n.d.	–	11	30	4	37
		Lamela	–		–	8		–	
	GEOMÉTRICO	Segmento	–	–	–	1	–	–	5
		Trapézio	–	2	–	33	1	3	23
		Triângulo	–	–	–	1	–	–	2
PEDRA POLIDA		Machado	17	1	1	12	2	3	7
		Enxó	11	1	3	16	5	2	14
		Goiva	1	1	–	1	1	–	–
FURADOR		Produtos Alongados	–	–	1	–	1	–	–
		Osso	–	–	1	9	3	–	11
ADORNOS	CONTAS COLAR	Concha	–	n.d.	–	79	–	1	70
		Pedra	–		–	1	–	–	9
	BRACELETE	Concha	2	–	1	4	–	–	2
		Pedra	–	–	–	1*	–	–	–

A homogeneidade dos espólios votivos verificada nos sítios supramencionados é reveladora de uma padronização do comportamento simbólico das sociedades do Neolítico Médio, associada ao arranque, por volta de 3700 cal BC (Neves, 2015), do megalitismo funerário (aqui entendido como «[...] a funerary phenomenon that occurred roughly between the 4th and 3rd millennia BCE, corresponding to a complex set of magical and religious rules related to death and was not strictly a type of funerary architecture» (Boaventura, 2011)). Se, por um lado, trabalhos de investigação recentes contribuíram para a definição cronológica e cultural desta etapa do Neolítico (Boaventura, 2011; Carvalho, 2014; Neves, 2015), a pergunta sobre quais os mecanismos que terão desencadeado este fenómeno permanece ainda sem resposta.

AGRADECIMENTOS

À equipa da STEA que, na década de '80 do século XX, desobstruiu a Sala do Ricardo: Ricardo Rodrigo, Pedro Souto, Pedro Henriques e António Clara.

Ao Pedro Souto, pela indicação da proveniência dos materiais arqueológicos recolhidos na Sala do Ricardo e pelo apoio incondicional nesta nova fase dos trabalhos arqueológicos.

Os trabalhos na Lapa da Bugalheira são realizados no âmbito do projecto *ARQEVO*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (PTDC/HAR-ARQ/30413/2017), e têm o apoio do Município de Torres Novas e da Renova – Fábrica de Papel do Almonda, S.A.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of megalithism in South-Central Portugal, In *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*, 1, pp. 159-190.

CARDOSO, J. L. (2020) – A necrópole da gruta das Alcobertas (Rio maior) e a sua importância para o conhecimento do Neolítico Médio em Portugal, In Estudos Arqueológicos de Oeiras, 27, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 117-140.

CARDOSO, J. L.; CARVALHO, A. F. (2008) – A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português, In CARDOSO, J. L., ed. – *Octávio da Veiga Ferreira. Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor,* Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 16), pp. 269-300.

CARVALHO, A. F., ed. (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*, Faro, Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17).

CARVALHO, A. F.; ANTUNES-FERREIRA, N.; VALENTE, M. J. (2003) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena), In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 6 (1), p.101-119.

CARVALHO, A. F.; CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém), In *SPAL*, Sevilla, 24, pp. 35-63.

EDO, M.; VILLALBA, M. J.; BLASCO, A. (2003) – Cardial, epicardial y postcardial en Can Sadurní (Begues, Baix Llobregat). El largo fin del Neolítico Antigo en Cataluña. In *Actas III Congresso del Neolítico de la Península Ibérica*, pp. 867-877, Santander, Universidad de Cantábria.

LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. da V.; ZBYSZEWSKI, G. (1987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede), In *O Arqueólogo Português*, Série IV. 5, pp. 37-66.

MAURÍCIO, J. (1987) – Contribuição para o conhecimento da Pré-História no Concelho de Torres Novas. In *Almondinha*, Torres Novas, 2, pp. 6-9.

NEVES, C. (2018) – O Neolítico médio no Ocidente Peninsular: o sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5.º e 4.º milénio AC. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obter o grau de Doutor no ramo de História, especialidade de Pré-História. 2 vols (policopiado).

NUNES, A. (2011) – Estudo dos materiais de carácter votivo provenientes da Sala do Ricardo, na Lapa da Bugalheira (Torres Novas), Relatório de Seminário do Curso de Licenciatura em Arqueologia, apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve (policopiado).

OOSTERBEEK, L. (1995) – O Neolítico e o Calcolítico na região do Vale do Nabão (Tomar), In KUNST, M., ed. – *Origens, estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras*. Lisboa, Instituto do Património Arquitetónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 7), pp. 101-107.

PAÇO, A. do (1941) – Nota sobre a Lapa da Bugalheira, In *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968)*, Volume II, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 275-279.

PAÇO, A. do; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V. (1971) – Resultado das escavações na Lapa da Bugalheira (Torres Novas). In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 55, pp. 23-48.

REIMER, P. J.; AUSTIN, W. E. N.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BLACKWELL, P. G.; BRONK RAMSEY, C.; BUTZIN, M.; CHENG, H.; EDWARDS, R. L.; FRIEDRICH, M.; GROOTES, P. M.; GUILDERSON, T. P.; HAJDAS, I.; HEATON, T. J.; HOGG, A. G.; HUGHEN, K. A.; KROMER, B.; MANNING, S. W.; MUSCHELER, R.; PALMER, J. G; PEARSON, C.; VAN DER PLICHT, J.; REIMER, R. W.; RICHARDS, D. A.; SCOTT, E. M.; SOUTHON, J. R.; TURNEY, C. S. M.; WACKER, L.; ADOLPHI, F.; BÜNTGEN, U.; CAPANO, M.; FAHRNI, S. M.; FOGTMANN-SCHULZ, A.; FRIEDRICH, R.; KÖHLER, P.; KUDSK, S.; MIYAKE, F.; OLSEN, J.; REINIG, F.; SAKAMOTO, M.; SOOKDEO, A.; TALAMO, S. (2020) – The IntCal20 Northern Hemisphere Radiocarbon Age Calibration Curve (0–55 cal kBP). *Radiocarbon* 62, 725-757.

STUIVER, M.; REIMER, P. J. (1993) – Extended 14C data base and revised CALIB 3.0 14C age calibration program. *Radiocarbon* 35, 215-230.

ZILHÃO, J. (1984) – *A Gruta da Feteira (Lourinhã). Escavação de salvamento de uma necrópole neolítica*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural (Trabalhos de Arqueologia, 1).

ZILHÃO, J. (1987) – Novas perspectivas para a investigação da Pré-história da região de Torres Novas, In *Almondinha*, Torres Novas, 2, pp. 13-15.

ZILHÃO, J. (1995) – Primeiras datações absolutas para os níveis neolíticos das grutas do Caldeirão e da Feteira: suas implicações para a cronologia da Pré-história do Sul de Portugal, In KUNST, M., ed. – *Origens, estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras*. Lisboa, Instituto do Património Arquitetónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 7), pp. 113-122.

ZILHÃO, J.; CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho. Crono-estratigrafia e povoamento. In *Actes I Congrés del Neolític a la Península Ibérica 2*, pp. 659-671, Gavà, Museu de Gavà.

O 3.º milénio e o que vem imediatamente antes

A PROPÓSITO DE ALGUMAS PLACAS VOTIVAS DA ANTA GRANDE DA COMENDA DA IGREJA (MONTEMOR-O-NOVO, ALENTEJO MÉDIO): BREVES LEITURAS, ESPERANDO OUTRAS, MAIS EXTENSAS E SISTEMÁTICAS

VICTOR S. GONÇALVES[1]
MARCO ANTÓNIO ANDRADE[2]

RESUMO

A Anta Grande da Comenda da Igreja, localizada no vasto território megalítico do Alentejo médio, quase no seu extremo ocidental (área de Montemor-o-Novo), corresponde a um sepulcro de grandes dimensões, de Câmara e Corredor diferenciados, incluído num extenso núcleo onde se encontram outros monumentos dignos de nota, como Paço (de Aragão), Curral da Antinha, Varelas ou Batepé. Com trabalhos de investigação que se estendem desde finais do século 19 até à actualidade, forneceu uma quantidade impressionante de espólio votivo, ascendendo a cerca de milhar e meio os registos de artefactos e objectos, revelando um intenso uso funerário colectivo deste monumento entre finais do 4.º milénio e meados do 3.º milénio a.n.e. (e possivelmente prolongando-se para além de este intervalo). Daquele importante conjunto votivo, destacam-se as placas votivas (e os báculos), contabilizando mais de uma centena de elementos (entre placas de xisto gravadas e placas de grés). Antes do estudo monográfico completo deste expressivo conjunto, o presente trabalho pretende apresentar uma leitura a partir de alguns exemplares notáveis, integrando-os na colectânea genérica das placas de xisto gravadas do Sul de Portugal e salientando o carácter *sui generis* dos conjuntos recolhidos no extremo ocidental do Grupo Megalítico médio-alentejano, onde a área de Montemor-o-Novo se inclui.

ABSTRACT

Dolmen 1 of Comenda da Igreja («Anta Grande»), located in the vast megalithic territory of medium Alentejo, in its western edge (area of Montemor-o-Novo), corresponds to a large-size dolmen, included in an extensive cluster where one can find other noteworthy tombs, such as Paço (de Aragão), Curral da Antinha, Varelas and Batepé. With research works that spread from the late 19th century to present days, it has provided an impressive votive set, amounting to over 1500 registers of artefacts and objects, revealing an intensive funerary use of this tomb between the late 4th millennium and the mid-3rd millennium BCE (possibly extended beyond this time frame). Out of this important set, one can highlight the votive plaques (and the crosiers), counting more than 100 elements (between engraved schist plaques and sandstone plaques). Before the comprehensive monographic study of this expressive set, this paper intends to present a reading about some notable specimens, integrating them in the generic collectanea of the engraved schist plaques in Southwestern Iberia, emphasising the particular character of some sets collected in the Middle Alentejo Megalithic Group.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; WAPS – Projecto PLACA-NOSTRA; vsg@campus.ul.pt.
[2] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; WAPS – Projecto PLACA-NOSTRA; marcoandrade@campus.ul.pt.

O MONUMENTO, A SUA HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO

1. ABRINDO

A Anta Grande da Comenda da Igreja (Montemor-o-Novo) integra-se num extenso grupo megalítico do Alentejo médio que inclui naturalmente subgrupos, um dos quais objecto de estudo recente (Gonçalves e Andrade, 2014-2015). Particularmente interessante é o facto de este Grupo reunir monumentos de arquitectura muito diversa, que pode ser lida sequencialmente, e registar artefactos votivos «de luxo», manifestamente importados. As placas votivas, tanto de grés como de xisto, gravadas ou lisas, são de diferentes tipologias, incluindo esta última categoria Placas híbridas, placas CTT, placas «loucas», Placas com a Cabeça enquadrada em M, placas com motivos antropomórficos e até mesmo uma com uma gravação (moderna) de uma mulher de cabelos compridos no verso... As placas de grés, em muito menor número, também se referem a diferentes modalidades, desde as lisas com uma moldura envolvente, idênticas à de Santa Rita e à de Alcoutim, até às gravadas com motivos diversos. O que aumenta o interesse de este monumento.

2. A ANTA GRANDE DA COMENDA DA IGREJA: DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

A Anta Grande da Comenda da Igreja (CNS 616), localizada em Montemor-o-Novo, na antiga freguesia de Nossa Senhora do Bispo, corresponde a um sepulcro megalítico de grandes dimensões, de Câmara e Corredor diferenciados, característico do apogeu do Megalitismo médio-alentejano. A sua arquitectura consiste numa Câmara poligonal composta por oito esteios de granito (aos quais se junta um esteio de reforço por trás dos esteios 5 e 6), com cerca de 4,50 m de diâmetro e cerca de 6 m de altura, incluindo a espessura do Chapéu. Este encontra-se *in situ,* fracturado transversalmente em duas porções. O Corredor, longo, orientado a 104º (segundo Oliveira *et al.*, 2007), de lados sensivelmente paralelos, apresenta cerca de 10,50 m de extensão, composto por dois tramos diferenciáveis: uma secção inicial, formada por esteios de pequena dimensão (podendo corresponder a uma área de Átrio, com pilaretes de encaixe de uma possível estrutura de fecho); uma secção terminal, formada por esteios mais robustos (seis em ambos lados, com lajes de menores dimensão na transição para a Câmara, podendo corresponder ao encaixe de uma possível estrutura de fecho). Mantém a «laje de fecho em cutelo» *in situ*, assim como as Tampas do Corredor (em cerca de 7 m de extensão, correspondendo ao tramo formado pelos esteios mais robustos, sendo assim descoberto o possível Átrio). O *Tumulus* conserva-se em cerca de 3,50 m da sua altura, com cerca de 35 m de diâmetro.

Posiciona-se, segundo a folha n.º 436 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000) nas seguintes coordenadas geográficas (datum WGS84):

Latitude: 38º45'28,72"N
Longitude: 08º12'11,53"W
Altitude: 174 m

Implanta-se numa elevação suave incluída em área aplanada aberta, sobre uma plataforma baixa sobranceira à margem direita da Ribeira de Lavre (a cerca de 150 m desta), numa paisagem característica da típica peneplanície médio-alentejana. A cerca de 620 m a Norte localiza-se um outro monumento, a Anta Pequena da Comenda da Igreja (para além de um outro pequeno sepulcro, referido como destruído ao tempo de Manuel Heleno), assim como, um pouco mais afastados, os sepulcros de Oliveira da Cruz, Horta do Teixeira, Monte de Cima e Estanque.

Geologicamente, segundo a folha n.º 35D da Carta Geológica de Portugal (esc. 1:50 000; Zbyszewski *et al.*, 1994) posiciona-se em contexto de rochas hercínicas orogénicas, nomeadamente

tonalitos associados a granodioritos e granitos biotíticos de grão médio do Maciço Granítico de Pavia, perto da transição (efectivada por uma falha provável) para trondhjemitos e granodioritos associados, separando aquela primeira mancha do soco de granodioritos e granitos indiferenciados; encontram-se igualmente na envolvência pequenas bolsas de metabasitos e metapelitos da Formação do Carvalhal (Ordovícico-Silúrico) e veios de microgranitos e pegmatitos com granitos de grão grosseiro associados.

AGCI foi primeiramente escavada por José Leite de Vasconcellos entre finais do século 19 e inícios do século 20 (Vasconcellos, 1905, p. 41; Machado, 1964; Carreira, 1995-1996), tendo sido alvo de intervenções posteriores por parte de Manuel Heleno ao longo da década de 30 do século 20 (entre 1931 e 1934; cf. Rocha, 2005) e de Mário Varela Gomes na década de 80 do mesmo século (incidindo principalmente na área do Átrio). Forneceu, durante estas intervenções, uma quantidade considerável de espólio votivo – indicando, como seria expectável pela sua dimensão, um sepulcro eminentemente colectivo; todavia, este espólio permanece praticamente inédito até à actualidade (salvaguardando-se apenas a listagem e o desenho de alguns exemplares mais representativos apresentada por Georg e Vera Leisner no segundo volume da tetralogia dedicada ao Ocidente peninsular dos seus *Megalithgräber*; Leisner e Leisner, 1959, p. 121-127 e Taf. 25-27).

Este conjunto votivo inclui (somando os elementos recolhidos durante os trabalhos de José Leite de Vasconcellos e Manuel Heleno) mais de milhar e meio de artefactos e objectos), sumarizados da seguinte forma:

Recipientes cerâmicos

Várias dezenas de recipientes repetindo formas típicas de finais do 4º/ primeira metade do 3.º milénio a.n.e., destacando-se os esféricos e taças em calote simples (abertas e fechadas), pequenos vasos carenados (simples ou bi-mamilados, alguns com decoração plástica de feição antropomórfica), vasos de colo estrangulado e bordo exvertido, copo, taça em calote com decoração incisa, taça em calote tri-mamilada, micro-vasos, pratos de bordo espessado, tampa de caixa rectangular.

Artefactos de pedra lascada

Núcleos de lamelas de sílex e quartzo hialino (e respectivos produtos extraídos), várias dezenas de lâminas de sílex (simples e retocadas, algumas de grande dimensão), perto de quatro dezenas de armaturas geométricas de sílex e quartzo (principalmente trapézios, mas também com registo de triângulos), perto de quatro centenas e meia de pontas de seta de sílex, quartzo e xisto (principalmente de base côncava, convexa, recta e triangular/pedunculada, algumas com bordos serrilhados e barbelas, incluindo também tipos característicos da Estremadura portuguesa, como os tipos mitriforme e Torre Eiffel, e mesmo do Algarve, com exemplares de base muito côncava e aletas desenvolvidas, de tipo alcalarense), «alabardas» de sílex (uma das quais de base triangular), ponta de dardo/ punhal de sílex; furador de sílex, possível fragmento de lâmina ovóide de sílex.

Artefactos de pedra polida

Mais de centena e meia de artefactos, incluindo machados (de secção transversal sub-circular/ elítpica a sub-quadrangular/rectangular), enxós, machado-cunha, escopro, maioritariamente em anfibolito ou xisto anfibólico, incluindo também um exemplar em fibrolite.

Artefactos para adorno pessoal

Conjunto numeroso e diversificado, contando mais de seis centenas de elementos, incluindo contas discóides, discóides achatadas e bitroncocónicas de xisto, contas discóides, esféricas, bitron-

cocónicas e toneliformes de «pedra verde» (talco, moscovite e variscite, uma delas com decoração canelada), contas bitroncocónicas e toneliformes de azeviche, contas bitroncocónicas e toneliformes de âmbar, contas esféricas e toneliformes de fluorite (uma delas com decoração reticulada), contas-pingente de «pedra verde», pendentes de «pedra verde» e xisto, lagomorfo de xisto, haste de alfinete de cabelo em osso.

Artefactos relacionados com o Sagrado

Mais de uma centena de placas votivas (incluindo placas de xisto gravadas, com alguns exemplares notáveis, e placas de grés, lisas e com moldura periférica), quatro báculos de xisto, «ídolo de gola» em quartzo (?).

Outros

Furador de osso, elemento de tear (placa rectangular), «almofada-travesseiro» em cerâmica, parecida com o pseudo-*tholos* do Escoural, fragmento de furador de cobre...

Trata-se assim de um sepulcro de evidente utilização colectiva. Está disponível uma datação TL que poderia colocar pelo menos um dos episódios deste uso continuado em cerca de 3235 ± 310 BCE (Whittle e Arnaud, 1975), se o intervalo de tempo, de tão grande, não anulasse a sua eventual utilidade. Este extenso conjunto votivo revela ainda as interacções extra-regionais das comunidades megalíticas da área de Montemor-o-Novo – evidente pela presença de items «exóticos», como o âmbar, a variscite, a fluorite e o azeviche (Odriozola *et al.*, 2019; Garrido-Cordero *et al.*, 2020), e até mesmo alguns elementos da indústria de pedra lascada, com elementos morfo-tipologicamente característicos de outras regiões (nomeadamente, da Estremadura portuguesa e do Algarve), ou até mesmo o possível «ídolo de gola» de quartzo (?), provável imitação local dos seus congéneres de osso da área estremenha.

A Anta Grande da Comenda da Igreja inclui-se num extenso núcleo megalítico aparentemente disposto ao longo da Ribeira de Lavre, em ambas margens, geograficamente posicionado entre o núcleo do Deserto/ Barrocal das Freiras (ao qual se conecta pelos monumentos do Vidigal) e o núcleo do Couço/Brotas (ao qual se conecta pelos monumentos de Bertiandos). Este grupo, designado como de São Geraldo, é composto por sepulcros com diversas cronologias de construção e uso, e, consequentemente, com distintas características arquitectónicas (desde os pequenos sepulcros «cistóides», de tendência rectangular/ elíptica a alongada/piriforme, aos grandes monumentos de Câmara e Corredor diferenciados). Em cerca de cinco dezenas de monumentos (incluindo os monumentos centrais deste cluster, assim como os monumentos periféricos e respectivos «monumentos-satélite»), contam-se, para além dos dois sepulcros da Comenda da Igreja (Anta Pequena e Anta Grande), as Antas 1 a 4 do Paço (de Aragão), Casarões do Zambujeiro, Comenda do Coelho, Velada, 1 e 2 da Tapada, Extrema do Paço com a Herdade de Cima, Oliveira da Cruz, Horta do Teixeira, Monte de Cima, Estanque, 1 e 2 Vale do Freixo, Pardilheiro, Torre do Franco, Carmeiro, Cabeço da Rainha, 1 a 3 de São Geraldo, Barrada, Monte da Mó, 1 a 3 das Casas de Baixo, Moinho da Tapada, Rossio do Montinho, Barrocais, Curral da Antinha, Comendinha, Vale de Cancelas, Pasmaceira, 1 e 2 dos Varelas, 1 a 3 do Batepé, Carvalho, 1 e 2 dos Nabos, 1 e 2 da Herdade de Baixo, e Herdade de Cima – associando-se também, a pouco menos de 2 km a Norte, o povoado calcolítico do Castro dos Cavaleiros.

Pelo que que nos interessa aqui, destacam-se os casos da Antas 1 e 2 do Paço (de Aragão), Comenda do Coelho, Velada, 1 da Tapada, Curral da Antinha, 1 e 2 dos Varelas, 2 e 3 do Batepé, e 1 e 2 dos Nabos – que, tal como a Anta Grande da Comenda da Igreja, forneceram exemplares notáveis de placas votivas, com especial ênfase para o primeiro caso referido, igualmente com um número elevado de elementos (mais de duas centenas, igualmente em estudo no âmbito do projecto PLACA-NOSTRA).

Embora estes se refiram assim a sepulcros integráveis num momento pleno do Megalitismo médio-alentejano (evidente tanto pelos conjuntos votivos neles contidos como pelas próprias arquitecturas, sendo monumentos de Câmara e Corredor diferenciados de média a grande dimensão), a «inauguração» deste núcleo enquanto amplo espaço funerário parece que se regista logo durante uma fase embrionário do fenómeno megalítico regional, tal como documentado no núcleo contíguo do Deserto/ Barrocal das Freiras (Gonçalves e Andrade, 2020). Com efeito, registam-se igualmente aqui os pequenos sepulcros simples característico desta fase, sejam sepulcros «cistóides» de planta rectangular ou elíptica (1 e 2 de Vale do Freixo, Monte de Cima, 1 da Tapada, Pardilheiro, Torre do Franco, 2 e 3 de São Geraldo, Monte da Mó, Horta do Teixeira, 1 das Casas de Baixo, Moinho da Tapada, Barrocais, Herdade de Baixo), sepulcros «cistóides» de tendência alongada (Casarões do Zambujeiro, 1 de São Geraldo, Barrada), ou pequenos sepulcros de Câmara e Corredor diferenciados com espólio «arcaico» (Oliveira da Cruz, Pasmaceira) – três deles (Monte de Cima, Horta do Teixeira e Oliveira da Cruz) localizados a menos de 850 m da Anta Grande da Comenda da Igreja, no mesmo patamar sobranceiro à margem direita da Ribeira de Lavre. No entanto, a utilização deste espaço durante finais do 4.º e primeira metade do 3.º milénio a.n.e. parece ter sido mais consistente que aquela registada no núcleo do Deserto/ Barrocal das Freiras, tendo aparentemente um maior número de monumentos ditos «evoluídos» e uma maior diversidade de elementos compondo os seus mobiliários votivos (salvaguardando-se o caso da Anta 3 do Barrocal das Freiras).

AS PLACAS VOTIVAS DA ANTA GRANDE DA COMENDA DA IGREJA: UMA LEITURA (MUITO) PRELIMINAR

A parte não é o Todo,
mas ajuda a percebê-lo
As Crónicas de Iis,
(parábola do Cronista perdido)

Há quase de tudo (mas não tudo) entre as placas votivas sobreviventes na Anta Grande da Comenda da Igreja, quer as de grés quer as de xisto. Esta, aliás, é uma situação também verificada em outros monumentos de este grupo megalítico, sendo uma da suas particularidades.

1. OBSERVAÇÕES PRÉVIAS (AS PLACAS DE GRÉS LISAS E GRAVADAS)

A eterna questão «a galinha ou o ovo» tem uma resposta fácil para os biólogos, mas neste caso específico há questões inultrapassáveis. Com efeito, só em duas situações no Alto Alentejo, mais concretamente no Crato (Anta dos Penedos de S. Miguel) e no Grupo de Alter, temos informações, aliás contraditórias, sobre a antiguidade relativa dos dois tipos de placas: no caso do Crato, uma extraordinária placa de grés com gravação antropomórfica, claramente separada das placas de xisto gravadas, e uma outra, misturada com placas de xisto. A primeira placa foi intencionalmente quebrada ao meio e cada metade colocada entre os calços dos esteios 1 e 2 do lado direito do Corredor. Poderiam assim integrar um ritual de consagração da construção do monumento. No caso das situações detectadas por Jorge de Oliveira em Alter, as placas de grés parecem ser mais tardias que as de xisto. Mas dizê-lo com certeza não é actualmente possível.

Esta situação estende-se às placas de grés lisas, mais frequentes que as gravadas. No caso agora em questão, a problemática é mais radical: algumas foram inicialmente classificadas como «amoladeiras», uma vez que apresentavam nenhuma gravação, mas sinais de terem sido usadas como pedras de afiar. E em muitos casos assim o tinham sido, uma vez que os trabalhadores que

escavavam nas antas as aproveitavam para afiar os canivetes. No entanto, não só algumas se apresentavam com um recorte antropomórfico como outras, rectangulares, não tinham qualquer sinal de uso. E outras, anepígrafas, bem poderiam ter sido matéria-prima («lingotes» ?). Uma outra categoria de placas, com um sulco-moldura junto à periferia, encontra-se desde a Anta Grande da Comenda da Igreja até ao sepulcro de Santa Rita (Vila Real de Santo António), passando por Alcoutim e por Xarez 1. Não é improvável que estas últimas placas tivessem pinturas no espaço definido pela moldura periférica, mas nunca se encontrou nenhum exemplar em que tal fosse actualmente visível.

2. PLACAS DE XISTO LISAS (ANEPÍGRAFAS) E GRAVADAS [TÍPICAS E NEM POR ISSO]

2.1. Anepígrafas

As placas de xisto anepígrafas despoletam uma questão irresolúvel: são placas lingotes, placas inacabadas ou placas intencionalmente deixadas por gravar. Como acontece em outras situações e contextos, é impossível escolher.

2.2. As placas de xisto gravadas Bipolares

As placas de xisto gravadas bipolares são placas gravadas nas duas faces, pouco comuns, registando diferenças mais ou menos sensíveis entre si. Alguns exemplares são verdadeiramente notáveis quer pela qualidade da execução quer pelos próprios motivos. Outras nem tanto. De AGCI, é proveniente uma peça bipolar recortada, de excelente execução, com triângulos pequenos no Corpo (985.51.11).

2.3. Cabeça em M (985.51.40)

Para uma categoria específica de placas, esta tem uma notável difusão, de AGCI até à costa alentejana (Pedra Branca) e daí para sul. Está presente em vários monumentos da região de Évora/Montemor.

2.4. Motivos laterais da Cabeça

As placas CTT representam não apenas um motivo particular da área de topo das placas como estão carregadas de um sentido reforçado, uma vez que é indiferente o motivo do corpo, sendo significante o aspecto tripartido da cabeça, sempre ou quase sempre preenchido com retícula gravada. Não só as placas CTT se encontram praticamente em todo o Centro e Sul de Portugal como também na Andaluzia. Essa grande difusão faz também com que elas sejam por vezes associadas às tipologias mais antigas das placas (o «primeiro» pacote, predominantemente geometrizante). Em AGCI, temos um perfeito exemplo de uma placa CTT muito bem gravada (985.55.60) e de uma com deficiente execução (985.51.9).

2.5. Recortadas

De este monumento são provenientes algumas placas que apresentam recortes discretos ainda que não os exemplares com a cabeça bem destacada conhecidos em outros grupos megalíticos, como o de Reguengos de Monsaraz. Contrariamente ao que acontece em monumentos construídos tardiamente, as simetrias central e radial são relativamente raras, ainda que uma placa apresente a composição do corpo em X (985.51.57) e a própria síndrome das placas loucas apareça de forma peculiar, pensando mesmo um de nós (VSG) que se trata de uma peça tardia ou mesmo de uma falsificação.

2.6. Corpos (motivos)

Os motivos dominantes dos Corpos das placas são inevitavelmente os triângulos, de diferentes dimensões e tipologias, os ziguezagues, com e sem linhas guias. Mas também surgem, em muito menor número bandas verticais, em Xadrez, Híbridas, Oculadas, a Síndrome das placas loucas (na Cabeça e no Corpo).

2.7. Intervenções posteriores nas placas

Algumas placas apresentam traços de gravações posteriores às originais da placa. Num dos casos, um dos triângulos vazios do corpo da notável placa (2006.24.1, Gonçalves, 2015, 665, Fig. 3), foi acrescentado por uma incisão que transforma o triângulo numa figuração vulvar. Também na placa 2000.21.2 a figura feminina gravada, aparentemente com um instrumento metálico de ponta fina (uma navalha ?) pode ter sido resultado de uma intervenção «artística» recente. Extraordinário é o facto de lhe terem colocado ao peito a gravação de uma placa de xisto com paginação horizontal, não acabada, mas com dupla perfuração indicada.

EM TORNO A ISTO E AQUILO

1. MEGALITISMO E MEGALITISMOS

À parte a questão das pequenas cistas «megalíticas», genericamente pacificamente consideradas como anteriores aos grandes monumentos ortostáticos, o enquadramento em termos de cronologia absoluta, ou mesmo relativa, dos monumentos de grandes câmaras e corredores muito longos, nunca foi rigorosamente estabelecido.

E, no entanto, havia boas razões para esta ser uma questão prioritária: tem que ver com estruturas diferentes de sociedades mais do que com um uso individual ou colectivo em termos maioritários. Monumentos como as duas antas do Olival da Pega, a Anta Grande do Zambujeiro, Cebolinhos 2, a Anta dos Penedos de S. Miguel (Gonçalves, 2021, p. 153, Fig. 6) e a Anta Grande da Comenda da Igreja têm implicações a nível da sua construção e uso diferentes, mas também movimentam um mesmo tipo de questões. Salvo a Anta 2 dos Cebolinhos, cuja escavação foi interrompida por falta de financiamento, tornando irrelevante a ausência de materiais conectados com a construção do monumento, em todas as outras grandes antas se verificou uma primeira fase incluindo indústrias líticas, ou melhor, microlíticas, e depois de uma interrupção, cujo intervalo de tempo nunca foi fixado, de uma reutilização ou reutilizações maciças durante o 3.º milénio. Os materiais arqueológicos indicam mesmo variações consideráveis: os geométricos, a pedra polida, a quase ausência de cerâmica contrastam com a aparente exuberância da cerâmica, particularmente visível em monumentos como as Anta 1 e 2 do Olival da Pega, construídas sobre uma rota de penetração Sul-Norte. É provável, apesar de se tratar de um grupo megalítico completamente diferente, que o mesmo se tenha passado com a Anta dos Penedos de S. Miguel, no Crato.

É certo que esta é uma maneira simplificada de ver as coisas porque o ritmo de evolução da massa madre em que se forjam as sociedades ditas megalíticas processa-se muito mais rapidamente no 3.º milénio a.n.e. do que no 4.º e é provável que o próprio papel dos perfis e motivos decorativos das placas de xisto gravadas, um bom factor diferenciador por emergir no fim do 4.º milénio e desaparecer em meados do 3º, não é linear e absorve motivos de diferente origem, como o Jovem Deus. E na sua fase terminal, figurações abstractas ou referindo um conjunto de desagregação dos motivos originais. Como um de nós escreveu (VSG), os Deuses também morrem (ou se transformam).

O 3.º milénio a.n.e. pode manter um forte substracto indígena uma vez que as placas de xisto são cada vez mais claramente originárias do Alentejo Médio, no grande eixo Évora-Reguengos de

Monsaraz e Évora-Montemor-o-Novo. No entanto, as práticas funerárias não se resumem a esse artefacto ideotécnico. Elas são apenas o menos volátil traço de um componente vital ligado à Morte. Toda uma série de sinais nos mostra que o desfasamento cronológico com os artefactos votivos de calcário representa um outro complexo mágico-religioso (Gonçalves, 2007), cronológica e «culturalmente» diferenciado dele.

Um dos problemas de estes grandes monumentos foi a sua deficiente publicação e a ausência de contextos que associem claramente artefactos e ritos mortuários. No caso da Anta Grande da Comenda da Igreja, as escavações de Leite de Vasconcellos e as de Manuel Heleno, seguidas pelas de Varela Gomes, mostravam situações diversificadas. As de Leite de Vasconcellos traduziram-se num conjunto apreciável de espólio. onde o sagrado e o profano são por vezes difíceis de destrinçar. As escavações de Manuel Heleno evidenciam apesar de tudo, e das práticas bárbaras de escavação daquele autor, uma recolha minuciosa de artefactos que o arqueólogo anterior não tinha equipamento nem conhecimentos específicos para identificar. Geométricos, restos de talhe e pequenos artefactos constam das listas dos trabalhos de Manuel Heleno ou de quem por ele escavou o sítio. Das últimas escavações nada se sabe, visitei o sítio e um de nós (VSG) viu lâminas não retocadas e pouco mais. O director dos últimos trabalhos não encontrou, no seu arquivo pessoal, qualquer referência a placas de xisto gravadas. Finalmente, o grande acervo para artefactos para adorno pessoal foi estudado por Ana Catarina Sousa, Jose Angel Garrido e Carlos P. Odriozola (Odriozola et al, 2019; Garrido et al, 2021). Os materiais exóticos utilizados (variscite, fluorite e âmbar) justificam uma menção especial, pela mobilidade das pessoas que os comercializaram, de onde a fotografia de Marco Andrade que aqui se reproduz. Também há que referir os trabalhos de fotografia levados a efeito por Carlos Carpetudo, a quem se agradece as imagens obtidas em 2019 pela Global Digital Heritage.

Foi também efectuada uma tentativa de datação por radiocarbono ao único crânio disponível no Museu Nacional de Arqueologia. A informação do Beta Analytic relatava a impossibilidade de efectuar a datação devido aos valores bizarros que a amostra evidenciava.

2. AS PLACAS DE XISTO GRAVADAS DA ANTA GRANDE DA COMENDA DA IGREJA E OUTROS CONJUNTOS

Ao estabelecer-se a leitura, que então se pensava integral, das placas votivas do Monte da Barca (Coruche), tínhamos chegado a um número de 30. Mais três se viriam a acrescentar posteriormente às da monografia (Gonçalves, 2011), cedidas pelo actual proprietário do Monte do Deserto, a cujo Pai tinham sido oferecidas pelos trabalhadores.

Este conjunto, apesar de se referir a um universo limitado de placas, apresentava alguma diversidade, reunindo placas de grés e placas de xisto.

As 20 placas de xisto gravadas com triângulos como motivo principal do corpo são efectivamente 62,5% do conjunto, contra 4 com faixas ziguezagueantes. Há ainda que referir placas com diferentes preenchimentos dos triângulos, outras com faixas verticais preenchidas, adossadas ou não, placas com o corpo preenchido em xadrez e outras com motivos irregulares ou com deficiências de paginação.

No entanto, nunca é demais sublinhar que ainda hoje não sabemos que tipo de monumento era este. Poderia tratar-se de uma galeria coberta, mas também de um outro tipo de monumento megalítico ortostático (ou não). A proximidade com Montemor, e a distância a outras antas do concelho, permite levantar a questão de Monte da Barca ser um monumento periférico de um grupo megalítico «culturalmente» mais próximo de outras situações ainda hoje mal conhecidas, como a oficina de placas de xisto gravadas do Cabeço do Pé da Erra. Por isso, não usaremos agora este conjunto menos diversificado como referência absoluta.

A Anta Grande da Comenda da Igreja é um grande monumento, de corredor muito longo, e que conteria, na sua segunda fase de ocupação, mais de 100 placas de tipologias muito diversificadas. Infelizmente, várias delas, desenhadas por Francisco Valença, desapareceram do Museu Nacional de Arqueologia, tal como outras não desenhadas por ele. É assim impossível calcular-se o número certo para este conjunto artefactual, de onde se ter adoptado como critério falar de «mais de cem». Também algumas de que só restam alguns pequenos fragmentos seriam importantes para reforçar a riqueza e diversificação de este conjunto. Acresce o facto da especificidade da localização de vários componentes provavelmente posteriores à gravação original das placas, como por exemplo em 985.41.30, onde dois olhos não radiantes foram colocados no Corpo e não na «barriga» da placa, fazendo recuar no tempo o clássico provérbio português: «ter mais olhos que barriga». É porém certo que a variedade dos tipos de triângulos atinge neste monumento índices muito elevados, estando praticamente presentes todos os tipos conhecidos.

Na Anta Grande da Comenda da Igreja, os tipos de placas aproximam-se dos identificados no Monte da Barca, mas mais uma vez é de recordar que este se encontra na margem esquerda do Sorraia e as suas dimensões são impossíveis de determinar. Não devemos esquecer que a grande concentração de placas por monumento se encontra no eixo Reguengos de Monsaraz/ Évora/ Montemor-o-Novo e que os monumentos megalíticos do actual Sul do concelho de Coruche têm todos números de placas muito mais reduzidos que as segundas fases de utilização dos monumentos de corredor muito longo. Este núcleo megalítico dito «de Coruche» apresenta mesmo como número máximo de placas de xisto gravadas 11 mais 16 fragmentos (Anta Sul de Vale de Gato). e o número logo a seguir regista-se na Anta das Várzeas, com 14 exemplares. Na Anta Grande do Zambujeiro (AGZ), o número de placas identificado é também superior a 100 e em Montemor-o-Novo, na Anta 1 do Paço de Aragão, ultrapassa os 200.

É também em Évora que se possui a única identificação de dados de escavação (uma informação oral de Henrique Leonor Pina a V.S.G.): na Anta Grande do Zambujeiro, um esteio da Câmara teria tombado para o interior durante o uso do monumento. Esta queda separou assim os níveis de construção e primeiro uso, sem placas votivas gravadas e com geométricos, dos posteriores, já com placas de xisto gravadas.

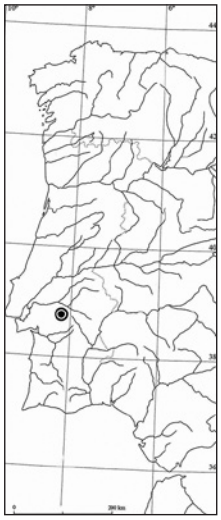
O que impressiona mais no conjunto da Anta Grande da Comenda da Igreja é, sem dúvida, não apenas o número de placas como a diversidade da sua gramática decorativa e a uniformidade da disposição dos componentes decorativos, seja qual for a sua indexação. E mais, por agora, não se diz.

Esta é a terceira apresentação que se refere especificamente às placas de xisto gravadas da Anta Grande da Comenda da Igreja, tendo sido a primeira a de MSPOP 7 (Gonçalves, 2006, vol. 24.1), e a segunda a notável placa aparentemente desaparecida e primeiramente divulgada nas Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Gonçalves, 2015, p. 684, fig 2 e 685, 2), em cuja construção se joga com dois motivos bem diferentes: as bandas de triângulos preenchidos com vértices apontando à direita e à esquerda, como na placa de Aljezur, ladeando faixas verticais preenchidas com oblíquas. Sem exagero, uma obra prima da geometrização...

Lisboa, texto revisto na Primavera-Inverno de 2021.

AGRADECIMENTOS

Ao Director do Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), por ter facilitado o acesso às colecções, e a Ana Catarina Sousa, que, num momento difícil, fez o que pôde.



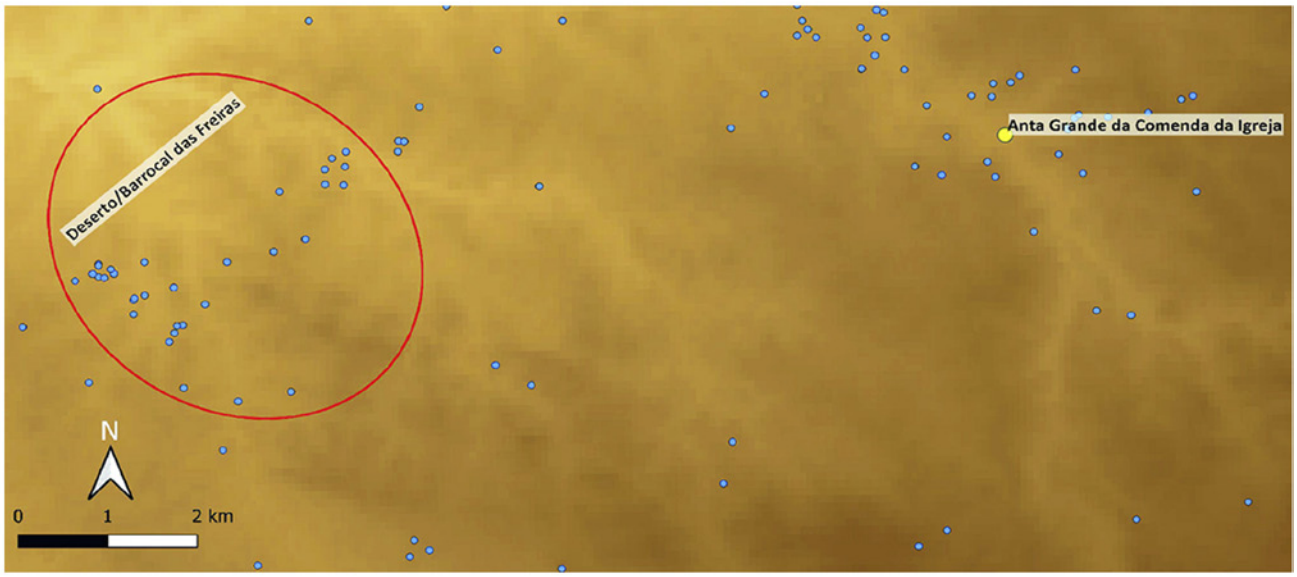
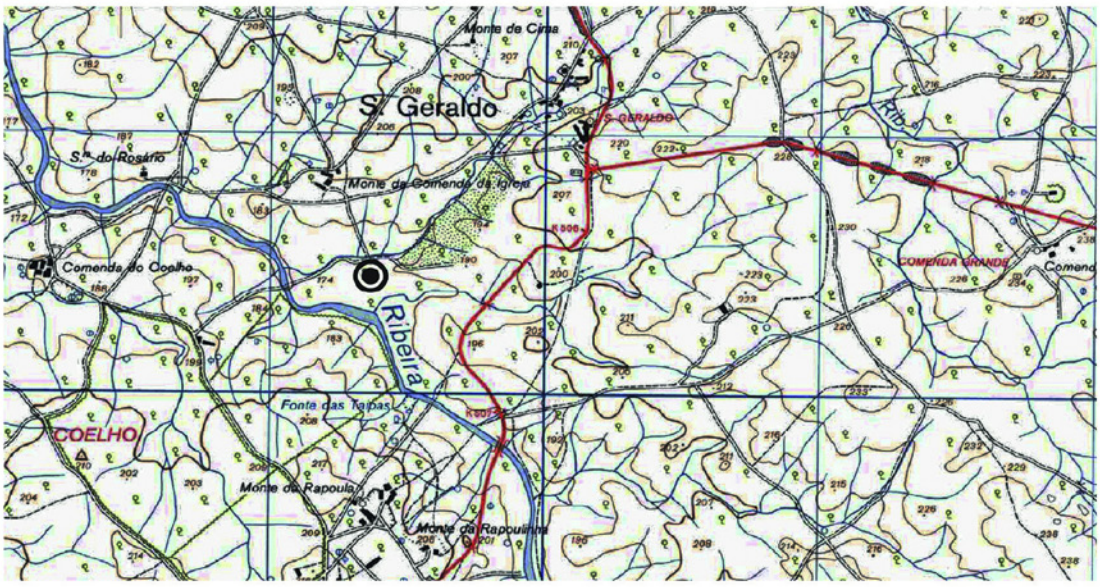
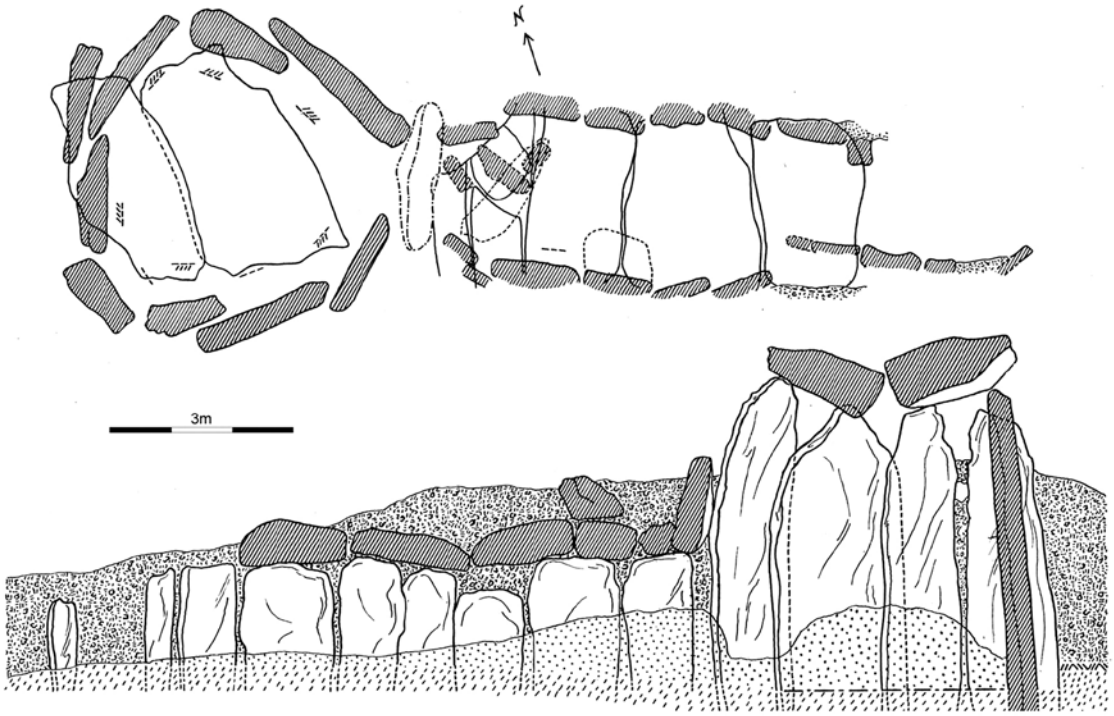


FIG. 1. Localização da Anta Grande da Comenda da Igreja no território hoje português (em baixo), na Carta Militar de Portugal 436.





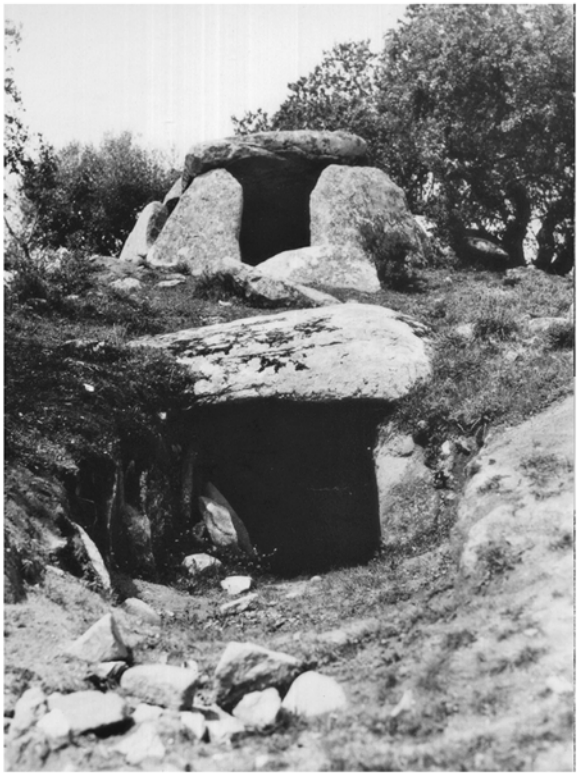


FIG. 2. Planta, alçado (Leisner e Leisner, 1959, taf. 25) e aspecto da Anta Grande da Comenda da Igreja após a escavação de Manuel Heleno, foto do casal Leisner (Arquivo Leisner, DAI/DGPC).



FIG. 3. Exemplo de alguns elementos «exóticos» recolhidos na Anta Grande da Comenda da Igreja. Contas de colar, conta-pingente e pendente triangular de «pedra verde» (MNA 7396, 7506, 7511D, 7307A e B, 7504 e 7398); contas de colar de azeviche (MNA 985.52.1 e 985.52.3); contas de colar de âmbar (MNA 2000.21.5, 985.52.1 e 2011.54.102); contas de colar de fluorite (MNA 7397, 2011.54.278, 7513 e 7505); conta de colar reaproveitando fragmento de placa de xisto gravada (2003.158.1); lagomorfo de xisto (MNA 2000.21.4); pontas de seta mitriforme e de aletas, de sílex (MNA 985.51.297 e 985.51.296); possível fragmento de lâmina ovóide de sílex (MNA 985.51.588). Fotos: MAA.





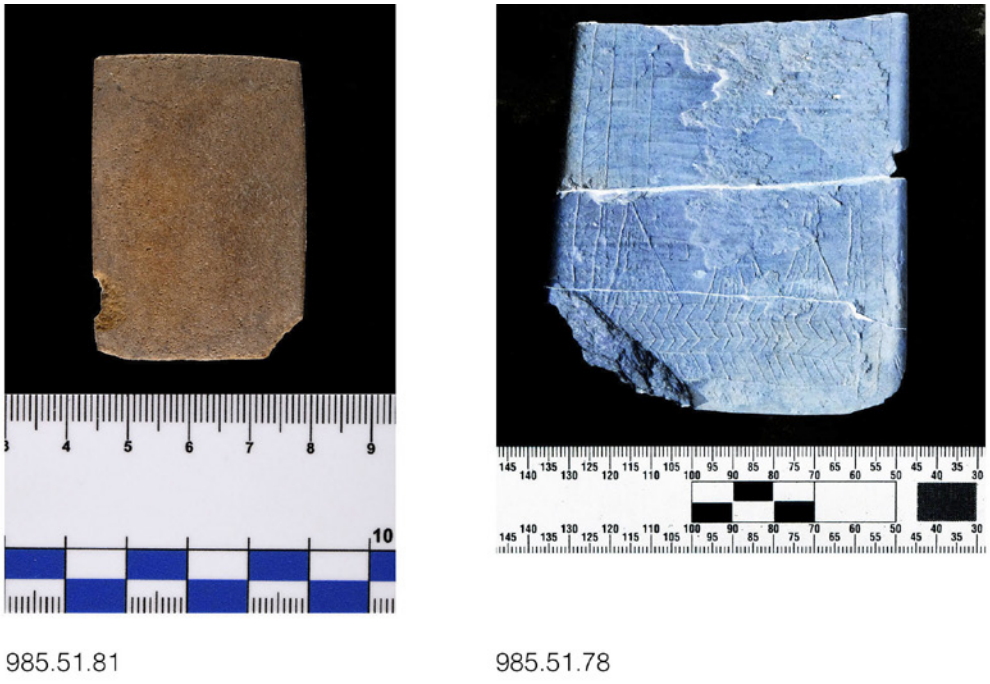
FIG. 4. Duas imagens aéreas da Anta Grande da Comenda da Igreja. Fundação Global Digital Heritage, município de Montemor-o-Novo.



985.51.82A



FIG. 5. Em cima «lingote» de grés e em baixo placa com sulco-moldura.



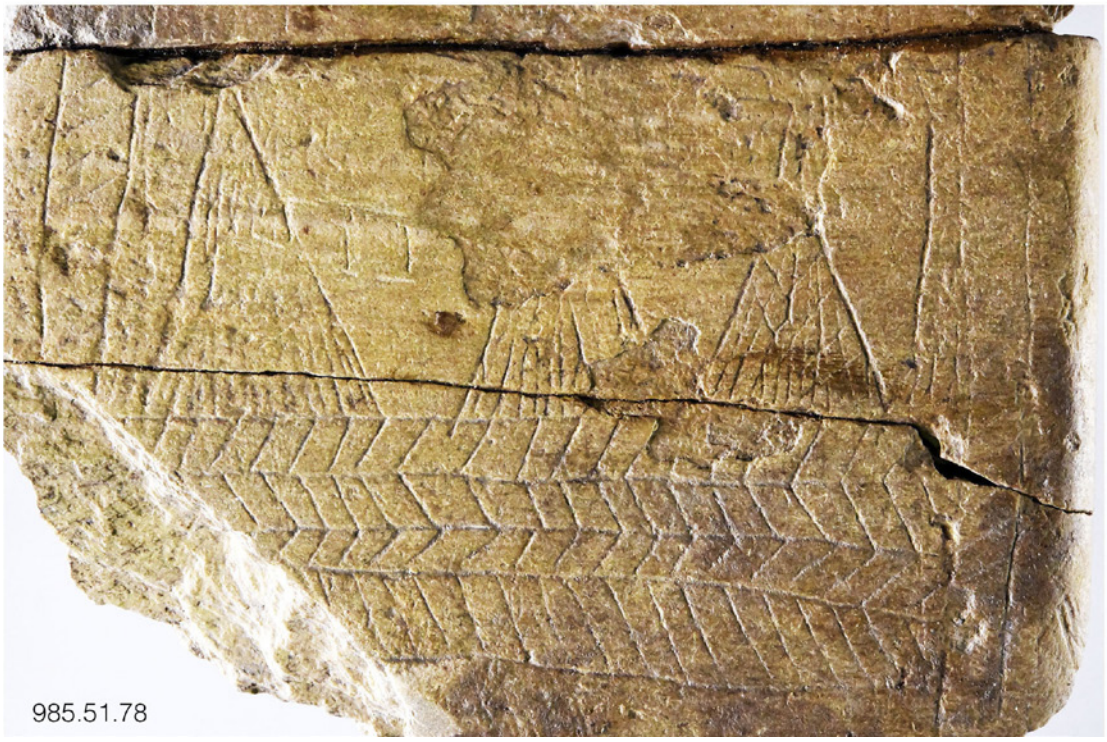


FIG. 6. Em cima, à esquerda, pequena placa de grés lisa e imagens de outra placa de grés gravada.

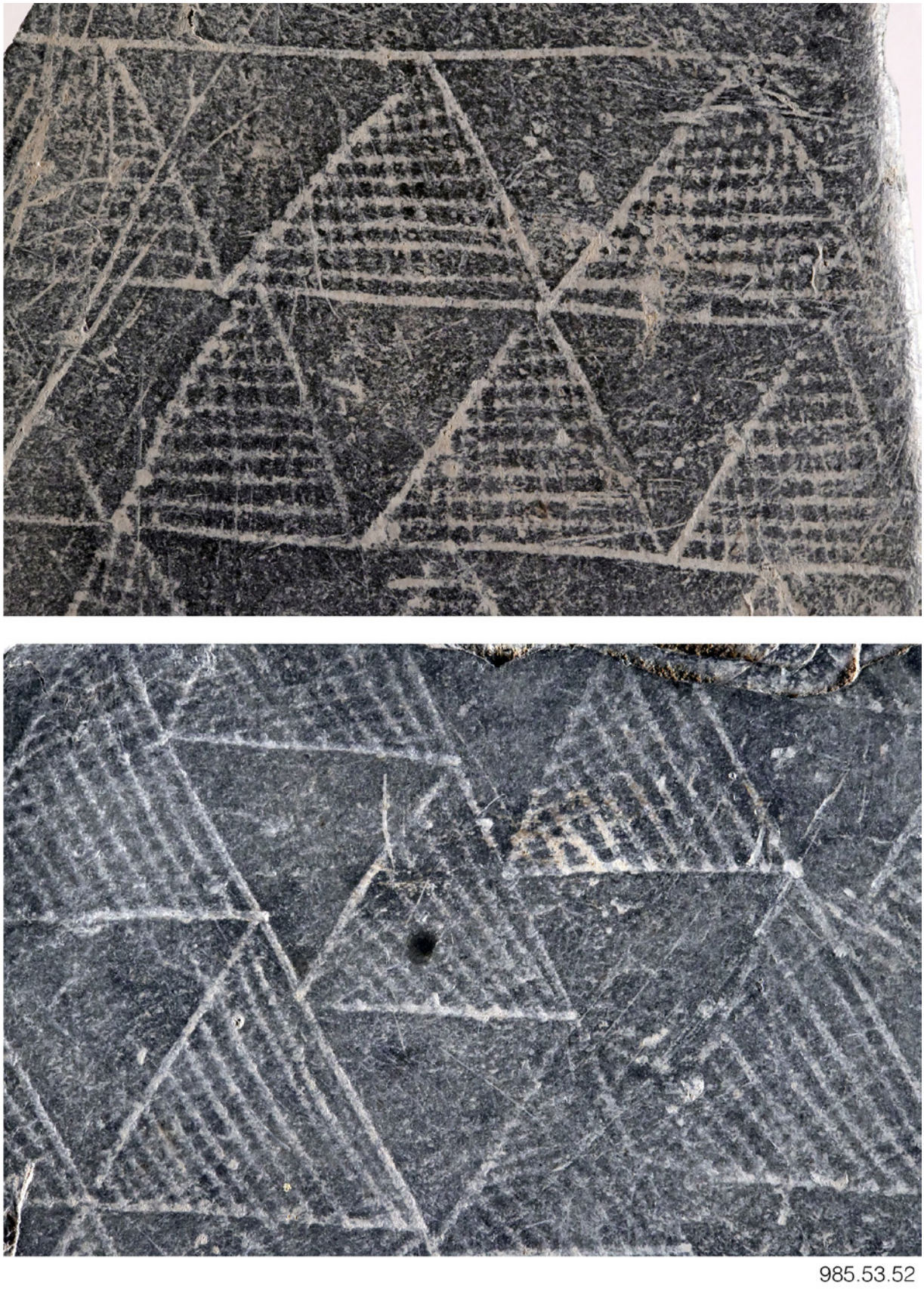


FIG. 7. Exemplo de pequenos triângulos com o vértice para cima, com e sem bandas de enquadramento.



FIG. 8. Em cima, diferentes tipos numa mesma placa: triângulos ocos e triângulos preenchendo espaços intercalares de outros triângulos. Em baixo, duas possíveis orientações para o fragmento de placa, e preenchimento de Corpo de placa em xadrez.



FIG. 9. Em cima, à esquerda, bandas de triângulos reticulados encurvadas e bandas de triângulos afrontados. Em baixo, cabeça de placa com a síndrome das placas loucas.



FIG. 10. Em cima, faixas ziguezagueantes sem e com linhas guia. Em baixo, dois olhos não radiantes na base de uma placa. Símbolos em movimento...



985.53.59



985.51.35



985.51.60



985.51.9



985.51.40



985.51.47

FIG. 11. Apesar de serem menorizados por muitos autores, os lados da Cabeça central das placas são muito diversos entre si. São preenchidos por faixas normalmente radiantes, mas em algumas situações (985.51.47) são horizontais. Em 985.51.40 configuram a «cabeça em M». Nas duas placas do meio, temos o preenchimento típico das placas CTT e em 985.53.59 um muito raro exemplo de faixas ziguezagueantes verticais. O exemplo do corpo da placa 985.51.35 evidencia as técnicas de paginação do corpo perfeitamente executadas, o que nem sempre é o caso.



FIG. 12. Face e verso da notável placa 985.51.11. De notar a variação da altura dos pequenos triângulos e a gola dupla.



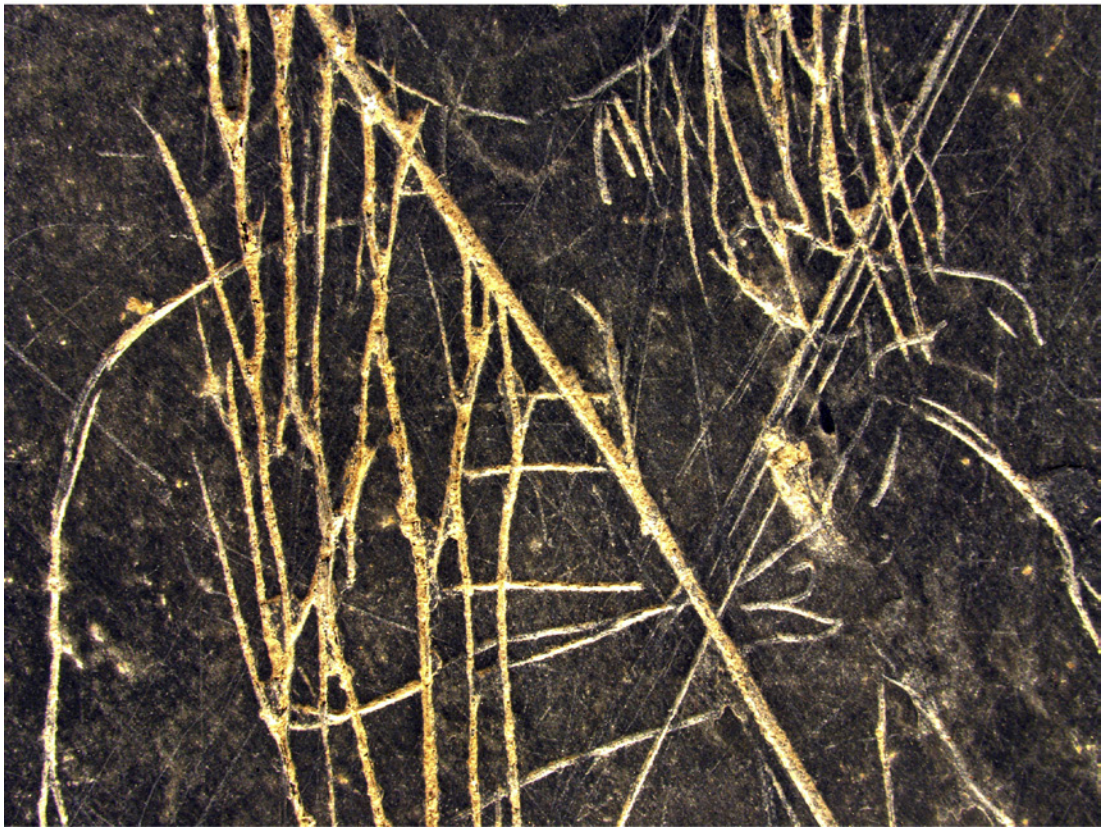


FIG. 13. A placa 2000.21.2, face e verso. O verso tem a gravura antiga de uma moldura e uma notável figura moderna de uma mulher jovem, gravada com instrumento metálico. Ao peito, uma figuração de uma placa de xisto com traços para paginação, mas não preenchida, e com duas perfurações para suspensão. Esta placa, tem uma gravação original na face tosca, com remates nos ziguezagues não simétricos e com faixas ziguezagueantes desencontradas no lado esquerdo da placa. É também das raras placas com bandas horizontais na cabeça.

FIG. 14. Marcação de simetria radial em X na organização da placa 985.51.57.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. A. (2013) – As placas de xisto gravadas da anta da Herdade da Lameira (Alto Alentejo, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.ª série, 3, p. 177-201.

ANDRADE, M. A. (2015) – *Cherchez la femme!* Iconografia e imagética nas placas de xisto gravadas do Megalitismo do Sudoeste da Península Ibérica. In COLLADO GIRALDO, H.; GARCÍA ARRANZ, J. J. (eds.) – *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context. Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015*. Tomar: Instituto Terra e Memória, p. 1545-1571.

ANDRADE, M. A. (2016) – As placas votivas da «Anta Grande» da Ordem (Maranhão, Avis): um marco na historiografia do estudo das placas de xisto gravadas do Sudoeste peninsular. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ/FL-UL, p. 125-147.

BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of megalithism in South-Central Portugal. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. Sevilha. 1, p. 159-190.

CARREIRA, J. R. (1995-1996) – Escavações de Leite de Vasconcellos e Júlio César Garcia em dolmens de S. Geraldo, Montemor-o-Novo (1898-1900). *Almansor*. Montemor-o-Novo. 13, p. 5-60.

FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès de Montum (Melides). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 107-192.

GARRIDO-CORDERO, J. A.; ODRIOZOLA, C. P.; SOUSA, A. C.; GONÇALVES, V. S.; CARDOSO, J. L. (2020) – Distribution and consumption of fluorite and translucent beads in the Iberian peninsula from 6th to 2nd millennia BC. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 77: 2, p. 273-283.

GONÇALVES, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Uniarq/INIC.

GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

GONÇALVES, V. S. (1993a) — [MSPOP 1] Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 1. Deusa(s)-mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. Almansor. Montemor-o-Novo. 7. p. 289-302.

GONÇALVES, V. S. (1993b) — [MSPOP 3] Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa. 5.ª Série, 15. p. 41-47.

GONÇALVES, V. S. (1995) — [MSPOP 2] Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho. In Jornadas de Arqueologia do Sudoeste Alentejano, 1, Sagres, 1991. Setúbal Arqueológica. Setúbal. 11-12, p. 199-216.

GONÇALVES, V. S. (2003a) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GONÇALVES, V. S. (2003b) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. 2.ª edição. Cascais: Câmara Municipal.

GONÇALVES, V. S. (2003c) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 4: A «síndrome das placas loucas», *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 1, p. 131-157.

GONÇALVES, V. S. (2004a) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e.). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 22, p. 163-318.

GONÇALVES, V. S. (2004b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 5: O explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluídos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 1, p. 165-183.

GONÇALVES, V. S. (2003c) — [MSPOP 4] Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 4. «A síndrome das placas loucas». Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. 6:1, p. 131-157.

GONÇALVES, V. S. (2006a) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 7: As placas híbridas. Definição do conceito. Alguns poucos exemplos. De novo, os possíveis significados das placas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 27-59.

GONÇALVES, V. S. (2006b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 8: Sete placas de xisto gravadas (e algumas outras a propósito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 24, p. 167-231.

GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNANDEZ PÉREZ, M.; SOLER DIAZ, J.; LOPEZ PADILLA, J. (eds.) – *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante: MARQ. 2, p. 112-120.

GONÇALVES, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche)*. Lisboa: Uniarq.

GONÇALVES, V. S. (2015) – Alguns casos de placas de xisto gravadas excepcionais do Sul de Portugal: Anta do Curral da Antinha, Anta Grande da Comenda da Igreja, Anta do Zambujo, Gruta artificial Alapraia 2. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. Lisboa: Uniarq, p. 662-676.

GONÇALVES, V. S. (2021) – A propósito das placas de xisto gravadas do Ocidente Peninsular (3200-2500 a.n.e.). Um depoimento pessoal. In BUENO RAMIREZ, P.; SOLER, J. – Ídolos. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. P. 149-170.

GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A. (2014-2015) – *Muitos mortos no Deserto...* Monumentos-satélite do núcleo megalítico do Deserto e Barrocal das Freiras. 1: A anta do Espragal (Foros de Vale de Figueira, Montemor-o-Movo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.ª série, 4/5, p. 237-273.

GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A. (2020) – The megalithic clusters of Deserto e Barrocal das Freiras (Montemor-o-Novo, Middle Alentejo) in the building of the sacred landscapes of ancient peasant societies of the 4th and 3rd millennia BCE. *Ophiussa*. Lisboa. 4, p. 5-30.

GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2005) – As placas de xisto gravadas e o báculo recolhidas nas duas Antas da Loba (N. S.ª de Machede, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 5-53.

GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2014) – As placas votivas (e o báculo) da gruta da Lapa da Galinha, no 3.º milénio a.n.e. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 109-158.

GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. A. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 21, p. 209-244.

GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. A. (2005) – As notáveis placas votivas da Anta dos Cabacinhitos (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 43-109.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, Lisboa (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).

LEISNER G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.

MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnológico Português Dr. José Leite de Vasconcellos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.ª série, 5, p. 51-448.

ODRIOZOLA, C. P.; SOUSA, A. C.; MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; ANDRADE, M. A.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; GARRIDO-CORDERO, J. A.; RODRÍGUEZ, E.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M.; AVILÉS, J. A.; DAURA, J.; SANZ, M.; RIQUELME, J. A. (2019) – Amber, beads and social interaction in the Late Prehistory of Iberian Peninsula: an update. *Archaeological and Anthropological Sciences*. 11, p. 567-595.

OLIVEIRA, C.; ROCHA, L.; SILVA, C. M. (2007) – Megalitismo funerário no Alentejo Central – arquitectura e orientações: o estado da questão em Montemor-o--Novo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 2, p. 35-74.

PINA, H. L.; CARVALHO, A. M. G. (1962) – A Anta da Velada das Éguas, Barrocal – Évora. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. Évora. 2, p. 159-202.

ROCHA, L. (2005) – *As origens do Megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.

ROCHA, L; DUARTE, C. (2009) – Megalitismo funerário no Alentejo Central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno. In POLO CERDÁ, M.; GARCÍA-PRÓSPER, E. (eds.) – *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el passado. Actas del IX Congreso Nacional de Paleopatologia*. Valencia: Grupo Paleolab & Sociedad Española de Paleopatologia, p. 763-781.

SANTOS, M. F.; FERREIRA, O. V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª série, 3, p. 37-62.

SOUSA, A. C.; GONÇALVES, V. S. (2012) – In and out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interacções e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. In BORRELL, M.; BORRELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X.; MOLIST, M. (eds.) – *Xarxes al Neolític. Circulaciò i intercanví de matèries, productes i idees a la Mediterrània occidental (VII-III millenni aC)*. Gavá: Bellaterra (*Rubricatum*, extra 5), p. 383-392.

VASCONCELLOS, J. L. (1905) – Lista de monumentos que pelo seu carácter histórico, archeológico ou artístico são susceptíveis de se considerarem nacionais. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1.ª série, 10: 1/2, p. 38-41.

WHITTLE, A. W. R.; ARNAUD, J. M. (1975) – Thermoluminescent dating of Neolithic and Chalcolithic pottery from sites in Central Portugal. *Archaeometry*. 17, p. 5-24.

ZBYSZEWSKI, G.; ANDRADE, R. F.; CARVALHOSA, A. B. (1994) – *Notícia explicativa da folha 35D (Montemor--o-Novo) da Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.

CLOAK AND DAGGER: A PROBLEMÁTICA DAS GRANDES PONTAS BIFACIAIS NO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO

DANIEL VAN CALKER[1]

RESUMO

Apesar da importância das grandes pontas bifaciais no conjunto das práticas funerárias do 4.º e 3.º milénios a.n.e., só recentemente foi possível dar início à análise dos seus contextos de deposição. Nesse sentido, tem sido demonstrada a pluralidade do significado simbólico destes artefactos. No Centro e Sul do atual território português esta categoria artefactual está presente em várias tipologias de sepulcro relacionadas com o fenómeno megalítico. Considerando a sua natureza coletiva e o facto de muitos destes elementos terem sido recolhidos no âmbito de escavações antigas, torna-se difícil definir a sua informação contextual. Da mesma forma, os critérios tecno-tipológicos utilizados no discurso arqueológico revelam uma falta de uniformização, aliás decorrente da própria variabilidade que é intrínseca a estes artefactos. O Maciço Calcário Estremenho foi selecionado como caso de estudo por ser a região onde foi recolhido o maior número de exemplares, constituindo uma amostra suficientemente representativa. De outro lado, é também o único contexto geocultural onde foi possível reconhecer sítios especializados na obtenção de grandes módulos bifaciais. É, portanto, um território privilegiado para a realização deste estudo, do qual não se poderá desvincular as redes de circulação de artefactos, matérias-primas e gentes que documentam a estrutura socioeconómica das comunidades neolíticas e calcolíticas do Sudoeste peninsular.

ABSTRACT

Despite the importance of large bifacial points within the context of the funerary practices of the 4th and 3rd millennia BCE, it was only recently that the analysis on the deposition framework for these artefacts started. In that regard, the multiplicity of their symbolic meaning has been clearly demonstrated by recent excavations. In the Center and South of the current Portuguese territory, this artefactual category is present in several types of sepulchers related to the Megalithic phenomenon. Considering their collective nature and that most of these elements were collected during old excavations, it is difficult to define their contextual information. Likewise, the techno-typological criteria used in the archaeological discussion reveals a lack of uniformization due to the variability that characterizes these artefacts. The Estremadura Limestone Massif was selected as a case study, since it's the region where most specimens were collected, composing a sufficiently representative sample. Furthermore, this is the only micro-geographical area where sites specialized in obtaining wide bifacial modules are recognized. It is a privileged territory for this study, including the circulation networks for artefacts, raw materials and people that document the socio-economic structure of the Neolithic and Chalcolithic communities of Southwestern Iberia.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa. daniel.calker@campus.ul.pt

1. INTRODUÇÃO

As grandes pontas bifaciais (GPB) constituem uma subcategoria fundamental da indústria de pedra lascada neo-calcolítica, diferenciando-se, desde logo, pelas suas dimensões. Por surgirem sistematicamente no âmbito de contextos funerários, sendo associadas à esfera masculina de índole guerreira, foram valorizadas desde um momento precoce da história da investigação. Contudo, esta notabilidade no registo arqueológico não implicou a definição de critérios tecno-tipológicos claros e consensuais, como aconteceu para os restantes subprodutos de talhe bifacial do 4.º e 3.º milénios a.n.e. Assim, o estado de desordem dos conceitos e a multiplicidade de designações utilizadas para a análise destes registos têm contribuído para uma estagnação efetiva de um universo que se apresenta complexo desde um ponto de vista tecnológico e, sobretudo, simbólico.

Os desafios que se colocam à distinção entre os diversos tipos foram apontados desde cedo, tanto para as alabardas (Jalhay, 1947), como para os punhais (Ferreira, 1957). Os parâmetros seguidos não obedeciam, pois, a elementos rigorosos, mas antes a uma subjetividade generalizada. Tradicionalmente, os registos com um comprimento e uma largura aproximadas seriam classificados como alabardas, sendo caracterizados por bordos largos. Posteriormente, foi realizado um exercício que pretendia dar coesão a um grupo de grandes alabardas, acabando por não granjear muito sucesso pelo grau de arbitrariedade que definia as suas barreiras métricas (Pereira, 1970). De outro lado, os registos com um comprimento significativo e uma largura diminuta seriam agrupados como punhais, sendo caracterizados por bordos estreitos. Emergiu, também, uma categoria que se distinguia das outras duas pelos elementos que registavam uma largura superior aos punhais, mas inferior à das alabardas, registando um comprimento significativo, designando-se pontas de dardo / lança / arremesso. Esta nomenclatura foi aplicada independentemente da morfologia de base das GPB, que para além do suporte em que são realizadas, constitui o critério que as mais diferencia.

O trabalho de Forenbaher (1999) é, sem dúvida, o mais exaustivo no que toca a estes artefactos, sendo fundamentado na análise de 205 exemplares provenientes de um amplo espectro geográfico no atual território português, enquadrado entre a bacia do Douro e o Algarve. Porém, a sua proposta de classificação tipológica levanta algumas questões, na medida em que reflete o mesmo grau de indefinição do modelo até então vigente, nomeadamente em relação ao afastamento dos bordos: larga, intermédia e alongada. Esta é uma situação que decorre da dificuldade em identificar clusters específicos quando pretendemos confrontar o comprimento e a largura destes artefactos, não se verificando uma clivagem nítida, como aliás o próprio autor demonstra (Forenbaher, 1999: 90). Todavia, foi fundamental reconhecer a variabilidade formal, prestando especial atenção à extremidade proximal, e também métrica, por vezes dentro do mesmo tipo, que é inerente às GPB. Nesse sentido, pretende-se desconstruir esta diversidade para que seja possível isolar as feições que a compõem, conferindo a solidez necessária para o sucesso do sistema.

No âmbito desta análise, foram selecionados exemplares provenientes de sepulcros do Maciço Calcário Estremenho com ocupação funerária do 4.º e 3.º milénios a.n.e. Enquanto caso de estudo, esta é a região que concentra o maior número de registos no Centro e Sul de Portugal, possivelmente pela proximidade às fontes de matérias-primas siliciosas. De facto, é neste território, em que os lugares dos mortos prevalecem sobre os espaços da vida, que foram identificadas as duas únicas áreas de talhe que registaram uma parte muito significativa das etapas de produção destes artefactos. Simultaneamente, evidencia uma relativa heterogeneidade no que toca às práticas funerárias, própria de um contexto geocultural com identidade própria, marcado pelo designado «Megalitismo de gruta».

2. CARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO

Os elementos analisados (N=53) constituem parte do espólio votivo de um conjunto de seis necrópoles (Figura 1): quatro grutas naturais, um hipogeu e um sepulcro cuja tipologia é desconhecida, mas cujos artefactos estão plenamente inseridos no conjunto de práticas funerárias megalíticas. Tratam-se, respetivamente, da gruta 2 da Senhora da Luz, em Rio Maior (Cardoso *et al.*, 1996a), da gruta do Carvalhal de Turquel, em Alcobaça (Spindler e Ferreira, 1974), da Lapa da Galinha, em Alcanena (van Calker, 2020), da Lapa da Bugalheira, em Torres Novas (Paço *et al.*, 1971), da gruta artificial das Lapas, em Torres Novas (Delicado, 2016) e da necrópole de Pragais, em Porto de Mós (Sousa, 2004). Todos os elementos constituem o resultado de recolhas antigas, realizadas entre o final do século XIX e a primeira metade do século seguinte. Excecionalmente, foi recolhida a extremidade distal de uma ponta durante a desobstrução realizada pela STEA (Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia) na Lapa da Bugalheira, já na década de '80, e que resultou na identificação da Sala do Ricardo (Rodrigues *et al.*, 2020). Por sua vez, este fragmento tem correspondência com um fragmento proximal com dois entalhes laterais, recolhido durante a escavação de Afonso do Paço e que se encontra em depósito no Museu Geológico. Desta forma, e segundo os critérios metodológicos próprios daquele período, pouca ou nenhuma atenção foi prestada à informação contextual destes registos, dificul-

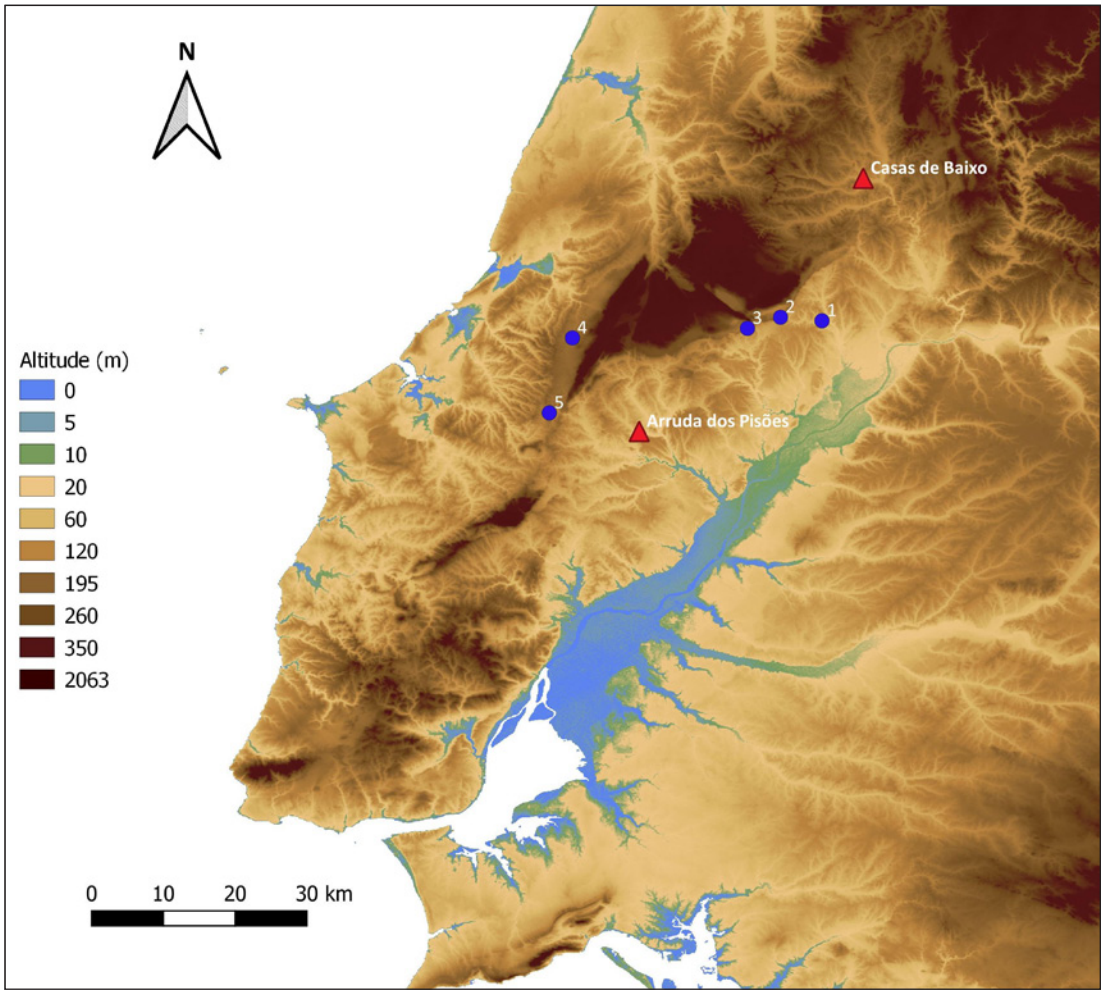


FIG. 1. Localização das necrópoles de onde são provenientes os exemplares estudados. 1 – Necrópole das Lapas; 2 – Lapa da Bugalheira; 3 – Lapa da Galinha; 4 – Carvalhal do Turquel; 5 – Senhora da Luz 2. Os triângulos vermelhos correspondem aos sítios especializados na obtenção de subprodutos bifaciais.

tando a sua adscrição crono-cultural. A própria posição das GPB no interior dos sepulcros poderia ser sugestiva, não fosse esta sistematicamente desconhecida. Ainda assim, e considerando o caráter coletivo destes contextos funerários, é problemático estabelecer uma associação indivíduo(s)- artefacto(s) rigorosa, e que é também agravada pelos diversos processos pós-deposicionais que estão frequentemente documentados. Aliás, esta é uma associação que nem é tão evidente assim e que implica um papel preponderante nos rituais funerários do 4.º e 3.º milénios a.n.e.

Uma parte significativa das GPB incluídas neste estudo é proveniente da Lapa da Galinha (Tabela 1). Esta abundância tinha já sito notada por Eugénio Jalhay (1947: 43), referindo-se «(...) à mais rica coleção de alabardas e punhais de sílex, encontrada até hoje no país». Em grande medida, esta afirmação mantém-se atualizada, sendo muito escassos os sepulcros que registam mais de 20 registos. Juntamente com os exemplares provenientes das outras grutas-necrópole, constituem cerca de 85% do conjunto analisado. Este é um dado particularmente relevante: por um lado, demonstra que é nas grutas-necrópole da Alta Estremadura que esta subclasse artefactual regista uma maior frequência (Ferreira, 1957: 189); por outro, é indicativo da importância das cavidades cársicas na construção da paisagem funerária e simbólica do 4.º e 3.º milénios a.n.e. no Maciço Calcário Estremenho. Nesta região, há ainda outras grutas naturais com ocupação funerária em que se verificou a presença de GPB, nomeadamente no Cabeço da Ministra, na Lagoa do Cão e na Buraca da Moura da Rexaldia, que reúnem entre si pelo menos 20 exemplares. Porém, considera-se o conjunto de elementos selecionados suficientemente representativo da variabilidade que caracteriza esta subclasse artefactual.

TABELA 1. O CONJUNTO ANALISADO É PROVENIENTE DE VÁRIAS NECRÓPOLES DO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO

SÍTIO	N	%
Lapa da Galinha	23	43,40
Turquel	5	9,43
Lapa da Bugalheira	3	5,66
Senhora da Luz 2	14	26,42
Hipogeu das Lapas	3	5,66
Pragais	5	9,43
Total	53	100,00

A análise tecno-tipológica do conjunto depende, desde logo, do seu estado de fragmentação. Por terem sido identificados em espaços da morte, estes artefactos de morfologia apontada tendem a preservar-se relativamente bem, com 66% dos exemplares inteiramente mesuráveis. Verifica-se também uma frequência significativa de registos (19%) que se encontram ligeiramente fragmentados na extremidade distal, não impedindo a classificação morfológica dos bordos e da base dos mesmos. Relativamente aos fragmentos distais (9%), é apenas possível considerar o afastamento dos bordos (largos ou estreitos). Ainda que o grosso das fraturas identificadas se possam categorizar como acidentais, foi detetado pelo menos um caso de fratura intencional: o registo BUG 87, em que se reconheceu um ponto de impacto (e respetivo negativo) na linha de fratura e que resultou na perda da extremidade proximal.



FIG. 2. A diversidade morfológica regional é assinalável, inclusive no interior do próprio sepulcro. A, B e E – Senhora da Luz 2; C e D – Carvalhal do Turquel; F – Lapa da Galinha.

Com a exceção dos grandes punhais sobre lâmina, que não correspondem ao «autêntico» grupo das GPB (Boaventura, 2009: 242) e que estão apenas presentes na Lapa da Galinha, verificam-se uma série de atributos que conferem alguma coesão a este conjunto. Desde logo, o critério dimensional está implícito na sua definição, sendo genericamente maiores que as pontas de seta. No que concerne a cadeia operatória destes produtos, e no seguimento do adelgaçamento bifacial, é possível observar de forma sistemática duas etapas sequenciais. Em primeiro lugar, é efetuada uma série de levantamentos regulares sub-horizontais, obtidos através do talhe por pressão, que por vezes apresentam valores inferiores a 1 cm de largura. Estes são perpendiculares ao bordo, podendo também ser oblíquos, conferindo ao artefacto um contorno foliáceo. De seguida, é evidente um esforço que visa a regularização dos bordos através de um retoque curto marginal em ambas as laterais, provavelmente obtido através de percussão com percutor brando. A conformação da base é também realizada da periferia para a área central dos artefactos, sendo frequente (e, portanto, não uma regra) uma segunda geração de levamentos oblíquos com o objetivo de contrariar a espessura da extremidade proximal.

Assim, a morfologia dos bordos apresenta-se convexa ou retilínea e o perfil longitudinal das GPB é essencialmente simétrico. Os escassos perfis ligeiramente plano-convexos, mais escassos, poderão sugerir a natureza do seu suporte – no caso, laminar. De qualquer forma, estes artefactos tendem a ser relativamente compridos e pouco largos. Finalmente, os bordos serrilhados não parecem ser um atributo categórico deste conjunto (<10%).

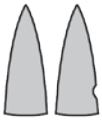
Uma outra característica relevante das GPB é o polimento da superfície do artefacto, sendo este muito variável quanto à sua posição, extensão e até presença (Figura 2). Nos exemplares em que este foi identificado, verifica-se a sua incidência na faixa central de uma ou das duas faces, podendo estender-se até aos bordos, no caso dos elementos mais largos. No caso de um dos exemplares provenientes da gruta 2 da Nossa Senhora da Luz (MNA 998.32.126) é ainda possível observar as estrias decorrentes do polimento, indicando que este era realizado segundo o eixo longitudinal do artefacto. Apesar da dificuldade em reconhecer se o retoque foi realizado antes ou depois do polimento (Forenbaher, 1999: 90), ambas as situações se encontram documentadas, sendo comuns os exemplares em que não são detetadas quaisquer arestas vivas e com um brilho transversal. Refira-se ainda que a espessura de uma parte significativa do conjunto é indicativa desta ação, com cerca de 32% dos exemplares a serem agrupados entre os 5/6 mm. Note-se, porém, que no interior do mesmo sepulcro convivem elementos polidos e não polidos, tendo sido todos classificados como produtos acabados.

O conjunto do Maciço Calcário Estremenho é esclarecedor relativamente à variabilidade formal que caracteriza as GPB, o que se traduz numa multiplicação das designações utilizadas no discurso arqueológico. Nesse sentido, a Tabela 2 evidencia todas as ocorrências analisadas. Prevalecem as formas mais compridas sobre as mais largas. As pontas alongadas com a base arredondada são, sem dúvida, o tipo mais comum – sendo transversais a quase todos os sepulcros. Esta é uma realidade que, aliás, parece ter correspondência com os exemplares que são conhecidos da Baixa Estremadura. As pontas de contorno triangular com base retilínea e base triangular assumem também um peso significativo, evidenciando padrões métricos muito semelhantes. Os restantes tipos estão representados por dois-três exemplares que raramente são provenientes do mesmo sepulcro. De facto, é interessante notar que os casos de repetição tipológica no interior do mesmo sepulcro, ainda que documentados, não correspondem a uma qualquer normalização. Esta é uma realidade bem vincada nos contextos funerários com um número reduzido de GPB, mas que é também passível de observar nos conjuntos mais abundantes.

Registaram-se ainda duas singularidades neste contexto crono-cultural. Desde logo, o exemplar MNA 998.32.121, proveniente da gruta 2 da Senhora da Luz, de bordos convexos e base em lingueta subretangular bem destacada. Parece relevante o facto de se ter recolhido um exemplar análogo no *tholos* da Tituaria, em Mafra (Cardoso *et al.*, 1996b), uma vez que poderá confirmar a sua integração no pacote votivo do 3.º milénio a.n.e. De seguida, o exemplar 10.212 da necrópole de Pragais, que à semelhança de outros exemplares regionais, apresenta um pedúnculo largo na base, mas que se destaca pela morfologia da extremidade distal, que é arredondada. Contraria o contorno apontado pelo qual se define este grupo artefactual, mas não há dúvida que se trata de «(...) um retoque intencional com o gume plano» (Sousa, 2004: 99). Não se verificam quaisquer paralelos imediatos.

Se, em certa medida, é simples fazer a distinção entre exemplares alongados e largos, esta não se reflete de forma imediata quando realizamos o diagrama de dispersão de todos os exemplares inteiros (Gráfico 1). Os punhais sobre lâmina e as pontas mais largas com a base bicôncava e pedúnculo destacado, de tipo «Casa da Moura» (Ferreira, 1970), são, porventura, os tipos que se encontram melhor individualizados do ponto de vista métrico. De forma menos evidente, parece também registar-se uma aglomeração de pequenos foliáceos, embora com diversas morfologias de base. Apesar destes integrarem o grupo das GPB, distinguindo-se da classe homogénea das pontas de seta, o seu significado é necessariamente distinto daqueles registos realizados sobre enormes massas de

TABELA 2. QUADRO TIPOLÓGICO DAS GRANDES PONTAS BIFACIAIS DO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO

MORFOLOGIA	DESCRIÇÃO	N.º DE EXEMPLARES	N.º FORENBAHER
	Alongada com base arredondada. A largura tende a ser maior em exemplares mais compridos. Presentes em: Lapa da Galinha; Senhora da Luz 2; Pragais; Carvalhal de Turquel.	14	5
	Alongada com base triangular. Esta é sempre bastante pronunciada. Presentes em: Lapa da Galinha; Senhora da Luz 2.	6	3
	Alongada com base retilínea. Podem apresentar um entalhe lateral num dos bordos. Presentes em: Lapa da Galinha; Senhora da Luz 2; Carvalhal de Turquel; Lapas; Pragais.	7	1/13
	Alongada com pedúnculo curto. O contorno é semelhante ao das pontas de seta, por vezes com serrilha. Presentes em: Lapa da Galinha; Senhora da Luz 2.	3	–
	Alongada com lingueta subretangular. A regularidade dos retoques confere-lhe um contorno muito destacado. Presentes em: Senhora da Luz 2.	1	–
	Alongada com base côncava. A extremidade é, por vezes, em agulha. Presentes em: Lapas; Pragais.	2	14
	Alongada com dois entalhes laterais, possivelmente relacionados com o encabamento. A base é geralmente retilínea. Presentes em: Lapa da Bugalheira; Carvalhal de Turquel.	2	12
	Alongada com pedúnculo largo. Presentes em: Lapa da Galinha.	2	11
	Punhais sobre lâmina. A base pode ser retilínea ou com um pedúnculo pronunciado. Muito compridos e pouco largos. Presentes em: Lapa da Galinha.	2	–
	Larga com base arredondada. O polimento abrange os bordos laterais. São pequenos foliáceos. Presentes em: Lapa da Galinha; Lapas.	2	–
	Larga com base bicôncava e pedúnculo mais ou menos proeminente. No Maciço, estas são as peças mais volumosas. Presentes em: Senhora da Luz 2; Pragais.	3	10
	Larga com base bicôncava e extremidade distal arredondada, não se verificando paralelos imediatos. Presentes em: Pragais.	1	–

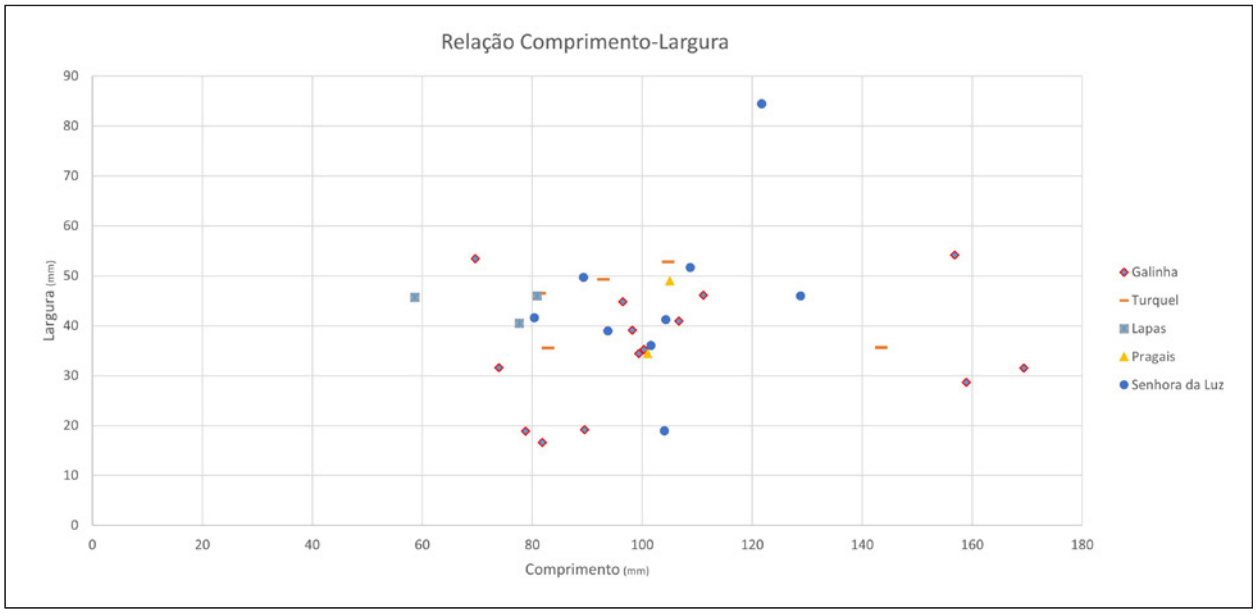


GRÁFICO 1. Relação das variáveis métricas de comprimento e largura dos exemplares inteiros, demonstrando uma intensidade da relação dispersa.

matéria-prima. Para o grosso do conjunto, não se verifica uma relação imediata entre a tipologia e as dimensões dos exemplares. Há morfologias de bases que são mais específicas de pontas com determinadas dimensões, mas não estão, de modo algum, restringidas – veja-se, a título de exemplo, as bases triangulares ou retilíneas. Por fim, a ausência de clusters sugere que estes artefactos não cumprem funções utilitárias distintas, mas uma função simbólica comum, o que está em acordo com a sua natureza eminentemente votiva.

Todos os registos se encontram realizados sobre sílex, que oferece boa qualidade de talhe. Apesar do desgaste da superfície de alguns destes artefactos, decorrente dos vários ambientes de deposição, a observação macroscópica das matérias-primas revelou uma correspondência com contextos geologicamente atribuíveis ao Cenomaniano Superior. O sílex apresenta uma certa diversidade cromática, sendo mais frequentes as tonalidades vermelha-acastanhada, vermelha-esbranquiçada, castanha-amarelada e acinzentada. Entre as características mais notórias, destaca-se a presença de óxidos de ferro, escassos vestígios bioclásticos deficientemente preservados e micro-quartzos (Figura 3), sendo típicas das silicificações cenomanianas da Alta Estremadura (Matias, 2012). A matéria-prima constitui, portanto, um recurso disponível de forma abundante à escala local-regional.

Por fim, é relevante notar que, apesar de esta ser a região com o maior número de GPB conhecidas até ao momento, não é aqui que se verificam os exemplares de dimensões verdadeiramente assinaláveis, como é o caso do registo da anta da Cabecinha, na Figueira da Foz (32 cm de comprimento), do Casal de Barba Pouca, em Mação (26 cm de comprimento) e da anta 1 de S. Gens, em Nisa (21 cm de comprimento). Na região do Maciço, e com a exceção dos punhais sobre lâmina, nenhum dos artefactos analisados sequer atinge os 15 cm de comprimento. É, portanto, em regiões onde o sílex não se encontra disponível na litologia local, que se verificam as autênticas GPB – na verdadeira aceção da palavra – sugerindo um incremento no seu valor simbólico. De facto, «(...) podemos inferir que simplesmente por serem exógenas, seria concedido um valor acrescido a algumas matérias-primas, seja numa dimensão social ou simbólica» (García Sanjuán *et al.*, 2019: 1032; traduzido do original).

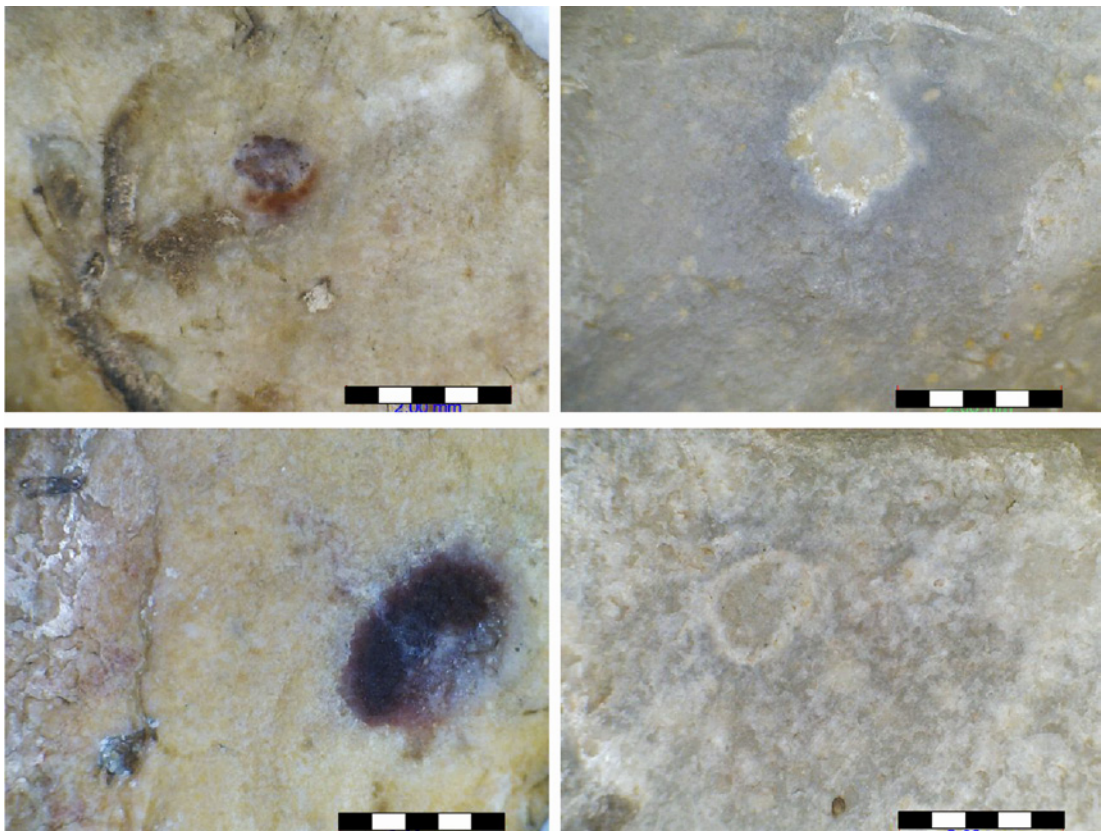


FIG. 3. Aspetos microscópicos (x50) do sílex utilizado nos artefactos de pedra lascada analisados. A – Bugalheira 86; B – Senhora da Luz MNA 998.32.122; C e D – Turquel 1 e 4. Correspondem aos contextos geológicos do Cenomaniano Superior, típicos das silicificações da Alta Estremadura.

3. ESPECIALIZAÇÃO DO TALHE DA PEDRA LASCADA NA TRANSIÇÃO DO 4.º PARA O 3.º MILÉNIO A.N.E.

Persiste uma certa dificuldade em torno do enquadramento crono-cultural destes artefactos. Os elementos identificados em escavações recentes são escassos e a sua informação contextual tem evidenciado realidades muito distintas, sendo testemunhas da complexidade inerente aos depósitos funerários megalíticos. Genericamente, a sua emergência no registo arqueológico está balizada na transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e., acompanhando a disseminação do retoque bifacial. A este respeito, a já notada coincidência entre as GPB e as pontas de seta de base convexa (Boaventura, 2009: 243), que dominam a tipologia presente nas grutas-necrópole do Maciço, constitui uma hipótese a considerar. Assim também parecem indicar os registos que mimetizam a morfologia das pontas de seta. Parecem perder a sua importância em torno de meados do 3.º milénio, aliás, como grande parte da indústria de pedra lascada, estando ausentes do cerimonial funerário campaniforme. Apresentam, pois, uma longevidade curta.

O aparecimento das GPB tem vindo a ser associado a uma produção especializada, inclusive dando origem à figura do «mestre-talhador» (Vaquer *et al.*, 2014). Enquanto critérios para a identificação de uma efetiva especialização da indústria lítica (Carvalho, 1996: 48), destacam-se a segregação espacial da produção, bem patente no território do Maciço, e a complexidade dos processos técnicos, que implica um claro investimento de tempo e trabalho na produção destes elementos.

Em todo o Centro e Sul de Portugal, foi no contexto geocultural do Maciço que se identificaram os únicos núcleos cronologicamente coevos que registaram uma parte significativa da cadeia operatória das GPB. Trata-se das oficinas de talhe de Casas de Baixo (Zilhão, 1994), em Ourém, e da Arruda dos Pisões, em Rio Maior (Forenbaher, 1999), onde parece verificar-se uma efetiva especialização funcional para a obtenção de produtos bifaciais de módulo largo. Aliás, o grosso dos elementos analisados neste trabalho demonstram uma correspondência clara com aqueles locais de aprovisionamento. O modelo observado nestes dois sítios de intensa atividade de talhe apresenta-se consistente: abundam os elementos que pertencem à fase pré-polimento, destacando-se os registos corticais e as lascas de adelgaçamento bifacial, e são muito escassos os produtos acabados, que provavelmente correspondem a descartes intencionais que não correspondiam ao objetivo do talhador. Nesse sentido, assume-se que a fase final da produção (polimento, tratamento térmico, configuração final) de GBP seria realizada fora do contexto de aprovisionamento, provavelmente já no espaço doméstico – ainda que as evidências que o documentem não sejam perentórias, sobretudo nesta região em que são desconhecidos os grandes núcleos de aglomeração calcolíticos.

Este é um modelo que denota uma estratégia complexa de ocupação do território, considerando que se verifica a coexistência de sítios funcionalmente distintos: uns focados numa produção especializada e provavelmente explorados de forma intensiva durante um largo período; outros, contemporâneos, são testemunhos da necessidade de exploração expedita de recursos líticos, realizada ocasionalmente, como é o caso de Cabeça Gorda 1 (Andrade e Matias, 2013). Acompanha, portanto, o processo de afirmação das comunidades regionais durante o Neolítico Final e Calcolítico. Apesar da escassez destes sítios especializados, com evidências da transformação de produtos bifaciais, parece verificar-se o mesmo modelo de segregação da atividade de talhe de sílex na Formação de Milanos em Granada, Espanha (Morgado Rodríguez *et al.*, 2011). Também aqui, apenas em duas das quatro grandes explorações conhecidas foram recolhidos elementos de talhe bifacial – ainda que de forma residual.

4. AS GPB ENQUANTO MANIFESTAÇÕES SIMBÓLICAS

A produção destes artefactos é o resultado de um grande trabalho de preparação para a descorticagem e adelgaçamento ao extremo. Este investimento notório tem por objetivo alcançar a simetria e a uniformidade dos bordos das GPB. Visto que estão essencialmente presentes em contextos funerários, são tradicionalmente associadas ao conceito de bem de prestígio ou elemento de estatuto. Todo o tratamento que lhes é dado sugere uma verdadeira funcionalidade votiva, destacando-se os exemplares inteiramente polidos. Ainda que a sua função no conjunto de práticas funerárias do 4.º e 3.º milénios a.n.e. não esteja inteiramente esclarecida – razão pela qual é necessária ponderação aquando da utilização de determinadas designações (Gonçalves, 1992) – a sua relação com a emergência, num curto espaço de tempo, de uma identidade masculina parece prevalecer sobre outras hipóteses. De qualquer modo, e considerando a grande variabilidade formal e de dimensões das GPB, dificilmente se poderá propor uma única função no interior de um ambiente funerário, chamando-se a atenção para a multiplicidade de significados simbólicos que dificilmente podemos definir, mas que se podem discutir (Frieman, 2010).

O número de elementos por sepulcro é escasso: a situação mais comum é serem recolhidos entre um a três exemplares, sendo que o cálculo da média, realizado a partir do apêndice da obra de Forenbaher (1999), foi de 2,8. Nesse sentido, a possibilidade das GPB participarem de forma ativa no processo gradual de individualização que se acentua a partir do 3.º milénio, pelo menos em algumas regiões, constitui uma proposta pertinente (Ihuel *et al.*, 2015: 67). É evidente que o grosso dos

elementos é proveniente de necrópoles coletivas e apenas com os registos artefactuais torna-se difícil realizar uma aproximação ao seu contexto de deposição, como se demonstrou para o caso de estudo do Maciço. As circunstâncias de certos contextos não podem deixar de ser devidamente crivadas. Neste contexto, são as singularidades (não de caráter morfo-tecnológico) que parecem esclarecer diversas questões.

As GPB são características da indústria de pedra lascada de todo o Sudoeste Peninsular, refletindo também a forte dinâmica de contactos inter-regionais. Os exemplares recolhidos em sepulcros da área de Valencina de la Concepción, Sevilha, recentemente escavados, demonstram precisamente essas particularidades. No centro da Câmara Grande do *tholos* de Montelírio, debaixo de um altar-estela, foi recolhida a única grande ponta de talhe bifacial, estando associada a um pente de marfim, naquela que é uma conjugação de elementos de prestígio (García Sanjuán *et al.*, 2016). Não estava, portanto, associada a um indivíduo específico, naquele que é um sepulcro onde foram apenas identificados indivíduos do sexo feminino. Assim, este poderá ser um elemento simbólico de afirmação do estatuto social de um grupo de indivíduos que claramente assumia um papel preponderante na sua comunidade.

Pelo contrário, as evidências do nível inferior do monumento 10.049 parecem suportar a narrativa da associação com a figura masculina (García Sanjuán *et al.*, 2019). Também aqui se identificou uma relação contextual de bens de prestígio realizados sobre matérias-primas exógenas, nomeadamente com o pomo do dito punhal, que está realizado sobre uma massa significativa de âmbar. O mesmo se verificou com o elemento realizado sobre cristal de rocha e o cabo de marfim provenientes do nível superior do mesmo sepulcro. Porém, mais uma vez não foi registada uma associação com qualquer indivíduo. De facto, até se poderá admitir que este episódio de utilização, mais do que funerário, será de natureza ritual, selando o episódio mais antigo.

Admite-se que estes são contextos que pressupõem a existência de uma estrutura social não tão incipiente, decorrente do culminar do processo de afirmação das sociedades calcolíticas «(...) comandadas pelas linhagens de maior prestígio, unificadas por complexos rituais identitários (...) e discursos de poder mais ou menos estandardizados (...)» (Tavares da Silva e Soares, 2006: 35), e que corresponde à fase de apogeu do Megalitismo. Também nos *tholoi* da Estremadura as GPB são escassas, geralmente apenas uma por sepulcro, o que parece estar em acordo com a realidade verificada para os sepulcros andaluzes. De outro lado, correspondem a tipologias sepulcrais mais tardias, estando ausentes do contexto geocultural do Maciço, em que as grutas naturais predominam. Aliás, as ocupações funerárias desta região evidenciam uma sub-representatividade das práticas funerárias do 3.º milénio. Assim, os dados recolhidos nos sepulcros analisados sugerem a emergência e disseminação destes artefactos ainda no final do 4.º milénio a.n.e. De momento, não é possível verificar indícios de diferenciação social no registo arqueológico, mas o papel destes artefactos na construção de identidades, também possibilitada pela especialização da produção, parece ser uma realidade devidamente fundamentada.

5. CONCLUINDO...

O trabalho de investigação sobre as GPB continua em aberto. Não resulta fácil distinguir tipologias com base em critérios tecno-tipológicos seguros, até porque as opções técnicas são dependentes das características da matéria-prima: se esta é recolhida sob a forma de grandes blocos, como foi identificado em Casas de Baixo (50 cm de comprimento), ou de plaquetas finas; inclusive, se é obtido um suporte laminar, por pressão ou percussão indireta, para produzir este tipo de artefactos. O caso de estudo do Maciço, que conjuga os locais de produção destes elementos e uma abundância dos mes-

mos em contextos funerários do 4.º e 3.º milénios a.n.e., assume particular relevância no contexto de todo o Sudoeste Peninsular. Porém, a sua integração no conjunto de práticas funerárias não é ainda clara. No âmbito dos sepulcros analisados, parecem enquadrar um pacote votivo de clara feição ideotécnica, destacando-se as placas de xisto gravadas que reforçam a dinâmica de contactos com a área alto-alentejana.

Apesar da diversidade que é inerente a este grupo artefactual, verifica-se uma especialização da indústria lítica que é ainda mais notória na produção de suportes alongados, significativamente normalizados. A própria especialização é uma forma de estruturação social, e, portanto, não pode deixar de ser associada às GPB, cujas etapas da cadeia operatória pretendem incrementar o seu valor simbólico. A circulação destes produtos, provavelmente já num estado avançado de acabamento, está plenamente comprovada no registo arqueológico e atesta um sistema complexo de redes de intercâmbio que só é possível no âmbito de comunidades organizadas, com relações bem consolidadas.

AGRADECIMENTOS

A Ana Catarina Sousa, Cátia Delicado, Filipa Rodrigues e Marco Andrade por todas as informações prestadas durante a elaboração deste trabalho. A António Carvalho, Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, e José Moita, funcionário do Museu dos Serviços Geológicos, por terem facilitado o acesso e estudo dos materiais requeridos. A Matilde van Calker, pelo auxílio na montagem das figuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. A.; MATIAS, H. (2013). Lithic raw material procurement and consumption during the Late Neolithic/Early Chalcolithic: the case of Casal dos Matos and Cabeça Gorda 1 (Vila Nova de Ourém, Estremadura, Portugal). *Complutum, 24:1* , 91-111.

BOAVENTURA, R. (2009). *As Antas e o Megalitismo da Região de Lisboa.* (Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

CARDOSO, J. L., FERREIRA, O. V.; CARREIRA, J. R. (1996). O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior) *Estudos Arqueológicos de Oeiras, 6*, 195-256.

CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. V.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; MEDEIROS, J.; FIALHO DE SOUSA, P. (1996). O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras, 6*, 135-193.

CARVALHO, A. F. (1996). O talhe de pedra e a transição Neolítico-Calcolítico e Sul de Portugal: tecnologia e aspetos de organização de produção. *Trabalhos de Arqueologia da EAM, 3-4*, 41-60.

DELICADO, C. (2016). *A gruta artificial das Lapas (Torres Novas). Contributo para o conhecimento das práticas funerárias dos 4.º e 3.º milénios a.n.e. na Estremadura Portuguesa.* (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

FERREIRA, O. V. (1957). Tipos de punhal lítico da Colecção dos Serviços Geológicos de Portugal. *Revista de Guimarães, 67*, 185-191.

FERREIRA, O. V. (1970). Alguns objetos inéditos, bastante raros, da coleção do Professor Manuel Heleno. *O Arqueólogo Português, 4 - 3.ª Série*, 165-174.

FORENBAHER, S. (1999). *Production and Exchange of Bifacial Stone Artifacts During the Portuguese Chalcolithic* (1 ed.). Oxford: British Archaeological Reports.

FRIEMAN, C. (2010). Imitation, identity and communication: The presence and problems of skeuomorphs in the Metal Ages. In B. V. Eriksen (Ed.), *Lithic technology in metal using societies. Proceedings of a UISPP workshop, Lisbon, September 2006* (pp. 33-44). Højbjerg: Jutland Archaeological Society.

GARCÍA SANJÁN, L.; CINTAS-PEÑA, M.; DÍAZ-GUARDAMINO, M.; ESCUDERO CARRILLO, J.; LUCIAÑEZ TRIVIÑO, M.; MORA MOLINA, C.; ROBLES CARRASCO, S. (2019). Burial practices and social hierarchisation in Copper Age Iberia: Analysing tomb 10.042 – 10.049 at Valencina de la Concepción (Seville, Spain). In J. Muller, M. Hinz, M. Wunderlich (Eds.), *Megaliths – Societies – Landscapes. Early Monumentality and Social Differentiation in Neolithic Europe* (Vol. 3, pp. 1005-1038). Bona: Institut für Ur- und Frühgeschichte der CAU Kiel.

GARCÍA SANJUÁN, L.; LOZANO RODRÍGUEZ, J. A.; SÁNCHEZ LIRANZO, O.; GIBAJA BAO, J.; ARANDA SÁNCHEZ, V. (2016). La industria lítica del tholos de Montelirio. In A. Fernandéz Flores, L. García Sanjuán,

M. Díaz-Zorita Bonilla (Eds.), *Montelirio. Un gran monumento megalítico de la Edad del Cobre* (pp. 203--244): Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.

GONÇALVES, V. S. (1992). *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa UNIARQ.

IHUEL, E.; PELEGRIN, J.; MALLET, N.; VERJUX, C. (2015). The Pressigny phenomenon. In C. Frieman, B. V. Eriksen (Eds.), *Flint daggers in prehistoric Europe* (pp. 57-75). Oxford: Oxbow Books.

JALHAY, E. (1947). A alabarda de sílex do Casal da Barba Pouca (Mação) e a expansão das lanças e alabardas líticas em Portugal. *Brotéria, 44*, 36-56.

MATIAS, H. (2012). *O aprovisionamento de matérias--primas líticas na Gruta da Oliveira (Torres Novas).* (Mestrado). Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

MORGADO RODRÍGUEZ, A.; LOZANO RODRÍGUEZ, J. A.; PELEGRIN, J. (2011). Las explotaciones prehistóricas del sílex de la formación de Milanos (Granada, España). *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía, 2*, 135-155.

PAÇO, A.; ZBYZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1971). Resultados das escavações na lapa da Bugalheira Torres Novas. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 55*, 23-47.

PEREIRA, M. H. (1970). *Monumentos históricos do concelho de Mação.* Mação: Câmara Municipal.

RODRIGUES, F.; SOUTO, P.; FERREIRA, A.; VARANDA, A.; GOMES, L.; GOMES, H.; ZILHÃO, J. (2020). Novos trabalhos na Lapa da Bugalheira (Almonda, Torres Novas). In J. Arnaud, C. Neves, A. Martins (Eds.), *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão* (pp. 823-835). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SOUSA, A. C. (2004). A necrópole do Neolítico final de Pragais: velhos dados, novas leituras. In A. M. Ferreira (Ed.), *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior* (pp. 90-111). Castelo Branco: Instituto Português de Museus.

SPINDLER, K.; FERREIRA, O. V. (1974). Das vorgeschichtliche Fundmaterial aus der Gruta do Carvalhal / Portugal. *Madrider Mitteilungen, 1 5*, 28-57.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2006). *Territórios da Pré-história em Portugal. Setúbal e Alentejo litoral*. Tomar: Centro de Pré-história do Instituto Politécnico de Tomar.

VAN CALKER, D. (2020). *Revisitar a Lapa da Galinha (Alcanena, Santarém): as práticas funerárias no Maciço Calcário Estremenho (4.º e 3.º milénios a.n.e.).* (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

VAQUER, J.; MARTÍN CÓLLIGA, A.; JUAN-CABANILLES, J.; BORDREUIL, M.; GALANT, P. (2014). Les poignards à retouches parallèles couvrantes sur préformes polies en silex de Forcalquier dans la zone nord--occidentale de la Méditerranée. In R. M. Arbogast, A. Greffier-Richard (Eds.), *Entre archéologie et écologie, une Préhistoire de tous les milieux. Mélanges offerts à Pierre Pétrequin.* (pp. 129-155). Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté.

ZILHÃO, J. (1994). A oficina de talhe neo-calcolítica de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da EAM, 2*, 35-45.

A MORTE À ESPREITA: A POSSÍVEL ESTRUTURA FUNERÁRIA CALCOLÍTICA DA OTA (ALENQUER)

ANDRÉ TEXUGO[1]

RESUMO

O sítio arqueológico de Ota é o caso de estudo do projeto *ArchaeoRosetta*. Este tem como alvo as arquitecturas calcolíticas (integradas no fenómeno dos recintos murados) do Oeste de Portugal, utilizando métodos de prospecção arqueológica tradicionais, combinados com geotecnologias. Uma vez que a Ota é coberta por uma vegetação densa, os conhecimentos disponíveis eram quase inexistentes, sendo apenas possível superar esta contingência através da utilização de diferentes métodos de detecção remora.

Uma das realidades identificadas foi a Estrutura 3, uma estrutura circular negativa já escavada e altamente afetada pelo descobridor do sítio (Hipólito Cabaço). Ainda assim, considerando a tipologia desta estrutura e principalmente os materiais recuperados *in situ* e em depósitos do museu (parte do acervo de Cabaço), é possível pensar se esta teria tido um papel funerário durante o 3.º milénio a.C. e se este tipo de realidades poderá ser mais comum do que actualmente se pensa.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitecturas funerárias; Calcolítico; Estremadura; recintos murados; LiDAR

ABSTRACT

Ota's archaeological site is the case study of the *ArchaeoRosetta* project. This targets Chalcolithic architectures (integrated into the Walled Enclosures Phenomenon) from West Portugal, using traditional archaeological survey combined with geotechnologies. Since Ota is covered by dense vegetation, the available knowledge was almost absent, being only possible to overcome this contingency by using different remote sensing methods.

One of the identified realities was Structure 3, a negative-circular structure already excavated and highly affected by the site's earlier discoverer (Hipólito Cabaço). Nevertheless, considering this structure's typology and mainly the materials recovered *in situ* and in the museum's deposits (part of Cabaço's collection), it is possible to think if this structure might have had a funerary role during the 3rd millennium BC and if this type of realities can be more common than we currently believe.

KEYWORDS: Funerary architectures; Chalcolithic; Estremadura; Walled enclousures; LiDAR.

[1] Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT – SFRH/BD136086/2018); Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (UNIARQ); Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG). andrelopes@campus.ul.pt.

1. PRELÚDIO

> *«Para o lento mas inexorável processo da sua desconstrução, contribuíram o enorme crescimento da base empírica e o seu reordenamento, bem como novas perspectivas teóricas de inquérito às realidades arqueológicas»*
>
> (In «*5. Voltar ao campo com novas perspectivas*», Silva – Soares 2018)

A investigação arqueológica é marcada por constantes mudanças interpretativas, reviravoltas e avanços. Estes são potenciados pelo desenvolvimento/aparecimento de novos quadros teóricos ou pela aplicação de novas tecnologias e metodologias que impulsionam as barreiras do conhecimento. Ainda assim, a ligação entre a Arqueologia e o Campo (entenda-se realidade arqueológica) é vital, justificando, neste caso, o regresso a uma estrutura que terá sido identificada nos anos 30 do século XX, na Ota, mas que terá escapado ao crivo dos investigadores. Esta é a realidade da estrutura 3 do sítio da Ota, que se encontra em processo de escavação no âmbito dos trabalhos do projecto *ArchaeoRosetta*.

A. LOCALIZAÇÃO E BIOGRAFIA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA OTA

O sítio arqueológico da Ota situa-se a cerca de 1 km a noroeste do centro da localidade de Ota (Alenquer). Este sítio desenvolve-se no topo e na vertente Oeste de um cabeço com 160 m, na margem direita do complexo geológico do Canhão Cársico de Ota, onde se encaixa o rio Ota, subsidiário do rio Tejo. Este tem a sua nascente na Serra do Montejunto, o que vai reafirmar ainda mais a importância não só da Serra, mas do próprio rio enquanto estruturador da ocupação humana (Texugo 2016). (Fig. 1)

A identificação da Ota remonta a 1932, pelas mãos de Hipólito Cabaço, datando desta mesma década a primeira intervenção no local (Barbosa 1956). Ainda assim, e apesar da data oficial para a descoberta da Ota ser 1932, Mêndes Corrêa (1925) parece recuar esta data. Este relata a existência de achados pré-históricos «em cavernas, castros e outras estações da região» da Ota (Corrêa 1925). Desta forma, e uma vez que o trabalho data de 1925, é possível sugerir que alguns anos antes das descobertas «oficiais» da Ota (1932), Pedra d'Ouro (1934) ou de Vila Nova de São Pedro (1936) por Cabaço, pudessem ser já conhecidos alguns destes locais.

Deixando de parte a problemática da descoberta, a única obra que contém informações sobre os estes primeiros trabalhos da Ota, foi realizada no âmbito do trabalho final de licenciatura do arqueólogo Ernâni Barbosa (1956). Este desenvolve um breve catálogo das peças recolhidas por Cabaço, discorrendo também sobre algumas pistas em torno dos contextos do sítio, numa correlação de pensamentos próprios e de alguma informação fornecida pelo descobridor do sítio (Barbosa 1956). Neste procede-se também a uma breve descrição das arquitecturas existentes, sem ser especificada a sua localização (Barbosa 1956).

Contudo, e considerando que desde 1956 que não era elaborado nenhum trabalho que abordasse exclusivamente a Ota, encontravam-se por compreender as suas dinâmicas construtivas e sociais. Assim, encarou-se esta ausência de informação como a primeira premissa para regressar ao sítio arqueológico da Ota, no ano de 2016, focando particularmente a sua ocupação Calcolítica (Texugo 2016).

Numa primeira fase, este retornar das investigações partiu da motivação social da população local através do Orçamento Participativo (Texugo – Basílio 2017). No projecto de caracterização do Canhão Cársico de Ota foi reestudada a colecção de materiais recolhidos por Hipólito Cabaço e leva-

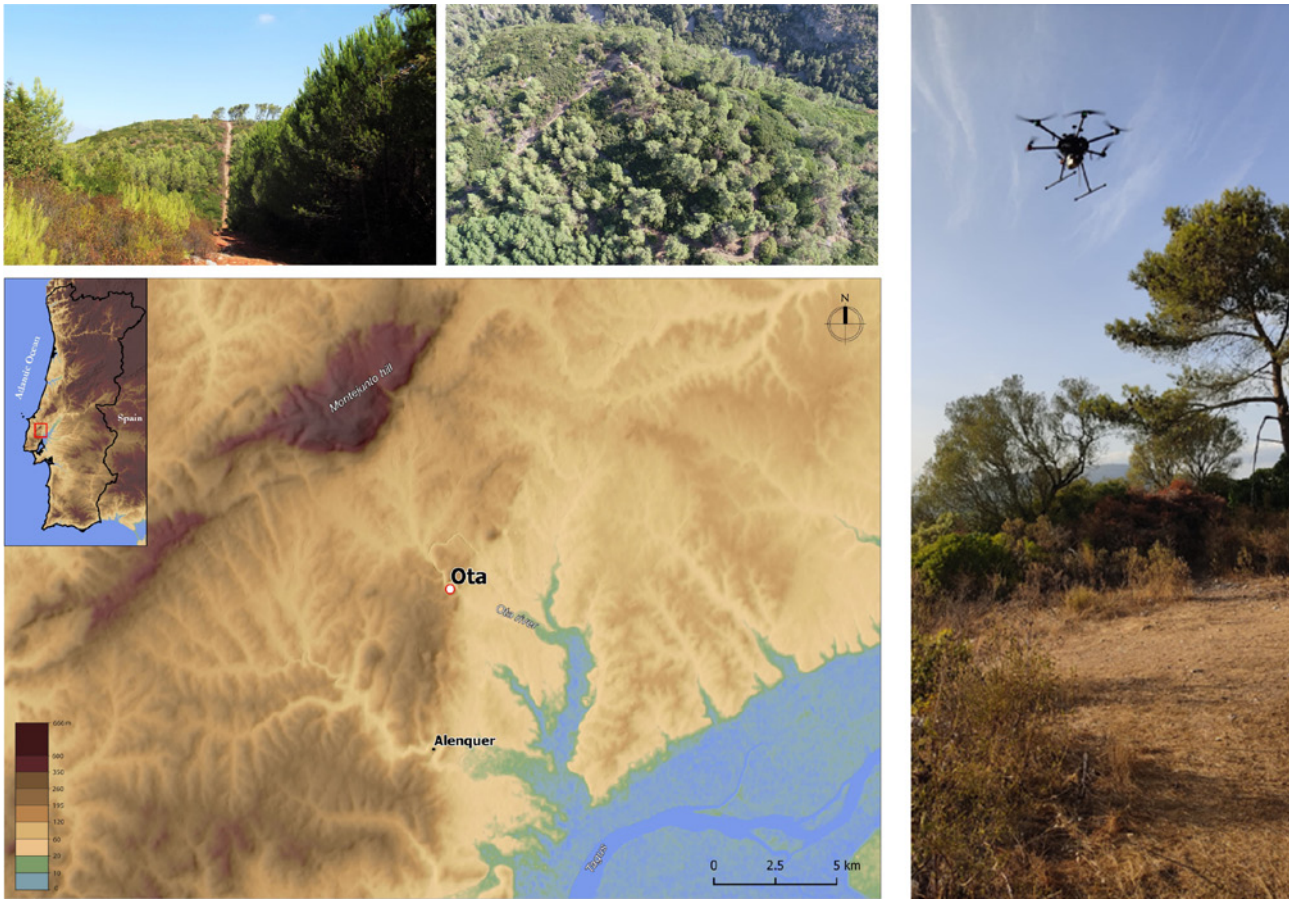


FIG. 1. Localização do sítio da Ota, com imagens ilustrativas do coberto vegetal e do levantamento LiDAR.

dos a cabo os primeiros trabalhos arqueológicos com metodologias recentes – prospecções sistemáticas (Texugo 2016). Foi então possível relocalizar oito estruturas de cronologia indeterminada e uma centena e meia de materiais classificáveis (Texugo 2016). Todavia, as realidades e tendências identificadas ficaram aquém da descrição feita por Ernâni Barbosa sobre a existência de «duas linhas de muralha, uma torre, vários fundos de cabanas circulares e também rectangulares, estas mais raras...» (Barbosa 1956). Ainda assim, os trabalhos de prospecção foram fortemente condicionados pela densa vegetação, que camuflava tanto os vestígios de superfície, como possíveis estruturações pétreas (Texugo 2016). Foi tendo como base o obstáculo da vegetação, bem como o ainda insuficiente conhecimento relativo às dinâmicas do sítio da Ota, que se avançou para o projecto *ArchaeoRosetta* – Detecção remota na prospecção arqueológica: os recintos murados do 3.º milénio a.C. na região Oeste (Estremadura, Portugal). Este, que tem a Ota como principal caso de estudo, discorre de um plano de doutoramento submetido à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que tem como objectivos centrais (Texugo *et al.* no prelo):

1. Compreender as estratégias de ocupação do espaço, através da análise das arquitecturas/implantações, com o intuito de aceder à organização do território das comunidades do 3.º milénio a.n.e.;
2. Confirmar empiricamente os resultados obtidos em campo através da detecção remota.

B. O VOLTAR AO CAMPO: OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DE 2019 E 2020

Neste âmbito foram realizadas duas campanhas de escavação em 2019 e 2020, focando-se em torno de estruturas potencialmente calcolíticas, detectadas através dos diversos métodos de prospecção aplicados (terrestre e detecção remota) (Texugo *et al.* no prelo).

Como tal, foram intervencionadas, até ao momento, quatro estruturas (Texugo *et al.* no prelo). A estrutura 1, inicialmente entendida como um «muro», foi reinterpretada (através de duas áreas de sondagem), não correspondendo às realidades já identificados em sítios murados regionais (Gonçalves *et al.* 2013; Kunst – Arnold 2011; Silva *et al.* 1995), mas sim a um possível talude (Texugo *et al.* no prelo). Este terá diversas fases construtivas, e aproveitou os patamares calcários naturais existentes no sítio, utilizando-os na definição de um espaço interior, incrementando a área útil disponível (Texugo *et al.* no prelo).

A estrutura 8, a única realidade intervencionada fora da área delimitada pela estrutura 1, corresponderá a um aglomerado de pedras de origem antrópica e que possivelmente reflectirá um processo de reflorestação aplanados nos quais se desenvolve, de cronologia indeterminada (em muito pela falta de materiais arqueológicos associados) (Texugo *et al.* no prelo). (Fig. 2)

A terceira estrutura, a 9, foi identificada com o mapeamento LiDAR, tendo sido possível compreender que o patamar desenhado pela estrutura 1 não seria caso único, existindo pelo menos mais um socalco, sustido pela estrutura 9, até ao topo do cabeço onde se desenvolve o sítio da Ota (Texugo *et al.* no prelo). Como tal, a área trabalhada incluía o desnível entre duas possíveis plataformas, permitindo a caracterização de 3 espaços – o topo do cabeço (com uma potência estratigráfica de apenas 5 a 20 cm de profundidade), a estratigrafia da plataforma inferior e a estrutura antrópica entre ambos (Texugo *et al.* no prelo).



FIG. 2. Enquadramento da Estrutura 3 dentro do sítio de Ota, com pormenor da sua identificação nos dados provenientes do levantamento LiDAR.

2. AO REDOR DA ESTRUTURA 3 DA OTA

A quarta área intervencionada corresponde à estrutura 3. Esta é a única estrutura negativa identificada, até ao momento, no sítio arqueológico da Ota, tendo sido descoberta no decurso das prospecções terrestres (Texugo 2016) e plenamente identificável nos dados LiDAR obtidos por *drone* (Texugo *et al.* no prelo). No entanto, corresponderá a uma estrutura já intervencionada por Hipólito Cabaço, ainda que não tenha sido recuperado nenhum registo ou menção à sua existência.

Trata-se de uma estrutura de tendência circular, que replica a estratégia de construção observada nas restantes estruturas da Ota, com uma combinação entre a geologia local e a adição de elementos construtivos (Texugo 2016; Texugo *et al.* no prelo). Esta realidade é particularmente notória nesta estrutura, sendo parcialmente modelada nos calcários de base, complementados com a colo-

cação de grandes blocos pétreos que ajudam na definição do traçado circular aparentemente pretendido. Para além destes grandes blocos, que abrangem cerca de 40 a 50% da circunferência da estrutura, foi detectada uma possível estrutura de contenção a Oeste, composta por um aglomerado de pedras calcárias de média e pequena dimensão, cuja funcionalidade parece estar relacionada com uma eventual estabilização e suporte dos blocos de maiores dimensões (Texugo *et al.* no prelo). (Fig. 3)

Outro aspecto da manipulação da geologia de base é a superfície no interior da estrutura. Noutros pontos do sítio arqueológico foram igualmente detectadas bancadas de afloramento relativamente aplanadas, no entanto, o interior desta estrutura encontra-se perfeitamente alisado, sugerindo uma clara acção humana na formação de um pavimento plano (Texugo *et al.* no prelo). Esta intenção é corroborada pela presença de uma diáclase que atravessa o interior da estrutura, com rebordos também eles aplanados. Para além desta característica, denota-se a existência de um revestimento da base e de parte das paredes da estrutura, sendo possível confirmar a existência de um pavimento argiloso compacto, que regularizaria a superfície do interior da estrutura e preencheria o topo da diáclase já mencionada (Texugo *et al.* no prelo).

Sendo que se tratava de uma estrutura já afectada, a intervenção tinha como objectivo compreender e identificar o processo de escavação de Hipólito Cabaço e tentar recuperar o máximo de informação ainda disponível. Assim, os trabalhos tiveram dois eixos principais: um focado no interior da estrutura e outro centrado nos montículos de terra que circundavam a estrutura (Texugo *et al.* no prelo). Para tal, foram implantados 35 m^2 dispostos através de uma sondagem de 5x7m, tendo o eixo com maior comprimento a orientação sul-norte.



FIG. 3. Processo de escavação no interior da estrutura 3.

No interior da estrutura, foi apenas possível compreender que o nível argiloso [1003] que cobriria a base, e possivelmente parte das paredes da estrutura, corresponde ao único contexto conservado no interior da mesma (Texugo *et al.* no prelo). Ainda assim esta conservação é parcial, uma vez que apenas foi possível registar a sua presença no entorno da estrutura, junto à base das pedras que formas as paredes e em zonas pontuais na base da estrutura. Este registo permite avançar que a acção do escavador, na primeira metade do século passado, deverá ter-se focado na parte central da estrutura. Esta realidade resultou na escavação total do miolo da estrutura negativa, até à rocha de base, tendo ficado apenas restos de argila no rebordo da estrutura, como os materiais que nela estavam integrados.



FIG. 4. Ortofotomapa final da intervenção no interior da Estrutura 3, com secção E-O.

A análise do exterior permitiu aferir que a escavação que terá apenas focado no interior da estrutura, notando-se um claro processo de selecção dos materiais recolhidos e descartados (Texugo *et al.* no prelo). Os montículos em redor desta realidade encontravam-se repletos de materiais arqueológicos lisos e de restos faunísticos que, para Cabaço, seriam de menor valor. É ainda importante salientar que, curiosamente, as peças encontradas nesta intervenção exterior estão ausentes da colecção de materiais de Hipólito Cabaço (Texugo 2016), criando-se um contraste entre um conjunto de museu composto por elementos decorados e peças claramente trabalhadas e os materiais inclassificáveis/incaracterísticos, recuperados em campo.

A esta clara relação dicotómica de ausência/presença soma-se ainda a identificação de um fragmento cerâmico com uma marca de pico, que reforça a existência de uma intervenção anterior nesta estrutura e a proveniência dos materiais que a circundam.

Ainda assim, considerando que esta intervenção ainda se encontra em curso, ficam por esclarecer a possível existência de uma interrupção (ou «entrada») na circunferência desenhada pela estrutura 3, bem como uma classificação formal e tipológica mais fina e precisa. (Fig. 4)

3. O QUE FICOU PARA TRÁS (E ATRÁS): AS MATERIALIDADES

O conjunto de materiais arqueológicos da estrutura 3 replica a abordagem dual seguida na escavação: interior e exterior. É, portanto, um conjunto destacadamente manipulado que discorre de contextos perturbados. No que toca ao conjunto faunístico, uma componente bastante representativa nos materiais resultantes da intervenção, mas ausente no acervo do Museu Hipólito Cabaço, este encontra-se em estudo (Almeida *et al.* 2021), sendo feitas apenas breves referências. (Tabela 1)

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS MATERIAIS NOS CONTEXTOS EXTERIORES E INTERIORES DA ESTRUTURA 3

TIPO	INTERIOR					EXTERIOR		
	CP		CNP		TOTAL	CNP		TOTAL
	CLASS.	BOJOS	CLASS.	BOJOS		CLASS.	BOJOS	
Cerâmica	10	77	45	479	611	178	2116	2294
Pedra lascada	8	–	25	–	33	107	–	107
Pedra polida	0	–	0	–	0	1	–	1
Pedra afeiçoada	0	–	0	–	0	3	–	3
Osso polido	0	–	1	–	1	0	–	0
Elemento simbólico	0	–	1	–	1	0	–	0
Metalurgia	1	–	0	–	1	0	–	0
TOTAL	19	77	72	479	647	289	2116	2405

CP: contextos preservados / CNP: contextos não preservados.

Em primeiro lugar, é importante referir que muitos dos materiais recuperados no exterior da estrutura podem ser possivelmente provenientes dos contextos já escavados no interior da mesma. Nestes foram recolhidos 2405 materiais, dos quais a esmagadora maioria corresponde a bojos (88%), seguindo-se a cerâmica classificável (7,4%), com uma percentagem próxima à soma do conjunto de artefactos líticos (4,45%). Categorias artefactuais como a pedra polida e a pedra afeiçoada são residuais, sendo apenas de mencionar a presenta de um fragmento de artefacto indeterminado em anfibolito e três possíveis elementos de mó.

No pequeno conjunto de elementos cerâmicos classificáveis destacam-se as formas fechadas (principalmente esféricos e globulares de bordo simples), ainda que os elementos provenientes de formas abertas, como as tigelas e as taças, se encontrem numericamente próximos. Todavia, como é bastante comum em contextos já remexidos, os materiais encontram-se fortemente fragmentados, o que justifica a presença esmagadora de peças de tipologia indeterminada (149 registos, num total de 178). Alguns destes elementos cerâmicos apresentam vestígios de perfurações ou decorações, principalmente referentes ao grupo decorativo «Folha de Acácia» (três registos), ainda que um

fragmento pareça apresentar algumas semelhanças gráficas com motivos tradicionalmente caracterizados como simbólicos.

Os artefactos enquadráveis na categoria da Pedra Lascada são tipologicamente diversificados, denotando-se a preferência clara para a utilização da matéria-prima local (o sílex), com excepção para três peças realizadas em quartzo-hialino.

A nível formal, destacam-se os produtos alongados (seis lâminas e quatro lamelas), seguidos de três pontas de seta, às quais se soma uma pré-forma de ponta de seta, e de três lascas não retocadas. Ainda assim, os elementos são predominantemente incaracterísticos e de pequenas dimensões (material residual), sendo a reduzida dimensão do conjunto o possível reflexo de uma recolha mais cuidada, por parte de Hipólito Cabaço, de elementos realizados em sílex.

Já no interior da estrutura os materiais apresentam proveniências contextuais distintas, tendo sido separadas as peças do único depósito preservado (a argila de revestimento do pavimento e parte das paredes da estrutura) e dos depósitos resultantes de escorrências para o interior da estrutura (materiais com procedência contextual dúbia).

Assim sendo, do interior da estrutura 3 provém 647 materiais, dos quais 96 (14,85%) correspondem a materiais provenientes do contexto preservado. Do conjunto total de peças, a categoria mais abundante corresponde às produções cerâmicas (94,45%), no entanto apenas 10 registos classificados, de um total de 87, são do depósito [1103]. Segue-se, com pouca expressividade, a pedra lascada (5,1%), toda ela realizada em sílex. Destaca-se a presença de duas lâminas, duas lascas, uma lamela, bem como duas pontas de seta.

No que concerne os restantes materiais, uma breve nota vai para um fragmento de um artefacto metálico aparentemente em cobre, proveniente do depósito preservado, um fragmento de base de um «ídolo de cornos» e um fragmento de um artefacto em osso polido correspondente a uma possível cabeça de alfinete decorada.

Ainda que não seja apresentado o conjunto faunístico, salienta-se a presença de um fragmento de *pecten maximus* (vieira), associada em alguns contextos a práticas simbólicas no 3 milénio a.C. (Valera – André 2017) e de um corno e parte do crânio de *capra hircus* integrado na única camada preservada.

Esta estrutura, a sua construção e mesmo a sua eventual utilização foram relativamente datadas por uma combinação entre a morfologia e alguns dos elementos materiais já mencionados. No entanto, e ainda que exista uma coerência do conjunto, que parece datar esta estrutura do 3º milénio a.C., pela ausência de paralelos em sítios congéneres e pela sua exclusividade (até ao momento) no sítio da Ota, foi igualmente alvo de uma datação de radiocarbono – Beta-568786 (3970±30 BP) com uma calibração a dois sigmas de 2574-2350 cal BC – que permitiu confirmar a sua atribuição ao Calcolítico através da datação do corno de *Capra hircus* mencionada (Texugo *et al.* no prelo).

Ainda que, tipologicamente e artefactualmente, esta estrutura pareça sugerir dinâmicas distintas das identificadas nos restantes contextos intervencionados na Ota, é a simbiose com os materiais existentes no Museu Hipólito Cabaço que solidifica o seu possível carácter funerário (Texugo *et al.* no prelo). Destaca-se a existência de um grande conjunto de elementos metálicos, que incluí dois machados planos e uma Ponta de Palmela, os três possivelmente em cobre e com tipologias enquadráveis dentro da 2.ª metade do 3º milénio a.C. (Texugo 2016). A estes soma-se uma figura zoomórfica (coelho). Este exemplar é, até hoje, o único lagomorfo calcolítico directamente associado a um contexto não-funerário, materializando a excepção à regra (Valera *et al.* 2014). À Ota são também atribuídos três machados votivos de grande dimensão em anfibolito, tipicamente associados a contextos simbólicos (Andrade 2014), aos quais se soma uma peça, também ela simbólica, realizada em calcário corálico do Amaral (Texugo 2016). Este pequeno machado encontra-se repleto de fósseis que o tornam uma peça extremamente frágil e ineficaz, impossibilitando a sua utilização enquanto ferramenta (Texugo 2016).

4. DEBATENDO COM OS VIVOS, NA PROCURA DOS MORTOS

As abordagens que têm sido feitas sobre os recintos murados tendem a enfatizar o seu papel não funerário e de habitat, transpondo pressupostos contemporâneos para as comunidades do 3º milénio a.C. que perpetuam a separação entre os espaços dos mortos e dos vivos. No entanto, esta dicotomia não é, de todo, correcta, conhecendo-se hoje fenómenos sociais que implicam o transporte, manuseamento e deposição de ossos humanos mais antigos em contexto mais recentes (Valera 2020). Também nos recintos murados foram identificados vestígios de práticas possivelmente semelhantes, encontrando-se documentada a presença de ossos humanos dispersos (Kunst *et al*. 2014), bem como a existência de deposições funerárias mais tardias (Sousa 2010). Estas práticas e processos vem mostrar que estas comunidades são muito mais complexas, sendo necessário revisitar tanto os discursos como os contextos do passado.

Enfatiza-se, por um lado, a intencionalidade inferível a partir da intervenção desta estrutura. A clara simbiose entre a manipulação e modelação do substracto geológico e a complementaridade deste com a colocação de blocos, materializa a intenção de formar uma estrutura circular negativa, ímpar no sítio. Por outro lado, a sua tipologia e a existência de um revestimento de argila, até agora apenas identificado nesta estrutura arqueológica. A circularidade da estrutura 3, aliada à possível existência de um corredor ainda por intervencionar, e o cuidado notável na colocação deste revestimento permite sugerir um caracter distinto para esta estrutura. No entanto, são os poucos materiais recuperados ainda *in situ* (ou no interior da estrutura) que dão maior solidez à singularidade da estrutura 3: um conjunto de pontas de seta, um fragmento de artefacto em osso polido, um fragmento de ídolo de cornos e ainda um fragmento de um artefacto em cobre. Associados a estas materialidades foram também identificadas deposições de elementos faunísticos. (Fig. 5)

Ainda assim, e mesmo que a interpretação aqui sugerida se encontre corroborada pelos dados disponíveis, inclusivamente radiométricos, a existência de uma estrutura funerária no interior da área definida pela estrutura 1, ou seja, dentro do sítio arqueológico calcolítico, é controversa na área em estudo. No entanto, a estrutura 3 da Ota pode não ser um caso isolado na Estremadura. Tanto em Olelas (Vicente – Serrão 1959), como na Penha Verde (Cardoso 2010/2011), e no sítio vizinho à Ota, Pedra d'Ouro (Paço 1966), a existência de estruturas circulares funerárias calcolíticas foram reconhecidas pelos primeiros investigadores destes locais. Todavia, estas interpretações tiveram pouco reconhecimento e impacto na comunidade arqueológica, sendo as estruturas posteriormente reinterpretadas e publicadas como possíveis torres ocas, abandonando-se a sua interpretação original.

No entanto, com a identificação e intervenção na estrutura 3 da Ota, torna-se plausível questionar se a utilização funerária calcolítica deste contexto intra-sítio será caso único na Estremadura e no Fenómeno dos recintos murados, ou se as estruturas de Olelas, Penha Verde e Pedra d'Ouro poderão materializar um comportamento e prática partilhada pelas comunidades do 3º milénio a.C., mas desvalorizada até agora.

Uma vez que esta é, ainda, uma questão incipiente e em curso, não é possível proceder a uma classificação mais formal da estrutura 3 e das possíveis estruturas funerárias calcolíticas dos restantes sítios arqueológicos. Corresponderão estas a *tholoi*? Deverão ser entendidas como fossa? Ou terão outra forma ainda não identificada? Estas e outras problemáticas terão de ser exploradas posteriormente, sendo relacionadas com as restantes práticas das comunidades do 3º milénio a.C. da Estremadura Portuguesa.

Todavia, o que a estrutura 3 da Ota, mas também as próprias estruturas 1 e 9 permitem fazer é salientar a necessidade de uma complexificação do pensamento arqueológico existente para o

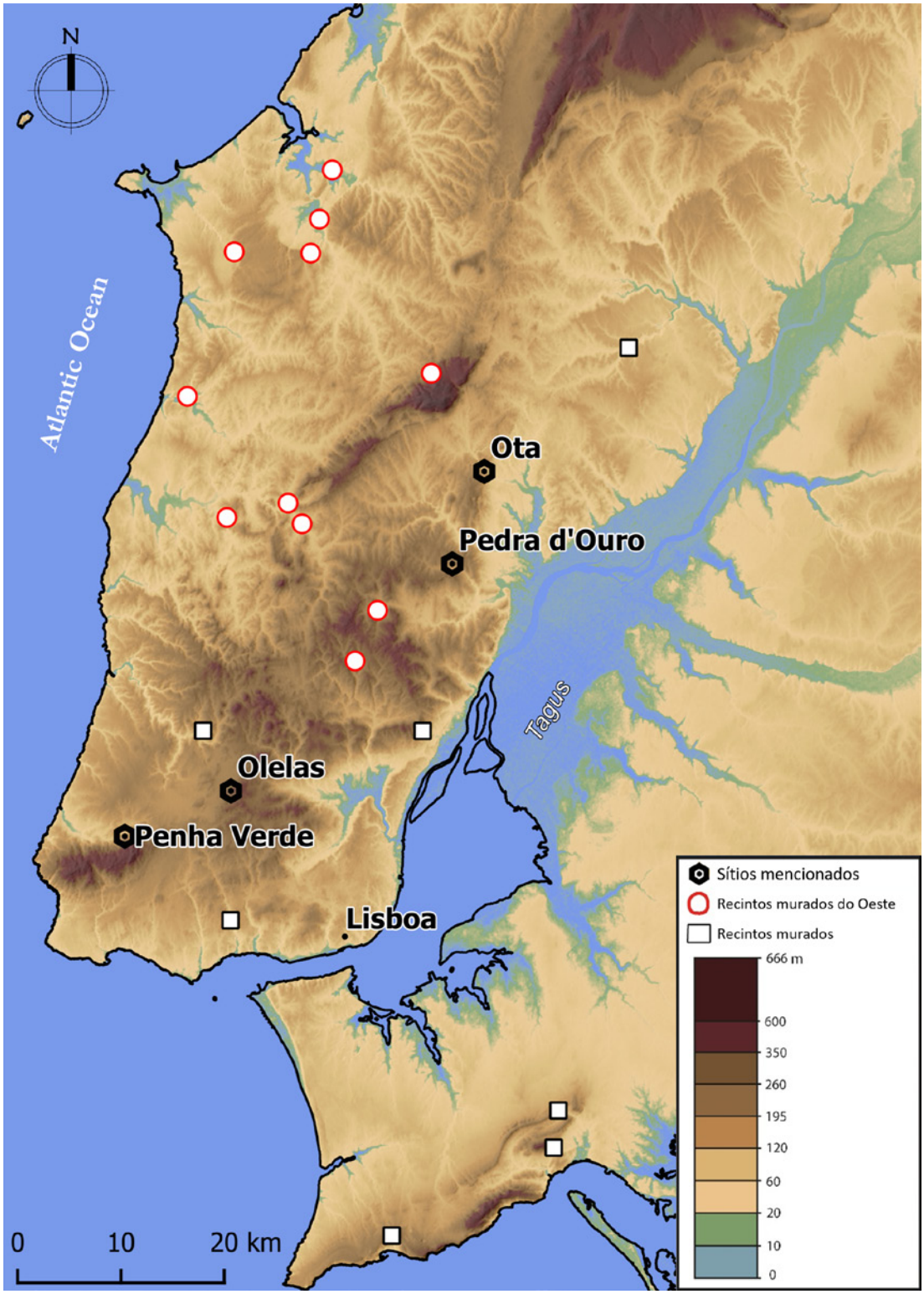


FIG. 5. Implantação dos sítios com possíveis estruturas funerárias, mencionados no texto.

Fenómeno dos recintos murados Calcolíticos na Estremadura portuguesa. Estas comunidades não podem ser lidas e explicadas por apenas uma das suas múltiplas vertentes e facetas. Nenhum ser humano o deverá ser. Como tal, é necessário reconhecer a agência e complexidade social, cultural, simbólica, económica e identitária dos grupos do 3º milénio a.C., com o intuito de produzir conhecimento fundamentado que nos aproxime realmente dos seus modos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. A. – TEXUGO, A. – BASÍLIO, A. C. (2021) – O triunfo dos porcos? O conjunto faunístico da Ota (Alenquer). Comunicação oral apresentada no congresso Jornadas Internacionais «*Amanhar a terra. Arqueologia da Agricultura (do Neolítico ao Período Medieval) Junho de 2021, Palmela*».

ANDRADE, M. A. (2014) – Sobre os Conjuntos de Artefactos de Pedra Polida das Áreas de Benavila e Ervedal (Avis, Portugal). *Al-Madan Online*. 2: 19, 92-104.

BARBOSA, E. (1956) – O castro de Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. 2: 3, 117-124.

CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 8, 579-590.

CORRÊA, A.M. (1925) – A sepultura neolítica do Vale das Lages e os «eólitos» de Ota. *Bulletí de l'Associació Catalana d'Antropologia, Etnologia i Prehistoria*. 3: 2, 117-146.

GONÇALVES, V. S. – SOUSA, A. C. – COSTEIRA, C. (2013) – Walls, gates and towers. Fortified settlements in the South and Centre of Portugal: some notes about violence and walls in the 3rd Millennium BCE. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. 23, 35-97.

KUNST, M. – ARNOLD, F. (2011) – Sobre a reconstrução de estruturas defensivas do Calcolítico na Península Ibérica com base na Torre B de Zambujal (Torres Vedras, Lisboa). *O Arqueólogo Português.* 5: 1, 429-488.

KUNST, M. – CARDOSO, J. L. – WATERMAN, A. J. (2014) – Human Bones from Chalcolithic Walled Enclosures of Portuguese Estremadura: The Examples of Zambujal and Leceia.» In VALERA, A. C. (ed) – *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Oxford: Archaeopress, 83-98.

PAÇO, A. (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa de História*. 2: 16, 117-152.

SILVA, C. T. – SOARES, J. (2018) – Génese do Conceito 'Cultura Do Bronze Do Sudoeste'. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* 24, 375–96.

SILVA, C. T. – SOARES, J. – CARDOSO, J. L. (1995) – Os povoados fortificados do Monte da Tumba e Leceia – elementos para um estudo comparado. In KUNST, M. (ed.) – *Origens, estruturas e relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica: actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras.* Lisboa (Trabalhos de Arqueologia 7), 159-168.

SOUSA, A.C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e do Calcolítico na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TEXUGO, A. (2016) – *O 4.º e o 3.º milénios a.n.e. no sítio da Ota: Perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TEXUGO, A. – BASÍLIO, A. C. (2018) – O estranho caso da Ota: o paradigma dos Orçamentos Participativos e os resultados de um projecto 'comunitário'. *Al-Madan*. 22: 1, 104-114.

TEXUGO, A. – BASÍLIO, A. C. – PINA, P. – GOYANES, G. – VIEIRA, G. (no prelo) – Through the bushes: the first glimpse of Ota Walled Enclosure's prehistoric dynamics (West Portugal). Artigo submetido à revista *Journal of Field Archaeology*.

VALERA, A. – ANDRÉ, L. (2017) – Aspectos da interacção transregional na Pré-história Recente do Sudoeste Peninsular: interrogando as conchas e moluscos nos Perdigões. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 23, 189-218.

VALERA, A. C. – EVANGELISTA, L. – CASTANHEIRA, P. (2014) – Zoomorphic figurines and the problem of human-animal relationship in the Neolithic and Chalcolithic Southwest Iberia. *Menga.* 5, 15-41.

VALERA, A.C. (2020) – *O Sepulcro 4 dos Perdigões: um tholos da segunda metade do 3º milénio a.C. (Perdigões Monográfica 2)*. Lisboa: ERA Arqueologia/ Núcleo de Investigação Arqueológica.

VICENTE, E. P. – SERRÃO, E. (1959) – O castro eneolítico de Olelas. Os monumentos n.º 1 e n.º 2. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1958*. 299-315.

O LINGOTE DE COBRE CALCOLÍTICO DA FOLHA DO OURO 1 (SERPA) – ANÁLISE QUÍMICA, MICROESTRUTURAL E ISOTÓPICA

ANTÓNIO M. MONGE SOARES[1]
PEDRO VALÉRIO[1]
ANTÓNIO CARLOS VALERA[2, 3]

RESUMO

Procedeu-se a uma análise elementar e microestrutural de um artefacto metálico encontrado à superfície no recinto de fossos calcolítico da Folha do Ouro 1 (Serpa), cujos resultados permitiram interpretar esse objecto como um lingote de cobre. Não só a sua forma, resultante de um vazamento em molde, possivelmente cerâmico, bem como a similitude dos resultados da análise efectuada com os já obtidos referentes a outros (poucos) lingotes conhecidos do sudoeste peninsular, levaram a essa interpretação da sua funcionalidade. Efectuou-se, também, uma determinação das razões isotópicas de Pb do lingote em causa e comparou-se, em seguida, com os campos isotópicos da Zona Sul Portuguesa, Zona de Ossa Morena e Zona Centro Ibérica, obtidos com base na análise isotópica de minérios de cobre provenientes dessas três zonas geológicas. A melhor correspondência entre razões isotópicas foi obtida com as correspondentes a minérios de três minas situadas na região oriental da Serra Morena, na Andaluzia. Esta atribuição de proveniência para o cobre com que foi manufacturado o lingote da Folha do Ouro 1 fortalece-se tendo em conta que o cobre do machado/lingote de Três Moinhos (povoado calcolítico localizado relativamente próximo da Folha do Ouro 1) apresenta uma composição isotópica de um chumbo altamente radiogénico com correspondência perfeita com um mineral de cobre de uma mina situada também na Serra Morena, próximo das três minas atrás referidas.

PALAVRAS-CHAVE: Metalurgia do cobre; Calcolítico do Sudoeste; Molde; Trabalho de forja; Proveniência; Redes de troca.

1 Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Departamento de Engenharia e Ciências Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. amsoares@ctn.tecnico.ulisboa.pt.
2 ICArEHB – Universidade do Algarve.
3 ERA Arqueologia.

ABSTRACT

An elemental and microstructural analysis of a metallic artefact found on the surface of the Chalcolithic ditch enclosure of Folha do Ouro 1 (Serpa) was carried out allowing to interpret this object as a copper ingot. Not only its shape, resulting from a casting in a mould, probably made of ceramics, but also the similarity of these analysis results with those already obtained for other (few) known copper ingots from the Southwestern Iberian Peninsula led to referred interpretation of its functionality. A determination of lead isotopic ratios of the ingot was also carried out and the data compared with isotopic fields of the South Portuguese Zone, Ossa-Morena Zone and Central Iberian Zone, based on isotopic analyses of copper ores from these three geological zones. The best match with the ingot isotopic signature was obtained with those corresponding to copper ores from three mines located in the eastern region of Sierra Morena, in Andalusia. This assignment of provenance for the copper of Folha do Ouro 1 ingot is strengthened taking into account that the copper of the axe/ingot of Três Moinhos (a Chalcolithic settlement located relatively close to Folha do Ouro 1) has an isotopic composition of a highly radiogenic lead, matching perfectly the lead isotopic signature of a copper ore from a mine also located in Sierra Morena, close to the three mines above mentioned.
KEYWORDS: Copper metallurgy; Southwestern Chalcolithic; Casting mould; Forging work; Provenance; Trade networks.

INTRODUÇÃO

O artefacto metálico objecto deste estudo foi recolhido à superfície quando se procedia a uma prospecção geofísica no recinto de fossos da Folha do Ouro 1, situado próximo da cidade de Serpa, no Baixo Alentejo (Fig. 1). Este sítio arqueológico calcolítico foi já objecto de publicação (Valera *et al.*, 2020), na qual se fez, além uma descrição do recinto e da componente artefactual recolhida à superfície, uma caracterização preliminar do artefacto em causa (Fig. 2). Novas análises, designadamente a microestrutural e a isotópica do Pb, irão permitir, conjuntamente com os resultados da análise elementar, inferir da sua funcionalidade em bases mais sólidas (a interpretação preliminar era a de que se trataria de um possível lingote de cobre), bem como sugerir uma atribuição de origem para o metal utilizado na sua manufactura.

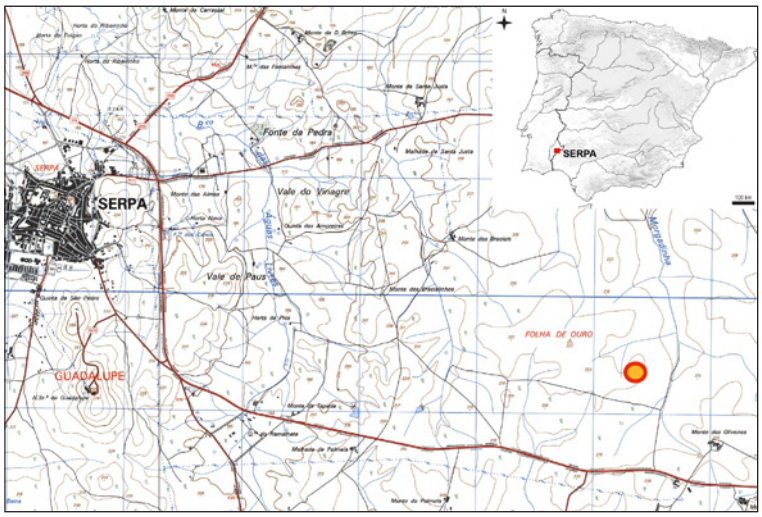


FIG. 1. Localização do recinto de fossos calcolítico da Folha do Ouro 1 na Península Ibérica e na C.M.P. 1:25000, Folhas 522, 523, 532 e 533.

O possível lingote, com um peso de 239,9 g, apresenta uma patina verde após uma primeira limpeza mecânica, como se pode observar na Figura 2. Tem uma forma tabular, prismática, de cantos arredondados, com cerca de 11 cm de comprimento por 3,6 cm de largura e uma espessura máxima de 1,2 cm. A forma que apresenta deverá ser o resultado de um vazamento num molde de planta rectangular, de paredes verticais e fundo ligeiramente côncavo, muito provavelmente um daqueles artefactos cerâmicos ligados à metalurgia calcolítica, vulgares no sudoeste peninsular e na Estremadura,



FIG. 2. Lingote de cobre FO1-1.

interpretados, habitualmente, como cadinhos, até pelos vestígios das operações metalúrgicas que, muitas vezes, neles se conservam. Ao possível lingote falta, aparentemente, uma porção de metal num dos cantos. A «fractura» apresenta-se boleada, não sendo visíveis quaisquer vestígios de corte.

A identificação do metal constituinte do artefacto foi realizada por espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (EDXRF), tendo-se obtido a seguinte composição elementar: Cu 99,8 %; As 0,14 %; Fe <0,10 % (ver Valera *et al.*, 2020, Tabela 1). Trata-se, por conseguinte, de um cobre muito puro em que apenas o arsénio e o ferro foram detectados como impurezas. Composições elementares deste tipo são características do Calcolítico do Sudoeste Peninsular, período cultural no qual surge, pela primeira vez, a metalurgia do cobre, apresentando-se este metal com teores variáveis de arsénio (média ± desvio padrão = 2,2 ± 1,6 % As para 108 artefactos, Valério *et al.*, 2016). Para além disso, neste período, os artefactos com teor mais elevado de arsénio, ou seja, os cobres arsenicais (cobre com teor de arsénio superior a 2 %), estão maioritariamente associados aos contextos com forte presença campaniforme (Valério *et al.*, 2019), o que não parece ser o caso da Folha do Ouro 1.

A análise microestrutural, conjuntamente com a análise elementar já efectuada, irá aprofundar a caracterização deste interessante artefacto e permitir, como já referido, inferir a sua funcionalidade – lingote ou «esboço» de machado plano -, enquanto que a análise isotópica do Pb poderá sugerir uma origem provável para o cobre utilizado na sua manufactura, indicando possíveis redes de troca calcolíticas nesta região do sudoeste da Península Ibérica.

CARACTERIZAÇÃO MICROESTRUTURAL

As características microestruturais do artefacto (FO1-1) foram identificadas e registadas através de observações por microscopia óptica de reflexão com um microscópio óptico Olympus BX60M (ampliação de 50-1000×), equipado com uma camara digital Canon EOS M100. Para tal, foi amostrada uma pequena secção do artefacto, tendo sido escolhida a zona fraturada do mesmo de forma a minimizar o impacto visual desta amostragem (Fig. 3). A amostra foi depois preparada segundo método previamente estabelecido, tendo sido observada a sua superfície polida sem contraste e com contrastação com uma solução aquosa de cloreto férrico (Valério *et al.*, 2017).

Verificou-se, assim, que o artefacto da Folha do Ouro 1 apresenta uma microestrutura com numerosas inclusões de cuprite segregadas para os limites de grão (Fig. 3a). Este tipo de inclusões é bastante comum em artefactos vazados pré-históricos e resulta das condições oxidantes da operação de vazamento. Tal é particularmente promovido pelo vazamento em moldes unifaciais, como parece ter sido o caso do artefacto em estudo. A contrastação da amostra evidenciou o zonamento dos grãos, com os limites destes enriquecidos no eutéctico Cu-Cu_2O (Fig. 3b), bem como uma microestrutura composta de grãos mal definidos com uma reduzida densidade de maclas (Fig. 3c). Estas características são indicativas de uma fraca deformação em trabalho de forja, deformação essa que poderá ter sido efectuada a quente ou a frio. Se foi a frio, o que nos parece improvável, dado não se vislumbrar qual a sua finalidade neste caso específico, terá sido seguida dum tratamento térmico insuficiente para recristalizar totalmente a estrutura.

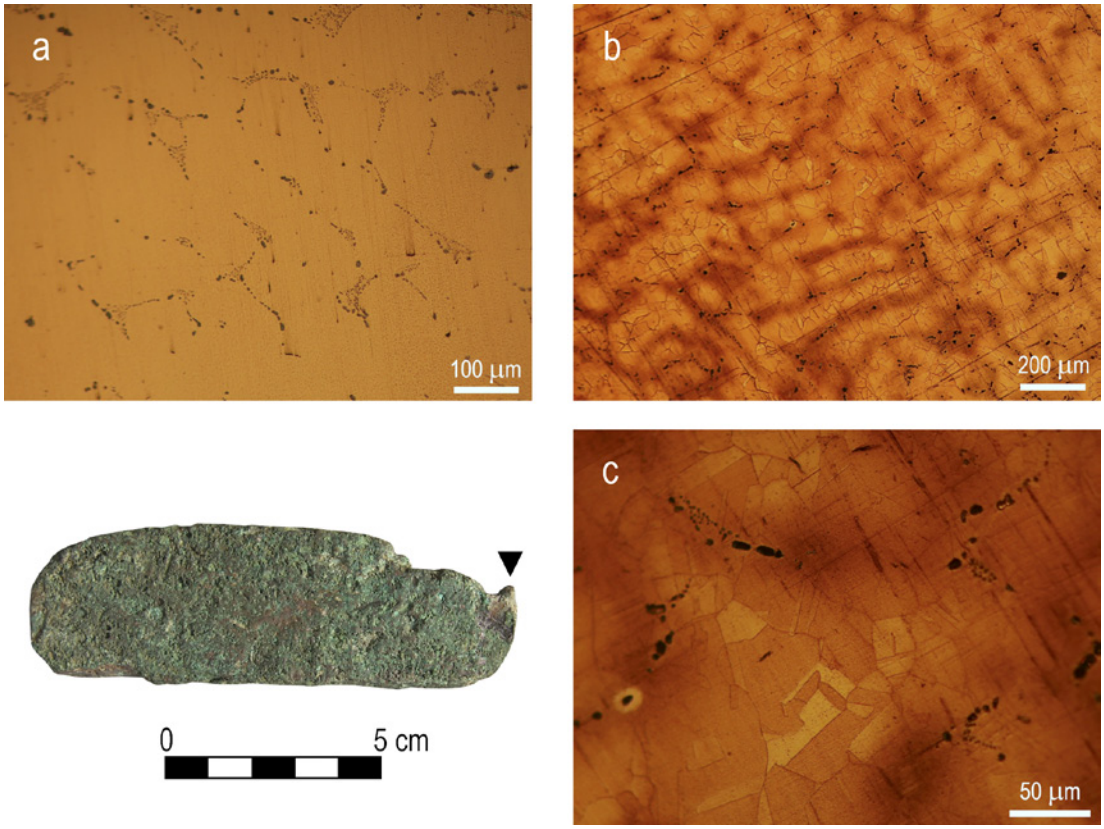


FIG. 3. O lingote FO1-1 com indicação da área amostrada e imagens da sua microestrutura obtidas por microscopia óptica: a) inclusões de cuprite (Cu_2O) segregadas nos limites de grão (sem contrastação); b) zonamento dos grãos, com os limites destes enriquecidos no eutéctico Cu-Cu_2O (após contrastação); c) grãos mal definidos com uma reduzida densidade de maclas (após contrastação).

ANÁLISE ISOTÓPICA DO Pb

A comparação entre as razões isotópicas do Pb determinadas nos artefactos metálicos e nos minérios constitui, desde meados do século XX, a ferramenta mais utilizada e mais fiável para determinar a origem geológica do metal utilizado na manufactura de objectos, designadamente nos de cronologia pré-histórica. Essa fiabilidade advém de não existir fraccionamento isotópico do Pb durante as diversas reacções que ocorrem durante as operações metalúrgicas, isto é, as razões isotópicas do Pb existentes no minério são as mesmas que irão existir no metal dele proveniente e no artefacto manufacturado a partir deste.

São quatro os isótopos estáveis do Pb que existem no meio ambiente e que se utilizam nestes estudos: ^{204}Pb, ^{206}Pb, ^{207}Pb e ^{208}Pb. O ^{204}Pb é um isótopo estável, *primevo*, enquanto os outros três, também estáveis, são os elementos terminais das designadas Séries Radioactivas do Urânio (^{238}U e ^{235}U) e do Tório (^{232}Th). As razões isotópicas vulgarmente utilizadas são as seguintes: ^{206}Pb/ ^{204}Pb; ^{207}Pb/^{204}Pb; ^{208}Pb/^{204}Pb; ^{207}Pb/^{206}Pb; ^{208}Pb/^{206}Pb. É fácil de concluir que, quanto mais antigo for o depósito mineral, maior será o valor de qualquer das primeiras três razões isotópicas. Já os valores das duas últimas razões dependerão dos teores de ^{238}U, ^{235}U e ^{232}Th no depósito mineral. Contudo, esta variabilidade das razões isotópicas não impede que se verifiquem, por diversas vezes, sobreposições de campos isotópicos correspondentes a zonas geológicas diversas. Considerações de ordem arqueológica ou utilização de teores de alguns elementos traço (Ni, Sb, Ag, por exemplo), comuns a minérios e artefactos metálicos, associadas aos teores das razões isotópicas do Pb poderão ajudar a precisar a proveniência do metal em causa.

As razões isotópicas de chumbo do «lingote» da Folha do Ouro 1 (FO1-1) foram determinadas por espectrometria de massa com plasma indutivamente acoplado num espectrómetro de massa MC-ICP-MS Thermo Neptune do Laboratório de Geocronologia y Geoquímica Isotópica (IBERCRON) SGIker da Universidade do País Basco UPV/EHU (Espanha). O procedimento analítico utilizado encontra-se descrito em Soares *et al.* (2020). As razões isotópicas determinadas para este artefacto encontram-se na Tabela 1, bem como as já publicadas correspondentes ao lingote TM-1 (Soares *et al.*, 2020: Tab. 4), uma vez que estas últimas irão permitir algumas inferências sobre a origem do cobre do lingote FO1-1, como será discutido adiante.

TABELA 1. RAZÕES ISOTÓPICAS DO Pb DE LINGOTES DE COBRE CALCOLÍTICOS DO SUDOESTE

SÍTIO	AMOSTRA	REF.	^{206}Pb/^{204}Pb	2σ	^{207}Pb/^{204}Pb	2σ	^{208}Pb/^{204}Pb	2σ	^{208}Pb/^{206}Pb	2σ	^{207}Pb/^{264}Pb	2σ
Folha do Ouro 1	Lingote	FO1-1	18,3194	0,0016	15,6663	0,0014	38,4779	0,0037	2,10039	0,00007	0,85517	0,00002
Três Moinhos	Machado/ lingote	TM-1	31,2250	0,0012	16,3298	0,0007	38,8069	0,0019	1,24281	0,00002	0,52297	0,00001

DISCUSSÃO

O tipo de microestrutura deste artefacto de cobre da Folha do Ouro 1, evidenciando um reduzido trabalho termomecânico após a operação de vazamento, encontra paralelos no lingote calcolítico AL3-5035 de Cabezo Juré (Bayona, 2008: Fig. 7.3.30), nos exemplares calcolíticos de Porto Mourão PM-1 e PM-2, que têm a forma de machados planos, mas igualmente considerados lingotes (Ferraz, 1994; Soares *et al.*, 1996; Soares *et al.*, 2020: Fig. 8) e, também, no machado plano calcolítico TM-1, encon-

trado no povoado de Três Moinhos, que foi considerado primeiramente como uma manufactura defeituosa de um machado plano (Soares *et al*., 1996) mas, posteriormente, também caracterizado como um lingote (Soares *et al*., 2020). Por outro lado, o designado lingote de Leceia (Cardoso e Braz Fernandes, 1995: Fig. 5) apresenta áreas com diferentes composições elementares correspondentes a diferentes microestruturas (*i*: dendrites numa área rica em escória; *ii*: grão grosseiro com muitos poros e *iii*: grão com elevada densidade de maclas) tornando, quanto a nós, difícil inferir a funcionalidade primeira de tal artefacto. Poderá ter sido usado como lingote, mas dada a forte presença de escória, poderá antes corresponder a uma fase intermédia de obtenção de um lingote através da fusão conjunta de nódulos metálicos impuros (não libertos de escória) obtidos em operação ou operações de redução de minérios (note-se que não se conhecem, na literatura, paralelos estreitos para esta fase intermédia de obtenção de lingotes calcolíticos de cobre). Depois, por motivos desconhecidos ou por inabilidade do metalurgista terá sido, então, utilizado como lingote, sem previamente se ter procedido a uma refinação da massa metálica, a qual teria permitido eliminar a escória agregada, ao contrário do que se verifica nos outros artefactos considerados como lingotes. Por outro lado, é também algo estranha a existência de estruturas cristalinas com elevada densidade de maclas, o que indicia um trabalho intenso de forja seguido de recozimento neste «lingote» de Leceia, porventura apenas explicável por uma grande utilização deste artefacto nessa funcionalidade.

No caso particular do artefacto da Folha do Ouro 1, dado que a área observada se encontra na zona fraturada (ver Fig. 3), é presumível que as características identificadas sejam resultado da remoção de parte da massa metálica para obtenção de matéria prima necessária à produção de algum artefacto de pequena dimensão. Parece, pois, provável que estejamos perante um verdadeiro lingote, obtido por vazamento num molde rectangular, muito possivelmente de cerâmica, com a forma típica dos designados cadinhos calcolíticos do sudoeste. Uma vez obtido e dada a sua função, terá sido posteriormente aquecido para amaciar o metal de forma a facilitar a operação de destacar um fragmento, a qual poderia ter sido realizada por percussão. Não nos parece que tenha sido utilizado um cinzel para efectuar o destacamento dessa pequena porção do lingote, dada a inexistência de quaisquer vestígios de corte, ao contrário do que evidenciam as incisões ainda presentes no exemplar de Leceia (Cardoso e Guerra, 1997/1998: Fig. 10). Incisões deste tipo, isto é, vestígios de golpes efectuados por cinzel, são relativamente vulgares em gumes cortados de machados planos encontrados em diversos sítios calcolíticos da Estremadura portuguesa, designadamente em Leceia (Cardoso, 1994: Fig. 136), Vila Nova de São Pedro (Soares, 2005: Fig. 4) e Zambujal (Sangmeister, 1995: Tf. 6). De referir que vestígios da utilização de um cinzel para corte de uma massa metálica, se são relativamente vulgares em contextos calcolíticos da Estremadura, não o são em contextos do sudoeste, pelo menos em massas metálicas com alguma espessura, como é o caso dos lingotes atrás mencionados. Assim, nos lingotes PM-1, PM-2 e TM-1 não se observam esses golpes de cinzel, as fracturas são relativamente rectilíneas e no PM-1 observa-se mesmo «ligeira rebarba numa das faces» (Soares et al., 1994, p. 168). Por fim, note-se que o reduzido trabalho de forja após vazamento, sugerido pela microestrutura do lingote PM-1, foi, tal como acontece com o da Folha do Ouro 1, atribuído à remoção do fragmento em falta para a produção de um qualquer outro ou outros objetos de cobre de pequena dimensão.

Dado que os lingotes seriam utilizados na produção final dos artefactos metálicos, a sua presença no registo arqueológico não é muito comum, em especial neste período inicial da metalurgia do cobre. Destacam-se, contudo, os exemplares calcolíticos atrás referidos. Estes artefactos, três deles com a forma de machados planos, embora também interpretados, por alguns autores, apenas com a funcionalidade de machados, apresentam uma composição semelhante ao exemplar da Folha do Ouro 1 (Tabela 2), isto é, são constituídos por cobre muito puro em que apenas o arsénio e o ferro surgem como impurezas, com teores muito reduzidos, vestigiais mesmo no caso do ferro, a que se adiciona o antimónio no caso do machado plano/lingote de Três Moinhos. Composições elementares deste tipo

não permitem normalmente, por si sós, determinar uma proveniência para a matéria-prima utilizada na manufactura do artefacto e, por conseguinte, inferir redes de trocas ou de comércio dessa altura. Pelo contrário, as assinaturas isotópicas do Pb, se se dispuser de uma boa base de dados de razões isotópicas de minérios de origem conhecida, constituem uma boa ferramenta para a determinação de proveniências, designadamente de metais, como o cobre, comummente usados na pré-história.

TABELA 2. COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE LINGOTES DE COBRE CALCOLÍTICOS DO SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

SÍTIO	REFERÊNCIA	Cu (%)	As (%)	Pb (%)	Fe (%)
Folha do Ouro 1	FO1-1	99,8	0,14	n.d.	<0,10
Leceia	P94	99,8	1,1	n.d.	n.d.
Cabezo Juré	AL3-5035	c. 100	–	–	–
Três Moinhos	TM-01*	99,8	0,44	n.d.	<0,05
Porto Mourão	PM-1	99,9	n.d.	n.d.	<0,05
Porto Mourão	PM-2	99,5	0,40	n.d.	<0,05

n.d.: não detectado
* 0,78 % Sb.

Dada a situação geográfica e a cronologia calcolítica da Folha do Ouro 1, a origem do cobre do lingote FO1-1 deverá procurar-se, pelo menos numa primeira abordagem, nas zonas tecnoestratigráficas que lhe ficam próximas. A área onde se insere o sítio arqueológico encontra-se na transição da Zona Sul Portuguesa (ZSP) com a Zona de Ossa Morena (ZOM), situando-se a norte desta última a Zona Centro Ibérica (ZCI), que também poderá ter fornecido o cobre do lingote. Por sua vez, na ZSP encontram-se os depósitos massivos de sulfuretos polimetálicos característicos da Faixa Piritosa Ibérica (FPI). A base de dados de razões isotópicas do Pb utilizada neste trabalho foi construída a partir dos resultados já publicados de análises isotópicas de minérios de cobre das três zonas geológicas referidas: Marcoux e Saez, 1994 (ZSP); Stos-Gale *et al.*, 1995 (ZSP); Marcoux, 1998 (ZSP); Hunt Ortiz, 2003 (ZSP e ZOM); Tornos e Chiaradia, 2004 (ZOM); Klein *et al.*, 2009 (ZSP, ZOM e CIZ); Gauß, 2016 (ZSP, ZOM e CIZ); Soares *et al.*, 2020 (ZOM); Saez *et al.*, 2021 (ZOM e CIZ).

Na Figura 4 encontra-se a representação gráfica das razões isotópicas de FO1-1 e de minérios de cobre da ZSP, na qual as razões referentes aos depósitos massivos de sulfuretos da FPI se apresentam com uma simbologia (triângulos castanhos) diferente da das razões isotópicas correspondentes aos outros depósitos de minérios de cobre (círculos azuis) desta mesma zona geológica. Uma vez que o campo isotópico correspondente aos depósitos vulcanogénicos massivos de sulfuretos (VHMS – «volcanic-hosted massive sulphide») se encontra bem amostrado/delimitado, facilmente se verifica pela observação dos diagramas da Figura 4 que o cobre de FO1-1 não deverá provir de qualquer mina deste grupo. Já o mesmo não se poderá afirmar liminarmente no referente a um qualquer outro depósito filoniano da Faixa Piritosa Ibérica – as minas de Cova dos Mouros e Cortes Pereiras (Alcoutim) e Preciosa (Paimogo, Huelva), principalmente a primeira, forneceram amostras de minérios secundários de cobre com composições isotópicas de chumbo próximas da do cobre do lingote. Contudo, a correspondência entre razões isotópicas, mesmo em relação às da Cova dos Mouros, não é perfeita e deverá ser investigado se haverá ou não uma melhor correspondência com minérios de outra região mineira do sul peninsular.

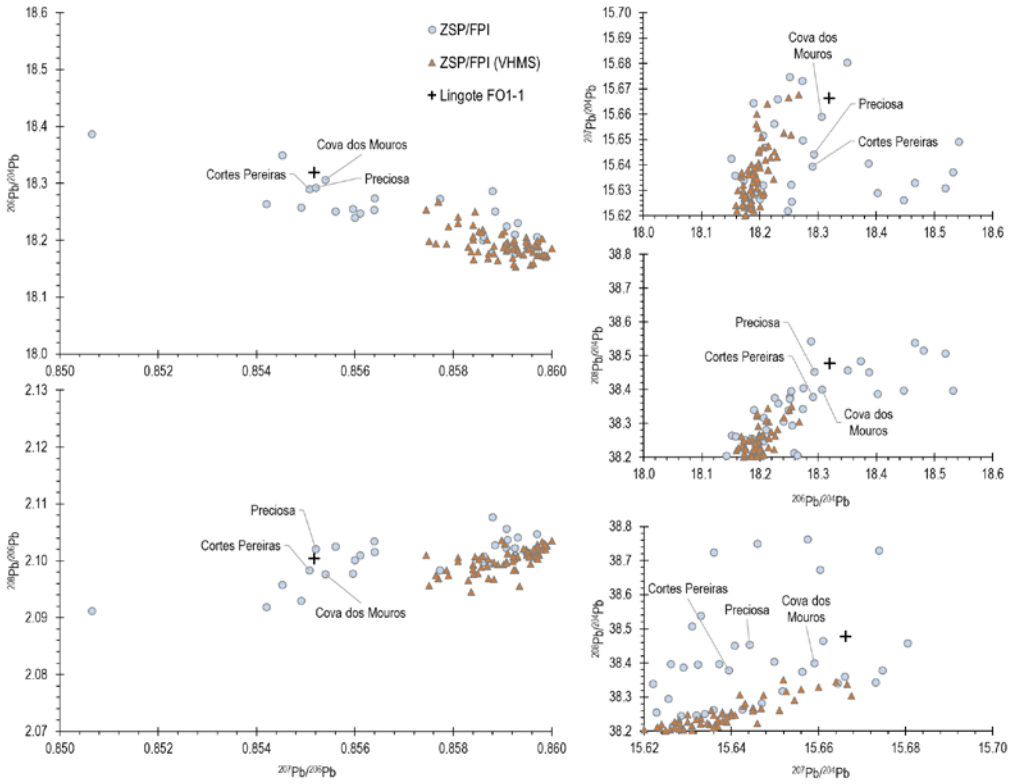


FIG. 4. Razões isotópicas do Pb do lingote FO1-1 comparadas com os campos isotópicos da Faixa Piritosa Ibérica (Zona Sul Portuguesa). (VHMS – depósitos de sulfuretos massivos polimetálicos da Faixa Piritosa Ibérica).

Foi o que se tentou verificar com os diagramas da Figura 5, nos quais se comparam as razões isotópicas do lingote da Folha do Ouro 1 com as razões isotópicas de minérios da ZOM e da ZCI. Verifica-se que, embora os campos isotópicos da ZOM e da ZCI se sobreponham em grande extensão, a composição isotópica do lingote tem uma melhor correspondência com composições conhecidas da ZCI, designadamente com as dos minérios de cobre de Cerro Plaza (Cardeña, Córdova), Chaparro Barrenado (Alcaracejos, Córdova), Pozo Ancho e Cabueñes (Linares, Jaén), situando-se qualquer destas minas no batólito de Los Pedroches. Como se pode observar, a melhor correspondência corresponde aos dados isotópicos da mina Cerro Plaza, embora essa correspondência não seja perfeita e Pozo Ancho e Cabueñes sejam também boas candidatas à proveniência do cobre de FO1-1.

Contudo, estas minas do batólito de Los Pedroches, na região oriental da Serra Morena, encontram-se a uma distância considerável da Folha do Ouro/Serpa, muito maior do que a correspondente àquelas da ZSP atrás referidas, o que parece tornar, numa primeira aproximação, pouco aceitável inferir uma rota de trocas/rota comercial de produtos metalúrgicos, no Calcolítico, entre a região de Córdova/Jaén e o interior alentejano, a não ser que exista alguma outra evidência que aponte também nesse sentido.

Em publicação recente, a partir também das razões isotópicas do Pb do machado/lingote de Três Moinhos (ver Tabela 1), as quais são características de um chumbo altamente radiogénico, foi proposto, por Soares *et al.* (2020), que a origem do cobre desse lingote deveria encontrar-se no minério explorado nas minas de El Milagro ou de La Profunda, ambas situadas na região cantábrica, uma vez que essas minas eram as únicas na Península Ibérica cujo minério de cobre apresentava valores de razões isotópicas indicativas de chumbo altamente radiogénico (Huelga-Suarez *et al.*, 2014a, b) compatíveis com a assinatura isotópica do machado plano TM-1. No entanto, já durante o corrente ano, foi publicado um novo conjunto de dados isotópicos de Pb de minérios de cobre, a maior

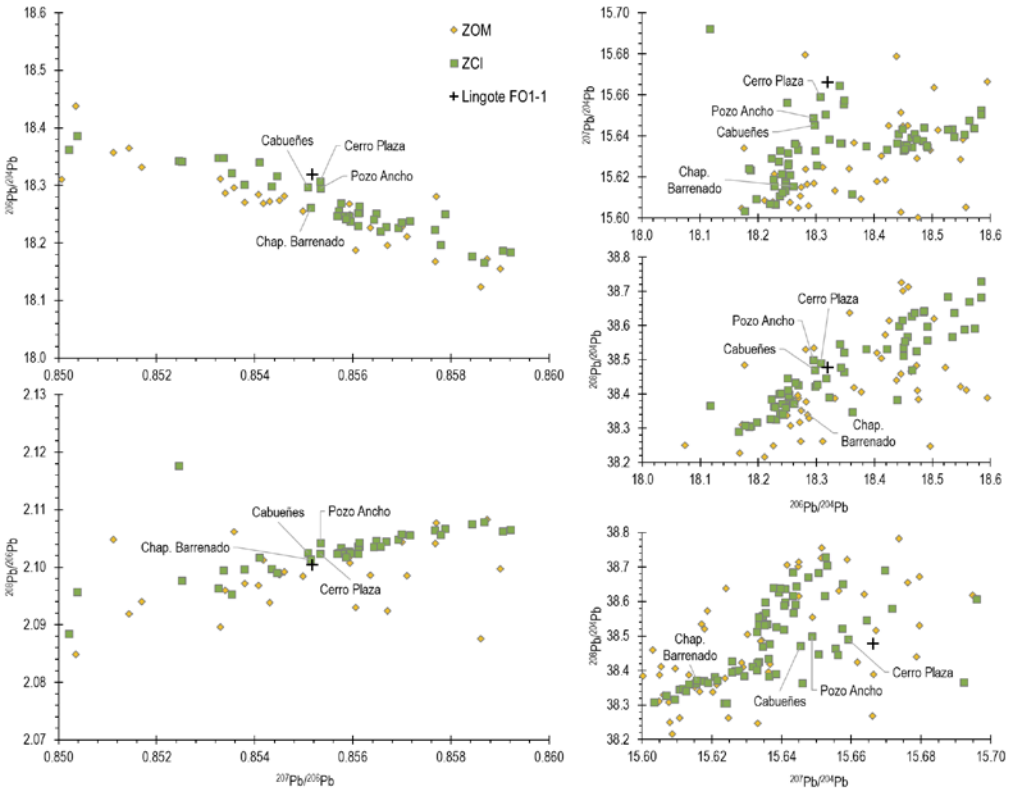


FIG. 5. Razões isotópicas do Pb do lingote FO1-1 comparadas com os campos isotópicos da Zona de Ossa Morena (ZOM) e Zona Centro Ibérica (ZCI).

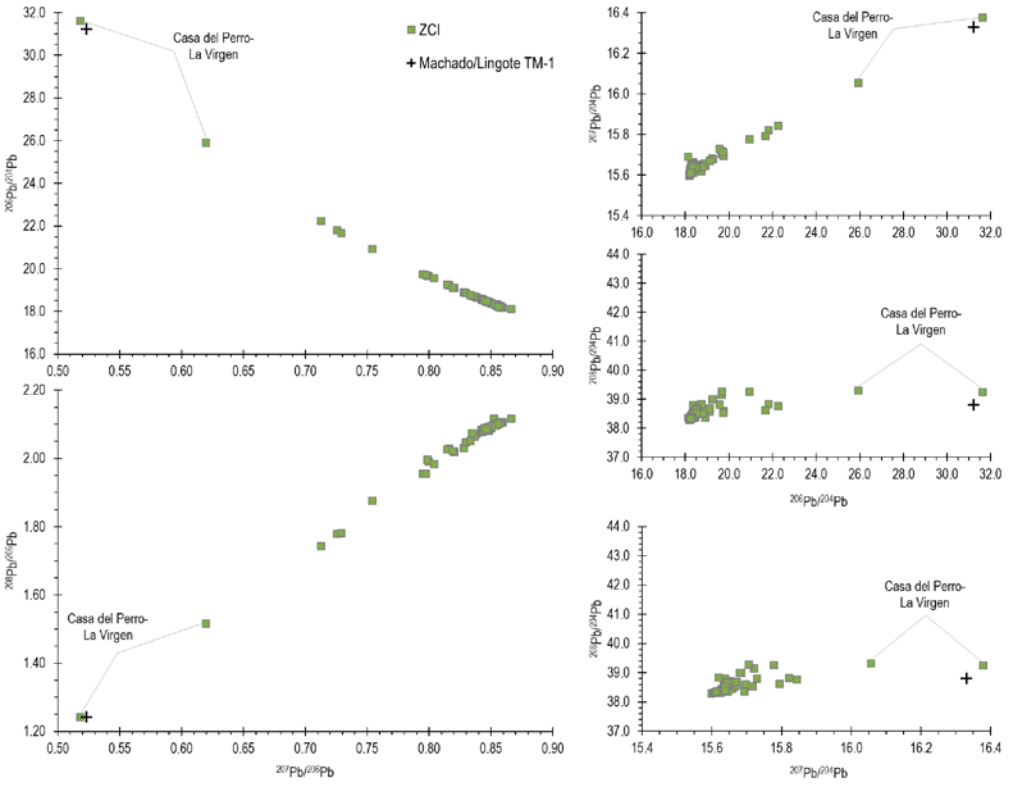


FIG. 6. Razões isotópicas do Pb do machado/lingote TM-1 comparadas com o campo isotópico da Zona Centro Ibérica (ZCI).

parte referente a depósitos minerais do batólito de Los Pedroches (ZCI), nomeadamente da Serra Morena, o qual permitiu verificar a existência de diversas amostras com essa proveniência (do batólito) contendo chumbo altamente radiogénico (Sáez *et al.*, 2021). Foi, então, possível verificar uma correspondência entre a assinatura isotópica de TM-1 e as assinaturas isotópicas do minério de cobre da mina Casa del Perro-La Virgen (Fig. 6), situada precisamente no batólito de Los Pedroches, próximo da localidade de Andújar, Jaén. A correspondência entre as assinaturas isotópicas do minério em causa e do cobre de TM-1 é excelente, como se pode verificar pelas representações gráficas da Figura 6, qualquer que sejam as duas razões isotópicas consideradas na construção de cada diagrama, o que torna verosímil que a origem desse cobre de Três Moinhos se encontre na região andalusa de Andújar, muito mais próxima do interior alentejano do que a região cantábrica, anteriormente considerada como a possível origem do cobre.

Se se aceitar esta proveniência para o cobre do machado/lingote calcolítico de Três Moinhos, então torna-se também mais plausível uma proveniência desta região para o cobre do lingote da Folha do Ouro 1, dado que as razões isotópicas determinadas assim o indiciam, ou seja, qualquer das minas atrás referidas, Cerro Plaza, Pozo Ancho e Cabueñes, encontra-se na mesma região da mina que terá fornecido o cobre do machado/lingote de Três Moinhos. Todos estes dados sugerem, por conseguinte, a possibilidade de existência de uma rede de trocas envolvendo produtos metalúrgicos entre a região oriental da Serra Morena e o Alentejo interior, no Calcolítico, à imagem do que já havia sido identificado para outras matérias primas, de que é exemplo a identificação no recinto dos Perdigões de contas de colar em variscite, mineral proveniente da mina de Pico Centeno (Odriozola *et al.*, 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação de artefactos de cobre como lingotes é bastante rara na literatura sobre a metalurgia pré-histórica, designadamente calcolítica, do Sudoeste da Península Ibérica. Contudo, a composição química e a caracterização microestrutural têm permitido, em alguns casos, proceder a esse reconhecimento. Com excepção de algumas massas de cobre informes a que tem sido atribuída a função de lingotes, mas cuja funcionalidade é, quanto a nós, de difícil atribuição por ausência de análises elementares e microestruturais, apenas uma meia dúzia de artefactos podem, com uma certa margem de segurança, ser considerados como lingotes. Destes fazem parte três machados planos, cuja composição elementar e características microestruturais – cobre muito puro, microestrutura de vazamento com vestígios ténues de deformação plástica realizada muito provavelmente em forja, a quente, atribuível ao destacar de fragmento ou fragmentos para produção de artefactos de pequena dimensão – indiciam essa funcionalidade de lingote. Também o artefacto objecto central deste estudo, cuja forma é resultante de um vazamento em molde, encontrado quase completo, faltando-lhe apenas um fragmento de um dos cantos, possivelmente devido a ter sido destacado para produção de algum pequeno artefacto (um punção, porventura), pode ser, consequentemente, considerado como lingote. A sua forma é até agora única no registo arqueológico referente ao Calcolítico do Sudoeste.

A determinação das razões isotópicas do Pb permitiu atribuir à matéria prima (cobre) com que foi manufacturado uma proveniência da zona oriental da Serra Morena (Andaluzia), embora não haja uma correspondência perfeita entre a sua assinatura isotópica e a de um qualquer minério conhecido com essa localização. Contudo, os minérios de cobre de três minas aí situadas (Cerro Plaza, Pozo Ancho e Cabueñes) exibem uma assinatura isotópica muito próxima da assinatura do FO1-1, pelo que se poderá aceitar uma dessas origens para o cobre do lingote. Mas, por outro lado, numa

primeira aproximação, poderia julgar-se que esta atribuição seria pouco aceitável, tendo em conta a distância que separa o local de achamento do lingote e a Serra Morena. Contudo, a composição isotópica de um outro lingote, o machado plano TM-1 do povoado calcolítico de Três Moinhos, não muito distante do recinto de fossos da Folha do Ouro 1, indica a utilização de um cobre em que o chumbo é altamente radiogénico ($^{206}Pb/^{204}Pb$ = 31,2250, ver Tabela 1). Minérios com assinaturas isotópicas com estes valores elevados de razões isotópicas são conhecidos apenas, na Península Ibérica, na área cantábrica (minas El Milagro e La Profunda) e na Serra Morena (mina Casa del Perro-La Virgen). Esta mina da Serra Morena situa-se na mesma região das minas que poderão ter fornecido o cobre para o lingote da Folha do Ouro 1, pelo que a existência de uma rede de comércio de produtos metalúrgicos (matéria prima) com origem na região oriental da Serra Morena torna-se, assim, plausível.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o financiamento do Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN) pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através do Projeto UIDB/04349/2020. Igualmente se agradece o apoio do *Servicio General de Geocronología y Geoquímica Isotópica (GEOCRON) de la Universidad del País Vasco* (SGIker – UPV/EHU/ERDF, EU) na determinação das razões isotópicas do Pb dos lingotes de cobre discutidos neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYONA, M .R. (2008). La investigación de la actividad metalúrgica durante el III milenio A.N.E. en el Suroeste de la Península Ibérica. *British Archaeological Reports International Series,* 1769, Archaeopress, Oxford.

CARDOSO, J. L. (1994). *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras (número especial). 164 p.

CARDOSO, J. L.; BRAZ FERNANDES, F. (1995). Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 5, 153-164.

CARDOSO, J. L.; GUERRA, M. F. (1997/1998). Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e seu significado no quadro da intensificação económica calcolítica da Estremadura Portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 7, 61-87.

FERRAZ, M. T. (1994). Análise metalográfica do machado plano de cobre proveniente do povoado do Porto Mourão. In A. M. M. Soares, M. F. Araújo e J. M. P. Cabral, Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da Bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, 196-198.

GAUß, R. (2016). *Zambujal und die Anfänge der Metallurgie in der Estremadura (Portugal). Technologie der Kupfergewinnung, Herkunft des Metalls und soziokulturelle Bedeutung der Innovation*. Früher bergbau und Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel, Faszikel 1 (Iberia Archaeologica 15). Tübingen: Wasmuth Verlag. 332 pp.

HUELGA-SUAREZ, G.; MOLDOVAN, M.; SUÁREZ FERNÁNDEZ, M., De BLAS CORTINA, M. A.; GARCÍA ALONSO, J. I. (2014a). Defining the lead isotopic fingerprint of copper ores from north-west Spain: the El Milagro mine (Asturias). *Archaeometry.* 56(1), 88-101.

HUELGA-SUAREZ, G.; MOLDOVAN, M.; SUÁREZ FERNÁNDEZ, M.; De BLAS CORTINA, M. A; GARCÍA ALONSO, J. I. (2014b). Isotopic composition of lead in copper ores and a copper artefact from the La Profunda mine (Lrón, Spain). *Archaeometry.* 56(4), 651-664.

HUNT-ORTIZ, M. A. (2003). *Prehistoric Mining and Metallurgy in South West Iberian Peninsula*. BAR International Series 1188. 418 p.

KLEIN, S.; DOMERGUE, C.; LABAYE, Y.; BREY, G.P.; von KAENEL, H.-M. (2009). The lead and copper isotopic composition of copper ores from the Sierra Morena (Spain). *Journal of Iberian Geology*. 59-68.

MARCOUX, E. (1998). Lead isotope systematics of the giant massive sulphide deposits in the Iberian Pyrite Belt. *Mineralium Deposita*. 33, 45-58.

MARCOUX, E.; SÁEZ, R. (1994). Geoquímica isotópica del plomo de las mineralizaciones hidrotermales tardihercínicas de la faja pirítica Ibérica. *Boletín Sociedad Española Mineralogía*. 171, 202–203.

ODRIOZOLA, C.; LINARES-CATELA, J. A; HURTADO-PÉREZ, V. (2010). Perdigões' green beads provenance analysis. *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 6, 47-51.

ORESTES VIDIGAL, R.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M. M.; MATALOTO, R. (2016). Micro-EDXRF study of Chalcolithic copper-based artefacts from Southern Portugal. *X-Ray Spectrometry*. 45/1, 63-68.

SÁEZ, R.; NOCETE, F.; GIL IBARGUCHI, J. I.; RODRÍGUEZ--BAYONA, M.; INACIO, N.; QUISPE, D.; RODRÍGUEZ, J.; SANTOS ZALDUEGUI, J. F. (2021). A lead isotope database for copper mineralization along the Guadalquivir River Valley and surrounding areas. *Journal of Iberian Geology*. DOI: 10.1007/s41513-020-00151-y

SANGMEISTER, E. (1995). Zambujal. Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. *Madrider Beiträge*. Band 5, Teil 3, 1-154.

SOARES, A. M. M. (2005). A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. In J. Morais Arnaud e C. Varela Fernandes (coord.), *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 179-188.

SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, L. e FERRAZ, M. T. (1996). Vestígios metalúrgicos em contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no Sul de Portugal. *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa, Colibri, 553-579.

SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. M. P. (1994). Vestígios da prática da metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, 165-200.

SOARES, A. M. M.; VALÉRIO, P.; GOMES, S.; MATALOTO, R.; SOARES, S. M.; SILVA, R. J. C; SOARES, R. M. (2020). A first appraisal on copper sources for Chalcolithic settlements in southern Portugal using Pb isotope analysis. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 33, 102481.

STOS-GALE, Z.; GALE, N. H.; HOUGHTON, J.; SPEAKMAN, R. (1995). Lead Isotope Data from the Isotrace Laboratory, Oxford: *Archaeometry* Data Base 1, Ores from the Western Mediterranean. *Archaeometry*. 37(2), 407-415.

TORNOS, F.; CHIARADIA, M. (2004). Plumbotectonic Evolution of the Ossa Morena Zone, Iberian Peninsula: Tracing the Influence of Mantle-Crust Interaction in Ore-Forming Processes. *Economic Geology*. 99, 965-985.

VALERA, A. C.; PEREIRO, T.; VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M. (2020). O recinto da Folha do Ouro 1 (Serpa) no contexto dos recintos de fossos calcolíticos alentejanos. In J. M. Arnaud, C. Neves e A. Martins (eds.), *Arqueologia em Portugal. 2020 – Estado da Questão.* Lisboa: AAP e CITCEM. 971- 983.

VALÉRIO, P.; ORESTES VIDIGAL, R.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M. M.; MATALOTO, R. (2017). Manufacture of copper weapons and tools from the chalcolithic settlement of São Pedro (Portugal). *Materials and Manufacturing Processes.* 32/7-8, 775-780.

VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F. (2016). An overview of Chalcolithic copper metallurgy from Southern Portugal. *MENGA. Revista de Prehistoria de Andalucía*. 7, 31-50.

VALÉRIO, P.; SOARES, J.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, L. C.; TAVARES DA SILVA, C. (2019). The composition of São Brás copper hoard in relation to the Bell Beaker metallurgy in southwestern Iberian Peninsula. *Archaeometry.* 61/2, 392-405.

UM BOM TIPO: QUESTÕES EM TORNO ÀS TIPOLOGIAS DAS FORMAS CERÂMICAS DO 3.º MILÉNIO A.N.E. DO SUL DE PORTUGAL

CATARINA COSTEIRA[1]
RUI MATALOTO[2]

Professeur Tournesol: Dites, Capitaine, est-ce un poisson, cet animal qui vient de sauter hors de l'eau, là-bas ?...
Capitaine Haddock: Non, c'est un piano à queue!...
(Hergé, Les Aventures de Tintin, t. 12, *Le Trésor de Rackham le Rouge*)

RESUMO

Com este trabalho assinala-se o papel fundamental que Carlos Tavares da Silva teve na definição das tipologias base para o conhecimento das baixelas cerâmicas do 4.ºe 3.º milénio a.n.e no Sul de Portugal. A partir de uma valorização dos primeiros intentos pretende-se desenvolver um conjunto de comentários sobre as abordagens tipológicas suas possibilidades e limitações, num momento em que consideramos ser essencial mudar de paradigma.

ABSTRACT

The aim of this paper is to highlight the fundamental role played by Carlos Tavares da Silva in defining the basic typologies for the knowledge of ceramic tableware from the 4th and 3rd millennium BCE in southern Portugal. From an appreciation of the first attempts, it is intended to develop a set of comments on the typological approaches, their possibilities and limitations, at a time when we consider it essential to change the paradigm.

1 Câmara Municipal de Sintra / Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. catarinacosteira@gmail.com
2 Câmara Municipal do Redondo. rmataloto@gmail.com

PREÂMBULO PESSOAL:

RUI MATALOTO

É uma honra sincera poder fazer modestamente parte da homenagem a Carlos Tavares da Silva. Enquanto aluno e depois integrando a sua equipa em Vale Pincel, apenas reforcei a admiração que já lhe nutria, em particular pelo trabalho desenvolvido nas mais variadas épocas. Fiquei então a saber que, a par de um entusiasmo e interesse contagiante, onde os seus «Aaaahh! É boa!» nos motivavam a alongar a conversa, havia um lado Humano ímpar. Foi das pessoas com quem mais gosto tive em trabalhar, pela atenção que devotava a ouvir-nos (apesar do desespero do Artur), mas igualmente pela sapiência que sem presunção espalhava. Carlos Tavares da Silva será sempre, sem dúvida, um investigador determinante na História da investigação arqueológica em Portugal da transição do milénio, com quem tive o fecundo gosto em trabalhar.

CATARINA COSTEIRA

Para mim também é uma honra participar na homenagem a Carlos Tavares da Silva, um investigador incontornável para o estudo do Neolítico e Calcolítico do Sul de Portugal. Conheço Carlos Tavares da Silva, sobretudo a partir do olhar de Victor S. Gonçalves, que muitas vezes o evocava nas reuniões e conversas de orientação, não só para falar de arqueologia, mas sobretudo da sua longa amizade.

INTRODUÇÃO

A valorização do estudo dos recipientes cerâmicos dos povoados do Sul de Portugal é um tema frequente nos trabalhos arqueológicos de Carlos Tavares da Silva. Nos vários artigos que publicou individualmente ou em parceria com Joaquina Soares desde a década de 1970 sobre os povoados calcolíticos da Rotura (Silva, 1971), Pedrão (Soares e Silva, 1975), Vale Pincel II, Monte Novo, Cortadouro, Alcalar (Silva e Soares, 1976 – 77) ou Monte da Tumba (Silva e Soares, 1987; Silva *et al*, 1995) é evidente o destaque atribuído ao estudo de amostras expressivas de recipientes cerâmicos lisos, com elevados índices de fragmentação, provenientes de contextos domésticos, como meio fundamental para reconstituir os quotidianos das comunidades calcolíticas, bem como desenvolver ferramentas arqueológicas que permitissem a comparação entre sítios diferentes e o expedito enquadramento cronológico relativo, muitas das quais se mantêm válidas nos estudos actuais.

Neste artigo pretendemos efectuar uma breve reflexão sobre o estudo dos recipientes cerâmicos calcolíticos no Sul de Portugal, salientando o contributo do investigador homenageado. Muitas das propostas apresentadas enquadram-se nos estudos que os autores realizaram em diversos povoados do Alentejo Central, com especial destaque para o sítio de São Pedro (Redondo), tema de vários artigos (Costeira, Mataloto e Roque, 2013; Costeira e Mataloto, 2019; Mataloto e Costeira, 2016; Mataloto, 2010; Mataloto *et al*., 2017) e da tese de doutoramento de um de nós (Costeira, 2017).

O estudo da cerâmica na arqueologia pré-histórica é uma área muito abrangente e interdisciplinar, que inclui uma multiplicidade de temáticas, permitindo o desenvolvimento de diferentes tipos de inquéritos. A investigação desta categoria artefactual tem acompanhado as transformações teóricas e metodológicas da arqueologia enquanto disciplina científica.

No caso da arqueologia portuguesa, muito marcada pelo paradigma histórico-culturalista entre o início do século XX e a década de 1970, os artefactos, sobretudo os que apresentavam morfologias e decorações destacadas, eram valorizados em detrimento do seu contexto, dada a sua putativa conotação cultural e cronológica. Na maioria dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos neste

segmento temporal, a recolha de materiais não seguia uma lógica estratigráfica (os métodos de escavação tinham muitas lacunas científicas), sendo muito selectiva, com o descarte de uma grande quantidade de artefactos fragmentados e sem decoração. Nestas décadas o estudo do Calcolítico foi mais pujante na Estremadura portuguesa, tendo-se intervencionado vários sítios que se tornaram símbolos desta cronologia e muito citados na bibliografia internacional.

Nas publicações que analisavam os recipientes cerâmicos utilizava-se um discurso demasiado descritivo e literário, muito subjectivo e pouco quantitativo, excessivamente centrado nos motivos decorativos, não havendo lugar para o desenvolvimento de tipologias abrangentes para o estudo destes materiais. Assim, o estudo dos recipientes restringia-se às peças decoradas, desvalorizando-se todos os outros elementos diferenciadores, assentando, como era usual nas abordagens histórico-culturalistas, a periodização calcolítica nos «horizontes» decorativos, como expressão de uma dada «cultura», sem fundamentação estratigráfica, conduzindo à definição de cronologias simplistas e redutoras, mesmo em sítios com longas diacronias de ocupação. Infelizmente, este paradigma não foi ainda totalmente suplantado.

A única construção tipológica para os recipientes cerâmicos calcolíticos publicada nestas décadas foi a de Georg e Vera Leisner no estudo dos materiais provenientes das antas de Reguengos de Monsaraz (Leisner e Leisner, 1951). Nesta tipologia, os recipientes foram agrupados de acordo com critérios tecnológicos (cor da pasta/fabrico) e morfológicos (vasos e taças com variantes). Não obstante a inovação metodológica desta proposta, ao basear-se em achados recolhidos em contextos funerários, com características de deposição e dinâmicas de utilização muito específicas, tornava difícil a sua generalização a materiais provenientes de área habitacionais, com dinâmicas largamente distintas.

A partir da década de 1970, Portugal foi marcado pela mudança e inovação científica generalizada, motivada pela transformação e abertura que a Revolução de 1974 proporcionou. A arqueologia, a par de outras ciências sociais ganhou um novo fulgor, tendo construído, ainda que com hesitações, um novo panorama teórico-metodológico alicerçado nos princípios da arqueologia processual anglo-saxónica, nas inovações da arqueologia francesa e nas correntes neo-marxistas.

Com este novo enquadramento teórico, ainda que de modo incipiente, o estudo dos recipientes cerâmicos transformou-se completamente, tornando-se mais quantitativo, objectivo e plural. Os números, tabelas e gráficos ganharam expressão nas publicações e os inquéritos mudaram, valorizando-se as análises tecnológicas e morfológicas e reflectindo-se sobre a necessidade de abordagens antropológicas e experimentais (Silva e Soares, 1976 – 77; Jorge, 1986; Gonçalves, 1989). No caso específico das tipologias dos recipientes cerâmicos, a valorização dos contextos domésticos, sobretudo com a prospecção e escavação de povoados calcolíticos no Sul de Portugal conduziu a uma maior atenção às variações morfológicas em detrimento das decorativas as quais, até pela sua escassez, não permitiam validar os quadros de análise «cultural» estabelecidos para a Estremadura. Contudo, o debate teórico foi esmorecendo, bem como os trabalhos de seriação e quantificação, mantendo-se muitas das limitações analíticas anteriores.

Na actualidade, o estudo da tecnologia de produção e funcionalidade dos recipientes cerâmicos tem-se complexificado com o aumento e diversidade de análises químicas e físicas às pastas e aos vestígios de conteúdos conservados nas suas superfícies, permitindo reconstituir técnicas de produção, definir a origem das argilas e possíveis utilizações, entre outros resultados.

O desenvolvimento da informática e a generalização dos seus meios junto da comunidade científica desde as etapas iniciais de formação tornou possível gerir, analisar e armazenar grandes quantidades de informação de forma mais célere, incentivando uma maior normalização terminológica e descritiva das cerâmicas e as potencialidades de inter-relação entre materiais do mesmo sítio arqueológico e/ou de sítios arqueológicos diferentes.

A modernização dos métodos de escavação, especialmente com a utilização mais generalizada dos princípios preconizados por Barker (1977) e Harris (1979), que procuram inter-relacionar o vector cronológico (diacrónico) com o vector espacial/contextual (sincrónico), pretendendo registar o dinamismo do passado, constituiu um importante incentivo ao estudo morfo-tipológico e contextual dos artefactos cerâmicos, precisamente pelo seu potencial datante. Não obstante o carácter relativo da datação destes materiais, as variações das características morfológicas e tecnológicas dos recipientes cerâmicos ao longo tempo constituem uma importante ferramenta de apoio à interpretação estratigráfica durante o processo de escavação.

De acordo com os princípios deste método os artefactos não têm, salvo raras excepções, registo tridimensional individual, reportando-se a sua localização à unidade estratigráfica de proveniência. Esta perspectiva decorre da valorização do contexto como ferramenta metodológica face aos artefactos isolados, que na sua globalidade apresentam um elevado estado de fragmentação e uma posição dificilmente interpretada como intencional. Considera-se muito arriscado a supervalorização de alguns fragmentos em campo, normalmente os classificáveis e/ou em melhor estado de conservação, na ilusão de que isolados permitem reconstituir contextos originais de produção ou utilização.

O crescimento e diversificação das correntes da arqueologia de género e social têm permitido a valorização do estudo da globalidade dos materiais cerâmicos, diversificando as interpretações sobre os seus produtores e utilizadores no Passado e contribuindo para aumentar o potencial informativo destes artefactos.

ESTUDO DOS RECIPIENTES CERÂMICOS – QUESTÕES PRÉVIAS

O estudo dos recipientes cerâmicos inicia-se com a selecção do sítio arqueológico, definição do conjunto a analisar e organização detalhada e metódica das várias fases do trabalho. Na actualidade, temos cada vez mais consciência que o estudo destes materiais está intrinsecamente ligado à escavação arqueológica (definição do método de escavação, registo do contexto de proveniência, estado de conservação, associações a outros artefactos, forma de separação e acondicionamento...) e à corrente teórica em que o investigador se insere. Por outro lado, as fases de estudo e o tipo de análises realizadas no laboratório aos materiais arqueológicos dependem não só do conhecimento e engenho do arqueólogo responsável, mas sobretudo do orçamento disponível. Esta questão constitui um dos grandes bloqueios à modernização da investigação sobre cerâmica calcolítica em Portugal, uma vez que tem sido um tema pouco valorizado para financiamento, sobretudo em concursos com júri internacional, que não tem consciência da fragilidade do conhecimento desta categoria artefactual na arqueologia portuguesa. Assim, em termos globais os laboratórios dos centros de investigação em arqueologia estão pouco equipados e a capacidade financeira dos seus projectos de investigação não chega para efectuar sofisticadas análises aos materiais cerâmicos.

Apesar de uma certa feição tradicional, a realização de análises macroscópicas de seriação e quantificação de grandes conjuntos de recipientes cerâmicos calcolíticos de âmbito local ou regional continua a revestir-se de grande importância, uma vez que continuam a ser reduzidos os conjuntos estudados face à quantidade e dimensão das intervenções arqueológicas realizadas em Portugal nas últimas décadas, especialmente nas regiões meridionais.

A informação obtida com a observação, descrição, quantificação e classificação dos recipientes cerâmicos deve ser compilada em fichas descritivas individuais, integradas em bases de dados informatizadas, que permitam o seu tratamento mais expedito. A utilização destas fichas permite uma maior normalização terminológica e de critérios analíticos tornando manuseável um grande

volume de informação. Aconselhamos a aplicação equilibrada de codificação e abreviaturas da informação de modo a garantir a sua leitura com o mínimo recurso a legendas e matrizes explicativas. Consideramos que a ausência de uniformização terminológica, clarificação de conceitos e de procedimentos metodológicos é outro dos grandes óbices ao estudo dos artefactos cerâmicos calcolíticos em Portugal, uma vez que torna muito difícil a partilha de informação entre investigadores, o diálogo entre sítios diferentes e a internacionalização dos dados.

De facto, as comunidades arqueológicas de outros países, como o Reino Unido, a França ou os Estados Unidos da América, a partir dos anos 50 do século XX evidenciam uma acentuada preocupação com a normalização terminológica e analítica dos materiais, existindo uma longa tradição de elaboração de manuais para o estudo da cerâmica pré-histórica (Balfet, 1966; Shepard, 1968; Balfet *et al*, 1983; 1989; Séronie-Vivien, 1982; Camps *et al*, 1990; Cauliez, 2011). Em Portugal seguem-se os critérios de muitos desses manuais, mas falta um guião em língua portuguesa mais ajustado à sua realidade arqueológica e tradição linguística/etnográfica.

Apelamos à reflexão, debate e ao consenso entre as várias propostas disponíveis para que seja possível encontrar uma linguagem colectiva mínima em português, que permita a comunicação científica, sugerimos tal como Carlos Tavares da Silva em 1971 «(...) a realização de um colóquio onde se procure estabelecer uma terminologia uniformizada e objectiva».

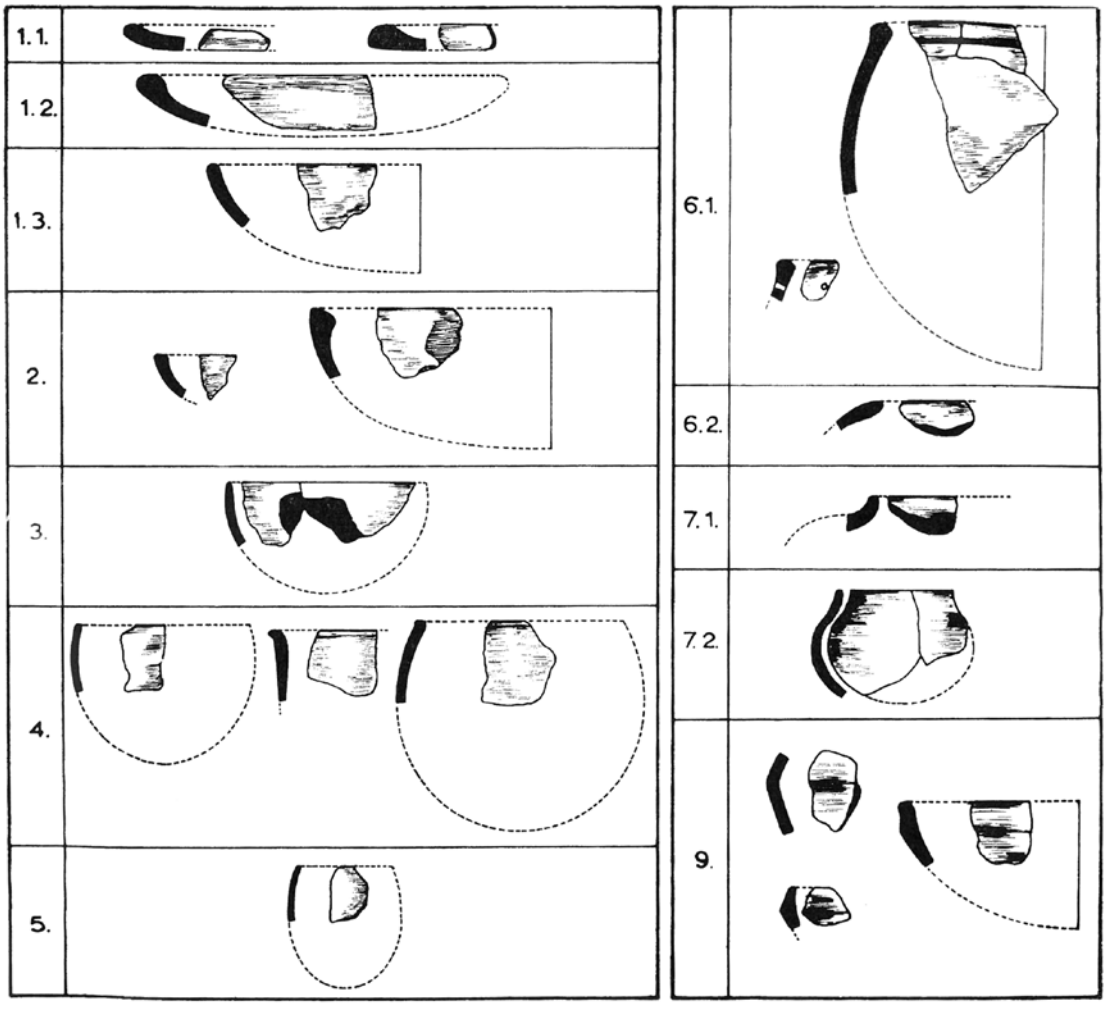


FIG. 1. Proposta tipológica de Carlos Tavares da Silva com base no conjunto do Castro da Rotura (Silva, 1971).

Tendencialmente, os recipientes cerâmicos constituem a categoria artefactual mais profusa nos povoados calcolíticos do Sul de Portugal, o que se associa às suas características estruturais, que permitem a sua conservação numa grande diversidade de contextos. Se por um lado, a plasticidade de uma matéria-prima como a argila permite uma imensa diversidade de possibilidades morfológicas, decorativas e funcionais, por outro lado a fragilidade destes artefactos potencia a sua grande fragmentação. A relevância informativa da cerâmica decorre, principalmente, do facto das características que se corporalizam nas peças após a cozedura, permanecerem conservadas mesmo depois da fragmentação.

De facto, a versatilidade de soluções que a argila permite em termos morfológicos, métricos e decorativos, torna os recipientes cerâmicos socialmente ubíquos, possibilitando a elaboração do artefacto mais utilitário e quotidiano, ao mais abstracto e simbólico, dependendo não só das suas características intrínsecas, mas também dos contextos de utilização e deposição. Assim, os recipientes cerâmicos permitem aceder a uma gama de informações muito diversificadas, de cariz económico, tecnológico e funcional, mas também simbólico, ideológico, estético, social e ritual. Estes artefactos reflectem um conjunto amplo de acções e comportamentos das sociedades camponesas nos seus espaços quotidianos, funerários e ritualmente diferenciados.

Nos contextos calcolíticos do Sul de Portugal a maioria dos recipientes cerâmicos apresenta características tecnológicas e morfológicas algo monótonas e pouca ornamentação. Estas características associadas à grande quantidade e elevado índice de fragmentação não têm cativado muitos investigadores para o estudo dos recipientes cerâmicos, sendo por isso quantitativamente reduzidos os conjuntos publicados, muitos dos quais constituídos por amostras pouco representativas dos sítios arqueológicos.

No trabalho que um de nós desenvolveu (C.C.) para o sítio de São Pedro foi seleccionado um amplo conjunto de fragmentos classificáveis de recipientes cerâmicos (10.142 fragmentos), o que permitiu abordar um significativo leque de temáticas e identificar de forma mais expressiva diferentes tendências morfológicas, tecnológicas e estilísticas ao longo das diferentes fases de ocupação do sítio, muitas das quais com relevância cronológica (Costeira, 2017). Este trabalho demonstrou a pertinência do estudo de grandes conjuntos de recipientes cerâmicos em povoados calcolíticos.

O cálculo do número mínimo de recipientes em contextos pré-históricos é sempre um exercício complexo e problemático, não só devido às irregularidades inerentes às peças cerâmicas manuais, mas também devido à ausência de métodos normalizados que permitam definir regras coerentes de quantificação. Assim, o cálculo do número mínimo de recipientes tende a ser realizado de forma diversa e algo anárquica pelos vários investigadores que estudam contextos pré-históricas, não sendo explícitas as regras e objectivos das suas quantificações. Uma das

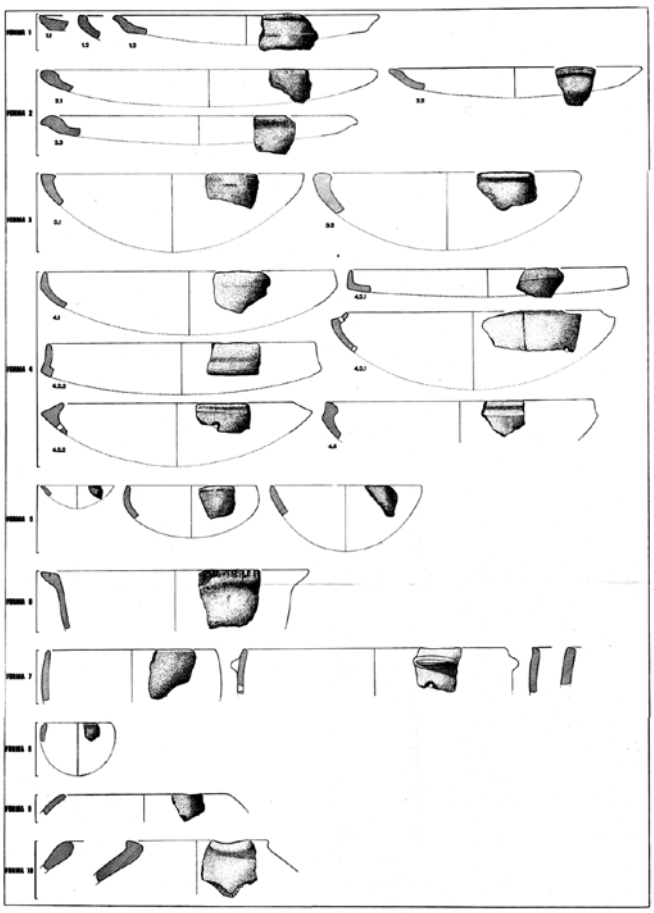


FIG. 2. Proposta tipológica para o povoamento do Calcolítico do Sul de Portugal por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1976-77).

soluções para o cálculo do número mínimo de recipientes reside na contagem exclusiva de todos os fragmentos de bordo identificados no sítio arqueológico (Vilaça, 1995; Sousa, 2010). Todavia, considera-se que esta opção se apresenta pouco operativa nos sítios com quantidades significativas de bordos lisos de pequenas dimensões, que não permitem a remontagem do recipiente nem a sua classificação tipológica. Para além disso, nos conjuntos de cerâmica manual, os fragmentos apresentam irregularidades morfológicas, na coloração das superfícies provocadas por processos de cozedura pouco controlados e uma certa diversidade nos elementos decorativos o que complexifica as associações de fragmentos a um mesmo recipiente.

Perante estas problemáticas, consideramos que é importante desenvolver outras abordagens, inspiradas em protocolos de quantificação de cerâmicas, como por exemplo o de Arcelin e Tuffreau (1998). Estes autores consideram que no estudo de um amplo sítio arqueológico é importante segmentar os recipientes de acordo com critérios precisos para a sua quantificação, nomeadamente para o cálculo do número mínimo de recipientes, agrupando-os por áreas de proveniência (sectores, ambientes, unidades estratigráficas, estruturas) e por formas/tipos.

AS TIPOLOGIAS DOS RECIPIENTES CERÂMICOS CALCOLÍTICOS – VISÕES A PARTIR DE UM CASO DE ESTUDO

A construção de um quadro formal baseado no Tipo, como unidade de agregação de um conjunto de características que o permitam isolar dos restantes foi propósito geral da Arqueologia desde as suas origens, como forma de seriação e organização de todos os materiais, por vezes inspirada no mundo natural, tornando-se, posteriormente, uma necessidade de base analítica, de modo a isolar e sequenciar as «Culturas» de determinado território. Em Portugal, como se afirmou acima, raramente esta tarefa foi aprofundada em momentos mais recuados da investigação, permanecendo hoje em dia ou demasiado casuística, ou pouco aprofundada teoricamente.

Por outro lado, a investigação sobre a cerâmica nas sociedades passadas sempre conviveu mal com a realidade que se lhe impunha pesadamente: a esmagadora maioria da cerâmica que nos chegou encontra-se enormemente fragmentada, correspondendo as peças inteiras ou reconstituíveis a menos de 10% dos conjuntos. Daí que as tentativas de construção de tipologias sempre penderam para o desenvolvimento de séries de tipos baseados em formas completas ou que se reconstituiam com base na esfera (Shepard, 1956 [1985], p.234), especialmente para épocas pré-históricas. Cremos que o paradigma artefactualista dos séculos XVIII e XIX, ou a tradição de valorização dos contextos funerários, onde as formas surgiam mais completas, nunca foi inteiramente superado. Mesmo reconhecendo-se o elevadíssimo grau de fragmentação, sempre se optou pela construção de tipologias de formas completas, onde encaixar a realidade era muito mais complexo, tornando despiciendas abordagens alargadas aos conjuntos artefactuais.

A construção destas tipologias de formas completas reflecte um posicionamento teórico onde o registo arqueológico é entendido como reflexo directo das actividades desenvolvidas num dado local, sem ter em linha de conta as biografias longas não apenas dos sítios, mas igualmente dos objectos e dos seus fragmentos. No fundo assume-se a há muito questionada «*Pompeii premisse*» (Binford, 1981; Schiffer, 1985), a qual, mesmo em Pompeia, nem sempre se encontra. Efectivamente, este posicionamento tem sido desmontado pelos trabalhos já clássicos mais directamente ligados à Arqueologia Processual e Contextual, como ilustram os artigos citados (aliás, crítica e resposta), além de outros claramente ligados à análise dos processos tafonómicos (Schiffer, 1987; Cameron, Tomka, 1993) passando por abordagens mais relacionadas com processos conceptuais e rituais associados ao descarte (Chapman; Gaydarska, 2007; Garrow, 2012).

Deste modo, consideramos que a construção de tipologias baseadas em fragmentos, e onde a análise dos mesmos seja entendida como o resultado de um processo tafonómico longo, que tem que ser ao menos parcialmente apreendido pelo registo estratigráfico, apenas passível com metodologias de base «Open Area», é um passo determinante para uma maior aproximação às biografias dos fragmentos, espaços e agentes humanos que os manipularam. Deste modo, surge-nos como particularmente *naif* efectuarem-se mapas de distribuição de determinados fragmentos e suas quantificações, baseados em subdivisões artificiais e sem ter em linha de conta os processos tafonómicos subjacentes à sua dispersão e deposição.

Alguns trabalhos recentes desenvolvidos em contexto peninsular vieram claramente demonstrar a necessidade premente de releitura dos sítios arqueológicos pré-históricos através das suas dinâmicas de formação, conducentes a entendimentos mais sustentados (Jiménez Jaimez, 2008; Blanco González, 2014; 2015; 2016; Mcfadyen, 2016; Vale 2019), enquanto outros nos chamam a atenção para quão longas e complexas podem ser as biografias dos objectos, arquitecturas, corpos e suas partes na Pré-História (Valera, 2010; Valera ed., 2019).

Obviamente que continua a existir margem e interesse na construção de tipologias de formas completas na Pré-história peninsular, mas simplesmente não podem ou devem ser lidas, salvo muito raras excepções, como reflexos directos das baixelas usadas por tais comunidades e estas como matriz para explanações de cariz social ou económico. Aliás, como quisemos demonstrar em trabalho anterior (Mataloto e Costeira, 2016), também a presença de formas completas pode e muitas vezes representa a deposição controlada e formalizada de recipientes completos que, podendo responder a uma componente do quotidiano, não deverá ser reflexo directo das actividades diárias de subsistência ou de produção, sendo hoje o entendimento destas bem mais complexo que uma análise cerâmica linear. Todavia, a valorização do fragmento e do seu contexto não deve fazer-nos cair no que podemos considerar a hipervalorização dos mesmos, como cremos muitas vezes acontecer no âmbito da *Assemblage Theory* (v. Vale, 2019), onde a complexificação teórica e significante de elementos agregados apenas pelo contexto nos surge algo forçada, na esteira aliás das precauções há muito apontadas por Brück (1999) ou Garrow (2012).

Após esta breve reflexão sobre a fragmentação, contexto e deposições, importa regressar às tipologias, para assinalar que não podemos deixar de sublinhar que muitas das propostas disponíveis são verdadeiros palimpsestos de formas cerâmicas recolhidas em condições e contextos variados, onde o Espaço e o Tempo se confundem. Estas acabam por responder muito mais aos preconceitos dos autores, que a uma realidade material efectiva, decorrente da acção humana, nas suas múltiplas variantes. Obviamente que existirá sempre um questionário prévio, mas cremos que este deve ser, por um lado, restrito nos seus aspectos formais, quase asséptico, enquanto por outro, permita alargar as leituras e entendimentos dos contextos de deposição e depois de utilização. Além disso, em tempos de «descarte», será essencial voltar aos fragmentos, por mais pequenos que sejam, determinantes para compreender o contexto no Espaço e no Tempo aprisionados nas biografias dos mesmos.

Estamos, todavia, conscientes que as construções tipológicas são importantes ferramentas de trabalho, que permitem organizar e sistematizar, segundo critérios estabelecidos, amplos conjuntos de artefactos, não sendo o objectivo último de um trabalho, mas uma etapa inicial/intermédia (Vilaça, 1995, p. 42 Valera, 1997, p. 11). As tipologias construídas devem partir da realidade artefactual de sítios arqueológicos concretos, mas serem construções amplas e abertas, que as tornem instrumentos analíticos, que com alguns ajustes, se apliquem a realidades mais abrangentes. Assim, a construção de uma tipologia resulta de um trabalho classificatório, que permite a definição de grupos de artefactos (tipos) que partilham atributos com um elevado grau de semelhança entre si.

A definição de tipos nos conjuntos de materiais pré-históricos de povoados é um exercício complexo, uma vez que a elaboração manual de todos os artefactos e o elevado grau de fragmentação torna impossível a identificação de objectos exactamente iguais (Vilaça, 1995). Como forma de superar estas fragilidades propõe-se que a definição de tipos seja feita com base essencialmente em critérios morfológicos e tecnológicos que sejam facilmente identificáveis em exemplares completos e fragmentados, utilizando-se as características métricas para distinguir variantes, quando possível.

Para o estudo tipológico de recipientes provenientes de povoados do Sul de Portugal, considera-se que a tipologia construída por Manuel Calado (Calado, 1995, 2001) é a mais ajustada, porque se baseou num conjunto amplo e diversificado de artefactos cerâmicos muito fragmentados, provenientes sobretudo de contextos de povoado de uma área regional concreta (Serra d'Ossa), sem pretender reconstituir a forma global dos recipientes (nem nos esquemas tipológicos, nem nas representações gráficas dos materiais). Nesta tipologia os fragmentos e a fragmentação dos recipientes tornam-se a base da análise, permitindo ordenar os dados disponíveis sem os tornar demasiado teóricos. Neste aspecto, a valorização do fragmento torna-a não apenas mais funcional e objectiva no contexto de análise, como igualmente proporciona uma maior aproximação a quadros teóricos mais recentes e reveladores das múltiplas possibilidades de análise. Para além disso, a tipologia de Manuel Calado, enquadrada nas tradições tipológicas do Sul peninsular (Silva, 1971; Silva e Soares, 1976-77; Arribas e Molina, 1979; Enríquez Navascués, 1990; Fernández Gómez e Oliva, 1985; Gonçalves, 1989; Martín de la Cruz, 1985, 1986; Otero, 1986; Gonçalves, 1989), introduziu um conjunto de critérios de análise homogéneos e globais assentes principalmente nas características morfológicas e não em componentes técnicos ou funcionais, tornando-se por isso mais global e flexível.

As tipologias propostas por António Valera para o sítio dos Perdigões (Valera, 1998) e para os povoados da margem esquerda do Guadiana (Valera, *et al.*, 2013), apesar de mais recentes, são pouco operativas porque partem de um contexto regional mais setentrional e apresentam critérios de análise heterogéneos, uma vez que alguns tipos são definidos com base na volumetria do recipiente («mini-vasos», «grandes potes»), enquanto a maioria dos tipos são individualizados tendo em conta a morfologia e os índices de profundidade. As designações terminológicas dos tipos também são diversificadas, utilizando-se alguns termos mais qualitativos/funcionais (prato, taça, tigela, vaso,

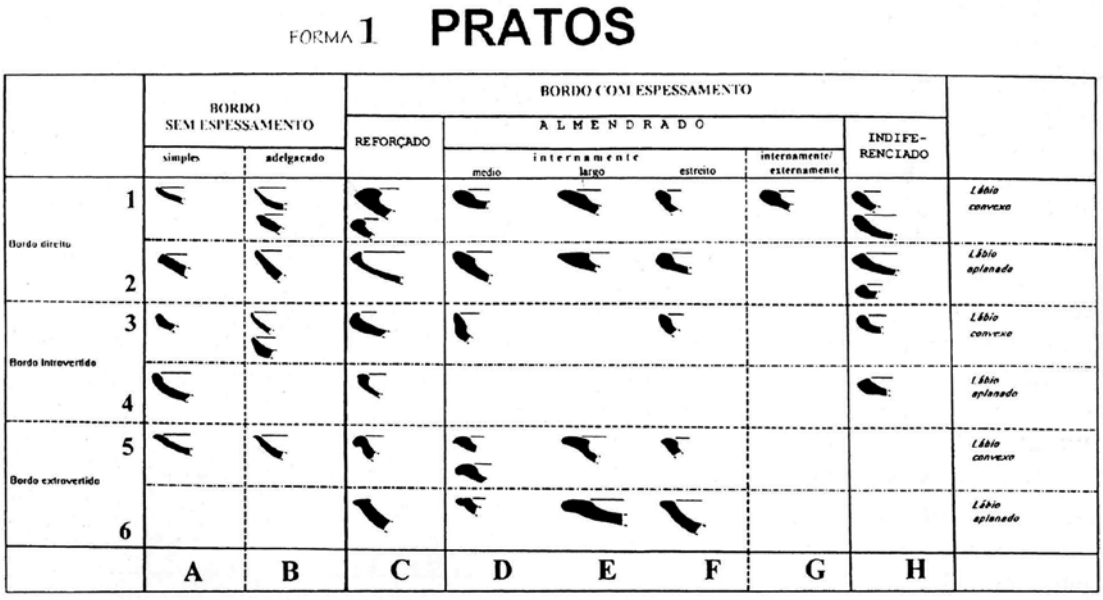


FIG. 3. Proposta tipológica parcial (pratos) para a cerâmica calcolítica da região da Serra d'Ossa, de Manuel Calado (Calado, 1995, 2001).

saco) e outros mais objectivos/geométricos (esférico, globular, achatado). Para além destas questões, nos conjuntos muito fragmentados torna-se difícil distinguir algumas das formas propostas, nomeadamente taça/tigela, ou esféricas, globulares e achatadas, uma vez que os seus elementos distintivos se observam preferencialmente no corpo e na base do recipiente.

No que se refere à forma geral, os recipientes cerâmicos dividem-se em formas simples e formas compósitas. A dificuldade na reconstrução da morfologia integral dos recipientes conduziu a que se considerasse que as formas simples se baseavam principalmente na esfera, sem especificar os casos em que a morfologia do corpo tendia ao alongamento ou achatamento e a da base ao aplanamento ou convexidade (Calado, 2001). Nos recipientes compósitos, a forma da parte superior foi considerada romboide, troncocónica ou hiperboloide (Gonçalves, 2003; Valera, 1998) e a parte inferior em calote, convexa ou aplanada (Gonçalves, 2003). As formas simples e compósitas subdividem-se em dois grupos: abertas e fechadas, seguindo a tradição centrada nas propostas de cariz antropológicos a partir do Museu do Homem (Balfet *et al.*, 1983).

No grupo das formas abertas simples individualizam-se dois tipos, os pratos (1) e as taças (2), que se distinguem pelo índice de profundidade. Manuel Calado não define explicitamente o limite superior do índice de profundidade das taças, pelo que se considera pertinente seguir a proposta de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (Silva e Soares, 1976-77) colocando o limite máximo nos 60, de modo a integrar os recipientes que sendo abertos atingem profundidades mais acentuadas e que alguns autores designam por «tigelas» (Valera, 1998) ou «taças em calote altas» (Gonçalves, 1989; Sousa, 2010). No grupo das formas fechadas simples incluem-se dois tipos, os vasos (3) e os potes (4), individualizando-se os segundos, por serem peças mais fechadas.

No conjunto das formas compósitas importa identificar três tipos: pratos carenados (5), taças carenadas (6) e vasos carenados (7). Cremos que os primeiros se distinguem dos restantes essencialmente pelo maior diâmetro no bordo, ou muito próximo deste, enquanto nos restantes surge na carena, distinguindo-se entre si pela inclinação das paredes. Na maioria dos fragmentos, onde não é possível calcular o índice de profundidade, deve seguir-se o esquema de classificação expedita proposto por Manuel Calado (2001, p. 45) de observar o ângulo formado pelo bordo e a parede do fragmento com o plano de abertura, considerando que até 45.º se trata de pratos (de perfil simples ou carenado), de 45.º a 90.º de taças (de perfil simples ou carenado), 90.º a 135.º de vasos (de perfil simples ou carenado) e de 135.º a 180.º de potes (de perfil simples ou carenado). Este esquema simples permite, desde logo, seguir um plano de entendimento com base na esfera, que cremos ter estado na base da esmagadora maioria das formas cerâmicas do 4.º e 3.º milénio a.n.e. do Sul de Portugal.

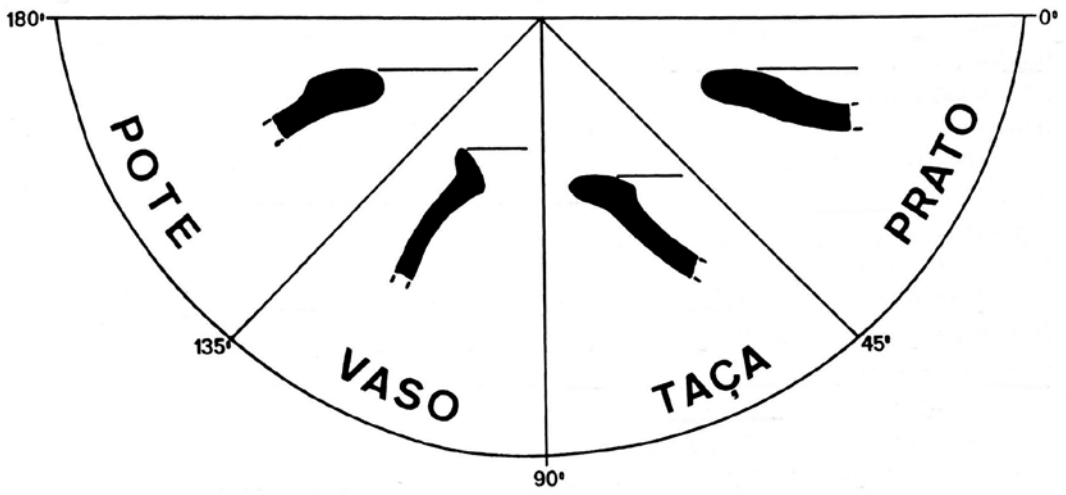
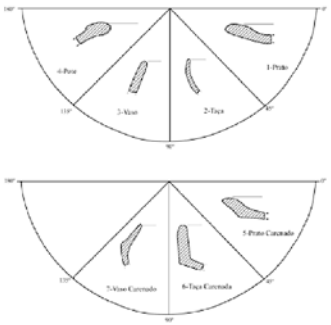


FIG. 4. Esquema de classificação expedita das formas cerâmicas (Calado, 2001, p. 45).

As variantes e subvariantes destes sete tipos foram definidas tendo por base critérios que influenciassem o perfil geral da peça, mas que fossem observáveis no maior número de fragmentos possível, ou seja, nas características do bordo (orientação e espessamento) e do lábio (morfologia). No caso concreto das formas compósitas, as características das carenas (espessamento e localização) também permitem definir variantes.



Forma Simples (S)	Tipo	Variantes (orientação do bordo e forma do lábio)	Subvariantes (Espessamento do Bordo)
Aberta (A)	1-Prato	1-Bordo direito e lábio convexo 2-Bordo direito e lábio aplanado 3-Bordo introvertido e lábio convexo 4-Bordo introvertido e lábio aplanado 5-Bordo exvertido e lábio convexo 6-Bordo exvertido e lábio aplanado	a-Simples b-Adelgaçado c-Espessado d-Espessado internamente e-Espessado externamente f-Espessado internamente e externamente g-Almendrado h-Almendrado médio i-Almendrado largo j-Almendrado estreito
	2-Taça		
	3-Vaso		
Fechada (F)	4-Pote		

FIG. 5. Esquema de classificação cerâmica utilizado por um de nós C.C. (Costeira, 2017), a partir da adaptação e desenvolvimento da proposta de M. Calado.

Com excepção da espessura do bordo, os restantes critérios métricos são pouco funcionais para a determinação de variantes em termos tipológicos, porque a percentagem de peças em que não se consegue obter medidas significativas é tendencialmente elevada nos conjuntos muito fragmentados provenientes de povoados. Para uma aproximação à dimensão dos recipientes propõe-se a organização dos exemplares melhor conservados em classes métricas, tendo em conta principalmente o diâmetro do bordo e a espessura do bojo. Na definição das classes métricas dos diâmetros dos recipientes sugere-se seguir a proposta de Raquel Vilaça (Vilaça, 1995), por apresentar categorias mais detalhadas, reflectindo melhor a variabilidade métrica identificada nos contextos calcolíticos. Na análise das espessuras dos bojos dos recipientes cerâmicos os critérios propostos por Joaquina Soares (Soares, 1995) são muito úteis para a definição de categorias coerentes, que, no entanto, devem ser ajustadas às especificidades de cada conjunto.

Esta proposta tipológica poderá ser considerada incompleta por se centrar demasiado na caracterização dos elementos da parte superior dos recipientes, no entanto, como já se afirmou, face ao estado de conservação de muitos dos conjuntos de recipientes provenientes de povoados, dificilmente estão disponíveis elementos consistentes para desenvolver outras abordagens. Outra das críticas que normalmente é efectuada a esta proposta tipológica consiste no reduzido número de tipos (7) definidos. No entanto, esta questão decorre da forma como se organizaram os vários critérios classificatórios, procurando-se evitar desdobrar tipos com base em características métricas e à preferência na análise dos elementos da parte superior dos recipientes. Assim, algumas das formas presentes noutras tipologias (Silva e Soares, 1976-77; Soares, 2013; Gonçalves, 1989) consistem em subvariantes dos tipos aqui definidos.

No estado actual do estudo das formas dos recipientes calcolíticos do Sul peninsular considera-se que, para os contextos de povoado, não se dispõe de um corpus morfológico baseado em recipientes inteiros ou integralmente reconstituíveis suficientemente diversificado e abrangente que permita a sua utilização comparativa no estudo de contextos com artefactos muito fragmentados. O que está disponível são tipologias diversificadas que quando reconstroem a globalidade das formas o fazem com base em raros exemplares inteiros, por vezes provenientes de contextos funerários ou de matriz ritual muito precisa ou em propostas muito hipotéticas.

CONCLUSÃO

No caso do sítio de São Pedro, que temos utilizado como exemplo desta análise, elaborou-se a caracterização morfotipológica global do conjunto e individualizada de cada tipo, modo útil de salientar as suas especificidades e problemáticas. A análise de variações métricas em cada tipo, elemento inovador num conjunto tão alargado, permitiu uma abordagem mais dinâmica em termos funcionais, bem como registar tendências cronológicas interessantes. A caracterização tecnológica, decorativa e a aproximação à funcionalidade dos recipientes foram elaboradas de forma global, tendo um carácter reflexivo e comparativo.

A análise contextual dos recipientes num sítio arqueológico como o de São Pedro permitiu evidenciar o dinamismo ocupacional espacial e temporal e a dificuldade (ou mesmo impossibilidade) na identificação de áreas de actividade concretas e de indícios de desigualdade espacial/estrutural com base nas características dos artefactos. O enquadramento dos recipientes nas cinco fases de ocupação pré-histórica do sítio permitiu reflectir sobre as transformações morfológicas, métricas e tecnológicas destes artefactos ao longo do 3.º milénio a.n.e.

No conjunto de recipientes deste povoado, enquadrado maioritariamente no 3.º milénio a.n.e., identificam-se elementos de longa duração, que se alicerçam numa tradição neolítica anterior, a que se associam elementos novos, como é visível com a convivência de taças carenadas e dos pratos de bordo espessado, com algumas peças a evidenciar mesmo traços híbridos (pratos carenados), resultado da combinação de diferentes processos tecnológicos. Assim, na primeira metade do 3.º milénio a.n.e. regista-se uma maior diversidade nas características dos recipientes cerâmicos, associadas a transformações culturais sem rupturas abruptas. Com o avançar do milénio os elementos «calcolíticos» tornam-se mais preponderantes, registando-se uma maior normalização artefactual, o que pode estar associado a transformações sociais mais acentuadas, em que os grupos diminuem a sua dimensão, mas aumentam a sua coesão e estruturação, ainda que os indícios de diferenciação se encontrem pouco formalizados nos espaços quotidianos do Cabeço de São Pedro, o que é comum a outros povoados. Estas transformações são particularmente evidentes na decoração dos recipientes, uma vez que a sua variabilidade diminuiu, associando-se a padrões usualmente conectados com a esfera simbólico-religiosa, indicando que os motivos ornamentais se tornam menos identitários em si, mas com maior valor simbólico diferenciado para o grupo. Assim, a identidade do grupo parece tornar-se mais coesa, diluindo-se os elementos diversificados, e com uma maior capacidade de mobilidade e contacto com outras realidades.

O exercício elaborado para o sítio de São Pedro, à semelhança de outras tentativas recentes (Mataloto e Boaventura, 2009) permitiu consolidar o «tempo» das propostas apresentadas por Carlos Tavares da Silva (Silva e Soares, 1976-77) e Manuel Calado (1995; 2001) nas suas abordagens regionais, demonstrando a importância de estudar amplos conjuntos de recipientes cerâmicos integrados em estratigrafias bem preservadas.

Todavia, estamos certos que importa voltar, de novo, ao sítio arqueológico de São Pedro e compreender nas micro-histórias dos fragmentos as dinâmicas sociais que ficaram marcadas nas estratigrafias e contextos. Importa retornar aos artefactos e às arquitecturas para compreender vivências múltiplas e significantes que os trabalhos até ao momento desenvolvidos apenas começaram a desvelar.

Importa, como Carlos Tavares da Silva fez há 50 anos, começar de novo, lançar novas abordagens e leituras, que ajudem a consolidar o caminho de conhecimento que se começou a trilhar então sobre as populações do Sul peninsular de há 5000 anos.

Ericeira, Redondo, final da Primavera de 2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998) – La quantification des céramiques. Conditions et protocoles. *Actes de la table ronde du Centre archéologique européen du Mont Beauvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998)*.

ARRIBAS, A. MOLINA, F. (1979) – El poblado de los Castillejos en las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada). Granada. Série monográfica 3.

BALFET, H. (1966) – Terminologie de la céramiques. In GOURHAN, A. L. (eds) – *La Préhistoire*. Paris.

BALFET, H.; FAUVET-BERTHELOT, M. F.; MONZON, S. (1983) – *Pour la normalisation de la description des poteries*. Paris

BALFET, H.; FAUVET-BERTHELOT, M. F.; MONZON, S. (1989) – *Lexique et typologie des poteries: pour la normalisation de la description des poteries*. Nouvelle edition revue et corrigeé. Paris

BLANCO-GONZÁLEZ, A. (2014): Rutinas caseras o fiestas comunitarias? Tafonomía y remontaje de la cerâmica calcolítica de El Ventorro (Madrid). *Complutum,* 25 (1): 89-108.

BLANCO-GONZÁLEZ, A. (2015) – Past Fragments: From ceramics to social practices in later prehistoric Iberia, *Journal of Social Archaeology*, 15(3): 342-365.

BLANCO-GONZÁLEZ, A. (2016) – Microhistorias de la Prehistoria Reciente en el interior de la Península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria*, 73(1): 47-67.

BARKER, P. (1977) – Techniques of Archaeological Excavation. Londres. Batsford. 3.ª edição.

BINFORD, L. (1981) Behavorial Archaeology and the «Pompeii Premise». *Journal of Antropological Research*, Vol. 37-3, p. 195-208

BRÜCK, J. (1999) – Ritual and Rationality: Some Problems of Interpretation in European Archaeology, European Journal of Archaeology, 2 (3),: 313-344.

CALADO, M. (1995) – A região da Serra d'Ossa: Introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (Edição policopiada), 2 vol.

CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de Pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 19). Lisboa.

CAMERON, C. M.; TOMKA, S. A. (eds.) (1993) – *Abandonment of settlements and regions: ethnoarchaeological and archaeological approaches*. Cambridge University Press. Cambridge.

CAMPS, G.; CHENORKIAN, R.; CAMPS-FABRER, H.; MAHIEU, E. (1990) – *Manuel de recherché Préhistorique*.

CAULIEZ, J. (2007) – Les corpus céramiques du 3e millénaire av. J. C. dans le Sud-Est de la France. Identité du groupe Rhône-Ouvèze. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Tome 104: 1, p. 125-145.

CAULIEZ, J. (2011) – 2900-1900 av.n. è. Une méthodologie et un référentiel pour un millénaire de produits céramiques dans le Sud-Est de la France. *Préhistoires Méditerranéennes*. Em linha http://pm.revues.org/566

CHAPMAN, J.; GAYDARSKA, B. 2007: *Parts and Wholes. Fragmentation in Prehistoric Context*. Oxbow.

COSTEIRA, C. (2017) – *No 3.º milénio a.n.e., o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Médio*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. (2019) – A cerâmica de engobe vermelho dos povoados do 4.º/3.º milénio a.n.e. de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In Do Paleolítico ao Período Romano Republicano. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, vol. 18.

COSTEIRA, C.; MATALOTO, R.; ROQUE, C. (2013) – Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4.º/3.º milénio A.N.E. dos povoados de S. Pedro (Redondo). In: ARNAUD, J.; MARTINS , A.; NEVES, C. (ed.): *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. (1990) – *El calcolítico o Edad del Cobre de la Cuenca Extremeña del Guadiana: los poblados*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura

FERNANDEZ GOMEZ, F.; OLIVA ALONSO, D. (1985) – Excavaciones en el yacimiento calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla) El Corte C (la Parrera). *Noticiario Arqueologico Hispanico*. Madrid. 25, p. 102-113.

GARROW, D. (2012) – Odd deposits and average practice. A critical history of the concept of structured deposition, *Archaeological Dialogues*, 19(2): 85-115.

GONÇALVES, V.S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: Uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ; INIC., 2 vols.

GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas: (estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal)*, Câmara Municipal, Cascais

HARRIS, E. (1979) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*. London, Academic Press

JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. (2008) – El ciclo formativo del registro arqueológico. Una alternativa a la dicotomia deposicional/posdeposicional. *Zephyrus,* 62 (2), p.125-137.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARCH, 2.ª edição. Reprodução do original de 1951.

MARTIN DE LA CRUZ, J. (1985) – Papa Uvas I, Aljaraque--Huelva. Campañas de 1976 a 1979. *Excavaciones Arqueológicas de España*. Madrid: Ministerio de Cultura.

MARTIN DE LA CRUZ, J. (1986) – Papa Uvas II. Aljaraque, Huelva. Campañas de 1981 a 1983. *Excavaciones Arqueológicas de España*. Madrid: Ministerio de Cultura.

MATALOTO, R. (2010) – O 4.º/3.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds., (2010) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal.

MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos 4.º e 3.º milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:2.

MATALOTO, R.; COSTEIRA, C. (2016) – Gestos do simbólico II – recipientes fragmentados em conexão do 4.º/3.º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e água, escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos de Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

MATALOTO, R.; COSTEIRA, C.; NUKUSHINA, D. (2017) – Local shop for local people – Resources management along the 3rd millennium BC at São Pedro settlements (Redondo, Portugal). In – BARTELHEIM, M.; BUENO, P.; KUNST, M. eds – *Key Resources and Socio-cultural Developments in the Iberian Chalcolithic* (Conference 9.10 de Abril 2015. Universidad de Alcalá de Henares e Instituto Arqueológico Alemão de Madrid.).

MCFADYEN, L. (2016) – Actions in Time: After the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão, *Estudos do Quaternário*, 15: 71-90.

OTERO, J. (1986) – Estudio tipológico de las formas cerámicas llamadas platos en el Calcolítico de Andalucía. *Habis*. Sevilla. 17.

SCHIFFER, M. B. 1985 – Is there a 'Pompeii Premise' in Archaeology? *Journal of Anthropological Research,* 41 (1): 18-41.

SCHIFFER, M. B. 1987 – *Formation Processes of the Archaeological Record*. University of Utah Press. Salt Lake City.

SÉRONIE-VIVIEN, M. (1982) – *Introduction à l'étude des poteries préhistoriques*. Bordéus.

SHEPARD, A. O. (1968) – *Ceramics for the archaeologist*. Washington.

SILVA, C. T. (1971) – O povoado pré-histórico da Rotura: notas sobre a cerâmica. In *Congresso Nacional de Arqueologia, II, 1970 – Actas do II Congresso*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, vol. 1, p. 175-192.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos Povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 179-272.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 8, p. 29-79.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; CARDOSO, J. (1995) – Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia – elementos para um estudo comparado. In KUNST, M. (coord.) – *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras 3 – 5 Abril 1987*. (Trabalhos de Arqueologia, 7).

SOARES, J. (1995) – Mesolítico – Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. 1.º Congresso de Arqueologia peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35: 2.

SOARES, J. (2013) – Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal – O povoado do Porto das Carretas. *Memórias d'Odiana* 2.ª série.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico na região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 1, MAEDS.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 9-10, MAEDS

SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-história apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

VALE, A. (2019) Depositions, Assemblages and Relationship in Portuguese Late Prehistory. The Case of the Walled Enclosure of Castanheiro do Vento. In VALERA, A. (ed.) – *Fragmentation and Depositions in Pre and Proto-historic Portugal*. NIA-Era, p. 31-45.

VALERA, A. C. (1997) – *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego*. Lisboa: Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

VALERA, A. (1998) – Análise da componente cerâmica do povoado dos Perdigões. In LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. F. (1998) – O povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: 1:1, p. 80-104.

VALERA, A. C. (2006) – *Calcolítico e transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VALERA, A.C. (2010) – Marfim no Recinto Calcolítico dos Perdigões (1): «Lúnulas», Fragmentação e Ontologia dos Artefactos, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5: 31-42.

VALERA, A. C. (2013) – As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana, 2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC. *Memórias d'Odiana*, 2.ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva.

VALERA, A. (ed.) (2019) – *Fragmentation and Depositions in Pre and Proto-historic Portugal*. NIA-Era .

VILAÇA, R. (1995) – Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. *Trabalhos de Arqueologia*, 9.

COLECCIONADORES DE FÓSSEIS: OS DENTES DE TUBARÃO MIOCÉNICOS DAS ESTAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS PORTUGUESAS

JOÃO LUÍS CARDOSO[1]

A Carlos Tavares da Silva,
naturalista e humanista do século XXI,
com admiração e amizade

RESUMO

Até o presente foram recolhidos, em 9 estações pré-históricas portuguesas, 24 dentes de tubarão fósseis, pertencentes a diversas espécies, oriundos de depósitos marinhos de diversos andares do Miocénico, tanto da região de Lisboa, como da orla algarvia. A distribuição geográfica dos mesmos evidencia estreita relação com os referidos afloramentos, indicando que se trata de exemplares colhidos nas proximidades ou, quando muito, a apenas de algumas dezenas de km de distância.

A morfologia dos exemplares é muito distinta, reflectindo usos diferenciados. Os grandes e belos exemplares ocorrem aparentemente sem transformações humanas, pelo que valiam por si mesmos, possuindo significado próprio, presentemente desconhecido, embora não pudessem, à época, ser associados aos animais a que pertenciam, por estes terem desaparecido há vários milhões de anos e deste modo não fazerem parte do imaginário colectivo destas populações; mas o facto de integrarem oferendas funerárias demonstra a importância simbólica que detinham. Já os pequenos exemplares evidenciam, tal qual o verificado em outras regiões e épocas da Península Ibérica, utilização na indumentária, incluindo pendentes ou elementos de colar. Foram também as formas exóticas, as cores variadas e o aspecto atraente que motivou a sua utilização, podendo esta revestir igualmente significado simbólico, tendo presente o sincretismo cognitivo das populações primitivas que os utilizaram, no território português, desde o Neolítico Final ao final do Calcolítico, excepcionalmente até o Bronze Pleno.

[1] Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). ICArEHB (Universidade do Algarve) e UNIARQ (FLUL). Cardoso18@netvisao.pt

ABSTRACT

So far, 24 fossil shark teeth have been collected in 9 Portuguese archaeological sites, belonging to different species, from marine deposits of different levels of the Miocene, both in the Lisbon region and in the Algarve coast. The geographic distribution of the 9 archaeological sites where they were collected shows a close relationship between their location and the aforementioned outcrops, indicating that these are specimens collected in the vicinity or, at most, just a few dozen km away.

The morphology of the specimens is very different, indicating different species for different uses. The large and beautiful specimens occur apparently without human transformations, for what they were worth in themselves, having their own meaning, currently unknown, although they could not, at the time, be associated with the animals to which they belonged, as they disappeared several million years ago; but the fact that they were part of funeral offerings demonstrates the symbolic importance they held. The small pieces show evidence, as seen in other regions and times of the Iberian Peninsula, of their use in clothing, including pendants or necklace elements. It was also the exotic shapes, the varied colors and the attractive aspect that motivated their use, which may also have a symbolic meaning, bearing in mind the cognitive syncretism of the primitive populations that used them, in Portuguese territory, from the Late Neolithic to the end of the Chalcolithic, exceptionally until the Full Bronze Age.

1. INTRODUÇÃO

Há já mais de 25 anos foi publicado estudo sobre os exemplares então conhecidos de dentes de tubarões miocénicos identificados em estações pré-históricas portuguesas (Antunes e Cardoso, 1995) e colocadas diversas hipóteses acerca da sua utilização, as quais se mantém plenamente actuais. Entretanto, foram identificados novos exemplares em outras estações pré-históricas há muito exploradas e, nestas, observados ainda outros, que em 1995 não foi possível localizar, os quais, pelo seu interesse, justificaram a apresentação deste trabalho, que completa significativamente o anteriormente publicado. Com efeito, depois da publicação do referido trabalho, apenas foram dadas a conhecer mais duas ocorrências de dentes de tubarão em estações pré-históricas portuguesas, identificadas no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Arnaud *et al.*, 2005) e nas grutas artificiais da Quinta do Anjo (Gonçalves *et al.*, 2018; Cortés-Sánchez *et al.*, 2020).

2. NOVAS OBSERVAÇÕES

As novas observações apresentadas neste trabalho resultam do estudo de materiais inéditos e de outros, que, embora já conhecidos, se encontravam ainda insuficientemente estudados, provenientes de diversas estações arqueológicas (Fig. 1).

Os materiais inéditos provêm todos da gruta da Amoreira (Óbidos) e constituem o conjunto mais numeroso até agora identificado em uma única estação pré-histórica do território português, com cinco exemplares representando duas espécies, juntando-se assim aos conjuntos já publicados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), e da necrópole de Vale da Carvalho (Alcácer do Sal) (Antunes e Cardoso, 1995). Estes, por seu turno, vieram reunir-se às ocorrências assinaladas por Estácio da Veiga em 1886 (Veiga, 1886): caverna da Sinceira (Aljezur) e necrópole de Aljezur, esta última identi-

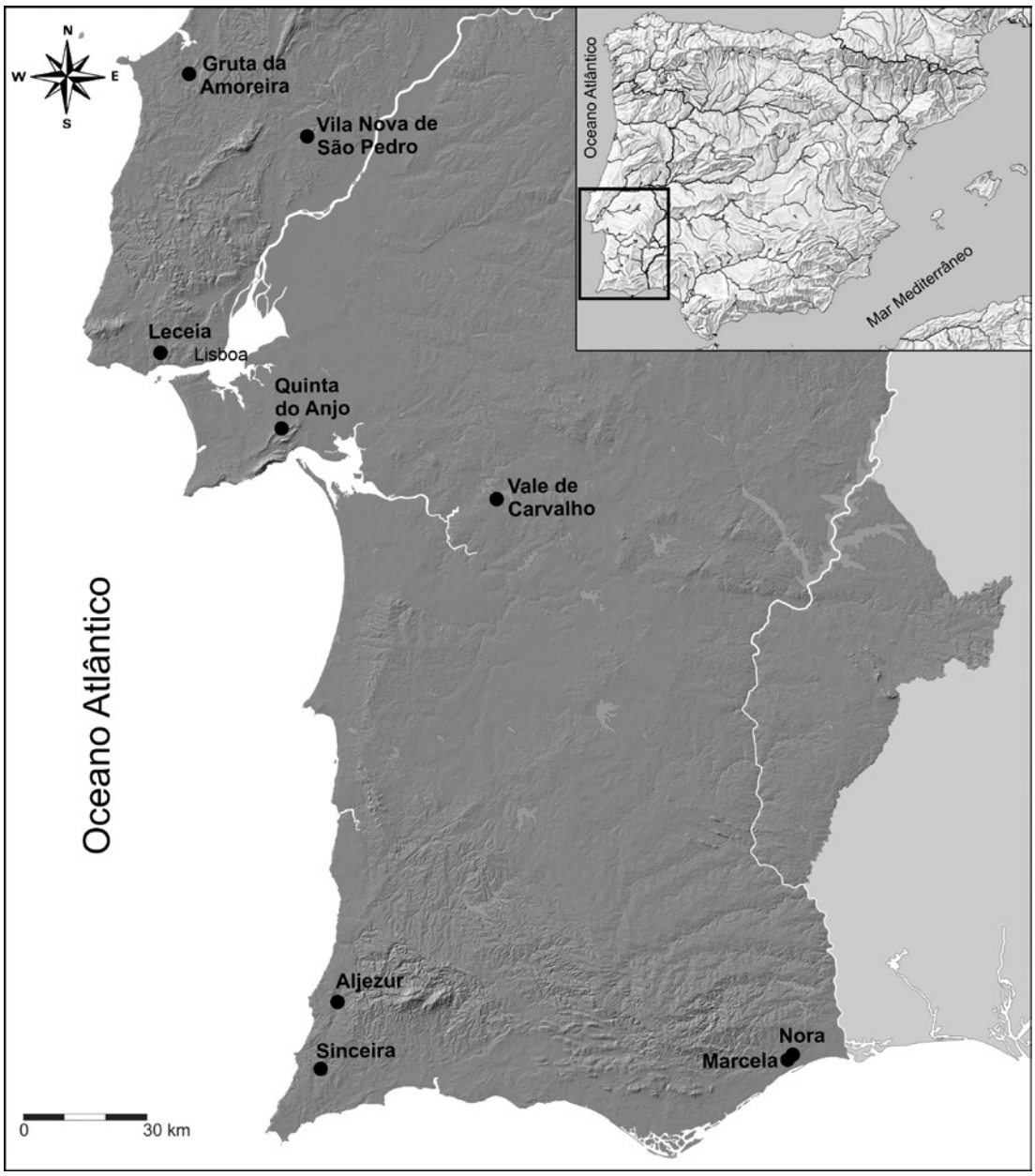


FIG. 1. Estações arqueológicas do território português que forneceram dentes de tubarão fósseis.

ficada na área urbana da vila, o monumento megalítico de Nora e o *tholos* de Marcela (ambos em Cacela). Destas estações, apenas os espólios oriundos das duas últimas foram agora reestudados por integrarem os únicos exemplares que foi possível rever no Museu Nacional de Arqueologia: os exemplares das duas primeiras jazidas não se conservam presentemente entre as colecções daquele Museu, embora tal falta seja suprida pelos desenhos publicados por Estácio da Veiga em 1886 suficientes para a diagnose já efectuada em estudo anterior (Antunes e Cardoso, 1995)

2.1. GRUTA DA AMOREIRA (ÓBIDOS)

Trata-se de cavidade natural existente nos calcários jurássicos em local cuja localização rigorosa se perdeu, explorada em 1906 por Bernardo de Sá, então funcionário do Museu Etnológico Português, que pouco antes tinha explorado o povoado do Outeiro de São Mamede (Cardoso e

Carreira, 1903). A única informação até ao presente conhecida sobre esta intervenção arqueológica é a fornecida por J. Leite de Vasconcelos: «No mesmo mês [Junho de 1906], exploração da Lapa prehistorica da Amoreira de Óbidos por Bernardo de Sá...»(Vasconcelos, 1915, p. 329). Contudo, ao contrário das escavações efectuadas no Outeiro de São Mamede, as quais se podem acompanhar pelas sucessivas missivas por enviadas a Leite de Vasconcelos, desconhecem-se as condições da intervenção na gruta da Amoreira, que não foi objecto de qualquer correspondência remetida para este.

Os espólios presentemente conservados no Museu Nacional de Arqueologia encontram-se inéditos, e em curso de estudo pelo signatário. O conjunto arqueológico observado indica a utilização funerária da gruta durante o Neolítico e o Calcolítico, tendo presente a tipologia dos materiais arqueológicos observados, não sendo deste modo possível atribuir a nenhum destes dois períodos em particular o conjunto de dentes de tubarão agora pela primeira vez publicado (Fig. 2):

– dois dentes de *Carcharocles megalodon* (Agassiz), incompletos na zona da raiz, devido a fracturas aparentemente acidentais e sem vestígios de utilização secundária (Fig. 2, n.ºs 1 e 2);
– dois dentes de *Carcharocles megalodon* (Agassiz) de pequeno tamanho, um deles com total ablação da raiz (Fig. 2, n.º 3), o outro com a mesma quase completa, devido a fractura acidental (Fig. 5, n.º 4);
– um dente de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz) (Fig. 5, n.º 5), com a raiz totalmente transformada por polimento, associada a um sulco perimetral entre esta e a base da coroa, relacionado com o seu aproveitamento como pendente.

2.2. GRUTAS ARTIFICIAIS DA QUINTA DO ANJO (PALMELA)

Aquando da revisão de espólios desta notável necrópole estremenha conservados no Museu Geológico (LNEG), efectuada pelo signatário em 2016, foram identificados três dentes de tubarão, sem registo de proveniência; conservam concreções carbonatadas aderentes à superfície, semelhantes às observadas em outras peças das grutas da Quinta do Anjo, pelo que a sua atribuição a estas não se afigura duvidosa, apesar de nas obras monográficas a estas dedicadas (Leisner, Zbyszewski e Ferreira, 1961; Leisner, 1965), os mesmos nunca terem sido referidos, o que se pode compreender tratando-se de estudos estritamente arqueológicos nos quais estes espólios não teriam justificação.

Estes exemplares foram entretanto objecto de publicação (Gonçalves *et al.*, 2018); porém, a diagnose proposta por estes autores foi já corrigida (Cortéz-Sánchez *et al.*, 2020): na verdade, não se trata de dentes de um tubarão actual, como foi indicado por aqueles autores, mas sim de duas espécies diferentes, ambas extintas há vários milhões de anos. Deste modo, reproduzem-se de novo, com as diagnoses correctas, dois desses exemplares, correspondendo o terceiro a outro exemplar de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz).

– um dente de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz) (Fig. 3, n.º 1), com parte da raiz em falta por fractura aparentemente acidental;
– um dente de *Hemipristis serra* Agassiz (Fig. 3, n.º 2) completo, a que se soma mais um exemplar, não reproduzido.

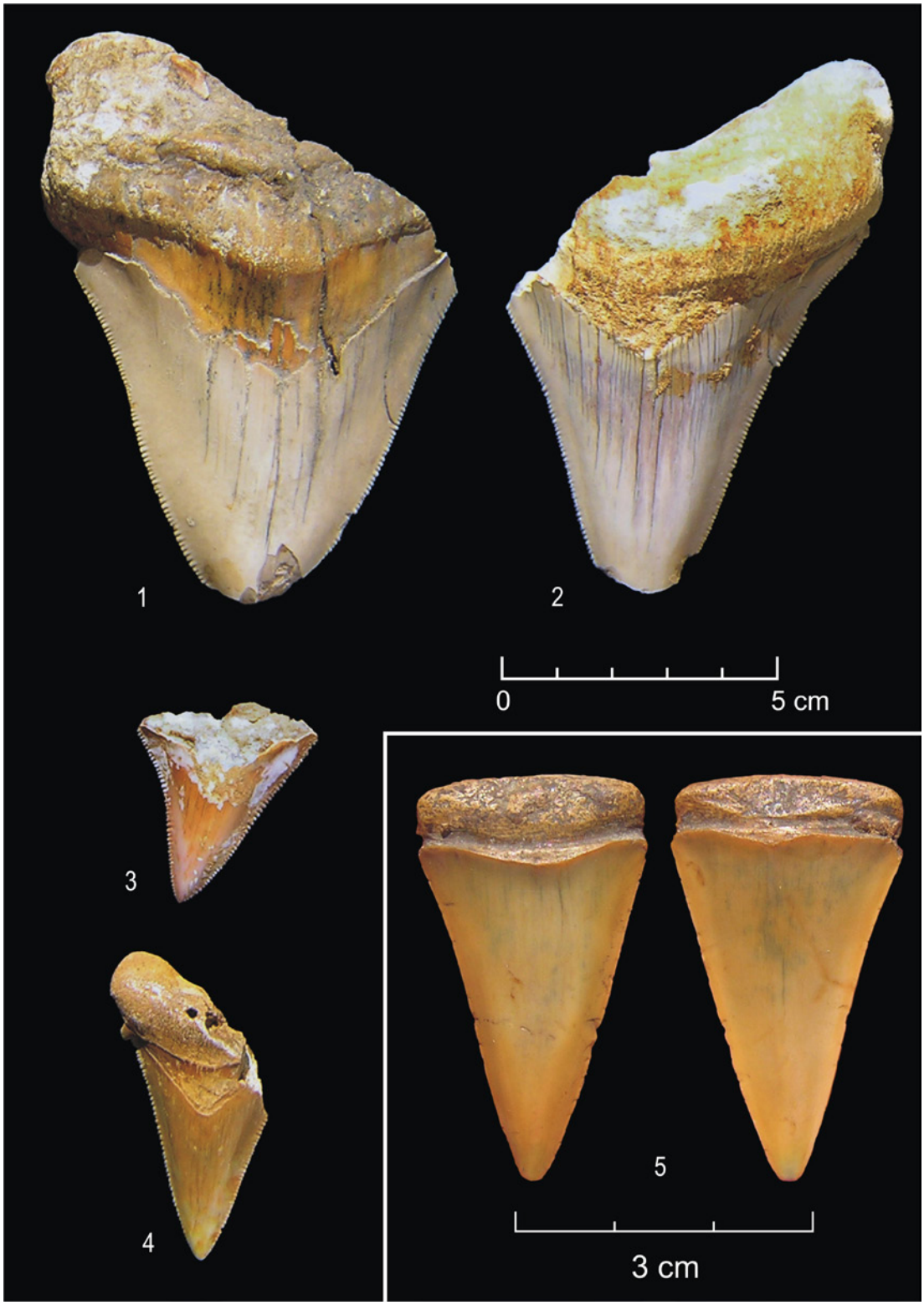


FIG. 2. Dentes de tubarão da gruta da Amoreira (Óbidos). *Carcharocles megalodon* (Agassiz): 1, 2, 3 e 4; *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis*: 5. Museu Nacional de Arqueologia. Fotos de João Luís Cardoso.

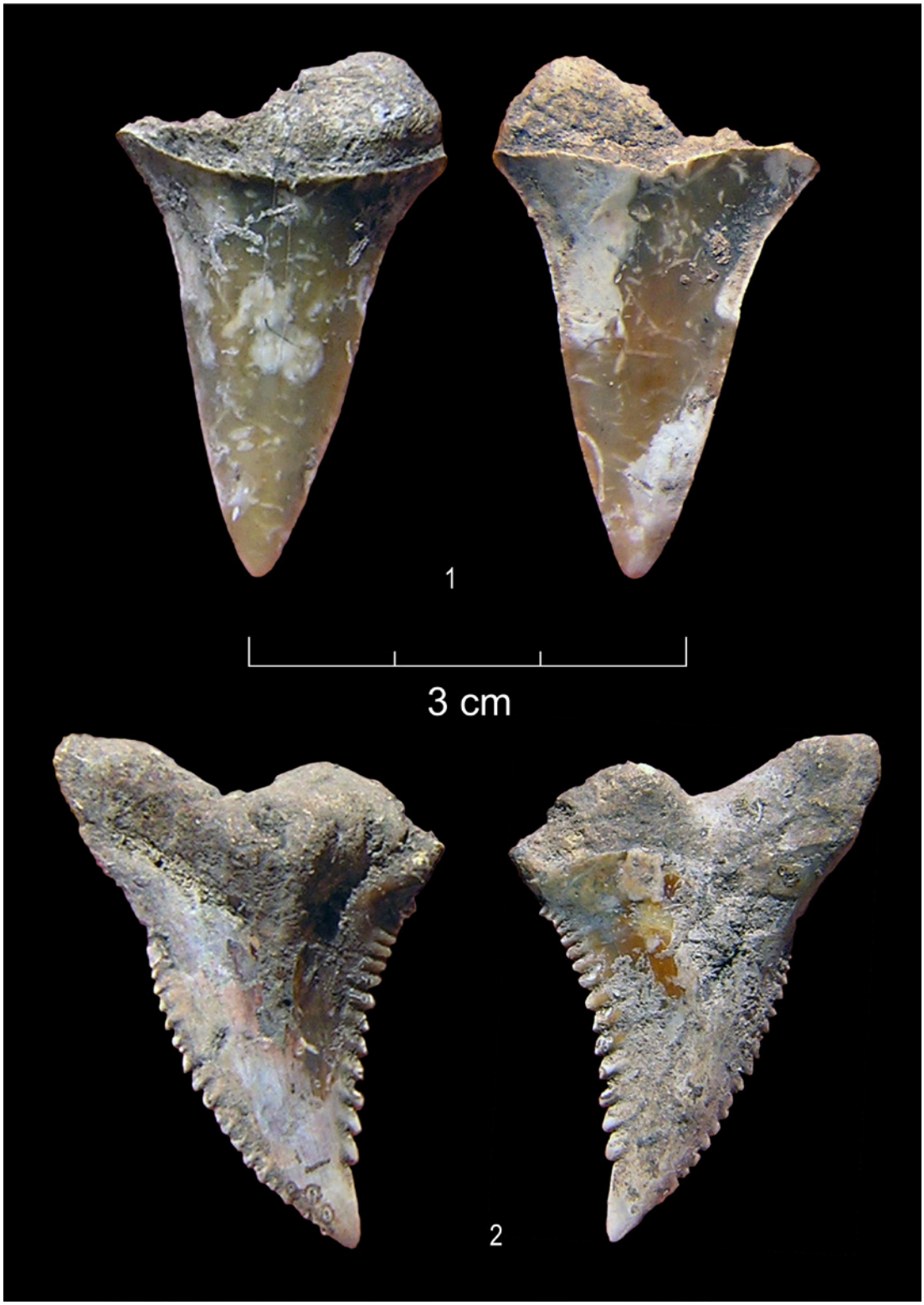


FIG. 3. Dentes de tubarão das grutas artificiais da Quinta do Anjo (Palmela). *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz): 1 e *Hemipristis serra* Agassiz: 2. Museu Geológico (LNEG). Fotos de João Luís Cardoso.

2.3. *THOLOS* DE MARCELA (CACELA, VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO)

Monumento funerário calcolítico explorado por Estácio da Veiga que forneceu exemplar de dente de tubarão conservado no Museu Nacional de Arqueologia, embora não citado pelo autor (Veiga, 1886). Tal situação, que contrasta com o cuidado que o mesmo teve em descrever os exemplares recolhidos em outras estações que estudou (caverna da Sinceira, necrópole de Aljezur, monumento megalítico de Nora) justificou a hipótese de este exemplar não pertencer à estação em causa. Porém, a atribuição foi agora de novo confirmada, consultando-se o inventário do Museu Nacional de Arqueologia, tendo-se reproduzido neste estudo o exemplar em causa, pela primeira vez em fotografia, completando o desenho anteriormente apresentado (Antunes e Cardoso, 1995, Fig. 3, n.º 2).

– dente de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz) aparentemente sem sinais de manipulação. Possui o seguinte n.º de inventário: 985.48.2 M. Zoo. MNA-228.2 (Fig. 4, n.º 1).

2.4. MONUMENTO MEGALÍTICO DE NORA (CACELA, VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO)

Neste sepulcro colectivo do Neolítico Final/Calcolítico recolheu Estácio da Veiga dois notáveis exemplares, por ele correctamente atribuídos a *Carcharocles megalodon* (Agassiz). Apesar de não os reproduzir, é afirmativo quanto à existência de marcas de utilização em ambos, sendo também rigoroso ao admitir que poderiam ter sido recolhidos nas imediações do monumento, visto «*que os terrenos litoraes de Cacela pertencem geologicamente ao terciário marino, onde já têm sido achados outros dentes d'aquelle extincto monstro* (...)»(Veiga, 1886, p. 257). Aquando da elaboração do primeiro estudo sobre esta temática, estes dois exemplares não foram localizados no Museu Nacional de Arqueologia (Antunes e Cardoso, 1995, p. 202), situação que só agora se conseguiu ultrapassar. Pelo facto de ambos ainda nunca terem sido reproduzidos, considerou-se de interesse incluí-los também no presente trabalho:

– dente de *Carcharocles megalodon (*Agassiz), com vestígios de manuseamento ou rolamento, possuindo desgaste ao longo dos dois bordos laterais, tal como já havia sido notado por Estácio da Veiga, e marcas de percussão na extremidade distal, que fez ressaltar o esmalte. O fino serrilhado marginal originalmente existente desapareceu completamente pelo uso ou rolamento, o que suportou a conclusão de Estácio da Veiga de que foram utilizados como instrumentos para «a acção de serragem até desaparecerem os últimos vestígios da denticulação que lhes é própria.»(idem, ibidem).

Apesar dos intensos indícios de desgaste, natural ou em resultado de manipulação, os quais são extensíveis à raiz, o exemplar apresenta-se completo, possuindo o n.º de inventário 985.42.40 M. Cont. 626, Vol. 2. Zoo. MNA-603.1 (Fig. 4, n.º 2);

– dente de *Carcharocles megalodon* (Agassiz) semelhante em dimensões ao anterior, correspondendo aos dois maiores exemplares recolhidos por Estácio da Veiga, conforme é declarado pelo próprio. Tal como o anterior, exibe intensos sinais de desgaste nos bordos e indícios de percussão na extremidade distal, que podem ser naturais – e neste caso resultarem de rolamento – ou intencionais, em resultado da sua utilização como artefactos. Possui o n.º de inventário 985.42.39 M. Cont. 626, Vol. 2. Zoo. MNA-603.1 (Fig. 4, n.º 3).

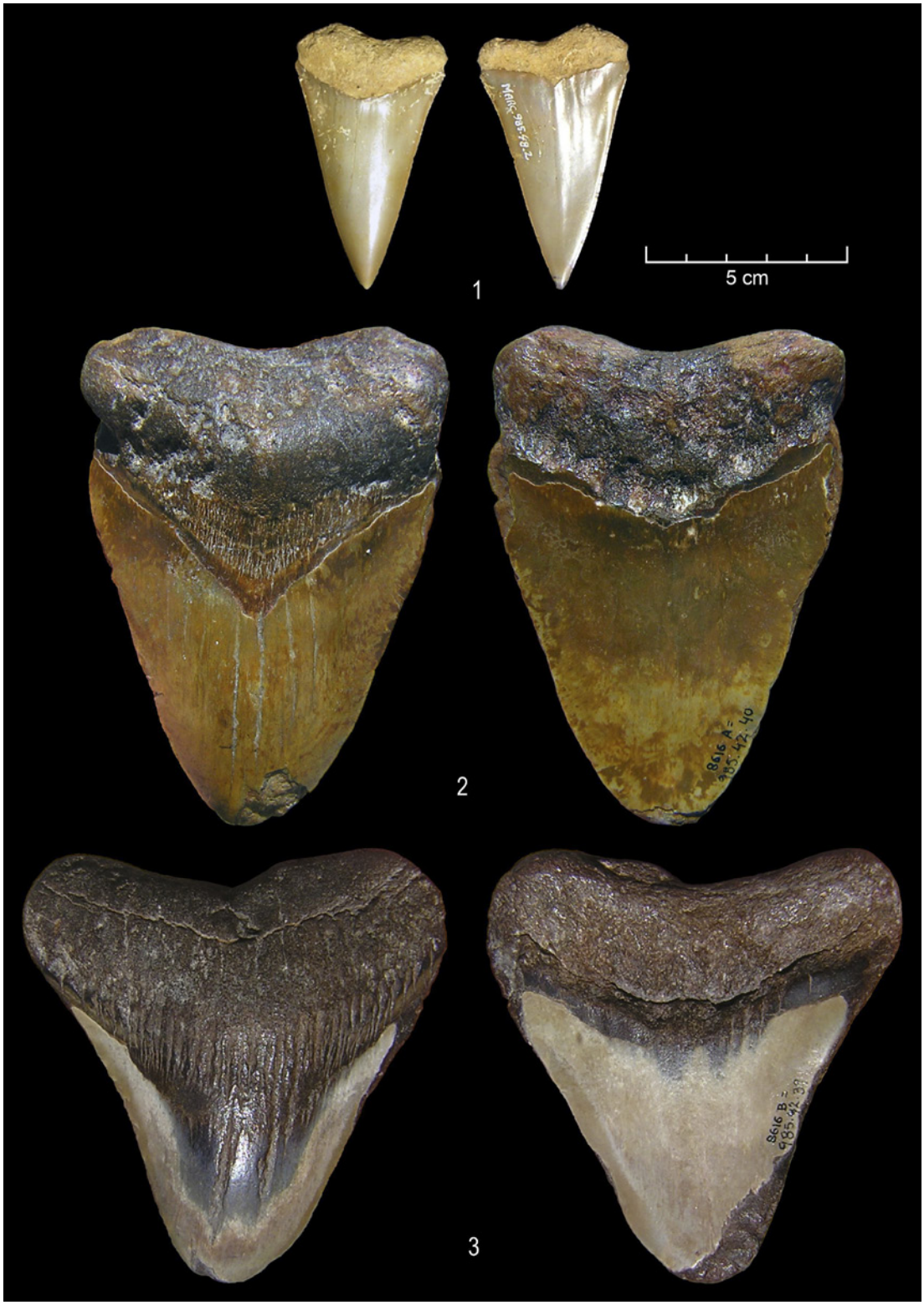


FIG. 4. Dentes de tubarão do *tholos* de Marcela (Vila Real de Santo António), de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz): 1; e do monumento megalítico de Nora de *Carcharocles megalodon* (Agassiz): 2 e 3. Museu Nacional de Arqueologia. Fotos de João Luís Cardoso.

2.5. NECRÓPOLE DE ALCALAR (PORTIMÃO)

Deste notável sítio arqueológico calcolítico conhece-se apenas a referência a dentes de tubarão, presumivelmente *Carcharocles megalodon*, que ali teriam sido recolhidos por Estácio da Veiga e por José Formosinho (Ferreira e Castro, 1948, p. 8). Porque não se conhecem detalhes de tais achados, considera-se não existirem de momento evidências inquestionáveis da sua cabal existência.

3. DISCUSSÃO

3.1. OS DENTES DE TUBARÃO NO IMAGINÁRIO DAS POPULAÇÕES EUROPEIAS DESDE OS TEMPOS PALEOLÍTICOS

A forma dos dentes de tubarão fósseis, por vezes de assinaláveis dimensões, pois podem atingir cerca de 15 cm de comprimento, como é o caso de alguns exemplares de *Carcharocles megalodon*, o seu atraente aspecto superficial, de um brilho intenso e colorações variadas, do negro ao branco acetinado, e do avermelhado ao amarelado e ao azulado, ou ainda abrangendo diversas gamas de acastanhados e esverdeados, constituíram justificação para a atenção que lhes foi concedida pelas comunidades pré-históricas europeias, desde pelo menos o Paleolítico Superior (Mayor, 2001, p. 166). Com efeito, remontam a essa época um número já abundante de exemplares, associados por vezes a circulação a longa distância, motivada pelas características acima referidas. Assim, registaram-se desde o século XIX ocorrências de dentes de tubarão fósseis em diversas estações francesas daquela época, algumas delas já indicadas anteriormente (Antunes e Cardoso, 1995), a que se poderiam juntar outras, como Pincevent, ou Tuc d'Audoubert , cuja origem pelo menos se situaria a centena e meia de quilómetros de distância (Oakley, 1975, p. 16, 17).

Na Península Ibérica, existem igualmente evidências do apreço que os dentes de tubarão fósseis despertaram nas comunidades do Paleolítico Superior, tendo sido recentemente inventariados (Cortés-Sánchez *et al.*, 2020): na gruta de Parpalló identificaram-se dois exemplares, e outros três se recolheram na gruta de Altamira, em ambos os casos de utilização indefinida, a que se juntam um exemplar da gruta de Aitzbitarte – IV e outro da gruta de Rascaño. Registaram-se ainda mais dois exemplares da gruta de Parpalló, pertencentes ao Epipaleolítico. Ao Neolítico e ao Calcolítico assinalaram-se quatro exemplares em Los Castillejos e um no Dolmen de Soto. Enfim, à Idade do Bronze, os autores reportaram mais um exemplar em Los Castillejos, outro em Fuente Álamo e ainda um terceiro em La Pedrera. A estes, devem ainda somar-se os seguintes exemplares espanhóis não registados no inventário destes autores: da necrópole neolítica da Cueva de Los Toyos, dois dentes aparentemente de *Charcarias taurus* conforme se pode deduzir dos desenhos publicados dos mesmos (Siret e Siret, 1880, Lám. 2, P; e da sepultura n.º 334 da necrópole de El Argar, um dente aparentemente de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis*, conforme evidencia o desenho publicado (Siret e Siret, 1880, Lám. 52, 334).

Apenas em um exemplar de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* proveniente de um contexto neolítico da gruta Hedionda – IV se observaram duas perfurações na raiz, transformando-o provavelmente em pendente (Cortés-Sánchez *et al.*, 2020, Fig. 11 A).

Esta ocorrência tem paralelo nos dentes perfurados de tubarão fósseis conhecidos em contextos pré-dinásticos de Fayum, ca. 4500 a.C. ou coevos da primeira dinastia, 3100 a.C., de Maadi (Cairo) (Mayor, 2001, p. 175), que comprovam a sua utilização como ornamento pessoal. Sendo objectos raros e exóticos, os dentes de tubarão fósseis justificavam as diversas formas por que eram vistos, profana, simbólica ou, mais provavelmente, a um tempo profana e simbólica.

Em 1888, Sir Arthur Evans adquiriu um pendente proveniente de um túmulo etrusco do século VI a.C. de Ascoli, correspondente a um grande dente de tubarão fóssil miocénico, de aspecto

translúcido e vermelho-acinzentado, proveniente do Mediterrâneo Oriental, provavelmente da ilha de Malta, engastado em filigrana de ouro (Mayor, 2001, p. 171). Nesta ilha, o culto associado a dentes de tubarão, ali abundantes, encontra-se documentado desde o 4.º milénio a.C. tendo mais tarde, entre 2500 e 1500 anos a.C. os oleiros da ilha utilizado os bordos serrilhados dos grandes dentes de *Carcharocles megalodon* como matrizes para a decoração dos vasos (Mayor, 2001, p. 172).

Os dentes de tubarão fósseis, de dimensões e morfologias muito variáveis, que por vezes ocorriam em assinaláveis quantidades em certas regiões, faltando absolutamente noutras, não poderiam deixar de atrair o interesse dos primeiros naturalistas, que procuraram encontrar explicação para a sua ocorrência, tal qual o verificado com a presença de outros corpos estranhos e que escapavam à compreensão comum. É o caso das Ceráunias, os machados de pedra polida que, ainda na actualidade, para muitas das populações rurais portuguesas, se associam à queda dos raios, durante as tempestades: daí a designação de «pedras de raio»ou «coriscos», questão que foi recentemente discutida e sumariada (Cardoso e Gonçalves, 2020): também para os dentes de tubarão fósseis, foram adiantadas explicações semelhantes. Com efeito, J. Leite de Vasconcelos informa que «*Também no nosso povo, no Sul, os dentes de esqualo são tidos como "pedras (sic) de raio"; possuo um, que obtive ao pé de Cacilhas*.»(Vasconcelos, 1897, p. 127, 128, nota 5). Assim, pode concluir-se que tal utilização apotropaica prosseguiu entre nós, pelo menos, até o início do século XX, de acordo com muitos outros testemunhos, expressivamente corporizados em pendentes montados em metais preciosos, como o que Émile Cartailhac reproduziu do Museu de Toulouse, de época moderna ou já contemporânea (Cartailhac, 1878, Fig. 67), comparável à jóia etrusca de Ascoli acima referida.

Plínio o Velho (23-79 d.C.) na sua *História Natural* admitiu que os dentes fósseis de tubarão que se encontravam por vezes a grandes distâncias do mar e em altas montanhas correspondiam a corpos caídos do céu durante os eclipses lunares.

Mais tarde, conotaram-se tais exemplares a línguas de cobra, as que São Paulo teria petrificado em castigo por uma mordedura sofrida na ilha de Malta; com efeito, como acima se referiu, os dentes fósseis de tubarão eram ali particularmente abundantes, o que certamente esteve na origem daquela superstição; e a semelhança só aparentemente era forçada, explicando-se facilmente pelo facto de a raiz dos referidos dentes, frequentemente bifurcada, se assemelhar de facto à língua bífida daqueles répteis. Surgiu assim para tais peças o termo *Glossopetra*, ou «língua de pedra», também conhecidas por «línguas de São Paulo», ou «línguas de cobra ou de serpente»que passou a reportar-se aos corpos petrificados em forma de língua bífida, que se considerava possuírem propriedades mágicas contra venenos, designadamente as mordeduras de cobra ou poções diluídas num copo de vinho, prática muito comum de envenenamento na Europa medieval e renascentista, para além de constituírem objectos protectores contra diversas outras enfermidades ou mau-olhado. Daí o serem utilizados como pendentes ou amuletos, por vezes guardados secretamente na indumentária. Em Portugal, o rei D. Manuel I guardava, em 1522 um dente de tubarão fóssil engastado em ouro e a rainha D. Catarina possuía dois, dos quais um havia pertencido ao Bispo de Coimbra, a quem foi adquirido em 1550 (Gomes, 2002, p. 381). As peças mais cobiçadas provinham da ilha de Malta, de onde eram exportadas em grandes quantidades, dada a abundância natural ali existente, como acima se referiu; as suas propriedades protectoras e curativas foram acreditadas até época muito recente, como em Inglaterra, onde se tornaram conhecidas por «cramp stones».

***

Em 1554, Guillaume Rondelet assinalou a semelhança das *Glossopetrae* com os dentes de tubarão actuais que teve a oportunidade de observar no mercado de peixe de Montpellier. Estas observações foram seguidas por outros naturalistas da época: foi o caso de Fabio Colonna que em 1616 publicou dissertação sobre as *Glossopetrae*, na qual já apontava para a sua verdadeira natureza

(Cutler, 2003), antecedendo a cabal demonstração, 50 anos depois, devida ao dinamarquês Niels Stensen, ou Nicolaus Steno (1638-1686) (Davidson, 2000).

Em outubro de 1666, um tubarão branco foi capturado por dois pescadores de Livorno. A cabeça deste foi enviada a Steno, por ordem do Duque da Toscânia, tendo sido por ele dissecada e publicada em 1667, num estudo que revelou definitivamente a verdadeira natureza e significado destes exemplares. A célebre gravura em madeira então por ele publicada, foi reproduzida ulteriormente em diversas obras. Entre estas, conta-se a célebre obra *Metallotheca Vaticana*, de Michele Mercati (1541--1593), médico papal e director do Jardim do Vaticano, redigida cerca de 1574, sob Sisto V, tendo a primeira e única edição, de 1717, sido reimpressa em 1719 (Mercati, 1719). A obra utilizou o texto deixado pelo autor, bem como as chapas de cobre abertas no século XVI, na larga maioria também por ele preparadas, contendo a reprodução de muitos dos espécimes da colecção papal. Foi no entanto necessário proceder à actualização de certos conhecimentos, a cargo de Giovanni Maria Lancisi, explicando-se deste modo a inclusão da gravura de Steno inserta a p. 333 (Fig. 5), indispensável à cabal compreensão das *Glossopetrae*. Com efeito, tratando-se de um catálogo do século XVI das colecções papais de História Natural, os dentes de tubarão fósseis, que se conservavam no Nono Armário da *Metallotheca*, estão nela muito bem representados, encontrando-se ilustrados no texto, em três gravuras, sendo classificados de acordo com o seu tamanho em grandes (Fig. 6), médios



FIG. 5. Gravura publicada por Nicolaus Steno, e depois reproduzida várias vezes e por diversos autores (Mercati, 1717), reproduzindo a cabeça e dentição de um grande tubarão branco capturado em Livorno, e por aquele dissecado, confirmando a verdadeira natureza das *Glossopetrae*. Seg. Mercati, 1717, mod. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.

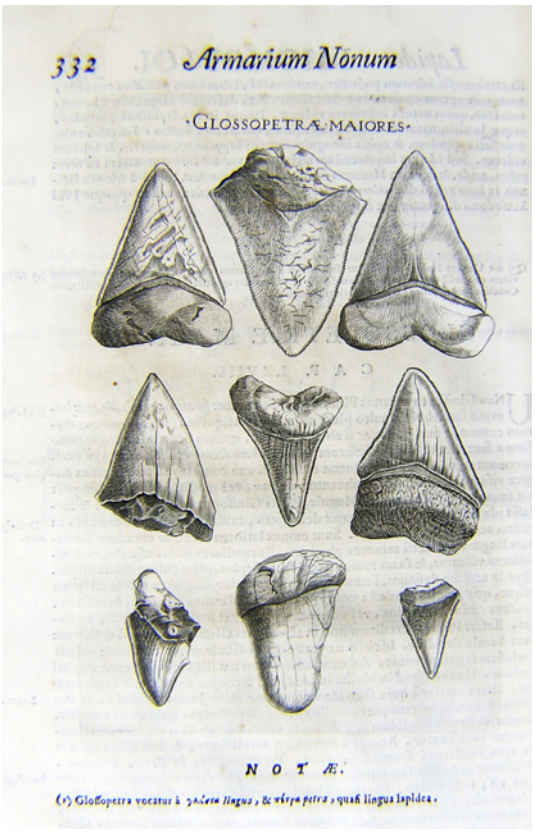


FIG. 6. *Glossopetrae* de maior tamanho, conservadas na colecção do Vaticano. Seg. Mercati, 1717, mod. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.


GLOSSOPETRÆ MEDIÆ.

CAP. LXX.

GLossopetræ mediæ anguſtiores ſunt, & bifurca baſi avium linguas imitantur tantæ formæ æmulatione, ut faciliùs vulgò perſuadeam eis uſas

GLOSSOPETRÆ MINORES

FIG. 7. *Glossopetrae* de tamanho médio, conservadas na colecção do Vaticano. Seg. Mercati, 1717, mod. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.


336 Armarium Nonum

GLOSSOPETRÆ PARVÆ.

CAP. LXXI.

TErtium Gloſſopetrarum genus non ſolùm ex ſecundo deducimus, ſed intereſt quid diſcriminis peculiare, ut erat inter illas, & primas. Deſcribebantur enim latæ, ſæpius ſerrato utrinque latere: mediæ tenues, & in furcam deducta radice: hæ verò parvæ ſunt non latæ, non bifurca baſi. Et niſi aculei forma, materia, nitor, color, idemque frequenter natalis omnium locus juſſiſſent illis ſuperioribus annumerari adinveniſſem, quibus rectiùs

GLOSSOPETRAE MINIMAE.

FIG. 8. *Glossopetrae* de menor tamanho, conservadas na colecção do Vaticano. Seg. Mercati, 1717, mod. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.

(Fig. 7) e pequenos (Fig. 8); a qualidade dos desenhos é mais do que suficiente para se poderem classificar sem dificuldade a nível específico.

Mais importante do que a demonstração de que as *Glossopetrae* eram na verdade dentes de tubarão fósseis, o contributo de Steno abriu as portas à moderna Geologia estratigráfica ao discutir os processos que conduziram à ocorrência de tais corpos no interior das rochas, sendo igualmente pioneiro quanto à discussão do modo de formação destas, enunciando princípios fundamentas da Estratigrafia, como o da horizontalidade da formação e o da sobreposição das camadas sedimentares, postulando que as mais modernas assentavam nas mais antigas: trata-se de uma evidência hoje indiscutível, mas que aos espíritos da época não se afigurava evidente. Na verdade, as explicações avançadas por Steno sobre a verdadeira natureza dos fósseis era concordante com as defendidas por outros naturalistas seus contemporâneos, como John Ray e Robert Hooke, que consideraram igualmente que os fósseis eram vestígios de antigos organismos vivos, explicação favorecida pela evidente semelhança existente com alguns deles: uma coisa para nós óbvia, mas que assim não se afigurava no século XVII, até por corresponder a situação, difícil de explicar, da ocorrência de um corpo sólido dentro de um outro corpo sólido (a própria rocha); esta realidade levou-o a escrever em 1669 a obra *De solido intra solidum naturaliter contento dissertationis prodromus*.

E, com efeito, ainda na segunda metade do século XVIII, antes da generalização da classificação dicotómica dos seres vivos e da afirmação da Paleontologia, dentes fósseis de tubarões de diversas espécies foram apresentadas na *célebre obra Encyclopédie*, de Denis Diderot (Diderot, 1774), na qual se apresenta, ainda, a antiga designação de *Glossopetrae* (Fig. 9).

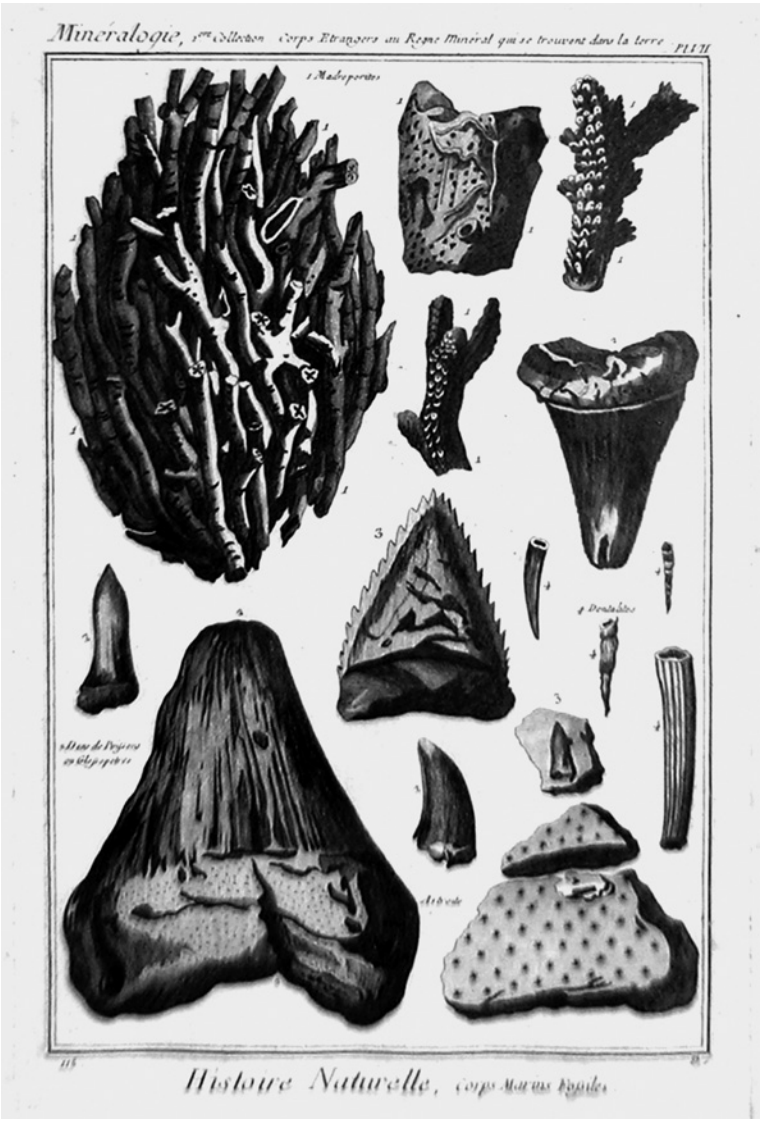


FIG. 9. Estampa VII da *Encyclopédie*, de Denis Diderot, na qual se apresenta, ainda, a antiga designação de *Glossopetrae* para os diversos dentes de tubarão reproduzidos. Seg. Diderot, 1774. Reprodução fotográfica de João Luís Cardoso.

3.2. OS DENTES DE TUBARÃO FÓSSEIS NAS SOCIEDADES TRIBAIS DO NOVO MUNDO

No Novo Mundo (América e Oceânia), os dentes de tubarão foram até época recente utilizados por diversas populações como instrumentos, para o corte da madeira ou para a a preparação de alimentos para além de serem integrados em diversas armas e em pontas de projécteis, neste caso por algumas tribos de índios do Brasil (Campbell, 2006). Foram também utilizados como elementos de adorno, como colares e braceletes, observados pelo autor no Museu de Périgueux em Abril de 1995 provenientes da Oceânia.

Na América do Norte, existe abundante bibliografia relativa à ocorrência de dentes de tubarão fósseis ou actuais em contextos arqueológicos. Tratando-se de comunidades humanas muito distintas daquelas que interessam a este estudo, com os inerentes riscos de extrapolações comparativas indevidas, não se justifica desenvolvida análise da realidade ali estudada. Pode contudo referir-se que ficou provado o uso para diversas finalidades, desde as mágico-religiosas às de natureza prática, incluindo o aproveitamento na indumentária, comprovada pela presença de dentes fósseis perfurados (não identificados nas colecções portuguesas) e o assinalável comércio destes objectos, pela importância especial que lhes era atribuída (Lowery, Godfrey e Eshelman, 2011; Betts, Blair e Black, 2012; Colvin, 2012).

3.3. OS EXEMPLARES PRÉ-HISTÓRICOS PORTUGUESES: ESTATUTO E UTILIZAÇÃO

Face ao exposto, importa apresentar as observações possíveis acerca do estatuto e utilizações dos exemplares até agora reconhecidos em sítios pré-históricos portugueses.

3.3.1. Circulação e comércio

A larga maioria dos exemplares até ao presente registados provêm de locais cujas condições geológicas poderiam proporcionar a sua recolha, ou, em alternativa, provirem de curta distância. É o caso de todas as estações mencionadas por Estácio da Veiga, tanto as duas agora revistas: monumento megalítico de Nora e o *tholos* de Marcela, como as que agora não foram mencionadas por não terem produzido novas observações face às anteriormente apresentadas a tal respeito (Antunes e Cardoso, 1995): a caverna da Sinceira e a necrópole de Aljezur, embora estase abra nos afloramentos xisto-grauváquicos do Carbonífero.

Também os exemplares entretanto registados nas grutas da Quinta do Anjo, escavadas em afloramento carbonatado do Miocénico Médio, provêm do próprio local ou das proximidades. Assim se explica igualmente a ocorrência dos exemplares anteriormente dados a conhecer de Leceia: embora o povoado pré-histórico se encontre assente em bancadas de calcários recifais do Cenomaniano superior, a cerca de 5 km de distância conhecem-se afloramentos miocénicos susceptíveis de terem fornecido os exemplares recolhidos. A mesma realidade explica a ocorrência de dentes de tubarão na necrópole de Vale de Carvalho, a qual, embora implantada em terrenos paleozóicos, se encontra próxima dos afloramentos miocénicos pertencentes à Formação de Alcácer do Sal (Antunes e Cardoso, 1995).

Assim, de todas ocorrências conhecidas, apenas os exemplares da gruta da Amoreira (Óbidos) se afiguram incompatíveis com a geologia local e regional. É de excluir, até nova ordem, a eventualidade de terem sido obtidos nos depósitos fossilíferos do Pliocénico Superior marinho da região de Caldas da Rainha (Dollfus e Cotter, 1909; Zbyszewski, 1959; Cardoso, 1984). Com efeito, embora as duas espécies de tubarões identificadas na referida gruta tenham sobrevivido no Pliocénico, não existe referência de qualquer dos afloramentos pliocénicos conhecidos naquela região ter alguma vez fornecido qualquer dente fóssil de tubarão. Deste modo, a alternativa mais provável é a de serem oriundos dos afloramentos miocénicos marinhos da região de Lisboa, por se caracterizarem,

precisamente, pela presença insistente de exemplares daquelas duas espécies, situando-se a cerca de 70 km para sul em linha recta da gruta em causa. Não causa surpresa a circulação de tais exemplares entre as duas regiões; tal realidade tem paralelo em muitas outras evidências identificadas, a começar pelas produções cerâmicas, cujas características formais e decorativas eram partilhadas pelas populações que no decurso do Calcolítico habitavam esta faixa do território entre o Tejo e o Oceano, realidade que pressupõe a mesma natureza cultural, consubstanciada no termo «Calcolítico da Estremadura». Também ao Miocénico marinho da região de Lisboa são de atribuir dois exemplares de *Carcharias taurus* recolhidos no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, mais próximo dos afloramentos em causa, publicados em 2005 (Arnaud *et al.*, 2005, n.º 1084--1085, p. 211).

3.3.2. Transformações e uso

Os dois belíssimos exemplares de *Carcharocles megalodon* do monumento megalítico de Nora (Fig. 4, n.ºs 2 e 3) exibem assinalável patina e desgaste dos bordos laterais que conduziram ao apagamento do serrilhado dentário. Tal resultado foi atribuído por Estácio da Veiga à sua utilização como utensílios de corte, a par de outros, recolhidos pelo mesmo arqueólogo, na necrópole de Aljezur (Veiga, 1886, p. 151). Apesar de essa utilização se encontrar comprovada no registo arqueológico no Novo Mundo, nos dois exemplares em causa tal opção é duvidosa, atendendo ao aspecto geral de ambos, cujo desgaste se estende também à raiz. Por outro lado, não se observaram micro-traços de corte, mas simples lascamentos ocasionais marginais, que se concentram na extremidade distal de ambos, o que é explicável por percussões acidentais, especialmente naquele sector, mais frágil, que não pressupõem a hipótese de utilização. Assim, a explicação da realidade observada por via do rolamento natural é a hipótese mais aceitável.

Outros exemplares evidenciam a falta da raiz, a qual, embora constitua a parte mais frágil do dente, não pode ser explicada simplesmente com tal argumento. Assim, é plausível que se tenha tratado de um acto intencional, pois a ablação desta facilitaria o encastoamento em diversos suportes, com a ajuda de resina ou de outra qualquer substância. Tal situação observa-se em exemplar de *Hemipristis serra* da gruta da Amoreira (Fig. 2, n.º 3) e em um exemplar, com ablação parcial da raíz, de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* de Leceia (Fig. 10, n.º 3). Terá sido também com tal finalidade que se procedeu ao polimento parcial da raiz de um pequeno exemplar de *Carcharocles megalodon* de Leceia, aliás com assinalável rolamento, já depois de ter sido acidentalmente fracturado (Fig. 10, n.º 2). Tal situação é especialmente visível num dente de *Hemipristis serra* recolhido em Leceia na Camada 4, do Neolítico Final, com a remoção total da raiz por intenso polimento, a partir de ambas as faces (Fig. 10, n.ºs 1 e 2).

Apenas em um dente se evidencia claramente a utilização como adereço: trata-se de pendente executado em exemplar, até agora inédito, de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* proveniente da gruta da Amoreira, mediante a execução de uma goteira contínua em redor da base da coroa do dente, executada por abrasão e polimento (Fig. 2, n.º 5).

Embora não observado directamente, por não constar das colecções presentemente conservadas no Museu Nacional de Arqueologia, importa referir um exemplar de *Carcharochles megalodon* recolhido na necrópole de Aljezur. Dali, Estácio da Veiga dá conta de vários exemplares de dentes de tubarão, já anteriormente classificados com base nas figuras apresentadas como sendo de *Galeocerdo aduncus*, *Hemipristis serra* e *Carcharocles megalodon* (Antunes e Cardoso, 1995, Fig. 1), sem contudo precisar o número dos desta última espécie, os quais se encontravam «*reunidos ao empilhamento dos machados de pedra* (...)»(Veiga, 1886, p. 151). Trata-se de um dente que ostenta dois entalhes laterais «*para mór segurança dos dedos*»(Veiga, 1886, Est. D, n.º 18, p. 152). Com efeito, ainda que se não tenha podido observar directamente esta peça, tais entalhes afiguram-se inten-

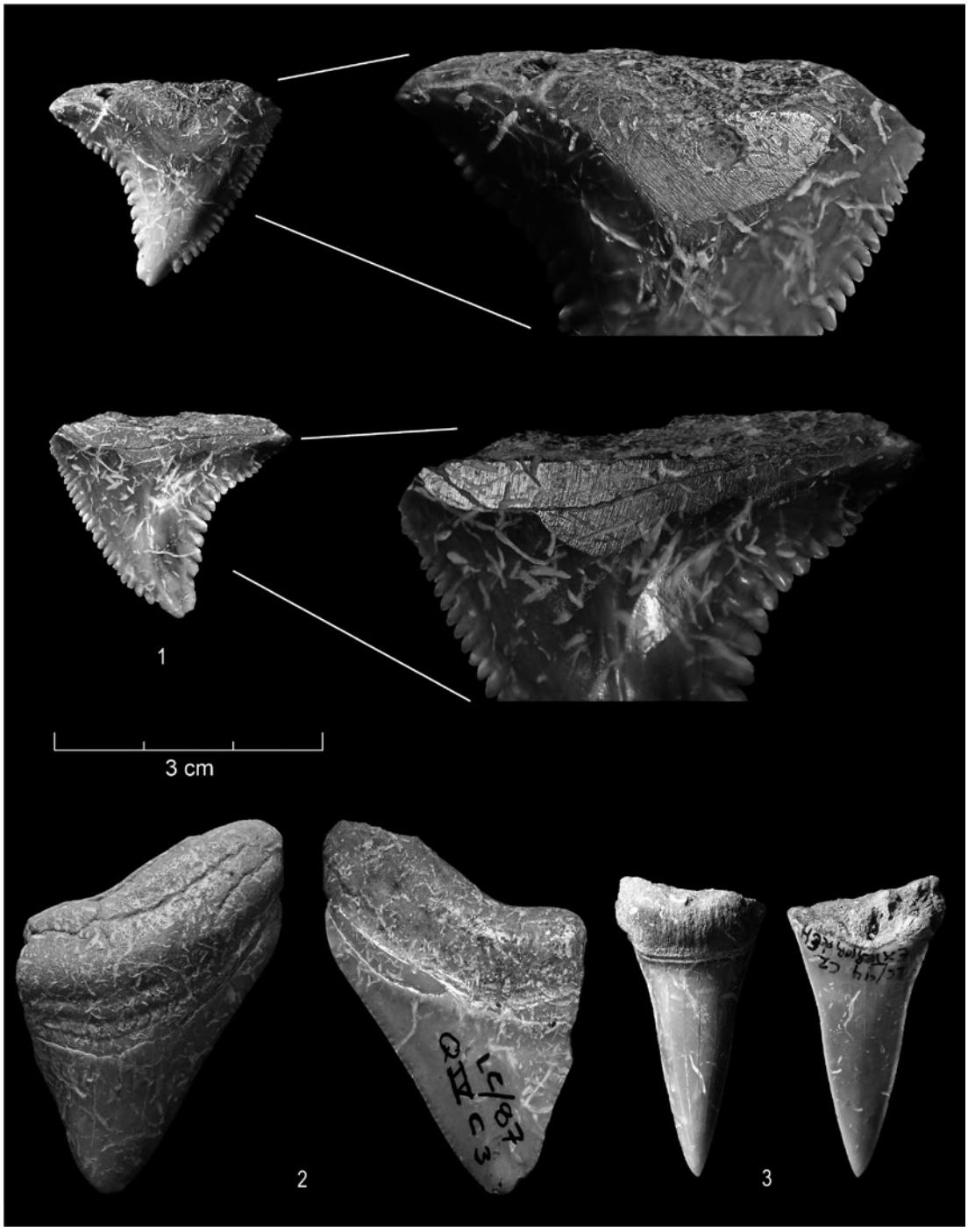


FIG. 10. Dentes de tubarão do povoado pré-histórico de Leceia, com modificações relacionadas com o seu aproveitamento. *Hemipristis serra Agassiz*, com serragem executada em ambas as faces conducente à eliminação da raiz (Neolítico Final, C4): 1. *Carcharocles megalodon* (Agassiz), correspondente a exemplar previamente rolado e incompleto, com vestígios de polimento na zona da raiz (Calcolítico Inicial, C3): 2. *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* (Agassiz), com ablação parcial da raiz, por fractura intencional (Calcolítico Pleno/Final, C2): 3. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras. Fotos de B. Ferreira.

cionalmente produzidos, podendo explicar-se para a fixação da peça a um suporte de natureza desconhecida.

Sem se poder entrar em maiores detalhes quanto à utilização dos exemplares até agora reconhecidos em estações pré-históricas portuguesas é possível desde já sublinhar nalguns casos o seu uso como elementos de adorno explicando-se as ocorrências em contextos funerários, por se associarem à indumentária dos sepultados. É o caso dos exemplares de pequenas dimensões das grutas da Quinta do Anjo, e da Amoreira, a que se somam os exemplares das necrópoles algarvias de Aljezur e da Nora e os da necrópole de Vale de Carvalho, estes já da Idade do Bronze. Exemplares homólogos ocorrem também, naturalmente, em povoados, onde seriam utilizados pelos respectivos habitantes: é o caso dos exemplares recolhidos em Leceia e em Vila Nova de São Pedro.

Situação distinta é a que respeita aos grandes exemplares de *Carcharocles megalodon*, sobretudo os identificados no *tholos* de Marcela, os maiores que Estácio da Veiga recolheu, como declara, e a que se poderiam juntar os dois exemplares da mesma espécie provenientes da gruta da Amoreira. Nenhum deles apresenta modificações secundárias evidentes, pelo que pode admitir-se que valeriam por si mesmos, constituindo objectos de prestígio, face à sua evidente beleza e raridade, ainda que não seja possível associá-los a nenhuma crença ou simbolismo. A este propósito, é interessante referir a forma como alguns dentes se encontravam depositados na necrópole de Aljezur, de mistura com o empilhamento, por certo intencional, de machados de pedra polida, conforme as palavras de Estácio da Veiga acima reproduzidas, configurando sem dúvida um depósito funerário complexo, hoje em dia difícil de reconstituir.

3.3.3. Cronologia das ocorrências

É possível atribuir uma cronologia segura aos seguintes exemplares: três exemplares de Leceia, cada um deles pertencente ao Neolítico Final, ao Calcolítico Inicial e o ao Calcolítico Pleno/Final; dois exemplares do *tholos* de Marcela e outros dois do povoado de Vila Nova de São Pedro, do Calcolítico; e cinco exemplares da necrópole do Bronze do Sudoeste de Vale de Carvalho. Os restantes exemplares podem reportar-se tanto ao Neolítico Final, como a diversas etapas do Calcolítico: é o caso dos três exemplares das grutas da Quinta do Anjo; dos cinco da gruta da Amoreira, dos quatro da necrópole de Aljezur, e dos exemplares recolhidos na gruta de Sinceira e no monumento megalítico de Nora.

3.3.4. Distribuição por espécies

A espécie mas comummente representada é *Carcharocles megalodon*, com as seguintes ocorrências: caverna de Sinceira (1); necrópole de Aljezur (2); tholos de Marcela (2); povoado de Leceia (1); gruta da Amoreira (2), totalizando 8 exemplares; segue-se *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis*, presente nas seguintes jazidas: monumento megalítico de Nora (1); grutas artificiais da Quinta do Anjo (2); povoado pré-histórico de Leceia (1); gruta da Amoreira (1), totalizando 5 exemplares; *Hemipristis serra* foi espécie reconhecida na necrópole de Aljezur (1); nas grutas artificiais da Quinta do Anjo (1) e no povoado de Leceia (1), totalizando 3 exemplares; a presença de *Charcarias taurus* foi identificada na necrópole do Bronze do Sudoeste de Vale de Carvalho (5) e no povoado de Vila Nova de São Pedro (2), totalizando 7 exemplares; enfim, *Galeocerdo aduncus* foi reconhecido apenas na necrópole de Aljezur (1).

Além da sua presença em contextos pré-históricos portugueses, alguns dentes de tubarão, seguramente de *Carcharocles megalodon* e eventualmente de outras espécies, foram reconhecidos em contextos de época histórica. Na necrópole visigótica de Poço dos Mouros (Silves) foi encontrado numa sepultura exemplar desta última espécie (Gomes, 2002, p. 380), com paralelos nas sepulturas provavelmente da mesma época de Vale de Carro (Albufeira) (Ferreira e Castro, 1948, p. 8), em continuidade com a prática romana, da qual, contudo, não se conhece por ora nenhuma evidência no território português.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos completam e actualizam os que foram apresentados pelo autor em 1995, sublinhando a utilização de dentes de tubarão miocénicos pelas populações pré-históricas do território português, desde o Neolítico Final, até à Idade do Bronze, com prolongamento documentado na época visigótica, na região algarvia.

Com base na análise da distribuição geográfica dos 24 exemplares recolhidos em estações pré-históricas até ao presente inventariados, verifica-se que a sua distribuição geográfica evidencia relação próxima com a geologia, ou seja com a disponibilidade de obtenção dos exemplares. É o caso da situação observada no Algarve e no Baixo Alentejo, tal como na Baixa Estremadura. Mesmo as duas estações cuja localização geográfica se não pode relacionar directamente com quaisquer afloramentos do Miocénico marinho da região de Lisboa – a gruta da Amoreira e o povoado de Vila Nova de São Pedro – a distância que separa a primeira dos afloramentos susceptíveis de poderem ter fornecido os exemplares ali recolhidos não é superior a 70 km, em linha recta, inscrevendo-se ambas na mesma área cultural das estações situadas mais a sul, onde ocorrem os afloramentos miocénicos em causa, o Calcolítico da Estremadura.

Nas áreas do Centro e Norte do País, onde não ocorrem afloramentos susceptíveis de fornecerem exemplares desta natureza, estes são de facto desconhecidos, indício de que o seu uso, ainda que sejam elementos exóticos de valia, não se encontrava associado a comércio transregional.

Importa destacar a ocorrência de exemplares de morfologia e tamanhos muito distintos, o que pressupõe também utilizações diferentes: assim, os dois grandes exemplares de *Carcharocles megalodon* do *tholos* de Marcela, a par dos dois exemplares maiores da mesma espécie da gruta da Amoreira, valeriam por si mesmos, devendo constituir objectos com significado especial. As suas características estéticas faziam delas peças de excepção, importantes no mundo dos vivos e também no dos mortos, embora o seu significado nos escape em absoluto.

Já os exemplares de menores dimensões possuem características compatíveis com adornos, podendo também ser utilizados na indumentária. Embora se não conheçam nenhuns dentes perfurados, como em Espanha, apesar de apenas representados por uma ocorrência, no Neolítico, a presença de uma goteira na base da coroa do exemplar de *Cosmopolitodus (Isurus) hastalis* da gruta da Amoreira torna plausível a sua utilização como pendente de colar. Outros exemplares evidenciam ablação da raiz, por fractura ou serragem, a partir de ambas as faces, como evidencia um exemplar de Leceia. Tais modificações estão associadas ao aproveitamento como enfeites, fixados no vestuário ou em adereços de couro ou outras substâncias, à semelhança do observado em sociedades tribais do Novo Mundo.

Em síntese, pode concluir-se que a utilização de dentes de tubarão miocénicos na Pré-História do território português assumiu um carácter excepcional, sempre relacionada com a sua disponibilidade local ou regional, a qual, em qualquer dos casos, seria escassa, resultando de recolhas ocasionais e desprovidas carácter sistemático, ao contrário do que se verificava, na mesma época, com a exploração de outras matérias-primas de origem geológica, como as contas de minerais verdes, especialmente do grupo da variscite. Em qualquer caso, a sua utilização por parte das comunidades pré-históricas do território português não se poderia associar à sua origem marinha biológica primária então completamente desconhecida, sendo certo que o seu simbolismo valorizaria os atributos intrínsecos à morfologia exótica de tais exemplares.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia, e a Luísa Carvalho, funcionária do mesmo Museu, pelas facilidades e apoio concedidos no estudo dos espólios arqueológicos da gruta da Amoreira e no acesso aos dentes de tubarão exumados por Estácio da Veiga e ali conservados.

Ao Eng. Jorge Sequeira pelo apoio concedido no estudo dos dentes de tubarão conservados no Museu Geológico, de que é responsável.

À Prof.ª Doutora Ausenda Cáceres Balbino, pela confirmação que teve a gentileza de fazer das determinações do autor de alguns dos exemplares de *Carcharocles megalodon* da gruta da Amoreira e ainda pela diagnose do dente recolhido nas escavações arqueológicas do Palácio Ludovice.

NOTA FINAL

Exumou-se recentemente pequeno dente de tubarão, até agora inédito, nas escavações arqueológicas do Palácio Ludovice (Lisboa) realizadas pela empresa Neoépica, Lda., no interior de uma estrutura de combustão do Neolítico Antigo, atribuível a *Paragaleus* sp. A sua origem poderá reportar-se ao substrato miocénico então aflorante nas imediações da implantação da estação arqueológica neolítica ali identificada, já que este mesmo género foi identificado no Miocénico da bacia de Alvalade (Sado). No entanto, na alternativa de se tratar de exemplar da espécie actual *P. pectoralis* (Garman, 1906), o designado tubarão-doninha, cujo comprimemto máximo não ultrapassa 1,0 m, não é impossível que possa corresponder à captura de exemplar no litoral oceânico adjacente da estação arqueológica. Presentemente, a espécie possui uma distribuição atlântica, da Mauritânia a Angola, onde é comummente pescada.

Por outro lado, pelo facto de este dente possuir comprimento máximo inferior a 6 mm, não compatível com adereço ou qualquer utilização simbólica, considera-se que deverá corresponder preferencialmente a um resto alimentar, não obstante a raridade da espécie actual no litoral português, devendo desta forma excluir-se do conjunto de dentes fósseis objecto do presente inventário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. T.; CARDOSO, J. L. (1995) – Dentes de tubarões miocénicos em contextos pré-históricos portugueses. Estudo comparado dos materiais de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 199-211.

ARNAUD, J. M.; GOMES, M. V.; SOARES, A. M. M.; FERREIRA, S. D.; ESTRELA, C. L. (2005) – Vila Nova de São Pedro: uma fortificação calcolítica do litoral estremenho. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V. (coord.) *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 141-219.

BETTS, M..; BLAIR, S. E.; BLACK, D.. (2012) – Perspectivism, mortuary symbolism, and human-shark relationships on the Maritime Peninsula. *American Antiquity*, 77 (4), p. 621-645.

CAMPBELL, S. (2006) – «Shark-Tooth Weapons».*Warrior Arts and Weapons of Ancient Hawaii*. Berkeley: Blue Snake Books.ISBN 1-58394-160-6OCLC65400291.

CARDOSO, J. L. (1984) – O Pliocénico marinho de Caldas da Rainha e de Pombal. Sedimentologia e micropaleontologia. Enquadramento paleográfico e paleoecológico. *Volume d'Hommage au géologue Georges Zbyszewski*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, p. 155-201.

CARDOSO, J. L.; GONÇALVES, M. I. R. (2020) – Mercati, a *Metallotheca Vaticana* e as representações de artefactos pré-históricos na Europa do Renascimento. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 105-122.

CARTAILHAC, É. (1878) – *L'Age de Pierre dans les souvenirs e superstitions populaires*. Paris: C. Reinwald et Cie.

COLVIN, G. H. (2011) – The presence, source and use of fossil sherk teeth from Ohio archaeological sites. *Ohio Archaeologist*, 61 (4), p. 26-46.

CORTÉS-SÁNCHEZ, M.; SIMON-VALLEJO, M. D.; CORRAL, J. C.; LOZANO-FRANCISCO, M. C.; VERA-PELÁEZ, J. L.; JIMÉNEZ-ESPEJO, F. J.; GARCÍA-ALIX, A.; de las HERAS, C.; MARTÍNEZ-SÁNCHEZ, R.; BRETONES GARCÍA, M. D.; BARANDIARÁN-MAESTU, I.; MORALES-MUÑIZ, A. (2020) – Fossils in Iberian prehisory: a revie of the palaeozoological evidence. *Quaternary Science Reviews* https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2020.106676

CUTLER, A. (2003) – *The Seashell on the Mountaintop*. New York: Dutton (Penguin Group), p. 56-58.

DAVIDSON, J. (2000) – Fish tales: Attributing the first illustration of a fossil shark's tooth to Richard Verstegan (1605) and Nicolas Steno (1667). *Proceedings Academy of Natural Sciences*. 150, p. 329-344.

DIDEROT, Denis (1774) – Recueil de planches, sur les Sciences, les Arts libéraux, et les Arts Méchaniques: avec leur explication. *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers.* Cinquieme livraison, ou Sixieme volume, avec 295 planches. Troisième edition. À Livourne, de l'Imprimerie des Éditeurs.

DOLLFUS, C. F.; COTTER, J. C. B. (1909) – Mollusques tertiaires du Portugal. Le Pliocène au N du Tage (Plaisancien). Lisboa: *Memórias da Commisão do Serviço Geológico de Portugal.*

FERREIRA, O. da V.; CASTRO, L. de A. e (1948) – A estação pré-histórica de Vale de Carro (Albufeira). *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Porto. 4 (1), 16 p. (separata).

GOMES, M. V. (2002) – A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5 (2), p. 339-391.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; SANTOS, M. (2018) – *A necrópole de grutas artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen.* Berlin: Walter de Gruyter; Co.

LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V. (1961) – *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du vase campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 8 N. S.).

LOWERY, D.; GODFREY, S. J.; ESHELMAN, R. (2011) – Integrated Geology, Paleontology, and Archaeology: native american use of fossil shark teeth in the Chesapeake bay region. *Archaeology of Eastern North America*, 39, p. 93-108.

MAYOR, A. (2001) – *The first fossil hunters. Paleontology in Greek and Roman times.* Princeton and Oxford: Princeton University Press.

MERCATI, M. (1717) – *Metallotheca Vaticana*. Roma: Typographum Vaticanum.

SIRET, E.; SIRET, L. (1880) – *Las primeras edades del metal en el Sudeste de España.* Álbum. Barcelona: Imprenta de Henrich y Cia.

VASCONCELOS, J. L. de (1897) – *Religiões da Lusitania*. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. L. de (1915) – *Historia do Museu Etnologico Português.* Lisboa: Imprensa Nacional.

OAKLEY, K. P. (1975) – *Decorative and Symbolic Uses of Vertebrate Fossils*. Oxford: Pitt Rivers Museum (Occasional Papers on Technology, 12).

VEIGA, S. P. M. E. da (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1.

ZBYSZEWSKI, G. (1959) – Étude structurale de la vallée *typhonique de Caldas da Rainha*. Thèse doctorat d'État Fac. Sc. Paris. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 3, N. S.).

Os fenícios e a Idade do Ferro em Portugal

ALCÁCER DO SAL E OS FENÍCIOS NO BAIXO SADO

ANA MARGARIDA ARRUDA[1]

«Only those who will risk going too far
can possibly find out how far one can go.»
T. S. Eliot

RESUMO

Alcácer do Sal corresponde a um importante núcleo urbano proto-histórico (e também romano, islâmico, medieval e moderno) que se desenvolve desde a colina onde se localizou a «Acrópole», até às margens do rio. Nesta ampla área, existem abundantes vestígios de ocupação, de âmbito doméstico, funerário e cultual, que indicam uma identidade própria no quadro da orientalização sentida no litoral atlântico a partir das primeiras centúrias do 1.º milénio a.n.e. Os rituais funerários identificados na necrópole e as práticas cultuais verificados nos espaços religiosos, bem como os materiais recuperados em ambos os locais, contribuem para que Alcácer do Sal se possa considerar um dos mais notáveis e complexos sítios arqueológicos portugueses.

ABSTRACT

Alcácer do Sal is an important proto-historic site (and Roman, Islamic, medieval and modern), which occupation extends from the hill where the «Acropolis» was located, to the banks of the river. In this wide area, there are abundant domestic, funerary and cult traces, which indicate its own identity in the context of orientalization felt on the Atlantic coast from the first centuries of the 1st millennium b.c.e. The funerary rituals identified in the necropolis and the cult practices verified in the religious spaces, as well as the materials recovered in both places, contribute for Alcácer do Sal to be considered one of the most remarkable and complex Portuguese archaeological sites.

[1] UNIARQ (Centro de Arqueologia) e Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa. ana2@campus.ul.pt.

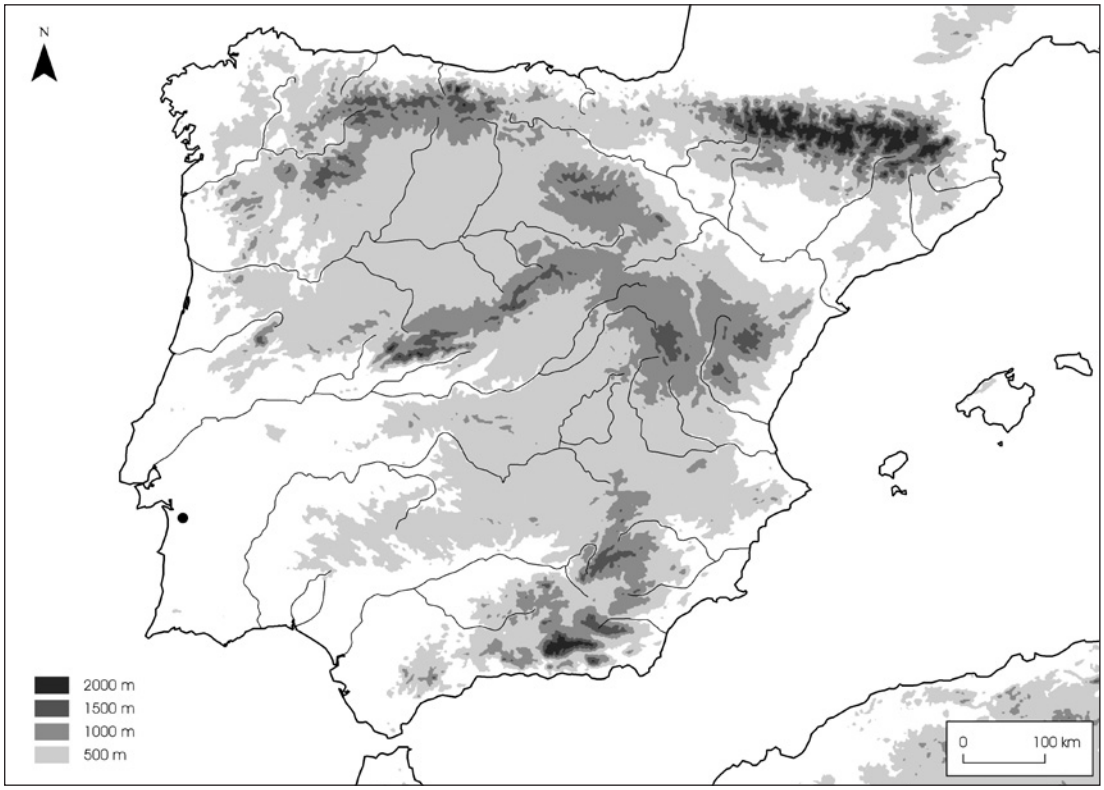


FIG. 1. Localização de Alcácer do Sal na Península ibérica.



FIG. 2. Fotografia aérea da cidade de Alcácer do Sal com a indicação das áreas arqueológicas escavadas. 1: Castelo; 2: necrópole do Olival do Senhor dos Mártires; 3: Travessa do Rato (fonte *Google Earth*).

1. ALCÁCER DO SAL: O SÍTIO

Alcácer do Sal localiza-se no limite Sul do Estuário do Sado, correspondendo a um ponto estratégico de ligação entre o litoral atlântico e o Sul da Península Ibérica, constituindo-se o rio como uma importante via de penetração no Alentejo

O sítio arqueológico implanta-se numa das mais expressivas colinas do Baixo Sado, ocupando uma posição dominante sobre o rio, sobre o qual se eleva 60 metros, destacando-se na paisagem.

Debruça-se sobre o Sado, estendendo-se o seu rebordo até à margem do rio, onde se inclui o actual centro histórico da cidade e a necrópole do Senhor dos Mártires.

2. ALCÁCER DO SAL NA IDADE DO FERRO

2.1. OS ESPAÇOS FUNERÁRIOS

O trabalho que recentemente Francisco Gomes teve oportunidade de desenvolver em torno da necrópole do Senhor dos Mártires reuniu a totalidade dos dados existentes, concretamente os elementos publicados sobre os trabalhos das décadas de 20 (Correia, 1972 [1928]) e de 60 e 80 do século passado (Paixão, 1970; 1983), os vários estudos parcelares sobre materiais (Pereira, 1962; Schüle, 1969; Gamer Wallert e Paixão, 1983; Ponte, 1985; Rouillard *et al.*, 1988-89; Frankenstein, 1997; Gomes, 2015) e ainda as várias análises crono-culturais já elaboradas (Fabião, 1998; Arruda, 1999-2000).

As falhas existentes na informação disponível foram colmatadas, tornando possível uma leitura de grande parte dos espólios, nomeadamente nas possíveis associações dos materiais às diferentes fases da utilização do espaço funerário.



FIG. 3. Escavações dos anos 60 na necrópole do Senhor dos Mártires (segundo Paixão, 1970).

Os dados actualmente disponíveis permitem admitir uma ocupação da necrópole entre os séculos VII e o III a.n.e. e confirmar uma matriz oriental, pelo menos para a fase mais antiga (VII-VI a.n.e.), que, de alguma maneira, se prolongou, de forma re-inventada, até ao final da Idade do Ferro. Esta matriz é facilmente verificável tanto na arquitectura funerária, como nos rituais praticados, e ainda através dos materiais recuperados.

No que se refere ao primeiro dos aspectos, refira-se a exclusividade das incinerações ao longo de toda a diacronia de utilização, apesar de a prática se diferenciar na especificidade, com incinerações *in situ* em *busta*, por um lado, e em *ustrina,* por outro, distinguindo-se as primeiras, praticadas directamente em fossa rectangular escavada no substrato geológico, pela presença ou ausência de «canal central». Estas constituem uma absoluta novidade no panorama dos rituais funerários extremo-ocidentais, com paralelos no Mediterrâneo Central e Ocidental, em necrópoles implantadas em áreas onde a presença fenícia está demonstrada e ainda nas regiões fortemente semitizadas da Península Ibérica continental, concretamente no vale do Guadalquivir.

O carácter exógeno que as estruturas funerárias de perfil escalonado (Tipo 4 de Virgílio Correia) indiciam está também plasmado num conjunto de materiais que se podem associar a esta fase inicial da necrópole do Senhor dos Mártires, concretamente os escaravelhos egípcios (Correia, 1972 [1925]; Paixão, 1971; 1983; Gamer Wallert e Paixão, 1983; Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009) e a «oil bottle» (Gomes, 2015; 2016), que estavam, muito provavelmente, associados a outros espólios (lanças- variante IA de Quesada, facas afalcatadas, par de crótalos, rodas de carro, fíbulas – de enrolamento no arco, de dupla mola – ânforas de tipo 10.1.2.1., bracelete com xorcas, fechos de cinturão de tipo «céltico» enquadráveis no Tipo Cerdeño CV1a / B2C1 de Lorrio. O jarro de bronze piriforme encontrado há poucos anos no espaço da necrópole (Arruda, Lourenço e Lima, 2015) poderá também incluir-se nesta fase mais antiga.

Às sepulturas de fossa simples (Tipo 3 de Vergílio Correia), que se sobrepunham às anteriores, embora ambas possam ter coexistido na última fase das primeiras e na primeira das últimas, associavam-se lucernas de um único bico, vasos cerâmicos de fabrico manual, cossoiros, lanças, facas afalcatadas, fechos de cinturão «tartéssicos», anéis e brincos de ouro, braceletes com xorcas e fíbulas que, pela descrição de Vergílio Correia, parecem corresponder ao tipo anular hispânico (Correia, 1972 [1928]: 126). Estes materiais apontam para uma cronologia do século VI a.n.e., podendo as sepulturas de fossa simples com incineração em *busta* ter em atingido os inícios (se não mesmo os meados) da centúria seguinte, tal como aliás sucede na necrópole extremenha de Medellín (Almagro Gorbea, 2008). A estas sepulturas e a esta fase podem ainda associar-se dois vasos gregos, concretamente a taça ática de figuras negras, do tipo C de Bloesch, do Grupo *Floral Band Cup* de Beazley datável dos inícios do V a.n.e. (Arruda, 2006; 2019) e a lucerna coríntia do tipo III (ou IV) de Broneer (Gomes, 2020a), cujas características apontam para uma cronologia semelhante.

Mais difícil de compreender é a relação das incinerações em *busta* com as sepulturas de Tipo 2 (em *ustrinum*, com a deposição dos restos em urna, posteriormente depositada em pequena fossa escavada na rocha), estas muito escassas na necrópole do Senhor dos Mártires. Os espólios que lhes estão directamente associados são muito raros, resumindo-se às lucernas de um único bico e às próprias urnas, de tipo Cruz del Negro (Frankenstein, 1997; Gomes, 2016: 131-132, Est. XXIII, n. 323 e 324; Est. XXIV, n. 325-326), que, não sendo canónicas, não oferecem uma datação completamente segura. Contudo, e tendo em consideração estes dados, bem, como os das sepulturas de tipo 3, parece evidente a co-existência dos dois rituais funerários, em *busta* e em *ustrinum*, que pode traduzir a presença de comunidades culturalmente diferenciáveis ou distinções de género ou de estatuto, como já se defendeu (Arruda, 1999-2000: 80; Gomes, 2016: 334-335).

A abundância de dados relativos às sepulturas de tipo 1 facilita a sua leitura e a respectiva interpretação. Trata-se, uma vez mais, de incinerações em urna, depositadas em fossas pouco pro-

fundas abertas no sedimento. A utilização deste espaço funerário entre a segunda metade do século V e a primeira do IV a.n.e. está comprovada, utilização que se prolongou até, pelo menos, ao século III a.n.e., como as cerâmicas de matriz helenística comprovam (Gomes, 2016: 194-210). Entre os espólios, destacam-se os vasos gregos (Pereira, 1962; Rouillard *et al.*, 1988-89), alguns dos quais, como os *krateres* e as *pelikai*, foram usados como urnas, função também desempenhada por outros tipos de vasos de cerâmica comum e pintados (Gomes, 2016: 338). Os restantes materiais incorporam metais diversos, de indumentária, adorno e armamento (Gomes, 2016).

Os espaços de morte de Alcácer do Sal não se esgotam na necrópole do Senhor dos Mártires, havendo evidências de uma outra, aparentemente extensa, localizada a norte da colina do Castelo, junto ao convento de São Francisco. Os trabalhos de campo realizados em 1999 (Faria, 2002: 63-64) nunca foram publicados, havendo um abundante conjunto de dados inéditos. Ainda assim, tudo indica que a utilização desta área como necrópole ocorreu apenas na chamada 2.ª Idade do Ferro (século IV-III a.n.e.), cronologia inferida através da referência à presença de cerâmica grega (Paixão, 2001: 160), sendo, portanto, apenas em parte, coeva da do Olival do Senhor dos Mártires.

2.2. O POVOADO

A construção de um depósito de água no Castelo de Alcácer do Sal em 1976 acabaria por determinar a realização de trabalhos arqueológicos na área anexa daquela estrutura, e que consistiram na crivagem das terras que resultaram da sua edificação e na escavação de duas sondagens com cerca de 60 m^2. Ambos foram desenvolvidos por equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, tendo os seus resultados sido publicados (Soares, 1978; Dias, 1978; Alarcão, 1978; Silva *et al.,* 1980-81)

Os cerca de seis metros de sequência estratigráfica observada permitiram reconhecer uma longa ocupação humana, que incidia no Neolítico final/Calcolítico, no Bronze Final, na Idade do Ferro e nas épocas romana e islâmica, e que se distribuía por treze camadas correspondentes a sete fases de ocupação.

No que à Idade do Ferro diz respeito, foram estabelecidos dois grandes «horizontes», um da primeira metade do primeiro milénio a.n.e., designado por «Idade do Ferro I» ou «Idade do Ferro Orientalizante», e outro, da segunda metade do mesmo milénio, chamado «Ferro II» (Silva *et al.,* 1980-81), ambos com correspondência directa na necrópole do Senhor dos Mártires, concretamente nas sepulturas de Tipo 2, 3 e 4, e de Tipo 1, respectivamente.

Os materiais arqueológicos recuperados nos níveis sidéricos mais antigos, datáveis do século VII a.n.e. são facilmente integráveis no que, na Península Ibérica, se convencionou designar por Idade do Ferro orientalizante (século VIII-VI a.n.e.), tendo-se documentado *pithoi* pintados em bandas, pratos e taças de engobe vermelho, ânforas de tipo R1 (10.1.2.1.) e cerâmica cinzenta. A cerâmica manual está presente em percentagens significativas, superiores a 50%. Estes conjuntos artefactuais foram encontrados directamente associados a muros rectilíneos que definem estruturas habitacionais de planta rectangular, que traduzem um urbanismo ortogonal, muros esses construídos com adobes alçados sobre alicerces montados com pedras ligadas por argila. Os compartimentos eram pavimentados com argila ruborescida, de cor vermelho vivo, argila que, em alguns casos, revestia também os muros correspondentes às paredes internas das referidas habitações (Silva *et al.,* 1980-81).

Quer os materiais quer as características arquitectónicas e as técnicas construtivas remetem, inegavelmente, para um universo cultural conectado com a presença fenícia na Península Ibérica, com paralelos na Andaluzia e no Sudeste, bem como na própria fachada ocidental, concretamente nos Estuários do Tejo e do Mondego, e ainda no Algarve (Arruda, 1999-2000).

A «Idade do Ferro II» de Alcácer do Sal, datável entre os séculos V e o III a.n.e., e que se sucedeu a um incêndio de grandes proporções, tem ainda uma evidente conexão com o mundo mediterrâneo, mas difere, em parte, das que, com igual matriz, se registam, por um lado, nos estuários do Tejo e do Mondego, e, por outro, no Algarve e na Andaluzia ocidental. Porém, é talvez o sítio da fachada ocidental da Península Ibérica em que melhor se documentam afinidades com essas e outras regiões, apesar de revelar particularidades próprias e específicas.

2.3. O ESPAÇO CULTUAL DA «ACRÓPOLE»

Entre 1993 e 1997, trabalhos de campo foram efectuados no Castelo, na área do Convento de Aracelli. Ainda que as estruturas então identificadas tenham sido alvo de musealização, a verdade é que se desconhece quase tudo a propósito desta escavação, estando os materiais quase integralmente inéditos, com excepção de um interessante conjunto de ex votos de bronze (antropomórficos e zoomórficos) (Gomes, 2008), que parecem indiciar a existência de um santuário neste local. Esta estrutura destinada ao culto tem continuidade na época romana, época em que possuía 120 m^2 de área, estando dividido em duas *cellae,* ligadas por dois corredores.

Os materiais pré-romanos surgiram na área envolvente e incorporam, entre outros, cerâmicas gregas, parte de um incensário, um peso cúbico de balança e os já mencionados ex votos (Gomes, 2008). O conjunto destes últimos é constituído por figuras humanas que representam orantes, ofertantes e guerreiros, mas também partes anatómicas individualizadas (braço, perna, pé).

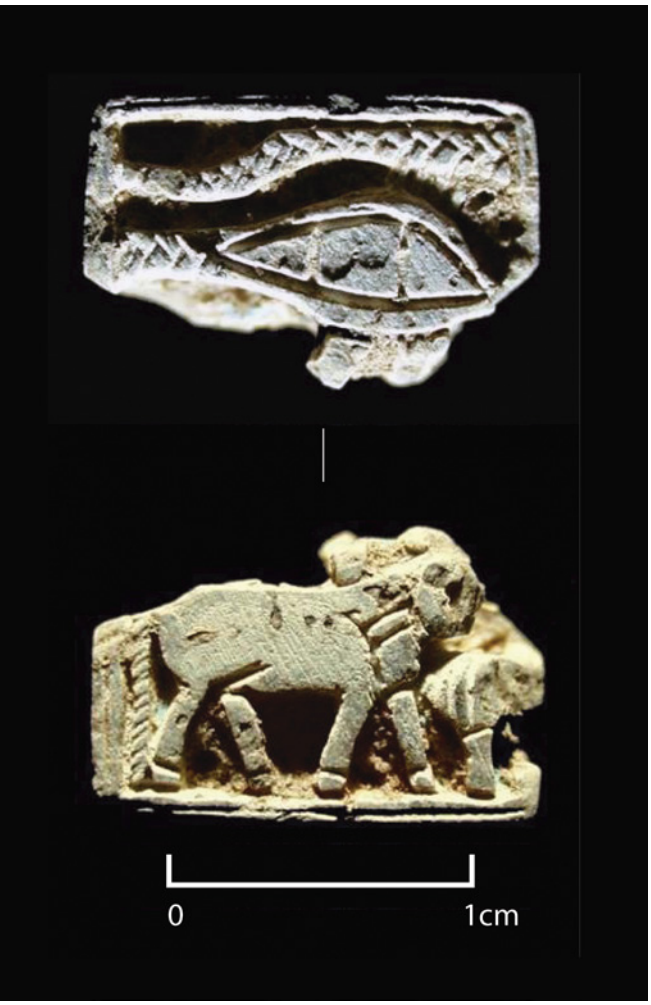


FIG. 4. Placa de faiança com a representação de um *udjat* numa das faces e de um quadrúpede ungulado na outra (segundo Gomes, 2020b).

Os 70 fragmentos de cerâmica ática encontrados (Ferreira, 2019: 177-182), 40 decorados com figuras vermelhas e 30 de verniz negro, distribuem-se formalmente pelos tipos mais comuns das produções gregas dos finais do século V e IV a.n.e. O grupo do Pintor de Viena 116 é exclusivo nas taças pintadas, não tendo sido possível determinar o autor das decorações que cobririam os três (ou quatro) *krateres* de sino (Ferreira, 2019: 177).

Resta ainda referir o aparecimento de uma placa de faiança, rectangular, aplanada e recortada (Gomes, 2008: 21; Gomes, 2020b), com a representação de um *udjat* (olho de hórus), enquadrado na parte superior pela cobra alada (*ureus*), numa das faces, e de um quadrúpede ungulado na outra. O exemplar de Alcácer tem os seus melhores paralelos na necrópole de Puig de Molins (Fernández e Padró, 1986: 78-81).

Infelizmente, todos estes materiais foram encontrados descontextualizados, em área localizada a Norte do santuário romano. Porém, a avaliar pela escassa documentação conhecida acerca da escavação (Gomes, 2008), a ocupação pode ser considerada

tardia dentro da Idade do Ferro (séculos IV-III a.n.e.). Por outro lado, os conjuntos materiais conhecidos não deixam grandes dúvidas sobre a funcionalidade deste espaço localizado na colina do Castelo: trata-se, quase seguramente, de um santuário urbano.

2.4. A ÁREA RIBEIRINHA

Outros locais de Alcácer do Sal, concretamente junto à margem do rio, têm contribuído com importantes dados para o conhecimento da ocupação da Idade do Ferro de Alcácer do Sal.

O santuário portuário da Travessa do Rato destaca-se, pelo extraordinário conjunto de materiais que foi recolhido numa área relativamente restrita (Arruda *et al.*, 2021). Entre estes, merecem especial menção os metálicos, concretamente o prótomo de leão que pertenceu a uma peça de mobiliário (eventualmente um trono), mas também os que estão directamente relacionados com actividades rituais e cultuais, como o «cazo» cipriota, os fragmentos de «braseiro» incluídos no tipo II de Cuadrado, o *thymiaterion*, os espetos, os instrumentos musicais e as facas de ferro, e ainda os artefactos de adorno (fíbulas, pendentes de tipo xorca, fecho de cinturão de tipo III3 de Cerdeño / B3B3 de Lorrio). Muito importante é aparecimento no mesmo local de um instrumental de ourives composto por dois pares de pratos de balança, ponderais cúbicos, quatro pequenas bigornas, um

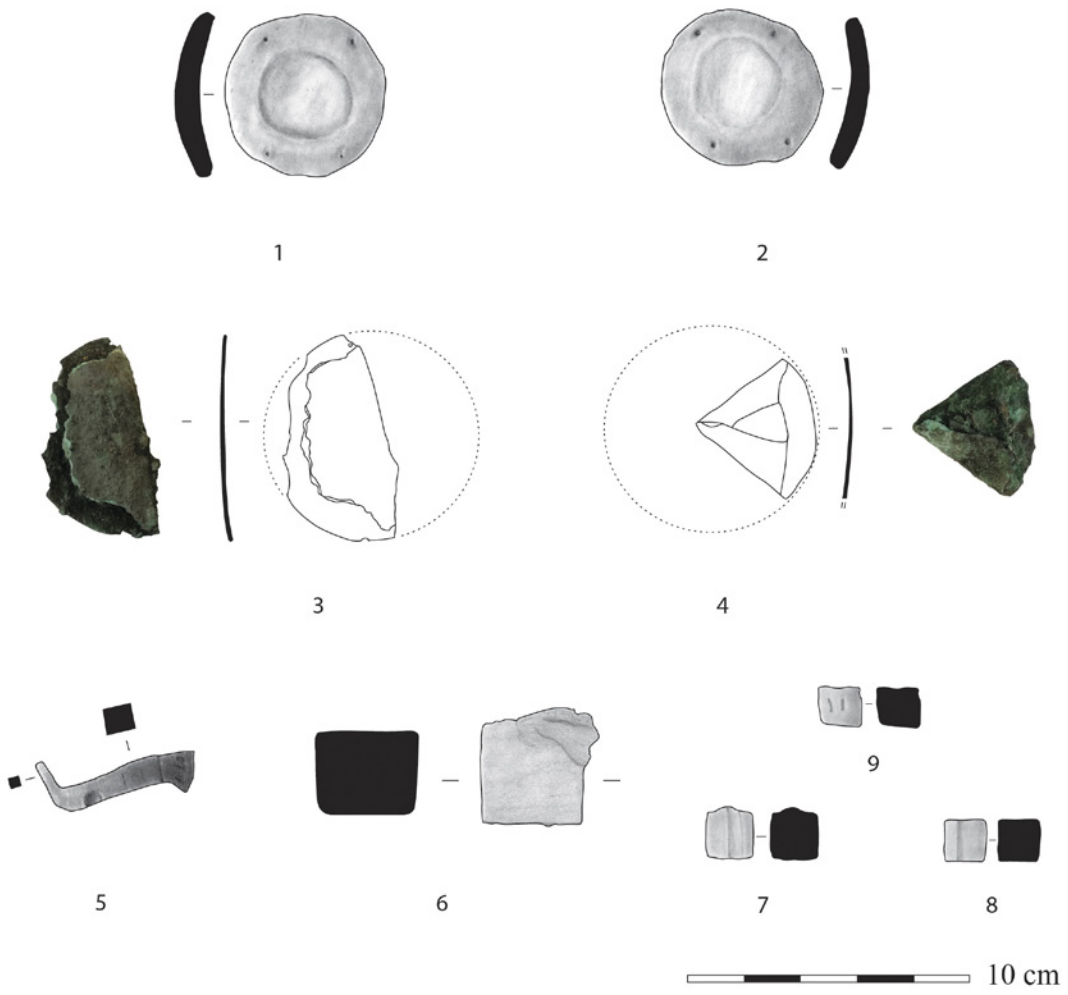


FIG. 5. Instrumental de ourivesaria da Travessa do Rato: 1 a 4: pratos de balança; 5: braço de balança (?); 6 a 9: pesos de balança.

«dado com ranhuras», destinado à elaboração de fios de dimensões diversas, punções e brunidores e uma placa rectangular perfurada que pode ser interpretada como fieira ou damasquilho e «três pedras de toque» de quartzito (Arruda *et al.*, 2021). Os artefactos de osso polido devem também salientar-se, sobretudo pela iconografia oriental que ostentam. O conjunto do espólio, que incorpora também um conjunto de vasos de cerâmica cinzenta miniaturizados, aponta para uma cronologia localizada, grosso modo, no século VI a.n.e., apesar de o seu estudo permitir admitir que a utilização deste espaço se prolongou até momentos mais tardios, do século V e IV.

As recentes descobertas efectuadas no decorrer dos trabalhos conduzidos no subsolo da Igreja do Espírito Santo para a instalação do Museu Pedro Nunes, são também um bom exemplo da importância e da extensão dessa ocupação. Entre elas merece justo destaque um escaravelho de produção egípcia, anterior à fundação de Naukratis, datável da 26.ª dinastia (primeira metade do século VII a.n.e.), em cujo cartuxo do reverso se lê o nome Men-ka-Ra, ou Men-ka-Re (Menkaure/Mykerinos), e que se pode incluir no Tipo XXV A de Feghali-Gorton (1996), sendo o anverso enquadrável no tipo IV de Vercoutter.

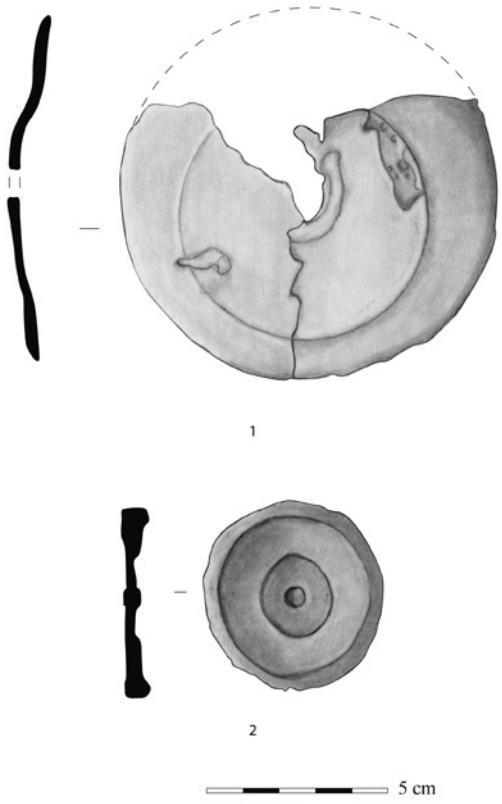


FIG. 6. Instrumentos musicais da Travessa do Rato: 1: crótalo; 2: *tintinnabulum*.

3. ALCÁCER NO SAL NO CONTEXTO REGIONAL

Os dados acerca da orientalização de Alcácer do Sal não podem ser desvinculados dos do restante estuário do Sado, onde se deve valorizar o singular edifício de Abul A, construído na primeira metade do século VII a.n.e. e reestruturado na segunda, numa pequena península da margem direita do Sado (Mayet e Silva, 2000). A sua funcionalidade não é ainda completamente pacífica, tendo à interpretação como feitoria avançada pelos investigadores que escavaram e publicaram o sítio (Mayet e Silva, 2000) sido contraposta uma outra, que admite tratar-se de um santuário (Arruda, 1999-2000; Arruda, 2005; Arruda e Celestino Pérez, 2009).



FIG. 7. Escaravelho egípcio da 26.ª dinastia (primeira metade do século VII a.n.e.), com um cartucho onde se lê o nome Men-ka-Ra, ou Men-ka-Re (Menkaure/Mykerinos). É proveniente das escavações efectuadas no Museu Pedro Nunes – Alcácer do Sal e dirigidas por Marisol Ferreira (arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Mais importante do que a sua função específica parece ser a sua quase indiscutível fundação exógena, concretamente fenícia, como as características arquitectónicas, muito especialmente a sua planta, e o conjunto dos materiais indicam. A presença do grafito sobre cerâmica com caracteres do Sudoeste (Correa, 2011), e não fenícios como foi inicialmente proposto (Sznycer, 2001; Mederos e Ruiz, 2004-2005), não altera significativamente essa evidência, provando apenas que a insta-

lação de grupos fenícios ocidentais no Baixo Sado foi concretizada também em função das comunidades locais.

A nascente de Abul A, houve oportunidade de escavar uma área organizada em torno de uma possível edícula, onde os compartimentos possuíam bancos corridos adossados às paredes internas – Abul B (Mayet e Silva, 2000). Em alguns deles, foram registados depósitos de materiais, cujo estudo permitiu admitir uma cronologia entre o final do século VI a.n.e. e a primeira metade da centúria seguinte. A interpretação como santuário não levanta, neste caso concerto, quaisquer dúvidas (Mayet e Silva, 2000).

Em Setúbal, na foz do estuário, as escavações urbanas da responsabilidade do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal têm vindo a pôr a descoberto importantes dados sobre a sua ocupação pré-romana. Foram identificados na Travessa dos Apóstolos e nas ruas Arronches Junqueiro, António Joaquim Granjo e Vasco Soveral, tendo as intervenções arqueológicas posto em evidência as características orientalizantes da ocupação da Idade do Ferro. Os espólios recuperados, por vezes associados a estruturas, como é o caso do forno doméstico e da parede de edifício identificados na Rua António Granjo (Silva, 2018: 65-66), e a datação de C14, que calibrada a dois sigma, forneceu um intervalo de tempo de 2570+30 – 800-760 a.C. (*ibidem*: 75), permitem admitir uma cronologia do final do século VIII/inícios do VII a.n.e. para o início da ocupação humana de Setúbal, datação que os elementos da Travessa dos Apóstolos também já atestavam (Soares e Silva, 1986; Silva, 2001). A continuidade nos séculos VI a IV a.n.e. está demonstrada nas sequências estratigráficas da Travessa dos Apóstolos (Soares e Silva, 1986) e da rua António Granjo (Silva, 2018), através de materiais que apontam para essas cronologias, encontrados em níveis que correspondem às Fases II e III.

Alcácer do Sal está, pois, inserida numa região fortemente marcada pela implantação de comunidades fenícias ocidentais, que está plasmada num vasto conjunto de materiais, que traduzem inovações tecnológicas e a adopção de novas práticas sociais que os conjuntos cerâmicos, os artefactos de adorno e os elementos de vestuário deixam transparecer. Também as técnicas construtivas e as arquitecturas, nomeadamente em Abul (A e B), evidenciam o alto grau de orientalização das populações que habitaram no baixo Sado durante o I milénio a.n.e. Os aspectos relacionados com a religião e os cultos, que podem ser lidos em Abul, na necrópole do Senhor dos Mártires, no espaço do convento de Aracelli e na Rua do Rato, constituem-se, porventura, como os mais importantes testemunhos dessa orientalização. E isto porque a prática religiosa (os ritos e os cultos) não é dissociável da ideologia e teologia (a crença) que lhe subjazem, e, por outro lado, a religião foi sempre um mecanismo coercivo, largamente utilizado pelos grupos colonizadores.

4. OS FENÍCIOS NO BAIXO SADO E A IDADE DO FERRO DE ALCÁCER DO SAL

No conjunto de sítios orientalizantes peninsulares, Alcácer do Sal constitui-se como uma absoluta excepção. Em primeiro lugar, a diversidade de áreas distintas do ponto de vista funcional é inédita no território actualmente português e muito rara em outras da Península Ibérica e mesmo no próprio Mediterrâneo. A existência comprovada de dois espaços de morte, de outros dois sacros (um portuário, outro urbano), de áreas residenciais e industriais e de zonas comerciais é um facto inquestionável.

Por outro lado, a Idade do Ferro parece ser, em Alcácer do Sal, influenciada por uma multiplicidade de áreas culturais, com presenças de elementos que podemos designar de orientalizantes e/ou tartéssicos, na I Idade do Ferro, e ibéricos, turdetanos e púnico/gaditanos, na II, realidade que a distingue de outros sítios do litoral ocidental, como é o caso de Lisboa, de Almaraz e de Santarém, no estuário do Tejo, e de Santa Olaia e Castro de Tavarede no do Mondego.

Os dados referentes à I Idade do Ferro da necrópole do Senhor dos Mártires e do Castelo, aos quais se somaram, há pouco tempo, os da Travessa do Rato e do Museu Pedro Nunes, foram já discutidos por diversas vezes, estando a sua filiação cultural bem definida.

Os que remetem para a II Idade do Ferro, sendo em parte já conhecidos, não foram, contudo, ainda alvo de uma leitura mais global e de conjunto, tendo-se a análise centrado, quase exclusivamente, no conjunto da cerâmica ática. Contudo, a presença de cerâmicas de matriz helenística, concretamente de pratos e de taças de tipo kuass associadas à última fase de ocupação da necrópole (Gomes, 2016: 194-210, Est. XXXVII) evidenciam uma relação com a área de Cádis, de onde a grande maioria destas peças será oriunda. Também as urnas da Forma VI.2 de Gomes, pintadas com linhas vermelhas concêntricas e ziguezagueantes (Gomes, 2016: 132-134, Est. XXVI), encontram os seus melhores paralelos no sudoeste peninsular, concretamente da região dita turdetana da Baixa Andaluzia e do Algarve. Na Travessa do Rato e no Castelo foram identificadas ânforas, de tipo B/C de Pellicer, que terão sido produzidas no Baixo Guadalquivir, e outras (Maña Pascual A4 – 11.2.1.3. de Ramón Torres) que parecem ser oriundas do litoral malaguenho (Arruda *et al.*, 2021). Deste último tipo, e com o mesmo fabrico, foi identificado um conjunto de sete exemplares completos, junto ao rio, o que parece documentar uma área portuária com algum dinamismo. Como já atrás se referiu, os ex votos do santuário localizado sob o Convento de Araceli na «Acrópole» de Alcácer do Sal revelam afinidades culturais com o mundo ibérico da Alta Andaluzia e do Sudeste, afinidades e ligações que boa parte do armamento da II Idade do Ferro da necrópole do Senhor dos Mártires já indicava de forma inequívoca.

Recorde-se que este tipo de presenças é praticamente inédito no litoral ocidental, indicando que Alcácer do Sal manteve, em momento relativamente avançado da segunda metade do I milénio a.n.e., uma relativa vitalidade em termos de dinâmica comercial (e cultural). Numa época em que a regionalização se acentuou, contrastando com a unicidade que a colonização fenícia gerou, o porto de Alcácer do Sal permaneceu activo e internacional, sem que, contudo, o núcleo urbano tenha perdido identidade como as produções cerâmicas locais bem evidenciam. Manteve-se, apesar de tudo, conservadora no serviço de mesa, tal como, aliás, os restantes sítios da fachada ocidental peninsular, com a utilização de recipientes cobertos por engobe vermelho, mesmo que muito próprios em termos formais, realidade que não se regista nas áreas meridionais.

Na segunda metade do primeiro milénio a.n.e., Alcácer do Sal é diferente, parece-se com tudo e com coisa nenhuma. Possui uma identidade muito própria e irrepetível que pode interpretar-se no quadro de um desenvolvimento local promovido pela chegada e instalação de comunidades orientais ao estuário do Sado em torno ao início do século VII a.n.e, que modificaram o quadro regional em temos económicos, sociais e culturais.

Alcácer do Sal é, no seu conjunto, um dos mais complexos e notáveis sítios arqueológicos portugueses. Ao Carlos Tavares da Silva devemos muito sobre o conhecimento da sua etapa proto-histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, J. (1978) – Vidros do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*, 4, 155-166.

ALMAGRO GORBEA, M. (2008) – *La necrópolis de Medellín. II* (Bibliotheca Archaeologica Hispana 26-2). Madrid: Real Academia de la Historia.

ALMAGRO GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M. (2009) – Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión. *Estudos arqueológicos de Oeiras*, 17, 521-554.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal*. Cuadernos da Arqueología Mediterránea, 5-6. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.

ARRUDA, A, M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*, 4, 23, 9-156.

ARRUDA, A. M. (2006) – Cerâmicas gregas encontradas em Portugal. In M. H. R. Pereira e Arruda, A. M. (coord.), *Vasos Gregos em Portugal – Aquém das Colunas de Hércules*. Lisboa: MNA. 135-140.

ARRUDA, A. M. (2019) – A cerâmica grega de época arcaica do território actualmente português. *Archivo Español de Arqueología*, 92, 19-25.

ARRUDA, A. M.; CELESTINO PÉREZ, S. (2009) – Arquitectura religiosa em Tartessos. In P. Mateos, S. Celestino, A. Pizzo e T. Tortosa (Eds.) *Santuarios, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. (*Archivo Español de Arqueología Anejos* XLV) Mérida: CSIC/Instituto de Arqueología de Mérida/CSIC), 29-77.

ARRUDA, A. M.; LOURENÇO, P.; LIMA, J. (2015) – Bronces fenicios en Portugal: a propósito del hallazgo de un jarro piriforme en la necrópolis do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). In: J. Jiménez Ávila, (Ed.), *Phoenician Bronzes in the Mediterranean*. Madrid: Real Academia de la História, 447-456.

ARRUDA, A. M.; FERREIRA, M.; SOUSA, E.; LOURENÇO, P.; CARVALHO, A. (2021) – Fenícios em Portugal: novos dados sobre Alcácer do Sal. Barcelona: Ediciones Bellaterra.

CORREA, J. A. (2011) – La leyenda indígena de las monedas de Salacia y el grafito de Abul (Alcácer do Sal, Setúbal). In: J. L. Cardoso e M. Almagro--Gorbea (Eds.), *Lucius Cornelius Bocchus, escritor lusitano da Idade da Prata*. Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa da História – Real Academia da História,103-112.

CORREIA, V. (1972 [1925]) – Um amuleto egípcio da Necrópole de Alcácer do Sal. In: Obras. *Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 195-201.

CORREIA, V. (1972 [1928]) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra,169-179.

DIAS, L. F. (1978) – As marcas de *terra sigillata* do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*, 4, 145-154.

FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Policopiada).

FARIA, J. C. (2002) – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa: Colibri.

FEGHALI GORTON, A. (1996) – *Egyptian and Egyptianizing Scarabs: A Typology of Steatite, Faience and Paste Scarabs from Punic and Other Mediterranean Sites:* Oxford: Oxford University Press.

FERNÁNDEZ, J. H.; PADRÓ, J. (1986) – *Amuletos de tipo egipcio del Museo Arqueológico de Ibiza*. Ibiza: Conselleria d'Educación i Cultura.

FERREIRA, D. (2019) – *La cerámica griega en la fachada atlántica de la Península Ibérica*. Tese de Doutoramento apresentada à Facultad de Greografia y História de la Universidad Complutense de Madrid (policopiada).

FRANKENSTEIN, S. (1997) – *Arqueología del colonialismo. El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*. Barcelona: Crítica.

GAMER-WALLERT, I.; PAIXÃO, A. C. (1983) – A inscrição do escaravelho de Psamético I, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires: novos elementos para a sua interpretação. *O Arqueólogo Português*, 4, 1, 267-272.

GOMES, E. (2008) – *Os exvotos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. (Edição policopiada).

GOMES, F. (2015) – As «oil bottles» de tipo fenício no território português e o consumo de substâncias aromáticas. *O Arqueólogo Português*, 5, 3, 289-310.

GOMES, F. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.) – leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Edição Policopiada).

GOMES, F. (2017) – Fusayolas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal) – tipologia, función y simbolismo. *Sagvntvm*, 49, 43-59.

GOMES, F. (2018) – New perspectives on the Early Iron Age necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). In S. Celestino Pérez, e E. Rodríguez González (Eds.) *Un viaje entre el Oriente y el Occidente Mediterráneo y sus Perfierías. (Actas del IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*). Mérida: CSIC/Instituto de Arqueología de Mérida, 1111-1122.

GOMES, F. (2020a) – Uma lucerna grega arcaica da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *Spal*, 29,1, 79-91.

GOMES, F. (2020b) – Udjat-eye/cow amulets in Iron Age contexts of the Iberian Peninsula: distribution, context and use. In M. H. T. Lopes, J. Popielska-Grzybowska, R. G. G. Pereira (Eds.) *Ancient Egypt 2017. Perspectives of Research*. Warsaw: Harrassowitz Verlag, 65-76.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*. Paris: Editions de Boccard.

MEDEROS MARTÍN, A.; RUIZ CABRERO, L. (2004-05) – Un Atlántico mediterrâneo. Fenícios en el litoral portugués y gallego». *Byrsa*, 3-4, 351-394.

PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires. Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. (Edição Policopiada).

PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal, *O Arqueólogo Português*, 4, 1, 273-286.

PAIXÃO, A. C. (2001) – Alcácer do Sal proto-histórica no contexto do Mediterrâneo. In *Os púnicos no Estremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta, 149-172.

PEREIRA, M. H. R. (1962) – *Greek Vases in Portugal*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.

PONTE, M. S. (1985) – Algumas fíbulas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português, 4*, 3, 137-154.

SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*. Berlim: Walter de Gruyter.

SILVA, C. T. (2001) – A Idade do Ferro na região do Baixo Sado. Contribuições recentes. *Arqueologia e História regional da Peninsula de Setúbal*. Lisboa: Universidade Aberta, 79-100.

SILVA, C. T. (2018) – Ocupação da Idade do Ferro. In *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos (Setúbal Arqueológica, 17)*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/ Assembleia Distrital de Setúbal, 65-79.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C.; DIAS, L. F.; SOARES, A. C. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6-7, 149-218.

SOARES, J. (1978) – Nótula sobre cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica* 4, 133-143.

SOARES, J.; SILVA; C. (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Trabalhos de Arqueologia* 3. Lisboa: IPPC, 87-101.

SZNYCER, M. (2001) – Une ancienne inscription phénicienne découverte à Abul. *Semitica*, 50, 226-228.

ALGUMAS NOTAS SOBRE AS ÂNFORAS DA IDADE DO FERRO NO ESTUÁRIO DO SADO

ELISA DE SOUSA[1]

RESUMO

Neste trabalho compilam-se os dados relativos à presença de contentores anfóricos da Idade do Ferro no estuário do Sado, focando em particular os dados dos principais núcleos de ocupação (Alcácer do Sal, Setúbal, Abul e Castro de Chibanes), mas também outros elementos relacionados com espaços funerários (necrópole do Olival do Senhor dos Mártires) e ocupações de cavidades cársicas (Lapa do Fumo e Lapa da Cova). Com base nestas informações, discute-se os ritmos de importação de produtos originários da costa andaluza ao longo do 1.º milénio a.C. (tipo 10.1.2.1 e série 11 de Ramon Torres, tipo Pellicer B/C), salientando ainda evidências apontam para a existência de circuitos comerciais e culturais com o estuário do Tejo. Destaca-se ainda os dados relativos à existência de uma possível produção de contentores anfóricos na zona sadina, e as influências que podem ter condicionado a configuração do repertório regional.

PALAVRAS-CHAVE: Ocidente Atlântico; ânforas; produção; comércio; redes de contacto.

ABSTRACT

This work compiles data on the presence of Iron Age amphorae in the Sado estuary, focusing on data retrieved in the main settlements (Alcácer do Sal, Setúbal, Abul and Castro de Chibanes), but also other elements from funerary spaces (necropolis of Olival do Senhor dos Mártires) and occupations of karst cavities (Lapa do Fumo and Lapa da Cova). Based on this information, we discuss the import frequencies of products originating from the Andalusian coast during the 1st millennium BC (Ramon Torres type 10.1.2.1 and series 11, type Pellicer B/C), while highlighting evidence pointing to the existence of commercial and cultural circuits with the Tagus estuary. Also noteworthy is the data on the existence of a possible amphorae production in the Sado area, and the influences that may have determined the configuration of the regional repertoire.

KEYWORDS: Western Atlantic; amphorae; production; trade; networks.

[1] Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, UNIARQ – Centro de Arqueologia. e.sousa@campus.ul.pt

1. INTRODUÇÃO

O estudo dos contentores anfóricos constitui uma realidade privilegiada no quadro dos repertórios artefactuais da Idade do Ferro. Este destaque advém, sobretudo, das potencialidades que oferece para a reconstituição das redes e circuitos comerciais do 1.º milénio a.C. que interligaram, com diferentes graus de intensidade, a quase totalidade da costa meridional da Península Ibérica. Neste âmbito, o território português foi, durante muito tempo, considerado essencialmente como mercado de consumo dos produtos andaluzes, particularmente daqueles fabricados na área de Cádis, do Baixo Guadalquivir e da costa de Málaga. Este cenário sofreu alterações significativas perante a recente identificação de uma importante área produtiva de ânforas no estuário do Tejo, ainda que os seus circuitos de distribuição estejam, aparentemente, limitados a uma escala regional (Sousa e Pimenta 2014). Não obstante, este reconhecimento foi essencial para a identificação de dinâmicas económicas complexas desenvolvidas nas áreas mais periféricas do horizonte colonial fenício.

Em linhas gerais, o panorama actual dos conhecimentos sobre a produção e importação de ânforas da Idade do Ferro no litoral português revela uma clara dicotomia entre a realidade mais meridional, o Algarve, e a fachada ocidental atlântica.

No primeiro caso, é evidente a sua plena integração nas redes de contactos culturais e comerciais com a zona andaluza ao longo de todo o 1.º milénio a.C. (Arruda 1999-2000). O carácter sistemático destas ligações, aliado talvez a particularidades das estratégias económicas dos núcleos algarvios, que permanecem ainda por definir com detalhe, terá tornado desnecessário o desenvolvimento de actividades artesanais subsidiárias à exportação de produtos alimentares. É apenas durante a fase final da Idade do Ferro que encontramos uma excepção a esta situação: a produção de ânforas na área de Faro, que ainda assim parece assumir-se como um fenómeno pontual e de escala micro-regional (Sousa 2009; Sousa e Arruda 2010). Em contrapartida, a importação de bens alimentares foi recorrente ao longo de toda a Idade do Ferro no litoral algarvio, reflectindo contactos privilegiados com a área de Málaga, Cádis e Baixo Guadalquivir (Arruda 1999-2000; Sousa e Arruda 2010, in press).

No que diz respeito à fachada ocidental atlântica, a área mais bem conhecida na actualidade é o estuário do Tejo. Aqui, a produção anfórica arranca nos momentos iniciais da Idade do Ferro, inspirando-se nos modelos meridionais do tipo 10.1.1.1 e 10.1.2.1, mas rapidamente assume características individualizantes. A partir da segunda metade do século VI a.C., observa-se uma clara diversificação morfológica, que irá passar a abranger sete tipos distintos, estando por definir se esta variedade advém de uma evolução interna ou da influência de repertórios exógenos (Sousa e Pimenta 2014). De qualquer forma, a presença de ânforas importadas da área andaluza não é expressiva, ainda que pareça ser mais recorrente na fase orientalizante do que na segunda metade do 1.º milénio a.C. (Sousa 2014, 2019).

Entre estas duas áreas mais bem conhecidas, a realidade do estuário do Sado permanece, em certos aspectos, uma incógnita, não só no que diz respeito à eventual (e provável) existência de uma produção anfórica própria, mas também no que diz respeito aos contactos desenvolvidos à escala supra-regional durante a Idade do Ferro. Ainda assim, merece uma especial referência o investigador que é homenageado neste volume, assim como os seus colaboradores, que produziram, e continuam a produzir, trabalhos pioneiros para a caracterização deste período na região. Com efeito, é devido a esta ininterrupta dedicação que temos dados para analisar o percurso do estuário do Sado durante o 1.º milénio a.C., destacando-se não apenas o emblemático estudo sobre Abul (Mayet e Silva 2000), mas também os dados de Setúbal (entre outros, Soares e Silva 1986; Silva 2018), do Castro de Chibanes (entre outros Silva e Soares 1997, 2012) e Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-1981), que se mantém, neste último caso, como a única sequência estratigráfica publicada da área de habitat. A estes, devem acrescentar-se ainda os elementos recolhidos na necrópole deste último sítio, recentemente

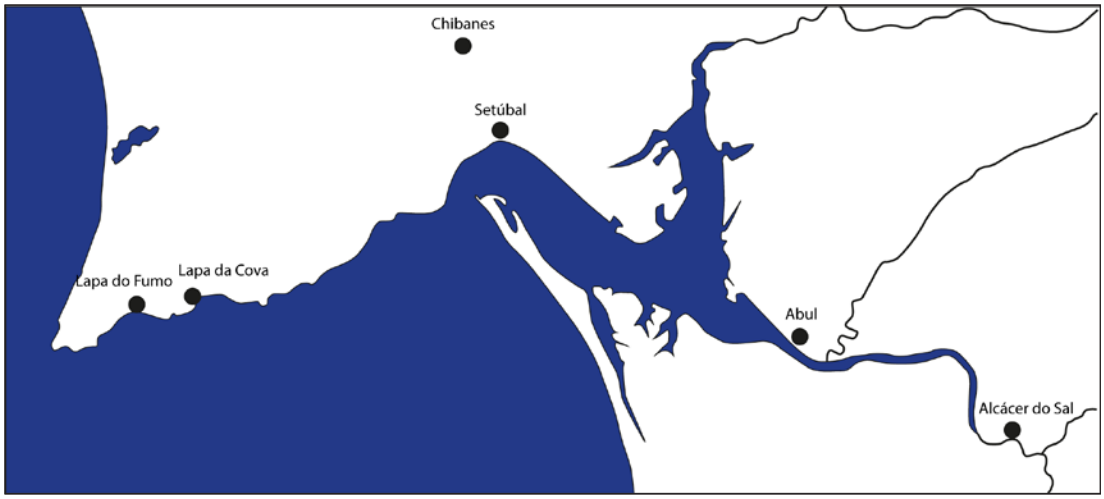


FIG. 1. Mapa do estuário do Sado com a localização dos sítios referidos no texto (base cartográfica de Silva (ed.) 2018, modificado).

revistos e sistematizados por F. Gomes (2016), nas grutas da área de Sesimbra (Arruda e Cardoso 2013; Calado *et al*. 2018; Jimenez Ávila *et al*. 2018) e ainda novas aportações resultantes de intervenções na área urbana de Alcácer do Sal (Arruda *et al*. 2021).

O estudo dos contentores anfóricos no estuário do Sado enfrenta, contudo, um grande obstáculo: o quase total desconhecimento das produções locais da Idade do Ferro, que seguramente terão sido desenvolvidas na região. É muito provável que esta produção, à semelhança do que ocorre no Tejo, tenha tido início ainda durante a fase orientalizante, a julgar por alguns dados de Abul A (Mayet e Silva 2000: 56), existindo vários indícios de que esta actividade se prolongou durante a segunda metade do 1.º milénio a.C. No entanto, permanecem por definir as suas características morfológicas e de fabrico, redes de distribuição e expressividade face a produtos importados, dificuldades que só poderão ser ultrapassadas através de um projecto multidisciplinar focado especificamente sobre esta temática. Consequentemente, o objectivo deste trabalho não é responder a estas questões, mas sobretudo o de traçar um ponto da situação e delinear futuras linhas de investigação.

2. Ânforas da 1.ª Idade do Ferro (século VII – VI a.C.)

As ânforas da fase inicial da Idade do Ferro encontram-se bem documentadas em Abul A, em contextos do século VII e VI a.C., com 63 exemplares que foram integrados no tipo 10.1.2.1 (Mayet e Silva 2000: 33). O carácter notável desta monografia evidencia-se, entre vários outros aspectos, pela inclusão de um estudo pormenorizado dos fabricos, da autoria de Anne Schmitt. Ainda que nem todos os fragmentos anfóricos tenham sido analisados, foi possível determinar a sua relação com três grupos, dois dos quais considerados como possivelmente exógenos (Grupos C e E). Contudo, alguns exemplares foram integrados no Grupo A, assinalando-se a sua semelhança com as produções locais de época romana (Mayet e Silva 2000: 56), o que pode indiciar que o fabrico de ânforas na área do Sado terá tido início ainda durante a fase orientalizante. De qualquer forma, estas putativas produções regionais terão tido um peso pouco significativo neste período, sendo a maioria dos contentores associados a uma origem exógena (Mayet e Silva 2000: 56).

A presença de ânforas morfologicamente associáveis ao tipo 10.1.2.1 surgem também em outros núcleos do estuário: em Alcácer do Sal, onde se registaram pelo menos três fragmentos de

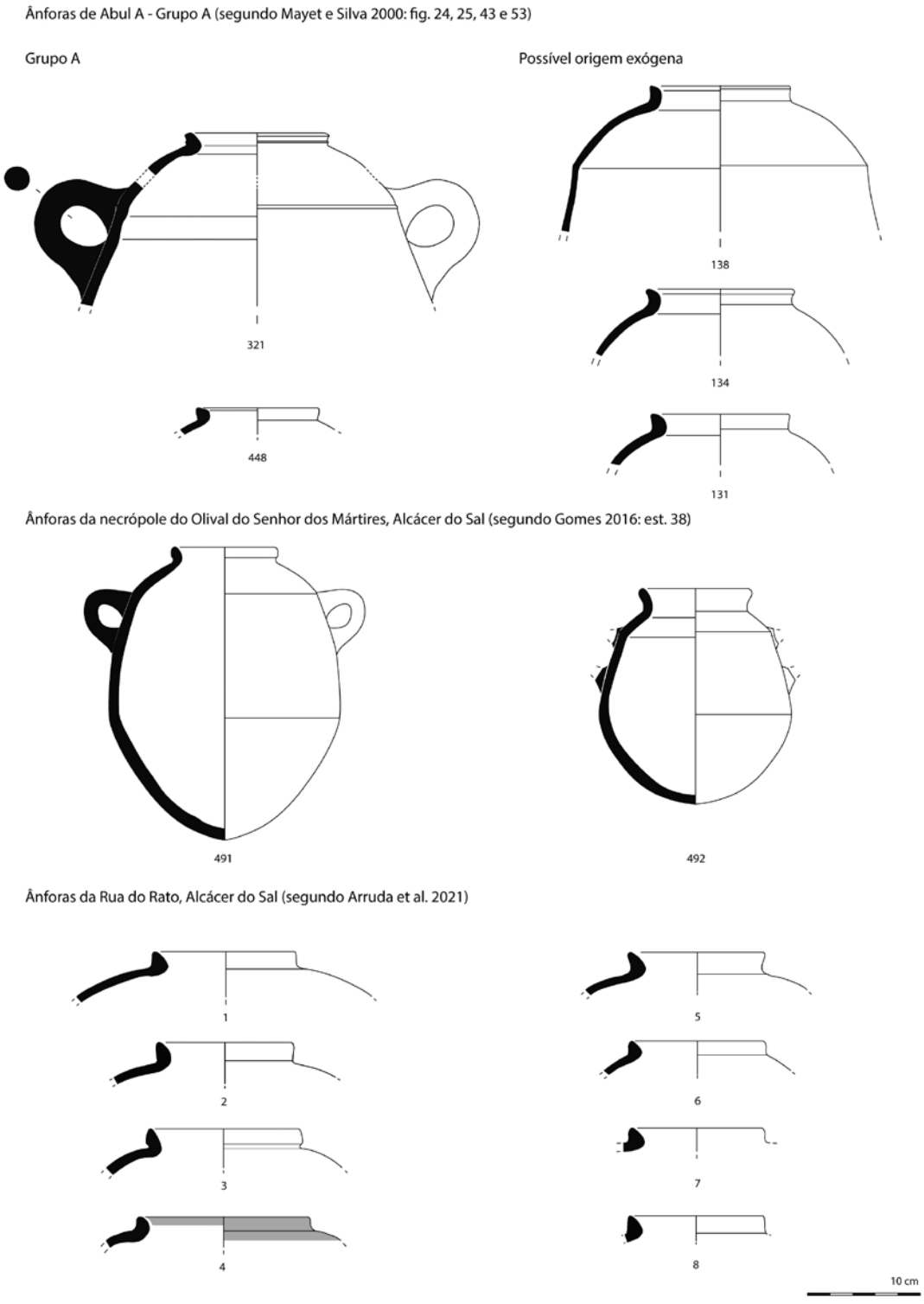


FIG. 2. Ânforas de Abul A, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires e de Alcácer do Sal (segundo Mayet – Silva 2000; Gomes 2016; Arruda *et al.* 2021, modificado).

bordo (Silva *et al*. 1980-1981: fig. 13 – n.º 134, 135 e 137); e em Setúbal, na Travessa dos Apóstolos, com outros três exemplares (Soares e Silva 1986: fig. 7 – n.º 6, 11 e 12), e na Rua Francisco Augusto Flamengo, com dois (Silva *et al*. 2014: fig. 7 – n.º 1 a 2). Infelizmente, a descrição dos fabricos não permite equacionar a sua proveniência.

Destaque ainda para a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, onde se identificaram duas ânforas de perfil completo e pequena dimensão, muito provavelmente importadas do sul peninsular (Gomes 2016). Mais recentemente, intervenções realizadas na área urbana de Alcácer do Sal, na Travessa do Rato, permitiram recolher um conjunto de sete exemplares de ânforas do tipo 10.1.2.1, de aparente origem meridional (Arruda *et al*. 2021). Um outro exemplar apresenta um diâmetro amplo, recordando o tipo 1 do estuário do Tejo, sendo, contudo, difícil estabelecer a sua proveniência (fig. 2 – n.º 4). Ainda que estes materiais estejam desprovidos de um contexto arqueológico primário, a sua integração na primeira metade do 1.º milénio a.C. parece plausível (*Ibidem*).

3. Ânforas da 2.ª Idade do Ferro (século V a III a.C.)

No que diz respeito à fase mais tardia da Idade do Ferro, destacam-se os dados recolhidos no santuário de Abul B, com 22 contentores anfóricos (Mayet e Silva 2000: 179). Entre estes, assinala-se a presença de sete ânforas integradas na série 11 de Ramon Torres. Em termos morfológicos, não existem dúvidas sobre os paralelismos entre estes recipientes de Abul e as produções do Círculo do Estreito de Gibraltar. É, contudo, interessante verificar que alguns destes exemplares se assemelham ao grupo de fabrico A, que macroscopicamente recorda as produções romanas do estuário do Sado (*Ibidem*: 186). Assim, e ainda que a importação de produtos haliêuticos meridionais tenha sido uma realidade entre os finais do século VI e o século V a.C., a possibilidade de que a morfologia desses contentores tenha sido emulada na região deve ser considerada, ainda que sujeita a futura corroboração. Convém também referir que, no mesmo local, foram recuperados três exemplares, aparentemente importados, do tipo 10.1.2.1 e ainda 13 recipientes que foram equiparados ao tipo Cancho Roano I (*Ibidem*: 185). Ainda que não se pretenda negar uma possível origem mais interior para estes últimos exemplares, deve assinalar-se a semelhança, pelo menos em alguns casos, com as produções taganas, mais concretamente do tipo I (*Ibidem*: fig. 70 – n.º 33; fig. 82 – n.º 145); neste sentido, cabe ainda valorizar a presença de uma asa de secção oval com sulco exterior (*Ibidem*: fig. 81 – n.º 139), característica recorrente nas produções do Tejo da segunda metade do 1.º milénio a.C. (Sousa 2014; Sousa e Pimenta 2014). Apesar de a mera análise morfológica ser insuficiente para determinar a origem destes vasos, estas verossemelhanças justificam ulteriores revisões às características de fabrico, de forma a estabelecer eventuais ligações de cariz comercial entre os dois estuários. Interessante é também a recolha de um outro fragmento de bordo (Mayet e Silva 2000: fig. 82 – n.º 146), que recorda o tipo 3 das produções taganas, e a parte superior de um outro recipiente (*Ibidem*: fig. 82 – n.º 144), cujo bordo poderia permitir uma aproximação a formas derivadas do tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres, mas em que o perfil fusiforme do corpo se aproxima do tipo 2 do estuário do Tejo. Considerando as características singulares destes recipientes, não é improvável que possam reflectir especificidades próprias das produções sadinas, situação que deve, contudo, ser devidamente corroborada.

No que diz respeito a Setúbal, os contextos mais bem conservados da 2.ª Idade do Ferro encontram-se novamente na Travessa dos Apóstolos – fase III (Soares e Silva 1986). Aqui, os cinco fragmentos representados recordam a série 11 de Ramon Torres (*Ibidem*: fig. 8 – n.º 10 e 11) e os tipos Pellicer B/C ou o tipo 3 do estuário do Tejo (*Ibidem*: fig. 8 – n.º 8 e 9), sendo o restante (*Ibidem*: fig. 8 – n.º 12) de difícil classificação. Também neste caso, as informações disponíveis não permitem discriminar a sua eventual origem. Intervenções mais recentes não têm permitido acrescentar outros dados ao repertório anfórico da

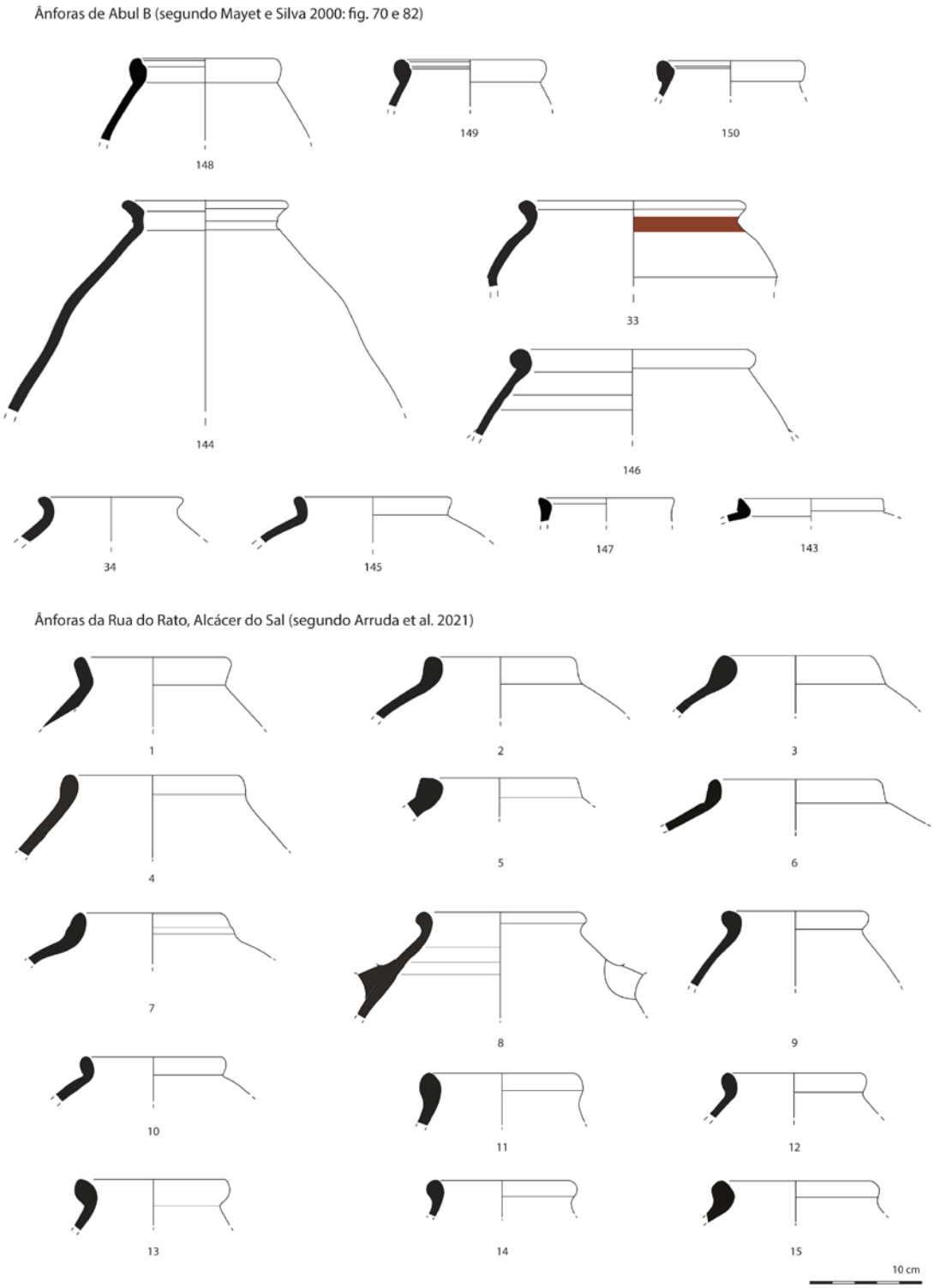


FIG. 3. Ânforas de Abul B e de Alcácer do Sal (segundo Mayet – Silva 2000; Arruda *et al.* 2021, modificado).

cidade, sendo apenas de assinalar a identificação de dois fragmentos assimiláveis ao tipo 3 do estuário do Tejo, um recuperado na Rua António Joaquim Granjo 19 (Silva 2018: 75 – Fig. 6, n.º 36) e outro proveniente das escavações na Rua Arroches Junqueiro (Silva *et al*. 2018: 23, fig. 5 – n.º 17). Ainda que esta morfologia seja típica da segunda metade do 1.º milénio a.C., o início da sua produção parece ter-se iniciado durante o século VI a.C., podendo, portanto, integrar o repertório do final da fase orientalizante.

Em Alcácer do Sal, o momento mais tardio da Idade do Ferro está representado na fase IV do Castelo (Silva *et al*. 1980-1981), que integra fragmentos de ânforas que se aproximam, morfologicamente, dos tipos da série 11 de Ramon Torres (*Ibidem*: fig. 17 – n.º 199 e 200). Recentemente, um conjunto expressivo de ânforas deste período foi recuperado na Travessa do Rato (Arruda *et al*. 2021), com algumas possíveis importações meridionais, concretamente do tipo Pellicer B/C (fig. 4 – n.º 10) e algumas variantes da série 11 de Ramon (fig. 4 – n.º 1 e 6), destacando-se, entre estas últimas, a peça de perfil quase completo, cujo corpo recorda a variante 11.2.1.3, mas cujo bordo, indiferenciável na zona externa, não tem paralelo entre o repertório morfológico da série 11 (Ramon Torres 1995). A grande maioria apresenta, contudo, fabricos mais atípicos, podendo corresponder a produções locais/regionais[2], ainda que vários tenham sofrido alterações pós-deposicionais que dificultam a sua caracterização. São divisíveis em quatro formas distintas: a primeira, com um exemplar, exibe um bordo evertido e rectilíneo (fig. 3 – n.º 1); a segunda, com seis exemplares (fig. 3 – n.º 2 a 7), apresenta um bordo de tendência vertical ou ligeiramente reentrante, por vezes engrossado na área interna, recordando o tipo 4 do estuário do Tejo; a terceira, mais abundante (fig. 3 – n.º 8 a 15; fig. 4 – n.º 2 a 5), distingue-se pelo bordo evertido, de secção arredondada ou amendoada, e bem assinalado na zona externa, sendo semelhante ao tipo 3 do estuário do Tejo; por último, três exemplares (fig. 4 – n.º 8 a 10) exibem a zona superior de tendência horizontal, com bordos curtos e reentrantes (num caso engrossado internamente), similares ao tipo 6 do estuário do Tejo (Arruda *et al*. 2021).

Na área da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, apenas um fragmento classificado como ânfora foi reconhecido para esta fase mais tardia (Gomes 2016), tendo sido proposta a sua integração no tipo 2.2.1.1 de Ramon Torres. Ainda que se compreenda as razões que levaram a esta equiparação, cabe referir que esta morfologia é bastante rara mesmo na bacia do Mediterrâneo, e que os dados a ela referentes indicam bocais de diâmetro reduzido (10,5 cm), enquanto que a peça da necrópole sadina apresenta 16 cm. Assim, considera-se mais provável que se trate ou de uma ânfora produzida na costa ocidental atlântica, podendo a referência a uma aguada esbranquiçada no seu exterior remeter para a área do Tejo (*Ibidem*: 212), ou mesmo de um vaso de cerâmica comum.

Particularmente relevantes são ainda os dados provenientes da utilização de duas cavidades cársicas junto a Sesimbra: a Lapa da Cova e a Lapa do Fumo.

No que diz respeito ao primeiro caso, a sua utilização centra-se nos meados do 1.º milénio a.C., ainda que alguns escassos materiais possam indicar uma maior antiguidade. As ânforas, com seis exemplares publicados, constituem a categoria mais bem representada do conjunto exumado (Calado *et al*. 2018; Jimenez Ávila *et al*. 2018), sendo as suas morfologias aparentadas com o tipo 1 (*Ibidem*: fig. 4 – n.º 8, 10, 11), 3 (*Ibidem*: fig. 4 – n.º 12) e 4 (*Ibidem*: fig. 4 – n.º 7 e 9) do estuário do Tejo. Destaque ainda para um recipiente de dimensão reduzida (cerca de 47 cm de altura), com asa tripartida e pintura em bandas. Ainda que os paralelismos apontados foquem sobretudo no sul peninsular, deve indicar-se que morfologias semelhantes, quer ao nível da asa, quer ao nível do bordo, surgem também na área do Tejo, especificamente na Rua dos Correeiros, ainda que aqui tenham sido integrados no grupo da cerâmica comum (Sousa 2014: 176-177), situação que deverá ser eventualmente revista. De qualquer forma, é possível que se trate, pelo menos nos primeiros casos, de produções locais/regionais.

---

[2] Infelizmente, as circunstâncias actuais não permitiram uma análise e documentação mais rigorosa dos fabricos, tarefa que deverá ser desenvolvida logo que seja possível.

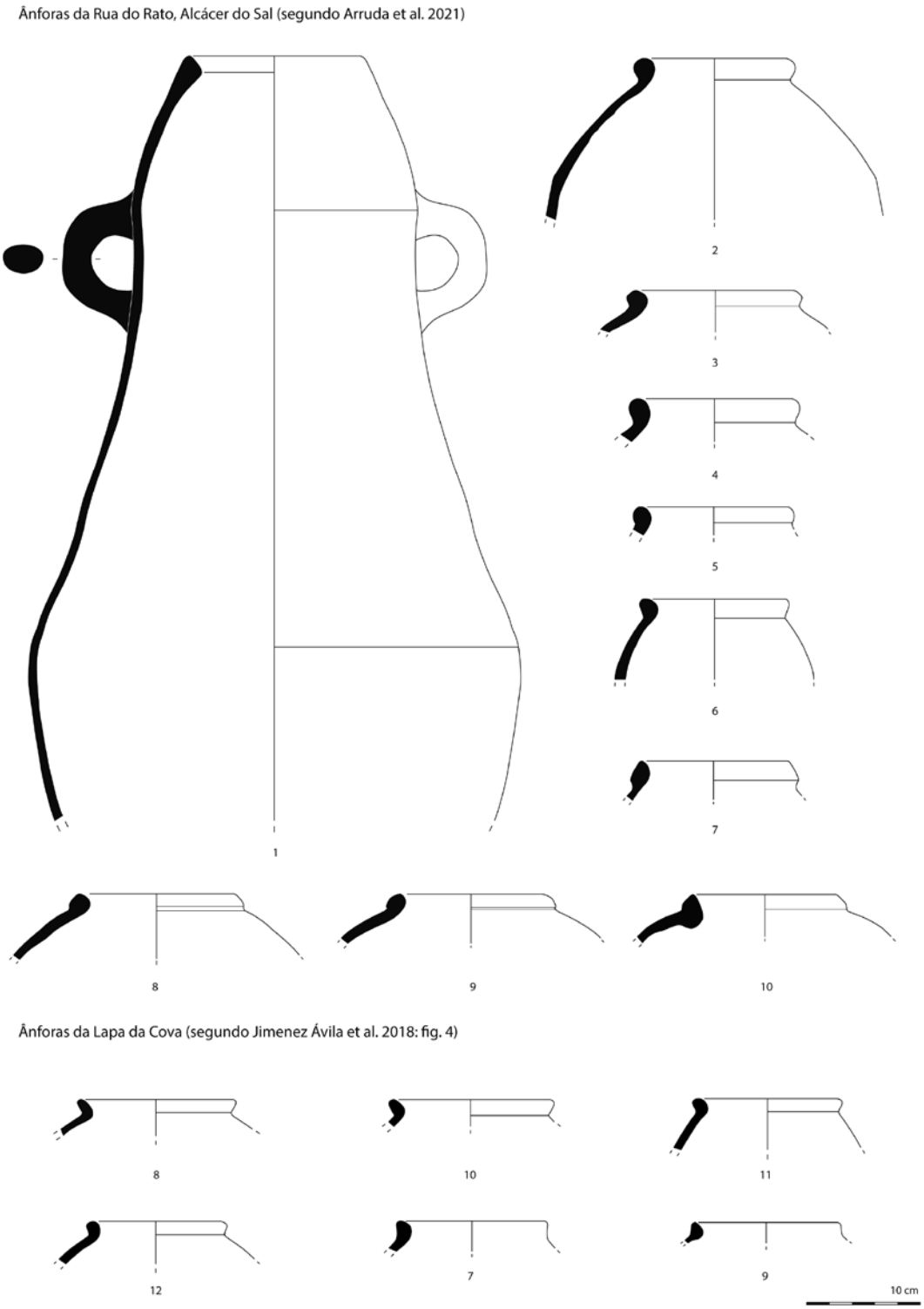


FIG. 4. Ânforas de Alcácer do Sal e Lapa da Cova (segundo Arruda *et al.* 2021, Jiménez Ávila *et al.* 2018, modificado).

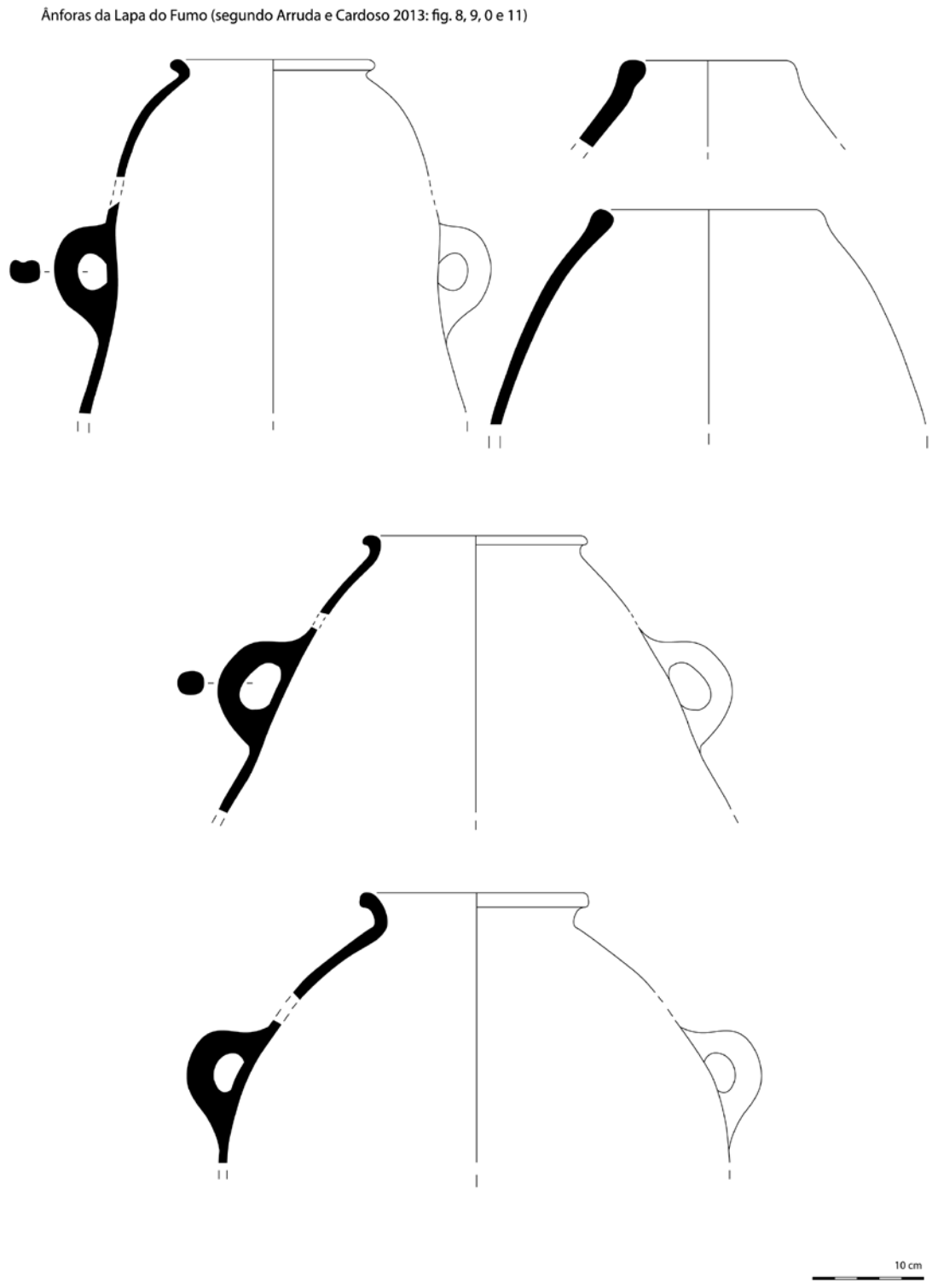


FIG. 5. Ânforas da Lapa do Fumo (segundo Arruda e Cardoso 2013, modificado).

Também na Lapa do Fumo, cuja frequentação durante a Idade do Ferro foi balizada entre o final do século VII e o início do século III a.C., os recipientes anfóricos constituem uma das categorias cerâmicas mais bem representadas (Arruda e Cardoso 2013). Os dados publicados reportam cinco fragmentos de bordo, com perfis bem conservados, suspeitando-se de uma produção sadina. Em três casos, os bordos são evertidos e bem marcados na área externa, características que recordam o tipo 3 do estuário do Tejo (*Ibidem*: fig. 9 – n.º 2; fig. 10 – n.º 1; fig. 11 – n.º 1), assinalando-se, contudo, a notável variabilidade dos respectivos corpos, de tendência cilíndrica (*Ibidem*: fig. 11 – n.º 1), ovalada (*Ibidem*: fig. 9 – n.º 2) e globular (*Ibidem*: fig. 10 – n.º 1). Os outros dois fragmentos de bordo são engrossados internamente, não apresentam colo e exibem um corpo de tendência ovalada, características que recordam o tipo 7 do estuário do Tejo (*Ibidem*: fig. 8 – n.º 3 e fig. 9 – n.º 1). Destaque ainda para um fragmento de asa com uma estampilha cruciforme (*Ibidem*: fig. 7 – n.º 2).

Por último, cabe referir um outro núcleo importante da área do Sado, o Castro de Chibanes, cujo início da ocupação humana durante a Idade do Ferro ocorre numa fase muito tardia, à qual se segue uma importante presença romana-republicana (Silva e Soares 1997). Os contentores anfóricos estão relativamente bem documentados no local, dominando, durante o período pré-romano, as produções locais/regionais, que, inclusivamente, transitam para o momento subsequente (Pimenta *et al*. 2019: 47-48; Garcia Fernández 2019: 134). As morfologias identificadas são variadas, com formas que recordam o tipo 3 (Silva e Soares 1997 – fig. 14, n.º 8; Silva e Soares 2012 – fig. 19, n.º 20 e 21; fig. 23 – n.º 1; Garcia Fernández 2019: fig. 4 – n.º 863 e 96), 6 (Silva e Soares 1997 – fig. 12, n.º 5 e 6; Silva e Soares 2012 – fig. 19 – n.º 19; Soares e Silva 2014: fig. 22 – n.º 2; Garcia Fernández 2019: fig. 4 – n.º 15, 1, 2, 1808, 18 e 1776) e 7 (Silva e Soares 2012 – fig. 19, n.º 22; fig. 23, n.º 2; Soares e Silva 2014: fig. 23 – n.º 5) do estuário do Tejo. Na colecção recolhida no local por Marques da Costa, consta ainda um fragmento do tipo Pellicer B/C, de provável produção meridional, e uma asa produzida da área do Tejo ou Sado (Pimenta *et al*. 2019: 54).

Um fragmento recolhido em Chibanes, semelhante ao tipo 6 do estuário do Tejo, foi recentemente alvo de análises arqueométricas (Moreno Megías *et al*. 2020). Os dados obtidos, quer em termos de composição química, quer ao nível da petrografia, indicam a sua individualização do restante conjunto analisado, que inclui produções taganas e também andaluzas, evidenciando, portanto, uma provável origem sadina. Cabe ainda referir que a amostra, se caracteriza, petrograficamente, por abundantes inclusões de quartzos e feldspatos, e ainda pela presença de basaltos, quartzitos e quartzo metamórfico (*Ibidem*), descrição que não destoa, com a excepção dos basaltos, da caracterização do Grupo A de Abul (Schmitt 2000).

4. DISCUSSÃO E COMENTÁRIOS FINAIS

Os dados compilados demonstram a importância e relativa ocorrência de contentores anfóricos nos repertórios artefactuais dos diversos núcleos do estuário do Sado.

A fase mais antiga da Idade do Ferro (século VII e VI a.C.) é marcada, tal como em outras regiões peninsulares, pela presença quase exclusiva do tipo 10.1.2.1, admitindo-se que a grande maioria tenha sido importada da área andaluza. Os dados sobre possíveis reproduções locais são escassos, remetendo unicamente para algumas peças de Abul A, do grupo de Fabrico A (Mayet e Silva 2000: 186), que, ainda assim, reproduzem, de forma bastante fidedigna, os protótipos meridionais, quer no que diz respeito à morfologia, quer no que diz respeito às dimensões.

Esta situação altera-se a partir dos meados do 1.º milénio a.C., como ocorre, aliás, também em todo o sul peninsular. As ligações com a área andaluza parecem permanecer significativas, pelo menos durante o século V a.C. e a primeira metade da centúria seguinte, como se observa pela presença, em diversos sítios sadinos, de ânforas morfologicamente integráveis nas variantes da série 11

de Ramon Torres e também de outras fabricadas no Baixo Guadalquivir, do tipo Pellicer B/C. Situação semelhante verifica-se na zona do Tejo, onde esses mesmos tipos estão presentes, ainda que em quantidades reduzidas (Sousa 2019). Trata-se, contudo, de evidências de uma certa manutenção de rotas comerciais com a área andaluza, que, para além de produtos alimentares, parece ter gerido também o tráfico de produtos manufacturados de cariz luxuoso ou semi-luxuoso com origem no Mediterrâneo Oriental, como é o caso da cerâmica grega e recipientes de pasta vítrea.

Mais difícil de compreender é a situação da fase subsequente (meados do século IV a meados do século II a.C.). Este momento está bem documentado na costa algarvia (Arruda 1999-2000, Sousa 2009, Sousa e Arruda 2010), onde se encontram representadas as principais produções andaluzas: ânforas do tipo 8.1.1.2 e da série 12 de Ramon Torres, tipos B/C e D de Pellicer e, ocasionalmente, ânforas de tipo Carmona (8.2.1.1). No estuário do Sado, tal como no Tejo, todas estas formas, com a excepção do tipo Pellicer B/C, que pode reportar-se ainda à fase anterior, estão ainda ausentes dos contextos conservados da 2.ª Idade do Ferro. Contudo, deve assinalar-se a recente divulgação de um conjunto de materiais provenientes das escavações da Cripta de Alcácer do Sal (Soria 2018), e que inclui cerâmica de tipo Kuass (25 fragmentos), ânforas tipo 8.1.1.2 e outras classificadas como Pellicer B/C e D. Infelizmente, não foram disponibilizadas informações sobre o contexto de recolha dos materiais, deduzindo-se que poderiam estar associados a materiais de período republicano, hipótese que terá de ser confirmada no futuro (Soria 2018: 200-201). Deve, contudo, assinalar-se os perfis atípicos da maioria das ânforas classificadas como tipo B/C e D de Pellicer (*Ibidem*: Tav. LXXXIII: 20, 28, 4 e 30), que parecem integrar-se com mais facilidade no quadro das produções sadinas ou taganas (sobretudo do tipo 6) do que no repertório das produções meridionais. Sobre as duas ânforas de tipo 8.1.1.2 (*Ibidem*: Tav. LXXXIV: 11, 12), cujo perfil não parece deixar dúvidas sobre a sua procedência andaluza, parece importante recordar que estes contentores podem ainda ser utilizados no final do século II a.C. e inícios da centúria seguinte, como aliás tem vindo a ser sistematicamente documentado em Monte Molião, Lagos (Arruda e Sousa 2013; Sousa *et al*. 2016). Por estas razões, e sobretudo pelo desconhecimento do contexto estratigráfico original destas peças, deve evitar-se, até à disponibilização de novos dados, a sua atribuição automática a uma cronologia pré-romana.

De qualquer forma, no contexto deste trabalho não é oportuno indicar as possíveis justificações desta aparente redução de contactos entre o ocidente atlântico e o horizonte andaluz a partir de meados do século IV a.C., que foram, aliás, já exploradas em outros contextos (Sousa 2014, 2019). Contudo, é importante realçar que esta escassez de contentores meridionais no Sado parece ser compensada pela presença de morfologias que partilham uma notável familiaridade com as produções taganas. Ainda que seja necessário estudar com detalhe os respectivos fabricos, algumas especificidades das peças sadinas apontam para uma origem regional, apesar de ser provável que algum intercâmbio tenha ocorrido entre os dois estuários, estando a sua intensidade por definir.

Estas putativas produções sadinas não parecem ser muito estandardizadas, como se observa pela grande variabilidade de perfis do corpo e, sobretudo, ao nível das secções dos bordos. Contudo, se esta diversidade se pode associar à existência de diferentes centros de fabrico ou a uma parca normalização dos processos de produção é uma temática que não pode ser ainda abordada. É, contudo, provável que a sua origem resida, tal como ocorreu no estuário do Tejo, numa evolução local a partir das «ânforas de saco» do período orientalizante, que pode ter recebido também influências externas (quer da área tagana, quer da zona andaluza) que condicionaram certas especificidades tipológicas. Contudo, permanece por definir a sua evolução cronológica e nuances morfológicas, suportadas por dados estratigráficos e contextuais específicos, e que devem ser também acompanhadas por estudos detalhados dos seus fabricos, preferencialmente de cariz arqueométrico.

Neste âmbito, os dados disponíveis, ainda que sugestivos, são insuficientes para delinear um quadro evolutivo destas produções. Como já foi anteriormente referido, parece que a produção durante

a 1.ª Idade do Ferro, a ter existido, não terá tido grande expressão, como evidenciam não apenas os dados de Abul A, mas também os de Alcácer do Sal e Setúbal, onde a presença de recipientes anfóricos é manifestamente escassa nos contextos publicados, parecendo corresponder sobretudo a produtos importados. É, sobretudo, durante a segunda metade do 1.º milénio a.C. que a situação parece alterar-se. Os dados de Abul B parecem evidenciar uma maior presença de formas mais atípicas a partir de finais do século VI – século V a.C., situação que poderá ocorrer também nos contextos publicados de Setúbal e Alcácer do Sal. Ainda assim, parece que as formas mais bem representadas, se efectivamente integrarem as produções locais, são recipientes de forma globular ou ovalada, com colo curto e bordo assinalado na zona externa, similares ao que foi designado no estuário do Tejo como tipo 3. A ausência, nos contextos referidos, de outras formas identificadas no Castro de Chibanes e nas grutas de Sesimbra pode indicar que a maior variedade morfológica destas putativas produções sadinas ocorre num momento já tardio da Idade do Ferro, e que pode corresponder justamente à fase de diminuição de contactos com a área meridional. Naturalmente que esta é apenas uma hipótese que terá de ser confirmada ou refutada com futuros dados contextuais. Não podemos deixar de lamentar a ausência de estratigrafias mais seguras para os sítios que proporcionaram os exemplares mais bem conservados destas eventuais produções sadinas, cujos processos de formação estratigráfica são sempre muito difíceis de reconstituir. Ainda assim, é importante salientar a importância do Castro de Chibanes na resolução de problemas concretos, muito especificamente para a definição do *terminus* destas produções. Sendo um local ocupado apenas numa fase tardia da Idade do Ferro, poderá permitir traçar um retrato das produções do século III/II a.C. e, sobretudo, identificar as formas que transitam para o início do período romano-republicano, trabalho que está a ser desenvolvido pela equipa responsável pela escavação e outros investigadores associados ao projecto.

De qualquer forma, o desenvolvimento destas múltiplas questões é essencial para uma melhor reconstituição da história evolutiva do estuário do Sado durante a Idade do Ferro, considerando que por detrás da produção anfórica residem estratégias de ocupação, exploração e organização do território, centradas no aproveitamento e dinamização de produtos alimentares e na criação de uma rede estruturada de mercados de consumo. Neste âmbito, a futura identificação de novos núcleos de ocupação, talvez de menor entidade, nas zonas mais próximas do estuário, poderá permitir conhecer e delimitar as redes de distribuição destes produtos, de que poderá ser exemplo o sítio de Santa Margarida do Sado 3 (Moro Berraquero *et al*. 2015), onde recentemente se recolheram fragmentos de ânforas semelhantes aos exemplares sadinos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona.

ARRUDA, A. M. – CARDOSO, J. L. (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20: 731-754.

ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – FERREIRA, M. – LOURENÇO, P. – CARVALHO, A. (2021) – *El Orientalizante en Portugal. Nuevos datos de Alcácer do Sal*. Barcelona.

CALADO, M. – GONÇALVES, L. – MATALOTO, R. – JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2017) – Lapa da Cova: un santuario costero en los acantilados de Sesimbra (Portugal). In MARTÍNEZ ALCALDE, M. – GARCÍA CANO, J. M. – BLÁNQUEZ PÉREZ, J. – INIESTA SANMARTÍN, Á. (eds.) – *Mazarrón II. Contexto, viabilidad y perspectivas del barco B-2 de la bahía de Mazarrón. En homenaje a Julio Mas García*. Madrid: 525-543.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2019) – Rumbo a poniente: el comercio de ánforas turdetanas en la costa atlántica de la península ibérica (siglos V-I a.C.). *Archivo Español de Arqueología* 92: 119-153.

GOMES, F. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII – V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. – MATALOTO, R. – CALADO, M. – GONÇALVES, L. (2018) – Lapa da Cova (Sesimbra, Portugal): a coastal sanctuary on the western border of the Mediterranean. In Guirguis, M. (ed.) – *From the Mediterranean to the Atlantic: people, goods and ideas between East and West*. Pisa/Roma, vol. 2: 309-316.

MAYET, F. – SILVA, C. T. (2000) – Le site phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire. Paris.

MORENO MEGÍAS, V. – GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – FRAGNOLI, P. – STERBA, J. H. (2020) – Petrographic and neutron activation analysis of Late Iron Age amphorae from the south western Iberian Peninsula. *Journal of Archaeological Science: Reports* 34 – 102598.

MORO BERRAQUERO, J. – SIMÃO, I. – GODINHO, R. (2015) – Santa Margarida do Sado 3. La influencia fenicio-púnica al interior de la Cuenca del Río Sado. In *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aroche: 501-529.

PIMENTA, J. – SILVA, C. T. – SOARES, J. – PEREIRA, T. (2019) – Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa* 3: 45-79.

RAMON TORRES, J. (1995) – *Las* ânforas fenício–*púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona.

SCHMITT, A. (2000) – Étude pétrographique des céramiques phéniciennes d'Abul. Mayet, F. – Silva, C. T. (eds.) – *Le site phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*. Paris.

SILVA, C. T. (2018) – A ocupação da Idade do Ferro. In Silva, C. T. (coord.) – *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica 17). Setúbal: 65-79.

SILVA, C. T. – SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado: primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais VI*. Lisboa: 33-66.

SILVA, C. T. – SOARES, J. (2012) – Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao século I a.C. In Fernandes, I. C. – Santos, M.T. (eds.) – *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: 67-87.

SILVA, C. T. – SOARES, J. – BEIRÃO, C. M. – DIAS, L. F. – COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica* 6-7: 149-218.

SILVA, C. T. – SOARES, J. – COELHO-SOARES, A. – DUARTE, S. – GODINHO, R. (2014) – Preexistências de Setúbal. 2.ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.º 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa* 4: 161-214.

SILVA, C. T. – SOARES, J. – DUARTE, S. (2018) – Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro 32-34. *Musa* 5: 17-38.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1986) – Ocupação pré–romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. In *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Lisboa: 87–101.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (2014) – O projecto de Investigação Arqueológica «CIB» e a campanha de escavações Chibanes/2012. *Musa* 4: 75-98.

SORIA, V. (2018) – *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portugallo trai l II e il I secolo a.C.: uma prospetiva di studio*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.

SOUSA, E. (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa.

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa.

SOUSA, E. (2017) – Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e Identidades Culturais na 2.ª metade do 1.º milénio a.C. In Celestino Pérez, S. – Rodríguez González, E. (eds.) – *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartesica*. Madrid: 295-318.

SOUSA, E. (2019) – O comércio na costa atlântica portuguesa durante a segunda metade do 1.º milénio a.C. In Ferrer Albelda, E. (ed.) – *La ruta de las Estrímnides*. Alcalá de Henares: 499-520.

SOUSA, E. – ALVES, C. – PEREIRA, T. (2016) – O conjunto anfórico da urbanização do Moleão, Lagos (Portugal). In Járrega, R. – Berni, P. (eds.) – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona: 464-478.

SOUSA, E. – ARRUDA, A. M. (2010) – A gaditanização do Algarve. *Mainake* 32: 951-974.

SOUSA, E. – ARRUDA, A. M. (in press) – Amphorae production and trade in the western iberia: an overview.

SOUSA, E. – PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In Morais, R. – Fernández, Sousa, M. J. (eds.) – *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia. Monografias Ex Officina Hispana II*. Porto, vol. 1: 303- 316.

A MÃO, O FUSO E O TEAR: NOTAS SOBRE O CONTEXTO E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO TÊXTIL NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL

FRANCISCO B. GOMES[1]

RESUMO

Apesar da persistência de muitas lacunas e da qualidade desigual da informação, o volume crescente de evidências relacionadas com as actividades têxteis na Idade do Ferro do Sul de Portugal permite estabelecer uma primeira aproximação à escala, contexto e organização das mesmas. Os dados procedentes de ambientes habitacionais permitem com efeito entrever uma produção de pequena escala, em contexto doméstico, integrada nalguns casos em economias de subsistência, enquanto noutros parece conviver e complementar outras actividades artesanais e económicas, integrando-se provavelmente em «economias colaborativas domésticas».

PALAVRAS-CHAVE: Idade do Ferro; Instrumental Têxtil; Produção Têxtil; Economia; Actividades Domésticas.

ABSTRACT

Despite the many enduring gaps and the uneven quality of the data, the growing body of evidence relating to textile activities in the Iron Age of southern Portugal allows a first approach to their scale, context, and organization. The data from settlements seem in fact to point to a small-scale household production, sometimes as part of subsistence economies while in other cases they seem to have taken place in close association with and complementing other craft and economic activities, probably as part of «collaborative domestic economies».

KEY WORDS: Iron Age; Textile Tools; Textile Production; Economy; Domestic Activities.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia. franciscojbgomes@gmail.com.

1. AS ACTIVIDADES TÊXTEIS NA PROTO-HISTÓRIA DO SUL DE PORTUGAL: UMA BREVE INTRODUÇÃO[2]

Apesar de ter conhecido um interesse crescente nos últimos anos, o estudo das actividades têxteis no final da Idade do Bronze e na Idade do Ferro do Sul de Portugal permanece num estado embrionário. A investigação sobre a produção têxtil e os seus correlatos materiais nestes períodos não é de facto comparável à desenvolvida, por exemplo, no vizinho território espanhol (para um balanço, v. Alfaro Giner 2012; 2020). Os trabalhos disponíveis para ambientes cronológicos e culturais afins aos tratados nesta contribuição (v., p. ex., Berrocal-Rangel *et al.* 1994; 2020; Berrocal-Rangel 2003; Alfaro Giner 2012: 341-2; 2014; Marín Aguilera 2019; Marín Aguilera *et al.* 2019) continuam a ter limitados paralelos no panorama da investigação portuguesa.

Ainda assim, nos últimos anos têm-se produzido alguns avanços dignos de menção, com o estudo aprofundado de alguns conjuntos de instrumental têxtil significativos (Pereira 2013; Gomes 2017; 2020) ou a inclusão de apartados individualizados sobre este tipo de elementos em monografias mais gerais (v., p. ex., os estudos de A. Jorge em Albergaria – Melro 2013) que permitem, em conjunto com um certo número de dados dispersos pela bibliografia, começar a construir uma panorâmica mais ou menos abrangente da documentação relativa às actividades têxteis no Sul do actual território nacional.

Deve contudo salientar-se que a documentação continua a apresentar disparidades importantes. Uma primeira assimetria que importa reter diz respeito à distribuição do material conhecido por períodos cronológicos. Com efeito, e salvo contadas excepções (Mataloto 2013: 251; Figs. 8, 21; cf. tb. Berrocal-Rangel – Silva 2010: 319; 322-5), pouco ou nada se sabe sobre o instrumental e as actividades têxteis do Bronze Final, ao passo que a documentação sobre a Idade do Ferro é comparativamente abundante.

Essa documentação apresenta contudo, ela própria, uma distribuição cronológica e espacial desigual, persistindo lacunas consideráveis cujo significado permanece por apurar. Por outro lado, o material efectivamente existente e referenciado na bibliografia encontra-se estudado de forma muito desigual.

Apesar destas inconsistências da documentação, parece importante proceder a uma primeira sistematização do panorama disponível no sentido de avaliar possíveis padrões significativos de incidência e distribuição das actividades têxteis, e compará-los com o panorama apesar de tudo mais bem conhecido de outras regiões limítrofes. Assim, nas páginas que se seguem oferecem-se algumas considerações sobre o registo disponível e uma primeira leitura do contexto e da organização da produção têxtil no período em apreço.

2. A PRODUÇÃO TÊXTIL NA I IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL: CONTEXTO, ESCALA E ORGANIZAÇÃO

Um levantamento exaustivo da literatura arqueológica permite identificar mais de quatro dezenas de sítios da Idade do Ferro nos quais se referenciou a presença de algum tipo de evidências relacionadas com actividades têxteis, predominando os achados relacionados com a fiação (cossoiros) ao

[2] A investigação apresentada neste artigo foi desenvolvida no âmbito da Acção COST EuroWeb – Europe through Textiles (CA19131) financiada pela *COST – European Cooperation in Science and Technology* (www.cost.eu) com fundos do Horizonte 2020 da União Europeia.

passo que os que dizem respeito à tecelagem (*pondera*/ pesos de tear) e a outras actividades (p. ex., agulhas) são significativamente mais raros.

À semelhança do verificado noutras áreas geográficas e culturais (v., p. ex., Gleba 2008), este tipo de elementos distribui-se na Idade do Ferro do Sul de Portugal por contextos funcionalmente diversos, incluindo ambientes funerários (cf Gomes 2017; 2020, com bibliografia) e religiosos (p. ex., Mayet – Silva 2000: 188), mas também domésticos.

Os dados deste último tipo de contextos revestem-se de um interesse particular, tanto pelo persistente défice de estudos sobre as práticas e o quotidiano domésticos durante o período em apreço no Sul português, como pelo potencial que este tipo de espaços encerra para uma reconstrução, mesmo que tentativa, da escala e contexto socioeconómico da produção e das actividades têxteis. A presente contribuição centrar-se-á, por isso, no instrumental têxtil procedente dos 29 sítios de natureza habitacional em que este tipo de elementos se encontra referenciado (Figs. 1 e 2).

Com a possível excepção do conjunto de Miguens 10 (Alandroal), cujo contexto é ainda mal conhecido mas para o qual se sugeriu uma data entre o final do século VIII e os inícios do VII a.n.e. (Calado *et al.* 2007: 141-3), os elementos mais antigos relacionados com a produção têxtil na Idade do Ferro do Sul português procedem do complexo de Abul A (Alcácer do Sal), onde se recolheram sete cossoiros (um da primeira fase do complexo e seis da segunda) (Mayet – Silva 2000: 66-7).

Graças à exemplar documentação produzida pela equipa luso-francesa codirigida pelo autor homenageado nestas páginas, é possível reconstituir a distribuição espacial destes elementos, particularmente para a fase mais recente do complexo à qual pertencem a maioria das peças exumadas. Assim, é possível observar duas situações diferenciadas (Fig. 3): por um lado, uma concentração na ala ocidental do corredor perimetral que rodeia o pátio central do edifício, onde se recolheram três cossoiros em estreita associação espacial; por outro, um conjunto de outros três cossoiros encontrados dispersos na área exterior a Sul do edifício, concretamente no interior do fosso que delimitava o complexo nesta direcção.

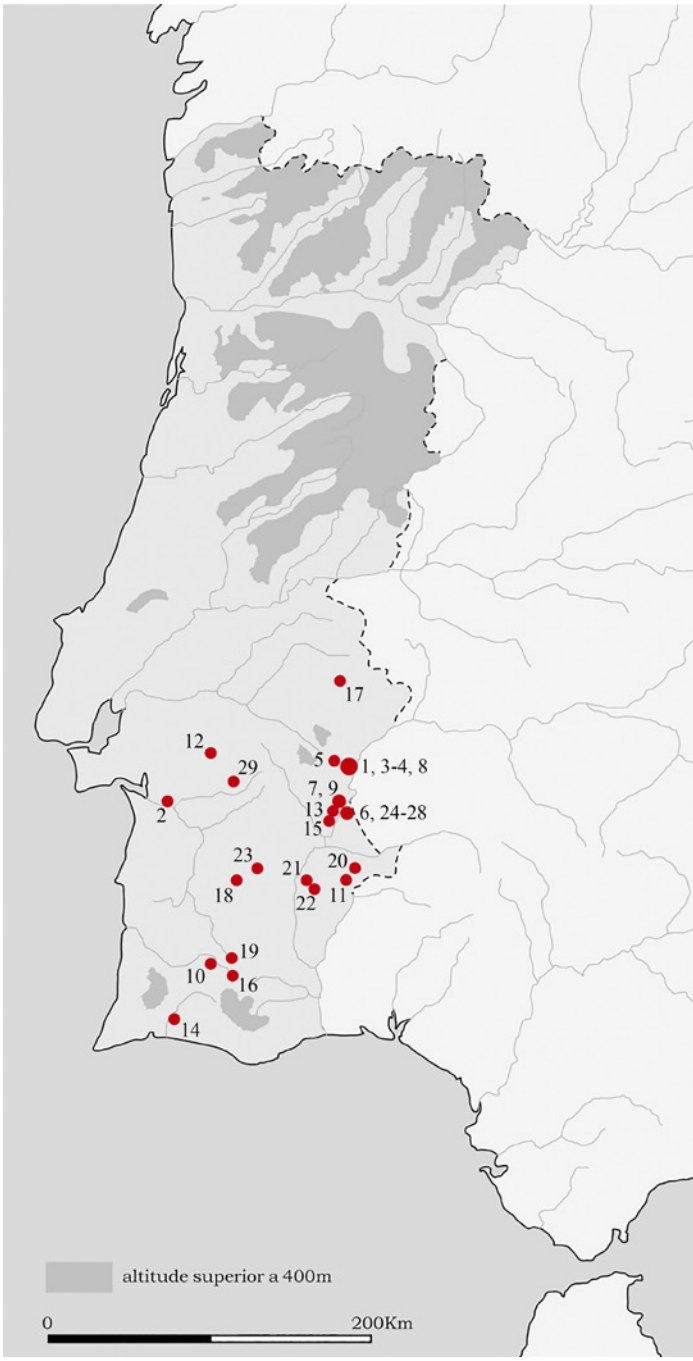


FIG. 1. Distribuição geográfica dos sítios de habitat da Idade do Ferro com evidências de actividades têxteis. A numeração corresponde à da tabela da Figura 2. Base cartográfica: Victor S. Gonçalves.

A primeira destas concentrações parece evidenciar a realização de actividades produtivas em espaços de circulação, o que, no caso vertente, poderia relacionar-se com a necessidade de luz natural durante o processo de fiação, assegurada pela proximidade do pátio central. Esta situação encon-

N.º	SÍTIO	LOCALIDADE	CRONOLOGIA (A.N.E.)	COSSOIROS	PESOS DE TEAR	OUTROS
1	Miguens 10	Alandroal	f. VIII – VII	9	–	–
2	Abul A	Alcácer do Sal	m. VII – i. VI	8	–	–
3	Fonte da Calça	Alandroal	VI – V	1	–	–
4	Forno da Cal	Alandroal	VI – V	1	–	–
5	Herdade da Sapatôa	Redondo	f. VI – m. V	1	–	–
6	Serros Verdes	Moura	VI? – V	1	–	–
7	Monte Roncão 11	Reguengos de Monsaraz	VI? – V	9	–	–
8	Casa da Moinhola	Alandroal	VI – IV	3	2	–
9	Monte Roncanito 4	Reguengos de Monsaraz	V?	2	–	–
10	Fernão Vaz	Ourique	V	Ind.	–	–
11	Cabeço Redondo	Moura	V	4	4	1
12	Alto do Castelinho da Serra	Évora	V	1	–	–
13	Chaminé 18	Reguengos de Monsaraz	V	1	–	–
14	Cerro da Rocha Branca	Silves	V – IV	7	–	–
15	Musgos 10	Alandroal	f. V – IV	Ind.	Ind.	–
16	Mesas do Castelinho	Almodôvar	f. V – f. III	15	–	–
17	Vaiamonte	Monforte	V/IV? – II	1660	24	76
18	Herdade do Pomar	Aljustrel	IV	3	–	–
19	Porto das Lages	Ourique	IV – III	1	–	–
20	Castelo Velho de Safara	Moura	IV – III	2	–	–
21	Serpa	Serpa	IV – III	Ind.	–	–
22	Misericórdia	Serpa	IV – III	1	–	–
23	Beja – Rua do Sembrano	Beja	IV – III	2	–	–
24	Monte do Judeu 6	Moura	IV – m. II*	2	–	–
25	Estrela 1	Moura	IV – m. II*	5	–	
26	Monte da Pata 1	Moura	III – i./m. II*	1	1	1
27	Monte das Candeias 3	Moura	III – i./m. II	2	–	–
28	Castelo das Juntas	Moura	III? – I	5	–	–
29	Castelo do Giraldo	Évora	1.ª m. II	Ind.	–	–

FIG. 2. Instrumental têxtil em contextos habitacionais da Idade do Ferro do Sul de Portugal: tabela síntese.

tra de resto um expressivo paralelo em datas mais avançadas no complexo de Cancho Roano (Badajoz), onde se verificou justamente que as actividades têxteis, incluindo neste caso a tecelagem, se concentravam de forma expressiva nas áreas de circulação (Berrocal-Rangel 2003; Berrocal-Rangel *et al*. 2020).

Quanto ao material recuperado no fosso meridional do complexo de Abul A, caberia pensar na possibilidade de que, nalguns casos, as actividades produtivas tenham tido também lugar no exterior do edifício, produzindo a perda ocasional de instrumental têxtil. Alternativamente, estes materiais poderiam resultar de episódios de limpeza ou amortização dos espaços interiores do complexo.

O que parece certo é que, à luz do conjunto material recolhido, a dimensão e escala das actividades têxteis em Abul A parece reduzida, não se verificando a existência de qualquer espaço especializado dedicado às mesmas. Estas actividades parecem pelo contrário estar integradas nos espaços e âmbitos do quotidiano no sítio, situação que parece consistente com recentes leituras

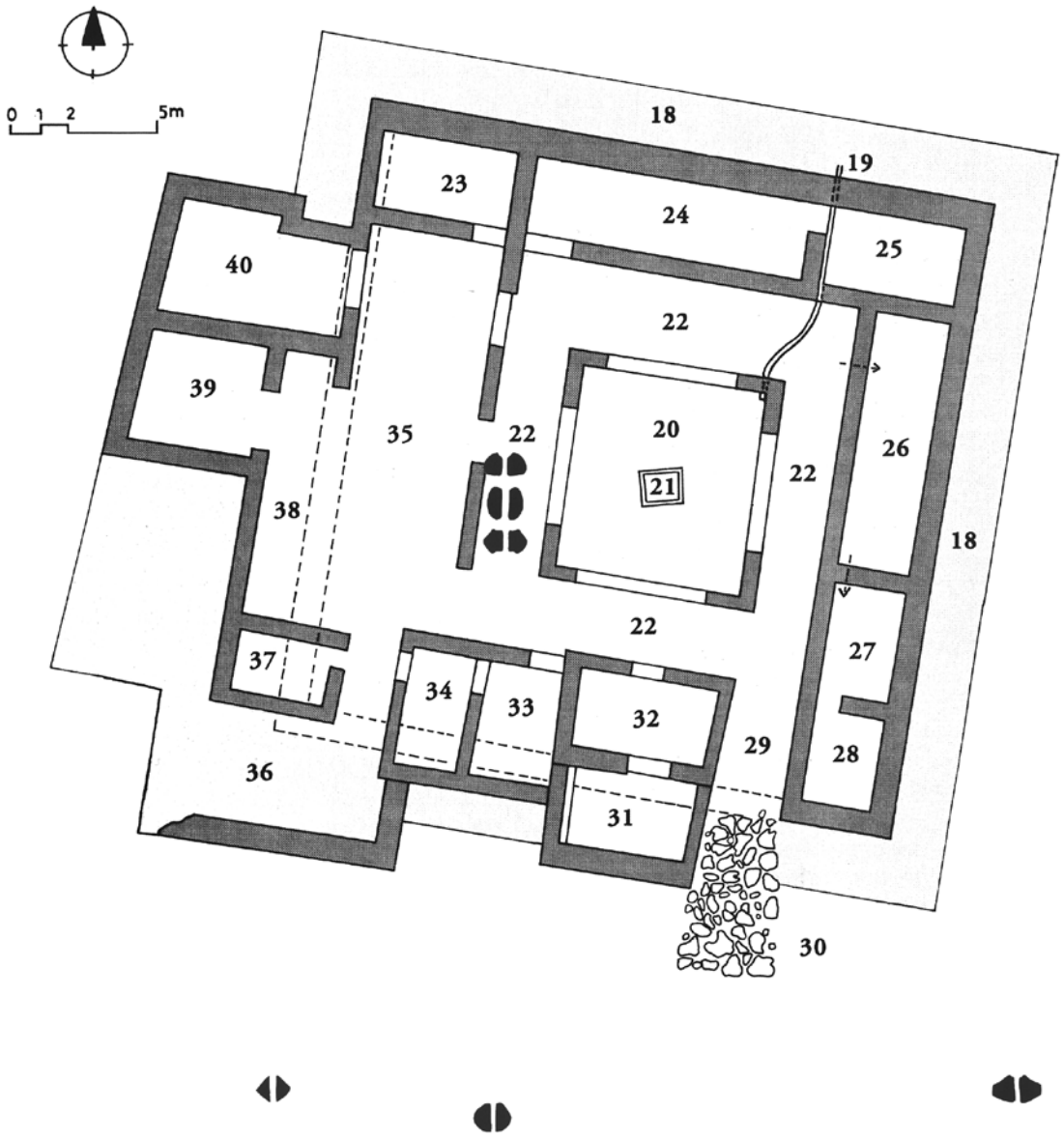


FIG. 3. Distribuição espacial dos cossoiros da segunda fase de ocupação de Abul A, seg. Mayet – Silva 2000, adaptado.

realizadas para o mundo fenício ocidental que evidenciam a fluidez das barreiras entre o espaço doméstico e produtivo, enfatizando o papel do primeiro no contexto das chamadas «economias colaborativas domésticas» (Delgado 2017-9).

Se os dados sobre a presença de instrumental têxtil em contextos domésticos dos inícios da Idade do Ferro permanecem limitados, a partir dos séculos VI e, sobretudo, V a.n.e. verifica-se um incremento muito significativo na incidência deste tipo de materiais, em grande medida a par do desenvolvimento e consolidação de uma malha de povoamento de características eminentemente rurais nos territórios do interior.

A este nível, são particularmente expressivos os dados recolhidos no entorno do Médio Guadiana português, graças em grande parte aos trabalhos de minimização do impacto da barragem do Alqueva. Assim, a malha de povoamento rural atribuível à I Idade do Ferro regional desta área (Mataloto 2004; Calado *et al.* 2007; Soares 2012; Albergaria e Melro 2013: 91-102; Marques *et al*. 2013; v. tb. Soares 2012) engloba um bom número de sítios que forneceram elementos relacionados com a produção têxtil (Fig. 1).

O panorama oferecido pelo instrumental têxtil recolhido nos mesmos, que forma invariavelmente conjuntos de pequenas ou mesmo muito pequenas dimensões (entre um e nove cossoiros e dois a quatro pesos de tear) (Fig. 4), parece evidenciar, uma vez mais, uma produção de pequena escala, perfeitamente enquadrada nas actividades domésticas destes sítios rurais cujos ocupantes, à luz da documentação disponível, parecem ter praticado primariamente uma economia de subsistência que se enquadra bem no panorama de umas sociedades camponesas organizadas em redes de povoamento de natureza acentuadamente heterárquica.

O panorama disponível para outras áreas do Sul português durante o mesmo período não destoa desta imagem geral, embora estejam ainda por caracterizar em termos quantitativos e qualitativos os conjuntos de sítios como Fernão Vaz (Ourique) (cf. Correia 1999: 24) ou a Azougada (Moura)

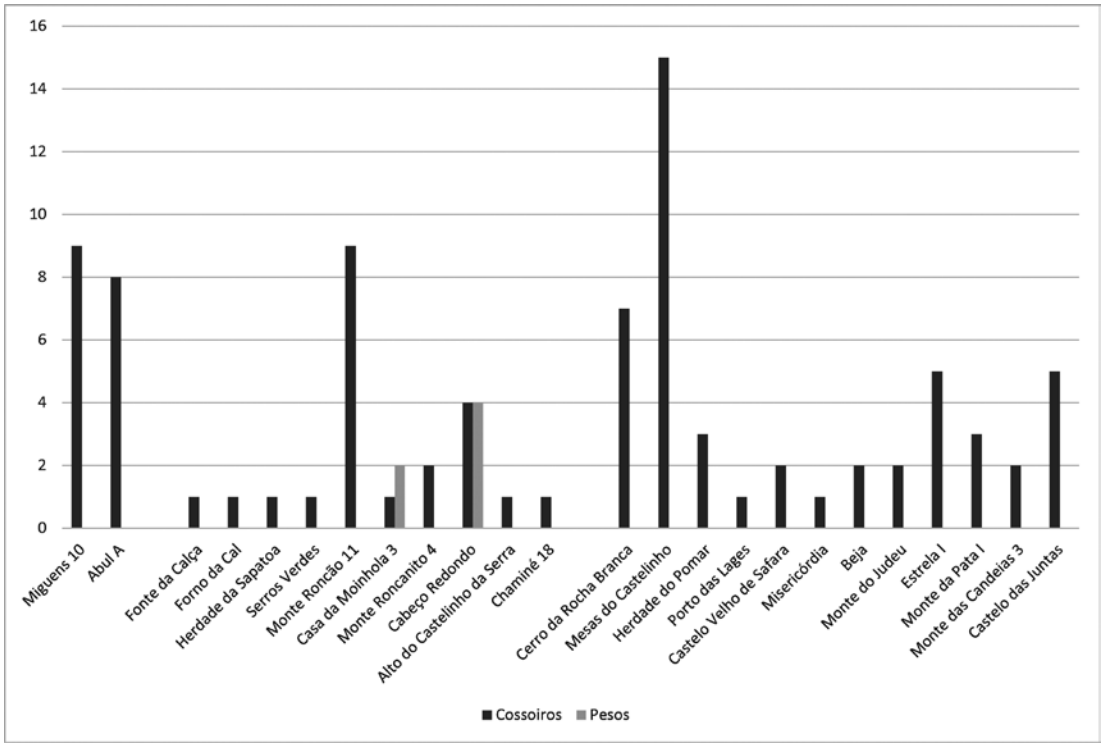


FIG. 4. Quantificação do instrumental têxtil em contextos habitacionais da Idade do Ferro do Sul de Portugal.

(cf. Soares 2012: 90), para os quais existem referências à presença de conjuntos expressivos de cossoiros cujo estudo pode ainda alterar, no todo ou em parte, a imagem antes apresentada.

Para a II Idade do Ferro, os dados parecem evidenciar uma situação similar em termos de escala, embora com algumas nuances decorrentes das transformações sociopolíticas e territoriais que caracterizam este período. Assim, e a par de pequenos sítios de natureza rural onde a actividade têxtil se mantém em moldes aparentemente similares aos do período anterior (Correia 1988-9: 89; Albergaria – Melro 2013: 235-6), surgem durante esta fase outras evidências associadas a povoados com certa entidade, nalguns casos fortificados, que consubstanciam um modelo de povoamento mais concentrado e, possivelmente, hierarquizado que o que caracterizava a etapa precedente.

Ainda assim, a dimensão dos conjuntos de instrumental têxtil recolhidos em sítios como a Herdade do Pomar (Aljustrel) (Parreira e Berrocal-Rangel 1990: 48), a Misericórdia (Serpa) (Soares 1996), o Castelo Velho de Safara (Moura) (Soares 2001: 62) ou Beja, na Rua do Sembrano (Grilo 2006: 81-2), com pequenos conjuntos de um a três cossoiros, não parecem de momento evidenciar uma qualquer intensificação da produção. Num ambiente cultural algo distinto, a documentação do Cerro da Rocha Branca (Silves), no qual se recolheram sete cossoiros (Gomes 1993: Fig. 14), ou de Faro – Quintal da Judiciária, onde se recolheu um único cossoiro nos níveis pré-romanos (Gomes 2016: 115), parece apontar no mesmo sentido.

Apenas os dados das Mesas do Castelinho (Almodôvar) poderiam evidenciar uma situação algo distinta. Neste povoado identificou-se de facto um número mais elevado, ainda que não avultado, de cossoiros, somando um total de 15 exemplares procedentes dos níveis pré-romanos, cuja distribuição espacial permitiu identificar áreas concretas onde a fiação poderá ter tido lugar (Estrela 2010: 65-7). Ainda assim, e tal como observado anteriormente para contextos mais antigos, o panorama disponível não parece apontar no sentido de áreas diferenciadas e especializadas dedicadas à produção têxtil, sugerindo antes uma convivência nos mesmos espaços com outras actividades domésticas e/ou produtivas, e portanto, uma vez mais, uma produção de escala e âmbito doméstico (*idem*).

Com efeito, o único sítio que poderia alterar substancialmente o panorama relativo à escala e organização da produção têxtil durante a II Idade do Ferro do Sul de Portugal parece ser a Cabeça de Vaiamonte (Monforte), da qual provém uma colecção absolutamente desproporcional de 1660 cossoiros, recentemente analisada, além de pesos de tear, agulhas/ sovelas e um pente de cardar (Pereira 2013). Infelizmente, e como é sabido, a natureza dos trabalhos conduzidos no sítio por Manuel Heleno ditou a perda das coordenadas contextuais e estratigráficas destas peças, pelo que a aferição do seu significado em termos da escala e organização da produção têxtil permanece difícil de apurar.

Com efeito, não é impossível que pelo menos parte deste material date já da época dos primeiros contactos com Roma, podendo a escala da actividade têxtil no sítio resultar das necessidades do exército romano, cuja presença no sítio está bem documentada. Se, pelo contrário, se assumir que a maioria deste instrumental têxtil data da Idade do Ferro – leitura compatível com a sua tipologia e decoração (cf. Pereira 2013: 684-6) –, a dimensão do conjunto coloca interessantes questões sobre o seu contexto e efectivo significado económico.

Com efeito, e se é pelo menos em princípio possível pensar na existência no interior alto-alentejano de um importante centro artesanal que albergou, entre outros, ateliers especializados na produção têxtil a uma escala que transcende largamente as necessidades locais, algumas das características do material de Vaiamonte, devidamente enfatizadas pela responsável do seu estudo (Pereira 2013), sugerem que pelo menos parte deste material se pode ter revestido de outros significados.

A presença de peças com características físicas que as tornam funcionalmente inadequadas para um uso prático e produtivo, a par da profusão de decorações simbolicamente relevantes e de

grafitos, poderia sugerir que pelo menos parte destes cossoiros se enquadrou em acções ou oferendas rituais (Pereira 2013: 686), situação que contaria com bons paralelos no território da vizinha Extremadura (Berrocal-Rangel *et al*. 1994; 2020; Berrocal-Rangel 2003; Marín Aguilera *et al*. 2019).

Dito isto, caberia notar que ambas as possibilidades não são de todo incompatíveis, na medida em que, como é bem sabido, no mundo antigo os santuários constituíram frequentemente importantes centros de produção têxtil (Gleba 2008: 183-7; Brøns – Nosch 2017), não sendo descabido pensar que, num contexto ritual onde os tecidos e a tecelagem se revestem de grande importância, possam ter existido um ou mais ateliers dedicados a suprir as necessidades do culto e dos cultuantes cuja produção tenha excedido essas necessidades e adquirido um valor económico ao que tudo indica assinalável.

3. A PRODUÇÃO TÊXTIL DA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL EM CONTEXTO: ALGUMAS NOTAS FINAIS

A imagem apresentada nas páginas anteriores, baseada, como ficou dito, numa informação dispersa e de qualidade variável, permite ainda assim traçar uma primeira aproximação ao panorama das actividades têxteis na Idade do Ferro do Sul de Portugal. Essa aproximação deve, contudo, tomar-se com substanciais reservas, por diversas razões.

Desde logo, caberia assinalar que muitos dos sítios anteriormente mencionados estão muito longe de ter sido escavados na sua totalidade, pelo que não se pode excluir a existência de ambientes e contextos produtivos mais ou menos especializados ainda não identificados. Por outro lado, a própria ausência ou escassez de instrumental têxtil não pode ser tomada como evidência directa da ausência ou escassez de produção têxtil. Com efeito, nem todas as técnicas de fiação implicam o uso de fusos com cossoiros em cerâmica ou outros materiais duradouros (cf. Barber 1991: 39-78); nesse sentido, os estudos recentes sobre a prevalência em muitos contextos do mundo antigo da técnica de *splicing* para a produção de fio (Gleba e Harris 2019), que não deixa qualquer evidência arqueológica, constituem uma importante chamada de atenção.

Por outro lado, caberia notar a mais que suspeita raridade dos pesos de tear no registo arqueológico sidérico do Sul de Portugal, pouco consistente com a (apesar de tudo) mais abundante documentação relativa à fiação. Esta situação poderá indiciar a persistência regional de tipos de teares desprovidos de pesos (por exemplo, teares horizontais ou de cintura – cf. Barber 1991: 79-83) ou o uso de teares verticais dotados de pesos realizados em argila seca mas não cozida, dificilmente rastreáveis, situação bem atestada, por exemplo, em contextos sidéricos da Extremadura (Berrocal-Rangel 2003; Berrocal-Rangel *et al*. 2020).

Feitas estas ressalvas, caberia ainda assim assinalar que, com todas as devidas reservas, o panorama oferecido pelo instrumental têxtil efectivamente conservado e documentado parece indiciar uma relativa ubiquidade da produção têxtil na Idade do Ferro do Sul português, ainda que sempre a uma escala reduzida e de âmbito doméstico. Os dados quantitativos, sumariamente representados no gráfico da Figura 4, não parecem com efeito evidenciar qualquer tendência assinalável para a intensificação ou concentração das actividades têxteis, revelando tão somente variações relativamente reduzidas que bem podem dever-se à dimensão dos sítios, à duração da sua ocupação ou à extensão da área escavada.

Nalguns casos, sobretudo no contexto de sítios e malhas de povoamento de natureza rural, essa produção parece ter-se enquadrado em economias predominantemente de subsistência, enquanto noutros sítios e regiões parece lícito pensar numa complementaridade entre estas actividades produtivas domésticas e outras que se revestiriam de um maior grau de especialização e

intensificação, como a metalurgia, configurando assim um tecido económico complexo e polifacetado (cf. Delgado 2017-9).

Em todo o caso, não dispomos de momento para o Sul de Portugal de qualquer evidência equiparável à do vizinho território da Extremadura espanhola, para o qual se propôs recentemente a existência de uma intensificação e centralização da produção têxtil durante o século V a.n.e. no âmbito de centros de poder rurais como Cancho Roano ou La Mata (Marín Aguilera 2019: 19-20). Pelo contrário, o panorama português ao longo de praticamente toda a Idade do Ferro permanece mais próximo do padrão observado para os sítios dos inícios da Idade do Ferro daquela região, caracterizados ao que tudo indica por uma produção doméstica, de pequena escala e para autoabastecimento (Marín Aguilera 2019: 15-9).

Esta imagem preliminar necessita contudo de ser refinada no futuro com novas leituras, assentes em outras evidências e, sobretudo, em novas técnicas analíticas (v. Strand *et al*. 2010). De uma análise dos potenciais recursos têxteis, assente em dados zooarqueológicos e arqueobotânicos, a um estudo contextual mais detalhado das relações microespaciais entre a produção têxtil e outras actividades produtivas e do quotidiano, há ainda um considerável caminho a percorrer para alcançar uma compreensão global e integrada das actividades têxteis sidéricas no Sul de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, J. – MELRO, S. (2013) – *Ocupação Proto-Histórica na margem esquerda do Guadiana*. Beja: EDIA.

ALFARO GINER, C. (2012) – Spain. In: GLEBA, M. – MANNERING, U. (eds.), *Textiles and Textile Production in Europe from Prehistory to AD 400*, 334-46. Oxford: Oxbow.

ALFARO GINER, C. (2014) – Estudio de los restos textiles de la Angorrilla. In: FERNÁNDEZ FLORES, Á. – RODRÍGUEZ AZOGUE, A. – CASADO ARIZA, M. – PRADOS PÉREZ, E. (coords.), *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*, 639-44. Sevilha: Universidad de Sevilla.

ALFARO GINER, C. (2020) – Studies of Ancient Textiles in Spain. In: MARÍN-AGUILERA, B. – GLEBA, M. (eds.), *Interweaving Traditions: Clothing and Textiles in Bronze and Iron Age Iberia*, 11-6. Valencia: Universitat de València.

BARBER, E. (1991) – *Prehistoric Textiles. The development of cloth in the Neolithic and Bronze Ages*. Princeton: Princeton University Press.

BERROCAL-RANGEL, L. (2003) – El instrumental textil en Cancho Roano: consideraciones sobre sus fusayolas, pesas y telares. In: CELESTINO PÉREZ, S. (ed.), *Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos I*, 213-97. Badajoz: Museo Arqueológico de Badajoz.

BERROCAL-RANGEL, L – CELESTINO PÉREZ, S. – RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2020) – Textiles and Rituality in the Late Tartessian Culture of the Guadiana Valley. In: MARÍN-AGUILERA, B. – GLEBA, M. (eds.), *Interweaving Traditions: Clothing and Textiles in Bronze and Iron Age Iberia*, 113-28. Valencia: Universitat de València.

BERROCAL-RANGEL, L. – MAFFIOTTE, I. B. – RUIZ TRIVIÑO, C. (1994) – Las fusayolas. In: BERROCAL-RANGEL, L. (dir.), *El altar prerromano de Castrejón de Capote. Ensayo etnoarqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*, 201-30. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.

BERROCAL-RANGEL, L. – SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: MNA.

BRØNS, C. – NOSCH, M.-L. (2017) – *Textiles and Cult in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Oxbow Books.

CALADO, M. – MATALOTO, R. – ROCHA, A. (2007) – Povoamento Proto-Histórico na Margem Direita do Regolfo do Alqueva (Alentejo, Portugal). In: RODRÍGUEZ DÍAZ, A. – PAVÓN SOLDEVILA, I. (eds.), *Arqueología de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*, 129-79. Cáceres: Universidad de Extremadura.

CORREIA, V. H. (1988-9) – A estação da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique, Beja). *Portugália*. IX-X, 81-100.

CORREIA, V. H. (1999) – Fernão Vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. *Vipasca*. 8, 23-31.

DELGADO, A. (2017-9) – Working at Home. Gender and Craft Production in the Western Phoenician World. *Studi Epigrafici e Linguistici*. 34-6, 159-80.

ESTRELA, S. (2010) – *Os níveis fundacionais da Idade do ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar): os contextos arqueológicos na (re)construção do povoado*. Tese de Mestrado. Universidade de Lisboa. Inédita.

GLEBA, M. (2008) – *Textile Production in Pre-Roman Italy*. Oxford: Oxbow.

GLEBA, M. – HARRIS, S. (2019) – The first plant bast fibre technology: identifying splicing in archaeological textiles. *Archaeological and Anthropological Sciences*. 11, 2329–46.

GOMES, F. B. (2017) – Fusayolas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal): tipología, función y simbolismo. *Saguntum*. 49, 43-59.

GOMES, F. B. (2020) – Um conjunto de instrumental têxtil da necrópole da I Idade do Ferro da Herdade do Pêgo (Ourique, Portugal). *Conimbriga*. LIX, 5-44.

GOMES, J. (2016) – *Ossónoba entre a Idade do Ferro e Roma: estudo de cerâmica de tradição púnico--turdetana do sítio do Quintal da Judiciária, Faro (Séculos III-I a.C.)*. Tese de Mestrado. Universidade do Algarve. Inédita.

GOMES, M. V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. IV, 73-107.

GRILO, C. (2006) – *A rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja*. Tese de Mestrado. Universidade de Lisboa. Inédita.

MARÍN AGUILERA, B. (2019) – Weaving rural economies: textile production and societal complexity in Iron Age south-western Iberia. *World Archaeology*. 51:2, 226-51.

MARÍN AGUILERA, B. – CELESTINO PÉREZ, S. – RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2019) – Dressing the sacrifice: textiles, textile production and the sacrificial economy at Casas del Turuñuelo in fifth-century BC Iberia. *Antiquity*. 93:370, 933-53.

MARQUES, J. A. – GÓMEZ MARTÍNEZ, S. – GRILO, C. – BATATA, C. (2013) – *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o Rio Degebe e a Ribeira do Álamo (Idade do Ferro e Períodos Medieval e Moderno)*. Beja: EDIA.

MATALOTO, R. (2004) – *Um «monte» da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: IPA.

MATALOTO, R. (2013) – Do vale à montanha, da montanha ao monte: a ocupação do final da Idade do Bronze no Alentejo Central. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20, 221-72.

MAYET, F. – SILVA, C. T. da (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul*. Paris: Diffusion du Boccard.

PARREIRA, R. – BERROCAL-RANGEL, L. (1990) – O povoado da II Idade do Ferro da Herdade do Pomar (Ervidel, Aljustrel). *Conimbriga*. 29, 39-57.

PEREIRA, T. R. (2013) – Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal). In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. – NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, 681-91. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SOARES, A. M. (1996) – Povoado da Misericórdia (margem esquerda do Guadiana, Serpa): ocupações humanas e vestígios metalúrgicos. *Vipasca*. 5, 103-116.

SOARES, A. M. (2001) – O Castelo Velho de Safara. Notícia preliminar. *Vipasca*. 10, 57-64.

SOARES, R. (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Tese de Mestrado. Universidade de Lisboa. Inédita.

STRAND, E. A. – FREI, K. M. – GLEBA, M. – MANNERING, U. – NOSCH, M.-L. – SKALS, I. (2010) – Old Textiles – New Possibilities. *European Journal of Archaeology*. 13:2, 149-73.

UMA CONTA VIDRADA PROTO-HISTÓRICA DA GRUTA DO CALDEIRÃO (TOMAR, PORTUGAL)

JOÃO ZILHÃO[1, 2, 3]
ANTÓNIO P. GONÇALVES[4]
LUÍS C. ALVES[4]
ANTÓNIO M. MONGE SOARES[4]

RESUMO

Analisou-se uma conta de aspecto vítreo, de cor escura, com áreas azuladas, recuperada num contexto holocénico da Gruta do Caldeirão (Tomar), fazendo uso de duas técnicas não destrutivas: Difracção de Raios X (XRD), para determinar a sua composição mineralógica, e Micro-PIXE, para determinar a sua composição elementar. As análises permitiram verificar que a conta é de faiança (tipo «faiança egípcia»), em que o núcleo é constituído essencialmente, como é habitual neste tipo de material, por quartzo, enquanto a cor azul do vidrado provém do cobre que entra na sua constituição. A proveniência deste artefacto deverá encontrar-se na área mediterrânica, e o seu aparecimento nesta região da Estremadura terá resultado do comércio Orientalizante.

PALAVRAS-CHAVE: Difracção de Raios-X; Micro-PIXE; Faiança egípcia; Corantes; Comércio Orientalizante.

ABSTRACT

A glassy-looking bead, dark in color with bluish spots, recovered in a Holocene context at Gruta do Caldeirão (Tomar), was analyzed with two non-destructive techniques: X-Ray Diffraction (XRD), to determine its mineralogical composition, and Micro-PIXE, to determine its elemental composition. The analyses show that the bead is made of faience («Egyptian faience» type). The core is mostly ground quartz, while the blue color of the glazed surface comes from the copper found in its composition. The bead's provenance must be the Mediterranean and its appearance in Portuguese Estremadura must be a result of Orientalizing trade.

KEYWORDS: X-Ray Diffraction; Micro-PIXE; Egyptian faience; Colorants; Orientalizing trade.

1 Institució Catalana de Recerca i Estudis Avançats (ICREA), Barcelona. joao.zilhao@ub.edu.
2 Universitat de Barcelona, Department d'Història i Arqueologia, Facultat de Geografia i Història
3 Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
4 Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

A Gruta do Caldeirão é uma cavidade cársica situada 5 km a norte da cidade de Tomar. Abre-se num vale lateral do canhão formado pelo rio Nabão entre as localidades de Agroal e Pedreira, e foi objecto de escavação arqueológica entre 1979 e 1988 (Fig. 1).

A base da estratigrafia é uma espessa sequência plistocénica que, no corte de referência da chamada Sala do Fundo, tem cerca de 4 m de potência (Fig. 2). A deposição da parte superior dessa sequência, a camada Eb, data do Magdalenense e, devido ao hiato de sedimentação verificado com o início do Holocénico, formou o chão da cavidade até ao Neolítico Antigo. Em consequência, foi nessa camada que, por bioturbação, os vestígios do uso funerário do lugar no Cardial acabaram por ficar incorporados. Uma cascalheira de grandes blocos relacionada com o desenvolvimento das chaminés que se abrem no tecto da Sala do Fundo – a camada Ea, com cerca de 50 cm de espessura – assinala a retomada da sedimentação e contém vestígios do uso funerário da cavidade no Epicardial. A sequência termina com um espesso depósito orgânico com cerca de 1,5 m de espessura: a camada ABC-D. Esta camada continha grande quantidade de vestígios atribuíveis a todos os períodos arqueológicos compreendidos entre o Neolítico Final e o século XVII (Zilhão, 1992, 1993).

Durante o Holocénico, o principal agente de perturbação pós-deposicional foi o texugo. Por vezes, como se pode ver na Fig. 2, os respectivos túneis e câmaras de nidificação – observados ao

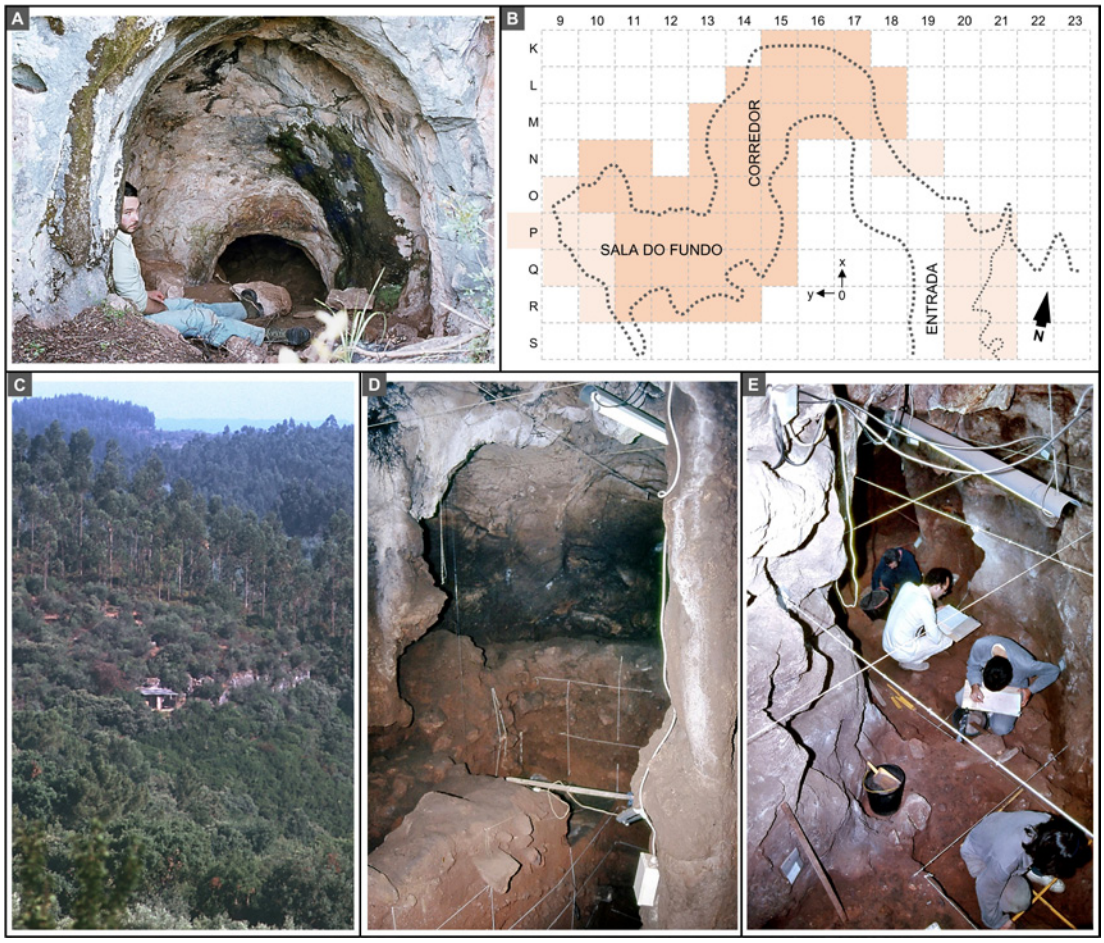


FIG. 1. A Gruta do Caldeirão. **A.** Vista da entrada (1980). **B.** Planta e quadrícula de escavação. **C.** Enquadramento paisagístico (1986). **D.** Sala do Fundo; a coloração negra das paredes mostra a cota a que chegava a camada ABC-D antes da sua completa remoção (1987). **E.** Corredor; os níveis solutrenses em escavação (1985).

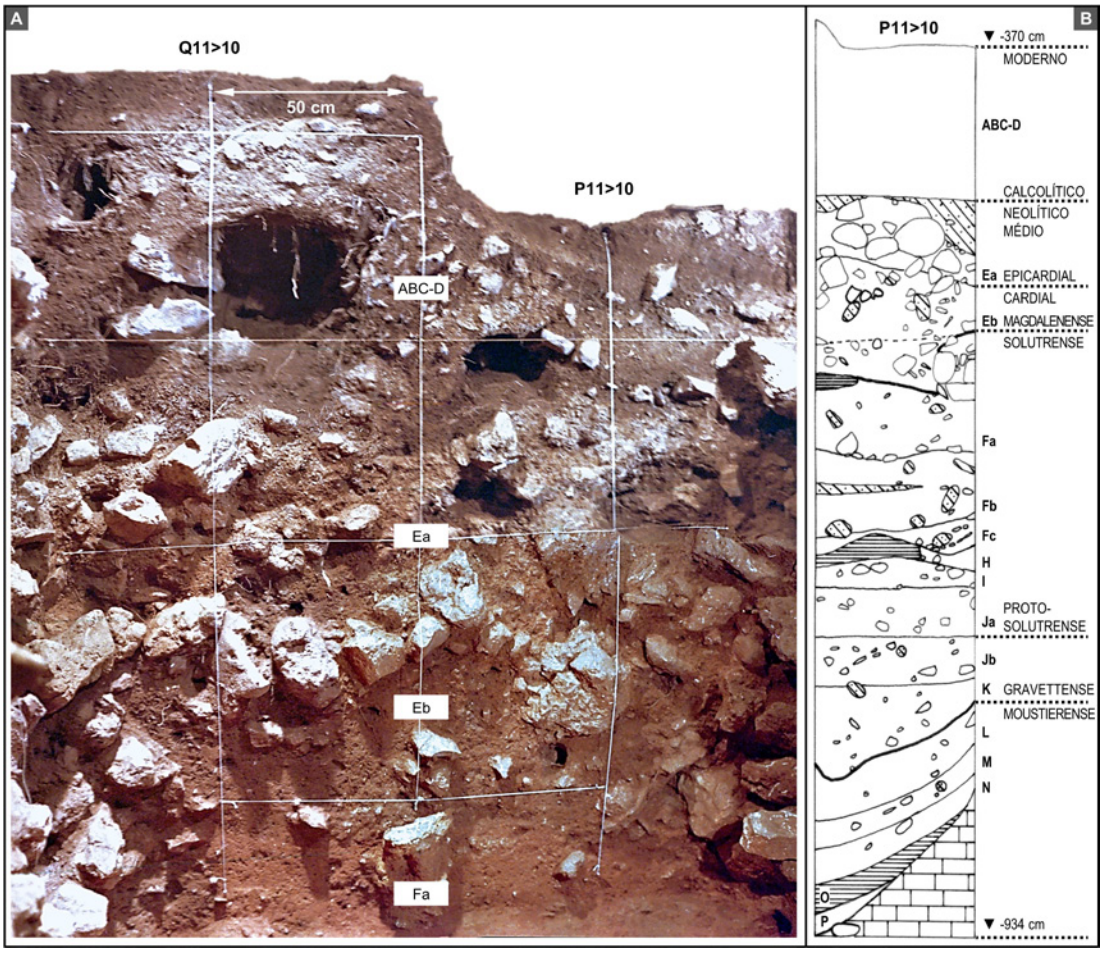


FIG. 2. Estratigrafia. **A.** Mosaico fotográfico ortorectificado do corte P-Q11>10 (1982). **B.** A sucessão estratigráfica completa tal como revelada no corte P11>10.

longo de toda a área escavada, desde o Corredor até à Sala do Fundo – correspondiam ainda a ocos de grande volume sustentados pela densa rede de raízes que se introduziam na camada ABC-D a partir da entrada e através de chaminés. Em consequência, os diferentes episódios de actividade humana registados nessa camada acabaram por formar um palimpsesto espesso e estratigraficamente indiferenciável. Porém, a recolagem de fragmentos de cerâmica e de fragmentos de ossos humanos permitiu constatar que ainda se conservava alguma da estrutura original das utilizações funerárias (Zilhão, 2021). Por exemplo: conjugadas com os padrões de concentração espacial dos materiais de tipologia característica, as ligações entre elementos de um mesmo vaso ou de um mesmo osso sugerem que as deposições do Neolítico Final tiveram lugar na Sala do Fundo e as do Calcolítico no Corredor (apesar de elementos de ambas, sobretudo fragmentos de cerâmica, poderem aparecer dispersos de um extremo ao outro da área escavada).

Tal como anteriormente descrito, os materiais cerâmicos ilustrados na Fig. 3 permitem definir um contexto da Idade do Ferro (Zilhão, 1992). A sua área de dispersão tem centro nos quadrados O/13-14 e distribui-se na margem da área de concentração dos restos humanos da camada ABC-D (Fig. 4). Junto com a tipologia do material cerâmico, que inclui urnas funerárias, este padrão sugere que os restos se relacionam com rituais correspondentes à deposição não de corpos humanos, mas dos restos incinerados dos mesmos. O *locus* original deverá ter sido o cotovelo entre o Corredor e a Sala do Fundo, e é justamente daí que provém a conta vidrada que é objecto deste trabalho.

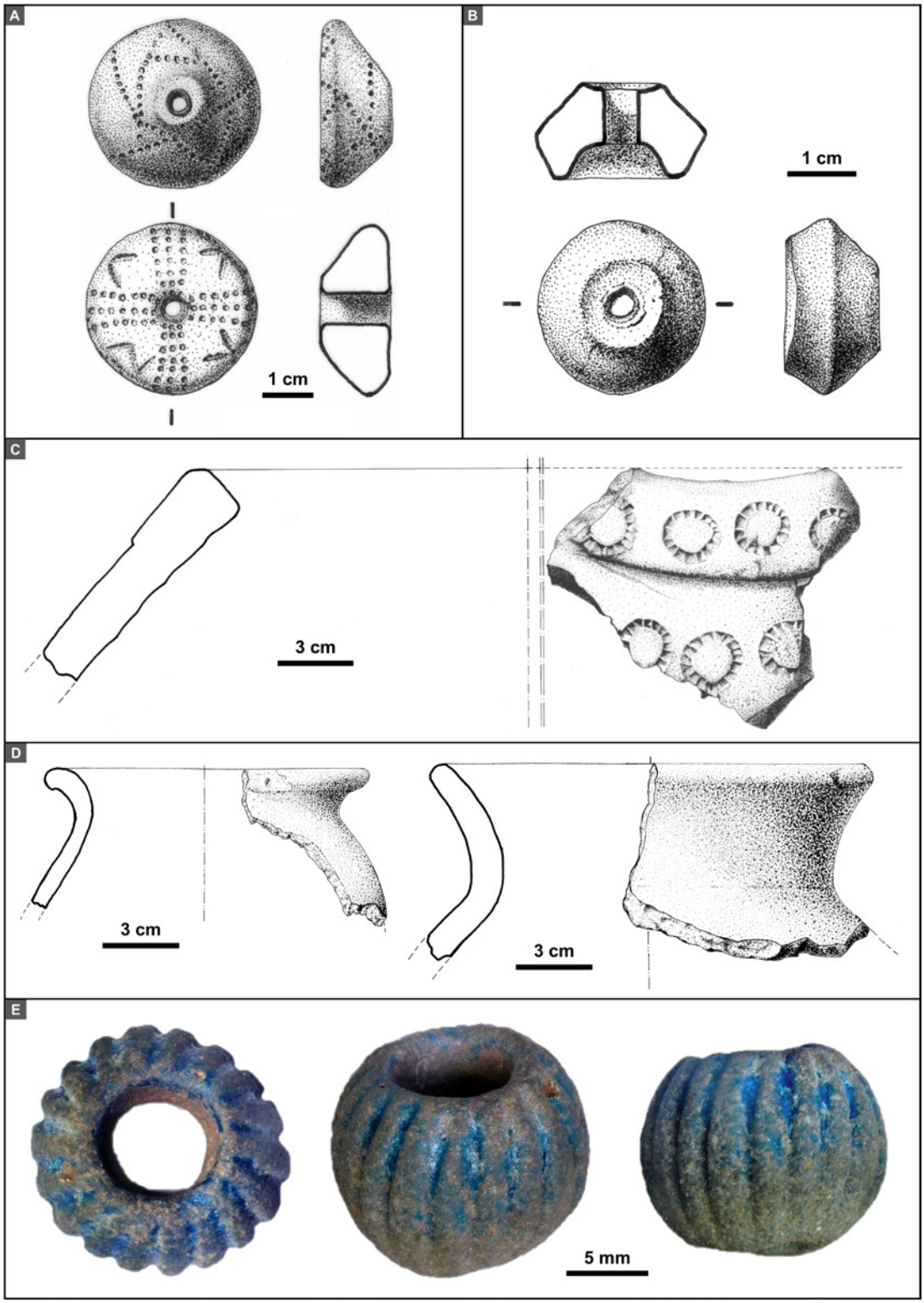


FIG. 3. Materiais da camada ABC-D atribuídos à Idade do Ferro. **A.** Cossoiro decorado (O13-8). **B.** Cossoiro (N18sc1). **C.** Fragmento de vaso com decoração estampilhada (K16-2). **D.** Fragmentos de urna (à esquerda, O14-11; à direita, R12-5). **E.** Conta de «faiança egípcia» (O14sc84).

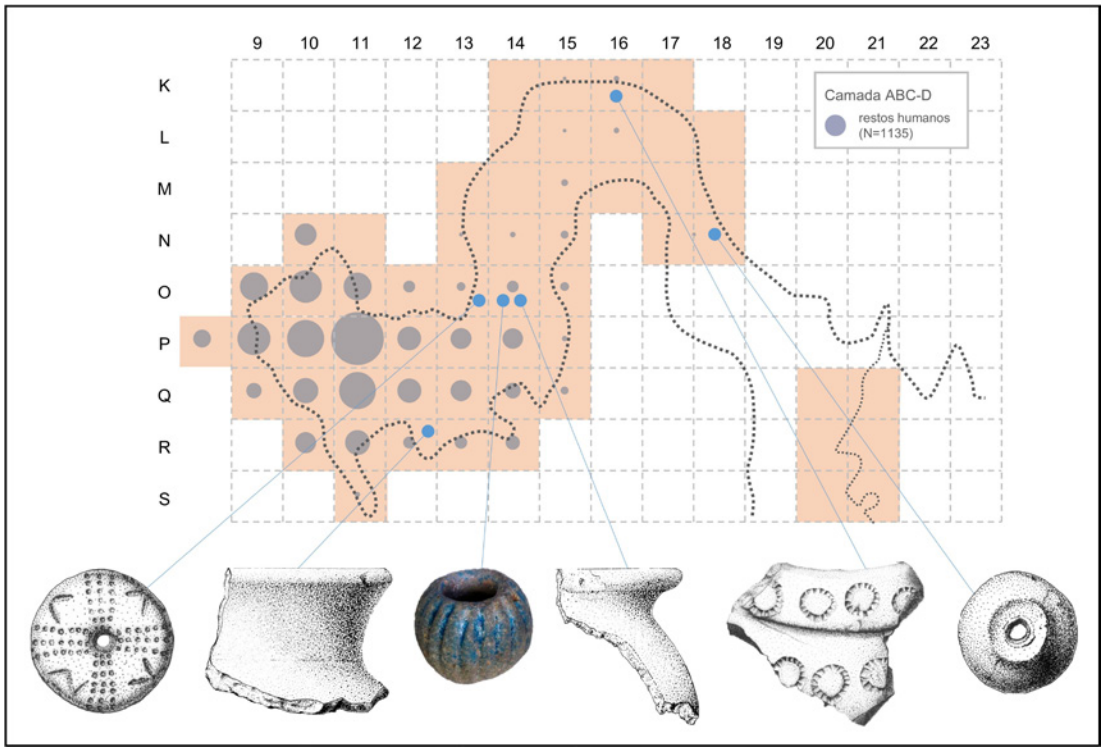


FIG. 4. Distribuição espacial comparada dos restos humanos (gráfico de bolhas) e dos materiais atribuídos à Idade do Ferro da camada ABC-D.

Em Portugal, contas vidradas como a da Gruta do Caldeirão são conhecidas desde o Bronze Pleno (ver adiante), período que também está representado no espólio cerâmico da camada ABC-D. No entanto, a estreita associação espacial da conta com o cossoiro decorado e com um bordo de urna funerária faz com que a Idade do Ferro tenha de ser considerada como a sua mais provável cronologia.

Macroscopicamente, trata-se de um objecto vidrado, ou melhor, em que o vidro entra na respectiva constituição. Embora a bibliografia arqueológica muitas vezes identifique os artefactos desta natureza simplesmente como de «vidro» ou de «pasta vítrea», os objectos desta cronologia conhecidos na Península Ibérica podem ter duas naturezas diferentes, vidro ou faiança do tipo «faiança egípcia», o que tem implicações na determinação da sua produção e proveniência. O vidro é um material amorfo, enquanto a faiança «tipo egípcia» tem um núcleo cristalino, de quartzo moído, consolidado e revestido por um vidrado obtido ao fogo a partir da mistura de um fundente alcalino com cal e corantes.

Para identificar o material com que foi manufacturada, a conta foi analisada no Centro de Ciências e Técnicas Nucleares (C2TN) do Instituto Superior Técnico fazendo uso de duas técnicas: Difracção de Raios-X (XRD), para determinar a sua composição mineralógica, e Micro-PIXE, para determinar a composição elementar. São técnicas não invasivas e, por conseguinte, não destrutivas, o que é muitas vezes importante e mesmo fundamental em investigações no campo da Arqueologia/Arqueometria, designadamente quando se analisam artefactos únicos, de pequeno tamanho, ou de elevado valor cultural ou museológico em que o dano provocado tem de ser mínimo.

CARACTERIZAÇÃO

ANÁLISE POR XRD

Utilizou-se um porta-amostras específico, desenvolvido anteriormente, com o fim de segurar e localizar as contas na posição própria para se proceder à análise (Gonçalves e Soares, 2010). O sistema de XRD utilizado consiste num difractómetro de Raios-X, X'Pert PRO Panalytical, montado com a geometria de Bragg-Brentano. Os varrimentos foram efectuados à temperatura ambiente, em modo de reflexão, usando uma radiação CuKα monocromatizada (1,54056 Å) e sob potencial e corrente de 40 kV e 35 mA, respectivamente. Os dados foram medidos com um passo em 2θ de 0,04°, na gama 2θ de 15°-65°, e com um tempo de contagem de 40 s por passo, de modo a ser obtida uma estatística melhor. A identificação das fases foi feita com o programa PowderCell (Nolze e Krauss, 2000). O difractograma obtido (Fig. 5) permitiu a identificação de fases cristalinas constituídas, essencialmente, por quartzo (SiO_2) e, como impureza, a manandonite, um borossilicato de alumínio e lítio ($Li_2Al_4(Si_2AlB)O_{10}(OH)_8$).

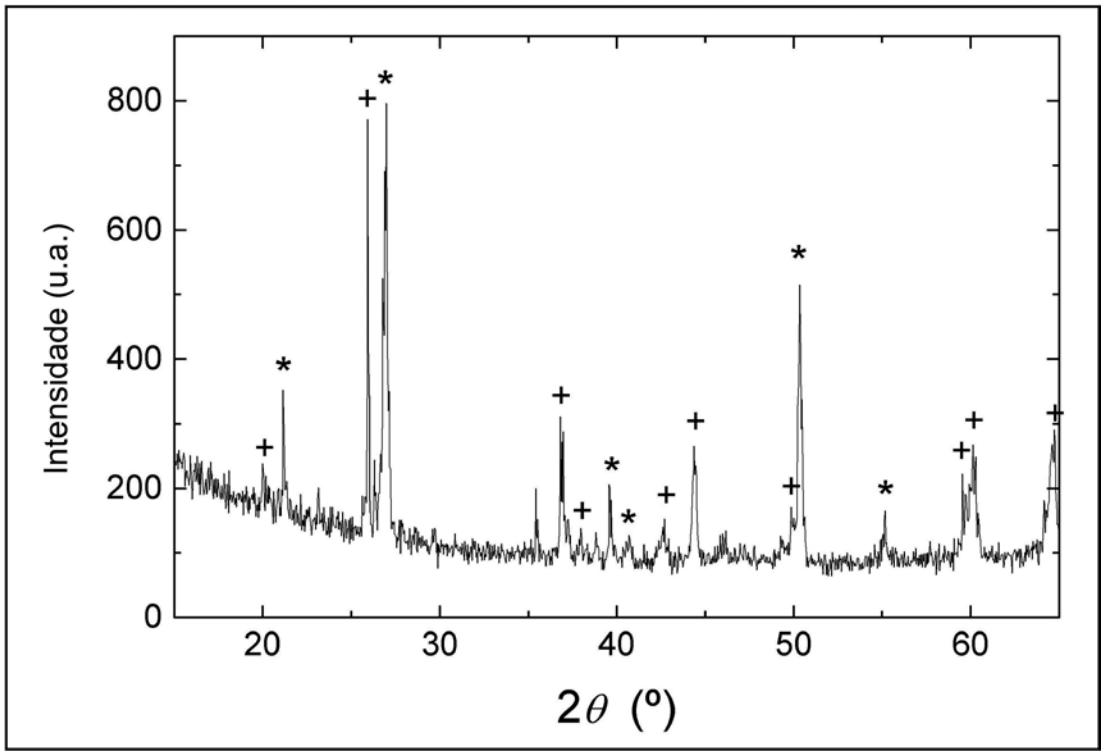


FIG. 5. Difractograma de XRD da conta de colar encontrada na Gruta do Caldeirão. Indicam-se os picos indexados ao quartzo (*) e à manandonite (+).

ANÁLISE POR MICRO-PIXE

Utilizou-se um acelerador de Van de Graaff para gerar feixes de protões com energia da ordem do MeV, os quais, de seguida, são focados para dimensões de cerca de 3×4 μm² por uma Microssonda Nuclear de Varrimento (Oxford Microbeams 150). Da interacção do feixe de partículas com a amostra resulta a emissão de Raios-X característicos dos elementos presentes na amostra, os quais são colectados por um detector de Si(Li). A capacidade de efectuar o varrimento do feixe permite obter mapas de distribuição elementar, a partir dos quais se podem escolher zonas da amostra para determinação da composição elementar da mesma. Todas as zonas escolhidas foram analisadas em duas

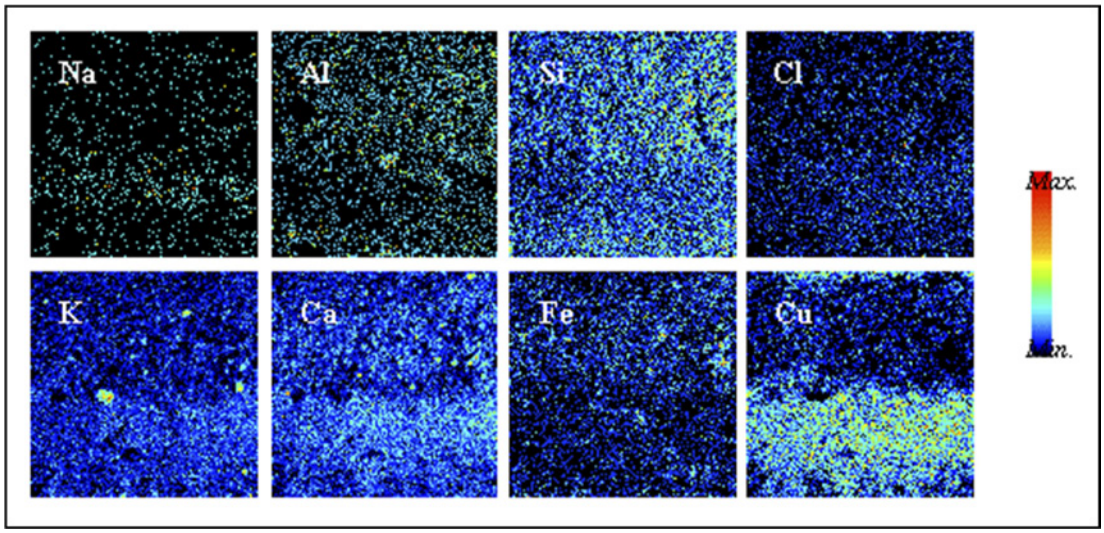


FIG. 6. Mapas de distribuição elementar obtidos a partir dos espectros de PIXE numa área da amostra com dimensões de aproximadamente 2,6 × 2,6 mm. A partir destes mapas, escolheram-se zonas ou pontos para análise quantitativa. A zona com maior intensidade do sinal de Cu corresponde a uma das zonas da conta com tons azuis mais intensos, tal como se pode observar na Fig. 3E.

condições experimentais distintas: com um feixe de protões de 2,0 MeV e um filtro de Mylar de 50 μm de espessura em frente do detector de Si(Li); e com um feixe de protões de 1,0 MeV. A primeira condição permite maior sensibilidade para elementos com número atómico superior ao do Fe, enquanto a segunda condição experimental garante uma sensibilidade efectiva para elementos com energia característica reduzida, como é o caso de Na, Mg e Al, enquanto mantém capacidades de detecção para elementos como Si, P, S, Cl, K, Ca e Fe.

Com base nos mapas de distribuição elementar obtidos a partir de uma área da amostra de cerca de 2,6 × 2,6 mm (Fig. 6), e confrontando com as imagens da conta apresentadas na Fig. 3, a heterogeneidade observada permite definir duas condições distintas: uma, mais uniforme e com teores mais elevados de Cu, que corresponde à zona «escavada» (côncava) da superfície, onde se observam os tons azuis mais vincados; outra, mais heterogénea e apresentando grânulos de composições elementares distintas, que corresponde à zona saliente (convexa) da superfície, em que o desgaste físico terá sido maior.

A partir dos mapas de distribuição elementar escolheram-se áreas representativas para determinação do valor médio da composição de cada uma das duas zonas. Os resultados obtidos, determinados por conjugação dos espectros de Raios-X obtidos com as duas condições experimentais referidas, apresentam-se na Tabela 1, expressos em percentagem de óxidos.

DISCUSSÃO

A análise efectuada por XRD permitiu determinar a natureza do artefacto. Uma vez que a sílica (SiO_2) não se encontra, na sua maior parte, em estado amorfo, mas sim cristalino, pode concluir-se que se trata de uma conta de faiança. Por outro lado, as áreas de cor azul, que são aquelas cujo vidrado se conservou melhor, apresentam, por comparação com as zonas acastanhadas, teor mais elevado em Na_2O, K_2O e CuO, e menos elevado em SiO_2, como seria de esperar. Os valores dos óxidos de sódio e potássio indicam a utilização de um fundente sódico, enquanto o cobre, com um teor de cerca de 10%, explicará a cor azulada do vidrado.

A designada «faiança egípcia», constituída por um núcleo de quartzo moído revestido por vidrado alcalino, apareceu pela primeira vez no V milénio a.C. (Ingram, 2005) e continuou a ser usada até à actualidade, no Médio Oriente, para a produção de pequenos objectos de decoração como contas de colar, anéis, braceletes, amuletos e outras pequenas figurinhas e vasos (Tite *et al*., 1983). Predominam, nos primeiros exemplares, vidrados de cor azul, em que o corante é obtido a partir de um minério de cobre (Tite *et al*., 1983; Giumlia-Mair e Soles, 2013). Habitualmente, o vidrado da faiança egípcia tem um teor em SiO_2 de entre 65 e 75%, em CaO + MgO de entre 3 e 7%, e em Na_2O de cerca de 15% (Kaczmarczyk e Hedges, 1983; Gu *et al*., 2014), constituindo este último um indicativo da utilização de fundente sódico (no caso, natrão).

Na conta da Gruta do Caldeirão, a concentração de SiO_2 (71,3%) e a soma dos teores de CaO e MgO é de 4,1%, em ambos os casos dentro dos intervalos correspondentes à «faiança egípcia». O teor em Na_2O, no entanto, é mais baixo (7,5%), pelo que não é fiável atribuir a respectiva origem ao Egipto, tanto mais que a produção deste tipo de materiais evoluiu e se espalhou por várias regiões do Mediterrâneo, onde se encontram composições químicas dos vidrados algo diferentes. Isso deve-se, por exemplo, à utilização de outros corantes (além do Cu, também o Co, o Mn e o Fe, entre outros), de fundentes sódicos que não o natrão, ou de fundentes potássicos. Por exemplo, a análise de diversas contas de faiança da Idade do Ferro encontradas em Ashkelon (Israel) mostrou que em algumas delas se utilizou corante constituído por uma mistura de calcopirite e manganês, para obtenção de cor acinzentada, enquanto os baixos teores de sódio e potássio (<1%) de muitas delas indicam a utilização de um fundente alcalino em cuja constituição entram o sódio e o potássio ($Na_2CO_3 + K_2CO_3$) (Toffolo *et al*., 2013).

Na região italiana, as composições da fase vítrea (bem como as do corante) vão variando ao longo do tempo. As contas de faiança egípcia surgem em contextos do Bronze Antigo (2100--1700/1650 a.C.), possivelmente com origem no próprio Egipto, e o corante predominantemente utilizado nessa altura era um minério de cobre (Angelini *et al*., 2003). Estes autores denominam LMLKGF (*Low Magnesium Low Potassiun Glassy Faience*) um grupo de composições da fase vítrea em que se destacam as composições de K, Ca, Mg e Na (0,7-2,0% K_2O; 1,0-2,2% CaO; 0,3-0,7% Mg; 6,5-9,8% Na_2O), as quais surgem no Bronze Médio e Final e também se observam em algumas peças do Egeu. Desta área é célebre o naufrágio de um barco em Uluburun, ocorrido cerca de 1300 a.C. e que transportava, aparentemente para a Grécia, mercadoria diversa com origem no Mediterrâneo Oriental, provavelmente da área sírio-cananita (Ingram, 2014). Entre a sua carga, destaque para um numeroso conjunto de lingotes de cobre em forma de pele de boi e dezenas de milhar de contas de «faiança egípcia» de cor azul, como a da Gruta do Caldeirão (ver Ingram, 2005, p. 97, Fig. 4.3).

Na Península Ibérica, as contas de «faiança egípcia» terão surgido no Bronze Pleno, tendo alguns, poucos, exemplares sido registados em duas sepulturas de Fuente Álamo e na gruta de La Roca del Frare (La Llacuna, Catalunha) (Rafel i Fontanals, 1978; Chapman, 1990) e, também, nas Baleares (Javaloyas Molina, 2006). Entre nós, o contexto de cronologia mais antigo até agora conhecido é o hipogeu funerário 2 do Monte da Ramada 1, datado do Bronze Final (1.º quartel do I Milénio a.C.) (Baptista *et al*., 2016; Valério *et al*., 2018), onde foram encontradas duas pequenas contas. Em contextos funerários sidéricos, no Alentejo, é vulgar o aparecimento de contas de colar e escaravelhos de «faiança egípcia», como é o caso nas necrópoles de Palhais (Santos *et al*., 2009; Valério *et al*., 2013), Montinhos 6 (Soares *et al*., 2016), Corte Margarida (Deus e Correia, 2005), e Vinha das Caliças 4 (Arruda *et al*., 2016), entre outros, mas em contextos habitacionais há, apenas, a registar o seu aparecimento no povoado Orientalizante da Quinta do Almaraz (Almada).

Em Espanha, as contas de «faiança egípcia» também têm sido encontradas em contextos funerários Orientalizantes ou Pós-Orientalizantes, nomeadamente nas necrópoles de Boliche (Martínez Mira e Vilaplana Ortego, 2014a), de La Fonteta e de La Peña Negra (Martínez Mira e Vilaplana

Ortego, 2014b). As contas de faiança destas três necrópoles foram objecto de análise arqueométrica, tendo a sua composição química sido determinado por Micro-Fluorescência de Raios-X. Contudo, a técnica utilizada não permitiu a determinação da concentração em Na, pelo que os valores publicados terão de ser encarados com certa cautela, tal como afirmam aqueles autores, uma vez que este elemento não é habitualmente um elemento traço, mas sim um elemento maior, designadamente quando se utiliza um fundente sódico. Além disso, as contas de Boliche e de La Peña Negra encontravam-se muito degradadas, tendo «*perdido si no todo la mayor parte de su vidriado*» (Martínez Mira e Vilaplana Ortego, 2014b, p. 918), pelo que os valores das composições determinadas, mesmo se fiáveis, não corresponderão aos valores das composições primitivas.

Segundo os autores, as contas de La Fonteta apresentavam-se brilhantes, com aspecto vítreo e cor azul-esverdeada, pelo que as composições determinadas para estas contas poderão servir de alguma comparação. Note-se que essas análises e esta que agora se dá a conhecer para a Gruta do Caldeirão são as únicas que até hoje foram publicadas para faiança proto-histórica deste tipo encontrada na Península Ibérica. O vidrado das contas de La Fonteta (14 contas analisadas, atribuídas a comércio mediterrânico sem origem precisa) apresenta valores de que se destacam os seguintes: SiO_2, 83,3-96,5%; Fe_2O_3, 0,20-0,56%; K_2O, 0,13-0,58%; CuO, 0,16-4,10%. Estes valores não se afastam muito dos teores obtidos para a área sem vidrado azul da conta da Gruta do Caldeirão (sem esquecer a maior degradação das contas de La Fonteta, e que o seu teor em Na_2O não foi determinado) e num caso como noutro a cor azulada é devida à presença de cobre.

Referiu-se atrás que uma das necrópoles sidéricas portuguesas que forneceram contas de «faiança egípcia» foi a de Vinha das Caliças 4, onde também foi identificado um conjunto numeroso de contas vítreas, das quais uma amostra foi objecto de análise (Costa *et al.*, 2019). Os resultados permitiram identificar os tipos de vidro presentes, bem como os opacificantes e corantes utilizados, mas não se estabeleceram paralelos, pelo que também não é identificada qualquer proveniência para estes artefactos. Contudo, alguns dos arqueólogos que têm estudado a necrópole e os materiais nela exumados atribuem uma origem na bacia mediterrânea aos «exóticos» que fazem parte das dádivas de sepultura, designadamente as contas de vidro e de «faiança egípcia» (Gomes, 2014; 2020).

Perante estes dados e o estado, ainda muito preliminar, em que se encontra a investigação, não é possível atribui uma origem aos materiais sidéricos de «faiança egípcia» encontrados na Península Ibérica. Chegariam aqui através do comércio fenício/púnico, e as regiões do Mediterrâneo Central e Oriental constituem boas candidaturas para a sua proveniência, sem que seja possível maior precisão geográfica.

CONCLUSÃO

A análise efectuada à conta de aparência vítrea encontrada em contexto sidérico na Gruta do Caldeirão permitiu verificar que se tratava de faiança do tipo «faiança egípcia», isto é, constituída por um núcleo de quartzo (SiO_2), onde a manandonite, um borossilicato de alumínio e lítio ($Li_2Al_4(Si_2AlB)O_{10}(OH)_8$), aparece como impureza. O vidrado que cobre o núcleo e lhe dá consistência é sódico, resultando a sua cor azul intensa da presença de cobre.

A análise arqueométrica destas faianças proto-históricas permite não só determinar a natureza e composição dos materiais e corantes utilizados, mas também fazer inferências relativas ao seu modo de fabrico e proveniência. No caso em apreço – uma conta não fragmentada e, relativamente, muito bem conservada – o interior não pôde ser observado e, por conseguinte, não é possível fazer inferências relativas ao modo de fabrico.

A raridade das análises arqueométricas destes materiais torna também difícil inferir uma proveniência precisa para a «faiança egípcia» de contextos proto-históricos peninsulares. Sabendo-se que não há qualquer prova de que tenham sido fabricadas localmente e que se encontram frequentemente associada a artefactos de vidro, cornalina e marfim resultantes de comércio com origem no Mediterrâneo Central e Oriental, será também essa, seguramente, a origem das «faianças egípcias» peninsulares, incluindo a da Gruta do Caldeirão.

QUADRO 1. VALORES DE CONCENTRAÇÃO (m/m) OBSERVADOS NA CONTA O14sc84 OBTIDOS A PARTIR DAS CONCENTRAÇÕES ELEMENTARES APÓS CONVERSÃO PARA A FORMA DE ÓXIDO E NORMALIZAÇÃO A 100%.

	ÁREA AZUL	ÁREA ACASTANHADA
Na_2O	7,49	2,04
MgO	0,33	0,48
Al_2O_3	2,41	5,01
SiO_2	71,3	83,6
P_2O_5	n.d.	0,64
S	0,13	0,28
Cl	0,75	0,52
K_2O	2,4	1,5
CaO	3,8	3,3
TiO_2	0,12	0,21
MnO	0,01	0,02
Fe_2O_3	0,65	1,20
CuO	10,4	1,3
ZnO	0,02	0,02
SrO	0,06	n.d.
PbO	0,03	n.d.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELINI, I.; ARTIOLI, G.; BELLINTANI, P.; POLLA, A. (2005). Protohistoric vitreous materials of Italy: from early faience to Final Bronze Age glasses. *Annales du 16e Congres de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre, 2003*. 32-36.

ARRUDA, A. M.; BARBOSA, R.; GOMES, F.; SOUSA, E. (2016). A Necrópole da Vinha das Caliças (Beja, Portugal). In Jiménez Ávila, J. (ed.), *Sidereum Ana III – El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consórcio de la Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida. 187-225.

BAPTISTA, L.; SOARES, A. M. M.; RODRIGUES, Z.; VALE, N.; PINHEIRO, R.; FERNANDES, S.; VALÉRIO, P. (2016). Os hipogeus funerários de Bronze Final so Sudoeste do Monte da Ramada 1 (Ervidel, Aljustrel) estudo preliminar. In *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. 837-860.

CHAPMAN, R. (1990). *Emerging Complexity: The Later Prehistory of South-East Spain, Iberia and the West Mediterranean*. New York: Cambridge University Press.

COSTA, M.; ARRUDA, A. M.; DIAS, L.; BARBOSA, R.; MIRÃO, J.; VANDENABEELE, P. (2019). The combined use of Raman and nicro-X-ray diffraction analysis in the study of archaeological glass beads. *Journal of Raman Spectroscopy*. 50, 250-261.

DEUS, M.; CORREIA, J. (2005). Corte Margarida. Mais uma necrópole Orientalizante no Baixo Alentejo. In Celestino Perez, F.; Jiménez Ávila, J. (eds.), *El Período Orientalizante (Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterraneo Occidental). (Anejos de AespA XXXV)*. Mérida: Instituto de Arqueologia. Vol. I, 615-618.

GIUMLIA-MAIR, A. R. G.; SOLES, J. (2013). Egyptian faience and rose gold at Mochlos, Crete. *Surface Engineering*. 29(2), 114-120.

GOMES, F. B. (2014). Importações mediterrâneas em contextos «Pós-Orientalizantes» do Sul de Portugal (séculos VI-IV a.n.e.). *Onoba*. 2, 27-44.

GOMES, F. B. (2020). Os *exotica* da necrópole da Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) no seu contexto regional. In *Arqueologia em Portugal/2020 – Estado da Questão*. 1175-1187.

GONÇALVES, A. P., SOARES, A. M. M. (2010). As «contas de colar» dos Ratinhos – 1. As contas em pedra, análise por Difracção de Raios X. In L. Berrocal--Rangel e A.C. Silva, *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*.O Arqueólogo Português, Suplemento n.º 6, 389-392.

GU, Z.; ZHU, J.; XIE, Y.; XIAO, T.; YANG, Y.; WANG, C. (2014). Nondestructive analysis of faience beads from the Western Zhou Dynasty, excavated from Peng State cemetery, Snanxi Province, China. *Journal of Analytical Atomic Spectrometry*. 29, 1438-1443.

INGRAM, R.S. (2005). *Faience and glass beads from the Late Bronze Age shipwreck at Uluburun.* Master of Arts Thesis. Texas A&M University.

INGRAM, R. S. (2014). Vitrous beads from the Uluburun shipwreck. *Polish Archaeology in the Nediterranean*. 23(2), 225-246.

JAVALOYAS MOLINA, D. (2006). Contactos culturales en el Mediterráneo a fines del II milenio A.C. *ArqueoWeb*. 8(1), 17 pp.

KACZMARCZYK, A.; HEDGES, R. E. M. (1983). *Egyptian faience technology.* Aris and Phillips, Warminster.

MARTÍNEZ MIRA, I.; VILAPLANA ORTEGO, E. (2014a). Análisis de las cuentas de collar de la Tumba 19 de la Necrópolis de Boliche. In Lorrio Alvarado, A. (ed.), *La Necrópolis Orientalizante de Boliche (Cuevas de Almanzora, Almeria)*. Biblioteca Archaelogica Hispana 43/ Studia Hispano Phoenicia 7. Real Academia de la História/ Instituto de EStudios Almerienses. 235-268.

MARTÍNEZ MIRA, I.; VILAPLANA ORTEGO, E. (2014b). Cuentas de collar de La Fonteta (Guardamar, Alicante) y La Peña Negra (Crevillente, Alicante): descripción y análisis instrumental. In González Prats, A. (ed.), *La Fonteta-2. Estudio de los materiales arqueoógicos hallados en la colonia fenicia de la actual desembocadura del río Segura (Guardamart, Alicante).* Tomo 2, 848-931.

NOLZE, G., KRAUSS, W. (2000). *PowderCell 2.3 Program*. Berlin: BAM.

RAFEL I FONTANALS, N. (1978). La Cueva de «La Roca del Frare» en la Llacuna, comarca del Penedès. *Pyrenae: Revista de Prehistòria i Antiguitat de la Mediterrànea Occidental*. 13-14, 43-59.

SANTOS, F. J. C.; ANTUNES, A. S. T.; GRILO, C.; DEUS, M. (2009). A necrópole da Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo Alentejo. *Actas del IV Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*. 746-804.

SOARES, R. M.; BAPTISTA, L.; RODRIGUES, Z. (2016). Os primeiros enterramentos sidéricos conhecidos na margem esquerda do Guadiana em território português. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 19, 129-141.

TITE, M. S.; FREESTONE, I. C.; BIMSON, M. (1983). Egyptian faience: an investigation of the methods of production. *Archaeometry*. 25(1), 17-27.

TOFFOLO, M. B.; KLEIN, E.; ELBAUM, R.; AJA, A. J.; MASTER, D. M.; BOARETTO, E. (2013). An early Iron Age assemblage of faience beadas from Ashkelon, Israel: chemical composition and manufacturing process. *Journal of Archaeological Science*. 40, 3626-3635.

VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M. M.; SILVA, R. J. C.; BAPTISTA, L.; MATALOTO, R. (2018). Early imports in the Late Bronze Age of South-Western Iberia: the bronze ornaments of the hypogea at Monte da Ramada 1 (Southern Portugal). *Archaeometry*. 60(2), 255-268.

VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; SANTOS, F. J. C. (2013). The distinctive grave goods from Palhais (Beja, Portugal). New insights into the metallurgical evolution under Orientalizing influence in the southwestern end of Iberia. *Trabajos de Prehistoria*. 70(2), 361-371.

ZILHÃO, J. (1992). *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.

ZILHÃO, J. (1993). The Spread of Agro-Pastoral Economies across Mediterranean Europe: A View from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 6, 5-63.

ZILHÃO, J. (2021). New evidence from Galeria da Cisterna (Almonda) and Gruta do Caldeirão on the phasing of Central Portugal's Early Neolithic. *Open Archaeology.* 7, 747-764.

EM TORNO DA ESTELA DO TELHADO (FUNDÃO): UM ENSAIO DE ARQUEOLOGIA MICRO-REGIONAL

RAQUEL VILAÇA[1]

RESUMO

Partindo da análise de uma «estela de guerreiro» descoberta em 2012 no lugar da Sapateira (Telhado), que é comentada a distintos níveis, a autora traça um esboço do quadro do povoamento envolvente na longa duração (V-IV milénios aos inícios do I milénio a.C.). Neste âmbito reúne-se e analisa-se a informação disponível, inclusive inédita. Esta leitura decorre da percepção de que a estela é um antigo menir reutilizado no Bronze Final, portanto, com função e significado que se foram moldando em função das dinâmicas das relações sócio-económicas e do sistema ideológico das comunidades ao longo do tempo. Podendo ser entendido como um marco de monumentalização da paisagem, o «programa iconográfico» que se observa, de exaltação do poder através das armas e de outros sinais de distinção, revela um corte profundo com um passado de valores distintos, ainda que desse passado permaneça a materialidade do suporte. Valoriza-se ainda o seu lugar de achado no limiar poente da Cova da Beira, entre a planície e a montanha, próximo de um caminho natural ancestralmente percorrido.

PALAVRAS-CHAVE: Beira Interior; longa duração; povoamento; menir/estela; marcador espacial.

ABSTRACT

Based on the analysis of a «warrior stelae» found in 2012 at the place of Sapateira (Telhado), which is commented on various levels, the author elaborates a long diachrony settlement framework (from the 5th-4th millennium to the 1st millennium B.C.). The available information is gathered and analysed accordingly, including unpublished data.

This reading derives from the perception that the stelae is an ancient menhir reused during Late Bronze Age and, as such, with its function and meaning shaped according with socioeconomic relations and the ideological system of the communities throughout time. A possible landscape monumentalising marker, the observed «iconographic program» of power exaltation, through weapons and other items of distinction, reveals a deep cut with a past of distinct values, even though from such past remains the materiality of the support. In addition, its finding spot is highlighted, on the west threshold of Cova da Beira, between the plains and the mountain, near a natural ancestral travelled path.

KEYWORDS: Beira Interior; long diachrony; settlement; menhir/stelae; spatial markers.

[1] Univ Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de Arqueologia; CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. rvilaca@fl.uc.pt

Escolhemos os textos que lemos pelas afinidades temáticas dos nossos próprios interesses investigativos; ou pela admiração intelectual que os seus autores nos suscitam. Procuro Carlos Tavares da Silva mais pelo segundo motivo, até porque a sua Obra, sendo de largo espectro, ultrapassa em muito as áreas a que me dedico enquanto investigadora. Aprecio o seu rigor, coerência e pensamento genuíno.

Por isso, estou grata a Victor Gonçalves pela possibilidade de colaborar nesta obra de homenagem a Carlos Tavares da Silva.

1. A ESTELA DO TELHADO E O EXTREMO OCIDENTAL DA COVA DA BEIRA

1.1. O ACHADO, O LUGAR E O SEU POSICIONAMENTO

A atenção que a arqueologia do concelho do Fundão tem vindo a merecer da parte do município desde os inícios deste século, traduzida em diversas frentes – reestruturação do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro (adiante MAMJM) e edição do respectivo catálogo[2] (Rosa coord. 2007), criação da revista *Eburobriga* em 2004, organização de diversos encontros científicos, alguns deles publicados, Carta Arqueológica (em curso), etc. –, proporcionou a criação de condições que levaram à revelação de um conjunto de dados empíricos muito mais robusto face ao que antes se tinha.

Entre eles destaca-se uma estela do Bronze Final localizada em 2012 na Quinta dos Valados, perto da aldeia do Telhado, informação que chegou ao MAMJM através do Presidente da Junta daquela freguesia. Os contactos com o proprietário, Sr. Álvaro Brito, permitiram à equipa do MAMJM, liderada por João Mendes Rosa, salvaguardar a estela[3], transferindo-a para esta instituição, e obter a importante informação de que fora trazida de um outro lugar: o proprietário tinha-a antes localizado junto a um caminho no sítio denominado Sapateira, arrastando-a depois com rectro-escavadora (que a marcou com danos irreparáveis na face historiada) até àquela sua quinta.

A Sapateira corresponde a uma ampla chã a 400 m de altitude (Fig. 1) que se desenvolve na parte mais ocidental da Cova da Beira numa área granítica (granitos de grão médio e granodioritos), particularmente fértil e irrigada por diversas linhas de água subsidiárias da ribeira do Braçal, como a ribeira de Piscos, que corre a uns 200 m a sul do local do achado.

O contraste paisagístico desta região é notório: a sul, ergue-se a serra da Gardunha; a sudoeste e noroeste o cordão montanhoso é fechado pela serra do Gomes e pela serra das Ferrarias, respectivamente. Mais distante, a norte e nordeste, é o maciço da serra da Estrela que se impõe na linha do horizonte. De permeio, o Zêzere, rio de aluviões sobretudo estaníferos, sulca a planície no sentido NE/SW a cerca de 4 km a norte da área de proveniência da estela.

Por outro lado, e de não menor importância, esta zona do extremo poente da Cova da Beira posiciona-se numa situação liminar: justamente aí termina a planície, de terras férteis e irrigadas, dando lugar à montanha, a um outro eco-sistema, quando o Zêzere abandona o seu curso linear e se transforma num rio meandroso e encaixado no complexo xisto-grauváquico que se desenvolve para ocidente, num abatimento tectónico formando o «fosso» do médio Zêzere (Ribeiro 1949).

Face a este enquadramento não pode deixar de ser sublinhada a importância da complementaridade de recursos de montanha e de planície, além dos fluviais, como fonte de alimento ou no processamento de diversas actividades produtivas e transformadoras. Região também naturalmente

---

2 O Catálogo conta com pequeno texto de carácter divulgativo sobre o Calcolítico assinado por Carlos Tavares da Silva (Rosa coord. 2007: 33).

3 Segundo informação do proprietário, o destino da estela era o do seu reaproveitamento como material de construção (Rosa *et al*. 2012: 9).



FIG. 1. Aspecto da área de proveniência da estela do Telhado, observando-se ao longe a cidade do Fundão.

votada à passagem de animais e de humanos, compreende-se assim o rasto por estes deixado na longa diacronia: desde os equídeos e cervídeos paleolíticos do Poço do Caldeirão, na Barroca (Fundão), passando pelas gravuras de tipo geométrico-simbólico (círculos concêntricos e representações ovaladas) do Calcolítico e Idade do Bronze do mesmo sítio, mas localizadas na outra margem do rio (Baptista 2004), consagram-se em época histórica práticas de transumância (de verão e de inverno), com um dos percursos a atravessar esta zona mais ocidental entre a Estrela e a Gardunha e que seguia depois, vencida a portela de Alcongosta nesta última serra, até às Campinas da Idanha (Ribeiro 1940-41).

1.2. UMA MEGA-ESTELA

Actualmente exposta no MAMJM em condições, por limitação de espaço, impeditivas da sua leitura integral, considera-se que apenas uma das faces, a plana, se encontra historiada. Com efeito, as observações que puderam ser anotadas durante o processo de resgaste e registo, da responsabilidade da equipa do MAMJM, permitiram verificar que só aquela sofreu preparação mediante intenso afeiçoamento para acomodação das gravuras, encontrando-se a restante superfície apenas rudemente desbastada. As observações em campo e registadas fotograficamente permitiram reconhecer a existência de finos traços oblíquos numa das faces laterais (Fig. 2, à direita).

A compleição volumétrica inicial do monólito deverá ter sido diferente, admitindo-se que a estela possa corresponder ao reaproveitamento de um menir, percepção do próprio Presidente da Junta de Freguesia do Telhado aquando da comunicação do achado (Rosa *et al.* 2012: 5; Rosa e Bizarro 2015: 95, 104-105; Vilaça *et al.* 2016). Trabalhos recentes que também se debruçaram sobre a estela não o desmentiram (Bueno Ramírez *et al.* 2019: 148; Mederos Martín 2019: 281). Desse trabalho de preparação e manufactura resultou uma estela de secção plano-convexa, embora com ligeiro facetamento nos lados (Fig. 2). A estela, que se encontra completa, é de granito de grão fino acinzentado e tem de altura 2,67 m; a largura e espessura máximas (zona mediana) são de 0,93 m e 0,40 m, respectivamente.



FIG. 2. Trabalhos de resgate da estela do Telhado, podendo ser observado o perfil posterior (Foto de Joana Bizarro).

A metodologia de registo obedeceu a decalque convencional realizado com plástico cristal pouco espesso, sob luz rasante (Rosa *et al*. 2012: 5). Considerou-se pertinente fazer outro registo, este da responsabilidade de Hugo Pires, que utilizou o digital através do Modelo Residual Morfológico (Fig. 3), tendo-se precisado com esta metodologia os motivos antes identificados a nível de detalhes e micro-topografia (Vilaça *et al*. 2016). Encontram-se ainda programados novos registos, nomeadamente através de RTI (*Reflectance Transformation Imaging*), da responsabilidade de Marta Díaz-Guardamino, no âmbito do projecto «*The Iberian stelae of the Final Bronze Age: iconography, technology and the transfer of knowledge between the Atlantic and the Mediterranean*»[4].

A configuração do monólito, bastante regular, bem como o facto de a face plana apresentar desbaste quase integral, atingindo inclusive parte da extremidade que ficaria soterrada quando fosse colocado na vertical, dificilmente permitiria, por si só, orientá-lo de modo correcto. É o posicionamento relacional dos diversos motivos, obedecendo, aliás, aos cânones figurativos deste tipo de estelas – insere-se no tipo I B de Celestino Pérez e Salgado Carmona (2011) –, que dita em definitivo essa orientação. As «coisas certas» encontram-se nos «lugares certos», acompanhando de certa forma a disposição idealizada que poderiam assumir num corpo humano, conforme distintos investigadores têm chamado a atenção para estelas de composição figurativa congénere. Observa-se, do topo para a base: um capacete, uma lança, um espelho, uma fíbula, talvez um pente, um escudo e uma espada, sequência de que emana conceptualmente a percepção de um corpo inexistente no suporte (Vilaça *et al*. 2016) (Fig. 3 e 4).

[4] Projecto coordenado por Ralph Araque González (Universidade de Freiburg) tendo na Universidade de Coimbra um dos principais parceiros (https://www.ufg.uni-freiburg.de/forsch/projekte/projektelaufend/the-iberian-stelae-of-the-final-bronze-age-iconography-technology-and-the-transfer-of-knowledge-between-the-atlantic-and-the-mediterranean.



FIG. 3. Estela do Telhado. Modelo Residual Morfológico (autoria de Hugo Pires, in Vilaça *et al.* 2016).

Não se encontram entre os objectivos deste contributo desenvolver considerações aprofundadas sobre cada uma das figuras, designadamente em termos tipológicos, nem, tão-pouco, estabelecer comparações com outras estelas, aspectos já sumariamente anotados e que encontrarão outras oportunidades de desenvolvimento (Rosa *et al*. 2012: 6-8). Mas apontam-se algumas.

Sem dúvida que a figuração do capacete de crista com pequenas aletas na base é de destacar, conforme foi recentemente sublinhado em texto desenvolvido sobre este tipo de arma defensiva (Mederos Martín 2019). Tal como também o é a pequena figura que interpretamos como fíbula, pos-



FIG. 4. Estela do Telhado exposta no Museu Arqueológico Municipal José Monteiro (Fundão).

sivelmente de tipo *ad occhio* ou de «tipo Ponte 1», que ainda comentaremos adiante. O espelho, posicionado à direita da fíbula e da figura subquadrangular com quatro linhas pendentes, que poderá corresponder a um pente (por baixo daquela), parece possuir pega rectangular ou em haste[5], tal como os espelhos de outras estelas do grupo beirão, caso das de Pedra Atalaia 1 (Celorico da Beira) (Vilaça *et al.* 2011: 300, 316) e de S. Martinho II (Castelo Branco) (Gomes e Monteiro 1976-1977: 315). Portanto, um tipo de pega bem distinto das pegas galonadas que, regionalmente, apenas estão presentes em Baraçal 2 (Sabugal) (Santos *et al.* 2011: 328, 341) (Fig. 5). Entre estas figuras e o capacete foi gravada uma lança de lâmina oval, orientada em sentido inverso ao da espada. Notável é ainda o escudo enquanto elemento central da composição. Definido por três círculos concêntricos, os dois exteriores com escotaduras em V, e com agrupamentos de dez conjuntos de três e cinco cravos, comporta outros pormenores, como o motivo central, onde parece insinuar-se um cruciforme, se bem que com o braço horizontal mais profundo (a confirmar com novos registos), motivo nunca registado entre as cerca de 130 «estelas de guerreiro» conhecidas. A composição é rematada pela espada cuja empunhadura, muito estilizada, distingue-se da lâmina por linha incisa transversal. Colocada *in situ*, e admitindo como razoável que a parte enterrada da estela poderia atingir cerca de 80 cm, a espada ficaria assim quase ao nível do solo, enquanto aquela reduziria a sua dimensão, ficando com altura mais próxima da humana. Ainda assim, a mais monumental

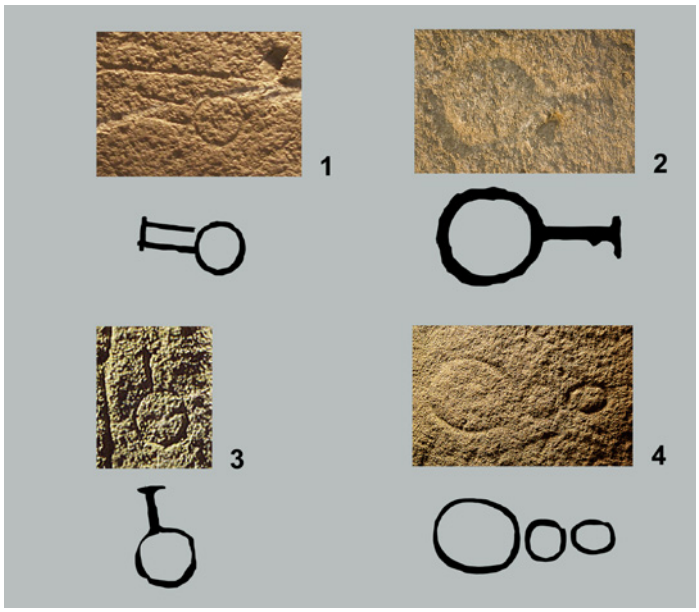


FIG. 5. Representação de espelhos em estelas da Beira Interior: 1 (Telhado), 2 (Pedra da Atalaia 1), 3 (S. Martinho II), 4 (Baraçal 2).

[5] O modelo deste tipo de pega seria em materiais perecíveis, como, por exemplo, o cabo de marfim do espelho do túmulo 17 da necrópole de La Joya (Huelva) (Garrido Ruiz e Orta García 1978, 91, 100, Lám. XLVIII).

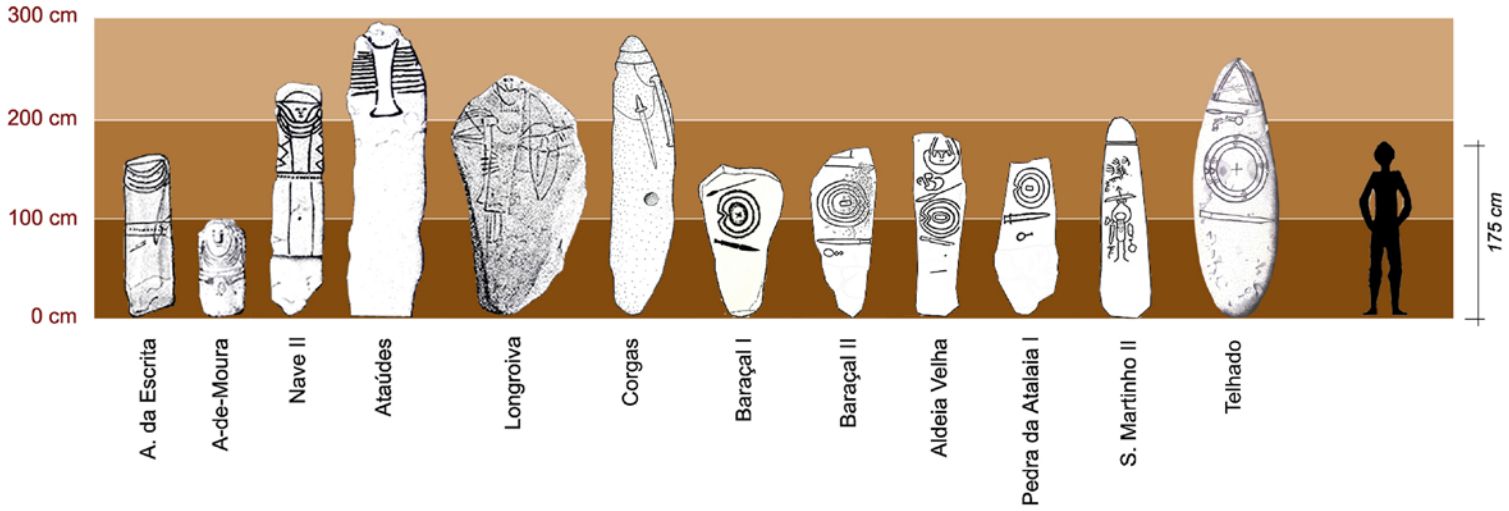


FIG. 6. Galeria de estelas e de estátuas-menires (III-I milénio a.C.) da Beira Interior, completas ou muito completas, destacando-se entre as do Bronze Final a estela do Telhado pela dimensão.

das estelas do Bronze Final, só encontrando equiparação, na Beira Interior, nas suas antecedentes de Corgas (Fundão) e de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo) (Fig. 6).

A hibridez iconográfica subjacente ao tipo de estelas em que se insere a do Telhado, onde se associam duas tradições culturais, uma de feição mais atlântica, sobretudo ao nível do armamento, outra de inspiração mediterrânea relativa aos ornamentos de vestuário e elementos de tratamento do corpo, reflecte bem a conjuntura dos tempos que mediaram entre finais do II milénio a.C. e os inícios do seguinte – a cronologia que atribuímos à estela –, dinamizados pelo incremento de contactos entre o mundo mais ocidental e o Mediterrâneo, e que na Beira Interior se expressam através de tantas outras materialidades reveladoras dessas dinâmicas trans-regionais (v.g. Vilaça 2013a, com bibliografia anterior).

3. O QUADRO DO POVOAMENTO

Em linha com o que há muito defendemos em relação às estelas, por norma «sem contexto», consideramos ser fundamental estabelecer os possíveis nexos – que ajudarão a perscrutar aquele – entre elas e os lugares habitados, ou seja, aquelas não nos interessam tanto ou tão-só em si, antes como partes sistémicas e articuladas do povoamento, tal como o eram os povoados e todos os demais vestígios humanos, inclusive os «avulsos», independentemente dos significados que lhes possam ser atribuídos (Vilaça 1998: 206, 209; Vilaça 2013b: 208-213; Vilaça e Baptista 2020: 27-30).

Como foi referido, a estela do Telhado deverá corresponder ao reaproveitamento de um menir, o que valoriza ainda mais este peculiar monólito, conferindo-lhe espessura temporal, além do papel activo desempenhado nas dinâmicas de territorialização. Essa valorização não pode ser dissociada, outrossim, da raridade de monumentos megalíticos, funerários ou não funerários, nesta região da Cova da Beira, não obstante a relativa riqueza toponímica que deles poderia fazer-se eco (Leisner 1998: 87-89). Deste modo, e para um melhor entendimento da estela que antes deverá ter sido tão-só menir, impõe-se uma leitura do território mais imediato, a qual não pode deixar de ser feita, por conseguinte também, na longa duração.

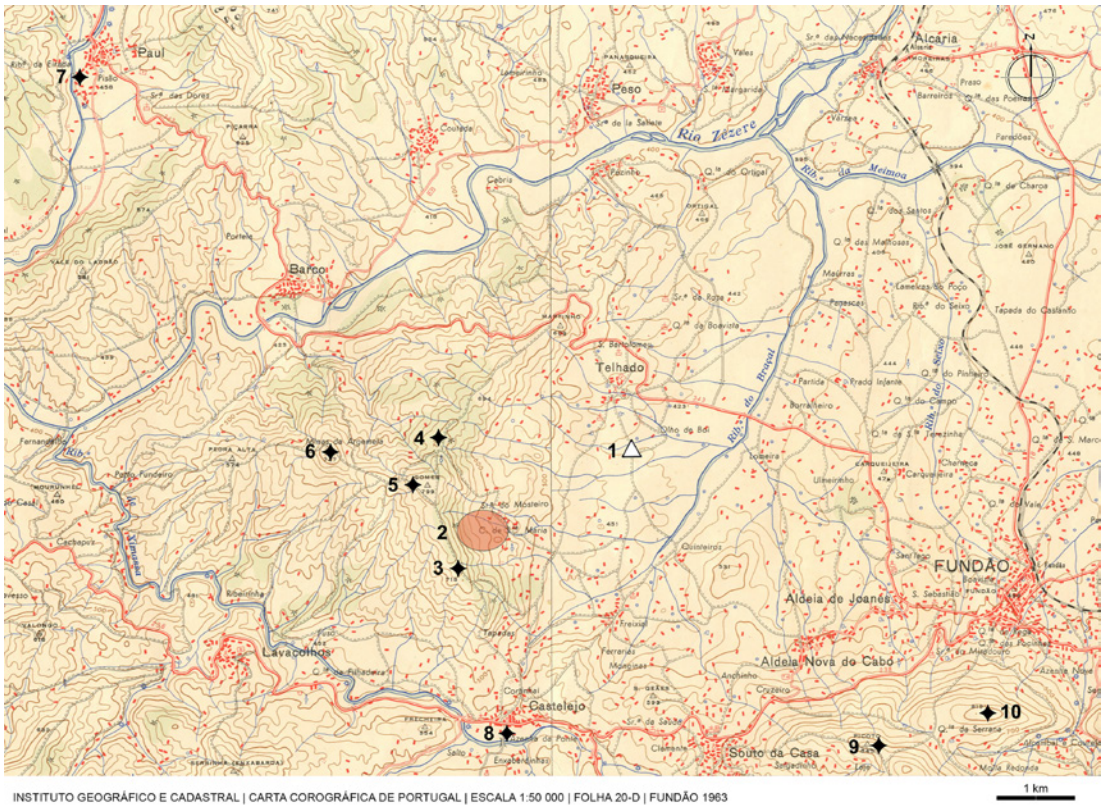


FIG. 7. Registos arqueológicos conhecidos na área de proveniência da estela do Telhado: 1 (estela), 2 (Souto do Senhor), 3 a 5 (ocorrências no topo da serra do Gomes), 6 (Castro do Cabeço da Argemela), 7 (depósito do Paul), 8 (depósito do Castelejo), 9 (povoado do Picoto), 10 (Castro de S. Brás).

A chã onde a estela se encontrava antes de ser removida foi prospectada em distintos momentos, sem que tenham sido identificados quaisquer outros vestígios arqueológicos. Neste contributo toma-se como certa ser essa também a zona onde originalmente a estela (e o menir) estaria implantada, certeza que, evidentemente, comporta riscos. Assumimo-los. Sem outras pistas de momento, o contexto arqueológico do monólito é, assim, ele mesmo, o seu lugar e a articulação com o seu entorno.

O que se conhece em seu redor?

Sem ignorar um machado de pedra polida, inédito, que faz parte do acervo do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior e que foi recolhido por Mário Ferreira em 1920 no Telhado, em sítio indeterminado[6], as evidências mais próximas do lugar de achado da estela encontram-se a cerca de 2 km, a sudeste, no Souto do Senhor (Freixial, Telhado). Outras ocorrências desta área de interface entre o limite poente da Cova da Beira e as serras da Cordilheira Central permitem traçar um primeiro esboço do povoamento numa perspectiva de longa duração (Fig.7).

3.1. O SOUTO DO SENHOR

Mérito, mais uma vez, da equipa do MAMJM, as prospecções efectuadas neste sítio (até há bem pouco tempo inédito), que se localiza numa suave plataforma a meio da vertente nascente da serra do Gomes, a cerca de 650-600 m de altitude (Fig. 7-2), revelaram um conjunto de materiais líticos e

6 Informação constante na respectiva ficha de registo do MFTPJ.

cerâmicos distribuídos por uma área de cerca de 2 ha (Rosa e Bizarro 2015: 94, 102). Atribuídos ao Neolítico, mas aguardando ainda o necessário estudo, foram, entretanto, alvo de exposição temporária (2012) onde se mostraram lâminas e lascas de sílex e quartzito, machados de anfibolito, percutores e elementos de mó de granito (moventes e dormentes), além de cerâmica, toda ela lisa e sem formas expressivas. Sem outros dados mais seguros, será prudente não excluir a possibilidade de uma ocupação posterior a entrar já no III milénio a.C.

Inequivocamente um sítio importante no contexto regional, o Souto do Senhor, que mereceria ser alvo de escavações para se compreender a sua natureza e determinar a cronologia específica, corresponde, face ao que se conhece, a um dos mais antigos testemunhos de sedentarização desta região, com interessante quantidade de instrumentos relacionados com o processamento de actividades produtivas no âmbito do ciclo agrícola. O domínio directo do Souto do Senhor sobre a fértil planície atravessada pela ribeira do Braçal (e boa parte da Cova da Beira) (Fig. 8), justamente onde se encontrou a estela, não pode deixar de ser sublinhado, especialmente no pressuposto de que esta corresponde a antigo menir.

Assim, numa leitura integrada do território e ultrapassando cronologias mais específicas impossíveis de definir neste momento, aquelas evidências podem valorizar-se de modo recíproco: teremos aparentemente um lugar de habitação e um lugar cultuado consubstanciado num possível menir. Esta distinção de cariz processualista não anula a possibilidade de o próprio espaço habitado incorporar entre as suas materialidades outras manifestações do universo simbólico das comunidades Neo-calcolíticas da Cova da Beira.

Em prospecções posteriores realizadas no Souto do Senhor foi recolhida uma outra peça que classificamos como «idoliforme». Sem se descartar a possibilidade de corresponder a antigo rebolo



FIG. 8. Plataforma do povoado neolítico (ou neo-calcolítico) do Souto do Senhor, dominando parte da Cova da Beira e da serra da Gardunha (Foto de Joana Bizarro).

transformado, face aos seus atributos formais e «decorativos» não nos parece descabida aquela classificação.

Trata-se de um bloco de granito porfiroide de forma ovoide com superfícies afeiçoadas e em certas zonas bastante polidas (Fig. 9 e 10). Apenas uma das extremidades, a mais aplanada, não sofreu tratamento, o que permite encará-la como possível base da peça. Tem de dimensões: 19,6 × 12,7 × 9,3 cm e o peso de 4,055 kg. Mais ou menos a meio e lateralmente possui dois sulcos largos e pouco profundos com pátina antiga, um deles bastante pronunciado, formando uma espécie de «escotaduras». A face mais aplanada é lisa, embora tenha sido intensamente polida. A outra face, a «principal», tem polimento mais irregular, e nela observam-se nove *fossettes* similares, pouco profundas, distribuídas em dois conjuntos alinhados e paralelos entre si, um central e disposto longitudinalmente com seis *fossettes*, o outro com três. O geometrismo da composição deixa a sensação de que ficou algo por completar, hipótese que a comparação com outra peça acentua (*vide infra*).

Embora a presença de *fossettes* seja algo frequente ao longo da Pré-história em suportes fixos e móveis de diverso tipo, nomeadamente afloramentos, esferoides, placas, blocos afeiçoados, seixos naturais, etc., na investigação que fizemos, é certo preliminar, não encontrámos paralelos directos para a peça em análise, atendendo à conjugação da forma do suporte, «escotaduras», tipo de motivos e sua organização. Todavia, a bibliografia permitiria correlacionar, de certa forma, a peça de Souto do Senhor com uma categoria de objectos conhecidos como ídolos de «Tipo Argalo», ou «Grupo II», bem expressivos no Megalitismo do noroeste peninsular e cuja cronologia foi atribuída à 2.ª metade do III milénio a.C. (Fabregas Valcarce 1993).

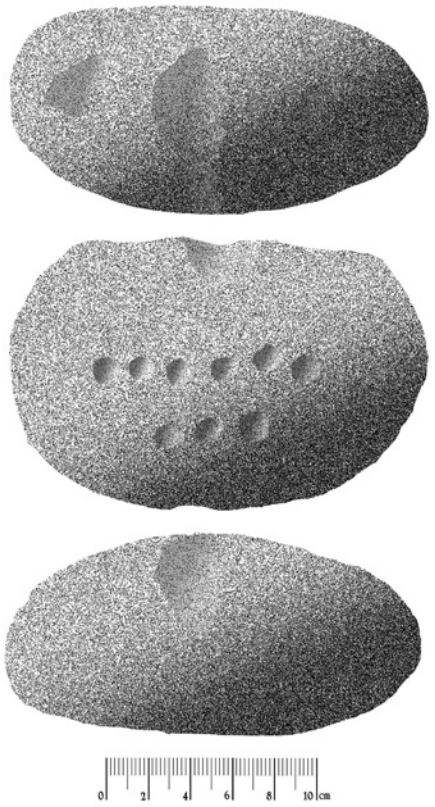


FIG. 9. «Idoliforme» do Souto do Senhor (desenho de José Luís Madeira).



FIG. 10. «Idoliforme» do Souto do Senhor.



FIG. 11. «Idoliforme» das Relvas, Arganil (Foto do Município de Arganil).

A dispersão a nível peninsular de peças vagamente similares é, porém, uma realidade bastante mais ampla e, sobretudo, bastante mais heterogénea. A maioria dos casos que compilámos não dispõe de contextos precisos, o que dificulta a atribuição de cronologia segura. A título de exemplo e salvaguardando os necessários distanciamentos formais e figurativos, além dos geográficos, podemos referir o ídolo de Orihuela (Alicante), um grande seixo de configuração elíptica com dois entalhes laterais e sulcos que se consideraram ter cariz antropomórfico, e que foi atribuído ao Bronze Tardio ou Final (Diz Ardid e Yus Cecilia 2014). Ou o ídolo de Valdalveiro (Folgoso de la Ribera, Bembibre), de granito, também elíptico, com dois entalhes simétricos e um outro central numa das faces, este aguardando ainda o necessário estudo (Museo Alto Bierzo de Bembibre).

Mas a particularidade da peça em análise passa pela presença de *fossettes*, factor que limita as possibilidades na procura de paralelos, ao mesmo tempo que se afigura como uma oportunidade de valorizar uma outra peça, também beirã.

Referimo-nos ao ídolo das Relvas (união de freguesias de Cepos e Teixeira, Arganil), um bloco de granito polido com 23 cm de altura, em forma de cabaça, mas com o mesmo modelo figurativo do de Souto do Senhor: a face decorada exibe ao centro e longitudinalmente um conjunto de 13 *fossettes* ladeado por dois outros alinhamentos paralelos, com 5 e 6 *fossettes* cada, conferindo uma certa simetria à composição que, na do Fundão, não chegou(?) a ser concretizada (Fig. 11). Note-se ainda que sobressaem as *fossettes* do conjunto central pela sua maior profundidade, o que origina distintos efeitos visuais indissociáveis do carácter antropomórfico insinuado pela sugestiva forma do suporte.

Quando Castro Nunes o deu a conhecer informou que tinha sido encontrado durante trabalhos agrícolas em terras escuras e com carvões, considerando que poderiam ser fundos de cabana, e atribuindo-lhe um carácter feminino pelo volume da parte do corpo (Nunes 1956). Esta mesma interpretação foi mais tarde secundada sem outros argumentos, que também não se adiantaram em relação à cronologia admitida para a peça, a Idade do Bronze (Alarcão *et al*. 1985: 184).

O «idoliforme» do Souto do Senhor, com manifestas afinidades em termos da composição figurativa e tipo de motivos, como sublinhámos, parece-nos ter, tal como aquela, cronologia mais alta em sintonia, de resto, com os materiais recolhidos no mesmo sítio, ou seja, entre o 4.º e o 3.º milénio a.C.; porém, a inexistência de contexto estratigráfico condiciona a segurança desta proposta. Mas é bem sabido, até por contraste com aqueles milénios, que o 2.º milénio a.C., i.e., a Idade do Bronze não foi tempo de grandes manifestações «idoliformes» nesta área mais ocidental da Península Ibérica. Seja como for, ambas as peças com lugares de achado que, em linha recta, distam apenas cerca de 32 km entre si, poderão configurar a existência de um grupo mais vasto, particular às serranias centrais e interiores desta zona do território português. Encarar estas peças como reinterpretações regionais de um mesmo fundo mais amplo do sistema ideológico das comunidades agro-pastoris não nos parece despropositado.

3.2. A SERRA DO GOMES

Durante o projecto de acompanhamento do Parque Eólico da Serra do Gomes, que fecha o limite poente da Cova da Beira, a empresa Emerita[7] teve oportunidade de registar nas plataformas mais elevadas outras ocorrências patrimoniais que não podem ser ignoradas neste texto de carácter ensaístico (Chaves *et al*. 2007) (Fig. 7-3 a 5).

Embora incerta quanto à cronologia e sua natureza, foi identificada numa área sobranceira (altitude de 760 m) à plataforma do Souto do Senhor uma estrutura sub-circular que poderá corresponder a pequeno *tumulus* (c. 6 m de diâmetro) formado por blocos de xisto e grauvaque. O achado, no local, de três elementos de moagem manual reforça essa hipótese. Mais distante, do lado norte do vértice geodésico (799 m de altitude), foi encontrado um outro elemento de mó manual, um movente de granito. Caminhando para nordeste chegamos à Malguinha onde se observam restos de uma estrutura pétrea de tipo *tumulus*, destruída por um caminho, e onde se recolheram alguns fragmentos cerâmicos de fabrico manual; lisos e sem formas específicas, não permitem tirar ilações seguras de ordem cronológica.

Este conjunto de anotações, não obstante as dúvidas que se colocam quanto às estruturas tumulares e respectiva cronologia, talvez do 2.º milénio a.C., mas que só uma intervenção arqueológica poderia esclarecer, adverte para a importância desta vertente da serra entre a linha de cumeada e as plataformas mais baixas, como a de Souto do Senhor, vertente que desfruta de domínio visual sobre a planície de onde é proveniente a estela, voltamos a sublinhar. Quem se deslocasse pelo caminho natural que atravessa a Cova da Beira, de nascente para poente, era esta barreira o primeiro marco de referência no espaço antes de se penetrar num outro mundo, mais labiríntico, o das serranias centrais.

3.3. O CASTRO DO CABEÇO DA ARGEMELA

A ocidente, na continuidade daquela serra, mas dela individualizando-se pelo formato cónico, ergue-se o Cabeço da Argemela (Lavacolhos) que suscita narrativas tão distintas, quanto as de cariz lendário com fantásticas efabulações, as de índole científico, ou as ditadas por interesses económicos empresariais e privados (riqueza das mineralizações em Lítio), estes a terem também tradução na descaracterização/ destruição dos diversos patrimónios naturais e antrópicos do cabeço onde existe um povoado do 1.º milénio a.C. (Fig. 7-6 e Fig. 12).

O leitor encontra distinta e detalhada informação em trabalhos dados à estampa já neste século, trabalhos que confirmaram a existência de duas grandes fases de ocupação, uma datável do Bronze Final e outra da Idade do Ferro Plena, não estando ainda perfeitamente esclarecida a relação entre ambas (Fernandes 2016; Marques *et al*. 2012; Vilaça *et al*. 2000; Vilaça *et al*. 2011). Algumas lascas e um fragmento de pequena lâmina de sílex, inéditas, poderão apontar cronologia anterior, compatível com a de Souto do Senhor e do presumível menir transformado em estela.

Este povoado reúne múltiplas valências, nomeadamente acesso fácil a recursos mineiros, no próprio local e nas aluviões do Zêzere, autonomia na produção do bronze (com vários elementos da cadeia operatória do metal, como cadinhos, moldes, artefactos), posição estratégica com controlo visual sobre boa parte da Cova da Beira e a vertente oriental da serra da Estrela (v.g. Baptista 2019: 81-82, Fig. 10). Tudo aponta no sentido de que deverá ter sido uma peça-chave da rede regional do povoamento.

Com ocupação contemporânea da estela do Telhado, a estreita proximidade geográfica entre o povoado e o lugar de achado desta que, deve ser dito, não desfrutam de visibilidade entre si, é refor-

[7] Agradecemos a João Caninas a cedência de extracto do relatório a que se reportam estes registos, bem como a possibilidade de termos observar alguns dos materiais.



FIG. 12. Castro do Cabeço da Argemela, observando-se a destruição da vertente SE na sequência dos trabalhos de exploração desenvolvidos já neste século (Foto da empresa Palimpsesto).

çada por outros vínculos de ordem cultural, protagonizados concretamente por duas fíbulas, a que se encontra figurada na estela e a que lhe poderá ter servido de modelo, de «tipo Ponte 1», proveniente do Castro do Cabeço da Argemela (Vilaça *et al*. 2011: 441-442, Fig. 5-7; Vilaça *et al*. 2016).

Este tipo de fíbula foi dos primeiros a circular no Centro-Interior do território português (séculos XI-IX a.C.), vindo a propósito mencionar em especial a fíbula bastante completa do Cabeço do Crasto de S. Romão (Seia) (Senna-Martinez 2010: 19-20), na medida em que este povoado, também com importante ocupação em finais da Idade do Bronze, deve ser conectado com o Castro do Cabeço da Argemela: ambos se encontram numa das principais rotas naturais de comunicação que atravessam a serra da Estrela, entre a Beira Central e o limite poente da Cova da Beira (*vide infra*).

3.4. O «DEPÓSITO DE MARGEM» DA RIBEIRA DA GARDUNHA

Sensivelmente a 4 km a sul do lugar de proveniência da estela, nas margens da ribeira da Gardunha ou do Castelejo, junto à povoação com este nome, foi encontrado um machado de talão de duas argolas (Vilaça e Rosa 2015) (Fig. 7-8). Muito embora seja um dos tipos de artefactos metálicos mais característico de finais da Idade do Bronze e bastante bem representado na região (v.g. machados da Tapadas Argolas, Capinha, Paul), foi alvo de criterioso estudo atendendo sobretudo às especiais circunstâncias do seu achado: é inserível na categoria de deposições metálicas feitas em meio húmido, em concreto no que se designou por «depósitos de margem» (Vilaça 2006: 60).

Como tem vindo a ser considerado, a deposição de objectos metálicos em meio húmido é um fenómeno ritual de muitos matizes no quadro das comunidades europeias da Idade do Bronze e não só. Comparado com o de outras regiões, no território português essas práticas parece que foram pouco expressivas, sendo importante frisar que, na Beira Interior, os casos conhecidos compatíveis com essa linha interpretativa correspondem a machados de distinta tipologia (Vilaça 2006; Vilaça e Rosa 2015 ; Vilaça e Bottaini 2021).

3.5. O DEPÓSITO DE PAUL

É assim conhecido o conjunto de 7 ou de 10 machados de bronze (conforme as fontes) que apareceu em inícios do século XX perto da povoação de Paul (Covilhã), mais precisamente, «entre Ourondo e Paul», na margem esquerda desta ribeira (Proença 1910: 12; Vasconcelos 1917: 328). Conforme prática corrente à época, as peças, que seriam de diverso tipo, dispersaram-se, estando identificados dois machados de talão de duas argolas, um pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia (n.º 17493), o outro (n.º 10.533) ao acervo do Museu de Francisco Tavares Proença, instituição onde sabemos terem dado entrada pelo menos mais dois, que não se encontram identificados (Vilaça 1995: 81, 89, 400, CCLVI-3 e 5)[8].

Entre as diversas considerações que poderiam ser desenvolvidas sobre este depósito, gostaríamos de referir duas. Uma, que incide sobre o fenómeno da deposição do metal em si e que encaramos – a acção e o resultado – como uma forma de apropriação simbólica do território (Vilaça 2006: 64). A outra tem a ver não com o lugar, infelizmente desconhecido (na Fig. 7-7 a sinalização é aleatória), mas com a zona de proveniência e entrelaça-se directamente com a primeira.

Falamos de uma zona que se insere no percurso de uma rota natural de travessia da serra da Estrela, a já antes referida, que passava no Paul, Unhais da Serra, Alvoco da Serra, Loriga, Valezim e São Romão (Seia) (Baptista 2019: 48; Vilaça 2004: 49; Vilaça *et al.* 2000), caminho que cruzava a povoação do Barco, junto ao Zêzere, ladeando a vertente norte do Cabeço da Argemela. Este é um dos percursos da «Rota da Transumância» (Pinheiro coord. 2008: mapa 21), o mais ocidental a sul da serra da Estrela, percurso que passava justamente, também, a norte e muito próximo do lugar de achado da estela do Telhado (Vilaça *et al*. 2016; Baptista 2019: 90, 95).

4. ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Entre as principais mudanças de paradigma no estudo das «estelas de guerreiro» conta-se a da sua valorização como referenciais na paisagem, como marcadores assinalando recursos, caminhos, lugares de passagem (Ruiz-Gálvez Priego e Eduardo Gálan 1991). Na sua condição sinalizadora, referenciadora, junto a rotas naturais de comunicação ou em zonas de interface fronteiriço, essas estelas terão aproximado as pessoas, fomentando a criação de lugares agregadores, de encontro, de negociação (Vilaça *et al.* 2011, p. 310; Vilaça 2013b: 208). Dito de outro modo, não há estelas sem territórios.

Assim, a estela do Telhado não pode ser vista como perdida no espaço. A imprescindibilidade da sua abordagem integrada é potenciadora da compreensão de um território que foi apropriado e animado por mobilidades de e entre pessoas: do monte para a planície, dos lugares onde se vivia e onde se procuravam recursos, entre vizinhos, criando caminhos, caminhos que podiam confluir para lugares ciclicamente (re)visitados. Encaramos deste último modo o lugar da estela do Telhado, um lugar polarizador das comunidades (Vilaça *et al.* 2016).

Estrategicamente implantada numa plataforma natural, numa das extremidades da Cova da Beira e junto do percurso de um caminho natural, esta estela não poderá ter deixado de ter uma vertente sinalizadora, de constituir um referencial das comunidades que habitavam os povoados localizados na sua orla, em primeira linha ou mais além (Fig. 13).

Detendo um excepcional controlo visual da paisagem, é nesses relevos envolventes das serras da Gardunha, do Gomes, de Peroviseu, de Meal Redondo, etc., que encontramos os lugares onde habi-

[8] A historiografia deste depósito requer mais aturada investigação, a fazer numa outra ocasião.



FIG. 13. Panorâmica da Cova da Beira a partir do Souto do Senhor, assinalando-se a área de proveniência da estela do Telhado e os povoados de altura conhecidos na envolvência (foto de Joana Bizarro, adaptada).

tavam as comunidades cujo movimento também se pautaria em função do que a estela para elas pudesse representar (Vilaça *et al.* 2016; Vilaça e Baptista 2020: 29). Alguns desses lugares tinham sido já habitados, como S. Roque (Donas) e Tapada das Argolas (Capinha), com ocupação do Calcolítico Pleno/Final, revelada por duas pontas de «tipo Palmela» (Vilaça *et al.* 2000; 2003; Vilaça 2004); ou Souto do Senhor que também a poderá ter tido, ou teve-a pelo menos no Neolítico.

Há, portanto, uma certa continuidade de ocupação do espaço e uma «tradição» de marcação do território, na medida em que a Cova da Beira conta com um outro menir, este fálico, transformado no 2.º milénio a.C. pela incorporação de um ancoriforme com correias de suspensão que também seguram uma espada e que foi designado como estátua-menir de Corgas (Donas) (Banha e*t al.* 2009). Essa mesma «tradição» poderia manifestar-se através de um outro monólito encontrado não longe, na ribeira de St.ª Maria das Donas, que estes autores também referem e que consideram ser provavelmente calcolítico. Na verdade, trata-se de um monólito bastante atípico, de granito, com sulcos muito profundos numa das faces, mas onde se vislumbram outros mais subtis, num caso insinuando uma figura triangular como se fosse uma lâmina de alabarda.

Quanto às comunidades de finais da Idade do Bronze, encontraram nas «estelas de guerreiro» uma das principais estratégias de manifestação, exibição e celebração do poder, justamente porque as detinham em lugares públicos, propícios à construção da memória colectiva, mas sobretudo porque recorreram à força de uma linguagem iconográfica agressiva. Essa linguagem, que se revela particularmente eficaz entre sociedades agrafas, traduz um « programa iconográfico» de exaltação do poder através das armas e de outros sinais de distinção (de alteração do corpo) não menos intimidatórios porque «estranhos», i.e., não locais, logo diferenciadores cultural e socialmente.

No caso da estela do Telhado o programa que se exibe revela um corte profundo com um passado de valores muito distintos, passado de que subjaz a materialidade do suporte, se se admitir, como cremos, que este possa corresponder a um antigo menir reutilizado. Tê-lo-á sido de forma oportunista, como suporte material, ou porque persistiria ainda algum dos sentidos matriciais nessa pedra antiga?

Não sabemos responder, mas na altura em que se procedeu à gravação da estela esse passado estava muito distante. É verdade que as comunidades continuavam a viver do amanho da terra e

da criação do gado, mas em tudo o mais eram diferentes: tinham-se desenvolvido as forças produtivas com a divisão social do trabalho e respectiva especialização; a circulação e distribuição de bens controlavam-se de cima para baixo; a hierarquização social com todas as contradições inerentes acentuou-se; as referências ideológicas desse tempo que mediou entre finais do II milénio a.C. e os inícios do seguinte eram de uma outra natureza, onde a violência detinha o seu lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, J.; LOPES, M. C.; MOURA, H. (1985) – As origens do povoamento na bacia do Alva. *Arqueologia,* GEAP, Porto, 12 (Dezembro), p. 184-194.

BANHA, C.; VEIGA, A.; FERRO, S. (2009) – A estátua-menir de Corgas (Donas, Fundão). Contributo para o estudo da Idade do Bronze na Beira Interior. *Açafa* 2 online. http://www.altotejo.org/acafa/default2010.asp

BAPTISTA, A. M. (2004) – Arte paleolítica de ar livre no rio Zêzere (Barroca, Fundão). *Eburobriga*, Fundão, 1, p. 9-16.

BAPTISTA, P. (2019) – *Mobilidade humana nos territórios da Beira Interior durante o Bronze Final*. Estudos Pré-históricos. XIX. Viseu. CEPBA.

BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBÍN BEHRMANN, R.; SALVADO, P. (2019) – Stone witnesses: armed stelae between the international Tagus and the Douro, Iberian Peninsula. *SPAL*, 28 (2), p. 143-164.

CELESTINO PÉREZ, S.; SALGADO CARMONA, J. A. (2011) – Nuevas metodologias para la distribución espacial de las estelas del Oeste peninsular. In VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal. Sabugal+, CEAUCP, IARQ/FLUC, p. 417-448.

CELESTINO PÉREZ, S.; MAYORAL HERRERA, V.; SALGADO CARMONA, J.A.; CAZORLA MARTÍN; R. (2011) – Stelae Iconography and Landscape in South-west Iberia. In MOORE, T; ARMADA, J.-L. (ed.), *Atlantic Europe in the First Millennium BC*. Oxford. Oxford University Press, p. 135-152.

CHAVES, C.; CANINAS, J.; HENRIQUES, F. (2007) – *Relatório Preliminar sobre a Situação de Referência do Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Alteração do Parque Eólico da Gardunha (Oleiros e Fundão)*. Emerita. Empresa portuguesa de Arqueologia (policopiado).

DIZ ARDID, E.; YUS CECILIA, S. (2014) – El ídolo de Orihuella (Alicante). Orihuella. Arqueología y Museo. *Museos Municipales en el MARQ*. Alicante, MARQ, p. 104-113.

FÁBREGAS VALCARCE, R. (1993) – Las representaciones de bulto redondo en el megalitismo del Noroeste. *Trabajos de Prehistoria*, 50, p. 87-101.

FERNANDES, D. (2016) – O Castro do Cabeço da Argemela (Lavacolhos, Fundão). Uma abordagem à realidade material e o contributo para o seu enquadramento cultural e regional. In VILAÇA, R. (coord.), *II Congresso Internacional de Arqueologia da região de Castelo Branco.* Castelo Branco. Sociedade de Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 201-216.

GARRIDO RUIZ, J. P.; ORTA GARCÍA, E. M. (1978) – *Excavaciones en la necropolis de «La Joya» Huelva. II*. Excavaciones Arqueologicas em España 96. Madrid.

GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1976-1977) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel, Beja): Estudo Comparado. *Setúbal Arqueológica*, 2/3, p. 281-343.

LEISNER, V. (1998) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*. Vol. 4. Berlin /New York. Walter de Gruyter.

MARQUES, J. N.; ALMEIDA, S.; FERREIRA, N.; VILAÇA, R. (2011-2012) – O Castro do Cabeço da Argemela (Fundão). Trabalhos desenvolvidos entre 2003 e 2009. *Eburobriga*, 7, Fundão, p. 78-99.

MEDEROS MARTÍN, A. (2019) – Los cascos con cresta del Bronce Final de la Península Ibérica y la segunda fase de las estelas del Suroeste con espejo y casco (1275-1200 AC). *Complutum*, 30 (2), p. 273-311.

NUNES, J. C. (1956) – O ídolo pré-histórico das Relvas. *Revista de Guimarães*, LXIII, p. 503-507.

PINHEIRO, E. (coord.) (2008) – *Rota da Lã Translana. Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tejo-Salor-Amonte*. 2 volumes. Covilhã. Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

PROENÇA, F. T. (1910) – *Archeologia do Districto de Castello Branco*. Leiria. Typographia Leiriense.

RIBEIRO, O. (1940-41) – Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela. *Revista da Faculdade de Letras*. VII (1-2), Universidade de Lisboa, p. 213-303.

RIBEIRO, O. (1949) – O fosso do médio Zêzere. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, XXX, p. 79-85.

ROSA, J. M. (coord.) (2007) – *Museu Arqueológico Municipal José Monteiro – Catálogo*. Fundão.

ROSA, J. M.; BIZARRO, J. (2015) – Arqueologia do concelho do Fundão. Contributos para a Carta Arqueológica. *Eburobriga*, 8, Fundão, p. 91-107.

ROSA, J. M.; BIZARRO, J.; VILAÇA, R. (2012) – *Relatório final. Levantamento e estudo de estela da Idade do Bronze (Telhado, Fundão)*, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro (policopiado).

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M.; GALÁN, E. (1991) – Las Estelas del Suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales. *Trabajos de Prehistoria*, 48, p. 257-273.

SANTOS, A. T.; VILAÇA, R.; MARQUES, J. N. (2011) – As estelas do Baraçal, Sabugal (Beira Interior, Portugal). In VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e Estátuas-menires: da Pré à Proto-história.* Sabugal. Sabugal+, CEAUCP, IARQ/FLUC, p. 319-342.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2010) – «Um mundo entre mundos». O grupo Baiões/ Santa Luzia, sociedade, metalurgia e relações inter-regionais. *Iberografias* 6, Guarda, p. 13-26.

VASCONCELOS, J. L. (1917) – Pela Beira. Palavras prévias – de Lisboa a Castelo Branco. *O Archeologo Português*, XXII, p. 293-344.

VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Trabalhos de Arqueologia 9, Lisboa, IPPAR.

VILAÇA, R. (1998) – Hierarquização e conflito no Bronze Final da Beira Interior. In JORGE, S. O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Trabalhos de Arqueologia 10, IPA, Lisboa, p. 203-217.

VILAÇA, R. (2004) – O povoamento proto-histórico na periferia da Gardunha: balanço dos conhecimentos. *Eburobriga*, 1, Fundão, p. 40-54.

VILAÇA, R. (2006) – Depósitos de Bronze do território português. Um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 24, p. 9-150. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_4/volume_24/s4_v24_depositos_bronze.pdf

VILAÇA, R. (2013a) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western End of the Iberian Peninsula (actions and reactions). In Aubet, E. e Pau, S. (coord.), *Interacción Social y Comércio en la Antesala del Colonialismo: Los Metales como Protagonistas*. *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, 21, Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, p. 13-30. http://hdl.handle.net/10316/79437

VILAÇA, R. (2013b) – O povoamento da Beira Interior durante o Bronze Final: evidências, interacção e simbolismos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, Oeiras, p. 191-220. http://hdl.handle.net/10316/79452

VILAÇA, R.; ALMEIDA, S.; BOTTAINI, C.; MARQUES, J. N.; MONTERO-RUIZ, I. (2011) – Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão): formas, conteúdos, produções e contextos. In MARTINS, C.; BETTENCOURT, A.; MARTINS, J.; CARVALHO, J. (coord.), *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, Braga, CITCEM, p. 427-451.

VILAÇA, R.; BAPTISTA, P. (2020) – Reflexões sobre a mobilidade humana entre sociedades agrafas: natureza, escalas, sinais e campos de ação. In VILAÇA, R.; AGUIAR, R. (coord.), *(I)Mobilidades na Pré-história. Pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 15-49. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1956-9_1

Vilaça, R.; Bottaini, C. (2021) – Depósitos metálicos em meio húmido, e suas margens, da Idade do Bronze em Portugal: uma perspectiva global. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 28, p. 257-276.

VILAÇA, R.; MONTERO RUIZ, I.; RIBEIRO, C.; SILVA, R.; ALMEIDA, S. (2003) – Tapada das Argolas (Capinha, Fundão): novos contributos para a sua caracterização. *Estudos Pré-históricos,* 10-11, Viseu, p. 175-197.

VILAÇA, R.; ROSA, J. M. (2015) – Depósito metálico na Ribeira da Gardunha, Castelejo, Fundão. *Eburobriga*, 8, Fundão, p. 61-71.

VILAÇA, R.; ROSA, J. M.; BIZARRO, J.; PIRES, H.; BAPTISTA, P. (2016) – New stele. New story. A Late Bronze Age reference in Cova da Beira (Telhado, Fundão, Portugal). Poster apresentado no *International Symposium Images in stone in Prehistory and Protohistory*. Braga. Universidade do Minho – Lab2PT.

VILAÇA, R.; SANTOS, A. T.; GOMES, S. M. (2011) – As estelas de Pedra da Atalaia (Celorico da Beira, Guarda) no seu contexto geo-arqueológico. In VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e Estátuas-menires: da Pré à Proto-história.* Sabugal. Sabugal+, CEAUCP, IARQ/FLUC, p. 293-318.

VILAÇA, R.; SANTOS, A. T.; PORFÍRIO, E.; MARQUES, J. N.; CORREIA, M.; CANAS, N. (2000) – O povoamento do I milénio a.C. na área do concelho do Fundão: pistas de aproximação ao seu conhecimento. *Estudos Pré-históricos*, 8, Viseu, p. 187-219.

A ocupação romana e a romanização do Sul do território hoje português

DE CHIBANES A MONTE DOS CASTELINHOS: UMA LEITURA SOBRE OS PRIMÓRDIOS DA PRODUÇÃO ANFÓRICA NA LUSITÂNIA

JOÃO PIMENTA[1]

> «Á boca do forno, no fundo de caminho em declive que ramos de pinheiro atravancavam, o forneiro alimentava o forno, tisnava a cara e o peito nas lavaredas que irrompiam da fornalha, hiante.»
> (Soeiro Pereira Gomes, Esteiros, 1941, p. 263).

RESUMO

O percurso eclético do homenageado, em diversos campos da investigação arqueológica levou a que optássemos por deter a nossa atenção num tema muito do seu agrado, o estudo dos ingratos contentores cerâmicos, as ânforas, e em particular as de produção do extremo ocidente peninsular. Com o presente contributo, pretende-se, partindo da análise de dados de três contextos específicos, problematizar a génese da produção de ânforas na Lusitânia.

ABSTRACT

The eclectic path of the honoree, in several fields of archaeological research, led us to choose to focus our attention on a theme that is very pleasing to him, the study of the ungrateful ceramic containers, the amphorae, and in particular those of western peninsular production. With the present contribution, it is intended, starting from the analysis of data from three specific contexts, to problematize the genesis of the production of amphorae in Lusitania.

1 Centro de Estudos Arqueológicos Vila Franca de Xira – CEAX/ Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras – Uniarq (Centro de Arqueologia). joao.marques@cm-vfxira.pt

INTRODUÇÃO

A investigação arqueológica é pautada por um contínuo devir, nem sempre linear, mas inexorável, construído com a produção de dados que se vão aduzindo sistematicamente na estruturação do discurso histórico. O já longo percurso do estudo da produção de ânforas romanas do território da antiga província da Lusitânia é um bom exemplo desse processo. De um tímido início em meados do século XIX assiste, a um florescimento da investigação a partir da década de oitenta do século XX, definindo-se as principais áreas produtivas, (Algarve, estuário do Sado e Tejo), e sistematizando-se as morfologias produzidas com os primeiros ensaios e definição de uma tipologia que se têm vindo a consolidar progressivamente, (Fabião, 2004 e 2008).

Porém, apesar dos projetos de fôlego desenvolvidos, que tanta informação veio revelar, como ocorreu em torno da caracterização dos centros oleiros do vale do Sado, (Mayet e Tavares da Silva, 2016) e baixo Tejo, (Raposo, 2017), muito ainda existe por fazer e acima de tudo por conhecer. Um exemplo dessa diversificação da investigação é a descoberta de novas e insuspeitas áreas produtivas, como é o caso da fachada atlântica e os dados do centro produtor de Peniche, que nos vem alertar para o que poderá ainda haver por identificar nos complexos lagunares da Estremadura, (Cardoso e Rodrigues, 2005; Cardoso, *et al*., 2016). Mas igualmente, o papel da implementação e generalização de estudos interdisciplinares, veja-se só a título de exemplo, o recente e estimulante papel que o avanço das análises dos conteúdos dos contentores por cromatografia veio trazer, (Oliveira, 2017).

Um dos campos que tem estado mais ativo nos últimos anos é precisamente o da temática do início da produção anfórica Lusitana, (Morais, 2003; Morais e Fabião, 2007). Conquanto, o aumento de dados disponíveis plasmado na extensa bibliografia produzida, a caracterização destas produções encontra-se ainda numa fase precoce da investigação, mantendo-se em aberto muitas das questões sobre a sua tipologia, sobre a geografia dos seus centros produtores, e sobre o contexto do emergir da sua produção, (Pimenta, 2017; Mataloto, Williams e Roque, 2019; Almeida e Fabião, 2019). Infelizmente muita dessa discussão tem estado limitada pelo estado de preservação dos exemplares recuperados, assim como, pela carência de dados estratigráficos seguros, situação que tem vindo paulatinamente a inverter-se, (Morais e Filipe, 2016; Filipe, 2016 e 2020).

A questão de uma produção de contentores anfóricos mais antiga, entenda-se, anterior ao reinado de Tibério, foi levantada na sequência da identificação de diversos conjuntos de ânforas de fabrico claramente lusitano, muitos deles evidenciando morfologia ovoide, recolhidos em contextos tardo-republicanos e do início do Principado, (Morais, 2003; 2010). Após esta primeira síntese e problematização, o panorama da produção anfórica e da comercialização de produtos lusitanos a larga distância, passava de estar assente em consolidadas sínteses que sublinhavam um carácter claramente de época imperial, (Fabião, 2004, p. 401), para a existência de uma produção com origem incerto, mas certamente atribuível à segunda metade do século I a.C. (Morais 2003; Morais, Fabião 2007; Almeida e Fabião, 2019, Filipe, 2020). Após este momento, a sua presença começa a identificar-se em diversos conjuntos de ânforas provenientes de centros de consumo, com uma interessante e precoce dispersão para fora do território peninsular, (Filipe, 2020, p. 184, Fig. 4 e 5). Atestando-se assim, uma ampla dispersão destes primeiros modelos de ânforas do extremo ocidente peninsular, permitindo assumir que se estava claramente perante uma verdadeira mudança de paradigma na «fase inicial da produção lusitana», (Fabião, Morais, 2007, p. 127).

O recente estudo dos conjuntos anfóricos de três sítios com escavações recentes, estratigrafias bem definidas e cronologias seguras, permite apresentar novos dados, e relançar a discussão sobre a problemática do despertar da produção anfórica na Lusitânia. É o caso dos trabalhos de arqueologia urbana no casco antigo de Lisboa, em particular da área do Castelo de São Jorge, das escavações promovidas pela equipa do MAEDS no povoado de Chibanes, (Palmela), e do projeto em torno do



FIG. 1. Mapa da península de Lisboa e de Setúbal com localização de Chibanes, Lisboa, Monte dos Castelinhos.

sítio de Monte dos Castelinhos, (Vila Franca de Xira).

Uma das leituras diga-se algo inesperada, da análise destes três contextos é que os primeiros modelos anfóricos de produção no Ocidente da província da *Ulterior*/Lusitânia, com tipologias claramente romanas, surgem a par dos últimos modelos de ânforas de tipologia pré-romana. Podendo começar a desenhar-se uma situação similar ao que bem conhecemos para a área da baía gaditana e do vale do Guadalquivir, ou seja uma progressiva romanização dos contentores anfóricos, (García Vargas, 1998; García Vargas, Almeida e González Cesteros, 2011).

A existência de uma tradição de produção anfórica pré-romana na área do vale do Tejo/Sado era até há bem pouco tempo um fenómeno desconhecido. Contudo o incremento dos dados disponíveis para a segunda metade do primeiro milénio a.C. tem vindo a mudar essa imagem e a permitir vislumbrar uma sólida tradição oleira local, (Sousa, 2014 e 2017). O fabrico de ânforas durante a Idade do Ferro nesta região não é uma ideia nova, tendo sido proposta com base em alguns elementos, recolhidos na Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000) e posteriormente com base em materiais da área urbana de Lisboa (Pimenta, 2005). Tivemos recentemente oportunidade em colaboração com Elisa de Sousa, de apresentar uma proposta de sistematização formal das diversas morfologias presentes, e de propor um primeiro ensaio sobre a sua evolução formal, que se mantem de forma clara até ao período romano republicano, (Sousa e Pimenta, 2014). Sendo que esta tese têm vindo a comprovar-se e consolidar-se com dados de análises arqueométricas, (García Fernández, 2019; Sousa *et al*., 2020; Moreno Megías *et al*, 2020).

Uma das questões, ainda por solucionar de forma contundente é a dos centros produtores destes contentores pré-romanos. Para o vale do Sado encontra-se proposto desde o início dos anos noventa do século passado uma produção de modelos afins às das ânforas Mañá-Pascual A4, com base nos vestígios de um forno, nunca apresentado de forma clara, na área urbana de Alcácer do Sal (Diogo *et al*., 1990). Para o vale do Tejo, os dados sobre os eventuais centros oleiros pré-romanos é mais complexa. No sopé de Monte dos Castelinhos, no sítio da Quinta da Marquesa II, recuperou-se, em prospeção, alguns elementos que permitem propor a existência de um centro oleiro no local, datado de meados do século VII-VI a.C., ainda que o mesmo nunca tenha sido intervencionado (Pimenta, Mendes, 2010-2011). Por outro lado, na cidade de Lisboa quer na área do Castelo quer na Baixa Pombalina, conhecem-se algumas evidências que permitem sustentar a produção cerâmica nomeadamente de ânforas, (Sousa, 2014; Antunes, Oliveira e Manso, 2020). Contudo, estas evidências reportam-se a meados do século V a IV a.C. Para a fase a que nos reportamos, os dados são assaz escassos, sendo as evidências de olarias romanas apenas conhecidas a partir, de meados do século I d.C. acompanhando aliás o emergir das industrias de preparados piscícolas na foz do rio, (Raposo, 2017).

Apesar deste vazio de informação, o recente estudo de alguns conjuntos expressivos de ânforas provenientes de sítios de consumo permite vislumbrar a relevância que estas produções locais parecem ter tido nos momentos finais da Idade do Ferro e que se prolonga durante o período romano republicano, (Sousa, 2017). Alcançando estas produções, percentagens relevantes, em torno dos 11% nos contextos do terceiro quartel do século II a.C. da área do Castelo de São Jorge, (Pimenta, 2005).

NOVOS DADOS CONTEXTUAIS

Olisipo o grande povoado da foz do Tejo, mencionado em diversas fontes clássicas, é desde cedo interpretado como estando na génese da atual cidade de Lisboa. As pesquisas arqueológicas que a partir dos meados da década de noventa do século passado, têm vindo a ser efetuadas, permiram definir de uma forma clara, os primeiros momentos de contacto com o mundo Itálico (Pimenta, 2020). Em todas as leituras realizadas é incontornável a referência à importância e ao dinamismo económico que este grande aglomerado urbano alcançou desde meados do século VIII a.C., mantendo fortes contactos com o sul peninsular (Sousa, 2014). É contudo marcante, ao estudarmos as estratigrafias da cidade, verificarmos a súbita e maciça presença em meados da segunda metade do século II a.C. das primeiras importações itálicas. Estas evidências estão omnipresentes e levam a sublinhar o significado deste momento para o subsequente desenvolvimento da urbe (Pimenta, 2005; Filipe, 2019).

O estudo dos contextos exumados em diversos pontos da colina do Castelo de Lisboa permitiu-nos definir de uma forma clara e contundente a primeira fase da presença romana. O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permite aferir uma cronologia bem definida, centrada no terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C., (Pimenta, 2014).

A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, sendo um dado eloquente do papel do porto de *Olisipo* enquanto plataforma distribuidora a nível regional. Os contentores vinícolas da Península Itálica dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica envasados nas ânforas dos tipos Greco-Itálico tardio ou de transição e nas ânforas da forma Dressel 1 (Pimenta, 2005; 2007; Filipe, 2015; 2019).

Paralelamente às importações encontra-se igualmente atestada, a presença de diversos modelos anfóricos de produção regional, possivelmente do vale do Tejo ou do Sado atestando uma remota tradição oleira. O recente estudo de um contexto excecional, identificado no Lote 40, do Beco do Forno do Castelo, veio aduzir novos dados a estas produções, (Pimenta *et al*. 2014). Nos níveis de abandono do edifício republicano aí atestado, foi possível classificar 29 fragmentos de ânfora de produção da costa atlântica da *Ulterior*, especificamente da área do vale do Tejo/Sado, que correspondem 16 NMI e a 9,6% da totalidade do conjunto exumado, (Pimenta, Baptista e Mota, no prelo). Encontram-se presentes exemplares do Tipo 2, 4, 6 e 7, das produções pré-romanas do estuário do Tejo, (Sousa e Pimenta, 2014). Porém, um dos dados mais inesperados da análise do depósito de ânforas da escavação do Beco do Forno do Castelo foi a descoberta de inúmeros fragmentos que permitiram a reconstituição de uma ânfora de produção regional dos vales do Tejo/Sado que se inspira claramente nas ânforas itálicas do tipo Greco-Itálico tardio ou nos primeiros modelos das ânforas da forma 1 de Dressel, (Figura 2, n.º 1). Estamos assim, perante o primeiro modelo, ou melhor, perante a primeira tentativa, de criar um modelo de ânfora tipicamente romano na fachada atlântica da península.

A análise mais atenta da ânfora em questão revela algumas singularidades nomeadamente ao nível da secção e perfil das asas que permitem distinguir e individualizar esta produção dos seus protótipos itálicos. Tendo presente os dados já conhecidos para *Olisipo*, não se afigura que esta produção seja mais do que uma tentativa, entenda-se entre os milhares de ânforas já estudados e publi-

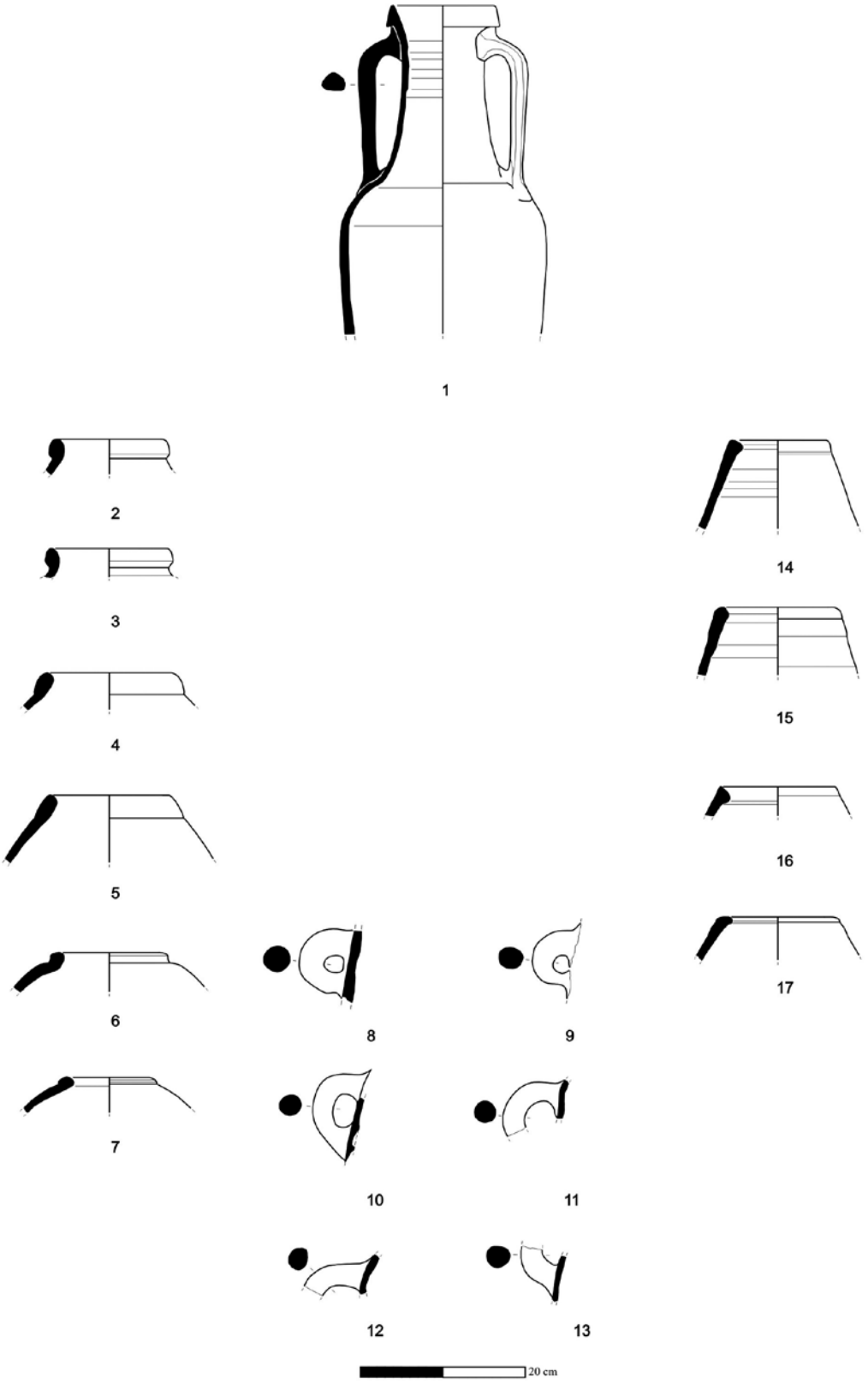


FIG. 2. Ânforas de cronologia romano republicana de produção do vale do Tejo/Sado provenientes de Lisboa, intervenção do Beco do Forno do Castelo, Lote 40, (Pimenta, Baptista e Mota, no prelo). N.º 1 – Imitação de ânfora Dressel 1 itálica. N.º 2 a 17 – Produções pré-romanas do estuário do Tejo. N.º 2 e 3 – Tipo 2. N.º 4 e 5 – Tipo 5. N.º 6 e 7 – Tipo 6. N.º 14 a 17 – Tipo 7.

cados associados aos contextos das primeiras fases de ocupação romana da urbe, este é o único exemplar atestando esta produção, (Pimenta, 2005, Filipe, 2019). É natural que outras peças possam surgir e aumentar um pouco a representatividade destas produções de imitação, contudo de momento na vasta amostragem deste depósito a sua representatividade é apenas de 0,6% do NMI.

O sítio arqueológico de Chibanes, (Palmela), foi identificado e inicialmente escavado por A. I. Marques da Costa em 1906, (Costa, 1910; Pimenta *et al*., 2019). Noventa anos mais tarde, o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), iniciou um programa de escavações, estudo, conservação, restauro e divulgação desta singular estação arqueológica, (Tavares da Silva, Soares, 1997).

As escavações arqueológicas promovidas pelo MAEDS, sob a direção científica de Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, de 1996 até à atualidade, têm permitido consubstanciar a relevância científica e patrimonial de Chibanes, divulgando-a de forma exemplar, (Tavares da Silva e Soares, 1997, 2012; Soares e Tavares da Silva, 2014; Detry, Tavares da Silva e Soares, 2017; Soares *et al*, 2019; Tavares da Silva, 2019).

As leituras estratigráficas e estruturais efetuados pela equipa do MAEDS permitiram distinguir três fases principais de ocupação: «A mais antiga é datada do III milénio a.C. e abrange o Calcolítico e o Bronze Antigo. Após longo período de abandono (cerca de 1700 anos), ocorre a ocupação da II Idade do Ferro, datável do século IV/III à primeira metade do século II a.C. A terceira fase, do Período Romano Republicano, inicia-se na segunda metade do século II e prolonga-se até ao terceiro quartel do século I a.C.» (Tavares da Silva e Soares, 2012, p. 73). As sequências estratigráficas e as estruturas registadas suportam a divisão da Fase III em duas subfases (IIIA e IIIB), separadas, de um modo geral, por nível de derrubes (Silva e Soares, 2014).

O Conjunto de ânforas recolhido no sítio arqueológico de Chibanes é assaz volumoso ascendendo a vários milhares de fragmentos, estando atestadas importações da península itálica, da baía gaditana, Ilha de Ibiza e Norte de África. Tal como seria de esperar, nas duas fases romano republicanas do sítio as ânforas vinárias itálicas, do tipo Dressel 1 encontram-se bem representadas. Contudo, resulta claro, que as importações em geral e as da península itálica em particular, no cômputo geral, se encontram longe, da representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica e em particular no vale do Tejo. Numa primeira análise do conjunto, vislumbra-se um quadro que à partida não seria o espectável, com base no número de fragmentos quantificáveis por região destaca-se de forma preponderante os contentores de produtos alimentares de proveniência da *Ulterior*/Lusitânia, nomeadamente com fabricos que nos indicam uma proveniência da região do vale do Tejo/Sado de tradição pré-romana. Encontrando-se representados por 428 fragmentos, correspondendo estes a um total de 62% da amostragem global. Não é aqui o sítio para nos determos de forma circunstanciada na explicação desta leitura. Porém tendo em conta a interpretação de que o sítio poderá corresponder a uma instalação militar possivelmente correlacionada com o período Sertoriano, (Soares *et al*, 2019), esta leitura poderá estar relacionada com problemas de abastecimento e com a necessidade de os assegurar localmente num período de conflitualidade.

Encontram-se presentes exemplares do Tipo 4, 5, 6 e 7, das produções pré-romanas do estuário do Tejo/Sado,(Sousa e Pimenta, 2014). Porém, tal como se observou no conjunto de Lisboa, deparamo-nos nos níveis romano republicanos, com alguns, escassos exemplares, de uma ânfora de produção regional dos vales do Tejo ou do Sado que se inspira claramente nas ânforas itálicas do tipo Dressel 1, (Figura 3). Algumas características, como o colo de perfil mais aberto e a morfologia dos fundos, cónicos compactos permitem-nos individualizar este modelo de ânfora.

A estação arqueológica de Monte dos Castelinhos localiza-se numa propriedade privada, denominada de Quinta da Marquesa, no concelho de Vila Franca de Xira. Ocupa um vasto morro e suas encostas com a altimetria máxima de 88 metros, situando-se de forma proeminente sobre a margem direita do Rio Grande da Pipa e na margem esquerda do Tejo. A investigação no sítio insere-se

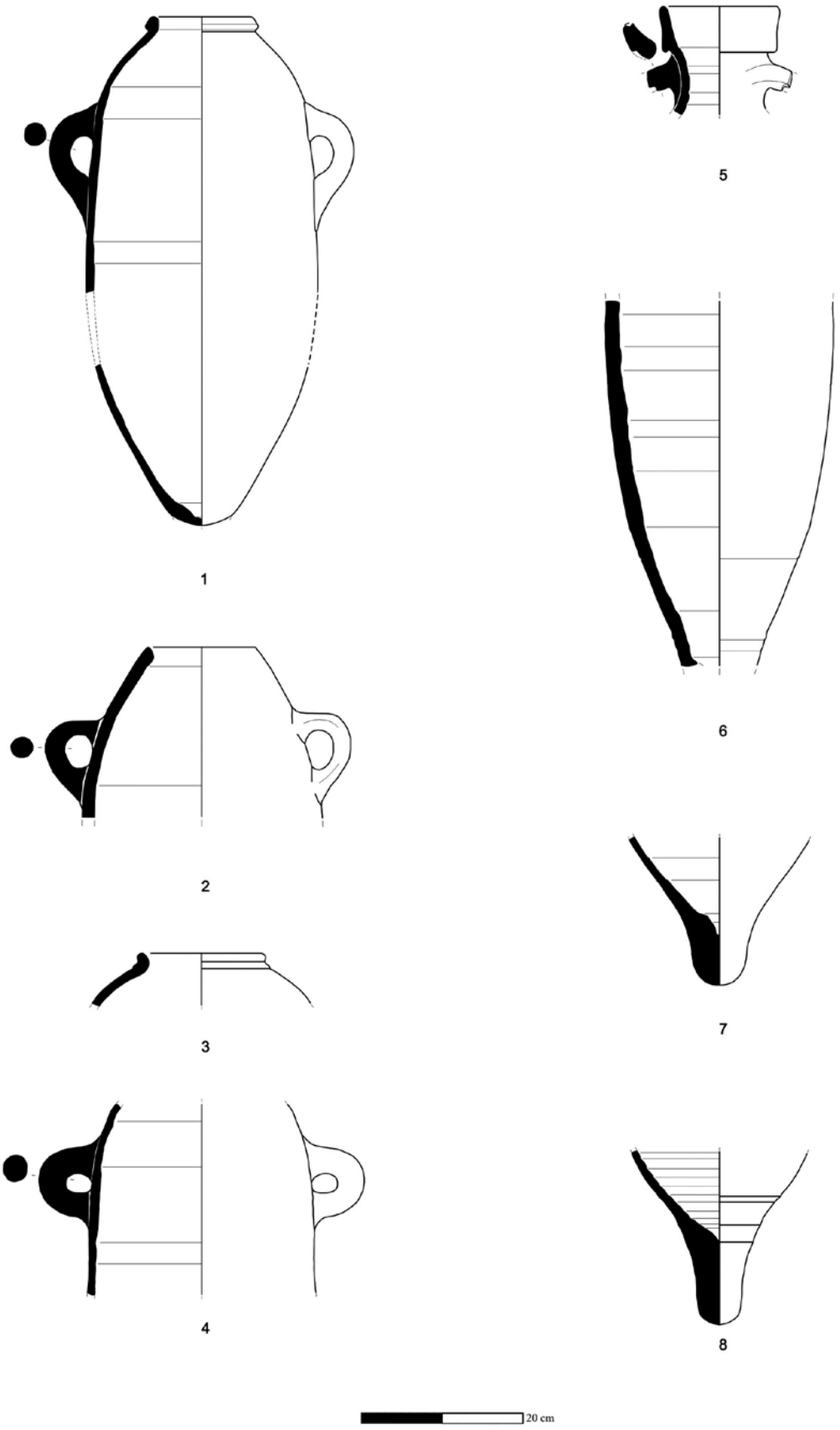


FIG. 3. Ânforas de cronologia romano republicana de produção do vale do Tejo/Sado provenientes de Chibanes. N.º 1 a 4 correspondem produções de tradição pré-romana. N.º 1 – Tipo 5. N.º 2 – Tipo 7. N.º 3 – Tipo 6. N.º 4 – Asa de Tipo Indeterminado. N.º 5 a 8 – imitações de ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel.

num Projeto Plurianual de Arqueologia, denominado – Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE), (Pimenta, 2015).

As escavações que o Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, (CEAX), tem desenvolvido no local desde 2008, permitem vislumbrar as potencialidades científicas, turísticas e museológicas desta estação. Tendo o desenrolar do seu estudo e divulgação, revelado que este é um sítio singular para o estudo do processo tardio de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular, (Pimenta e Mendes, 2014). Decorridos doze anos de investigação, podemos afirmar que se assistiu em meados do século I a.C. à construção de raiz, de um estabelecimento de dimensões consideráveis, numa área de grande valor geoestratégico. Situado a meio caminho entre as duas principais cidades do vale do Tejo, Monte dos Castelinhos controlava de forma clara a transitabilidade do baixo-Tejo e península de Lisboa, (Pimenta, 2013), (Figura 1).

Tendo em conta, os dados do seu urbanismo, parece-nos consistente que na sua génese, Castelinhos se assume como um núcleo de cariz urbano destinada a alojar uma população exógena a este espaço. Contudo, as evidências de uma presença militar são fortes, autorizando-nos a supor a fundação de uma base operacional de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo das vias de comunicação. Os estudos dos conjuntos artefactuais permitem colocar a tese, de termos uma fundação, para o primeiro desenho urbano dos Castelinhos, em data enquadrada após o términus do conflito Sertoriano (72 a.C.) e a presença de Júlio César na Província da *Ulterior* como Propretor (60-61 a.C.), (Pimenta, 2015).

O Conjunto de ânforas recolhido em Monte dos Castelinhos é assaz volumoso ascendendo a várias dezenas de milhares de fragmentos. O número de fragmentos que possibilita, um enquadramento a nível tipológico e assim uma classificação, correspondem a 2120, equivalendo a um NMI de 1010 indivíduos. Convertendo assim este volume de informação, numa das mais significativas amostragens, em termos numéricos e estatísticos, devidamente contextualizados, existente para o território atual português, (Pimenta, no prelo).

As ânforas produzidas no Ocidente da *Ulterior*/Lusitânia em concreto a fabricos atribuíveis às áreas dos vales do Tejo/Sado. Encontram-se bem representados nos níveis romano republicanos de Castelinhos, (enquadrados entre a década de 70 e a década de 30 do século I a.C.), correspondendo a um número mínimo de 142 indivíduos e que equivalem a uma percentagem significativa de 26,2% do total da amostragem. Deparamo-nos com modelos de tipologia pré-romana, nesta fase já claramente residuais, a par de modelos já de tipologia Romana, com uma multiplicidade de morfologias que se inspira claramente nos modelos então em circulação provenientes do Sul Peninsular, (Figura 4). Entre as produções pré-romanas identifica-se apenas bocais e asas, que se inserem-se em modelos evoluídos no Tipo 7, proposto para a tipologia de ânforas pré-romanas do estuário do Tejo e que como vimos são omnipresentes nos níveis romano republicanos de Lisboa e Chibanes, (Sousa, Pimenta, 2014, p. 311). Destaca-se assim, o grupo das formas que pertencem ao momento inicial da produção romana na fachada atlântica da *Ulterior* futura província da Lusitânica, as ditas «Lusitanas Antigas», várias delas com aparente morfologia e conotações ovoide.

Nos níveis associados à Fase 1 de Castelinhos, foi possível recolher um exemplar com a parte superior bem conservada, que reproduz de forma bastante aproximada o modelo das ânforas Ovoide 1 do Guadalquivir, (Figura 4, n.º 1). Tendo em conta este exemplar é possível reavaliar todo um conjunto de materiais já publicados e que ora permitem sustentar a existência de uma produção no ocidente da *Ulterior* de uma reprodução/forma afim da Ovóide 1/Classe 67. Mais complexa se apresenta o enquadramento de dois bocais que evidenciam um bordo vertical pendente, seguido de uma moldura e de uma asa maciça vertical de secção ovoide e com depressão longitudinal, (Figura 4, n.º 18 e 19). Tendo em conta o perfil do bocal faz recordar os modelos das ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel 1 C.

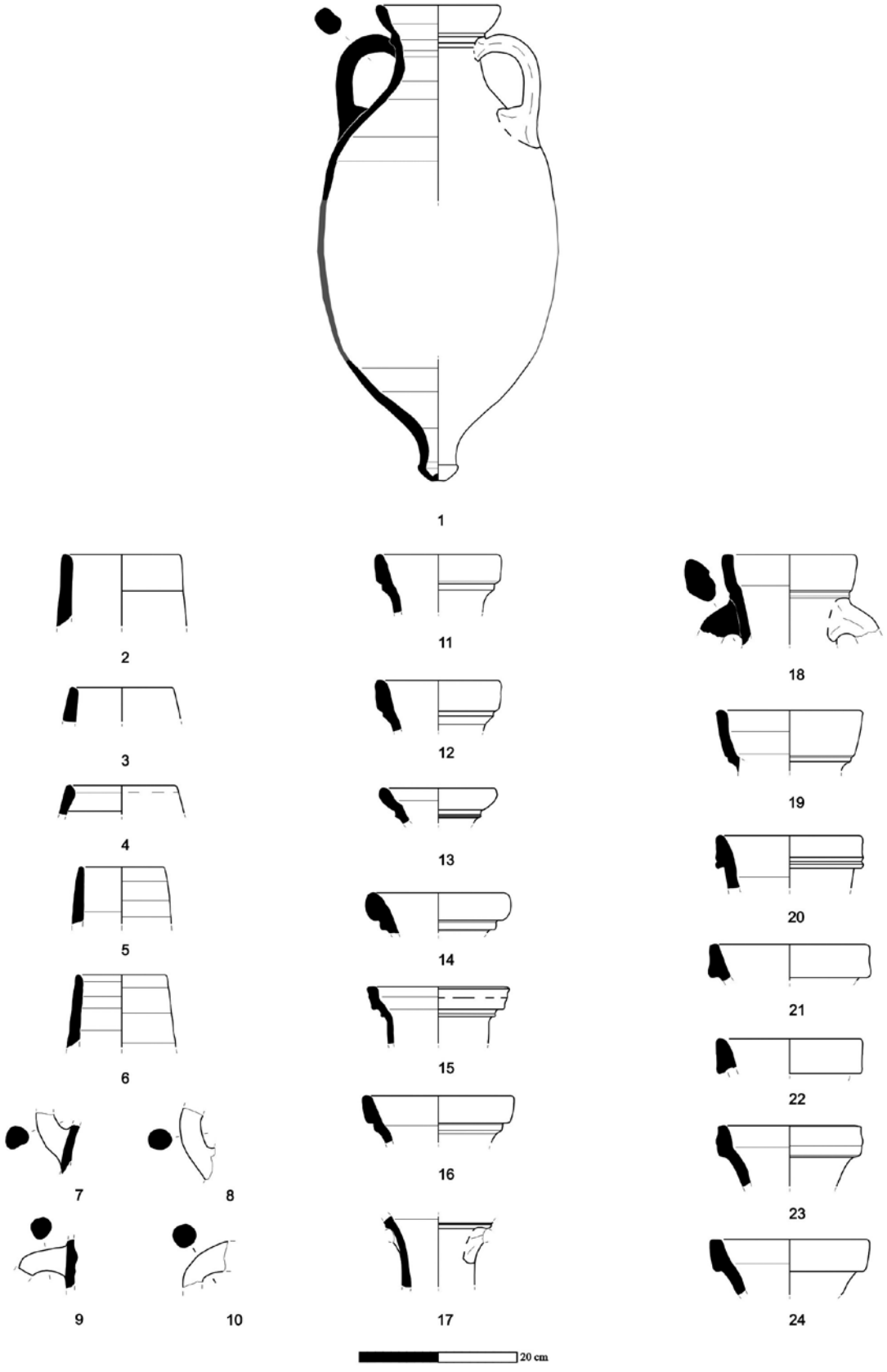


FIG. 4. Ânforas de cronologia romano republicana de produção do vale do Tejo/Sado provenientes de Monte dos Castelinhos. N.º 1 e 11 a 17 – Ovoide 1 Lusitana. N.º 2 a 10 – produções pré-romanas do estuário do Tejo. N.º 2 a 7 – Tipo 7. N.º 7 a 10 – Asas. N.º 18 e 19 – Dressel 1 Lusitana (?). N.º 20 a 24 – Lusitanas antigas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que contexto e em que moldes é que se terá ocorrido a génese da produção de ânforas de morfologia romana no território da província da Lusitânia, é ainda uma das questões em aberto. Contudo, não deixa de ser pertinente, em face dos novos dados ora apresentados, expor algumas premissas.

A primeira é que se começa a vislumbrar de forma consolidada a existência de uma tradição autóctone de produções locais de modelos de ânfora pré-romanos. Estes contentores, dos quais ainda desconhecemos os conteúdos parecem ter tido um amplo sucesso nos vales do Tejo e Sado, encontrando-se amplamente disseminados.

A segunda é que estes modelos de ânfora continuaram, a circular nos momentos finais da Idade do Ferro, alcançando o período romano republicano, encontrando-se já de forma residual nos contextos de abandono/destruição de Castelinhos, datados de 50/30 a.C. e estando ausentes nos níveis do principado de Augusto.

Os dados de Lisboa e de Chibanes parecem, atestar as primeiras tentativas de imitação local, dos contentores vinários itálicos. Estamos assim, perante o primeiro modelo, ou melhor, perante as primeiras tentativas, de criar um modelo de ânfora tipicamente romano na fachada atlântica da península. Tendo em conta os dados disponíveis, estas tentativas, não parecem ter tido grande difusão. Este fenómeno de imitação de modelos exógenos nomeadamente itálicos encontra-se bem atestado e estudado para a baía de Cádis desde momentos recuados ainda do século III a.C. (Garcia Vargas, 1998; Sáez Romero, 2008).

Os dados de Castelinhos, centrados já na segunda metade do século I a.C., correspondem já a outro momento, em que a produção anfórica da Lusitana emerge com modelos autónomos. O quadro morfológico e cultural em que esta se enquadra, denota estreitos paralelos com o que tem vindo a ser traçado para a as áreas mais romanizadas do vale do Guadalquivir, da área da baía Gaditana e da baía de Algeciras (García Vargas, Almeida e González Cesteiros, 2011). Sendo interessante ter presente a proposta de que esta similitude formal pode traduzir a existência de migrações de oleiros da *Ulterior*/Bética para o ocidente (Morais e Fabião, 2007, p. 132).

Penso que esta realidade produtiva, que se traduz numa rápida romanização dos contentores, e que implica por inerência uma romanização do campo e da pesca, se prende com a necessidade de abastecimento ao exército no âmbito do processo tardio de conquista e no contexto de instabilidade que se viveu no extremo ocidente na segunda metade do século I a.C. É assim neste contexto que se deve entender a sua receção/consumo nos três contextos aqui revisitados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R.; FABIÃO, C. (2019) – The «*early production*» of Roman amphorae in *Ulterior/Lusitania*. State of play of a universe (still) under construction. *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R. R.; González Cesteros, H.; Saéz Romero, A. eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 175-190.

ANTUNES, A. S.; OLIVEIRA, J. M.; MANSO, C. R. (2020) – Os fornos do Convento de Corpus Christi (Lisboa, Portugal). IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos/International Congress of Phoenician and Punic Studies MYTRA 5, p. 349-360.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005) – Olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche-Portugal). *Actas do Congresso a Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral, p. 83-102.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E.; RIBEIRO, I. (2016) –Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw Materials, Kilns and Amphora Typology. In I. V. Pinto; R. R de Almeida; A. Martin (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and* Distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford, p. 3-17.

COSTA, A. I. M. da (1910) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal, Appendice. *O Archeologo Português*. Lisboa. XV, p. 55-83.

DETRY, C.; SILVA, C. T. da; SOARES, J. (2017) – Estudo zooarqueológico da ocupação romana-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 20, p. 113-127.

DIOGO, A. M. D.; FARIA, J. C. L. (1990) – Elementos para a caracterização e periodização da economia do Baixo Sado durante a época romana. *Arqueologia Hoje*. I. Etno-Arqueologia. Faro. Universidade do Algarve, p. 92-106.

FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da *Lusitânia*. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. *Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – II d.C.) (Cádiz, 2003)* (Bernal Casasola, D.; Lagóstena Barrios, L. eds.). B.A.R. International Series 1266: Oxford, p. 379-410.

FABIÃO, C. (2008) – Las ánforas de Lusitania. *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión* (Bernal Casasola, D.; Ribera i Lacomba, A. eds.): Cádis. Universidade de Cádis, p. 725-745.

FILIPE, V. (2016) – Haltern 70 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-western-lusitania (consultado em 15-12-2018).

FILIPE, V. (2015) – As ânforas do teatro romano de *Olisipo* (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006. *Spal*. Sevilha. 24, p. 129-163.

FILIPE, V. (2019) – *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento em História especialidade de Arqueologia. Orientado pelo Professor Doutor Carlos Fabião.

FILIPE, V. (2020) – Las ánforas romanas más antiguas del occidente peninsular en Olisipo (Lisboa): contribución a su estudio. *Spal* 29.2: Universidade de Sevilha, p. 179-204. DOI: https://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.23

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2019) – Rumbo a poniente: el comercio de ánforas turdetanas en la costa atlántica de la península ibérica (siglos V-I a.C.). *Archivo Español de Arqueología* 92, p. 119-153. DOI: https://doi. org/10.3989/aespa.092.019.007>.

GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II A.C. – IV D.C.)*. Ecija: Gráficas Sol.

GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueologia*. N.º 20. Universidad de Sevilla, p. 185-283.

MAYET, F.; TAVARES da SILVA, C. (2016) – Roman Amphora Production in the lower Sado Region. *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution* (Pinto, I. V.; Almeida, R. R de; Martin, A. eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10. Oxford, p. 59-71.

MATALOTO, R.; WILLIAMS, J.; ROQUE, C. (2019) – *Are you Local?* Imported and locally produced amphorae in Alto Alentejo (Portugal) during the 1st century BC: three case studies at Soeiros, Rocha da Mina and Caladinho. *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. García Vargas, E.; Almeida, R. R.; González Cesteros, H.; Saéz Romero, A. (eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 376-390.

MORAIS, R. (2003) – Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmfores ovóides tardo--republicanes. Les àmfores ovoides de producció Lusitana. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Monografies del Casc 5. Girona: Museu d'Arqueología de Catalunya. Centre d'Arqueología Subaquàtica de Catalunya, p. 36-40.

MORAIS, R., (2010) – Ânforas. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. C.; GONÇALVES, A. (coords.). *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana 5. Mérida, p. 181-218.

MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones depescado en Occidente durante la Antigüedad. Universidade de Cádiz, Noviembre de 2005*. B.A.R., International Series 1686, Oxford, p. 127-133.

MORAIS, R. Y FILIPE, V. (2016) – Ovoid Lusitan (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-lusitan-western-lusitania (consultado em 24-11-2018).

MORENO MEGÍAS, V.; GARCIA FERNÁNDEZ, F. J.; FRAGNOLI, P.; STERBA, H. (2020) – Petrographic and neutron activation analysis of late Ion Age amphorae from the south western Iberian Peninsula. Journal of Archaeological Science: Reports 34, p. 1-13. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2020.102598

OLIVEIRA, C. (2017) – Análisis de pastas y residuos orgânicos en contentores cerâmicos: Un ejemplo de interdisciplinariedad entre química y la arqueologpa. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 565-592.

PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 41.

PIMENTA, J. (2007) – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em *Olisipo* (Séculos II-I a.C.). LAGÓSTENA, L.; BERNAL, D.; ARÉVALO, A. (eds.). *Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antiguidad*. Oxford: John and Erica Hedges, p. 221-233.

PIMENTA, J. (coord.) (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J. (coord.) (2015a) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira – em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J. (2014) – Os Contextos da conquista: *Olisipo* e *Decimo Junio Bruto*. FABIÃO, C.; PIMENTA, J. (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, p. 44-60.

PIMENTA, J. (2017) – Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. (Fabião, C., Raposo, J., Guerra, A.; Silva, F. (eds.). Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa/Câmara Municipal do Seixal, p. 195-205.

PIMENTA, J. (2020) – Antes do teatro. A cidade de *Olisipo* no período romano republicano. *Scaena*. Lisboa, p. 45-61.

PIMENTA, J. (no prelo) – As ânforas da Ulterior/Bética do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) – Portugal. *Congresso Internacional de Arqueologia Ex Baetica Amphorae II*. Universidade de Sevilha.

PIMENTA, J.; BAPTISTA, J.; MOTA, N. (no prelo) – O conjunto de ânforas da escavação do edifício romano republicano, do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 16-20) – Lisboa. *Actas II Encontro de Arqueologia de Lisboa*. CAL. PIMENTA, J.; GASPAR, A.; GOMES, A.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2014). O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 16-20) – Lisboa. FABIÃO, C.; PIMENTA, J. (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, p. 122-148.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2010-11) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras. Câmara Municipal, p. 591-618.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In MATALOTO, R.; MAYORAL HERRERA, V.; ROQUE, C. (eds.). *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Reunión científica, Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). Anejos de AEspA LXX, p. 125-142.

PIMENTA, J.; TAVARES da SILVA, C.; SOARES, J.; PEREIRA, T. R. (2019) -Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*. N.º 3. Lisboa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 45-79.

RAPOSO, J. M. (2017) – As Olarias Romanas do Estuário do Tejo. Porto dos Cacos (Alcochete) e Quinta do Rouxinol (Seixal). *In Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010).* (Fabião, C.; Raposo, J.; Guerra, A.; Silva, F. eds.). Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa/ Câmara Municipal do Seixal, p. 113-138.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2014) – O Projecto de Investigação Arqueológica «CIB» e a campanha de escavações Chibanes/2012. *Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*. Setúbal. 4, p. 75-98.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; DUARTE, S.; PEREIRA, T. R.; SORIA, V. (2019) – Aspectos da presença militar romano-republicana no castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. 22, p. 79-93.

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Estudos e Memórias, 7. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

SOUSA, E. (2017) – Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e Identidades Culturais na 2.ª metade do 1.º milénio a.C. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E. (eds.), *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartesica*. Madrid: CSIC, p. 295-318.

SOUSA, E. e PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M. (eds.) – *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Porto, 1, p. 303- 316.

SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SILVA, I.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; DORADO-ALEJOS, A. (2020) – Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal). *Spal*. Sevilha. 29-1, p. 129-156. http://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.05

TAVARES da SILVA, C.; SOARES, J. (1997) Chibanes revisitado: primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais VI, Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa, 33-66.

TAVARES da SILVA, C. – SOARES, J. (2012) – Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao século I a.C. In FERNANDES, I. C. – SANTOS, M. T. (eds.) – *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela, 67-87.

TAVARES da SILVA, C.; SOARES, J.; DUARTE, S.; PEREIRA, T. R.; COELHO-SOARES, A.; SORIA, V. (2019) – *Castro de Chibanes (Palmela). Trabalhos arqueológicos de 2012 a 2017.* In Soares, J.; Pinto, I. V.; Tavares da Silva, C. (eds.) – *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano* (*Setúbal Arqueológica*, 18). Setúbal: MAEDS/AMRS, p. 215- 246.

CONTRIBUTOS DE CARLOS TAVARES DA SILVA SOBRE A OCUPAÇÃO ROMANA-REPUBLICANA DA FOZ DO SADO

CARLOS PEREIRA[1]

RESUMO

Carlos Tavares da Silva construiu uma longa carreira sem nunca perder a ligação à sua origem. Co-fundador do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, realizou trabalhos diversos acerca das ocupações e vestígios das comunidades antigas do vale do Sado e arredores. Procurámos, com as breves linhas que se seguem, descrever os trabalhos por si realizados, ou em colaboração, acerca dos vestígios da ocupação romana-republicana. Esta análise levou-nos inevitavelmente a sítios como Chibanes, Pedrão, Alcácer do Sal e Castelo dos Mouros. Apesar desta ligação ser já longa, a investigação mantém-se em alguns deles.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Militar; Vale do Sado; Chibanes; Pedrão; Setúbal.

ABSTRACT:

Carlos Tavares da Silva has built a long career without ever losing the connection to his origin. Co-founder of the Museum of Archaeology and Ethnography of Setúbal, he accomplished several works on the occupations and remains of the ancient communities of the Sado valley and its environs. With this paper, we have tried to describe the works he have done, itself or in collaboration, about the vestiges of the Roman-Republican occupation. This analysis inevitably took us to places like Chibanes, Pedrão, Alcácer do Sal and Castelo dos Mouros. Although the study started a long time ago, the investigation remains in some of them.

KEY-WORDS: Military Archaeology; Sado valley; Chibanes; Pedrão; Setúbal.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. carlos_samuel_pereira@hotmail.com / ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-4116-3602

1. INTRODUÇÃO

Tortuoso é o caminho que deixa um espectro da senda percorrida.

Com esta frase pretendemos dar início a uma breve exposição dos trabalhos e estudos dedicados pelo setubalense Carlos Tavares da Silva à Arqueologia, em geral, mas, sobretudo, aos vestígios das ocupações romanas-republicanas. A frase pretende expor duas das, para nós, principais características do seu percurso. O adjectivo utilizado para descrever o «caminho» pretende reflectir a característica versátil e ecléctica que define, em parte, o seu percurso científico. Carlos Tavares da Silva não limitou os seus estudos a um período histórico concreto, nem a um tema específico. Esta obra é mostra dessa realidade. Os trabalhos dedicados aos vestígios das ocupações romanas-republicanas são uma pequena parte daquilo que foi conseguido.

Por outro lado, deve reconhecer-se que o «caminho» percorrido por alguns é mais visível que o de outros. O «espectro» referido não deve, neste caso, ser entendido pelo sentido lato, mas sim pelo da física. Assim, o percurso que escolhemos pode deixar um rasto espectral, mais ou menos evidente, das nossas actividades, da nossa produção científica, da relação com os outros, ... Em definitiva, dos nossos passos. Carlos Tavares da Silva é, em todas estas nuances, alguém que tem deixado a sua marca.

Pelo que se mencionou antes, nestas páginas faremos apenas uma observação parcelar ao percurso e aos estudos realizados a sítios concretos, nos quais foram registadas ocupações romanas-republicanas. Com efeito, retroceder nos passos dados por outrem é uma tarefa difícil, por vezes injusta, que nem sempre é conseguida de uma forma plena. Correndo esse risco, retrocedeu-se ao tempo em que três colegas de liceu, Carlos Tavares da Silva, Victor dos Santos Gonçalves e Mateus Gonçalves Cabrita, organizaram as jornadas dedicadas a António Marques da Costa. Partindo desse momento, tentou-se reconstituir o caminho, procuraram-se imagens daquela vontade jovial e o resultado foi tão-somente flashes mais ou menos nítidos das agências de uma vida.

2. A ÍNFIMA PARTE DE UM TODO

Embora o percurso geral deste investigador setubalense seja multifacetado e a sua primeira publicação, mesmo antes de cumprir os vinte anos, tenha sido dedicada ao estudo da malacofauna do Castro de Rotura (Tavares da Silva e Cabrita, 1963), dedicou abundantes estudos à época romana e contribuiu para o aumento do conhecimento dos vestígios desse período. Com efeito, volvido um ano da publicação daquele trabalho, os mesmos autores (1964) dedicaram várias páginas aos ditos vestígios registados na cidade sadina, debatendo a localização da *Caetobriga* mencionada nas fontes clássicas e expondo argumentos em favor dessa relação. Este trabalho foi resultado da apresentação nas Jornadas dedicadas a António Marques da Costa, realizadas em 1963 e organizadas por Carlos Tavares da Silva, Victor Gonçalves e Mateus Cabrita, que pretenderam dar a conhecer manuscritos inéditos do então homenageado.

Aquela obra, porém, não foi unicamente dedicada aos vestígios encontrados na cidade de Setúbal, apresentando-se igualmente vestígios de outros sítios do concelho. Deve dizer-se, também, que, embora os autores se apoiem fortemente nas informações antes dadas por personalidades da Arqueologia Portuguesa que por aí passaram, sendo exemplos o próprio Marques da Costa, mas também Leite Vasconcelos, fica claro que grande parte dos argumentos esgrimidos estão referendados por trabalhos de campo (Tavares da Silva e Cabrita, 1964: 14-15) e pelo reconhecimento real de cada estação arqueológica. Com efeito, os próprios referem expressamente ter recolhido materiais romanos em alguns dos sítios abordados.

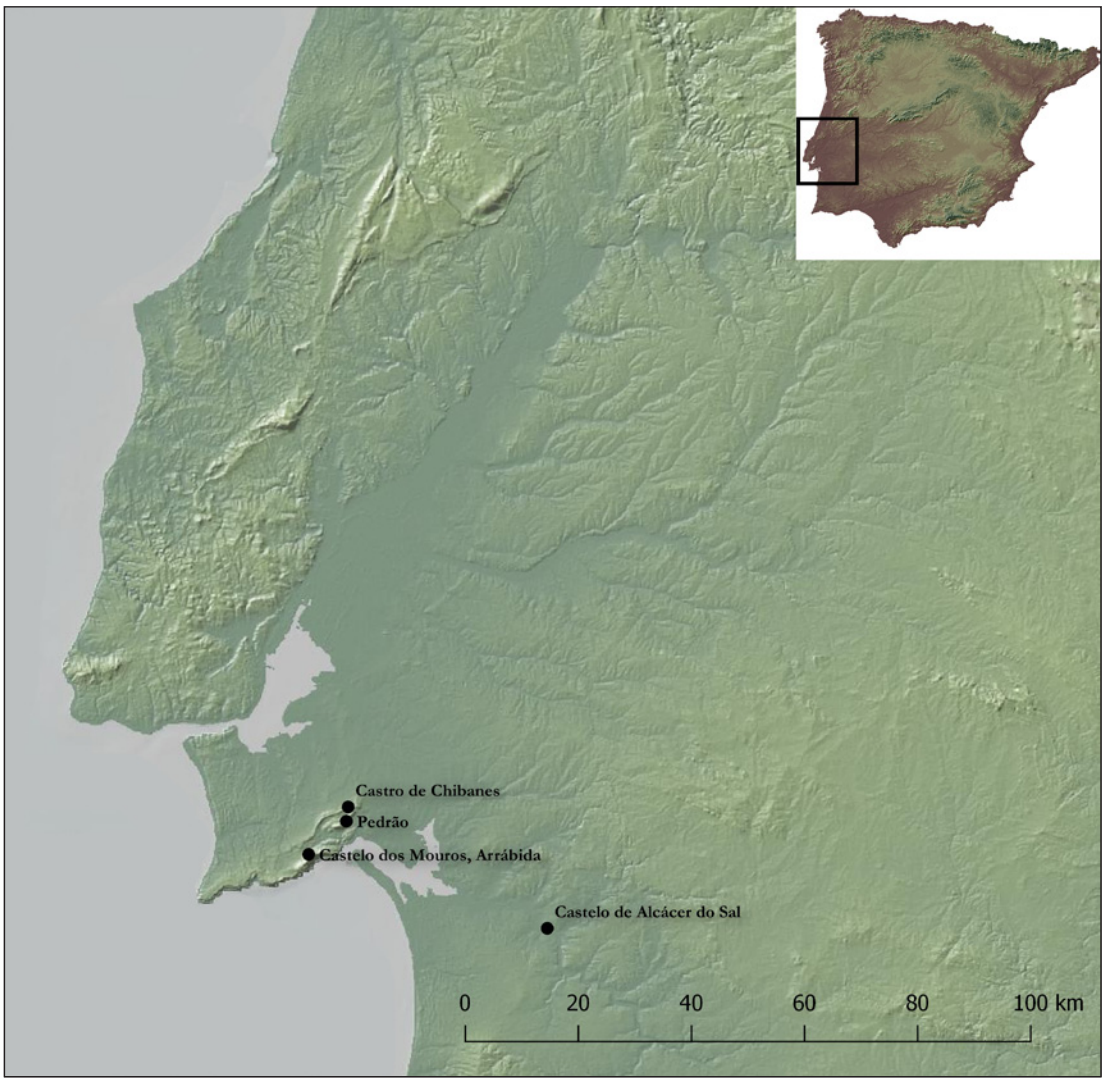


FIG. 1. Localização dos sítios mencionados no texto. Mapa de base Global Multi-Resolution Topography 3.7 (adaptado).

São relevantes para esta breve síntese, contudo, as linhas dedicadas aos sítios de Chibanes e de Pedrão (fig. 1). Sobre o primeiro, os autores limitaram-se a expor a opinião de Marques da Costa (1910), que relacionava este local com a *Caetobriga* céltica, opinião retomada mais tarde por Bandeira Ferreira (1959), mas detêm-se um pouco mais na descrição de Pedrão e dos achados que aí haviam sido feitos. Provavelmente, a maior atenção dada a este sítio deveu-se ao facto de aí terem realizado breves trabalhos de escavação (Tavares da Silva e Cabrita, 1964: 30), que, aliás, viriam a resultar na publicação conjunta do ano seguinte (Tavares da Silva e Cabrita, 1965).

Embora com este trabalho não tenham demonstrado os vestígios das ocupações romanas-republicanas no concelho, Carlos Tavares da Silva e Mateus Gonçalves Cabrita haviam realizado os primeiros trabalhos de campo que uniram um deles com alguns desses sítios até aos dias de hoje. Prova disso é a publicação dos autores antes mencionada, dedicada à *Estação arqueológica do Pedrão* e com a qual mantiveram a colaboração iniciada anos antes. Esse estudo pretendeu dar a conhecer o resultado dos primeiros trabalhos realizados no sítio, tendo identificado duas fases de ocupação: uma do Calcolítico; outra Lusitano-Romana.

Todavia, o percurso dos dois setubalenses viria a divergir poucos anos depois, não sem antes essa colaboração resultar em mais trabalhos publicados, dedicados a outros temas (1966). Contudo,

consequentemente à conclusão de licenciatura em Medicina de um deles, no ano de 1972, os dois condiscípulos, que na verdade eram três, enveredaram por caminhos distintos. Nesta altura Carlos Tavares da Silva incorporava já a Junta Nacional de Educação e, nesse ano, integrou a equipa do Gabinete da Área de Sines.

Assim, os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos no Pedrão foram tomando outro rumo, desde 1970 co-dirigidos com Otávio da Veiga Ferreira e, depois, com Joaquina Soares. Estas novas colaborações resultaram em outra publicação dedicada ao sítio (Soares e Tavares da Silva, 1973). A construção deste estudo foi estimulada também pela recolha de materiais à superfície do terreno que sugeriam e reforçavam os vestígios de uma ocupação romana-republicana, concretamente cerâmica de verniz negro itálico e moedas (*ibidem*: 7). Nesse mesmo ano foi igualmente publicado um estudo, a três punhos, que analisou o conjunto numismático do sítio (Tavares da Silva, Soares e Santos, 1973).

Com estes estudos, resultado dos vários trabalhos de campo, ficava evidenciado que o sítio do Pedrão conservava uma importante ocupação daquela cronologia (fig. 2), patente nas ânforas, na cerâmica de verniz negro itálico, mas também no importante conjunto numismático. Reflectindo sobre os critérios de implantação e a cultura material, os autores consideraram que a fase «proto--romana», à qual ainda se havia sobreposto uma «lusitano-romana», evidenciava um contacto entre as comunidades autóctones e os agentes itálicos, não sem alertar para as devidas contingências. Estas reflexões, acompanhadas por uma detalhada descrição da arquitectura e dos materiais, alguns de utilização militar, foram rematadas por uma datação situada entre os «finais do século II a cerca de 25 a.C.» (Soares e Tavares da Silva, 1973: 41), datação bastante ajustada.

Volvida mais de uma década, os mesmos autores insistem na filiação da arquitectura documentada com o mundo indígena (Tavares da Silva e Soares, 1986: 141; Tavares da Silva, 2001: 85),

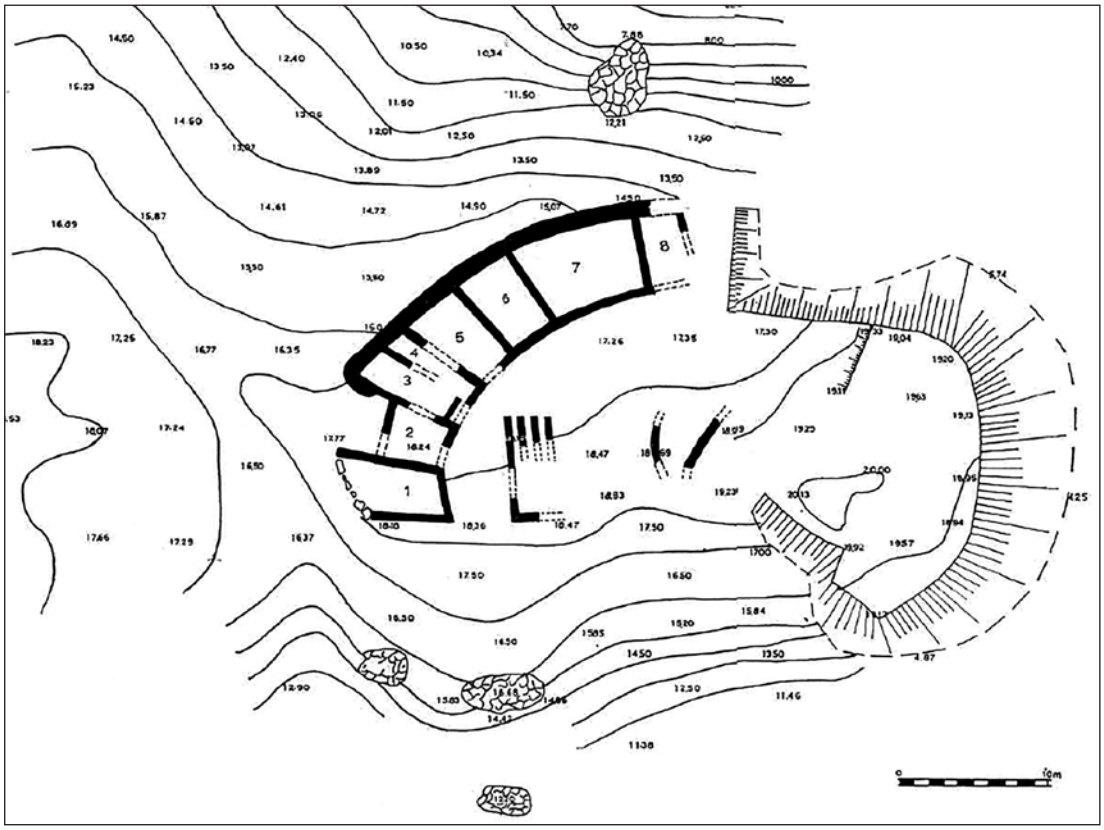


FIG. 2. Planimetria do sítio do Pedrão, retirado de Soares e Tavares da Silva, 1973.

situação que foi sendo matizada (Fabião, 2004: 63-64; 2007: 126). Apesar disso, parece importante voltar a alguns argumentos para os quais temos hoje mais dados e que fortalecem a eventual utilização daquele espaço e daquelas estruturas desligada, pelo menos de uma forma directa, das comunidades indígenas.

Além da pretensa existência de estruturas pertencentes a um celeiro (Fabião, 2007: 126), edifício que está frequentemente associado a presenças militares romanas (Salido, 2009), conhecemos cada vez mais ocupações militares com as mesmas características arquitectónicas e planimétricas, elevadas em condições topográficas semelhantes. Conquanto não sejam de dimensão tão reduzida, estes recintos são de pequenas dimensões e não se confinam a uma área concreta da Península Ibérica, sendo exemplos o Cerro del Trigo (Adroher *et al*., 2006), Tossal de la Cala (Bayo, 2014; Doménech, 2014; Sala-sellés *et al*., no prelo); Puig Castellar (Pera *et al*., 2019) ou Cáceres Viejo de Santa Marina (Pereira e Dias, 2020).

O melhor e mais recente exemplo destas realidades é o fortim de Tossal de la Cala (Sala-Sellés *et al*., no prelo), cuja arquitectura é similar à do Pedrão. Também neste caso se considerou inicialmente uma utilização das construções como *oppidum* ibérico, mas concluindo-se, com bastante precisão, tratar-se de uma fortificação romana-republicana adaptada a uma topografia concreta. Em ambos, embora a diferentes escalas, se pode observar um urbanismo desenvolvido em redor do cume dos cerros, que se corresponde a blocos simples de edifícios modulares. Tal como os autores que reinterpretaram as construções de Tossal de la Cala consideraram para o sítio do levante, também aqui parece evidente uma semelhança com modelos de aquartelamento militar, que se adossam à estrutura mais robusta, a qual corresponderia ao paramento exterior do recinto. Estas construções militares, decorrentes da própria evolução das técnicas de castrametação romana, já foram consideradas adaptações em circunstâncias concretas (Morillo, 2014; 2016: 16-29), que têm a sua génese nos modelos de fortificação de tradição helenística utilizados durante momento tardo-republicano (Sala-Sellés *et al*., no prelo).

De facto, cada vez mais recintos, antes considerados ibéricos, têm sido (re)interpretados como modelos romanos de implantação militar (Morillo, 2004: 205-206). São geralmente de reduzida dimensão, implantados em posições geográficas dominantes e estratégicas, planeando um eventual controlo territorial. Embora se assuma uma certa diversidade na dimensão e na forma, que, como se disse, é adaptada ao terreno, parece adequada a classificação que lhes vem sendo atribuída (Morillo, 2016). No caso do Pedrão, os contributos de Carlos Tavares da Silva foram preponderantes para que, com a evolução do conhecimento sobre a Arqueologia Militar Romana, possamos considerar aquele estabelecimento como um fortim ou, se se preferir, como um «pequeno forte romano» (Fabião, 2004: 64).

Mais difícil é, por ora, determinar um momento mais concreto da ocupação militar, já que estes recintos, para os quais não existe ainda uma tipificação devidamente estruturada, oferecem datações compreendidas entre o final do século II a.C. e o final da centúria seguinte. Se considerarmos a eventual preponderância de cerâmica de verniz negro itálico caleno e a presença de produções do vale do Guadalquivir, quer de cerâmica comum (Soares e Tavares da Silva, 1973: est. II, n.º 10; Fabião, 2004: 63) quer de ânforas (fig. 3), como parece ser o caso de um bordo pertencente a uma ovóide 5 (Soares e Tavares da Silva, 1973: est. VI, n.º 42), não é improvável que este local tenha sido utilizado durante o segundo e terceiro quarteis do século I a.C.

Pouco tempo depois da publicação dos resultados obtidos no fortim do Pedrão, em 1976, na área do castelo de Alcácer do Sal apareceram estratos e estruturas arqueológicas quando se procedeu ao desaterro para construção de uma cisterna (Tavares da Silva *et al*., 1980-81: 149). João Rosa Viegas, atendendo à irremediável situação, limitou-se a realizar uma intervenção de emergência na qual crivou e recolheu os materiais resultantes da destruição, publicados pouco tempo depois (Alarcão, 1978; Dias, 1978; Soares, 1978).

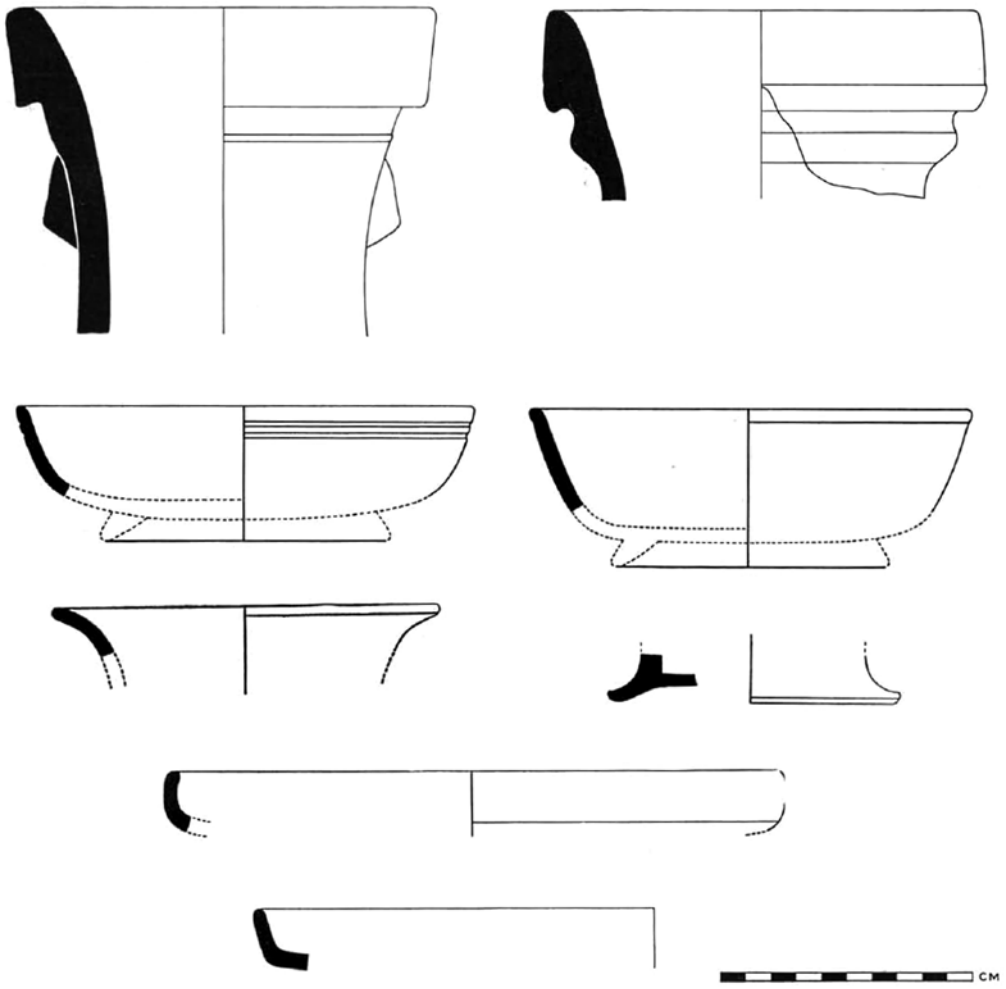


FIG. 3. Selecção de materiais cerâmicos de Pedrão, retirado de Soares e Tavares da Silva, 1973 (adaptado).

A existência de níveis, estruturas e artefactos bem conservados fomentou a realização de intervenções no local que permitiram diagnosticar o subsolo com mais detalhe (Soares e Tavares da Silva, 1980; Tavares da Silva *et al*., 1980-81). Também neste caso Carlos Tavares da Silva assumiu um papel relevante na equipa, tendo coordenado a escavação, realizada em 1979, mas delegando o estudo dos materiais romanos a outros membros, concretamente a Luísa Ferrer Dias e a Antónia Coelho-Soares. Embora não tenha assumido o estudo dos vestígios de época Romana-Republicana registados na área do castelo de Alcácer do Sal[2], Carlos Tavares da Silva evocou um papel activo na construção do trabalho científico e na reconstituição da história daquele local.

No ano de 1981 a mesma área foi intervencionada (Soares e Tavares da Silva, 1982; 1984), mas nos dois anos seguintes Cavaleiro Paixão dirigiu a intervenção ocorrida, na área do convento da Nossa Senhora de Aracaeli. Esta mesma área viria a ser intervencionada em 1993-94, trabalhos agora co-dirigidos com João Carlos Faria. Quer na área do castelo escavada a Este, quer na área intervencionada a Oeste foram identificados importantes estratos da ocupação romana-republicana que atestam a importância deste núcleo nessa fase.

[2] Sobre a distribuição das tarefas atribuídas a cada membro da equipa, *videm* Tavares da Silva *et al*., 1980-81: nota 1.

Todavia, apesar da ampla área intervencionada na década de 90, os estudos da equipa liderada por Carlos Tavares da Silva continuam a ser relevantes para a compreensão da sequência da ocupação do cerro onde se implanta o castelo. Esta situação tem justificado as constantes dúvidas e desconhecimento das dinâmicas da urbe romana, mas parece evidente que a área do cerro do castelo esteve ocupada durante o último terço do século II a.C. e a centúria seguinte (Diogo, 1980; Tavares da Silva e Soares, 1980-81: 213; Faria, 1992; Sepúlveda *et al.*, 2001), estando documentada pelas cerâmicas de verniz negro itálico (napolitanas, calenas e GBR) e ânforas de tipo Lamboglia 2 e Maña C2 hispânicas (Diogo e Alves, 1988-89; Fabião, 1989: 95), para além das itálicas.

Enquanto decorriam as intervenções no castelo de Alcácer do Sal, agora com outros intervenientes, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares retomavam as escavações no Castro de Chibanes (Tavares da Silva e Soares, 1997; 1012), dando continuidade aos trabalhos de António Marques da

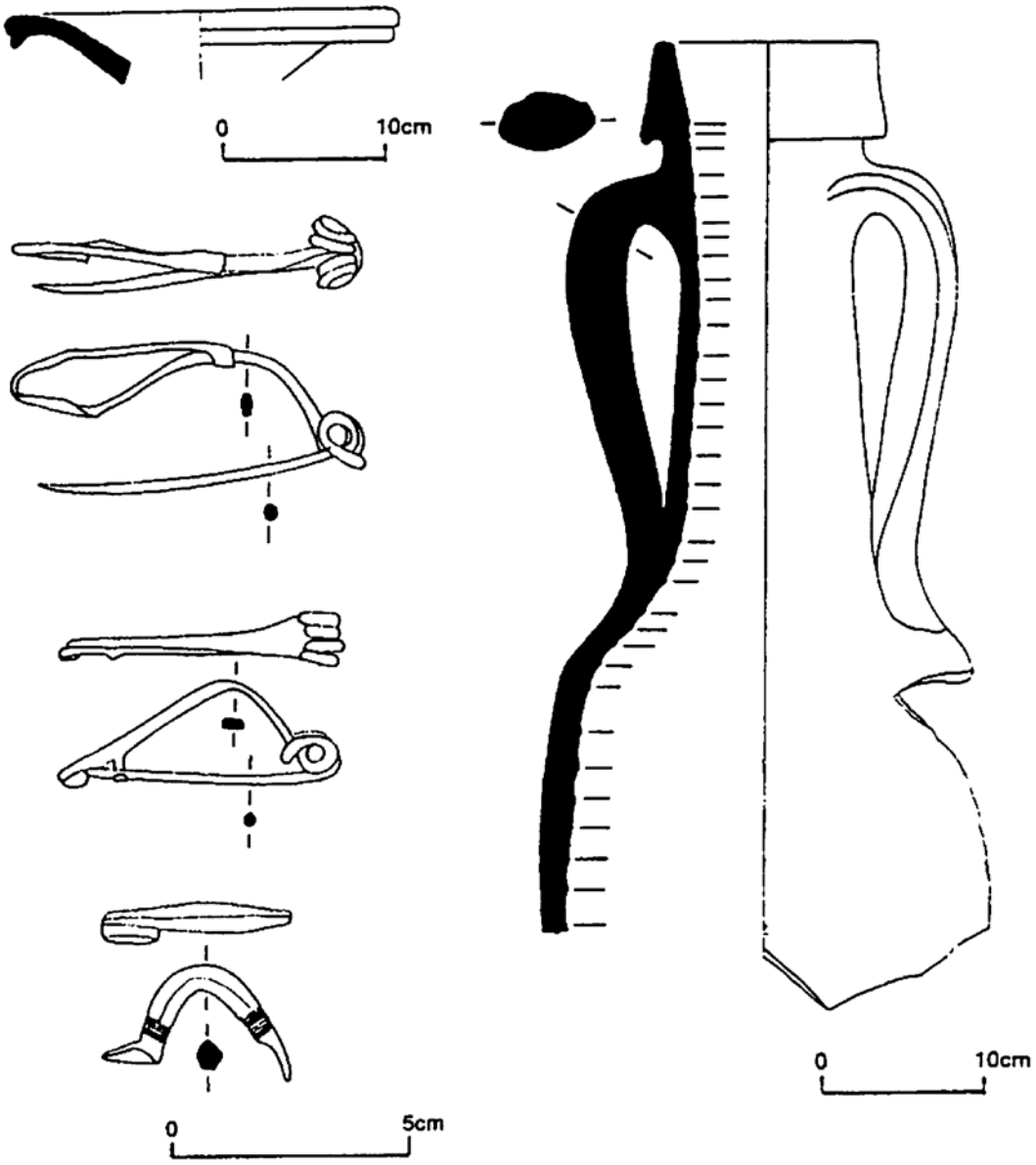


FIG. 4. Selecção de materiais de Chibanes, retirado de Tavares da Silva e Soares, 1997; reproduzido em Tavares da Silva, 2001 (adaptado).

Costa (1910), sítio ao qual mantiveram uma ligação, embora com algum interregno, até à actualidade. É relevante o contributo dos autores, sobretudo na leitura e interpretação de um considerável palimpsesto de estruturas que se sucederam e de que a muralha defensiva é especial exemplo (Tavares da Silva, 2001: 85; Soares *et al*., 2019; Pimenta *et al*., 2019: 46). Não obstante a evidente ocupação romana-republicana do sítio (fig. 4), que desde um primeiro momento se ponderou sobre a sua relação à *Caepiana* das fontes literárias (Tavares da Silva e Cabrita, 1964: 16), nota-se uma evidente evolução na interpretação da ocupação deste aglomerado durante os dois últimos séculos antes da viragem da Era (Soares *et al*., 2019). Aquela relação foi considerada na esteira do que outros autores haviam meditado (Costa, 1926), tendo sido desenvolvida, mais tarde, por Amílcar Guerra (2004).

Com efeito, no que à ocupação romana-republicana diz respeito, as questões e hesitações sentidas no início dos trabalhos (Tavares da Silva e Soares, 1997: 59-61; Tavares da Silva, 2001: 85) foram sendo colmatadas pela continuidade das escavações e pelas constantes reflexões exercitadas em prol da produção científica. Desnecessário será realizar aqui uma suma do que se conhece deste sítio, pois os recentes trabalhos desenvolvidos pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) falam por si (Tavares da Silva e Soares, 2012; Soares e Tavares da Silva, 2014; Soares *et al*., 2019; Tavares da Silva *et al*., 2019), não poucas vezes em colaboração com outros investigadores (Detry *et al*., 2017; Pimenta *et al*., 2019). Merece destaque, ainda assim, que os argumentos arqueológicos esgrimidos pelos autores deixam cada vez mais claro que o sítio foi alvo de uma importante ocupação militar que transformou o sistema defensivo do aglomerado que se lhe subpõe, da mesma forma que o anulou no momento final da ocupação.

Conquanto sobre este sítio o contributo tenha sido mais modesto, não podemos deixar de mencionar as constantes referências feitas ao Castelo dos Mouros (Arrábida), inicialmente dado a conhecer por Joaquim Rasteiro (1897: 33), mas para o qual Carlos Tavares da Silva constantemente chamou a atenção (2001: 83; Soares e Tavares da Silva, 1973; Tavares da Silva e Soares, 1986: 140-149; 1997: 61), considerando-lhe uma ocupação similar à de Pedrão ou de Chibanes.

3. EM SUMA

Se, em 1975, D. Fernando de Almeida escreveu que «Em Setúbal não houve até agora, que saibamos, um arqueólogo notável que aqui tivesse vindo ao mundo [...]» (1975: 17), sem margem para grande erro podemos afirmar agora que Setúbal foi o berço de importantes arqueólogos que deixaram a sua marca. São bastante evidentes e profícuos os resultados da dedicação de Carlos Tavares da Silva à cultura e património do distrito de Setúbal, mas também à Arqueologia em geral.

Energicamente activo desde os tempos de liceu, o percurso deste arqueólogo setubalense é singular pela sua diversidade, tendo deixado uma marca perene na História da Arqueologia. Conquanto se tenha dedicado particularmente a outros períodos históricos e também a outros temas de investigação, o contributo dado sobre a ocupação romana-republicana do vale do Sado abriu horizontes que permitiram, e continuarão a permitir, conhecer cada vez com mais detalhe a presença militar romana nessa área.

Prova disso é, justamente, o breve trabalho que se apresenta, dedicado a alguns trabalhos realizados pelo investigador, mas cujas páginas não foram suficientes para, com justeza, detalhar os seus contributos dedicados à ocupação romana-republicana do Sudoeste português e debater as propostas e os pensamentos que divulgou acerca dos sítios mencionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADROHER, A.; CABALLERO, A.; SANCHÉZ, A.; SALVADOR, J.; BRAO, F. (2006) – Estructuras defensivas tardorepublicanas en el ámbito rural de la Batestania. Morillo, A. (ed.), *Arqueología militar romana en Hispania II: Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad: 625-638.

ALARCÃO, J. de (1978) – Vidros do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*, 4: 145-154.

ALMEIDA, F. de (1975) – O arqueólogo A. I. Marques de Costa. *Setúbal Arqueológica*, I: 17-19.

BAYO, S. (2014) – Identificación del uso del espacio y su momento histórico a partir de los contextos materiales. Sala-Sellés, F.; Moratalla, J. (eds.), *Las Guerras Civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania*. Marq-Universidad de Alicante: 99-113.

COSTA, A. M. da (1910) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal, Appendice. *O Archeologo Português*, XV: 55-83.

COSTA, A. M. da (1926) – Setúbal antiga. Localização de Cetóbriga. *Revista Cetóbriga*, I, n.º 5.

DETRY, C.; TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2017) – Estudo zooarqueológico da ocupação romana-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20: 113-127.

DIAS, L. (1978) – As marcas de «terra sigillata» do castelo de Alcácer. *Setúbal Arqueológica*, 4: 361-410.

DIOGO, A. D. (1980) – *Cerâmica romana de Alcácer do Sal*. Lisboa.

DIOGO, A. D.; ALVES, F. (1988-89) – Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, IV, 6/7: 227-240.

DOMÉNECH, C. (2014) – El conflicto sertoriano en el sureste peninsular a través de los registros numismáticos. Sala-Sellés, F.; Moratalla, J. (eds.), *Las Guerras Civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania*. Marq-Universidad de Alicante: 91-97.

FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ.

FABIÃO, C. (2004) – Arqueología Militar romana da Lusitânia: textos e evidencias materiais. Pérez González, C.; Illarregui Gómez, E. (coords.), *Arqueología Militar Romana en Europa*. Salamanca: Universidad-Junta Castilla y León: 53-73.

FABIÃO, C. (2006) – The Roman army in Portugal. Morillo, A.; Aurrecoechea, J. (coords.), *Roman army in Hispania: An archaeological guide*. León: Universidad: 107-126.

FARIA, A. M. (1992) – Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca*, 1: 39-48.

MORILLO, A. (2004) – Romanización y fortificación: algunas cuestiones de concepto. Moret, P.; Chapa, T. (eds.), *Torres, atalayas y casas fortificadas. Explotación y control del territorio en Hispania (s. III a. C.-siglo I d. C.)*. Jaén: 205-207.

MORILLO, A. (2014) – Campamentos y fortificaciones romanas en Hispania durante la primera mitad del siglo I a.C.: calibrando a Sertorio. Sala-Sellés, F.; Moratalla, J. (eds.), *Las Guerras Civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania*. Marq-Universidad de Alicante: 35-49.

MORILLO, A. (2016) – Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania. Una nueva línea de investigación en arqueología militar romana. Pera, J.; Vidal, J. (eds.), *Fortificaciones y control del territorio en la Hispania republicana*. Zaragoza: 1-51.

PERA, J.; RODRIGO, E.; ROMANÍ, N.; CARRERAS, C. (2019) – Puig Castellar de Biosca (Lleida). Una fortificación romana del siglo II a. C. en el noreste de la Hispania Citerior. *Gladius*, XXXIX: 19-43.

PEREIRA; C.; DIAS, I. (2020) – Acciones y reacciones: testimonios de los conflictos civiles romanos en Extremadura. El caso de Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, España). *Archivo Español de Arqueología*, 93: 101-124.

PIMENTA, J.; TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; PEREIRA, T. (2019) – Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*, 3: 45-79.

RASTEIRO, J. (1897) – Notícias arqueológicas da Península da Arrábida. *O Arqueólogo Português*, 1ª série, 3: 1-48.

SALA-SELLÉS *et al.* (no prelo) – El fortin romano tardo-republicano del Tossal de la Cala (Benidorm, Alicante). Autopsia y reinterpretación de un yacimiento histórico. *Archivo Español de Arqueología*, 94.

SALIDO, P. (2009) – Los graneros romanos militares de Hispania. Morillo, A.; Hanel, N.; Martín, E. (eds.), *Limes XX. Estudios sobre la Frontera Romana/ Roman Frontier Studies*. Madrid: 679-694.

SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2001) – Cerâmicas romanas do lado Ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 2: cerâmicas de verniz negro e cinzentas. *O Arqueólogo Português*, IV, 19: 199-233.

SOARES, J. (1978) – Nótula sobre cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*, 4: 133-143.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1973) – Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1972), vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: 245-305.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1980) – Castelo de Alcácer do Sal. Tavares da Silva, C.; Gonçalves, V. S.; Pinho Monteiro, J.; Soares, J.; Ferrer Dias, L. (eds.), *Descobertas arqueológicas no Sul de Portugal*. Setúbal: 47-55.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1982) – Castelo de Alcácer do Sal. *Informação Arqueológica*, 2: 73-76.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1984) – Castelo de Alcácer do Sal. *Informação Arqueológica*, 4: 99-101.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2014) – O projecto de Investigação Arqueológica «CIB» e a campanha de escavações Chibanes/2012. *Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*, 4: 75-98.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; DUARTE, S.; PEREIRA, T.; SORIA, V. (2019) – Aspectos da presença militar romano-republicana no Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22: 79-93.

TAVARES DA SILVA, C. (2001) – A Idade do Ferro na região do baixo Sado. Contribuições recentes. Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal. Lisboa: Universidade Aberta e Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, (Discursos. Língua, Cultura e Sociedade, 3ª série, 8): 79-100.

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M. (1963) – *A Fauna malacológica do Castro da Rotura (Setúbal)*. Setúbal: Tertúlia Setubalense, Cultura, Ciência e Saber.

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M. (1964) – Estações romanas da região de Setúbal. Revista Cetóbriga, 1 e 2:

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M. (1965) – *Estação arqueológica do Pedrão (Setúbal)*. Lisboa: Centro de Estudos Científicos da Associação de Estudantes da Facultade de Ciências de Lisboa.

TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M. (1966) – A utilização dos moluscos durante o Eneolítico português. *Revista de Guimarães*, 76 (3-4): 307-338.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L.; COELHO-SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6, 7: 149-218.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavação de 1996. *Estudos Orientais* 6: 33-66.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2012) – Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao século I a.C. Fernandes, I. C.; Santos, M. T. (eds.), *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: 67-87.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; DUARTE, S.; PEREIRA, T. R.; COELHO-SOARES, A. (2019) – Castro de Chibanes (Palmela). Trabalhos arqueológicos de 2012 a 2017. Soares, J.; Pinto, I. V.; Tavares da Silva, C. (eds.), *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano*. Setúbal Arqueológica 18. Setúbal: MAEDS/AMRS: 215-246.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; SANTOS, M. F. (1973) – Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1972), vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: 7-13.

O MONUMENTO EPIGRÁFICO DE PALMARES (LAGOS)[1]

AMÍLCAR GUERRA[2]
TIAGO NUNES[3]

RESUMO

Dá-se a conhecer um achado epigráfico identificado em trabalhos arqueológicos realizados pela empresa ERA-Arqueologia no ano de 2009, no Campo de Golfe de Palmares. O monumento apresenta a rara particularidade de ter como suporte um material, que, pela sua má qualidade, teve de ser revestido integralmente a argamassa e gesso e a inscrição, por isso, foi gravada nesse revestimento. Trata-se de um pedestal correspondente a dedicatória votiva, na qual não se regista o nome da divindade. Estuda-se, para além disso, a onomástica do dedicante.

ABSTRACT:

This paper aims to make public a roman inscription identified in an archaeological survey carried out by ERA-Arqueologia in 2009 at Palmares Golf (Lagos, Portugal). The monument has the rare particularity of having a poor-quality support which is fully coated with mortar and plaster and, therefore, the inscription was engraved on that coating. The monument is a pedestal with a votive dedication, in which the name of the deity is not registered. For that reason, the focus of the epigraphic analysis is the name of the dedicant.

1 Este monumento foi dado a conhecer através de um poster apresentado no 9.º Congresso Arqueológico do Algarve, mas o texto correspondente publica-se aqui pela primeira vez.

2 UNIARQ e Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. aguerra@campus.ul.pt

3 ERA-Arqueologia.

Não é possível desligar este contributo de homenagem a Carlos Tavares da Silva das memórias que um dos autores (AG) dele conserva já desde tempos bastante distantes. Recordam-se, com alguma emoção, esses primeiros contactos e a importância que eles tiveram na sua formação enquanto arqueólogo. Não eram então muitas as possibilidades de aceder a escavações de referência e o Centro de Arqueologia de Almada abriu caminho a que os estreitos contactos desse grupo de jovens entusiastas com Carlos Tavares da Silva lhe oferecessem essa possibilidade. Por isso, tornaram-se inesquecíveis alguns dos momentos de encontro, desde a longínqua e muito pontual intervenção na Ramalha, até a outras inesquecíveis experiências, como as do Cortadouro (Ourique) ou de Pontes de Marchil (Faro). O que se guardou na memória não foi apenas a sua grande capacidade para «ler» o espaço e a estratigrafia, a capacidade de interpretar os sítios e para registar a sua informação, mas também o espírito sempre entusiasmado e ao mesmo tempo afável com que debatia as suas ideias com todos. Não foi, assim, nada difícil manter com ele uma boa relação científica e de amizade. Que este contributo possa servir como um pequeno gesto de agradecimento por tudo isso.

AS CONDIÇÕES DO ACHADO

As inscrições latinas constituem vestígios banais no âmbito da nossa arqueologia. Os achados com contexto conhecido, circunstância que aumenta potencialmente o conteúdo informativo destes monumentos, revelam-se, todavia, bastante mais raros. No entanto, mesmo quando as inscrições se identificam no decurso de trabalhos arqueológicos, nem sempre os dados daí resultantes trazem um contributo acrescido para a sua integração. A epígrafe objecto desta nota encontra-se precisamente nesta situação.

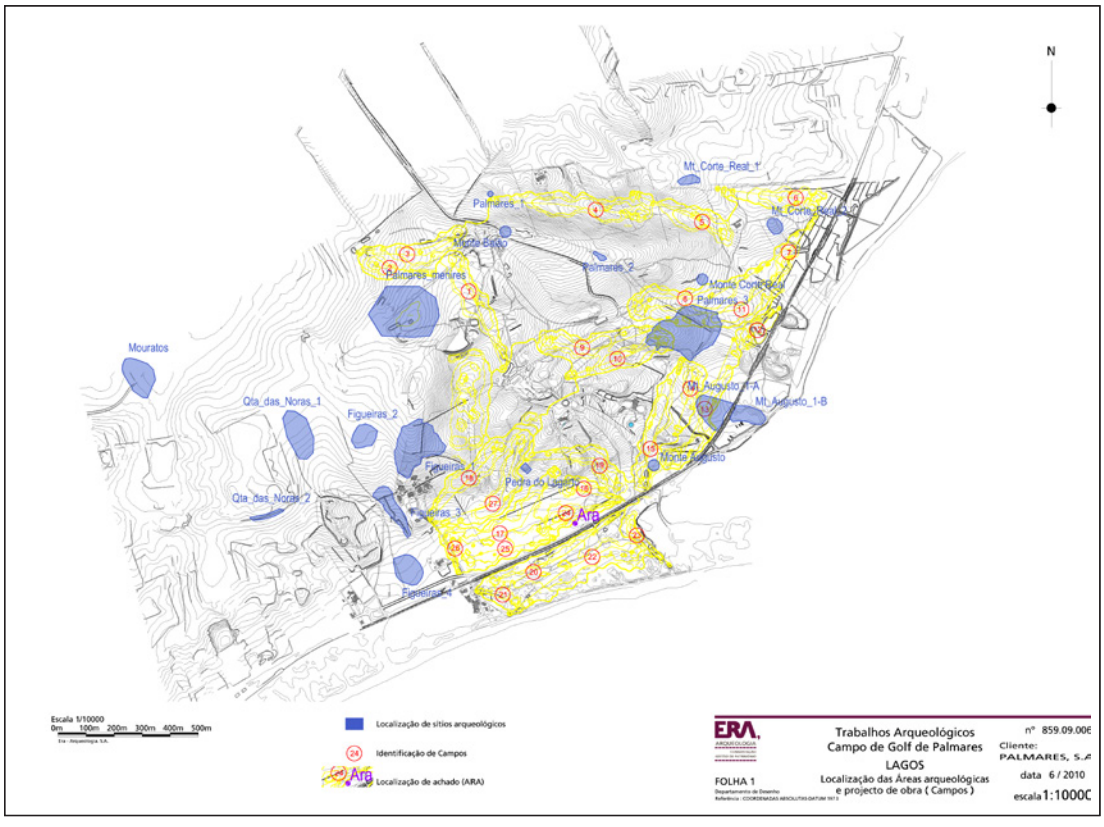


FIG. 1. Mapa geral, do campo de golfe, com a indicação do sítio do achado.

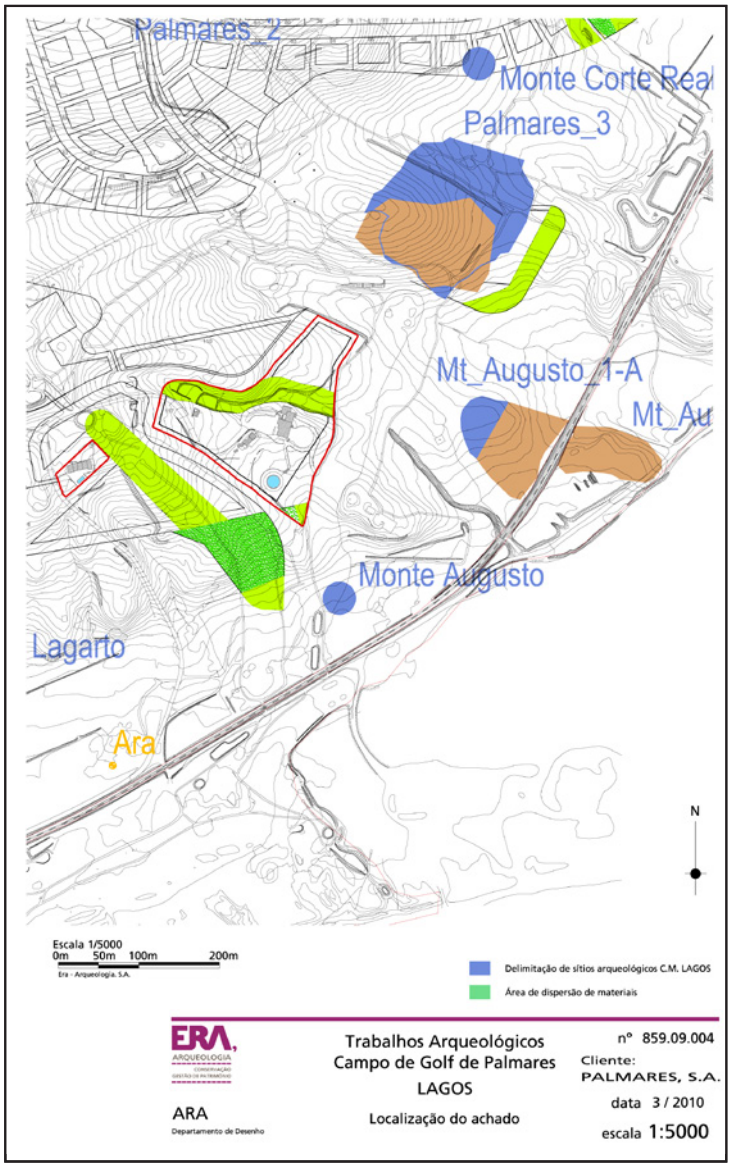


FIG. 2. Planta com local exacto do achado e com sítios romanos próximos.

Foi descoberta em 27 de Outubro de 2009, no decurso do acompanhamento arqueológico da empresa ERA-Arqueologia no Campo de Golfe de Palmares (então pertencente à freguesia de São Sebastião, hoje integrada na União das Freguesias de Lagos, São Sebastião e Santa Maria), em trabalhos acompanhados por um dos subscritores (T. N.). Registou-se concretamente junto ao campo 24 desse complexo (Fig. 1), ao remover-se uma camada de areias de cor alaranjada [111], subjacente à camada superficial, a uma profundidade situada entre 1 e 2 metros (Nunes, 2010, p. 2). Ainda que se tenha genericamente determinado o seu contexto deposicional, não foi observado nenhum outro elemento que permitisse estabelecer um nível de ocupação com o qual o monumento se pudesse eventualmente relacionar. De qualquer modo, pode considerar-se a possibilidade de associar esta epígrafe a um dos sítios arqueológicos com inequívoca presença romana que se encontram nas imediações (Fig. 2): o Monte Augusto, a nordeste, onde se recolheu um conjunto expressivo de materiais cerâmicos alto-imperiais (*terra sigillata*, ânfora, cerâmica comum) (Nunes; Lavrador, 2010, p. 7); e Sete Figueiras 4, onde o mesmo tipo de materiais aponta para idêntica cronologia (Nunes; Lavrador, 2010, p. 18).

O MONUMENTO

No acompanhamento dos trabalhos levados a cabo no campo de golfe de Palmares foram recolhidos dois fragmentos do que se veio a identificar como um pedestal, o qual apresentava algumas peculiaridades dignas de registo. Surpreendia, em primeiro lugar, o próprio material que o constituía, uma rocha arenítica, constituída por uma aglutinação de areias, não muito consistente, por isso mesmo fracturado pela máquina que então removia os sedimentos em que o monumento se encontrava envolvido (Fig. 3).

Uma vez que a natureza do bloco originário não o recomendava para a gravação de um texto epigráfico, este foi revestido com várias camadas de argamassa e gesso, com as quais se conferia ao bloco algo irregular, uma superfície completamente plana. Muito provavelmente podem ter-se introduzidos alguns matizes coloridos, por forma a produzir a sensação de se tratar de um monumento de mármore. De qualquer modo, a gravação foi feita depois da aplicação da camada de reves-



FIG. 3. Foto do contexto em que foi encontrado monumento.

timento, tendo atingido pelo menos em alguns pontos e dependendo da espessura desta, também o bloco de areias aglutinadas (Fig. 4). Esta circunstância torna-se particularmente evidente na primeira linha do texto, onde o F, no começo, e a sequência terminal (Q. F) documentam bem esta realidade (Fig. 6). É provável que, do ponto de vista técnico, a gravação das letras no gesso recomendasse que esta operação se realizasse com este material ainda fresco, como forma de lhe conferir um acabamento perfeito.

Trata-se sem dúvida de uma técnica rara, pouco comum nas tarefas habituais do lapicida, mais habituado, como a próprio termo o indica, a talhar as letras num suporte pétreo. De uma forma geral, quando a superfície em que se apõe uma inscrição é constituída por argamassa e gesso, o que ocorre com bastante frequência em contextos urbanos (o caso de Pompeia é a este nível paradigmático), por via da regra a epígrafe é pintada ou esgrafitada. Todavia, o facto de se tratar de um pedestal e de se pretender conferir-lhe um aspecto de bloco marmóreo afastava qualquer solução que não fosse a adoptada.

Este pedestal (Fig. 5) apresenta a maior parte dos elementos canónicos deste tipo de monumentos: uma base em forma de paralelepípedo, ligada através de uma moldura a um fuste e, este, por sua vez, separado da cornija por uma moldura. Ao contrário do que acontece mais habitualmente, o topo não é completamente plano, mas apresenta dois elementos sobrelevados, de configuração cilíndrica, que fazem de toros, o que poderia fazer pensar na hipótese de se tratar de uma ara. No entanto, o facto de o topo, entre os elementos saliente ao modo de «toros», apresentar uma superfície totalmente plana, sem qualquer vestígio de *foculus*, recomendando a classificação. como pedestal

Tal como se apresentava na antiguidade, deveria ter uma altura total de 83 cm, uma largura máxima de 52 cm e uma espessura de 39 cm, ambas obtidas na base. O campo epigráfico apresenta uma dimensão total de 45 cm (altura) × 40 cm (largura), mas deste ocupou-se apenas a parte superior com o texto gravado, tendo-se deixado em branco um intervalo correspondente a cerca de 30 cm.



FIG. 4. Aspectos da parte posterior do monumento, vendo-se a fractura que separa os seus dois elementos, a natureza do suporte e as camadas de revestimento.



FIG. 5. Aspecto geral do monumento epigráfico.

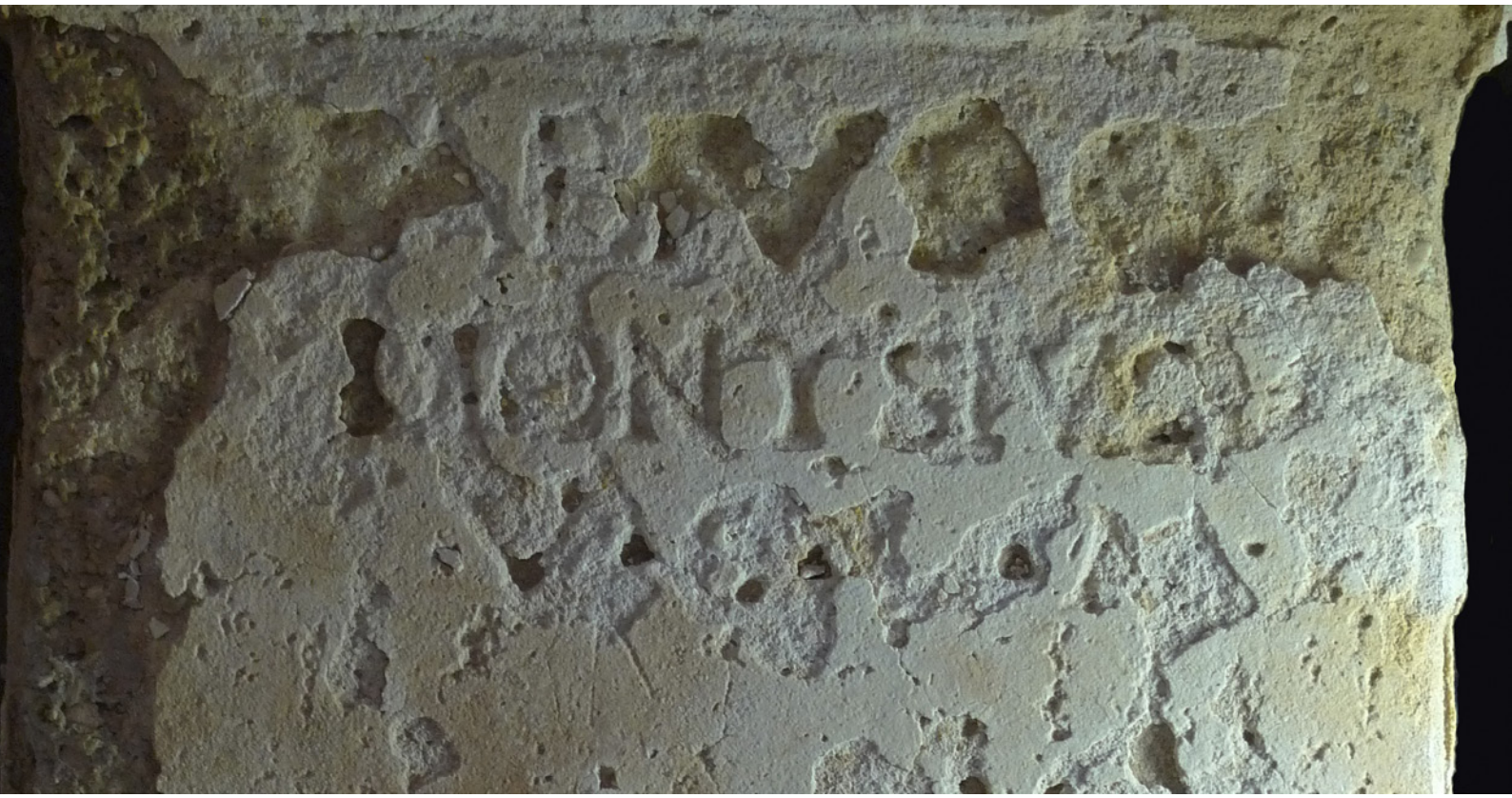


FIG. 6. Pormenor da área epigrafada.

Os espaços são, de uma forma geral bastante reduzidos (variam entre 2,2 cm e 1,1) e os caracteres são também eles pouco desenvolvidos. A primeira linha revela maior altura (4,2 cm) enquanto os caracteres das outras são algo mais reduzidos (l. 2: 2,7 cm; l. 3: 3,1 cm).

O texto distribui-se pelas linhas de forma lógica, com o nome do dedicante a ocupar as duas primeiras linhas e correspondendo à fórmula votiva a terceira.

Apesar dos problemas causados pelo facto de o gesso se ter degradado em muitos pontos, especialmente naqueles em que se gravaram as letras, em alguns casos a incisão atingiu ligeiramente a rocha e podem ser ainda perceptíveis os seus vestígios. A leitura acaba quase sempre por ser segura, tendo talvez como principal problema a última letra da primeira linha, a qual tem implicações na categoria social do dedicante. Embora os ligeiros indícios subsistentes na rocha apontem para um F, não pode excluir-se absolutamente a possibilidade de aí se encontrar um L e, portanto, de se tratar de um liberto.

A INSCRIÇÃO

Texto: **[Q(uintus)] Fabius Q(uinti) f(ilius) / Dionysus / u(otum) s(olvit) l(ibens) a(nimo)**
Tradução: Quinto Fábio Dioniso, filho de Quinto, de bom grado pagou a sua promessa.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL

A forma que este monumento apresenta condiz bem com a sua função: trata-se de um pedestal, uma vez que no topo apresenta uma superfície aplainada, tipologia que se adequa especialmente a esta circunstância de termos um monumento e que não há na epígrafe qualquer referência ao teónimo, uma vez que seria encimado certamente por estátua da divindade que poderia eventualmente conter o seu próprio nome. Essa circunstância é menos usual, embora não possa considerar-se uma raridade, em algumas circunstâncias é possível conjecturar sobre a divindade a que se dirigia. Neste caso não subsiste qual elemento fiável que permita suprir o silêncio do texto. O contexto em que a inscrição originalmente se localizava poderia, eventualmente, desfazer essa dúvida. Parece claro, todavia, que a lápide se encontrou já fora da sua primitiva implantação, o que torna inviável uma resposta a esta interrogação.

O dedicante, Quinto Fábio Dioniso, apresenta uma onomástica sugestiva, que permite tecer algumas considerações sobre o seu estatuto social. O uso dos *tria nomina* e a indicação da filiação indiciam geralmente o estatuto de cidadão romano. No entanto, o *cognomen Dionysius* sugere uma eventual relação, mais ou menos próxima, com o ambiente servil. Embora esta dedução deva encarar-se com cautela, é habitual atribuir-se esse significado aos cognomes de origem grega, em concreto nos que, como este, tem cariz teofórico. Este elemento onomástico, não sendo muito abundante (atestam-se um pouco mais de vinte ocorrências na Hispânia, contando com versão masculina e feminina do nome) encontra-se especialmente documentado nos principais núcleos urbanos peninsulares, com particular destaque para *Tarraco* e *Saguntum* (Abascal, 1994, p. 344). Na Lusitânia ocorre apenas em *Augusta Emerita* e na costa algarvia (Atlas, p. 160; v. Fig. 7), este e, provavelmente, um outro em Faro (IRCP 24).

Esta personagem pertence à *gens Fabia*, um dos registos onomásticos mais abundantes da Península Ibérica, uma vez que, de acordo com um conhecido repertório (Abascal, 1994, p. 132), se encontrava na 5.ª posição dos *nomina*. Na província da Lusitânia este gentilício ocorre especial-

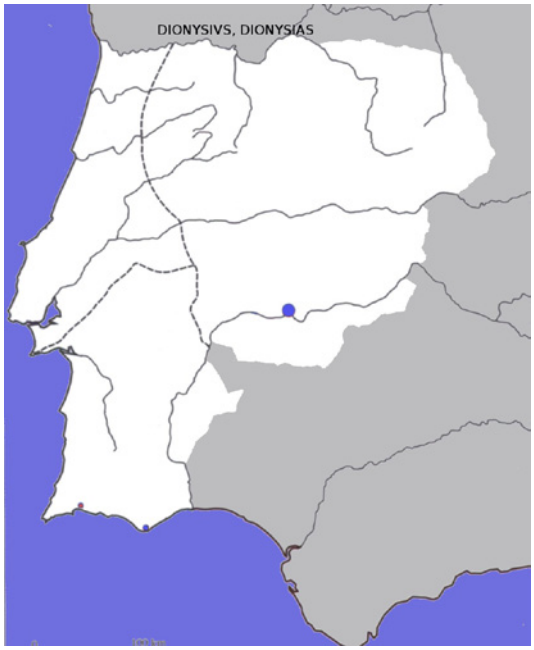


FIG. 7. Mapa da distribuição do nome *Dionysius* na Lusitânia.

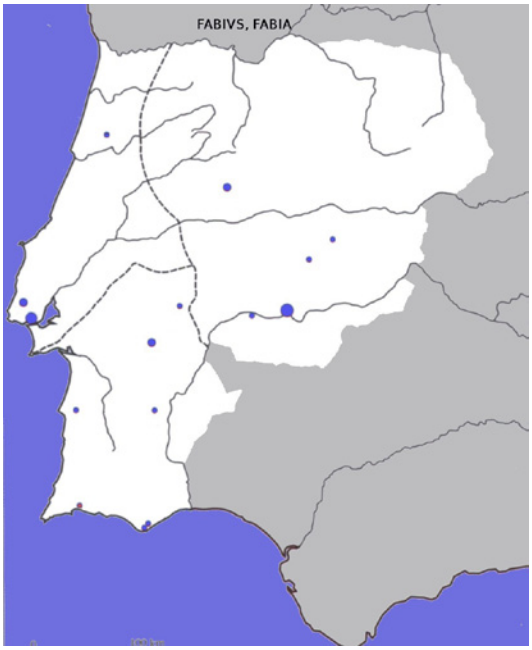


FIG. 8. Mapa da distribuição do nome *Fabius* (cartografia de *Atlas*, p. 160, adaptada).

mente na capital da província (v. a informação na versão digital http://adopia.huma-num.fr/pt/ consultado em 29/1/2021). De qualquer modo, atestam-se igualmente alguns casos no território provincial (v. Fig. 7), todos eles na região algarvia: para além deste, regista-se outro em Faro (IRCP 10), podendo ainda referir-se o derivado *Dionysianus* numa epígrafe da Quinta de Marim, Olhão (HEp 2, 788).

É certo que esta personagem se integra de pleno direito a sua comunidade cívica, muito provavelmente correspondente ao município romano geralmente apresentado como *Cil(i)pes*, tendo em especial consideração as legendas monetárias. Mas, ao mesmo tempo, esta figura gozava igualmente do benefício da cidadania romana, um privilégio que se generalizou nesta região. Ainda que, como disse, pudesse ter uma ligação próxima com os ambientes servis, isso não impede que fosse possuidor de uma situação económica desafogada. Não era raro que alguns núcleos familiares de origem social modesta adquirissem um considerável pecúlio. Neste caso, todavia, o recurso algo improvisado a materiais menos nobres na elaboração do monumento põe pelo menos em evidência a preocupação em poupar nos gastos que o seu acto implicava.

Infelizmente as informações a respeito do escopo deste monumento são muito vagas. Contra o que é habitual nestes casos, não se refere o nome da divindade. Apenas se esclarece que este gesto decorre da satisfação de uma promessa a que a divindade terá dado seguimento, tendo para isso usado uma fórmula canónica, uma vez que, nestas circunstâncias não parece necessária nem recomendável uma particular criatividade na expressão. Essa é pelo menos a ideia que decorre do recurso a um formulário tão frequente em situações similares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABASCAL, J. M. (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Madrid /Murcia: Universidad Complutense / Universidad de Murcia.

Atlas = AA. VV. (2003) – *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida / Bordeaux: Fundación de Estudios Romanos; Ausonius Éditions.

IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do* conventus Pacensis. Coimbra: Instituto de Arqueologia.

HEp = *Hispania Epigraphica*. Madrid, 1989-

NUNES, T. (2010) – *Acompanhamento arqueológico do campo de golfe de Palmares: Relatório de ocorrência (ara).* S/l. Texto policopiado.

NUNES, T.; LAVRADOR, A. (2010) – *Campo de golfe de Palmares. Acompanhamento arqueológico, Julho 2009 / Setembro 2010: Relatório final dos trabalhos arqueológicos.* S/l. Texto policopiado.

A OCUPAÇÃO ROMANA E ZOOARQUEOLOGIA NA REGIÃO DE SETÚBAL: CINCO SÉCULOS DE RESTOS DE ANIMAIS

CLEIA DETRY[1]

RESUMO

As escavações promovidas pelo MAEDS sob direcção de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares contribuíram para a acumulação de conhecimento sobre este período e região, com a grande vantagem de terem recolhido materiais osteológicos. Os estudos de fauna do período romano da região de Setúbal já permitiram acumular alguma informação ao longo das últimas décadas com a qual se tenta uma análise do conjunto regional e da sua evolução cronológica. Este artigo permite perceber que durante o período romano nos sítios da região de Setúbal recorriam sobretudo às espécies domésticas de pequeno porte para o consumo. Também se dedicavam à caça de pequeno e grande porte enquadrando-se nas tendências dos sítios romanos da Lusitânia.

ABSTRACT

The excavations promoted by MAEDS under the direction of Carlos Tavares da Silva and Joaquina Soares contributed to the accumulation of knowledge about this period and region, with the great advantage of having collected osteological materials. Fauna studies from the Roman period in the Setubal region have already allowed the accumulation of some information over the last few decades, with which an analysis of the regional collection and its chronological evolution is attempted. This article allows us to understand that, during the Roman period, the sites of the Setúbal region resorted mainly to small domestic species for consumption. They were also dedicated to hunting of large and small preys, in line with the trends of the Roman sites in Lusitania.

[1] Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

INTRODUÇÃO

A Zooarqueologia em Portugal teve um início bastante próspero e prometedor com publicações, já no século XIX, a usarem os restos de animais para interpretar a ocupação de um sítio. É disso bom exemplo uma das publicações mais antigas com análise zooarqueológica por Pereira da Costa (1865) em que identifica e discute os restos faunísticos recuperados por Carlos Ribeiro nas escavações dos concheiros de Muge. Carlos Ribeiro prossegue, aliás, a recolha de restos de faunas nas suas escavações ainda hoje guardadas no Museu Geológico em Lisboa, tendo, por exemplo, publicado a utensilagem óssea de Leceia (Ribeiro, 1873).

Geólogos, paleontólogos, biólogos, médicos e arqueólogos deram várias contribuições para a Zooarqueologia ao longo do século XX em Portugal, embora com pouco crescimento e especialização.

Na segunda metade do século XX, Miguel Teles Antunes e João Luís Cardoso contribuíram notavelmente para a análise de restos provenientes de sítios arqueológicos. Carlos Tavares da Silva integra também este grupo com trabalhos sobretudo na área da malacologia (Tavares da Silva *et al.*, 1986), contribuindo significativamente para o conhecimento sobre a relação, no passado, entre o homem e o seu ambiente. A formação em Biologia de Carlos Tavares da Silva tornou-o obviamente mais sensível a estas questões. Simultaneamente dedicou-se à Arqueologia com vasta carreira da escavação de vários sítios, sobretudo na região de Setúbal.

Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares integrados no MAEDS causaram assim grande impacto na Arqueologia de Setúbal ao escavarem numerosos sítios com a vantagem de perceberem a necessidade de recuperar e conservar os restos biológicos, prática que no final do século XX era mais comum em sítios pré-históricos.

Neste artigo pretendemos fazer uma síntese do conhecimento atual sobre o uso e gestão de animais na época romana no distrito de Setúbal. Apesar de os animais domésticos identificados nestes sítios serem aqueles que observamos desde o Neolítico, nomeadamente a ovelha, a cabra, o porco e a vaca, o seu uso e gestão foi sendo diferente. Indicadores de melhoramento e de exploração dos produtos secundários apresentam padrões diferentes na Lusitânia, nomeadamente na região de Setúbal.

A caça é também uma atividade relevante, tal como na maioria dos sítios Romanos, com a vantagem de a zona da Arrábida constituir um bom reservatório biológico de animais selvagens.

OS ROMANOS E OS ANIMAIS NO DISTRITO DE SETÚBAL

Estudos recentes de Zooarqueologia dos sítios Chibanes (Palmela) (Detry, Tavares da Silva e Soares, 2017), Creiro (Arrábida) (Detry e Tavares da Silva, 2016) e do centro histórico de Setúbal, na Casa dos Mosaicos – António Rua Joaquim Granjo, 19, (Detry, 2018), permitiram aumentar bastante os dados sobre o uso dos animais na região de Setúbal em época romana. Estes dados vieram juntar-se aos estudos de Cardoso (1993) na Ilha do Pessegueiro e mais recentemente de Mariana Nabais (2014) em Tróia. Do lado da Ictiofauna ainda temos poucos resultados, mas já se pode contar com a análise de conteúdos de ânforas por Gabriel e Tavares da Silva (2016).

As Tabelas 1 e 2 mostram os vestígios de vertebrados e invertebrados encontrados nas várias fases da ocupação romana dos sítios abrangidos pela análise deste artigo.

TABELA 1. NÚMERO DE RESTOS DETERMINADOS (NRD) DOS INVERTEBRADOS PROVENIENTES DE SÍTIOS DE ÉPOCA ROMANA COM ESTUDOS DE ZOOARQUEOLOGIA

	PA	GI	MU	ST	PH	GL	MY	PE	OS	CE	SO	VE	CH	RU
Chibanes (Século II-I a.C.)	171	1		5	322	1	421	12	18	1	24	4	3	1437
Chibanes (Século I a.C.)	281	1	1	3	607		920	4	84	17	1	12		2200
Casa dos Mosaicos (Século I d.C.)	7		12	2	41	1	256	2	69	23	7	25	15	313
Casa dos Mosaicos (Século IV – V d.C.)	1	3	3		129		91		47	18	12	8		35
Creiro (Século I-II d.C.)	9				2	1	52		17					
Creiro (Século V d.C.)	83			4	2	4	130	2	6	1		4	15	

PA – *Patella* sp., GI – *Gibbula* sp., MU – *Murex* sp., ST – *Stramonita haemastoma*, PH – *Phorcus lineatus*, GL – *Glycymeris* sp., MY – *Mytilus edulis*, PE – *Pecten maximus*, OS – *Ostrea edulis*, CE – *Cerastoderma edule*, SO – *Solen marginatus*, VE – *Venus verrucosa*, CH – *Chalista chione*, RU – *Ruditapes decussata*.

TABELA 2. NÚMERO DE RESTOS DETERMINADOS (NRD) DOS VERTEBRADOS PROVENIENTES DE SÍTIOS DE ÉPOCA ROMANA COM ESTUDOS DE ZOOARQUEOLOGIA

	BT	OC	S	CE	CC	EQ	ORC	RR	ARV	MM	LL	CA	VV	FC	CET	GD	ALR	AA	AN	AC
Chibanes (Século II-I a.C.)	52	283	137	70		1	140	1	1							3	12		2	
Chibanes (Século I a.C.)	176	106	141	117		6	345	1	2	1		1				3	41		3	
Casa dos Mosaicos (Século I d.C.)	3	9	7	8			2					2	1							
Casa dos Mosaicos (Século IV – V d.C.)	5	18	19	11			4					1				5	2	2		
Creiro (Século I-II d.C.)		3	9	17			1										1			
Creiro (Século V d.C.)	10	32	7	2			3				1				11					1
Ilha do Pessegueiro (Século I – II d.C.)	2	24		24	1															
Ilha do Pessegueiro (Século IV – V d.C.)		8	4	3																
Tróia (Século V d.C.)	8	102	76	2		3	36*	7				3		14		43			11**	

BT – *Bos taurus*, OC – *Ovis/Capra*, S – *Sus scrofa*, CE – *Cervus elaphus*, CC – *Capreolus capreolus*, EQ – *Equus* sp., ORC – *Oryctolagus cuniculus*, RR – *Rattus rattus*, ARV – *Arvicola* sp., MM – *Meles meles*, LL – *Luttra luttra*, CA – *Canis* sp., VV – *Vulpes vulpes*, FC – *Felis catus*, CET – *Cetacea*, GD – *Gallus domesticus*, ALR – *Alectoris rufa*, AA – *Anser* sp., AN – *Anas* sp., AC – Accipitridae. * Lagomorpha, **Aves aquáticas.



FIG. 1. Mapa com os sítios romanos do estuário do Sado. 1 – Barrosinha; 2 – Alcácer do Sal; 3 – Bugio; 4 – Enchurrasqueira; 5 – Abul; 6 – Pinheiro; 7 – Zambujalinho; 8 – Senhora da Graça; 9 – Quinta da Alegria; 10 – Pedra Furada; 11 – Setúbal; 12 – Alferrar; 13 – Pedrão; 14 – Chibanes; 15 – Azeitão; 16 – Comenda; 17 – Rasca; 18 – Outão; 19 – Creiro; 20 – Sesimbra; 21 – Tróia (Adaptado de Soares, 2008, Fig. 17).

A área da baía de Setúbal teve uma intensa ocupação romana (fig. 1) que começou no início do 'Período Romano Republicano' e durou até 'Antiguidade Tardia'. A produção de salga de peixe prosperou nesta região ao longo da ocupação romana, convertendo Setúbal e arredores numa área de grande importância económica para os romanos (Tavares da Silva e Soares, 1986; Étienne, Makaroun e Mayet, 1994).

CHIBANES (SÉCULO II – I A.C.)

Este sítio arqueológico, situado numa colina perto de Palmela, com a sua ampla vista sobre os estuários do Sado e do Tejo, foi um ponto de importância estratégica para os romanos.

Os vestígios faunísticos de Chibanes provêm de camadas romanas republicanas, com uma primeira fase de ocupação militar (120 a.C. – 75 a.C.) e uma segunda de natureza mais doméstica (75 a.C. – 40 a.C.). Chibanes estive ocupado desde o Calcolítico, cujos vestígios faunísticos foram estudados por Pereira, Soares e Tavares da Silva (2016).

Este conjunto, embora pequeno, inclui moluscos abundantes, sem dúvida recolhidos principalmente na costa atlântica próxima, bem como nos estuários do Tejo e do Sado. Todos são facilmente acedidos a partir de Chibanes, principalmente a baía de Setúbal e as praias da Arrábida.

Quanto aos vertebrados, estes eram dominados por animais domésticos como gado bovino, cabras, ovelhas e porcos, bem como algumas espécies selvagens como veados e possivelmente javalis também. A caça de pequeno porte, como o coelho-bravo e a perdiz, foi especialmente prevalente na segunda fase (75 a.C. – 40 a.C.), talvez relacionada com o aumento da atividade agrícola. Na verdade, o gado bovino e a caça de pequenas presas parecem ser mais comuns na segunda fase, período em que a ocupação era de caráter mais permanente e com menor influência militar. Possivelmente nesta altura o gado bovino poderia ser mais usado para a lavrar os campos ou transportar bens e pessoas. Os coelhos são conhecidos pelos danos que podem provocar nos vegetais cultivados sendo por isso frequentemente consideradas pestes (Delibes-Mateos *et al.*, 2018). O seu

aumento entre os restos deste sítio pode ser resultado de uma tentativa de controlo de uma espécie que, podendo ser prejudicial, é também fácil de caçar e boa carne para consumir. Por outro lado, o aumento de prados pode ter produzido mais alimento e condições melhores para o coelho proliferar.

CENTRO HISTÓRICO DE SETÚBAL

O contexto arqueológico da Rua António Joaquim Granjo, 19 era uma zona residencial próxima de um complexo industrial dedicado à transformação de pescado – que pertencia à cidade romana de Caetobriga – actualmente absorvida pelos edifícios do centro de Setúbal (Soares, 2000).

Este local abrigou restos faunísticos do período Imperial Romano (século I d.C.) e Antiguidade Tardia. O local foi ocupado desde a Idade do Ferro até a Idade Média.

A fauna deste local inclui as espécies domésticas habituais, embora os restos de veado (*Cervus elaphus*) sejam importantes. Nas camadas que datam da primeira metade do século I, o veado é a espécie mais abundante, um padrão semelhante ao do Creiro (ver abaixo). Isso sugere a possibilidade de uma ocupação menos permanente, pelo menos na fase inicial. A segunda metade do século I é bastante diferente e as espécies domésticas são as mais frequentes.

Os níveis romanos são dominados pelo caramujo (*Phorcus lineatus*), mexilhões (*Mytilus edulis*) e a ameijoa-boa (*Ruditapes decussatus*). Estas espécies podem ser normalmente encontradas em costas rochosas e a ameijoa em praias arenosas. Ambos os habitats podem ser achados na baía de Setúbal.

No mesmo contexto foi ainda localizada uma ânfora Dressel 14 com restos de sardinha (*Sardina pilchardus*). Um conjunto semelhante foi igualmente identificado num contexto próximo na Rua Francisco Augusto Flamengo (nº10-12), datado da segunda metade do século I d.C. ou inícios do século II d.C. (Gabriel e Tavares da Silva, 2016).

CREIRO

O complexo de produções de salga de peixe do Creiro situa-se numa plataforma sobranceira à praia do Portinho da Arrábida. Os restos de animais provêm de contextos que datam dos séculos I a V d.C. (Tavares da Silva e Coelho-Soares, 2016).

Os restos faunísticos foram recuperados em unidades estratigráficas localizadas nos tanques de salga e numa zona de armazenagem («Armazém 2»). Esses níveis foram depositados após a desativação e abandono da indústria de pescado. Os vestígios faunísticos incluem invertebrados marinhos – bivalves e gastrópodes – com espécies comuns na costa portuguesa como a lapa (*Patella* sp.), Mexilhão (*Mytilus edulis*) e ostra (*Ostrea edulis*), entre outras. Restos de vertebrados, principalmente mamíferos, também foram encontrados. O veado (*Cervus elaphus*) é o mais frequente na primeira fase de ocupação (séculos I e II d.C.), mas é substituído por bovinos (*Bos taurus*) e caprinos (*Ovis aries* e *Capra hircus*) numa segunda fase posterior (século V d.C.).

De notar ainda uma vértebra de baleia encontrada no Creiro, outro tipo de achado comum em sítios de época romana (fig. 2). Neste caso a vértebra continha inscrições cujo significado para já é desconhecido (Detry e Tavares da Silva, 2016). A origem deste material ósseo pode estar em animais que deram à costa ou, menos provável e mais discutível, à caça de animais vivos.



FIG. 2 Vértebra de baleia de espécie desconhecida recuperada no Creiro (adaptado de Detry e Tavares da Silva, 2016, Fig. 8).

TRÓIA

A análise de restos faunísticos recuperados nas escavações do complexo industrial romano de Tróia estão a cargo de Mariana Nabais que já em 2014 publicou os resultados da oficina 2 (Nabais, 2014) datados de uma fase tardia da ocupação do século V d.C. Estes materiais resultam das já longas escavações da equipa actualmente coordenada por Inês Vaz Pinto e onde já foram identificadas mais de 25 oficinas de preparados de peixe (Nabais, 2014) revelando que este terá sido um importante centro desta indústria em época romana.

Nos restos estudados por Nabais (2014), os mais frequentes são os de caprinos, seguidos pelos suínos. Os restos de vaca, equídeos e veado são muito menos abundantes. Os animais de menor porte parecem ser aqui a maior fonte de proteínas, sendo que, segundo a autora, também estes apresentam indicadores de serem sobretudo aproveitados para consumo e menos para atividades secundárias. Este sítio apresenta assim um aspeto diferente do Creiro onde são mais comuns os restos de vaca.

ILHA DO PESSEGUEIRO

A Ilha do Pessegueiro foi escavada nos anos 80 por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (Tavares da Silva e Soares, 1993). Aí foram mais uma vez recolhidos restos osteológicos faunísiticos de estruturas que se enquadraram nas instalações de indústria de preparados de peixe que, como se observa na figura 1, são muito frequentes ao longo da costa do distrito de Setúbal. Seria sem dúvida uma indústria de grande florescimento desde pelo menos o início do século I d.C.

João Luís Cardoso (1993) faz o estudo zooarqueológico das faunas mamalógicas aí encontradas detectando um padrão inicial de maior dedicação à caça de veado, o que, aliás, parece ser generalizado no período Romano em toda a Lusitânia (Detry e Arruda, 2013, Detry *et al*. 2014, Valenzuela-Lamas e Detry, 2017). Em maior detalhe também se observa que a sua caça parece ser mais preponderante no início da ocupação, tal como acontece no Creiro. Cardoso (1993) sugere que esta ocupação inicial pode ser sazonal, daí o menor investimento na agropecuária.

GESTÃO ANIMAL E MELHORAMENTO DO GADO BOVINO

A maioria dos sítios da região de Setúbal no período Romano têm uma proporção das espécies domésticas muito semelhante (ver fig. 3) dependendo sobretudo das de menor porte como a ovelha, cabra e porco. Somente o Creiro parece sair um pouco dessa tendência na fase mais tardia da ocupação, remetendo talvez para atividades agrícolas mais intensivas já que o gado bovino é privilegiado para manejar as alfaias agrícolas. Sendo que esse fenómeno parece mais evidente em cidades de fundação romana como Mérida e Ammaia onde a chegada de grande número de pessoas teve de corresponder ao aumento da produção alimentar vegetal e animal.

Relativamente ao tamanho do gado bovino, tanto em altura como em largura dos ossos, podemos observar nas figuras 4 e 5 que existe um aumento do tamanho do gado bovino no período Romano já reportado por Detry *et al.* (no prelo). O O único sítio com medidas é Chibanes, e mostra-se perfeitamente enquadrado nas medidas de sítios da mesma cronologia.

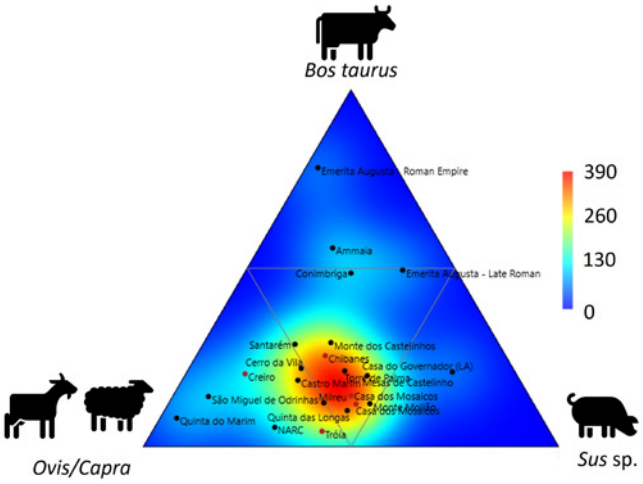


FIG. 3. Gráfico ternário de densidade com a proporção entre os três principais grupos taxonómicos de animais domésticos encontrados em sítios do período Romano da Lusitânio. A vermelho os resultados dos estudos de sítios do distrito de Setúbal.

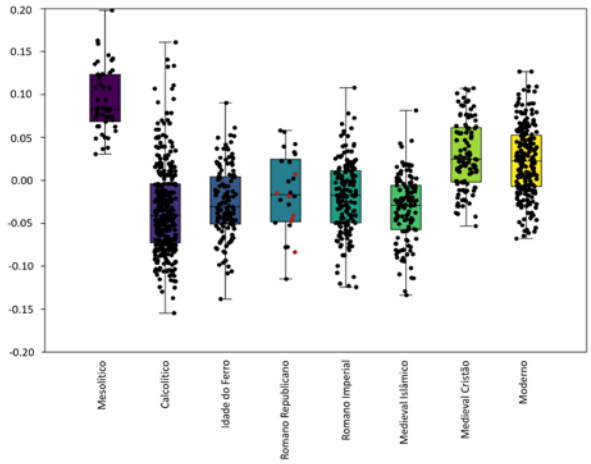


FIG. 4. Transformações logarítmicas sobre as medidas de larguras de ossos de *Bos taurus* de várias cronologias da Lusitânia. A vermelho as medidas de elementos recuperados em Chibanes (ver Detry no prelo).

O aumento de tamanho pode dever-se a uma melhor alimentação, gestão, seleção artificial ou introdução de novas raças. O que para já não é possível de esclarecer. Futuros trabalhos sobre a genómica destes materiais podem ajudar a esclarecer a origem dos melhoramentos no gado bovino, trabalhos esses em curso pela equipa de Catarina Ginja (Inbio/Cibio).

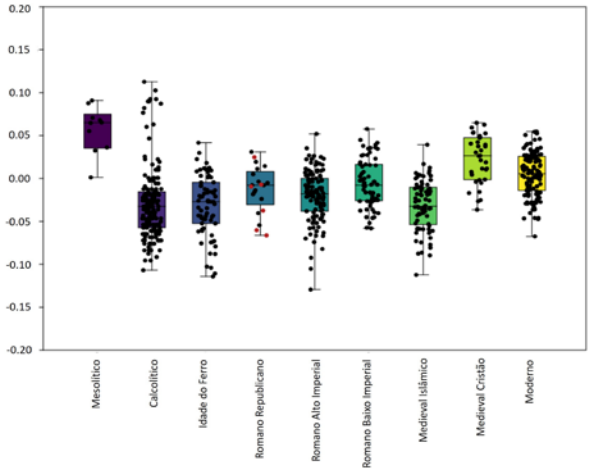


FIG. 5. Transformações logarítmicas sobre as medidas de alturas de ossos de *Bos taurus* de várias cronologias da Lusitânia. A vermelho as medidas de elementos recuperados em Chibanes (ver Detry no prelo).

CONCLUSÃO

O estudo do consumo e gestão animal no distrito de Setúbal apresenta já uma quantidade de dados relevante, este facto é sobretudo devido à importância que Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares sempre deram à recolha de materiais biológicos em contextos arqueológicos do período histórico. Os trabalhos realizados em Tróia contribuem sem dúvida também para este cenário e com dados muito promissores para o futuro tendo também dedicado alguém para os estudos zooarqueológicos como é o caso de Mariana Nabais.

Embora as espécies domesticadas como bovinos, ovinos, caprinos e suínos dominem estes conjuntos, pudemos observar que a caça grossa foi importante ao longo da ocupação romana da área da baía de Setúbal. O interesse pela caça de grande porte é bem conhecido na época romana (Detry e Santos, no prelo, Santos *et al*. 2020, Santos *et al*. 2018, Davis, 2006, Davis, 2005, Mackinnon, 2000/2001), mas também indica que os arredores de Setúbal teriam as configurações ecológicas próprias para esta espécie nomeadamente a presença de florestas desenvolvidas. Esta tendência parece ser semelhante entre as fábricas de salga de peixe contemporâneas (Cardoso, 1993; Nabais, 2014; Detry e Tavares da Silva, 2016).

A maior surpresa consiste talvez na ausência de espécies exóticas que também são características dos sítios romanos. Mas a falta de estruturas como circos ou grandes cidades de fundação romana, pode marcar estes contextos mais rurais ou industriais. A continuação dos estudos de mais conjuntos poderá eventualmente trazer-nos mais novidades a esse respeito.

Os moluscos foram muito abundantes em todos os conjuntos, indicando a importância dos recursos aquáticos na Antiguidade, não só nas zonas costeiras mas também em Chibanes, a alguns quilómetros do litoral e elevada altitude.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de Agradecer a Carlos Tavares da Silva pela oportunidade de estudar com ele os materiais recuperados nas suas escavações, bem como a Joaquina Soares da Silva que proporcionou todas as condições para que o trabalho fosse levado a cabo.

Os estudos dos restos de Chibanes, Creiro e Casa dos Mosaicos em Setúbal foram financiados pelo MAEDS-AMRS.

Trabalhos mais abrangentes de análise osteométrica e de gestão de animais na Lusitânia estão sobre a alçada do projecto B-Roman – Exploração e consumo de recursos biológicos no ocidente Ibérico em Época Romana (PTDC/HAR-ARQ/4909/2020), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, J. L. (1993) – Restos de grandes mamíferos da ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana. In Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana. Eds Carlos Tavares da Silva; Joaquina Soares. Anexo III, pp. 205-215.

DAVIS, S. J. M. (2005) – Animal Bones from Roman São Pedro, Fronteira, Alentejo (Trabalhos do CIPA 88). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

DAVIS, S. J. (2006). *Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

DELIBES-MATEOS, M.; FARFÁN, M. Á.; ROUCO, C.; OLIVERO, J.; MÁRQUEZ, A. L.; FA, J. E.; Villafuerte, R. (2018) – A large-scale assessment of European rabbit damage to agriculture in Spain. *Pest management science*, *74*(1), pp. 111-119.

DETRY, C. (2018) – VIII. Consumo de proteínas animais. Estudo arqueozoológico. *Setúbal Arqueológica*, *17*, pp. 229-242.

DETRY, C.; ARRUDA, A. M. (2013) – A fauna da Idade do Ferro e da Época Romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, pp. 213-226.

DETRY, C.; CARDOSO, J. L.; CORREIA, V. H. (2014) – What did the romans and moslems eat in Conimbriga (Portuga)?: the animal bones from the 1990s excavations. In *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal* (pp. 97-110).

DETRY,C; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Estudo zooarqueológico dos restos recuperados no estabelecimento industrial romano do Creiro (Arrábida, Setúbal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19, pp. 235-248.

ETIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

GABRIEL, S.; TAVARES DA SILVA, C. (2016) – Fish bones and amphorae: new evidence for the production and trade of fish products in Setúbal (Portugal). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, *10*, pp. 111-116.

MacKINNON, M. (2000/2001) – Husbandry, hides and hunting: zooarchaeological examination at Torre de Palma, Portugal.Context 15, pp. 7-10.

NABAIS, M. (2014) – Animal bones from the roman site of Tróia (Grândola, Portugal): mammal and bird remains from the fish salting workshop 2 (2007/08). Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal, Eds. Cleia Detry e Rita Dias, Bristish Archaeological Reports. 2662, pp. 69-76.

PEREIRA DA COSTA, F. A. (1865) – *Da existencia do homem em epochas remotas no valle do Tejo: Primeiro opusculo noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no cabeço da Arruda*. Imprensa Nacional.

SANTOS, A. B.; PEREIRA, Á.; GOMES, J.; MONTEIRO, N.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; DETRY, C. (2018) – Estudo das faunas do período republicano do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *Cira Arqueologia*, pp. 100-126.

SANTOS, A. B.; MIRANDA, P.; MOTA, N. (2020) – Os restos faunísticos do período Romano Republicano recuperados no Beco do Forno do Castelo, n.º 14-20 (Lisboa, Portugal). *Cadernos do GEEVH*.

SOARES, J. (2000) – Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida* (Trabalhos de Arqueologia, 14). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 101-130.

SOARES, J. (2008) – Economia do estuário do Sado. Breve introdução diacrónica. In J. Soares (coord.), *Embarcações tradicionais. Contexto físico-cultural do estuário do Sado*. Setúbal: MAEDS e APSS, pp. 31-78.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 211 pp.

TAVARES DA SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993) – Ilha do Pessegueiro. Porto romano da costa alentejana. *Instituto da Conservação da Natureza (ICN), Lisboa*.

TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A. (2016) – Creiro (Arrábida): um estabelecimento de produção de preparados de peixe da Época Romana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19, pp. 211-234.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; CARDOSO, J. L.; CRUZ, C. S.; REIS, C. A. S. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia. Número especial Jean Roche-III*, pp. 59-82.

VALENZUELA-LAMAS, S.; DETRY, C. (2017) – Romanización y Arqueozoología en el limes del Imperio. El caso de Lusitania entre la Edad del Hierro y el Bajo Imperio (s. VIII aC-V dC). *Archaeofauna-Madrid*, *26*, pp. 39-51.

REVISITANDO AS ÂNFORAS DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM. VELHOS E NOVOS DADOS SOBRE A PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DE ÂNFORAS DA LUSITÂNIA

RUI ROBERTO DE ALMEIDA[1]
CATARINA VIEGAS[2]
ANTÓNIO CARVALHO[3]

RESUMO

Neste trabalho revisita-se a colecção de ânforas recuperadas em São Bartolomeu de Castro Marim, no século XIX, pelo fundador do Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcelos. A investigação realizada constitui testemunho inequívoco da necessidade de estudar os conjuntos artefactuais do Museu em relação directa com a abundante documentação conservada no seu Arquivo Histórico e que permite a reconstrução da sua trajectória na instituição e na investigação, tornando possível completar a biografia de cada objecto. Efectivamente, após a localização no acervo do Museu das duas ânforas em falta (actualmente quase completas) que integravam o conjunto original das doze provenientes do forno romano de São Bartolomeu de Castro Marim, procedeu-se à documentação rigorosa (registo gráfico e fotográfico) permitindo a integração definitiva das ânforas no tipo Dressel 14. Além da discussão acerca dos aspectos morfológicos da ânfora, propõe-se a sua afiliação nas produções do Tejo e do Sado (e não na vizinha Bética).

ABSTRACT:

In this paper the complete collection of Roman amphorae that were recovered in São Bartolomeu de Castro Marim back in the 19th century by the founder of the Archaeological National Museum, José Leite de Vasconcelos, is revisited. This research is a clear testimony of the need to study the artefactual sets in the Museum in close connection with the abundant documentation that is preserved in its Historical Archive and which allows the reconstruction of its trajectory in the institution and in the investigation, thus making it possible to complete the biography of each object. In fact, after having located in the Museum the whole assemblage of the almost complete twelve vessels provenient from the São Bartolomeu de Castro Marim amphora kiln site, a rigorous documentation was performed (both graphic and photografic) allowing the integration of the pieces in the Dressel 14 type. Besides the discussion on morphological aspects of the amphorae, an affiliation to the Tagus and Sado production (instead of that from the Baetica), is proposed.

1 Museu Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé / UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. rui.dealmeida@gmail.com.
2 UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
3 Director do Museu Nacional de Arqueologia / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

> «*O movimento do caes, a alegria do local, as aguas historico-arqueologicas do rio, e principalmente a minha imaginação, qua andava repleta de cousas antigas, tudo me punha deante dos olhos naquella occasião a epocha em que das* naves onerariae *desembarcavam os mercadores romanos, que vinham buscar os nossos figos e o nosso atum, tão gabado por Estrabão, e em troca deixavam pelas cidades do Algarve os lindos vasos samios historiados, que ainda lá apparecem a cada passo aos bocados, pelos campos, e cujos restos eu sempre procuro com tanta cobiça, quando ando nas minhas pesquisas archeologicas!*»
> (Vasconcelos, 1900: 246)

NOTA PRÉVIA

Carlos Tavares da Silva distribuiu o seu imenso labor por múltiplos temas da Arqueologia. As ânforas sempre estiveram presentes: ou porque escavou fornos como os da Quinta da Alegria em Setúbal, ou os de Abúl e Pinheiro em Alcácer do Sal, ou porque pelo facto da sua área central de interesse ser Setúbal e o rio Sado, e ali a ânfora ser espécie de «fóssil director» omnipresente nos muitos contextos de época romana escavados. Homenageamo-lo trazendo para estas páginas o primeiro forno de ânforas identificado em Portugal, o de São Bartolomeu de Castro Marim, identificado no final do século XIX por José Leite de Vasconcelos, e a nossa «revisitação» às ânforas daí provenientes. Que melhor tema poderíamos escolher para o homenagear, do que trazer a este volume a relação do fundador do Museu Nacional de Arqueologia com as ânforas da Lusitânia romana? E ainda desvendar um mistério centenário!

1. INTRODUÇÃO

O sítio de Olhos, de São Bartolomeu de Castro Marim (Figura 1), onde se localizou e escavou a primeira olaria romana em Portugal, é dos casos mais emblemáticos da «arqueologia da produção» do período romano, um paradigma da investigação dos estudos anfóricos no contexto da Lusitânia e da Hispânia romana. É também, porventura, um dos maiores paradoxos e (quase) «ilustres desconhecidos» no contexto peninsular, porquanto pouco mais se avançou na investigação e conhecimento da sua produção anfórica desde o remoto momento da sua identificação aos dias de hoje.

Foi da sua escavação por J. L. de Vasconcelos, em finais do século XIX, que foram dados a conhecer com grande detalhe os registos gráficos do forno e uma primeira ilustração de algumas ânforas encontradas num depósito próximo do mesmo, pelo que se depreendeu serem as formas do *instrumentum domesticum* aí produzidas. Desta feita, o fundador e primeiro director do Museu Nacional de Arqueologia inscreveu São Bartolomeu de Castro Marim no mapa dos estudos da cerâmica romana, ao mesmo tempo que projetou a área meridional da Lusitânia (o actual Algarve) no mapa das regiões produtoras conhecidas no ocidente da Península



FIG. 1. Localização do sítio de São Bartolomeu de Castro Marim na Península Ibérica e na província romana da Lusitânia.

Ibérica e como um dos focos de origem das ânforas «embaixadoras» do comércio, a larga escala, das salgas de peixe produzidas em âmbito romano na Lusitânia.

Com este trabalho foi possível recuperar, na íntegra, a colecção original trazida para o Museu por José Leite de Vasconcelos, num total de 12 ânforas, de que anteriormente apenas se identificavam 10. Além dos novos dados que foi possível recolher acerca da descoberta do sítio de Olhos de São Bartolomeu de Castro Marim, com documentos inéditos recuperados nos arquivos do MNA, analisaram-se de forma exaustiva todas as questões ligadas à morfologia particular que esta ânfora apresenta, aspectos que ganham expressão com o registo mais rigoroso realizado nesta ocasião (gráfico e fotográfico)[4].

Noutra linha de pesquisa, e por estarmos perante exemplares num excepcional estado de conservação – trata-se de exemplares completos ou quase completos, apenas com ligeiras falhas nalguns casos – procedemos à pesagem das peças e ainda, em três delas, ao cálculo da sua capacidade. Neste último caso, além de nos basearmos no registo gráfico rigoroso com recurso a software 3D, procedemos também ao cálculo tendo por base o enchimento das ânforas com esferas de poliestireno, comparando posteriormente o resultado obtido.

A discussão sobre a forma como se integrou esta produção algarvia no quadro da produção anfórica da Lusitânia, particularmente as dos Vales do Sado e do Tejo, e da vizinha província da Bética, constituiu outra das linhas de abordagem que se quis desenvolver.

2. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES NO LOCAL DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM E CONTRIBUTO PARA A BIOGRAFIA DOS OBJECTOS: A DESCOBERTA

As primeiras referências ao local de São Bartolomeu de Castro Marim[5] que a História da Arqueologia em Portugal regista são da autoria de Estácio da Veiga, em inventários manuscritos da sua colecção, destinados a constituir o *Museu Archeológico do Algarve* (Veiga, 1877-8: 54/105 e 55/106), conservados no MNA. Está assinalado na *Carta Archeologica do Algarve,* no Mapa Geral, com a indicação de local onde apareceram «objectos reunidos» (Veiga, 1910; Santos, 1972: 351). Sem todavia identificar que se trata de um forno de ânforas[6], o seu conhecimento do sítio é-nos confirmado anos mais tarde pela ficha de inventário do Museu Nacional de Arqueologia realizada por Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, então funcionária da instituição e bisneta do arqueólogo algarvio, onde informa, em ficha elaborada em 25 de Setembro de 1975, que «em 1877 durante o reconhecimento das Antiguidades do Algarve, Estácio da Veiga sondou este local e recolheu vários materiais romanos, sobretudo materiais de construção e pedaços de ânfora», dando também nota de um grafito «(...)QUI LEGIT» num imbrex (n.º Inv. 14964), mas também uma tégula (n.º Inv. 14963 A) com marca de oleiro «(...)[U]NIORUM» e um fragmento de tijolo (n.º Inv. 14963 B), tudo recolhas datadas de 1877[7].

---

4 Apresentamos os nossos sinceros agradecimentos a Helena Figueiredo que realizou os desenhos das ânforas, a José Paulo Ruas que as fotografou, a Luísa Guerreiro e a Luís Filipe Antunes por todo o apoio, sempre, e ainda a Raquel Lázaro e Ana Margarida Simão.

5 No MNA este sítio arqueológico está registado com o código de sítio MNA-220 e na base de dados ENDOVÉLICO com o código 1214 (acessível através do Portal do Arqueólogo).

6 A este respeito importa referir que Estácio da Veiga nas suas *Antiguidades Monumentais do Algarve* refere-se também ao sítio do Martinhal que sabemos hoje foi o mais importante centro oleiro romano do Algarve (Bernardes *et al.* 2013). Embora também não identifique o sítio como um forno de ânforas indica que «É mui provável que os edifícios do Murtinhal representem uma fabrica de material de construção de barro cozido e ao mesmo tempo uma prospera colonia agrícola» (Veiga 1910: 211). Do mesmo modo, são escassas as recolhas de ânforas que faz, limitando-se a exemplares quase completos ou a outros que apresentassem marca de oleiro.

7 Estas duas marcas embora desenhadas, inventariadas e, num caso, publicada desde 1896, não foram identificadas no Museu, no momento em que redigimos este artigo.

Mas o seu verdadeiro «descobrimento» ocorre apenas uma década mais tarde. O Museu Etnográfico Português tinha sido criado há escassos 3 anos, quando José Leite de Vasconcelos partiu na véspera de Natal de 1896 para empreender escavações arqueológicas no lugar de «Olhos», em São Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos, 1915: 318).

A «pista» tinha-lhe sido dada pelo «seu amigo sincero» Francisco Silvestre de Sousa Rocha, numismata amador, que o informou que naquele local tinham aparecido «amphoras romanas inteiras» (Vasconcelos, 1898: 329-336, com 4 ilustrações). A amizade que ligava o Director do Museu ao informante e o súbito falecimento deste, levou a que Vasconcelos lhe dedicasse uma página de reconhecimento no artigo.

Não sabemos se a notícia que é dada a José Leite de Vasconcelos, por Francisco Silvestre de Sousa Rocha, foi transmitida unicamente pela carta datada de 4 de Fevereiro de 1895 e que se conserva no epistolário do fundador no Arquivo Histórico do Museu com o número de espécie 19942 (Figura 2). O que sabemos, é que nesta carta lhe dá a notícia de ter feito a aquisição de um grande vaso de barro com uma asa, encontrado no lugar de Olhos, ao qual faltava uma segunda asa, que desenha em miniatura em papel e apensou na carta atribuindo-lhe as seguintes dimensões 0,94 de altura por 0,87 de comprimento. Uma ânfora, portanto! Transcreve-se o documento:

«Exmº Senhor
Recebi hontem o bilhete postal de Vª Exª que muito agradeço.
Não faço questão de tempo no exame das moedas, sendo para mim sempre um grande favor.
Remetto 16 moedas para V. Exª se dignar dispensar-me a fineza de as examinar, parece-me que são 2 arabes.
Hontem adquiri um vaso de barro que foi encontrado num hortejo no sitio dos Olhos de São Bartholomeu de Castro Marim bastante interessante para mim, podendo não ter merecimento.
É pouco mais ou menos o que vai indicado n'esse papelinho. Pegado ao barro do vaso esta alguma terra com algumas pedrinhas perfeitamente petrificado, é pena faltar-lhe uma asa.
Recebi o nº 1 do archeologo que agradeço e sera pago a assignatura d'um anno logo que se proceda à cobrança.
Muito me obsequeia Vª Exª dignando-se fazer-me a descrição do vaso indicado.
Castro Marim 4 de Fevereiro de 1895
De Vª Exª
Att. Vosso C[ordial] A[migo]
Francisco Silvestre de Sousa Rocha»

Na revista *O Archeologo Português*, criada em 1895, publica em 1898 o director do Museu, uma notícia muito completa, no seu estilo inconfundível:

- Fixa o informante. Este facto, absolutamente comum na produção científica de José Leite de Vasconcelos; é essencial para o trabalho contemporâneo de reconstituição e caracterização das redes de conhecimento, que são uma das suas marcas na produção científica e na recolha de bens para o Museu;
- Descreve o local com detalhe e pontos de referência, bem como o acesso;
- Descreve o forno, ilustrado com cuidada planta e dois detalhados cortes, arrumando toda a informação entre «a fornalha» e a «câmara de cozedura»;

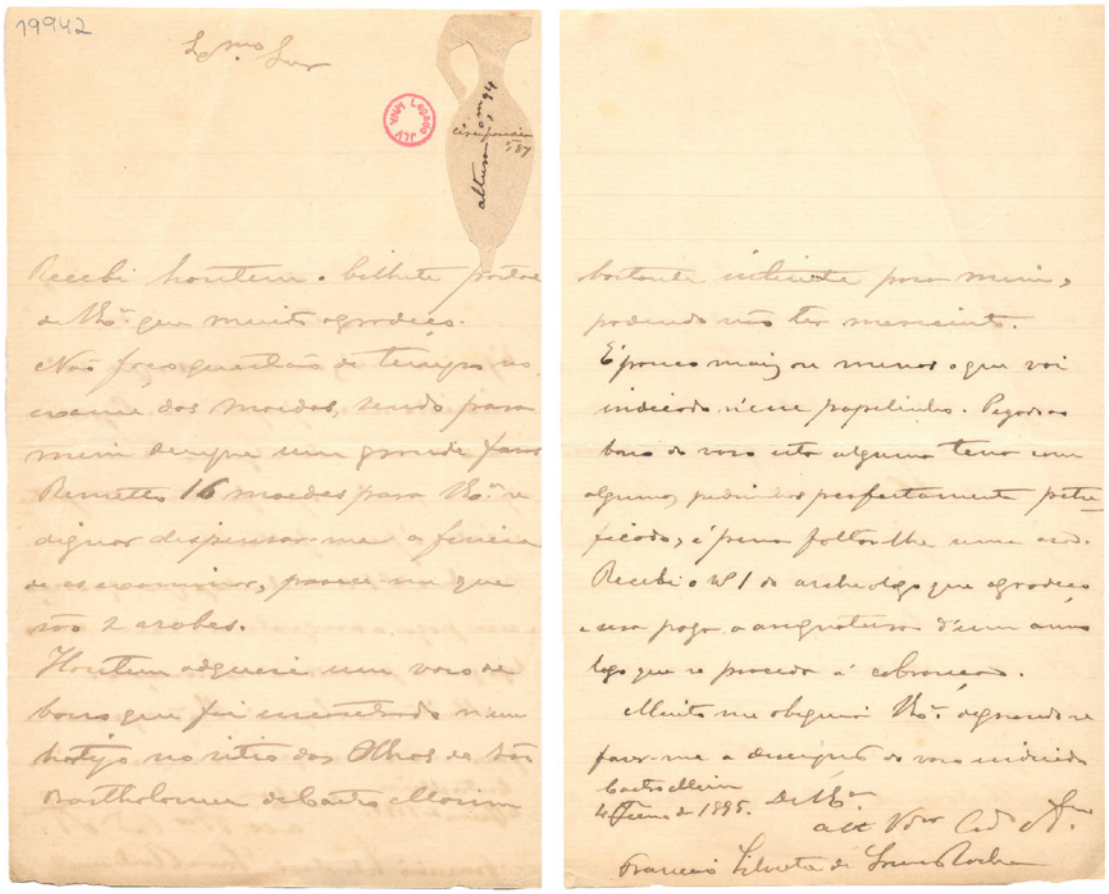


FIG. 2. Carta de Francisco Silvestre de Sousa Rocha para José Leite de Vasconcelos com a referência ao sítio de São Bartolomeu de Castro Marim, em 4 de Fevereiro de 1895 (doc. 19942 – Legado de José Leite de Vasconcelos, Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia).

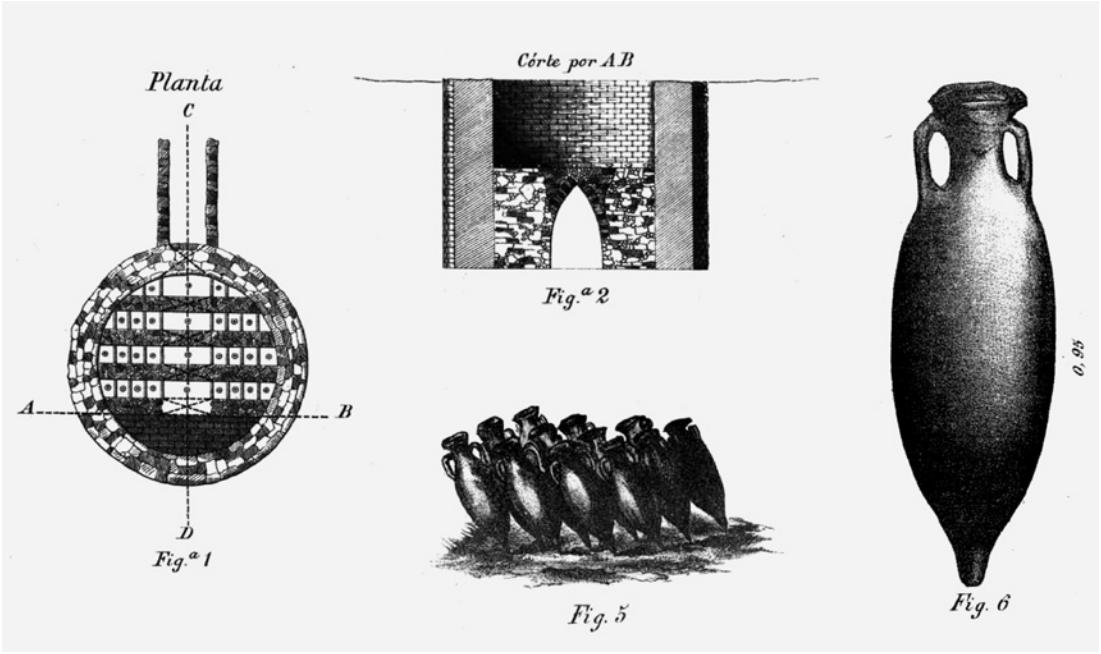


FIG. 3. O forno, o depósito das ânforas e uma das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim (segundo Vasconcelos 1898, modificado).

– Descreve o «Depósito das âmphoras» e, apresenta, não apenas o desenho de um grupo de 12 ânforas completas, como fragmentos de outras e material de construção. Apresenta ainda o grafito, mas não a marca, recolhido por Estácio da Veiga e gravado num fragmento de *imbrex* «(...)*QUI LEGIT*», lido por E. Hubner (CIL III, n.º 6255, 7: 1011);
– Produz «Considerações geraes» em torno do significado da descoberta e informa-nos que recolheu 12 ânforas para o Museu, entretanto renomeado de Etnológico Português. Absolutamente decisivo neste artigo é, não apenas o minucioso relato, mas o facto do desenho identificado como «Fig. 5» apresentar, efectivamente, 12 ânforas (Vasconcelos, 1898) (Figura 3).

Mais tarde, novamente no *O Arqueólogo Português,* no habitual capítulo dedicado às aquisições no Museu Etnológico Português, dá-se nota que «O Director obteve em Abril de 1913, numa exploração que fez, uma ânfora romana da olaria de Castro-Marim» a que corresponde o registo no livro de entradas E. 4887 (Vasconcelos, 1919-20: 242). Trata-se, certamente, de um registo tardio relativo a uma das ânforas recolhidas em 1896, mas não se logrou detectar no presente esse número de marcação em nenhuma das ânforas do conjunto.

Depois da sua «descoberta» e divulgação à comunidade científica, o sítio arqueológico passou a constar dos manuais e a ser referência obrigatória, sendo naturalmente referido na obra de síntese «História de Portugal» de Damião Peres, em texto sobre a «Herança Romana» assinado por Virgílio Correia (Correia, 1928: 288), que foi Conservador do Museu durante a direcção de José Leite de Vasconcelos.

Quase meio século após este, na sua obra em dois volumes «Arqueologia Romana do Algarve», Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos consagra uma entrada a este importante sítio arqueológico, resumindo os trabalhos do fundador do Museu e republicando os desenhos (Santos, 1972: 351-356). Contudo, nesta entrada da sua obra monográfica, que nada pôde naturalmente trazer de novo pois não houve escavações arqueológicas no local, há um pormenor muito curioso a assinalar: a figura n.º 350-A parece reproduzir o desenho de J.L. de Vasconcelos. Numa observação mais atenta, percebe-se que não é o mesmo desenho da Fig. 5 da publicação do antigo Director do Museu e já citada *supra*; a ilustração foi refeita e foram excluídas, de forma explícita, duas ânforas, quiçá para fazer corresponder o desenho com os exemplares que se reconheciam no acervo do Museu: uma no 2.º enfiamento e outra no 3.º enfiamento, a contar da esquerda (Figura 4). Todavia no texto refere-se às 12 ânforas, sem discutir a incongruência entre o número original e a opção por um desenho que parecendo o original de Vasconcelos, não o é.

Este facto significa, talvez, que quando a autora redigiu a dissertação para a licenciatura em Ciências Históricas na Faculdade de Letras de Lisboa no final dos anos 60, início dos anos 70, no Museu apenas encontrou 10 ânforas e, talvez por esse facto, refez o desenho onde aparecem 10 ânforas e apenas parte de silhueta de outra no 2.º enfiamento.



FIG. 4. Desenho do depósito de ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, refeito e republicado por M. L. E. V. A. dos Santos em que duas ânforas são «removidas» face à ilustração original (1972, fig. 350-A).

O forno de São Bartolomeu de Castro Marim foi durante muitas décadas um caso singular, pelo que é referência única a locais de produção anfórica no Algarve no livro *Portugal Romano* de Jorge de Alarcão (1973: 135).

Dos trabalhos que se seguiram, de que se destaca o estudo realizado por M. Maia também nos anos 70 do século XX (Maia, 1979), e sobre as inúmeras referências ao conjunto de ânforas e ao sítio daremos nota mais detalhada adiante. De referir ainda, que além da intervenção de Leite de Vasconcelos, todos os materiais que entretanto foram obtidos no sítio, resultam de recolhas de superfície, pois não houve escavações no local.

Só muito recentemente, na sequência de terraplanagens não autorizadas em 2019 por parte de um particular que quase destruiu o forno, se voltou a realizar uma intervenção arqueológica no sítio. Desta feita, estas destruições suscitaram trabalhos de emergência no local sob direcção de Eliana Correia e Francisco Rosa Correia (2019)[8]. Nesta intervenção, de que se dispõe apenas de algumas notícias na imprensa e o respectivo relatório, terá sido localizado o forno (a parte correspondente à grelha), além de diversos fragmentos de ânforas de que se destaca um novo espécime da marca de oleiro LFT (Correia e Correia, 2019), idêntica à publicada por M. Maia, e recentemente revista (Fabião *et al.*, 2016).

3. HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS ÂNFORAS DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM

Só bastantes anos mais tarde depois da publicação do seu achado por parte de J. L. de Vasconcelos, concretamente em 1970, no trabalho colossal de M. Beltrán Lloris sobre *Las* ánforas *romanas en España* (1970), é que se voltaria a fazer uma referência específica às ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim na literatura especializada. Infelizmente, não foi pelos melhores motivos, e em certa medida M. Beltrán acabou por contribuir para projectar maior incerteza na investigação futura no cenário da divulgação internacional. Beltrán apresentou a forma de «*San Bartolomé de Castro-Marín*» como uma variante da sua Forma I (formas 7 a 11 de H. Dressel), atribuindo-lhe, por paralelismo com outras morfologias, uma datação em torno aos decénios da metade do século I d.C. (Beltrán Lloris, 1970: 405-406 e fig. 164, 82), excluindo-a da sua forma IV, na qual inclui o tipo Dressel 14 (Figura 5).

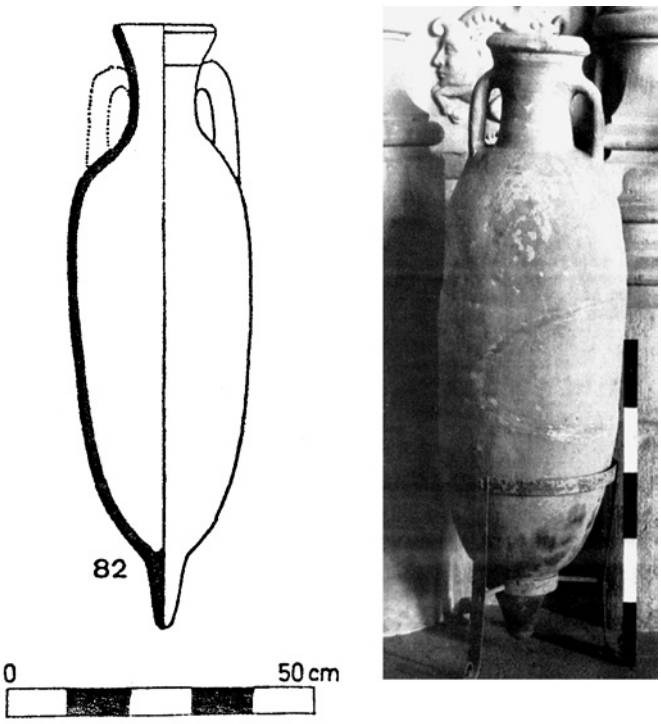


FIG. 5. Desenho de ânfora de São Bartolomeu de Castro Marim, publicado por M. Beltrán LLoris (1970: fig. 164, 82), à esquerda, e foto de ânfora de São Bartolomeu de Castro Marim do MNA publicada por A. J. Parker (1977: fig. 9), à direita.

8 De referir ainda que o alerta para a movimentação de terras no local foi dado por Jenny Compton, da Associação Arqueológica do Algarve. Agradecemos a confirmação desta informação a J. P. Bernardes.

Posteriormente, em 1974, no colóquio *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude typologique des amphores*, Antony J. Parker abordou as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim no contexto da sua sistematização sobre a produção de ânforas romanas na Lusitânia. O autor inglês apontou algumas singularidades destas ânforas que denominou «em forma de salsicha» (*sausage--shaped amphoras*), e tal como o investigador espanhol, também Parker não as relacionou com as Dressel 14/Beltrán IV de produção lusitana, nem as enquadrou em nenhuma das 5 variantes que propôs para este tipo (Figura 5). No entanto, na sua óptica considerava que estas ânforas se distinguiam de outros tipos béticos e lusitanos, sendo facilmente reconhecíveis pelo seu acabamento tosco e rude, contrastando com o das produções béticas, e pelo seu tamanho reduzido e «achatado» (Parker, 1977: 37-39).

Apenas dois anos após a publicação do colóquio de Roma e do artigo do investigador britânico, em 1979 Manuel Maia decidiu dar à estampa um artigo em que publicou o conjunto das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim trazido para o MNAE por J. L. de Vasconcelos. Em palavras que então proferiu, era «(...) *da maior utilidade identificar e publicar estas ânforas para que os arqueólogos e historiadores da Antiguidade possam ter uma ideia um pouco mais clara das relações comerciais do Sul da Lusitânia com o resto do Império*». Ao mesmo tempo, sem referir o trabalho de A. J. Parker (ou mesmo não tendo dele conhecimento...), M. Maia propôs-se a clarificar o que considerava ser um equívoco produzido por M. Beltrán Lloris[9] (Maia, 1979).

Nessa publicação, M. Maia propôs-se «recuperar», estudar e caracterizar detalhadamente as ânforas, pois só assim se poderia reconhecer e dar o devido valor a esses materiais e a esse importante local do algarve romano que parecia ter caído no esquecimento da comunidade científica portuguesa, já que «(...) *Após a morte de José Leite de Vasconcelos ninguém mais em Portugal se dedicou a este tipo de objectos cerâmicos que passaram a ser considerados como materiais de categoria inferior. As próprias 12 ânforas recolhidas por aquele arqueólogo perderam-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e, por não estarem inventariadas nem marcadas, ninguém dentro do Museu era capaz de as identificar* » (Maia, 1979: 141).

M. Maia republicou o desenho do depósito de J. L de Vasconcelos (e não a versão mais recente de Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos) e só conseguiu «descobrir» e relocalizar nas Reservas do MNA, 10 das 12 ânforas que foram trazidas para o Museu pelo seu primeiro director em 1896; apresentou ainda vários outros fragmentos atribuíveis a ânforas do mesmo tipo de produção local, concretamente dois bordos, uma asa e um colo com a marca LFT, até aí desconhecida (Maia, 1979: Estampas IV e VI)[10]. Contudo, sobre a origem destes últimos o artigo é omisso. Não existe qualquer referência que enquadre ou explicite de forma objectiva qual o seu contexto de recolha. De facto, para além da sua entrada em catálogo, em nenhum momento do artigo é feita menção a esses fragmentos, pelo que não é possível saber se fariam parte de materiais depositados no MNA resultantes da «(...) *recolha de outros fragmentos que, não possuindo qualquer tipo de marca, foram, porém considerados como materiais arqueológicos de maior interesse* (...)» e por isso recolhidos por J. L. de Vasconcelos (para além das ânforas inteiras), ou se do conjunto de fragmentos que M. Maia recolheu em visitas que realizou ao local, que lhe «(...) *permitiram uma segura identificação destas ânforas* (...)» [entenda-se, as produzidas no local] (Maia 1979: 141-142). É, no entanto, muito

9 Manuel Maia refere que o desenho do exemplar publicado por M. Beltrán Lloris não se parece com nenhum dos exemplares de São Bartolomeu de Castro Marim, sendo o exemplar em questão mais próximo dos tipos de Pascual Guasch (Maia, 1979: 142).

10 O autor poderia ter certamente conhecimento da já referida ficha do Museu elaborada por Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos em 25 de Setembro de 1975, a que já aludimos *supra*, onde registou 10 das ânforas recolhidas em 1896, além do grafito «(...)QUI LEGIT» num imbrex, uma tegula com marca de oleiro «(...)[U]NIORUM» e o fragmento de tijolo, tudo recolhas datadas de 1877; contudo, nada refere, muito provavelmente por estes não dizerem respeito à produção das ânforas propriamente ditas, que eram o seu objecto de estudo.

estranho que o olhar atento de José Leite de Vasconcelos deixasse de reparar e referir a marca se a tivesse visto, pelo que deve ter sido recolhida posteriormente por M. Maia.

Consciente da importância de uma boa descrição morfométrica, não só para a caracterização da produção regional desse tipo, mas também como ferramenta de base para a sua posterior identificação e rastreio em contextos de consumo na Lusitânia e mais além desta província romana, este investigador elencou e descreveu como principais características dessas ânforas as seguintes:

- Corpo oval com um comprimento total oscilando entre os 84 e os 98 cm e largura média entre 30-31 cm, com espessura das paredes em torno a 1,6 cm;
- Boca alargada definida por um lábio bem marcado, assente sobre um colo ligeiramente troncocónico;
- Asas curtas e grossas, de secção oval, com uma forte estria longitudinal;
- Bico oco e cónico que termina num botão muito característico;
- Peso médio de 20 kg;
- Capacidade de cerca de 35 l;
- Fabrico pouco cuidado, com os «corpos empenados», por vezes com um grande estrangulamento no meio da pança, e com as asas assimétricas (Maia, 1979: 142).

Em termos tipológicos, M. Maia chamou também a atenção para a dificuldade de «correspondência perfeita» entre as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim e as formas das tipologias de referência. De facto, segundo M. Maia, o que melhor definia essas ânforas era a «mistura» de elementos e atributos (bordo, colo e asas, corpo, ligação deste com o fundo e o fundo *per si*), próprios de vários tipos representados na tabela tipológica de Dressel ou nas formas propostas por M. Beltrán Lloris (1970) na sua (então) recente tipologia (Maia, 1979: 142). Assim, apesar do fundo revelar afinidades com a Dressel 14/Beltrán IV, e do carácter genérico que M. Maia conferiu à forma I de Beltrán (tipos 7 a 11 de Dressel), acabou por considerar que aí deveriam ser integradas as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, admitindo simultaneamente uma cronologia entre o século I e os inícios do II d.C. para as mesmas (Maia, 1979: 143) (Figura 6).

Esta proposta parece não ter sido acolhida nem na investigação portuguesa, nem na internacional, já que em 1988, quando das *Jornadas de Estudo sobre as Ânforas Lusitanas* realizadas no Museu Monográfico de Conímbriga, as opiniões e o estado da arte então dominante eram bem diferentes. Considerou-se incontestável que era às Dressel 14 de produção lusitana (Dressel 14b na proposta de A. J. Parker de 1977) que deveriam ser atribuídas as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim. Apesar da multiplicidade de variantes/subtipos avançados anos antes pelo investigador inglês para o tipo Dressel 14 carecer de dados mais sólidos, era necessário integrar nele as formas de produção algarvia (com alturas totais inferiores a 100 cm, na média dos 95 cm, e bicos fundeiros mais curtos), ao mesmo tempo que era forçoso diferenciá-las das produzidas nos Vales do Tejo e do Sado (formas com uma altura média de 100-110 cm, bicos fundeiros mais alongados, ou com bocais e colos mais estreitos associados a perfis de bordos menos marcados, corpos de perfil sinuoso e maior diâmetro na parte inferior) (Mayet, 1990: 30; Fabião e Carvalho, 1990: 47).

A este relativo consenso, no que dizia respeito ao seu enquadramento geral no cenário da produção lusitana, pouco ou nada se adiantou relativamente às particularidades da sua morfologia, possíveis protótipos e/ou cronologia. Ainda assim, não deixa de ser interessante a descrição realizada no artigo de F. J. S. Alves (Director do MNA, entre 1980 e 1996), A. M. D. Diogo e F. Reiner, a propósito de um conjunto de fragmentos recolhido à superfície, que acrescenta alguns detalhes ao conhecimento destas ânforas. Quanto ao fabrico, descrevem como sendo uma pasta de tonalidades alaranjadas e rosadas, branda, de aspecto folheado e relativamente pouco arenosa, com quartzos

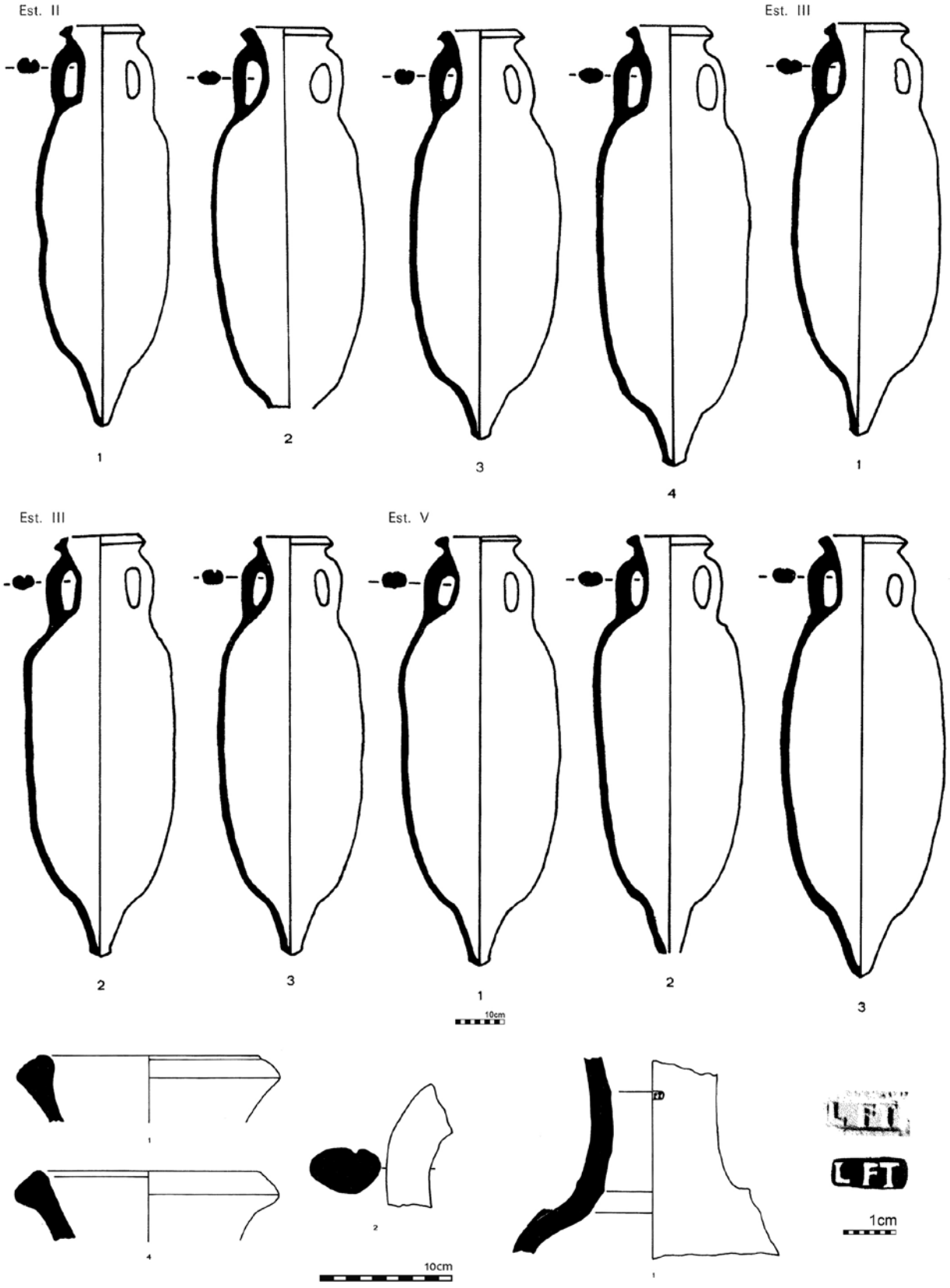


FIG. 6. Ânforas completas do depósito e outros fragmentos de São Bartolomeu de Castro Marim publicados por M. Maia (segundo Maia, 1979, modificado).

hialinos e leitosos; quanto à forma, classificam-na como uma Dressel 14 de «(...) *variante regional muito característica: com o lábio de secção triangular, muito saliente e as asas, de fita e bilobadas por um sulco na face superior, mas de pequena altura, devido ao colo anormalmente curto para o tipo* (...)» (Alves, Diogo e Reiner, 1990: 194).

Também D. P. S. Peacock e D. F. Williams seguiram a proposta de A. J. Parker, incluindo a produção lusitana da Dressel 14 na sua Classe 21 (a Dressel 14b na proposta de A. J. Parker de 1977), mas desta feita considerando aqui a produção algarvia de São Bartolomeu de Castro Marim. Não só deram especial relevo à sua caracterização petrográfica, como plasmaram este fabrico como o típico da forma de produção lusitana (Peacock e Williams, 1986: 128-129), revelando uma incompreensão do tema concreto, bem como da problemática das realidades regionais e da bibliografia portuguesa (Fabião e Carvalho, 1990: 47).

A exploração dos recursos marinhos foi particularmente intensa no Sul da Lusitânia e J. C. Edmonson, na sua obra *Mining and Garum in Roman Lusitania,* aponta para que a produção de preparados piscícolas no Algarve tenha adquirido contornos que a diferenciam do que sucedeu no Vale do Tejo e Sado, defendendo que correspondiam a actividades subsidiárias das explorações agrícolas (Edmonson, 1984: 135). Se é verdade que esta realidade se pode observar nalguns pontos da costa algarvia, no caso de São Bartolomeu de Castro Marim não estão documentados vestígios que permitam apontar para uma unidade do tipo *villa* neste local.

Alguns anos mais tarde, no catálogo da exposição *Portugal Romano. A exploração dos Recursos Naturais*, C. Fabião associa o arranque da produção de São Bartolomeu de Castro Marim com a manufactura dessas «Dressel 14 tardias». Paralelamente, coloca em cima da mesa a questão de, à data, e em função dos dados então disponíveis, sobretudo para o território espanhol, não se poder aferir se o seu fabrico se deveu a «(...) *uma continuada influência das tradições andaluzas ou se, pelo contrário, documenta a expansão para sul das práticas lusitanas* (...)» (Fabião, 1997: 41). Seria a primeira vez que a Dressel 14 de São Bartolomeu estaria conotada com o epíteto tipológico, com significado cronológico, de «tardio».

Já nos inícios do século XXI, novas obras de síntese voltam a abordar as produções de Castro Marim e as Dressel 14 lusitanas, integrando também a produção de preparados piscícolas que lhes está naturalmente associada. L. Lagóstena Barrios, na sua síntese sobre *La producción de salsa y conservas de pescado en la Hispania romana (II a.C.-VI d.C.)* ao referir-se aos contextos de produção algarvios, não deixa de mencionar São Bartolomeu, acusando a dificuldade de classificação das ânforas daí provenientes ainda que as considere «(...) *claramente emparentadas con la familia salsaria Dressel 7-11 y Dressel 14* (...)» (Lagóstena Barrios, 1991: 91). Resume que se «(...) *fabricaran ánforas salsarias, al menos en dos fases cuya continuidad se desconoce: una altoimperial, con la Dressel 14* similis*, quizás en la segunda mitad de la I centuria o principios de la II; y otra tardorromana, con formas Almagro 50 y 51, proprias de la V centuria d.C.* (...)» (Lagóstena Barrios, 1991: 91).

R. Etiénne e F. Mayet, no seu estudo monográfico de fundo e transversal sobre as *Salaisons et sauces de poisson hispaniques* (2002), referem apenas que a produção algarvia se distingue com facilidade, quer em termos morfológicos, quer em termos petrográficos, das produções dos Vales do Tejo e do Sado. Por sua vez, numa detalhada síntese para os centros oleiros da Lusitânia, C. Fabião (2004) reitera a sua leitura anterior para a olaria de São Bartolomeu de Castro Marim, mas em certa medida pendendo mais para uma «conexão bética», quando afirma que esta olaria deverá ter funcionado desde o Alto Império, eventualmente desde o século I d.C. (Fabião, 2004: 404), dado que as ânforas mais antigas daí conhecidas «(...) *patenteiam afinidades com as produções béticas dessa época* (...)» e que são genericamente enquadráveis nas Dressel 14 «(...) *ainda que registem uma menor dimensão do conjunto colo/asas e apresentem um ombro bem marcado* (...)» (Fabião, 2004: 401).

Para além destas tentativas em avançar algo mais na caracterização dos quadros formal e produtivo das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, vários foram os esforços para a

caracterização dos seus fabricos, embora pouco ou nada coordenados nem obedecendo a objectivos convergentes. Anteriormente, durante os anos 90 e no contexto do projecto do Sado, terá havido, muito provavelmente, visitas ao local por parte da equipa luso-francesa, para o estudo comparativo entre as várias produções lusitanas e as do Sado. No entanto, a equipa recorreu aos materiais anteriormente publicados por Alves, Diogo e Reiner para estabelecer a base da caracterização petrográfica com recurso a lâmina delgada apresentada por A. Schmitt em *Les amphores du Sado* (Mayet, Schmitt e Silva, 1996)[11].

A caracterização química das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, foi igualmente feita por parte da equipa do ITN. As amostras foram obtidas, no início deste século, por um dos signatários deste artigo (AC), em articulação com Ana Margarida Arruda, tendo-se recolhido diferentes fragmentos de ânforas no local do forno que permitiram a realização de análises por activação de neutrões, sendo a composição mineralógica obtida por difracção de Raio X (Dias e Prudêncio, 2016). Estas análises constituíram a base de estudo comparativo posteriormente utilizado para a identificação de materiais provenientes de diferentes centros de consumo da Lusitânia (Dias e Prudêncio, 2016) .

Pouco tempo depois, a propósito das origens da produção anfórica lusitana e dos primeiros tipos de ânforas romanos produzidos nesta província, R. Morais e C. Fabião (2007) assinalam que «(...) *talvez não faça sentido continuar a procurar integrar as ânforas ali fabricadas no tipo Dressel 14, ainda que assinalando a sua singularidade* (...)», fazendo mais sentido retomar a proposta inicial de M. Beltrán Lloris de incluir as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim em relação com o grupo de tipos Dressel 7 a 11/Beltrán I (Beltrán Lloris, 1970: 400-405) – hipótese por muitos rebatida – por maior afinidade no que respeita a critérios formais e eventual âmbito cronológico (Morais e Fabião, 2007: 131). Neste sentido – o da relativa maior antiguidade – consideram que concorre também a existência da marca com *tria nomina* (LFT) associada a este fabrico (Maia, 1979; Fabião e Guerra, 2004; Fabião *et al*., 2016: 112).

Em nova síntese sobre as ânforas da Lusitânia, publicada em 2008, C. Fabião aponta que as Dressel 14 de Castro Marim têm uma morfologia geral muito aproximada a algumas das produções análogas da vizinha Bética, mas diferindo um pouco pelo menor tamanho total e por apresentarem corpo com uma tendência mais ovóide (Fabião, 2008: 729). Assim, questões de maior precisão cronológica relativamente a estes detalhes morfológicos, de algum modo singulares, bem como os do período da sua respectiva produção – já que pelos materiais conhecidos não é possível extrair conclusões categóricas quanto ao momento exacto da laboração destes fornos (Fabião, 2008: 733) – apenas poderão ser esclarecidas com escavações futuras especificamente direcionadas para a sua resolução (Fabião, 2004; Morais e Fabião, 2007).

As produções anfóricas alto imperiais, são também objecto de abordagem no estudo realizado sobre o povoamento e economia do Algarve mas, desta vez, mais na perspectiva do consumo dos três núcleos urbanos algarve oriental: *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri* (Viegas, 2011). Nessa ocasião, chamou-se a atenção para a escassez de consumo de ânforas lusitanas no alto império, face ao domínio dos produtos béticos, sobretudo marcados pela presença dos tipos Dressel 7/11 e Beltrán IIB. Curiosamente as produções locais, de que se havia dado conta em 2006 com o estudo sobre a Manta Rota, na sequência dos trabalhos de emergência de Cristina Tété Garcia, encontram-se aparentemente ausentes das cidades algarvias (Viegas, 2006).

---

11 Nesta ocasião foi feita a caracterização petrográfica de um conjunto de amostras, provenientes não só dos locais de produção conhecidos no Sado, mas igualmente do estuário do Tejo e ainda de três sítios algarvios: Martinhal, Quinta do Lago e São Bartolomeu de Castro Marim (Mayet, Schmitt e Silva, 1996). As ânforas de Castro Marim descritas são do tipo Almagro 51c, mas é muito provável que as suas antecessoras utilizassem as mesmas argilas.

Em data mais recente, nas fichas tipológicas realizadas no quadro do projecto *Amphorae Ex Hispania*, as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim voltam a ganhar destaque, sendo retratadas como as Dressel 14 da Lusitânia meridional, com particularidades próprias. Chama-se a atenção para as especificidades das ânforas de Castro Marim e das da Manta Rota, os dois sítios algarvios onde se conhece a sua produção, particularmente os colos e asas mais curtos (Viegas, 2016). Assinala-se a ausência dos exemplares mais antigos da produção lusitana e reproduz-se a expressão de «Dressel 14 tardia» que, entretanto, se difundira para apelidar esta morfologia específica das Dressel 14 sobretudo de São Bartolomeu de Castro Marim.

Na mesma linha concorre a síntese realizada sobre a produção oleira algarvia, a produção alto imperial é exemplificada pelos centros de São Bartolomeu de Castro Marim e Manta Rota, referindo-se novamente os tipos Dressel 14 destes locais como pertencentes à «variante tardia» (Bernardes e Viegas, 2016).

4. A (RE)ANÁLISE DAS ÂNFORAS DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM

Para uma devida caracterização e reanálise das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim o trabalho passou, como não poderia deixar de ser, pela revisão dos dados primários.

Em primeiro lugar, pela localização e identificação nas reservas do MNA das ânforas completas e inventariadas como pertencentes a essa estação arqueológica, que seriam as provenientes do depósito perto do forno e que tinham sido trazidas para o Museu por J. L de Vasconcellos, já que só a partir destas poderiam ser realizadas as tarefas pretendidas. Esta nova incursão e busca nas coleções do Museu permitiu reconhecer e relocalizar, finalmente, várias décadas depois, a totalidade dos 12 exemplares trazidos para o MNA, encerrando-se a falha aberta e plasmada nas publicações de Maria Luísa Estácio da Veiga e de Manuel Maia. O décimo primeiro e décimo segundo exemplares, não possuem atualmente nem bordo nem colo (e o primeiro destes dois nem fundo), mas ainda assim permitem algumas observações interessantes, como se poderá ver mais adiante.

A peça número 11 (MNA.997.2.11) tinha sido reconhecida há alguns anos e reinventariada com as outras 10 na campanha de inventário levada a cabo em 1997; a peça número 12 foi localizada no decurso da investigação levada a cabo para este estudo (tendo-lhe sido atribuído o n.º de inventário MNA.997.2.12). Tratava-se de um exemplar incorporado na Reserva de Ânforas do MNA até aqui com «proveniência desconhecida». Quando decidimos fazer uma busca mais sistemática neste acervo, a ânfora em questão chamou automaticamente a atenção: as suas medidas particulares, o seu fabrico tosco e deformado, bem como a sua pasta, tanto a composição petrográfica como umas características fissuras e concreções, delatavam-na como sendo proveniente do depósito de São Bartolomeu de Castro Marim.

Em segundo lugar, tornava-se imprescindível elaborar nova documentação gráfica do conjunto das ânforas completas de São Bartolomeu de Castro Marim e dar uma resposta cabal a todo o tipo de lacunas de informação sentidas. Após a confirmação de inventário, todos os exemplares foram hábil e detalhadamente desenhados no seu tamanho real por Helena Figueiredo/MNA com o auxílio dos signatários (RRA, CV), posteriormente revistos e passados vetorialmente (RRA), e as fotografias feitas com a qualidade a que nos tem habituado José Paulo Ruas/DGPC.

Não obstante as preocupações formais e tipológicas e o cuidado colocado ao nível da descrição das peças por parte de M. Maia (1979), o seu trabalho pecou pela fraca qualidade das ilustrações, aspecto que se revelaria da maior relevância na investigação realizada nas décadas subsequentes. De facto, resulta algo difícil entender esse menor rigor no desenho das ânforas no contexto dos meios técnicos disponíveis e do nível de qualidade gráfica alcançada e praticada na ilustração e

publicação científica em Portugal, já no final da década dos anos 70 do século XX. Os desenhos algo esquemáticos recordam os apresentados décadas antes por J. M. Mañá, quando da publicação da sua tipologia de ânforas púnicas (1951), ou dos tipos de ânfora descobertos por M. Almagro nas necrópoles de Ampúrias (1955). Tal como nestes, a forma simplificada, quase estilizada, dos desenhos das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, realizados por Manuel Maia, tornar-se-iam a referência e o elemento de comparação obrigatória até aos dias de hoje (Viegas 2016; Bernardes e



FIG. 7. Ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, MNA (desenhos e fotografias 2019-2021).



FIG. 8. Ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, MNA (desenhos e fotografias 2019-2021).

Viegas 2016). Assim, a tarefa de redocumentação gráfica foi, sem dúvida, uma das que assumiu maior importância neste estudo (Figuras 7-9).

Em terceiro e último lugar, as ânforas foram pesadas e medidas tendo em vista o cálculo da sua capacidade, com o propósito de afinar e/ou complementar os valores obtidos anteriormente por M. Maia. Embora este investigador tenha avançado valores médios para ambos parâmetros, não indica como chegou a esses resultados no decurso do seu estudo. Impunha-se confirmar.



FIG. 9. Ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, MNA (desenhos e fotografias 2019-2021). Destaque para os dois exemplares agora relocalizados: MNA.997.2.11 e MNA.997.2.12.

Para aferir o peso das ânforas inteiras utilizou-se uma balança convencional, com 100kg de limite de carga; para as ânforas que não estavam inteiras mas que se encontravam completas (embora fragmentadas), pesaram-se separadamente todas as partes para obtenção do peso total; para as que não estavam completas pesou-se o existente e registou-se o inexistente, e em alguns casos foi mesmo possível estimar o peso final, através do peso médio do elemento em falta que se pôde medir previamente em outros exemplares (Figuras 10.1 e 12).

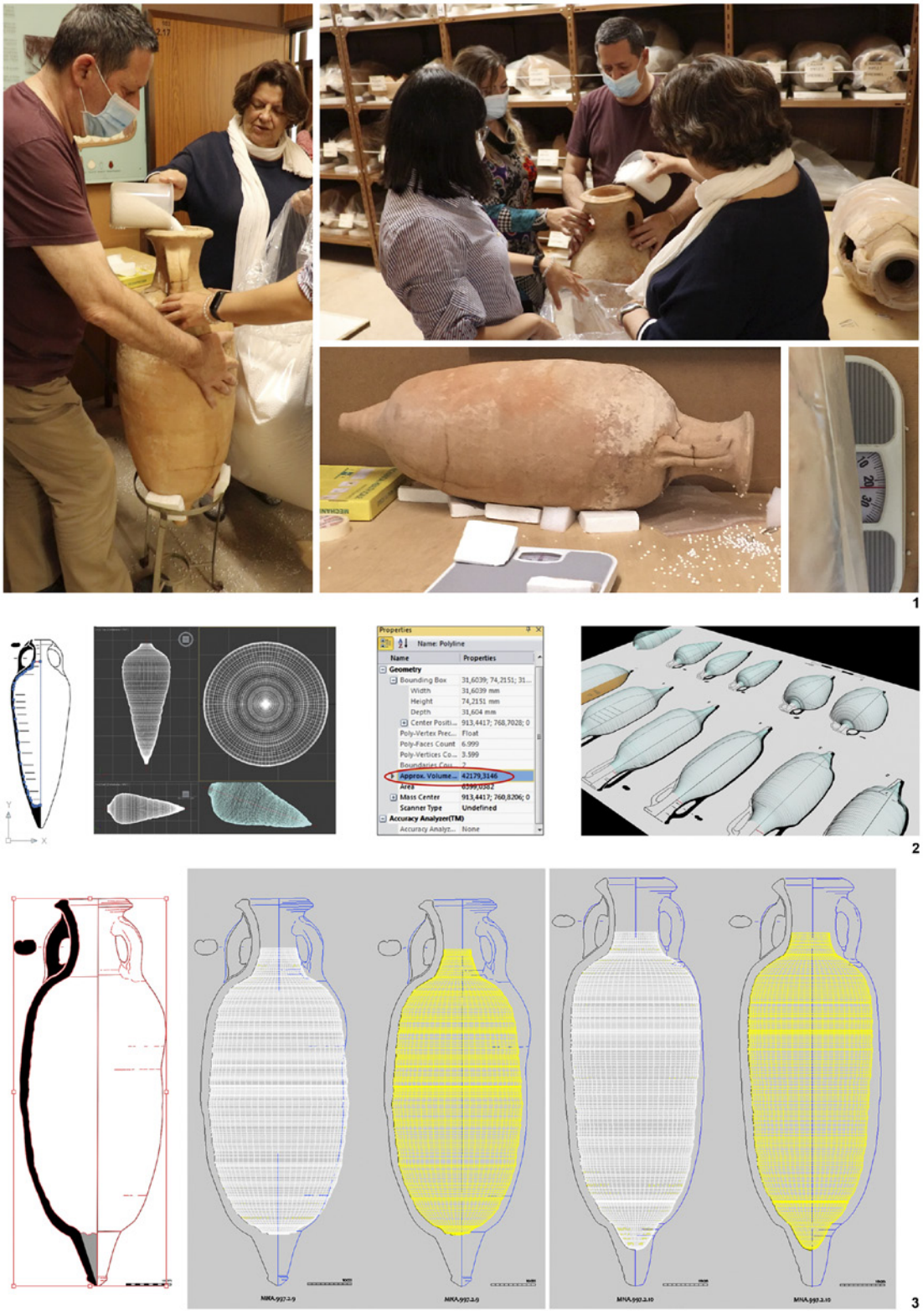


FIG. 10. 1) Pesagem das ânforas e medição de capacidade com esferas de poliestireno; 2) método desenvolvido para cálculo volumétrico digital (segundo Viegas, Fabião e Almeida, no prelo); 3) desenho vetorial da peça MNA.997.2.9 e correspondente cálculo volumétrico digital – original máximo (a branco) e valor médio ajustado (a amarelo).

Para determinar a(s) capacidade(s) das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, selecionámos alguns exemplares completos que o permitiam, tendo também a preocupação e o objectivo de medir exemplares que apresentassem quer variação ao nível da forma e longitude máxima do corpo, quer deformações ou assimetrias em que os corpos se apresentassem bastante irregulares. Para o cálculo do volume interior e capacidade destas ânforas aplicámos diferentes métodos, de forma a confirmar ou infirmar os resultados obtidos. Assim, em 3 exemplares selecionados, combinámos métodos de modelagem 3D – replicando o mesmo método que tivemos oportunidade de utilizar recentemente e com o qual obtivemos resultados de elevada fiabilidade (cf. Viegas, Fabião e Almeida, no prelo) – com métodos de medição tradicionais, através do seu enchimento com esferas de poliestireno. Realizaram-se primeiro os cálculos de volume digital (3D), só depois sendo confrontados com os de medição física tradicional (poliestireno) (Figuras 10 e 12).

O método desenvolvido que temos vindo a aplicar (conjuntamente com Francisco López Fraile) baseia-se no desenho do interior das peças em formato vetorial (usando Adobe Illustrator, CorelDraw ou AutoCAD), sendo posteriormente convertidos em 3Ds MAX e Rapidform Xor para obter modelos volumétricos 3D a partir da replicação do contorno numa malha entre 16 e 100 vezes (para menor ou maior fiabilidade, respectivamente); a partir desse modelo é possível calcular a capacidade interna (Figura 10.2).

Na aplicação prática deste método às ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, obteve-se um resultado particularmente interessante e revelador. Num primeiro momento, o modelo 3D para o cálculo da capacidade volumétrica foi feito a partir da dimensão máxima do perfil melhor conservado da peça (cf. Figura 10.3, modelos com malha volumétrica a branco). No entanto, as peças apresentam grandes diferenças ao nível do corpo, com fortes assimetrias de perfis e estando mesmo tortas relativamente ao seu eixo, e assim que se gerou o modelo foi imediatamente perceptível que este tinha uma dimensão muito superior à da ânfora, e como tal a sua capacidade seria inflacionada. Assim, considerou-se que seria necessário fazer um ajuste no seu eixo e realizar a modelação do sólido a partir do valor médio do perfil geral, minimizando-se os pontos sobredimensionados (cf. Figura 10.3, modelos com malha volumétrica a amarelo).

Segundo a primeira opção, a de volume máximo inflacionado, obteve-se uma capacidade de 33,6 l para a ânfora MNA.997.2.9 (à esquerda) e de 31 l para a ânfora MNA.997.2.10 (à direita). Com a segunda opção, a do volume médio ajustado, obteve-se uma capacidade de 28 e 27 l, respectivamente. Após ambos cálculos, com base nos modelos digitais, realizou-se a medição tradicional por enchimento das peças com esferas de poliestireno, obtendo-se valores muito semelhantes aos médios ajustados, concretamente de 26 l para a ânfora MNA.997.2.9 e 27 l para a MNA.997.2.10.

Finalmente, as ânforas foram também medidas de forma sistemática no diz respeito aos seus principais aspectos morfométricos. Os dados obtidos e sintetizados em todos os parâmetros analíticos referidos, apresentam-se nas seguintes figuras (Figuras 11 e 12).

A documentação gráfica e fotográfica realizada, bem como os dados morfométricos que foi possível coligir para as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, permitem-nos afirmar que os dados avançados por M. Maia em 1979 estavam, de um modo geral, correctos, e ao mesmo tempo permitem reiterar as leituras e interpretações que têm vindo a apontar estas ânforas como tipologicamente atribuíveis ao tipo Dressel 14.

Ao nível das principais partes que constituem a ânfora (bordo, colo, asas, corpo, fundo) pode assinalar-se, no entanto, que a variabilidade é algo maior que o anteriormente apresentado (Maia, 1979), sendo os parâmetros mínimo e máximo de maior amplitude do que se pensava, o que confere em alguns aspectos às ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim uma maior parecença com outras ânforas Dressel 14 das olarias do Tejo e do Sado, particularmente desta última região.

É o caso, por exemplo, da forma e da dimensão do corpo que, com uma variação entre os 56 e os 65 cm de comprimento e um diâmetro entre os 29 e os 31 cm, se apresenta com um tamanho

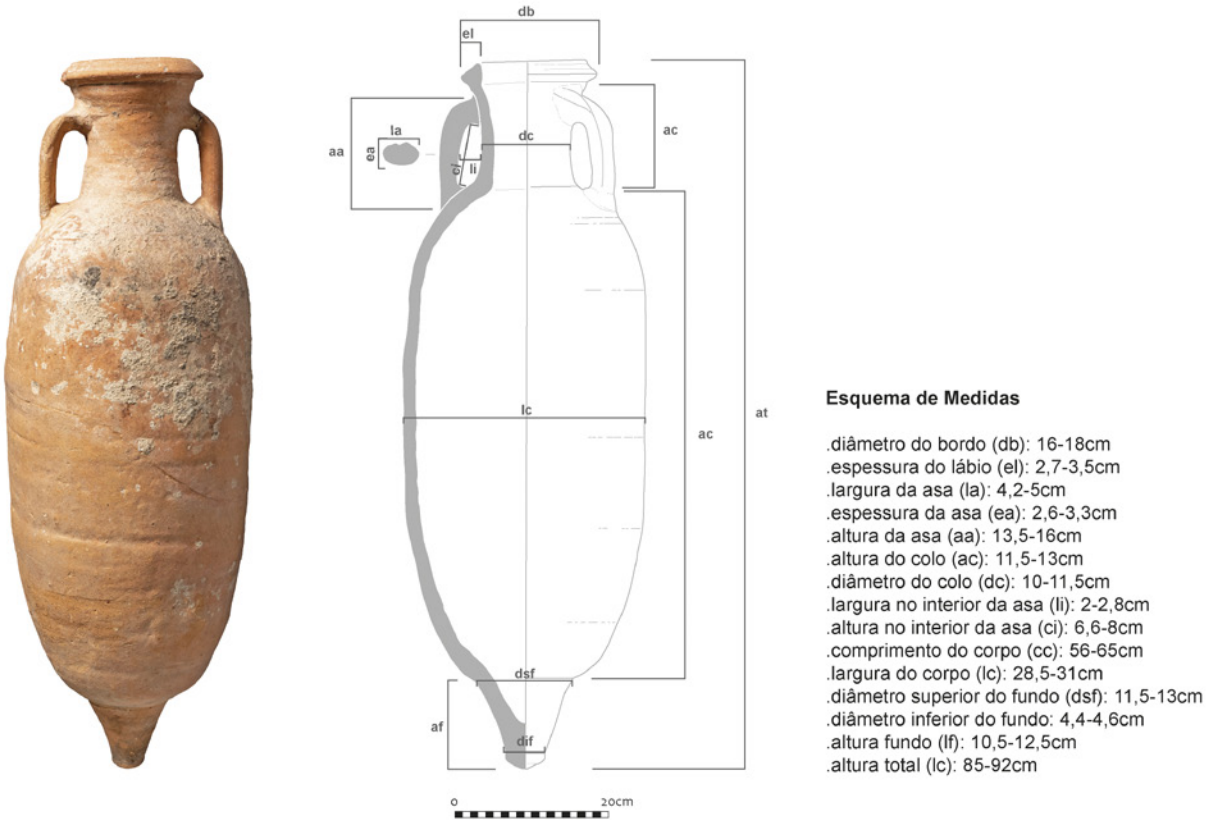


FIG. 11. Esquema de medidas obtidas nos exemplares de São Bartolomeu de Castro Marim e listagem sintetizada das medidas compiladas, com apresentação dos valores mínimo e máximo de cada um dos parâmetros morfométricos.

N.º INV. MNA	LOCAL	PESO	CAPACIDADE 1 (DIGITAL)	CAPACIDADE 2 (POLIESTIRENO)	COMENTÁRIO
997.2.1	S.B.C. Marim	19 kg			
997.2.2	S.B.C. Marim	18 kg			
997.2.3	S.B.C. Marim	20 kg			
997.2.4	S.B.C. Marim	21 kg			fundo separado
997.2.5	S.B.C. Marim	22 kg		30 l	
997.2.6	S.B.C. Marim	22 kg			
997.2.7	S.B.C. Marim	19,5 kg			sem fundo
997.2.8	S.B.C. Marim	21 kg			
997.2.9	S.B.C. Marim	22 kg	28 l	26 l	
997.2.10	S.B.C. Marim	21,5 kg	27 l	28 l	
997.2.11	S.B.C. Marim	—	—	—	incompleta
997.2.12	S.B.C. Marim	—	—	—	incompleta

FIG. 12. Tabela síntese dos pesos e cálculos de capacidade.

idêntico à maior parte das ânforas Dressel 14, produzidas quer nas olarias do Tejo quer do Sado[12]. A grande diferença relativamente a estas radica, basicamente, nas partes que lhe são apensas ao corpo por cima e por baixo, isto é, o fundo e o colo, e na mesma proporção as asas, que no caso das peças de São Bartolomeu, são frequentemente desiguais.

Quanto aos fundos, cónicos e curtos, a maioria apresenta-se semi-oco e com um pequeno botão muito característico, que lhe confere uma aparência quase «glandiforme». Contudo, alguns exemplares apresentam um preenchimento que não nos foi possível confirmar se se trata de um preenchimento original ou da integração de um restauro antigo[13]; assim optámos por diferenciar esse aspecto com uma trama a cinzento claro na sua representação gráfica (cf. Figuras 8 e 9).

No que diz respeito ainda às asas, referir que ostentam sempre um sulco que as percorre longitudinalmente, mais ou menos marcado, e com uma frequente digitação na sua parte inferior, fixando-a fortemente na parede do corpo. De facto, consideramos que é um detalhe tecno-morfológico que merece ser vincado, tal como se verá mais adiante.

Relativamente ao seu peso, registaram-se valores entre os 18 e os 22 kg, com um maior número de exemplares em torno dos 21 kg. Este dado é bastante interessante, se considerarmos que outras Dressel 14, com um maior tamanho total, como pode ser a peça MNA.983.333.61 de Tróia, ou da MNA.997.3.1 da Barrosinha, com a marca TMC, têm 17 e 18 kg, respectivamente. Tal como outros autores já fizeram notar, as produções do Tejo e do Sado, realizadas com argilas de melhor qualidade e plasticidade, têm as paredes mais finas (tendo depois nas Almagro 51C e nas Sado 1/Keay 78 o melhor exemplo), ao passo que as produções algarvias são genericamente mais grosseiras e bastas, tal como nos é revelado pela espessura das paredes das ânforas de São Bartolomeu que chegam a alcançar os 1,6 cm de grossura, como aliás já fizera notar M. Maia (1979).

No que concerne à capacidade, também os dados agora alcançados são muito importantes. No seu trabalho, M. Maia avançou um capacidade estimada de 35 l, contudo as medições agora realizadas com diferentes métodos revelaram capacidades diferentes, mas próximas entre si, entre os 26/27, 28 e 30 litros (cf. Figura 12). Duplamente importante e interessante, é poder verificar-se que se trata de valores equilibrados e, embora inferiores, não distantes de capacidades de Dressel 14 do Tejo e do Sado (veja-se a este propósito Viegas, Fabião e Almeida, no prelo).

Por último, pôde confirmar-se que estas ânforas denotam uma produção pouco cuidada e pouco estandardizada, com os «corpos empenados», para retomar as palavras de M. Maia (Maia, 1979: 142), e com zonas depressionárias localizadas. Efectivamente, no seu processo de manufactura verifica-se ainda que a ligação entre as diversas «partes» da ânfora (bordo e colo, corpo e fundo) foi feita de forma menos aperfeiçoada, assinalando-se frequentemente grandes diferenças na espessura das paredes da ânfora, nomeadamente na ligação do corpo ao fundo. Contudo deve referir-se que nenhum dos aspectos referidos retirou a viabilidade a estas peças enquanto contentores destinados ao transporte de preparados piscícolas. Aliás, o tipo de depósito onde se encontravam – um pouco afastadas do forno e junto ao esteiro da Carrasqueira, no estuário do Guadiana – remete para um contexto em que se encontrariam prontas a serem embarcadas para servir o seu propósito enquanto contentores. No mesmo sentido, e a julgar pela continuidade da produção em etapas seguintes, como parecem testemunhar os exemplares do tipo Almagro 51c recolhidos no local, estamos perante uma olaria que terá laborado até muito possivelmente ao século v d.C.

---

12 Este aspecto adquire especial importância quando se pretende uma aproximação à quantificação dos produtos alimentares transportados em ânforas e ao seu significado económico (Adroher Auroux et al., 2016).

13 Por exemplo, o exemplar MNA.997.2.12 apresentava sinais de restauro com gesso que foi utilizado para unir alguns fragmentos do corpo e para reforço das asas.

5. Reavaliando as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim: voltar atrás, um bocadinho mais à frente

Afinal, de que ânforas falamos quando nos referimos às ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim? Como devemos designá-las e onde podemos procurar a sua origem? Nenhuma destas perguntas tem resposta fácil, ou talvez não as tenha de todo... Pelo que expusemos *supra*, a leitura e interpretação tipológica das ânforas de São Bartolomeu tem seguido várias direcções, um pouco «à boleia» das tendências da investigação nacional e internacional, nem sempre coincidentes. No fundo, não são mais do que o resultado inerente aos estudos cerâmicos, sejam eles as ânforas ou outra classe do *instrumentum domesticum*.

Na realidade passaram 50 anos sobre a sua «exclusão» da forma IV (=Dressel 14), por M. Beltrán Lloris (1970), quase 40 anos da sua «não integração» nas Dressel 14b, por A. J. Parker (1977), que, no entanto, reconheceu a sua singularidade e as apelidou de *sausage-shaped amphoras* («em forma de salsicha»), e outros tantos desde a chamada de atenção para o tipo feita por M. Maia (e até hoje ainda o único estudo específico dedicado às ânforas de São Bartolomeu) (1979). De assinalar, que passaram também 30 anos já desde que a investigação portuguesa se mostrou unânime na Mesa Redonda de Conímbriga (1990), considerando que era à Dressel 14 lusitana que deveriam ser atribuídas estas formas de produção algarvia, ressalvando a sua diferença relativamente às Dressel 14 do Tejo e do Sado (Mayet, 1990; Fabião e Carvalho, 1990; Alves, Diogo e Reiner, 1990). A partir do final dessa década foram-se sucedendo as leituras e interpretações, ora associando o arranque da produção de São Bartolomeu de Castro Marim com a manufactura de «Dressel 14 tardias» (Fabião, 1997), ora desvinculando da Dressel 14 e relacionando com formas de maior antiguidade e afinidade aos tipos Dressel 7 a 11/Beltrán I (Morais e Fabião, 2007), ora reiterando-se a sua atribuição às Dressel 14 e pendendo-se para uma hipotética «conexão bética» (Fabião, 2004, 2008; Viegas, 2016; Bernardes e Viegas, 2016; Viegas, Fabião e Almeida, no prelo).

Em função dos dados atualmente disponíveis, embora sem a pretensão de um estado da arte exaustivo, é possível tecer ainda algumas considerações, já que de entre os vários argumentos esgrimidos uns não excluem necessariamente os outros. Vejamo-los pois.

Em termos formais gerais, fazendo-se uma leitura transversal aos reportórios anfóricos das produções lusitana e bética, é, efectivamente, no tipo Dressel 14 onde radica a maior similitude formal.

Começando esta nossa revisitação e revisão pela Lusitânia, por ser a província onde se localiza o sítio de São Bartolomeu de Castro Marim, é evidente a semelhança com a Dressel 14 lusitana ao nível da forma dos bordos, do corpo, da forma das asas e dos seus detalhes (perfil, secção, sulco longitudinal e digitação de base incluída); a excepção é a dimensão mais pequena dos colos/asas e o fundo, tal como alguns autores já fizeram notar (Fabião, 2004: 401), que tanto lhe conferem o estatuto de «produção afim singular» da Dressel 14, como permitem afastá-la desse tipo (Morais e Fabião, 2007: 131). Certo é que da observação comparada entre a Dressel 14 de Castro Marim e outras Dressel 14 lusitanas, vislumbramos mais semelhanças que diferenças... De facto, mesmo o recorrente argumento da menor dimensão dos colos/asas e fundos, pode ser relativizado quando comparado com o das ditas Dressel 14 var. A do Sado, ou com exemplares menos «canónicos» como os do Pinheiro e Barrosinha, ou ainda com o da denominada Dressel 14 tardia do Pinheiro (Figura 13, n.ºs 5, 3-4 e 7, respectivamente). Ao mesmo tempo, a diferença de tamanho total entre a ânfora de São Bartolomeu e as típicas Dressel 14 var. C do Sado (Figura 13, n.º 6), cifra-se em torno a 10 cm, a mesma que pode ser vista entre estas últimas e as Dressel 14 do Tejo, por exemplo da Quinta do Rouxinol (Figura 13, n.ºs 1-2).

Consideramos que estas diferenças podem ser enquadradas dentro do que se tende a designar como a «assumida variabilidade formal» de um tipo, sem que isso signifique que não possa ser

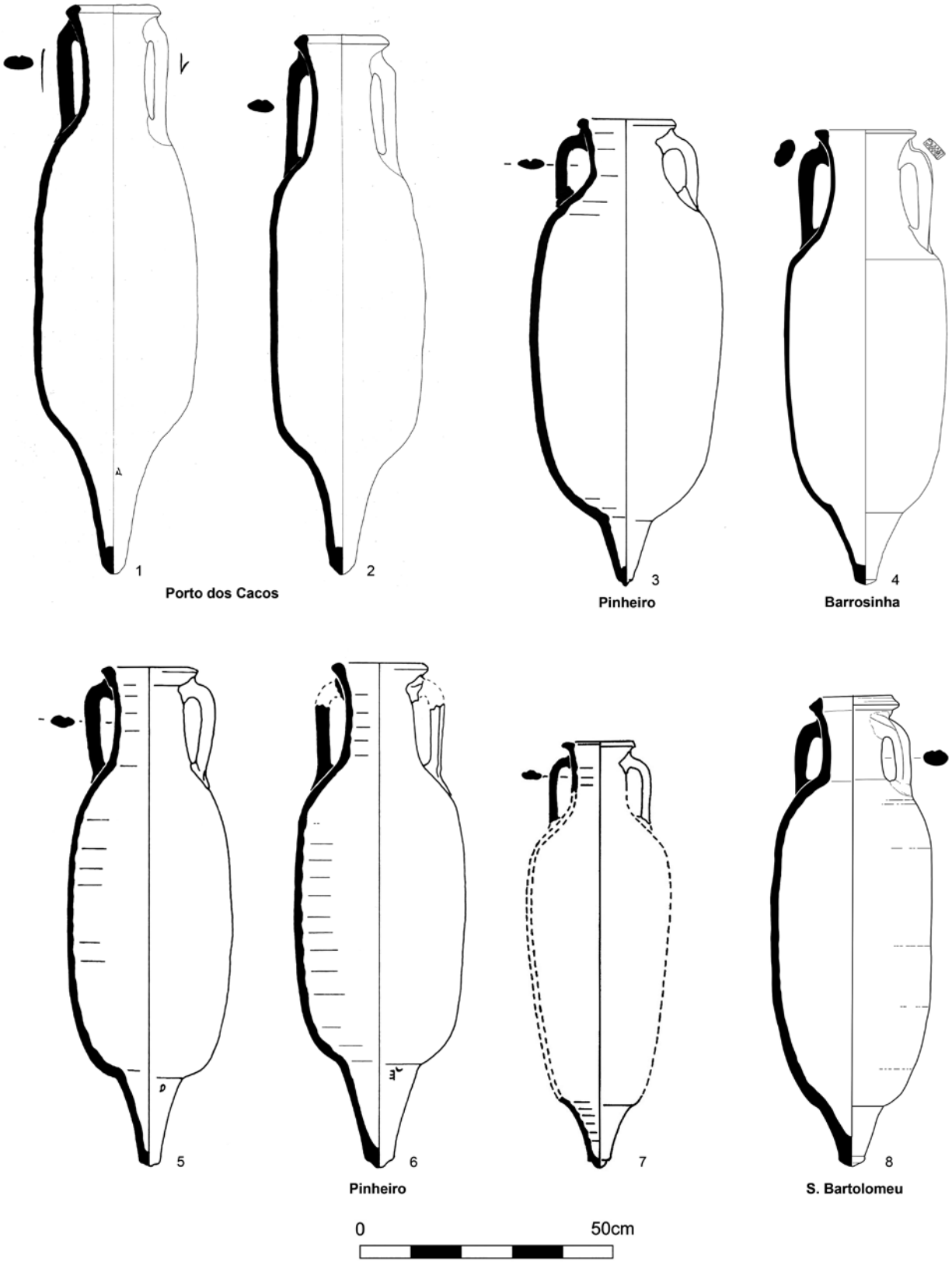


FIG. 13. Comparação entre a ânfora de São Bartolomeu de Castro Marim e Dressel 14 lusitanas. 1-2) Porto dos Cacos (segundo Raposo, 1990: 143, fig. 29, n.ºs 1 e 2); 3) Pinheiro (segundo Mayet e Silva, 1998: 60, fig. 17, n.º 2); 4) Barrosinha (segundo Fabião *et al*. 2016: Estampa 13, n.º 127a); 5-7) Pinheiro; 8) São Bartolomeu [de Castro Marim] (segundo Mayet e Silva, 1998).

entendida como morfologia singular. No fundo, é o princípio subjacente ao reconhecimento de morfologias específicas de um tipo de características de uma determinada região. Tome-se como exemplo o caso da Almagro 50, que apresenta especificidades muito próprias em cada uma das regiões onde é produzida (Vales do Tejo, Sado e Algarve), sem que a sua atribuição ao tipo seja posta em causa (cf. Raposo e Almeida, 2016).

Em termos formais particulares, o quadro de identificação/atribuição e hipotética correspondência com uma das «variantes» de outras regiões produtoras, ganha contornos ainda mais complicados. Também aqui as opiniões têm divergido. Para F. Mayet e C. Tavares da Silva, os investigadores que trabalharam intensamente e sistematizaram a produção anfórica do Vale do Sado, estas ânforas devem ser atribuídas apenas à Dressel 14, que admite algumas variantes, e que a sua produção deve ser enquadrada entre a segunda metade do século I e o século III d.C. (Mayet e Silva, 1998: 35-36); já outros autores (Fabião, 1997, 2004, 2008; Viegas, 2016; Bernardes e Viegas, 2016; Viegas, Fabião e Almeida, no prelo), com base nos seus (já referidos) atributos morfológicos – corpo de forma cilíndrica com tendência para o ovóide, colo troncocónico curto, bordo de morfologia variável mas normalmente com secção triangular ou semicircular ligeiramente voltado para o exterior, e asas mais curtas – têm-na relacionado com a Dressel 14 «tardia».

Os mesmos atributos formais foram também base de argumentação para colocar a hipótese de, mais do que «ânforas do tipo Dressel 14 com singularidade», as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim poderem representar formas de difícil definição, correspondentes aos primeiros tipos de ânforas romanas de cunho provincial produzidos naquela região e, como tal, podendo ser integradas no grupo de tipos Dressel 7 a 11/Beltrán I, por maior afinidade a critérios formais e eventual âmbito cronológico (Morais e Fabião, 2007: 131), concorrendo também nesta direção a marca com *tria nomina* (LFT) associada a este fabrico (Morais e Fabião, 2007). No fundo, representando um outro foco do processo de romanização dos contentores, em consonância com o que se vai conhecendo hoje em dia para os vales do Tejo e do Sado (a este propósito veja-se Almeida e Fabião, 2019; Viegas, Fabião e Almeida, no prelo, para discussão e síntese atualizadas). Ambas as linhas de trabalho são plausíveis e, de facto, as duas têm a sua razão de ser.

No entanto, se para o caso dos Vales do Tejo e do Sado é possível traçar toda a diacronia do processo produtivo oleiro desde meados do século I a.C. aos inícios do III d.C., e atribuir com relativa segurança a cada uma das suas diferentes etapas os contentores que nelas foram produzidos (entenda-se as ânforas), já para o Algarve o cenário do conhecimento é totalmente diferente e não é recomendável definir um quadro produtivo por analogia. A produção de ânforas, de uma primeira fase no Algarve, encontra-se apenas atestada em São Bartolomeu de Castro Marim e no sítio romano da Manta Rota, em ambos com a produção de Dressel 14[14]. Embora a realidade artefactual da Manta Rota seja diferente, com uma amostra muito fragmentária, a análise atenta dos seus fragmentos permite ver que em ambos os sítios estão presentes peças com idênticas características e ambas carecem de balizas crono-estratigráficas para datar o início da sua produção, que terá depois continuado seguramente a partir da segunda metade do século III d.C. (Fabião, 2004; Viegas, 2006; Bernardes e Viegas, 2016). Assim, não existem dados empíricos objectivos para traçar um «antes» e um

[14] Além dos dois centros oleiros do Algarve oriental, julgou-se que a produção de ânforas do tipo Dressel 14 estivesse igualmente documentada no Martinhal, tendo sido essa a classificação atribuída a um conjunto de exemplares daí proveniente (forma Dressel 14 tardia = Martinhal 1) (Bernardes *et al*., 2013). Ainda assim, e nessa mesma ocasião, os autores chamaram a atenção para as «fortes afinidades com exemplares africanos incluídos na forma 25 (subtipo 2/3) da tipologia de Simon Keay (= Beltrán 65A) e que M. Bonifay (2004: 119-122) integra na forma Africana III B/C (tipos 28 e 29)» (Bernardes *et al.*, 2013: 230, nota 4). Actualmente, é esta interpretação que prevalece, valorizando-se o enquadramento desta forma na etapa tardo romana – aliás a única que é conhecida para os fornos do Martinhal. Assim, as supostas «Dressel 14 tardias do Martinhal» correspondem a uma reprodução/interpretação local de ânforas norte-africanas do tipo Keay 25, que pode ser associada à fase final da produção, na segunda metade do século V, numa etapa desta *figlina* em que se verifica uma menor capacidade de estandardização (Bernardes e Viegas, 2016).

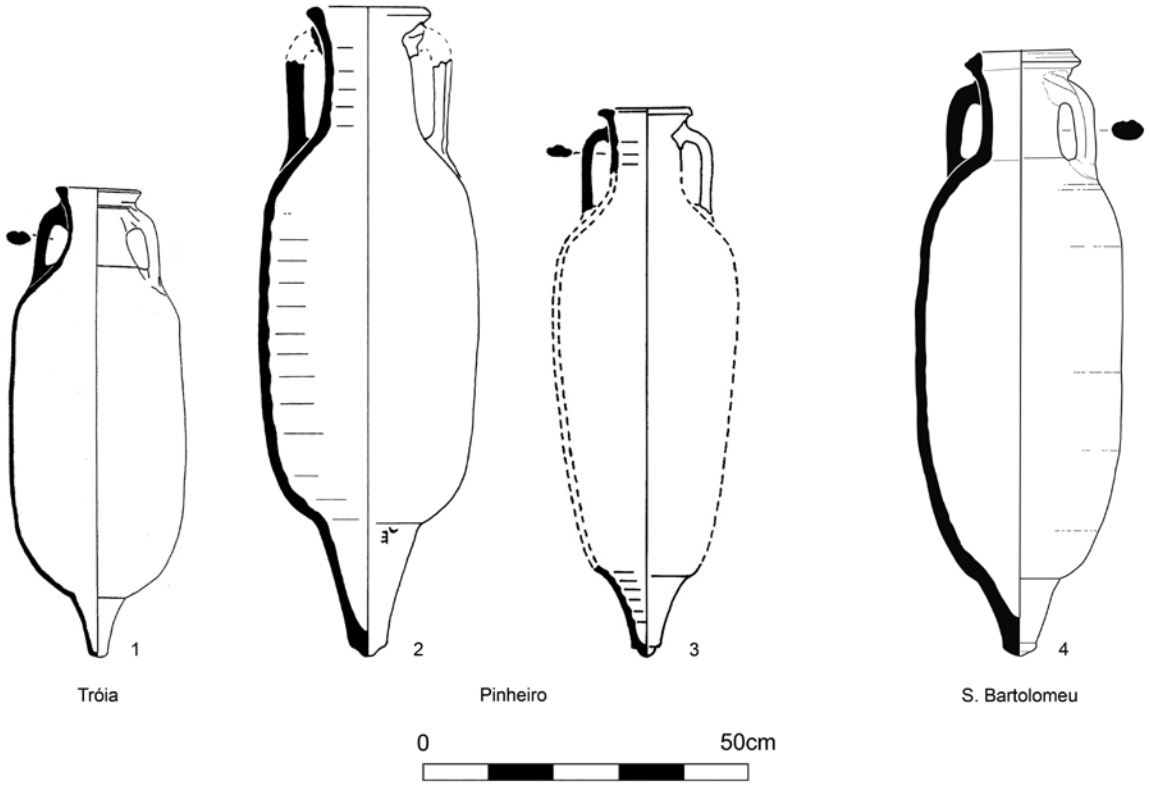


FIG. 14. Comparação entre ânforas «Lusitana Antiga»/Lusitana 12 (1), Dressel 14 var. C (2) do Sado, Dressel 14 tardia do Sado (3) e ânfora de São Bartolomeu de Castro Marim (4). 1) Tróia (segundo Diogo e Trindade 1988); 2-3) Pinheiro (segundo Mayet e Silva, 1998).

«depois» em termos formais, que permitam definir as Dressel 14 de Castro Marim como uma morfologia «antiga», ou uma morfologia «tardia»...

Ainda quanto à possível correlação entre a Dressel 14 de Castro Marim e determinadas variantes tipológicas/cronológicas lusitanas, uma vez mais, a observação formal comparada (Figura 14) permite aferir e inferir dados interessantes. Por um lado, embora sejam claras as semelhanças existentes ao nível da forma e da métrica entre os colos/asas e fundos curtos dos tipos «Lusitanos Antigos» e das ânforas de São Bartolomeu, estas últimas, são claramente maiores que todos estes tipos atualmente conhecidos (cf. Almeida e Fabião, 2019, para uma sistematização atualizada), pelo que estamos em crer, que não se tratará dessa realidade. Por outro lado, é também evidente o nível de parecença entre a dita Dressel 14 tardia e as ânforas de São Bartolomeu; é compreensível, e mesmo tentador, relacionar ambas, sobretudo em aspectos formais como podem ser os bordos de formas triangulares, as asas e colos curtos, o corpo com tendência ovóide e até mesmo o fundo curto e oco ou semi-oco, com a presença de um pequeno botão mais ou menos marcado. Mesmo a altura total é aproximada, embora a primeira seja sensivelmente mais pequena (c. 80 cm) que as de São Bartolomeu (85-92 cm). Por último, a diferença mais substancial radica na capacidade da ânfora. Embora não se conheça à data nenhuma Dressel 14 tardia inteira ou quase completa, a proposta de reconstituição da forma revela um contentor de menor capacidade, que deverá rondar os 20-23 l, tal como o tipo Lusitana 12; assim, a capacidade das ânforas de São Bartolomeu (26/27-30 l) posiciona-se entre estas e a praticada nas Dressel 14 «canónicas», produzidas nas olarias do Tejo e do Sado (31-35 l) (cf. Viegas, Fabião e Almeida, no prelo).

Por último, quanto à hipotética filiação e origem da forma algarvia, o caminho para a sua compreensão é igualmente sinuoso. As questões de fundo foram já sagazmente colocadas anterior-

mente por vários autores; se alguns dos dados disponíveis se viram ampliados, sobretudo para território espanhol, outros conheceram poucos avanços, como é o caso do português, não sendo por isso ainda possível obter respostas categóricas.

Fazendo uso das palavras de C. Fabião (quem mais tem refletido sobre estas questões), hoje totalmente válidas e assertivas, não é ainda fácil aferir se o fabrico/produção da Dressel 14 no Algarve se deveu a «(...) *uma continuada influência das tradições andaluzas ou se, pelo contrário, documenta a expansão para sul das práticas lusitanas* (...)» (Fabião, 1997: 41). No entanto, o mesmo autor tem vindo a alavancar mais a origem para uma «conexão bética», eventualmente a partir do século I d.C., dado que as ânforas de Castro Marim «(...) *patenteiam afinidades com as produções béticas dessa época* (...)», tendo uma morfologia geral muito aproximada a algumas das produções da vizinha Bética, mas diferindo um pouco pelo menor tamanho total e por um corpo com uma tendência mais ovóide (Fabião, 2004: 401; 2008: 729).

Neste ponto em concreto, consideramos que são cada vez mais sólidas as pistas em direção a um quadro produtivo de formação lusitana, em detrimento de umas ténues afinidades com as produções béticas, já que praticamente não observamos eventuais similitudes com as formas Dressel 14 produzidas nessa província, e menos ainda com as da família dos tipos Dressel 7 a 11. Percorrendo transversalmente o universo da vizinha Bética, nas várias regiões e lugares produtores, que sabemos hoje terem produzido Dressel 14, desde o âmbito atlântico da Baía de Cádis, passando pelos mediterrânicos da baía de Algeciras e terminando nos importantes focos oleiros das costas de Málaga e Granada, constatamos que as semelhanças são menores do que outrora equacionadas.

Embora se possa reconhecer uma enorme variedade morfológica nas várias regiões da Bética, fruto dos, aproximadamente, três séculos que durou a produção do tipo nesta província, a tendência esboçada parece ser a de corpos mais cilíndricos com os colos e fundos mais diferenciados durante os séculos I-II d.C. e corpos mais piriformes a partir da segunda metade do II e durante o século III d.C. (García Vargas, 2001: 84; Bernal Casasola, 2001: 278-279).

Na primeira etapa, compreendida entre o século I e a primeira metade do II d.C., a produção na baía de Cádiz está atestada em pequena escala em Puente Melchor com bordos arredondados e perolados, com colos altos e verticais, durante os séculos I-II d.C. (García Vargas, 2001; Lavado Florido, 2004). Idêntico é o caso na produção alto imperial na Baía de Algeciras, que revela que em Guadarranque (Beltrán Lloris, 1977) e Villa Victoria (Bernal Casasola *et al.*, 2004a) se produzem as Dressel 14 com bordos arredondados e perolados, com colos aparentemente altos e verticais, atualmente datados em momento avançado do século I d.C. (Bernal Casasola *et al.*, 2004b). Na *figlina* de Venta del Carmen são vários os tipos de bordos que coexistem entre a primeira metade do século I e época tardo-flávia, existindo bordos triangulares pouco marcados, mas uma especial profusão de bordos amendoados e arredondados espessados ao exterior (Bernal Casasola, 1998a: 159-164).

A par destas, encontra-se a profícua produção da área de Málaga, sempre após meados do século I d.C. e durante o século II d.C., sendo conhecida a sua produção em Manganeto, Haza Honda, Calle Carretería, Martiricos, Huerta del Rincón e Finca del Secretário, também com grande diversidade formal ao nível dos bordos, que se apresentam espessos, arredondados e voltados para o exterior, assentes em colos cilíndricos altos e bem diferenciados do corpo, tal como os seus fundos (cf. García Vargas, 2001: 82-84 e Corrales Aguilar, Suarez Padilla e Arancibia Román, 2018, para sínteses mais abrangentes).

Durante a etapa mais tardia, compreendida entre a segunda metade do século II e o III d.C., observa-se uma menor estandardização e maior heterogeneidade formal ao nível dos bordos, que podem ser arredondados, amendoados ou com molduras exteriores, como por exemplo em Loma de Ceres (Gener *et al.*, 1994; Bernal Casasola e Navas Rodríguez, 1998) ou Los Matagallares (Bernal Casasola, 1998: 239-249), ambos em Granada, à data a única região bética onde está documentada

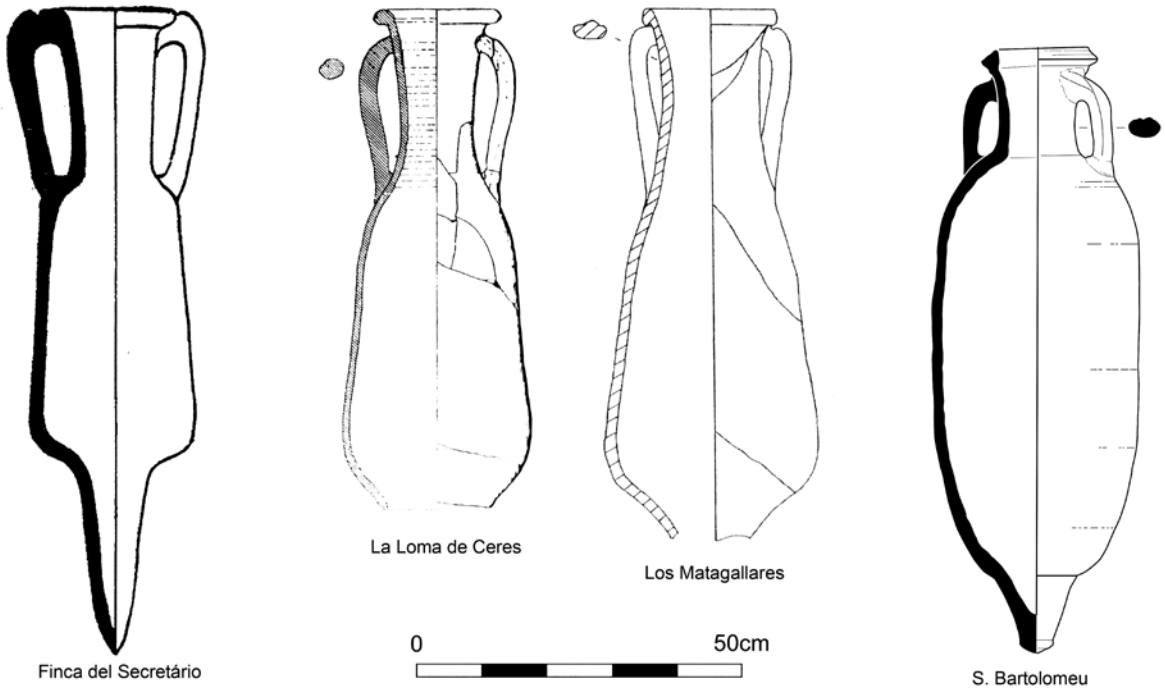


FIG. 15. Comparação entre ânforas Dressel 14 béticas dos séculos I-II (Finca del Secretário), séculos II e III d.C. (La Loma de Ceres e Los Matagallares, segundo Bernal Casasola, 2001) e ânfora de São Bartolomeu [de Castro Marim].

a produção deste tipo em momentos mais avançados (Bernal Casasola, 1998: 239-249; Bernal Casasola, 2001: 278-279).

Em função do exposto, consideramos que as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim apresentam manifestamente maiores afinidades com as produções de Dressel 14 do âmbito lusitano, possivelmente com as da área do Sado, mais do que com qualquer outra produção conhecida na vizinha província da Bética, podendo corresponder a «(...) *uma expansão para sul das práticas lusitanas* (...)», para utilizar uma vez mais as acertadas palavras de C. Fabião quando abordou este tema pela primeira vez (1997: 41). Quanto à forma propriamente dita, não é fácil, nem será talvez sensato, discernir se estamos ante uma morfologia efectivamente correspondente a uma Dressel 14 tardia, ou se «apenas» uma forma singular e interpretação local, que cabe dentro do que se poderia assumir dentro da variabilidade do tipo Dressel 14. Por outras palavras, trata-se apenas da Dressel 14 algarvia, uma forma com características próprias, que carece de outros epítetos à falta de dados mais sólidos...

O início da produção do tipo regionalmente, ainda que em momento difícil de determinar, poderia ser equacionável no século II d.C. (para não corrermos o risco de fazer recuar uma datação para a qual não existem bases empíricas). A existência da marca LFT e de um hábito epigráfico com pouca expressão local, ainda que entendido como sinal de relativa antiguidade, não destoa de um contexto produtivo desta cronologia.

Questões de maior precisão tipológica relativamente aos seus detalhes morfológicos, reconhecidamente singulares, bem como do período de laboração das olarias onde foram produzidas estas ânforas (de momento São Bartolomeu de Castro Marim e Manta Rota), impossíveis de ser aferidos pelos materiais conhecidos, apenas poderão ser esclarecidos com escavações futuras que coloquem diretamente questões para a sua resolução, que permitam tipificar e seriar local e regionalmente essas produções, bem como dotá-las de parâmetros cronológicos.

Do mesmo modo, a caracterização sistemática das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, que agora se logrou realizar, permitirá certamente perceber melhor o tipo de circulação e

difusão que estes contentores conheceram. Neste sentido, foi já possível identificar um exemplar destas ânforas que se encontra depositado no Museu de Faro, que será muito possivelmente uma ânfora de São Bartolomeu, como foi recentemente proposto (Almeida, 2019: 64). Desconhece-se a origem e as condições da incorporação desta peça no Museu de Faro, mas é possível que possa corresponder ao exemplar referenciado por Parker, para o qual alvitrou poder ter sido recolhido em São Bartolomeu de Castro Marim (Parker, 1977: 37, Fig.10).

6. ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

A reanálise da coleção e a reelaboração da documentação primária das ânforas do depósito de São Bartolomeu de Castro Marim permitiram relocalizar e reunir, várias décadas depois, a totalidade do conjunto trazido para o Museu Nacional de Arqueologia por J. L. de Vasconcelos, formado por 12 exemplares. Os números de inventário das duas ânforas agora localizadas e que permitem a recuperação da informação são: MNA 997.2.11 e 997.2.12. Esta investigação e o seu resultado constitui mais uma prova da necessidade de se estudar os conjuntos artefactuais em estreita ligação com a abundante documentação de diversa natureza, que se conserva no Arquivo Histórico do Museu e que permite a reconstituição do seu trajecto na instituição e na investigação, possibilitando não só completar a biografia de cada objecto, mas também contribuir para a reconstituição da história das investigações nos sítios arqueológicos prospectados ou escavados pelos Directores e equipas do Museu.

O estudo agora realizado, que também se enquadra no âmbito da preparação do volume de Inventário da Reserva das Ânforas do MNA[15], tornou ainda possível apresentar desenhos detalhados e fotografias de qualidade do estado atual das peças e elaborar medições de capacidade com aplicação de métodos inovadores (3D), e outros tradicionais, e continuar a aumentar a base de dados empírica que se tem vindo a constituir para o material anfórico lusitano, bem como documentar toda uma série de outros dados mensuráveis e de características morfológicas e tecnológicas que, em primeira instância, são as que permitem uma comparação morfológica a nível intra e supra-regional, e eventualmente um posterior enquadramento e discussão provincial ou até mesmo extra-provincial. A afiliação das Dressel 14 algarvias nas produções lusitanas dos vales do Tejo e Sado (e não na vizinha província da Bética) pôde também ser avançada, tendo por base o registo rigoroso agora realizado e atendendo aos dados hoje conhecidos das produções de ambos os lados do Guadiana.

Embora a grande maioria das olarias conhecidas em território algarvio tenha laborado em épocas mais tardias (entre os séculos III-IV d.C.) e se tenha dedicado a produzir um característico repertório formal centrado em ânforas como a Almagro 51C, Algarve 1 e Almagro 50 – nesta ordem de importância, respectivamente – a olaria de São Bartolomeu de Castro Marim, tal como a de Manta Rota, curiosamente as mais orientais do Algarve e mais próximas conhecidas ao Guadiana, produziram ânforas do tipo Dressel 14, muito provavelmente nos séculos II-III d.C., ou talvez até mesmo um pouco antes.

Acreditamos ainda que o aprofundamento da caracterização dos tipo anfóricos lusitanos, como o que aqui ensaiamos, constitui um aspecto essencial na investigação actual sobre o papel económico da Lusitânia no contexto da interdependência provincial. Só desta forma será possível uma correcta identificação dos exemplares lusitanos e aferir do peso e significado da comercialização dos produtos lusitanos à escala do império romano.

---

15 Cf. o apontamento sobre o estudo e futura publicação do Inventário da Reserva de Ânforas do MNA, a propósito da notícia da ânfora Pascual 1 de Torre d'Aires (Boletim MNA Digital n.º 43 de Abril de 2018. https://us10.campaign-archive.com/?u=209de377fc807fad1dababd6d&id=5b88a339bf).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADROHER AUROUX, A. M.; CARRERAS MONFORT, C.; ALMEIDA, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; MOLINA VIDAL, J.; VIEGAS, C. (2016) – Registro para la Cuantificación de Cerámica Arqueológica: Estado de la Cuestión y una Nueva Propuesta. Protocolo de Sevilla (PRCS/14). *Zephyrus*. 78, p. 87-110.

ALARCÃO, J. (1973) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

ALMAGRO, M. (1955) – *Las necrópolis de Ampurias*, vol. II. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona.

ALMEIDA, R. R. de; FABIÃO, C. (2019) – The 'early production' of Roman amphorae in Ulterior / Lusitania. State of play of a universe (still) under construction. In GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R. de; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; SÁEZ ROMERO, A. M. (eds.), *The Ovoid Amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*, p. 175-190.

ALMEIDA, R. R. de (2019) – As ânforas. In LOPES, M. (coord.) *O Mosaico do Oceano. Um tesouro intemporal de Ossónoba*. Faro: Câmara Municipal de Faro / Museu Municipal de Faro. p 62-73.

ALVES, F. J. S.; DIOGO, A. D.; REINER, F. (1990) – A propósito dos fornos de cerâmica lusitano--romanos de S. Bartolomeu do Mar. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. (eds.) – Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio local. Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 193 -198. (Actas das Jornadas de estudo. Conimbriga, 1988).

BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – *Las Ánforas Romanas en España*. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico".

BELTRÁN LLORIS, M. (1977) – Problemas de la morfología y del concepto histórico-geográfico que recubre la noción tipo. Aportaciones a la tipología de las ánforas béticas. In *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des amphores*. Collection de L'École Française de Rome 32, p. 97-117

BERNAL CASASOLA, D. (ed.) (1998). Los Matagallares (Salobreña, Granada). Un Centro Romano de Producción Alfarera en el Siglo III d.C., Salobreña.

BERNAL CASASOLA, D. (dir.) (1998) – *Excavaciones Arqueológicas en el Alfar Romano de la Venta del Carmen, Los Bárrios (Cádiz). Una Aproximación a la Producción de Ánforas en la Bahía de Algeciras en Época Altoimperial*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.

BERNAL CASASOLA, D. (2001) – La producción de ánforas en la Bética en el siglo III y durante el Bajo Imperio Romano. In Bernal Casasola, D. e García Vargas, E. (eds.), *Congreso Internacional. Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el imperio romano. Actas* 1, Écija, p. 239-372.

BERNAL CASASOLA, D.; ROLDAN GOMEZ, L.; BLANQUEZ PÉREZ, J.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J.; PRADOS MARTÍNEZ, F. (2004a): Las Dr. 2-4 béticas. Primeras evidencias de su manufactura en el conventus Gaditanus. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., (eds.) *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*.B.A.R. International Series. Oxford. p. 633-648.

BERNAL CASASOLA, D.; ROLDÁN GÓMEZ, L.; BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; PRADOS MARTÍNEZ, F.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2004b) – Villa Victoria y el barrio alfarero de Carteia en el s. I d.C. Avance de la excavación del año 2003. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., (eds.) *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae.Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. B.A.R. International Series. Oxford. p. 457-472.

BERNAL CASASOLA, D.; NAVAS RODRÍGUEZ, J. (1998) – La producción alfarera en la costa granadina en época romana. In BERNAL CASASOLA, D. (ed.), *Los Matagallares (Salobreña, Granada). Un Centro Romano de Producción Alfarera en el Siglo III d.C.*, Salobreña, 1998, pp. 65-100.

BERNARDES, J. P.; VIEGAS, C. (2016) – Roman Amphora Production in the Algarve (Southern Portugal). In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. de; MARTIN, A. (eds.) *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10), p. 81- 92.

BERNARDES, J. P.; MORAIS, R.; PINTO, I. V.; DIAS, R. (2013) – A olaria baixo-imperial do Martinhal, Sagres (Portugal). In BERNAL, D.; JUAN, L. C.; BUSTAMANTE, M.; DÍAS, J. J.; SÁEZ, A. M. (eds), Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania, p. 317-329. Cádiz, Universidad de Cádiz.

CORRALES AGUILAR, P.; SUAREZ PADILLA, J.; ARANCIBIA ROMÁN, A. (2018) – La elaboración de ánforas en la Bahía de Malaca: estado de la cuestión, *Ex Oficina Hispania. Cuadernos de SECAH* 3, p. 113-132.

CORREIA, E.; CORREIA, F. R. (2019) – *Salvaguarda do forno romano de S. Bartolomeu do Sul, Castro Marim. Relatório Final. Sítio dos Olhos, fracção 58/BS 8950-270*, Castro Marim. Policopiado.

CORREIA, V. (1928) – O Domínio Romano. In PERES, D., *História de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.

DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. (2016) – Geochemical fingerprints of Lusitanian amphora production centres: Tagus, Sado, Algarve and Peniche. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. de; MARTIN, A. (eds.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10), Oxford: Archaeopress, p. 95-103.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1988) – Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação das ânforas romanas em território português. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 16, p. 187-220.

EDMONSON, J. C. (1987) – *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series 362).

ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques: Trois clés de l'économie de l'Hispanie romaine*. Paris, Ed. De Boccard.

FABIÃO, C. (1997) – A exploração dos recursos marinhos. In ALARCÃO, A. (dir.) *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 35-58.

FABIÃO, C.; CARVALHO, A. (1990) – Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio* (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988). Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 37-63.

FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.), *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C – VII d.C.)* (Cádiz, Noviembre 2003). Oxford: Achaeopress (BAR, Int. series 1266) p. 379 -410.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2004) – Epigrafia anfórica da Lusitânia: uma perspectiva. In REMESAL, J. (ed.) *Epigrafía anfórica – workshop de Barcelona* (2003). Barcelona: Univ. de Barcelona, p. 221-244. (Col Instrumenta, 17).

FABIÃO, C. (2008) – Las ánforas romanas de Lusitania. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cadiz, p. 725-745.

FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R. de; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) – Marcas de *ânforas* romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa / Union Académique International / Faculdade de Letras de Lisboa, UNIARQ.

GARCÍA VARGAS, E. (2001) – La producción de ánforas "romanas" en el sur de Hispania. República y Alto Império. In *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Império Romano* (Écija-Sevilla 1998. Écija, Editorial Sol, p. 57-174.

GARCÍA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D. (2008) – Ánforas de la Bética. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. (eds), Cerámicas Hispanorromanas: un estado de la cuestión, Cádiz, p. 661-688.

GENER BASALLOTE, J. M.; MARFIL RUIZ, P. F.; PUENTEDURA BEJAR, M. (1993) – Loma de Ceres, un centro de producción anfórico. In *Congresso Peninsular de História Antiga* 2, Coimbra, p. 971-993.

HUBNER, E. – *Corpus Inscriptiorum Latinarum*, III Supplemento, n.º 6255, 7, página 1011.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.). (Coll. Instrumenta; 11). Barcelona: Universitat de Barcelona.

LAVADO FLORIDO, Mª. L. (2004) – El complejo industrial de Puente Melchor: el centro productor, la organización del espacio y su área de influencia. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.) *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae.Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C. – VII d. C.)*. B.A.R. International Series. Oxford. p. 473-487.

MAIA, M. (1979) – As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 1, p. 141-144.

MAÑÁ, J. Mª. (1951) – Sobre la tipología de las ánforas púnicas. In Crónica del VI Congreso del Sudeste Español, Alcoy 1950. Cartagena, p. 203-21.

MAYET, F. (1990) – Typologie et chronologie des amphores Lusitaniennes. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio* (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988). Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 29-35.

MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel, Paris: de Boccard.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) – L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal), Paris: de Boccard.

MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVALO GONZÁLEZ, A. (eds), *CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Actas del congreso Internacional de Cádiz,* BARIntSer 1686, p. 127-133.

PARKER, A. J. (1977) – Lusitanian Amphoras, VV.AA. *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des amphores*. Collection de L'École Française de Rome 32, p. 35-46.

PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman economy. An Introductory Guide*. London: Longman.

RAPOSO, J. (1990) – Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no Vale do Tejo. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio* (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988). Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 117-151.

RAPOSO, J.; ALMEIDA, R. R. de – Almagro 50 (Lusitania Ocidental), Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo <http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-50-western-lusitania>(20 julio 2016), (25.6.2021).

RAPOSO, J. ; VIEGAS, C. – Dressel 14 (Lusitania Occidental)‹, Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-western-lusitania> (20 julio 2016), (10.6.2019).

SANTOS, M. L. E. V. A. S. (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, p. 351-356.

VASCONCELOS, J. L. de (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. S. 1. 4, p. 329 -336.

VASCONCELOS, J. L. de (1900) – Da Lusitania à Bética. *O Arqueólogo Português*. S. 1, 5, p. 225 -249.

VASCONCELOS, J. L. de (1915) – *Historia do Museu Etnológico*. Lisboa

VASCONCELOS, J. L. (1919-20) – Aquisições do museu Etnológico Português, *O Archeologo Português*. Série 1, vol 24, p. 242.

VEIGA, S. P. M. E. (1877-8) – *Catálogo dos Monumentos e Objectos de Arte Antiga Descobertos e Obtidos no Reconhecimento das Antiguidades do Distrito de Faro, feito desde Março de 1877 até Outubro de 1878, para o levantamento da Carta Archeologica do Algarve em virtude da Portaria de 15 de Janeiro de 1877*, p. 54/105 e 55/106.

VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos, *O Arqueológo Português*. Vol. XV, p. 209-233.

VIEGAS, C. (2006) – O Forno romano da Manta Rota (Algarve). *Setúbal Arqueológica* 13, p. 177 -196. (Simpósio Internacional "Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Série estudos e Memórias. Lisboa: UNIARQ. 3

VIEGAS, C. (2016) – «Dressel 14 (Meridional Lusitania)», Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption (http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-meridional-lusitania), 20 July, 2016.

VIEGAS, C.; FABIÃO, C.; ALMEIDA, R. R. de (no prelo) – Standardization of the Lusitanian amphorae: between convergence and diversity. In 'Regional Convergences: Mass Production and the Development of Roman and Byzantine Amphora Standardization' (Atenas, 16-18 Outubro 2017).

MANUSCRITO

Carta de Francisco Silvestre de Sousa Rocha para José Leite de Vasconcelos, primeira referência ao sítio de São Bartolomeu de Castro Marim, em 4 de Fevereiro de 1895 (doc. 19942 – Legado de José Leite de Vasconcelos, Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia).

ENDOVÉLICO

https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=53270

Nos tempos medievais e modernos

PESCA SAZONAL, NO SÉCULO XII, NA COSTA OCIDENTAL DO ALGARVE – O CASO DA PONTA DO CASTELO (CARRAPATEIRA, ALJEZUR)

ROSA VARELA GOMES[1]

RESUMO

A Ponta do Castelo localiza-se em alto promontório, que entra pelo mar, e ali identificámos os testemunhos de dezanove estruturas habitacionais que apresentam crescimento orgânico, ou seja, não planeado, e arquitectura singela. O espólio exumado é diversificado, recolhido tanto no interior como no exterior das casas, e inclui objectos de pedra, metal ou de cerâmica. A localização deste assentamento, as casas reconhecidas, assim como a cultura material ali recolhida, indicam ocupação sazonal por comunidade que se dedicaria principalmente a actividades relacionadas com a exploração de diferentes recursos marinhos, nomeadamente à pesca.

PALAVRAS-CHAVE: Ponta do Castelo, aldeia de pescadores, século XII.

ABSTRACT

Ponta do Castelo is located on a high promontory jutting out into the sea. There we identified the remains of nineteen housing structures evidencing organic growth, in other words, with unplanned layout and plain architecture. The archaeological remains unearthed inside and outside the houses are diversified, including stone, metal and ceramic artefacts. The location of this settlement, the type of houses identified, as well as the cultural material collected there are signs of a seasonal occupation by a community that would be mainly dedicated to activities linked to the exploration of various maritime resources, specifically by fishing.

KEYWORDS: Ponta do Castelo, fishing village, 12th century.

1 Instituto de Arqueologia e Paleociências NOVA FCSH; História, Territórios e Comunidades – CFE NOVA FCSH. rv.gomes@fcsh.unl.pt

INTRODUÇÃO

A Ponta do Castelo situa-se em esporão de alta arriba da agora denominada Costa Vicentina, com vertentes quase perpendiculares ao mar, na zona costeira da Carrapateira, a norte da Praia do Amado. A área contendo testemunhos arqueológicos mede, actualmente, 57 m de comprimento por 21 m de largura máxima.

Imediatamente a norte daquele arqueossítio encontra-se pequena enseada abrigada, denominada Portinho da Carrapateira que, ainda hoje, serve de ancoradoiro e de porto a embarcações de pesca artesanal, pertencentes a residentes na povoação da Carrapateira.

O local faz parte, administrativamente, da freguesia da Bordeira, pertence ao concelho de Aljezur e ao distrito de Faro. As coordenadas geodésicas Gauss aproximadas, de um ponto central, do sítio mencionado, são: W 314 232, (segundo a *Carta Militar de Portugal*, folha 592, escala 1:25000, S.C.E.P., 1979), tendo de cota máxima 48 m.

A única referência, de carácter histórico-arqueológico, conhecida para a Ponta do Castelo deve-se a Estácio da Veiga (1887: 310, 311) que efectuou escavações no então denominado «Pontal do Castello» e menciona os seus achados nos seguintes termos: «sete calhaus ..... tendo alguns d'elles manifesto indicio de terem servido de brunidores, e estendendo a escavação para o lado do mar, achei restos de uma casa de forma quadrilonga com uns restos de paredes revestidas de pedras toscas e solo batido. Parecendo-me, porém, que o montículo de conchas em que estavam amontoados

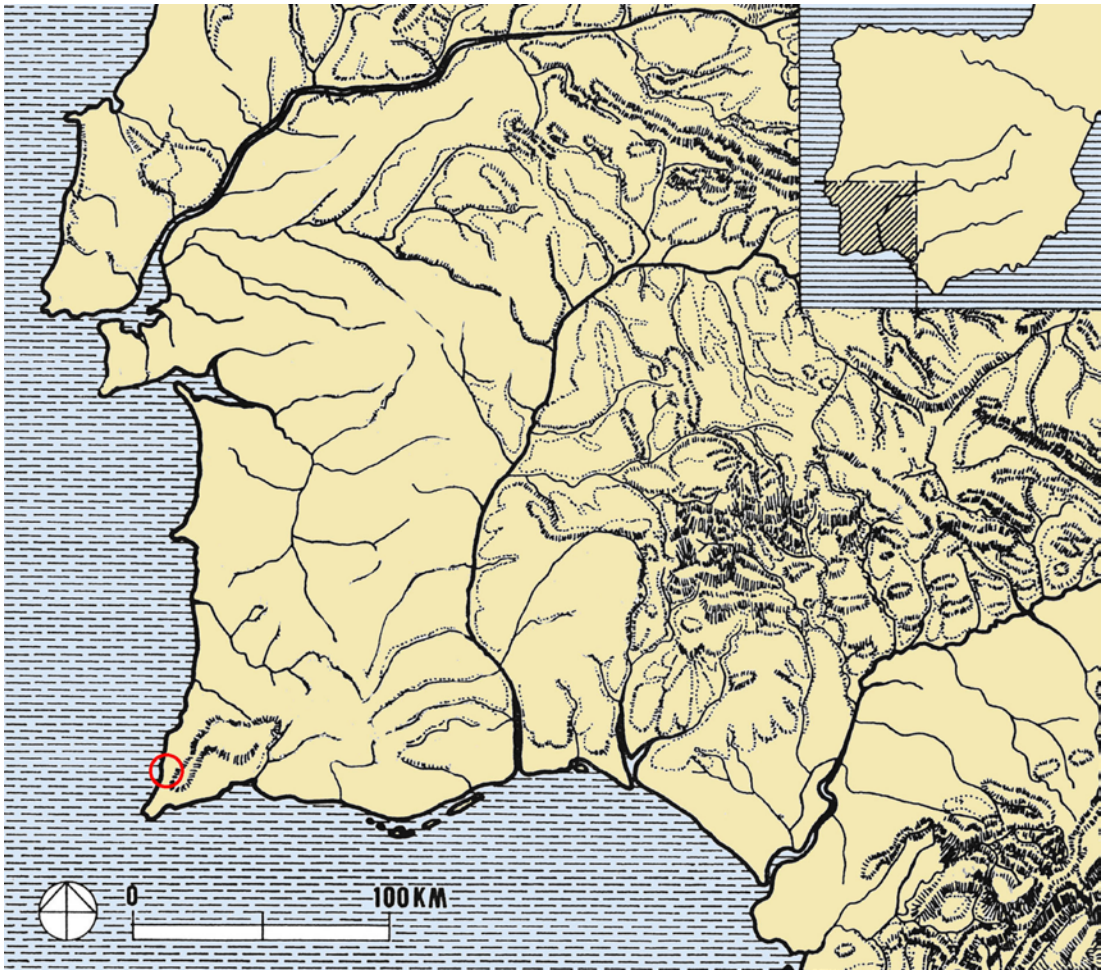


FIG. 1. Ponta do Castelo (Carrapateira, Aljezur) – Localização do arqueossítio.

os calhaus era muito mais antigo que a casa, colligi-os e apresento-os, como podendo ser neolithicos, sem contudo ter seguro fundamento para o afirmar». Como se verifica, não é atribuída cronologia aos restos de «casa» ali reconhecida, nem sequer referido espólio medieval, eventualmente, contemporâneo daquela. No entanto, aquele arqueólogo pioneiro fotografou fragmentos de cerâmicas islâmicas que ali terá exumado, conforme consta no seu arquivo que o Museu Nacional de Arqueologia conserva (Cardoso, 2007: fotos 28, 29). Os quatro fragmentos de cerâmica que constam nas fotografias, como sendo provenientes da Carrapateira, sítio do Castelo (Aljezur), juntamente com outras peças recolhidas em distintos arqueossítios algarvios, não correspondem aos existentes nos depósitos daquele Museu, salvo um deles que consta na foto 28, nº 1. Todavia, com tal proveniência existem nove exemplares, que oferecem, escrita a lápis, eventualmente pelo próprio Estácio da Veiga, a seguinte indicação: «Aljezur. Carrapateira. Sítio do Castello». Todos apresentam distintos números de inventário (998.5.1; 998.5.2; 998.5.3; 998.5.4; 998.5.5; 998.5.6; 998.5.7; 998.5.8; 998.5.9). Oito deles devem ter pertencido à mesma peça, dado que oferecem o mesmo tipo de pasta, tratamento das superfícies e decoração, muito embora não colem entre si, correspondendo um a início de bordo, seis a paredes e um a sector de fundo de recipiente. Outro fragmento fez parte de tampa.

Na primeira visita que efectuámos ao local, em 2000, verificámos que ruínas de edificações ali existentes, encontravam-se em perigo de desmoronamento contribuindo, de igual modo, para a sua total destruição, as numerosas pessoas que o frequentavam, tendo em vista a pesca ou para, simplesmente, dali admirarem a paisagem.

Tornava-se, pois, urgente efectuar intervenção arqueológica. Esta iniciou-se no ano seguinte, em 2001, a que se seguiu uma outra, apenas, em 2008, nas quais participaram alunos da Área de Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Estes trabalhos só foram possíveis graças ao apoio da Câmara Municipal de Aljezur e, em particular, do então Presidente e do Vereador da Cultura, respectivamente, Dr. Manuel José de Jesus Marreiros e Sr. José Manuel Lucas Gonçalves, assim como da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, através do seu vice-presidente na altura, o Sr. José Marreiros.

ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS

Durante as intervenções arqueológicas mencionadas considerámos a existência de camada superficial, constituída por terras de cor castanha clara (5YR 4/6)[2], contendo abundante matéria orgânica. Sob esta identificámos a sucessão estratigráfica a seguir indicada:

Camada 1 – Corresponde a terras compactas, embalando pequenas pedras, de cor castanha clara amarelada (10YR 7/8), apresentando potência que variava entre 0,10 m e 0,20 m. Ofereceu algum espólio muçulmano, a par de escassos exemplares de cerâmica sub-actual;

Camada 2 – Era formada por terras mais compactas que as da camada anterior, possuindo cor castanha avermelhada (2.5YR 4/4) e mostrando potência que, em certos locais, atingia cerca de 0,30 m de espessura, nomeadamente no interior das casas identificadas. Assentava no substrato rochoso, constituído por calcários miocénicos (Ribeiro *et alii*, 1987: 16). Recolhemos espólio medieval muçulmano e, também, alguns artefactos pré-históricos.

[2] Os códigos cromáticos correspondem às *Munsell Soil Color Charts* (1975) e, por isso, devem entender-se como aproximados.

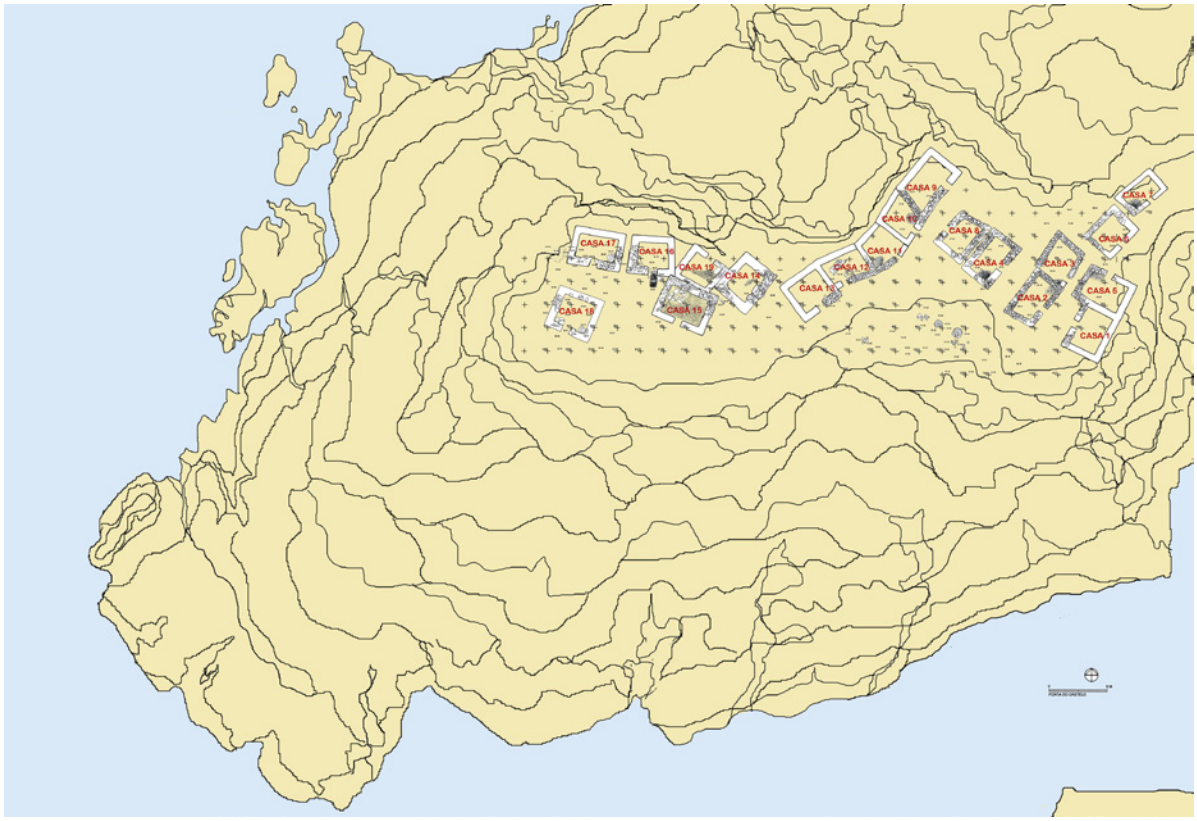


FIG. 2. Ponta do Castelo (Carrapateira, Aljezur) – Planta das estruturas identificadas (lev. J. Gonçalves).



FIG. 3. Vista de Norte, da Ponta do Castelo, a partir do Portinho da Carrapateira (foto de Rita Varela Gomes, 2020).

Identificámos os testemunhos de dezanove estruturas habitacionais[3]. Destas, só nove mostravam parte substancial das paredes que as delimitavam, tendo sido todas edificadas em taipa, muito consistente, sobre enrocamento formado por blocos de calcário local, relativamente bem aparelhados. A taipa utilizada apresentava cor castanha clara, algo amarelada (10YR 6/4), sendo os inertes visíveis, pouco diversificados, constituídos por pequenos seixos, de diferentes rochas, e algumas valvas de moluscos marinhos. As paredes, com espessuras que variavam entre os 0,50 m e os 0,60 m, estavam rebocadas com massa de cal e areia, tendo subsistido alguns sectores, em particular, no interior das casas. Os pavimentos eram de terra batida e, mais raramente, revestidos por massa de cal e areia. Apenas a casa 15 possuía, na extremidade noroeste, parte de pavimento construído com pequenas lajes de calcário, sendo a sua restante superfície empedrada com pequenos seixos que verificámos, de igual modo, existirem no canto sudeste da casa 19.

Somente as casas 14 e 15 apresentavam cobertura com telhas ou, pelo menos, foi onde aquelas foram encontradas. As restantes casas teriam tido coberturas em terraço, estruturadas por madeira, talvez canas, e massa de terra.

As casas reconhecidas, todas providas de planta sub-rectangular, ofereciam áreas úteis distintas, medindo internamente a de maiores dimensões (casa 15) 9,36 m^2 e a de menores (casa 8), apenas, 5,55 m^2 ou seja quase metade daquela primeira. Todas elas constituíam unidades independentes, muito embora pudessem aproveitar paredes de casas que lhes ficassem contíguas, conforme verificámos em relação às casas 1 e 5, 2 e 3, 9 e 10 e entre esta e a 11 e, também, entre as casas 11 e 12 e entre esta e a 13.

Os espaços habitacionais encontravam-se concentrados junto ao lado norte da península e o acesso ao seu interior efectuava-se por um único vão. Um destes era aberto na parede voltada a sudoeste (casas 15 e 18), oito outros a sudeste (casas 2, 3, 4, 9, 11, 12, 13, 14), um a noroeste (casa 8), outro a nordeste (casa 19) ou a sul (casa 16, 17). Não identificámos, na totalidade ou em parte, o acesso ao interior das casas 1, 6, 7 e 10 devido à péssima preservação dos seus testemunhos.

No interior de algumas das casas 2, 3, 4, 5, 7, 10 e 11 foram postas à vista estruturas de combustão, localizadas nos cantos correspondentes às extremidades norte, sul, nordeste ou sudeste, delas subsistindo manchas de terras queimadas, contendo pequenos carvões, com dimensões que variavam entre 0,75 m e 1 m de diâmetro. Apenas a estrutura de combustão identificada na casa 4, era estruturada com pequenas pedras. No interior da casa 2 reconhecemos, próximo da estrutura referida e junto à parede localizada a sudeste, prancha rectangular obtida a partir de grande osso de baleia, medindo 0,89 m de comprimento por 0,25 m de largura, que terá sido utilizada como bancada.

Além dos espaços habitacionais referidos foram, ainda, identificados três fornos (*tannur*), construídos com massa compacta de terra e alguma cal, deles subsistindo, principalmente, as bases. Estes encontravam-se no interior das casas 17 e 18 e um, no espaço exterior, a sul das habitações 2 e 4. As bases destas estruturas possuíam entre 0,70 m e 0,80 m de diâmetro. Próximo daquele último forno existia estrutura de combustão, medindo 0,60 m de diâmetro.

As dimensões da área útil habitacional da Ponta do Castelo, assim como a disposição das edificações reconhecidas, indicam que os espaços de circulação seriam reduzidos e existiria, apenas, caminho principal longitudinal que, a sul, ligaria algumas casas, a partir do qual saíam outros, transversais e secundários, permitindo acesso às restantes estruturas.

É possível que os espaços abertos, junto às casas, fossem utilizados para diferentes actividades quotidianas e, entre elas, na preparação de alimentos, fiação de lã e de linho, mas também na

[3] A numeração das casas efectuou-se em função do desenvolvimento da intervenção arqueológica.



FIG. 4. Praia de Faro. Bilhete postal de 1930 (foto de Mário Lyster Franco).

preparação e secagem de peixe ou das tarefas ligadas à manufactura de linhas e de redes de pesca e o seu arranjo. Estas eram, nas comunidades piscatórias tradicionais, elaboradas ao ar livre, onde o espaço era amplo e beneficiava, grande parte do ano, do calor e da iluminação solar, conforme ainda ocorria na passada centúria no Sul de Portugal.

CULTURA MATERIAL

O espólio exumado neste arqueossítio é diversificado e foi recolhido tanto no exterior como no interior das casas. Ele inclui objectos de pedra (mós manuais e agulha de rede), de metal (liga de cobre – alfinete/ agulha, fusos de roca e espevitador; de ferro – facas, lanças, anzóis, espigões, ferradura, pregos, armaduras de arpão, arrilhada, e prováveis bicheiros para a pesca e copejo do atum. Também se encontraram escórias de ferro); de cerâmica (taças, púcaros, jarros ou jarras, bules, garrafas, alguidares, frigideiras, panelas, cuscuzeiras, cântaros, cantis, potes, talhas, testos e marcas de jogo), além de restos de faunas diversas (mamíferos, aves, peixes, moluscos)[4].

Entre os artefactos de pedra ou de metal, verifica-se que predominam aqueles que se podem relacionar com actividades ligadas à pesca e à recolecção de marisco. Do interior das casas provêm mós de pedra (casa 1), arrilhada (casa 5), bicheiros (casas 3, 5, 6 e 15), fusos (casa 3 e 18), armaduras de flecha e de arpão (casa 6), facas (casas 1, 3 e 18) espevitador e anzol (casa 18).

No que respeita ao espólio cerâmico procedente do interior das edificações verifica-se que as formas mais numerosas pertencem a cântaros, panelas e púcaros (casas 1 e 3), panelas, púcaros e cântaros (casa 2), panelas, cântaros e jarros ou jarras (casa 6), panelas, púcaros e cântaros (casa 7),

[4] Os testemunhos faunísticos encontram-se, presentemente, a ser estudados, respectivamente pelos Professores Doutores Miguel Telles Antunes e Pedro Callapez.

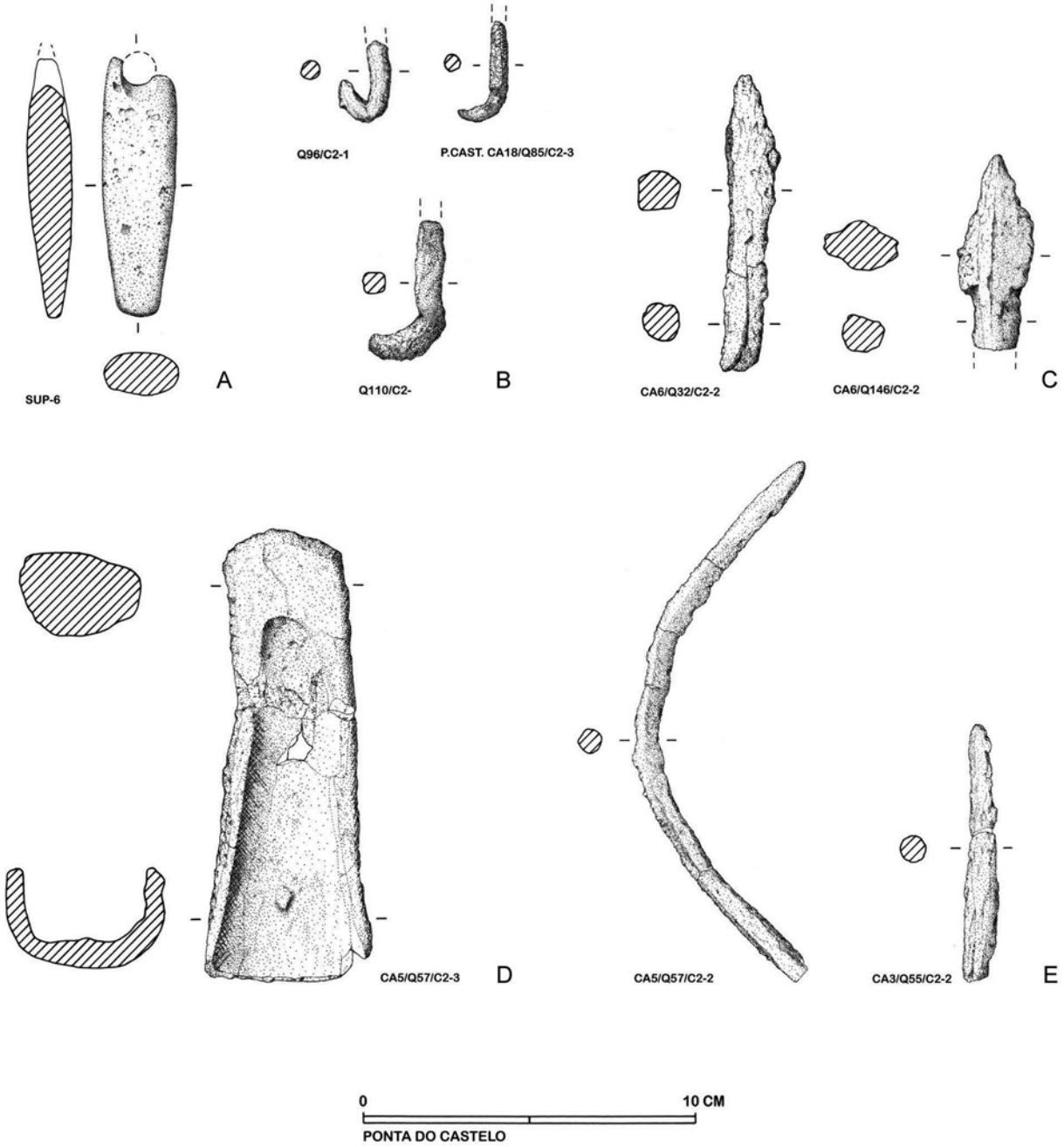


FIG. 5. Ponta do Castelo (Carrapateira, Aljezur). A – agulha de rede; B – anzóis; C – armaduras de flecha e de arpão; D – arrilhada; E – bicheiros (des. J. Gonçalves).

cântaros, panelas e taças (casas 8, 13, 15 e 18), panelas, cântaros e taças (casa 17), panelas, frigideiras e taças (casa 10) e panelas cântaros e alguidar (casa 19). Trata-se, maioritariamente, de peças relacionadas com a confecção e armazenamento de alimentos e, em particular, de contentores para guardar água.

Outras formas são menos numerosas como a cuscuzeira (casa 1) e a talha (casa 9). Identificámos, ainda, fragmentos de bules (casas 1, 2, 4, 5, 6, 9, 11, 14 e 17), potes (casas 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11 e 13), garrafas (casas 3, 14, 15 e 16), cantis (casas 1, 8 e 18), frigideiras (casas 2, 3, 4, 9, 10, 14 e 15), alguidares (casas 1, 2, 3, 5, 6, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19) e marcas de jogo (casas 1, 2, 4, 13, 16 e 18). Verifica-se que os cântaros e as panelas estão presentes praticamente em todas as casas e constituem as formas mais numerosas.

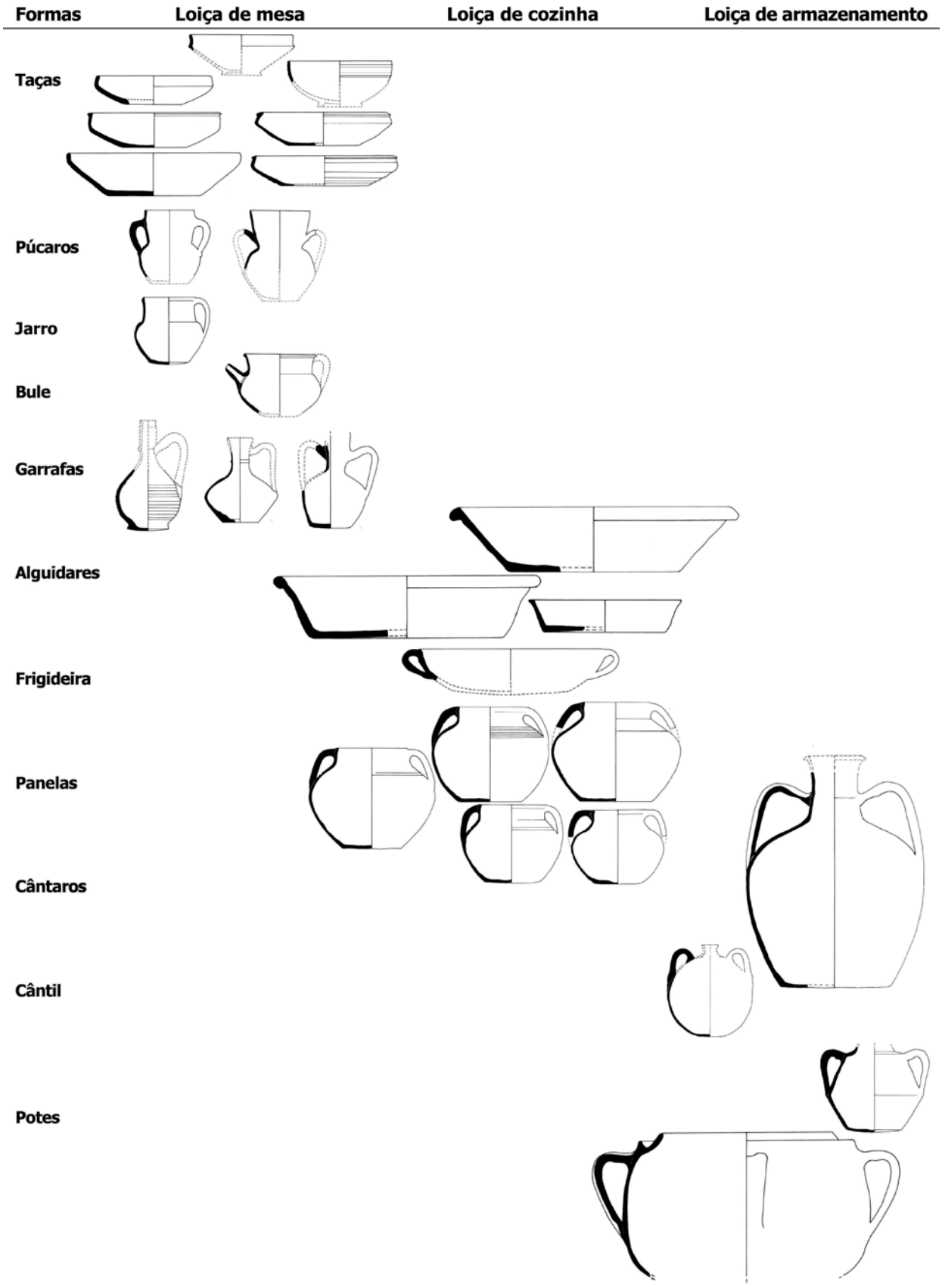


FIG. 6. Ponta do Castelo (Carrapateira, Aljezur) – Formas de cerâmica identificadas e sua funcionalidade.

As cerâmicas foram produzidas, maioritariamente, com pastas claras e vermelhas, sendo escassos os exemplares com as superfícies vidradas ou esmaltadas. Os fragmentos recuperados permitem considerar a existência de loiça de consumo e de produção de alimentos ou de armazenamento.

Importa relevar que entre as cerâmicas exumadas não encontrámos nenhuma lucerna ou lamparina, forma comum nos contextos domésticos. A presença de espevitador poderá indicar que a iluminação das casas se efectuava com peças metálicas ou através da luz das lareiras, aproveitando-se ainda a claridade dos dias que, nos meses de Primavera e Verão, são muito longos, ou da luz lunar, muito presente no Algarve durante aquelas estações.

INTEGRAÇÃO CULTURAL

A localização deste assentamento, em alta península sobranceira ao mar, sugere, dadas as condições habitacionais adversas que proporcionaria, devido aos fortes ventos que se fazem sentir quase todo o ano, acompanhados por grande humidade e, por vezes, intensa pluviosidade, tratar-se de pequeno povoado ocupado, apenas, sazonalmente, quiçá na Primavera e no Verão, estações durante as quais o clima é mais ameno. É possível que a forte consistência da taipa ali identificada esteja relacionada com a intenção de permitir não só uma maior durabilidade construtiva, de modo a melhor resistir aos agentes meteóricos, como oferecer melhor protecção às pessoas ali instaladas, tanto em relação ao frio como, sobretudo, ao calor do Verão.

O modelo das casas descobertas, constituído por uma única divisão, de reduzidas dimensões mas polifuncional, sem a presença de qualquer outro tipo de equipamento (pátio, instalações sanitárias, rede de esgotos, etc.), indica que corresponde a comunidade economicamente débil que, eventualmente, residiria nas proximidades, ali se instalando, apenas, temporariamente. De facto, as casas muçulmanas, mesmo as mais modestas tanto em áreas urbanas como rurais, organizavam-se em torno de pátios, quase nunca se descurando os equipamentos sanitários, ou os silos para armazenamento de cereais ou frutos secos em meio anaeróbico (Gomes, 2011a; Gomes, 2013: 25-33). A título de exemplo, os pátios registam-se nas duas vivendas reconhecidas no bem próximo *Ribāt* da Arrifana, em Aljezur, que temos vindo a escavar (Gomes e Gomes, 2007: 54-56). Neste local, somente, as pequenas mesquitas, que constituem unidades de uso colectivo e essencialmente religioso, não possuem pátio. No caso da Ponta do Castelo pode-se considerar que a zona situada a sul das casas poderia ter sido utilizada como espaço comum, de uso colectivo ligado às diferentes habitações.

O espólio cerâmico recolhido, embora muito fragmentado, é numeroso o que indica permanência, efectiva, continuada ou cíclica, durante apreciável tempo; aspecto reforçado pela presença de mós, para farinar cereais ou frutos, tendo em vista produzir pão, que seria cozido nos fornos ali reconhecidos.

As cerâmicas exumadas em função da forma, tratamento das superfícies e temáticas decorativas, permitiram classificá-las de meados do século XII aos inícios do século XIII. Encontram paralelos em distintos outros arqueossítios islâmicos do *Gharb al-Andalus*, nomeadamente nos bem próximos *Ribāt* da Arrifana, Castelo de Aljezur ou Castelo de Silves (Gomes, 2011: 367-385; Gomes e Gomes, 2007: 65-81; Gomes e Gomes, 2015: 497-516; Silva e Gomes, 2002: 437-356).

O restante espólio arqueológico exumado, deixa pensarmos que os residentes na Ponta do Castelo se dedicavam sobretudo a actividades relacionadas com a pesca. Artefactos como bicheiros, lanças e arpão, além de anzóis, pesos de rede e agulha de rede, documentam aquela actividade. Esta podia relacionar-se com a captura do atum, através da utilização de almadravas, ou de mamíferos marinhos de médio e grande porte, como o cachalote ou a baleia, dado que o local era propício para

observatório do mar. A arrilhada seria usada na recolecção de mariscos como o perceve, tal como ainda hoje ocorre.

O modelo que julgamos capaz de interpretar os testemunhos arqueológicos da Ponta do Castelo, conduz a atribuir-lhe a função de aldeia sazonal de pescadores, actividade que seria complementada com a agricultura, nos meses de Outono e Inverno, alturas em que o mar na zona é muito revolto e as condições ambientais são adversas à pesca e, até, à presença humana naquele local. De facto, nos calendários muçulmanos do *al-Andalus* os peixes são considerados abundantes nas zonas costeiras, em particular, nos meses de Março, mas sobretudo de Setembro a Outubro (Lirola Delgado, 1993: 374).

A existência de casas com uma única divisão e ocupada por pescadores manteve-se, até à actualidade, na zona do Portinho da Carrapateira. No entanto, hoje aquelas servem para os pescadores guardarem os apetrechos que utilizam na sua actividade e, eventualmente, ali permanecerem durante curto tempo.

No Ocidente Peninsular, por ora o único local do Período Islâmico onde a pesca se encontra arqueologicamente documentada é o arqueossítio da Ponta do Castelo, onde a subsistência da comunidade ali instalada se basearia em economia agro-marítima, semelhante à de outras comunidades, tanto anteriores como ulteriores, que sabiamente souberam explorar recursos naturais diversificados, através de práticas e técnicas bem diferentes, como os marítimos (sal, recolecção de moluscos, pesca, caça) e os terrestres (agricultura, de regadio e sequeiro, fruticultura, mel, caça).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, J. L. (2007) – Vida e Obras de Estácio da Veiga. Silves: *Xelb* 7. pp. 15-72.

RIBEIRO, A.; OLIVEIRA, J. T.; RAMALHO, M.; RIBEIRO, M. L.; SILVA, L. (1987) – *Notícia Explicativa da Folha 48-D Bordeira*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

GOMES, R. V. (2011) – El mundo rural, en el sur del actual território português (siglos XII-XIII), *Arqueologia Medieval – Els Espais de Secà*. Lérida, pp. 99-116.

GOMES, R. V. (2011a) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: A Zona da Arrochela, Espaços e Quotidianos*. Trabalhos de Arqueologia, n.º 53. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, R. V. (2013) – *Arquitecturas. Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Aga Khan Trust For Culture.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2007) – Quotidiano, religião e guerra santa, In *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. pp. 65-81. Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur e Município de Aljezur.

GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2015) – O Ribāt da Arrifana – dos textos ao contexto. *D'Aquém, d'Além e d'Ultramar, Homenagem a António Dias Farinha*, vol. I, pp. 497-516. Lisboa: Centro de História – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LIROLA DELGADO, J. (1993) – *El poder naval de Al-Andalus en la época del Califato Omeya*. Granada: Universidad de Granada.

SILVA, C. T. da; GOMES, R. V. (2002) – Primeiros resultados das intervenções arqueológicas no Castelo de Aljezur. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 437-356.

VEIGA, S. E. da (1887) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve Tempos Prehistoricos*, vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.

A PENÍNSULA DE SETÚBAL NA IDADE MODERNA. IDENTIDADE, COMÉRCIO E GLOBALIZAÇÃO (1495-1809)

TÂNIA MANUEL CASIMIRO[1]

RESUMO

Entre os séculos XV e XIX a Península de Setúbal foi palco de diversas actividades económicas e sociais que a puseram em contacto com um mundo globalizado. A sua localização e produção de sal fez com que cidades como Setúbal ou vilas como Almada crescessem em função tanto do Rio Sado e do Rio Tejo, respectivamente, importando produtos de todo o mundo, que eram utilizados em contextos domésticos de grande variedade económica e social. O objectivo deste texto é uma leitura crítica dos resultados arqueológicos que se conhecem nesta região e de que forma essas evidências inserem este território numa dinâmica de relações globalizadas que traz bens e pessoas de diversas regiões, que se encontram e relacionam neste território.

ABSTRACT

Between the 15th and 19th century the Setúbal Peninsula was the stage of several economic and social activities generating contacts in a globalized world. Its location and the production of salt made cities such as Setúbal and villages such as Almada grow in straight relation with the rivers Sado and Tagus, respectively. These urban centres imported products from around the world used in domestic contexts with an enormous economic and social variety. This paper aims to do a critical analysis of the archaeological knowledge in this territory in the Early Modern Age and how that evidence reveals how the Setúbal Peninsula reacted to a globalized world with people and commodities from around the globe.

1 HTC/IAP – Universidade Nova de Lisboa. tmcasimiro@fcsh.unl.pt

1. INTRODUÇÃO

Falar da Península de Setúbal num período tão vasto, como aquele que se convencionou designar de Idade Moderna, é uma tarefa algo hercúlea para o presente texto, e que o torna necessariamente uma síntese crítica. Esta baliza cronológica de cerca de 300 anos, apesar de confortável, cria inevitavelmente interrupções numa análise que se desejava que reflectisse uma continuidade cultural que recua a passados mais longínquos, transpondo o final aqui convencionado.

Começa este período, segundo a nossa perspectiva, com o início do reinado de D. Manuel I, momento em que, o processo de navegação transcontinental e a exploração da costa atlântica de África já se encontrava estabilizado. A dinâmica económica da descoberta do caminho marítimo para a Índia, associada à exploração do território brasileiro, poucos anos após a tomada de posse daquele monarca, fazem com que mudanças enormes ocorram no registo arqueológico. Este longo período caracteriza-se por ser maioritariamente de estabilidade económica, mesmo durante a União Ibérica (1580-1640), em detrimento de uma estabilidade política e militar. O seu términus, difícil de definir, pode ser, no entanto, pensado aquando do início das invasões francesas e a fuga da família real para o Brasil, por ter deixado o país sob uma administração estrangeira. Convencionando-se aqui dois momentos históricos para o início e fim deste período não seria possível avançar sem deixar claro que se trata de uma visão pessoal, facilmente questionável por comprometer as continuidades das mentalidades estruturais que definem uma sociedade num determinado momento relativamente às suas práticas culturais, sociais, económicas, entre outras características, e que terão necessariamente impacto no contexto arqueológico.

Mas qual a vantagem de efectuar uma síntese crítica do conhecimento arqueológico sobre este território neste período? O que se pode alcançar através de uma visão generalista de um momento histórico através do estudo das relações entre agentes arqueológicos humanos e não humanos? Será que uma visão da distribuição de produtos exógenos, oriundos de diversas partes do globo, entre os diversos sítios arqueológicos e de que forma aqueles interagem com os seus utilizadores, irá permitir compreender a capacidade de aquisição e riqueza da população deste espaço? Talvez, mas isso implicaria que o acesso a informação muito detalhada sobre todos os locais escavados, o que não é uma possibilidade. A publicação exaustiva de contextos arqueológicos mais recentes é ainda parca para a península de Setúbal e diz respeito quase que exclusivamente aos ambientes urbanos tais como Setúbal, Almada e Palmela, apenas com algumas intervenções em áreas rurais, tal como o Seixal. Como tal, este texto é a análise possível através das informações existentes.

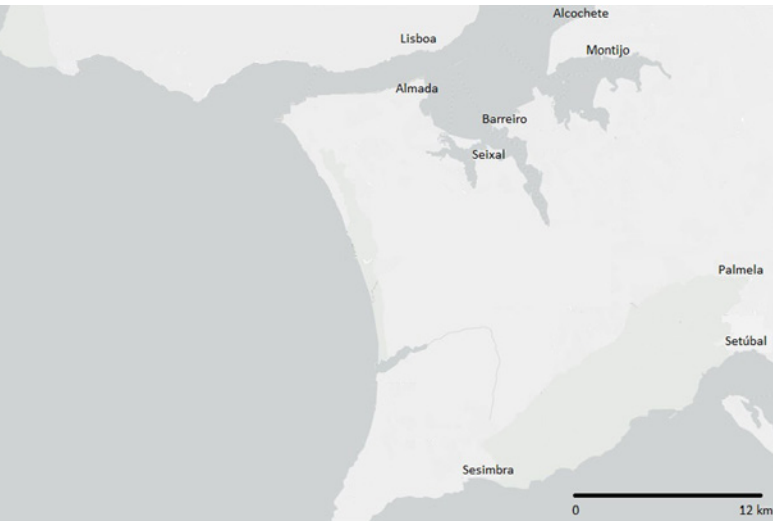


FIG. 1. Mapa da Península de Setúbal com os lugares mencionados no texto.

Ainda dentro deste vasto período de grandes mudanças económicas, políticas e necessariamente culturais, não podemos deixar de fazer referência a um dos momentos mais marcantes na história e arqueologia da Idade Moderna portuguesa: o dia 1 de Novembro de 1755 é visto na história do país como o evento mais destruidor que alguma vez ocorreu. Esta adjectivação é particularmente correcta quando observamos os contextos arqueológicos da área da grande Lisboa, incluindo

a Península de Setúbal onde a destruição provocada pelo terramoto é visível em muitos sítios arqueológicos, sobretudo em meios urbano (Duarte *et al*., 2014; Soares *et al*., 2018).

A área territorial que aqui analisamos, apresenta particularidades distintas no período considerado. É um território com características específicas tanto do ponto de vista geográfico como cultural e necessariamente social. Encontra-se limitada por dois estuários, o do Sado e o do Tejo e, enquanto a parte norte deste território se encontra directamente sobre a influência da cidade de Lisboa, a cidade de Setúbal é o centro urbano de maior destaque na zona sul (Fig. 1). Este território é uma combinação de diferentes realidades económicas, sociais, culturais e sobretudo identitárias combinando realidades urbanas e rurais onde os modelos de exploração assentam não apenas no acesso aos recursos marítimos e agrícolas, mas no aproveitamento estratégico da localização geográfica.

Como mencionado, o presente trabalho assenta nas informações arqueológicas disponíveis para esta grande área, mas cujo objectivo não é uma análise casual de sítios arqueológicos, mas uma leitura combinada das informações existentes para o período em análise. A realidade urbana, devido às condicionantes da própria arqueologia, apresenta mais dados, sendo mais conhecida e divulgada, enquanto as intervenções que nos podem indicar como seriam as explorações rurais e a sua importância apresentam pouca investigação. Desta forma falar da Península de Setúbal na Idade Moderna é necessariamente uma visão urbana, sobretudo relacionada com os produtos da globalização e como isso influência a criação de uma identidade própria.

2. CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL DURANTE A IDADE MODERNA

A cidade mais importante neste território é Setúbal. Do ponto de vista económico aquele centro urbano desenvolve-se na Idade Moderna sobretudo devido à sua localização, na foz do rio Sado. É através deste porto que grandes quantidades de sal, extraídos nas proximidades, e que poderemos afirmar como um dos produtos económicos mais importantes para a economia da área, são exportados para diversas áreas e assumem um papel fundamental na globalização. Sendo para a Terra Nova ou para o norte da Europa, onde se coloca como um produto fundamental na exploração de recursos marítimos tal como o bacalhau e o arenque, é este um dos produtos mais explorados desta região. Barcos oriundos de Setúbal são frequentemente referenciados na documentação portuárias de diversas cidades norte europeias em locais como Inglaterra ou os Países Baixos. Recorde-se a referência de Rogério Claro sobre o «porto de mar, e a sua baía em que se mete o rio Sado cabem duzentos navios, e aqui aportam Suecos, Dinamarqueses, Irlandeses, e todas as nações do Norte, que vem tomar cargas de Sal» (Claro, 1957, 25). Não é a única actividade económica de larga escala, ainda que talvez uma das mais proveitosas. A exploração dos recursos marítimos através da pesca foi igualmente de destaque, levando a que já no século XIX ali se instalassem diversas fábricas de conserva de peixe (Lopes, 2015). Setúbal também cresce devido ao facto de o rio Sado ser navegável para além de Alcácer do Sal, tornam-se numa zona de passagem. Estes contactos comerciais fazem com que a cidade seja alvo de alterações e crescimento económico, algo que tem vindo a ser identificado arqueologicamente com a descoberta de diversos contextos possíveis de datar dos séculos XVI e XVII, mesmo em locais pré-existentes tais como conventos que ali continuaram até à extinção das ordens religiosas (Almeida, 2012).

Esta é a cidade mais importante na zona sul deste território, mas outras cidades de menor destaque, sobretudo em termos de tamanho, foram igualmente importantes do ponto de vista estratégico.

Almada era um ponto estratégico fundamental pois efectuava a ligação entre Lisboa e o Sul de forma rápida e directa. Acrescia o facto de ser nesta área que algumas das famílias mais abastadas tinham propriedades onde se poderiam deslocar quando os ares de Lisboa não fossem tão salutares. Quando a peça de Gil Vicente é apresentada pela primeira vez, em 1509, à rainha D. Leonor, ela está no Paço de Almada para fugir à peste que assolava Lisboa. Aliás, em caso de peste, até as mercadorias que chegavam de outros portos podiam desembarcar em Almada (Barros, 2004, 177). A Quinta do Alfeite foi propriedade de D. Pedro II e diversas são as famílias com o seu nome associado à região.

Arqueologicamente os contextos de época moderna não são abundantes em Almada, ainda que as evidências arqueológicas associadas ao período entre os séculos XVI e XVIII mereçam algum destaque, sobretudo pela variabilidade material que apresentam. Falamos de locais como a Rua da Cerca, Rua da Judiaria, Rua Heliodoro Salgado (Barros e Henriques, 2003) que, embora não sejam ricos em estruturas, revelam que tipo de coisas eram consumidas naquela vila. Contudo, toda a zona norte da Península de Setúbal, ou seja, aquela que estava relacionada directamente com o Tejo e em relação com a cidade de Lisboa vai crescer e ter um impacto económico de destaque. No que foi designado por «cintura industrial de Lisboa», na zona do Barreiro, Moita e Montijo, foram implementadas produções industriais fundamentais para o projecto de exploração marítima (Torres, 1990), desenvolvendo o potencial económico da zona. No Vale do Zebro encontram-se os famosos fornos de biscoito, onde vinte e sete destas estruturas produziam este alimento fundamental na navegação transatlântica (Santos e Matos, 2010, 365). A produção naval, ainda que não documentada arqueologicamente, foi igualmente uma indústria de destaque nesta zona, sobretudo na zona da Ribeira de Coina onde, pelo menos embarcações de pequeno porte, fundamentais na navegação do Tejo, seriam construídas.

Contudo, foi a produção cerâmica que mais se evidenciou numa perspectiva arqueológica. Ainda que apenas dois fornos tenham ainda sido descobertos e escavados na zona, a documentação existente, bem como as evidências materiais e toponímicas, indicam que a sua incidência seja substancialmente maior. As evidências encontradas até ao momento indicam a presença de fornos que laboraram sobretudo no século XVI, nomeadamente o forno de Santo António da Charneca que produzia louça vidrada e azulejos de aresta, entre outras formas (Barros, *et al.*, 2012), e o forno da Mata da Machada (Carmona e Santos, 2005) (Fig, 2). Este último revelou uma produção diversificada onde se identificaram não apenas peças destinadas ao consumo doméstico tais como as taças carenas revestidas a vidrado estanífero branco, mas também grande quantidade de formas de açúcar que seriam destinadas à exportação e abastecimento das colónias atlânticas, nomeadamente Brasil, Madeira e Cabo Verde, mas também destinadas a outras colónias Europeias (Galito, 2012). No entanto, outros deveriam ser os fornos a produzir esta cerâmica, tal como o que foi identificado em Alcochete. Esta estrutura que ainda que não tenha apresentados resto de produção obedece a uma tipologia de Idade Moderna, correspondente aos fornos de Veneza (Correia, 2005)



FIG. 2. Azulejos de aresta do forno de Santo António da Charneca.

Embora estejamos a falar de Idade Moderna é-nos impossível desassociar a análise desta zona das heranças medievais sobretudo a nível da arqueologia da paisagem, não apenas pela organização urbana, mas sobretudo pelo impacto visual que as fortificações tiveram na paisagem. Castelos como os de Palmela e Sesimbra e mais modestamente o de Almada, fundamentais nos séculos subsequentes à imposição política e militar das elites cristãs, revelaram como as questões defensivas foram fundamentais na criação da identidade dos habitantes, formando vilas e cidades que marcam o território de forma singular, durante longos períodos, e desenvolvendo aspectos simbólicos na própria comunidade (Kirk, *et al.*, 2020).

Não obstante a importância do comércio ultramarino este território foi sempre marcadamente rural. As referências às produções agrícolas da margem sul vão bem além da referência de Gil Vicente aos vinhos da Caparica, na sua obra *Pranto de Maria Parda* referindo: «*nas vinhas da Caparica, Onde meu desejo fica e se vai a ferramenta*». Era uma zona de quintas de diversas dimensões com diversos objectivos produtivos, mas que não só marcavam a paisagem como eram fundamentais no desenvolvimento de uma identidade colectiva onde as populações oscilavam entre uma vida dedicada à produção agrícola ou viradas para o mar, ainda que muitos habitantes desta região pudessem variar sazonalmente as suas actividades. A maior parte destas quintas que se manteve durante a Idade Moderna hoje mais não são que breves menções na toponímia de diversos locais. Outras mantiveram-se e foram preservadas ou transformadas em unidades produtivas, tais como fábricas. Teremos aqui de destacar o exemplo incontornável da Quinta da Bacalhoa em Azeitão. Esta é possivelmente uma das quintas mais bem preservadas na Península de Setúbal onde são sempre de mencionar os raríssimos painéis de azulejos do século XVI que ainda hoje sobrevivem. Esta quinta foi propriedade de Brás de Albuquerque, filho de Francisco de Albuquerque, vice-rei da Índia e o proprietário da Casa do Bicos em Lisboa. A aplicação de capitais oriundos do processo de exploração «mercantilista» português foi visível em muitas destas propriedades rurais na Península de Setúbal. Arqueologicamente são sítios mal conhecidos, destacando-se o sítio do Quinta da Torre Queimada, no Seixal, onde foi encontrado um contexto do século XVI (Nunes, 2020).

3. A PENÍNSULA DE SETÚBAL E A GLOBALIZAÇÃO

A relação Península de Setúbal com o resto do mundo era sobretudo efectuada através dos barcos de diversas nacionalidades que aportavam às cidades de maior dimensão, ou estrategicamente localizadas, como seria o caso de Setúbal ou Almada. Arqueologicamente estas relações são directa ou indirectamente referenciadas sobretudo através da cultura material que se recupera nas diversas escavações arqueológicas efectuadas por todo o lado.

Um dos maiores símbolos da globalização é certamente a presença de porcelana, encontrada com frequência em locais como Setúbal, Almada, mas também em Palmela ou Sesimbra (Sabrosa, 2019; Tavares, 2020) (Figs 3 e 4). Este produto mostra não apenas o contacto directo feito pelos portugueses com os portos do oriente, mas como esse contacto foi feito de forma continuada, com diferentes incidências ao longo da Idade Moderna. Estes objectos quando utilizados nos ambientes domésticos da Península de Setúbal, ao exemplo do que acontecia noutros locais do país (Henriques, 2012), mostram não apenas contactos directos com um mundo exótico, mas transformam-se em símbolos de exploração colonial e do desenvolvimento económico que advém da ocupação territorial e humana de diversos pontos no Índico. Do ponto de vista social tendem a demonstrar capacidade de aquisição por parte dos seus detentores, sobretudo em contextos dos inícios do século XVI, vulgarizando-se em meados daquele século.

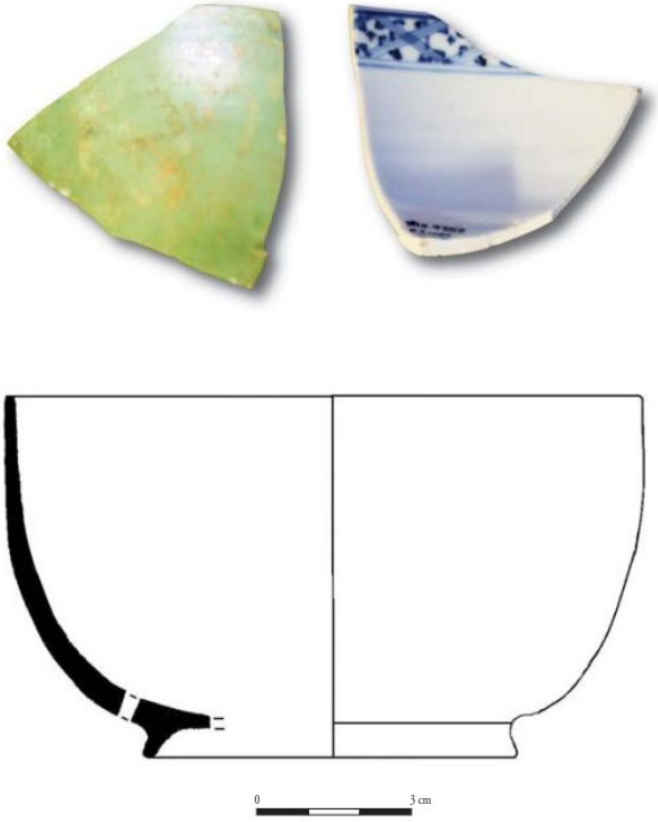


FIG. 3. Taça de porcelana kinrande encontrada em Almada (segundo Tavares, 2020).

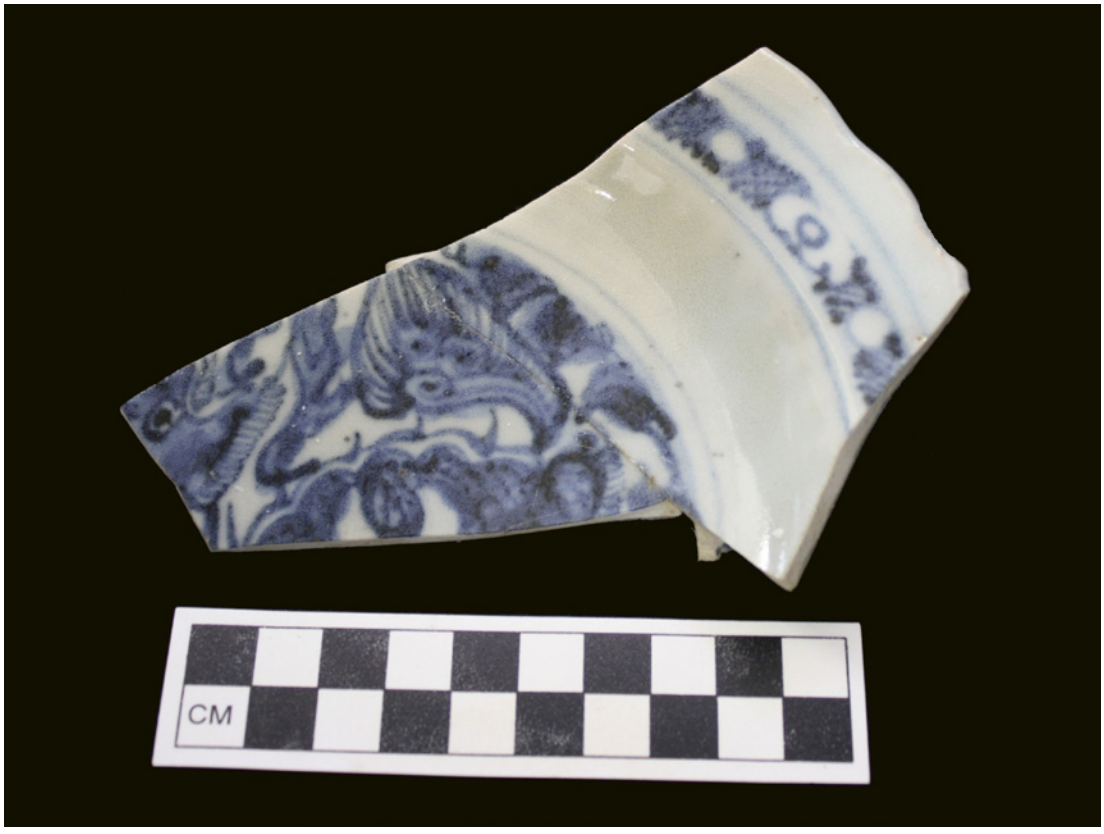


FIG. 4. Prato em porcelana encontrado em Almada.

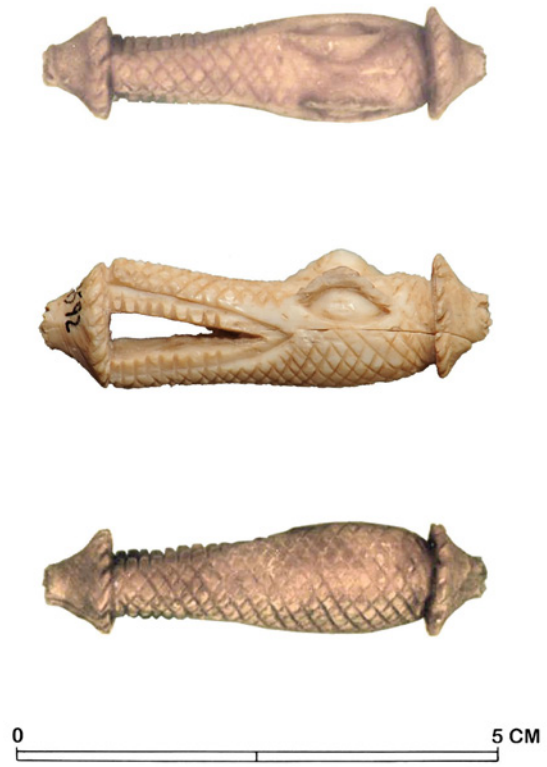


FIG. 5. Cabo em marfim encontrado em Almada.

Outros objectos reflectem estes contactos com territórios extra europeus ainda que em menor quantidade. Tal é o caso do cabo de colher de marfim, esculpido em forma de cabeça de crocodilo, identificado em Almada (Fig. 5) (Gomes e Casimiro, 2020), as contas em cornalina ou a cerâmica manual identificada na Rua da Judiaria que, muito possivelmente foi produzida no Brasil (Barros e Cardoso, Casimiro *et al.*, 2019). No entanto, os contactos globais não são apenas aqueles que nos levam para muito longe, mas os que são efectuados com parceiros comerciais que se encontram mais próximo. Tal é o caso dos contactos comerciais muito próximos com Espanha que fazem com que a quantidade de louça oriunda do sul de Espanha, sobretudo, mas não exclusivamente da zona da Andaluzia, seja enorme em quase todas as localidades. Curiosamente esta presença é notada sobretudo antes da união ibérica. O início da governação do território pelos reis espanhóis

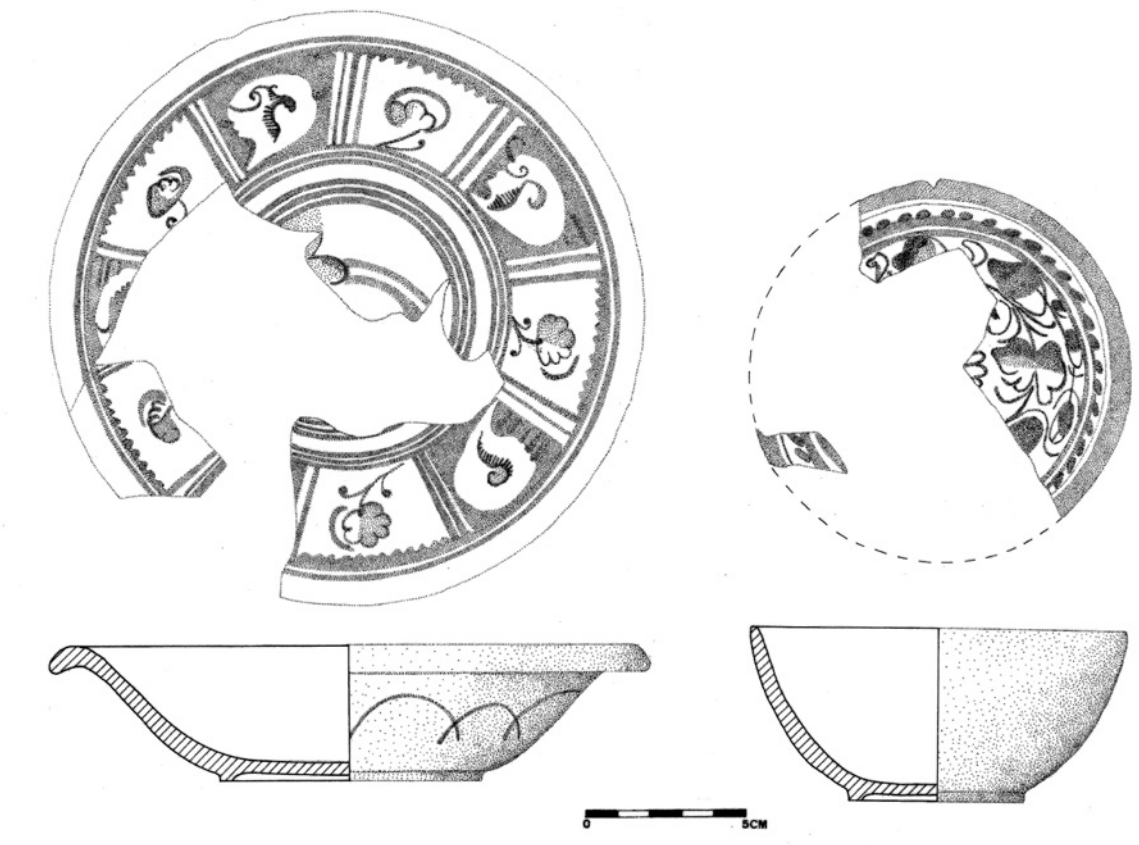


FIG. 6. Peças italianas encontradas em Almada.

coincide com o aumento da produção de louça de qualidade elevada em território português fazendo com que o número de artefactos provenientes do sul de Espanha diminua. Relativamente a outros contactos europeus é sempre de destacar a presença de louça italiana de zonas como a Ligúria ou Montelupo, sobretudo em locais urbanos (Casimiro e Barros, 2013) (Fig. 6). Menos frequentes são os achados de louças inglesas, holandesas e alemãs, novamente apenas identificados em contextos urbanos (Duarte e Silva, 2014).

A presença de produtos oriundos de contextos extra-portugueses são, até ao momento e arqueologicamente falando, a única evidência de globalização, não obstante a possibilidade de encontrar outras evidências, sobretudo a nível da fauna e da flora. Documentalmente as informações são mais profícuas e sabemos que este território contou com a presença de diversas pessoas oriundas de outras localidades. Os mercadores estrangeiros foram frequentes, ali estabelecendo o seu negócio, mas outros casos de migração forçada foram registados tal como, num alvará datado de 15 de Julho de 1515, o rei D. Manuel I deu como esmola ao convento de Jesus «*hum spravo de preço de dez mill reais (...) dos que agora veerom de Manicongo*» (Alcântara *et al.*, 2019, 73), revelando que a origem dos habitantes da cidade era variada e não limitada a Europeus.

4. Conclusão

A Península de Setúbal pode ser considerada uma unidade geográfica, contudo está longe de ter uma coesão identitária forte. Falar de identidade neste espaço entre os séculos os finais do século XV e os inícios do século XIX, pode ser um assunto desafiante, visto que a ausência de dados para contextos rurais faz com que sobressaiam aspectos de vivência quotidiana urbana que não seria a realidade de todo o território.

Contudo existem algumas conclusões que podem ser retiradas. Em primeiro lugar trata-se de uma zona com uma população oriunda de diversas origens geográficas. Os estrangeiros são presença frequente enquanto mercadores responsáveis pela movimentação de produtos, associados a gentes oriundas de África e responsáveis pelo trabalho mais pesado. As evidências materiais destes habitantes seriam difíceis de alcançar, contudo estamos num espaço onde diversas ontologias humanas se cruzam e que são fundamentais na construção de uma identidade colectiva que reflecte variedade, mas também desigualdade. As evidências arqueológicas mencionam sobretudo as desigualdades económicas, enquanto as divergências sociais são por norma um conceito ainda pouco debatido.

O grande reflexo da globalização neste território parece estar intrinsecamente ligado à capacidade de consumo dos seus habitantes. Como expectável os centros urbanos parecem estar mais capacitados para este consumo globalizado e é comum encontrar objectos oriundos de diversas partes do planeta que revelam um mundo em conexão, onde diversas interacções entre pessoas e objectos mostram como todos estes agentes se envolviam em relações que motivavam experiências simbólicas. Habitar um território onde constantemente navios de diversas nacionalidades aportavam era estar em permanente contacto com um mundo onde os interesses económicos foram fundamentais na formação das identidades locais e regionais. Infelizmente é difícil conseguirmos compreender como estas relações influenciavam as pessoas na sua individualidade, contudo, colectivamente revela-se um desejo de consumo relacionado com produtos exógenos, que demonstravam capacidade de consumo e possivelmente distinção social, característico de uma identidade que se evidencia através do que possui.

AGRADECIMENTOS

Trabalho realizado no âmbito da Unidade de I&D Centre for Functional Ecology – Science for People & the Planet (CFE), com a referência UIDB/04004/2020, com apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC).

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – [DL57/2016/CP1453/CT0084].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTRA, A.; ROLDÃO, C.; CRUZ, C. (2019) – Visita à Setúbal Negra (séc. XV-XVIII): Desocultar a história local através da educação não-formal, *Mediações – Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal*, 7, pp. 66-85.

ALMEIDA, M. (2012) – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada*. Dissertação de mestreado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BARROS, A. (2004). *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvores dos tempos modernos*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BARROS, L.; BATALHA, L.; CARDOSO, G.; GONZALEZ, A. (2012) – A olaria renascentista de Santo António da Charneca – Barreiro, in Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna,* Lisboa: CHAM, pp. 361-372.

BARROS, L.; CARDOSO, G. (2008). Cerâmicas manuais dos séculos XVI a XVIII de Almada, Cadaval e Cascais. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11(2): 347-360.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (2003) – Rua da Judiaria: um Celeiro nos arrabaldes da vila, In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 135-144.

CARMONA, R.; SANTOS, C. (2005) – Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos séculos XV e XVI, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.

CASIMIRO, T. M.; BARROS, L.; (2013) – Majólica Italiana em Almada, *Anais de Almada*, nº 15, pp. 47-58.

CASIMIRO, T. M.; HENRIQUES, J.; FILIPE, V.; SIMÕES, S. (2019). Mobility and identities. The case of the so-called African pots from Lisbon (Portugal), *International Journal Historical Archaeology* 24: pp. 79–94

CLARO, R. (1957) – *Setúbal no Século XVIII*, Setúbal: s.n.

CORREIA, M. (2005) – Um Forno de Época Moderna em Alcochete, *Al-Madan*. II.ª série, n.º 13, p. 139

DUARTE, S; SOARES, J.; SILVA, C. T. (2014) – Intervenção arqueológica na Rua Álvaro Castelões n.ºs 38 e 40 (Setúbal) e sismo de 1755, *Setúbal Arqueológica*, 15, pp. 341-372.

DUARTE, S.; SILVA, C. T. (2014) – Faianças Portuguesas em Contexto de Lixeira da Setúbal Moderna, *Musa,* 4, pp. 215-228.

DUARTE, A.; VICTOR, I. (2000) – *Alguns aspectos da indústria conserveira em Setúbal*, Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

GOMES, M. V.; CASIMIRO, T. M. (2020) – Afro-Portuguese ivories from Sierra Leone and Benin. Archaeological discoveries from Southern Portugal, *African Arts*, 53 (4), pp. 24-37.

HENRIQUES, J. (2012) – Do oriente para ocidente: contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa, in Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna,* Lisboa: CHAM, pp. 919-932.

KIRK, S.; STERNBERG, E.; PRZYSTUPA, P. (2020) – Landscape, typologies, and the social meaning of castles, *Journal of Anthropological Archaeology*, 60, pp. 1-16.

LOPES, J. (2015) – *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Santa Maria da Feira: Estuário.

NETO, J. (2010) – *A idade do ouro branco* – o contributo da *arqueologia pós-medieval para o conhecimento de Setúbal*, una cidade portuária portuguesa. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Salamanca.

NUNES, M. (2020) – A casa de Pêro Fernandes, contador dos contos de D. Manuel I: o sítio arqueológico da Silha do Alferes, Seixal (século XVI), in Arnaud, J.; Martins, A. (eds), *Arqueologia em Portugal – 2020 – Estado da Questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1909-1920.

SABROSA, A. (2019) – *De Macau a Lisboa: na rota das porcelanas Ming*, Macau: Instituto Cultural do Governo da ERA de Macau.

SANTOS, E.; MATOS, M. (2010) – Abandono e reutilização de edifícios industriais no Barreiro. In M. Faria, J. Mendes. *Actas do Colóquio Internacional Industrialização em Portugal no século XX*, Lisboa: Ediual pp. 365-384.

SILVA, F. (2012) – *As formas de pão de açúcar da olaria da Mata da Machada e o comercio marítimo atlântico*. Dissertação de mestreado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SOARES, J.; DUARTE, S. SILVA, C.T. (2018). Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi, 170-178, Setúbal, *Musa*, 5, pp. 79-100.

TAVARES, T. (2020) – A Porcelana *Kinrande* da Rua da Judiaria (Almada), *Al-madan*, 23, II Série, pp. 94-98.

TORRES, C. (1990) – Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa, in: *Four de Potiers et Testares Médiévaux en Mediterranée Occidentale. Methodes et Résultats*, Madrid: Casa Velásquez, pp. 131-141.

